

# MEMÓRIAS DOS POVOS DO CAMPO NO PARANÁ CENTRO-SUL

Organizadores

Liliana Porto, Jefferson de Oliveira Salles  
e Sônia Maria dos Santos Marques



MEMÓRIAS DOS POVOS DO CAMPO  
NO PARANÁ – CENTRO-SUL



Organizadores  
Liliana Porto, Jefferson de Oliveira Salles  
e Sônia Maria dos Santos Marques

# MEMÓRIAS DOS POVOS DO CAMPO NO PARANÁ – CENTRO-SUL

1ª edição

Curitiba  
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG  
2013

*Presidência da República*  
Dilma Rousseff

*Ministério da Cultura*  
Marta Suplicy

*Governo do Estado do Paraná*  
Carlos Alberto Richa

*Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos*  
Luiz Eduardo Cheida

*Instituto de Terras, Cartografia e Geociências*  
Amílcar Cavalcante Cabral

*Técnica Responsável pelo Convênio no ITCG/PR*  
Patrícia Moreira Marques

*Capa e projeto gráfico*  
Adalberto Camargo | Adalbacom

*Revisão*  
Liliana Porto

*Colaboradores:*  
Ana Flávia da Silva (Estagiária – ITCG/PR)  
Stephani dos Santos Cavalcanti (Estagiária – ITCG/PR)  
Tainara do Carmo França (Estagiária – ITCG/PR)  
Reinoldo Mascarenhas Heimbecher (Setor de Transportes – ITCG/PR)

Dados catalográficos na fonte – Vera Lúcia Fritze Moreira – CRB9-783PR

MEMÓRIAS dos povos do campo no Paraná – centro sul./ Liliana Porto (Org.),  
Jefferson de Oliveira Salles (Org.), Sônia Maria dos Santos Marques (Org.).  
Curitiba : ITCG, 2013.  
400p.: il.; 23cm.

ISBN: 978-85-64176-04-1

1 .Comunidades Tradicionais – Paraná 2. Conflitos de Terra – Paraná  
3. Memória – Povos Tradicionais I. Porto, Liliana II. Salles, Jefferson de  
Oliveira III. Marques, Sônia Maria dos Santos IV. Título

CDD: 307.78162

Impresso no Brasil

## Sumário

<b>Introdução</b> – Cartografias invisíveis – <i>José Antônio Peres Gediel</i>	07
<b>Parte I: Meio ambiente e organização social no Centro-Sul do Paraná</b>	13
1. Paraná: terra, floresta e gentes – <i>Claudia Sonda e Raul Cezar Bergold</i>	15
2. Comunidades quilombolas e direitos sociais: modos de fazer, criar e viver – <i>Sônia Maria dos Santos Marques</i>	41
3. Uma reflexão sobre os faxinais: meio-ambiente, sistema produtivo, identidades políticas, formas tradicionais de ser e viver – <i>Liliana Porto</i>	59
<b>Parte II: A questão quilombola – Palmas</b>	81
4. Memórias de dependência e liberdade em comunidades quilombolas – <i>Cassius Marcelus Cruz</i>	83
5. (Re)configurações identitárias e direitos sociais: o caso da comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria Trindade Batista em Palmas/PR – <i>Sônia Maria dos Santos Marques</i>	117
<b>Parte III: Comunidades tradicionais, capitalismo e conflitos agrários – Pinhão</b>	135
6. Contextualização: breve histórico sobre Pinhão/PR – <i>Liliana Porto e Dibe Ayoub</i>	137
7. Os posseiros do Pinhão – conflitos e resistências frente à indústria madeireira – <i>Dibe Ayoub</i>	151
8. Memórias de um mundo rústico: narrativas e silêncios sobre o passado em Pinhão/PR – <i>Liliana Porto</i>	173
9. João José Zattar S.A.: disputas sociais, legitimidade, legalidade – <i>Jefferson de Oliveira Salles</i>	249
10. Desenvolvimento, capitalismo e comunidades tradicionais: reflexões em torno da Zattar e dos faxinalenses – <i>Paulo Renato Araújo Dias</i>	295
<b>Parte IV: Perspectivas dos sujeitos de suas próprias histórias</b>	329
11. Reflexões sobre vida, política e religião – <i>Maria Izabel da Silva</i>	331
12. Faxinal dos Ribeiros – <i>Equipe da E.R.M. Norberto Serápio</i>	335
13. Agenda – <i>João Oliverto de Campos</i>	345





## Introdução

# Cartografias invisíveis

José Antônio Peres Gediel<sup>1</sup>

**O**s textos que compõem este livro retiram da invisibilidade a memória, o cotidiano, os modos de vida de comunidades tradicionais, quilombolas, posseiros e faxinalenses, no Estado do Paraná.

Dos escritos acadêmicos e dos relatos de membros dessas comunidades, evidencia-se uma identidade em torno do uso e ocupação da terra.

Os conflitos e lutas pela manutenção da terra se mesclam com a memória familiar, da comunidade e suas relações com os poderes econômicos e políticos das regiões.

Dessas narrativas entrecortadas por lapsos temporais, silêncios, conflitos e labutas emerge uma cartografia intolerável e irreconciliável com as Tordesilhas e títulos imobiliários que demarcam esses espaços de vida.

A constante expansão das atividades capitalistas sobre essas terras não dispensa, inclusive, a violência das armas, e tem no direito um artefato poderoso de legitimação dessa violência.

A apropriação e regulação jurídica da terra no Brasil remonta ao Tratado de Tordesilhas firmado entre os reinos de Portugal e Castela, em 1494, para resolver a disputa entre esses reinos, a respeito do domínio político e da titularidade jurídica das terras no recém descoberto Continente Americano.

Note-se que o reino de Portugal considerou vagas todas as terras deste território chamado de Vera Cruz, Santa Cruz e depois Brasil, pois excluiu a aplicabilidade do direito do reino às populações indígenas. A elas não era reconhecido qualquer direito sobre as terras, iniciando-se, assim, o processo de espoliação e de invisibilização desses povos.

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná e professor titular de Direito Civil da UFPR.

O Estado colonial português utilizou instrumentos jurídicos já existentes no Reino, para regular a concessão de terras a seus súditos residentes no Brasil. O instrumento mais importante para a concessão de terras foi o das Sesmarias, que pode ser definida como “uma parcela ou porção de terra cuja concessão de titularidade a um súdito dependia de ato simbólico da tomada de posse da terra por esse súdito, seguido de ato de concessão do soberano e posterior registro em um tabelionato”.

No regime jurídico das Sesmarias, caso o concessionário não a ocupasse tornando-a, efetivamente, produtiva pelo cultivo, em um prazo de até 5 (cinco) anos, deveria devolvê-la à Coroa. Essa condição resolutive do direito do concessionário não foi aplicada no Brasil e os beneficiários das Sesmarias não sofreram qualquer sanção por não terem cultivado a terra, até porque o empreendimento colonial do Brasil visava à extração de recursos naturais que independiam do cultivo.

Há quem aponte nesta característica da ocupação territorial e na ausência de fiscalização pela Coroa a origem mais remota dos latifúndios improdutivos no Brasil.

O “Sistema Sesmarial” no Brasil foi a fórmula aplicada, até o ano de 1822. Destaque-se, ainda, que as Sesmarias que já tivessem sido medidas, lavradas, demarcadas ou confirmadas, continuaram válidas e foram reconhecidas após 1822, pois os beneficiários destas concessões ocupavam posições de destaque no aparato administrativo do Estado nacional agora independente.

Os títulos constituídos com base nas concessões de Sesmarias concentraram-se, sobretudo, na região abrangida pelo domínio português segundo o Tratado de Tordesilhas (cerca de trezentas e sessenta léguas a oeste da Ilha dos Açores).

Com a independência do Brasil, a Constituição do Império de 1824 acolheu, em parte, as idéias liberais sobre propriedade privada e garantiu a continuidade dos concessionários sobre as terras, embora tenha rompido com o sistema político e jurídico até então vigente.

Os latifúndios se consolidaram nas mãos de quem detinha o poder político, e os homens livres, sem cargos na administração ou pobres, que trabalhavam a terra, continuaram como posseiros sem títulos que lhes garantissem juridicamente a ocupação da terra.

O território do Estado do Paraná fazia parte, inicialmente, da Capitania de São Vicente (São Paulo) e, posteriormente, da Província de São Paulo, até o ano de 1853, quando foi criada a Província do Paraná.

Assim, o processo de formação territorial e da propriedade privada no atual Estado do Paraná seguiu os mesmos passos das demais regiões brasileiras, na parte abrangida pelo Tratado de Tordesilhas, o que, em termos atuais, significa uma grande região de, aproximadamente, duzentos quilômetros a

partir da costa, composta pela região litorânea, Serra do Mar e Primeiro Planalto, demarcada ao norte pelo Rio Ribeira na divisa com o Estado de São Paulo e ao sul seguindo o curso do Rio Iguaçu até a fronteira do atual Estado de Santa Catarina.

Segundo levantamentos imprecisos, a partir do século XVII, em Lisboa, em São Vicente (São Paulo) e no Rio de Janeiro, foram expedidas sessenta e nove Sesmarias concedendo terras no Paraná. No restante do território do atual Estado do Paraná, por não estar claramente sob o domínio português, a expedição de títulos foi iniciada somente no final do século XIX e perdura até os dias de hoje.

Após 1822, o regime jurídico original das Sesmarias foi abolido, mas o Império brasileiro continuou a conceder títulos a particulares, por meio de cartas régias, que em tudo se assemelhavam às Sesmarias e tinham seu registro efetuado junto às paróquias da Igreja Católica, religião oficial do Império.

Até 1850, não havia uma legislação detalhada regulando a concessão de títulos imobiliários, embora a Constituição de 1824 reconhecesse o direito à propriedade privada. Ao lado das áreas tituladas por meio de Sesmarias ou de cartas régias, apareciam áreas ocupadas, cujos detentores buscavam a titulação junto à administração imperial, uma vez que todas as terras não-tituladas continuavam sob o domínio jurídico da Coroa imperial brasileira, herdeira da Coroa portuguesa.

No Paraná, a ocupação era escassa e, além dos títulos concedidos, as posses eram irrelevantes em termos numéricos e econômicos, pois a economia era extrativista (ouro) ou pecuarista (criação de gado).

A lei 601, de 1850, conhecida como lei de terras veio alterar os requisitos para se obter títulos de terras ou revalidá-los. É nesse período que algumas famílias de escravos alforriados, ou não, vão ocupar áreas que hoje constituem a maior parte dos territórios quilombolas do Paraná. Entre eles também se encontram famílias que receberam doações de seus senhores, como é o caso dos quilombolas do Paiol de Telhas em Guarapuava.

Essas famílias jamais terão o direito de propriedade de suas terras, pois sua condição de escravos libertos e a exigência de pagamento de tributos para obtenção do título são obstáculos intransponíveis.

O Código Civil brasileiros de 1916 vai completar o processo de privatização da terra no Brasil iniciado em 1850, tornando-a, definitivamente uma mercadoria, que poderá circular abstratamente representada no título do registro imobiliário.

Esse mesmo Código irá colocar os indígenas entre os sujeitos relativamente incapazes, sob a tutela do Serviço de Proteção ao Índio – SPI e irá transformar a posse em uma das manifestações da propriedade.

O século XX irá transcorrer sem grandes alterações para esses sujeitos em relação à terra e à sua invisibilidade, que somente começou a ser quebrada com a emergência de novos movimentos sociais, a partir da década de 1960.

Nas décadas seguintes, esses movimentos participaram do processo de redemocratização do Estado brasileiro e lutaram pelo reconhecimento de direitos durante a Constituinte.

A Constituição de 1988 contém apenas parcialmente o resultado de tais demandas, mas mesmo assim abre espaço para a discussão sobre a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas.

Entretanto, esses necessários e significativos avanços políticos e jurídicos, nem sempre garantem os direitos constitucionalmente assegurados a esses povos.

O fato é que a terra por eles ocupada passa a ser ainda mais importante para a expansão da economia capitalista, e sua cultura orientada por valores próprios como obstáculos a essa expansão econômica.

Assim, os processos de reconhecimento de direitos territoriais e culturais trazem consigo a visibilidade dessas comunidades, mas também discursos e práticas jurídicas de negação desses direitos.

O tratamento jurídico desses direitos vem mediado por um complexo sistema de categoria, conceitos e práticas jurídicas e também por divisões de competências e atribuições de órgãos estatais, o que acaba por dificultar ou até esvaziar as demandas dessas comunidades.

No que se refere aos sujeitos detentores desses direitos, por exemplo, eles são enquadrados por classificações jurídicas amplas e imprecisas, tais como povos e comunidades tradicionais, que apontam para uma identidade marcada pela escassa ou nenhuma inserção dessas gentes nas atividades de ponta do sistema capitalista.

Decorre daí que indígenas, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, caiçaras, pescadores artesanais entre outros, sejam todos vistos de maneira uniforme pelo direito, e os indígenas, por exemplo, por vezes são tratados como povos e outras vezes como comunidades tradicionais.

Além dessa generalização e imprecisão conceitual, outros obstáculos se levantam contra a efetivação de direitos territoriais desses povos ou comunidades, porque os direitos reivindicados se referem a interesses ou bens utilizados por todos, coletivamente, o que se opõe, frontalmente, à noção de propriedade que regula, por inteiro, o acesso e uso dos bens nas sociedades modernas, não tradicionais.

A ocupação e o uso tradicionais da terra por esses povos e comunidades não se volta para obtenção do valor de troca terra por sua circulação mercado, circulação essa que é tornada possível por meio de um título que representa o direito de propriedade sobre a terra.

Na perspectiva do direito vigente, a ocupação e uso da terra são compreendidos como posse civil, que ganha relevância e proteção jurídicas, por ser a expressão da vontade livre de um indivíduo em se tornar ou agir como proprietário. A posse civil é expressão material da propriedade e um dos caminhos para se chegar até ela.

Não bastasse a comunhão de interesses dessas comunidades a respeito dos bens, outros aspectos jurídicos dificultam, impedem o exercício de seus direitos, ou promovem a desagregação de seu modo de vida, como é o caso dos instrumentos de representação, em juízo ou fora dele.

Com efeito, o instrumento jurídico da representação civil, decorrente de negócio jurídico baseado na vontade individual ou na lei, é totalmente estranho aos modos de constituição da autoridade, nessas comunidades.

Assim, por exemplo, os indígenas são representados ou assistidos, por força de lei, pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão da União Federal.

No caso dos quilombolas, para que possam ocupar e usar suas terras, devem contar com a mediação de uma pessoa jurídica, organizada e dirigida segundo os cânones do direito liberal individualista, sobrepondo-se às formas e práticas de escolha das autoridades da comunidade.

Em todos esses casos, há um lento e quase imperceptível desencantamento do mundo tradicional, pois a dimensão e as práticas jurídicas estranhas ao cotidiano desses povos e comunidades contribuem para enfraquecer e afetam crenças, práticas ancestrais, redes de parentesco, sua memória e identidade.

A violência física provocada pelo avanço do agronegócio sobre essas terras é potencializada e legitimada pela técnica jurídica. A demora em reconhecer e assegurar a ocupação tradicional da terra se inscreve em um amplo processo de desvalorização desses sujeitos e seus modos de vida.

Esses povos e comunidades estão sujeitos à ordem jurídica do Estado nacional, seus direitos são reconhecidos pela Constituição Federal, mas seu exercício traduz a violência e a negação das diferenças culturais e o desrespeito pelo outro.

Apesar disso tudo, novas estratégias de resistência são engendradas, no cotidiano e no espaço público. Algumas delas estão presentes neste livro que reaviva a memória e reafirma a identidade dessas comunidades.



## Parte I

# Meio ambiente e organização social no Centro-Sul do Paraná

**1. Paraná: terra, floresta e gentes**

*Claudia Sonda e Raul Cezar Bergold*

**2. Comunidades quilombolas e direitos sociais:  
modos de fazer, criar e viver**

*Sônia Maria dos Santos Marques*

**3. Uma reflexão sobre os faxinais:**

**meio-ambiente, sistema produtivo, identidades  
políticas, formas tradicionais de ser e viver**

*Liliana Porto*





# Capítulo 1

## Paraná: terra, floresta e gentes<sup>1</sup>

Claudia Sonda<sup>2</sup>  
Raul Cezar Bergold<sup>3</sup>

### Introdução

O foco central deste trabalho é ilustrar a pluralidade dos povos do campo e das florestas no estado do Paraná que, de algum modo, resistiram em seus territórios e ainda os disputam, relacionando-os com a conservação dos recursos naturais. Nesse sentido, serão abordados, sem o devido aprofundamento teórico, mas, mesmo assim, à luz da questão agrária, os conflitos sociais e ambientais decorrentes do processo de apropriação da terra e das florestas durante as fases históricas de reocupação e de colonização desse estado.

O que se quer discutir é que apesar da fase atual em que praticamente se consolidou o modo de produção capitalista no campo, cuja expressão atual é o agronegócio (da soja, cana-de-açúcar, pecuária, reflorestamentos) financiado e apadrinhado pelo Estado, ainda existem e resistem outros modos de vida no campo e nas poucas florestas remanescentes do Paraná, que deveriam ser reconhecidos, pautados e fortalecidos por normas jurídicas e políticas públicas “de verdade e no tempo certo”.

Para tanto, será apresentado um breve panorama da evolução da exploração agrícola empresarial no Paraná, mencionando os seus diferentes

---

<sup>1</sup> Agradecemos especialmente aos engenheiros agrônomos Francisco Adyr Gubert Filho e Patrícia Moreira Marques, o primeiro lotado no Instituto Ambiental do Paraná – IAP e a segunda no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, pelas valiosas contribuições que deram para a realização desse trabalho.

<sup>2</sup> Graduada em Engenharia Florestal, mestre em Economia Agrária e Sociologia Rural, doutora em Engenharia Florestal (Conservação da Natureza). É servidora pública do Instituto Ambiental do Paraná onde atua no Departamento de Licenciamento de Recursos Naturais, especificamente com o licenciamento ambiental dos assentamentos rurais de reforma agrária.

<sup>3</sup> Graduado em Direito, especialista em Direito Ambiental e mestrando em Direito Socioambiental. É Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do INCRA no Paraná, onde atuou de 2006 a 2010 no Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais. É o atual Ouvidor Agrário Regional no Paraná.

ciclos e a sua relação com as florestas. Isso implica na necessidade de pensar o processo de colonização, verdadeira reocupação do território do estado. Desses processos resultaram inegáveis conflitos com os povos tradicionais, que possuem outras formas de relação com o território, ameaçadas pelo modelo hegemônico do agronegócio.

Diante disso, houve uma ampliação das lutas desses povos por reconhecimento, que se manifestou em diferentes instrumentos legais, nacionais e internacionais, já que a expansão desse modelo agrícola padrão, além de outras formas de ameaça aos territórios tradicionais, não são exclusividade do Paraná ou do Brasil. A legislação correlata, então, será abordada, ainda que de uma forma bastante breve, mas que deverá servir para uma compreensão sobre o direito desses povos. A modificação da realidade produzida por essa legislação é o que demanda igual tratamento.

As abordagens que serão feitas são aplicáveis aos povos tradicionais como um todo, sendo que, no texto, serão tratados com maior detalhe os indígenas, os quilombolas, os faxinalenses e os camponeses, o que não significa que no Paraná não existam outros grupos e comunidades que se organizam de modo diferenciado e que precisam de um tratamento que considere suas diferenças.

## **Questão agrária, meio ambiente, território e povos tradicionais**

Tradicionalmente os contornos da questão agrária gravitam em torno dos problemas fundiários relacionados à expansão do capitalismo no campo, desdobrando-se em aspectos concretos como a formação de um mercado interno através da industrialização da agricultura, o processo de diferenciação camponesa, o questionamento das relações de trabalho e das estruturas de poder no campo, a organização dos trabalhadores na luta pela terra ou a produção agropecuária e o abastecimento de alimentos e outros insumos (Delgado, Fernandes, Oliveira, Stédile, Tavares – citados por Montenegro, 2010).

Ainda, de acordo com Veiga (2000), o processo de modernização da agricultura levou um grande número de agricultores à decadência: forçou grande parte da força de trabalho rural a se favelizar nas periferias urbanas; fez aumentar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade.

As abordagens de literaturas mais recentes, além de confirmarem os inúmeros conflitos gerados pela expansão do capital no campo, reforçam a relação dos conflitos socioambientais com a questão agrária.

Muito sinteticamente, pode-se dizer que os autores Altieri (2004), Porto-Gonçalves (2006), Maciel (2005), Norder (2006), Sevilla Guzmán (2006) –

citados por Montenegro (2010), consolidam uma visão crítica dos impactos ambientais negativos produzidos pela “agricultura moderna”<sup>4</sup> ou “Revolução Verde”. Esses impactos ainda se expressam fortemente nos dias atuais, associando-se à expansão dos agronegócios (soja, cana-de-açúcar, pecuária, reflorestamentos) sempre na forma de monoculturas; na ampliação dos plantios florestais (pinus e eucaliptos), formando os designados “desertos verdes”; na liberação e estímulo à utilização das sementes transgênicas; na intensificação do uso de agrotóxicos e de fertilizantes.

De outro lado, ressurgem reivindicações socioambientais de uma série de sujeitos sociais que se pretendia que estivessem extintos: gentes da terra, das florestas, do mar e ribeirinhos, os quais teceram suas racionalidades nesses ambientes. Essas gentes ou povos tradicionais<sup>5</sup>, não são hegemônicos (como poderiam ser?), mas têm resistido ao longo do tempo e do que restou de seus territórios.

Montenegro (2010) analisou sete documentos<sup>6</sup>, os quais resultaram de inúmeras reuniões de diferentes grupos sociais da América Latina nos últimos anos. Essa análise ilustrou uma visão sistemática e plural das principais pautas e denúncias que marcam as lutas e resistências desses grupos em relação aos seus territórios de vida.

---

<sup>4</sup> Inúmeros autores estudaram/estudam (Martine, G; Graziano da Silva, Gonçalves Neto, W, entre outros) o fenômeno da modernização da agricultura. Balsan (2006), a partir de uma revisão desses autores, sintetiza a concepção de agricultura moderna como o “modelo” agrícola adotado na década de 1960-70, voltado ao consumo de capital e tecnologia externa, em que grupos especializados passavam a fornecer insumos – desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. Essa opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores.

<sup>5</sup> A definição de povos e comunidades tradicionais adotada nesse artigo é a estabelecida pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Em seu artigo 3º, inciso I, define Povos e Comunidades Tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto Federal 6040/2007). Conforme, Little (2002) o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes dentro da diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil.

<sup>6</sup> Os documentos analisados foram os seguintes: 1) Declaração Final da IV Cúpula dos Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala (Puno-Perú, 31/05/2009); 2) Resolução de Povos Indígenas sobre a IIRSA (La Paz-Bolívia, 19/01/2008); 3) Proposta da Via Campesina de Declaração dos Direitos das Camponesas e dos Camponeses (Seul-Coreia do Sul, 08/03/2009); 4) Declaração dos Conselhos Comunitários e Organizações Étnico-Territoriais Afro-Colombianas e Indígenas do Litoral Pacífico (Tumaco-Colômbia, 18/06/2007); 5) Declaração Política do Fórum Nacional “Tecendo Resistências pela Defesa de Nossos Territórios” (Oaxaca-México, 18/04/2009); 6) Acordo e Conclusões do 10º Encontro da União de Assembléias Cidadãs (UAC) “Contra o Saqueio dos Bens Naturais e a Poluição, pela Soberania Alimentar e a Vida” (Jujuy-Argentina, 26/07/2009); 7) Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais do Semiárido (Paulo Afonso-Brasil, 12/12/2008).

Destaca-se, do conjunto de documentos analisados, a concepção da relação homem/natureza provinda fundamentalmente dos grupos indígenas e povos tradicionais, os quais consolidam suas críticas contundentes contra a extração intensiva dos recursos naturais e a construção de megainfraestruturas, e levanta uma dura alegação contra o produtivismo tóxico, seja da grande propriedade empresarial ou da agricultura familiar empresarial.

Nesse sentido, o estado do Paraná é um exemplo concreto da pertinência dessas análises: seu (re)povoamento<sup>7</sup> e formação foram impulsionados pelos grandes ciclos econômicos do Brasil, sob a forte influência dos contextos do comércio internacional. Serra (2010) afirma que a história agrária do Paraná é marcada pela forte relação entre os processos de apropriação da terra agrícola e da sua exploração econômica, ocasionando conflitos rurais que se estabeleceram ao longo do espaço e do tempo. Com o início do processo da modernização da agricultura brasileira a partir de 1960, e que no Paraná ocorrerá a partir dos anos 1970, Germer (2003) afirma que as estruturas agrárias e agrícolas paranaenses foram profundamente modificadas em menos de 10 anos. Essa alteração não ocorreu somente do ponto de vista das tecnologias e dos tipos de produtos, mas também e especialmente, em termos das figuras humanas, da redivisão em classes, dando origem a um proletariado rural<sup>8</sup> com muita rapidez e, ao mesmo tempo a formação de uma burguesia moderna agrária<sup>9</sup>.

O processo de modernização da agricultura, particularmente no Paraná, está praticamente consolidado, com a burguesia moderna agrária esparramada e, ainda, esparramando-se nos territórios remanescentes da agricultura camponesa, povos indígenas, quilombolas e faxinalenses. Ou seja, ainda há luta e disputa por terra e território nesse estado.

O processo de disputa territorial é uma das dimensões da questão agrária que reflete os embates entre o modelo hegemônico da agricultura empresarial, a dos agronegócios, e os outros modelos, nada hegemônicos, mas plurais e resistentes, das agriculturas camponesas, dos povos indígenas, dos

---

<sup>7</sup> Utilizou-se o termo (re)povoamento do Paraná, corroborando-se com o conceito de Motta, citado por Ribeiro (2005), que diz o seguinte: “A representação de um espaço geográfico desocupado ou vazio é tributária das metas de expansão do capitalismo, que incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo, desmistificando a noção de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista”. Diante desta concepção, possessões indígenas são qualificadas como espaços ideais a serem inseridos no âmbito da economia nacional e subsequentemente capitalista. Os responsáveis pela projeção do imaginário das terras virgens, bem como pelo surgimento do mito do pioneiro colonizador, são agentes determinados da sociedade nacional, dentre os quais se incluem as companhias colonizadoras, representantes governamentais, os geógrafos dos anos de 1930 a 1950 e historiadores desta mesma época.

<sup>8</sup> O proletariado rural é representado pela agricultura camponesa ou campesinato cujo conceito associa-se ao de povos tradicionais.

<sup>9</sup> A classe da burguesia moderna agrária é representada pelas agriculturas empresarial de grande dimensão e também pelas familiares tecnificadas e intensivas no uso de capital.

quilombolas, dos faxinalenses e também dos trabalhadores rurais sem terra, assentados pela reforma agrária.

Os interesses conflitantes sobre o uso e ocupação de um mesmo território geram disputas territoriais: grilagens, titulações ilegais ou que dão a terra como um privilégio, genocídio de populações tradicionais, ocupações de terra praticadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, reintegrações de posse, ações de usucapião, processos de regularização fundiária, ações judiciais envolvendo demarcação de territórios indígenas e quilombolas, entre outras.

“Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento ‘territorial’ rural e nestes se desdobram” (Fernandes, 2004: 2).

Ainda, de acordo com Fernandes:

Pensar o território nesta conjuntura deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas distintas. Nesta condição, temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala de homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês, que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses (2008: 296).

Para Fernandes, citado por Cleps Junior:

“a *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Acrescenta-se que a questão agrária gera, continuamente, conflitualidade, porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato” (2010: 37).

Nesse sentido, para compreender a organização de cada território específico, é preciso considerá-lo em sua totalidade e em sua multidimensionalidade – cultural, religiosa, étnica, econômica, social, ambiental, entre outras – organizado em diferentes escalas, a partir de suas diferentes paisagens.

Fernandes, citado por Cleps Junior (2010), diz ainda que as políticas públicas de desenvolvimento favorecem as relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. O que, historicamente, contribuiu e ainda contribui para a expropriação do conjunto de agricultores camponeses (quilombolas, trabalhadores sem terra, faxinalenses, indígenas, entre outros), que perdem continuamente seus territórios para a livre e incentivada expansão do capital no campo.

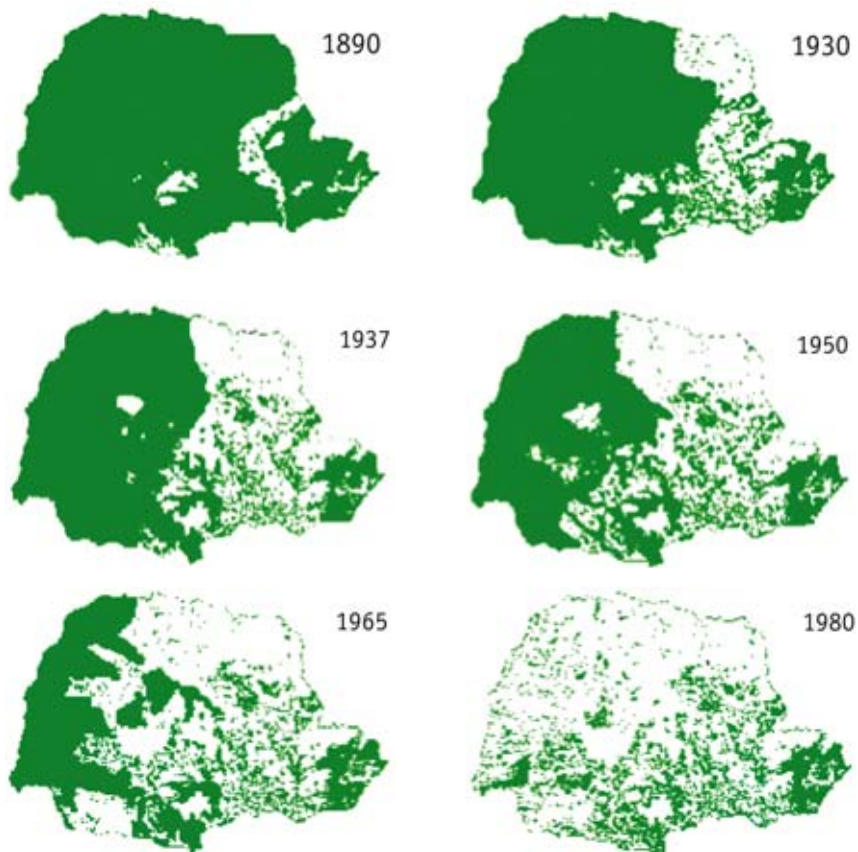
No item a seguir explicita-se o processo, histórico e econômico, de eliminação da cobertura florestal do estado do Paraná, tendo como pano de fundo os velhos e novos conflitos ou impactos socioambientais negativos.

### **Distribuição das florestas no Paraná: quem tem e quem não tem floresta e por quê?**

Até meados do século XIX, a cobertura florestal do Paraná, em suas diferentes formações florísticas, ocupava 83% da sua superfície. Ao longo do processo histórico de ocupação e, conseqüentemente, de disputas por terra e territórios desse estado, assistiu-se a uma rápida eliminação de sua vegetação natural. Tal eliminação foi produto dos ciclos econômicos a que o Paraná foi submetido, particularmente o da exploração da madeira, o do café, e principalmente pela modernização da agricultura, inicialmente com a monocultura da soja. Estes ciclos impulsionaram a reocupação do território paranaense que ocorreu de forma diferenciada no espaço e no tempo.

É possível constatar que num primeiro momento, entre 1880 a 1930 — com início na região do Paraná Tradicional e, mais tarde, estendendo-se à região Oeste-Sudoeste — quando a economia centrava-se, primeiramente, na exploração da erva-mate e, posteriormente, na extração da madeira, ambas orientadas à exportação, que grande parte da floresta foi explorada e eliminada para este propósito. Há que salientar o fato da exploração madeireira ter sido bastante seletiva e exclusivamente assente na prática extrativista. O caráter seletivo dessa exploração reflete-se nos dias atuais na eliminação quase total de biodiversidade, sobretudo das florestas estacional semidecidual (distribuída ao norte do Paraná) e floresta ombrófila mista (distribuída no centro-sul do estado). Na Figura 1, destacam-se mapas que ilustram, nitidamente, o processo de eliminação da cobertura florestal do Paraná, no período de 1890 a 1980, elaborados por Gubert Filho (1988).

**Figura 1: Involução da cobertura florestal no estado do Paraná – 1890 a 1980**



Fonte: Gubert Filho, 1988

No mesmo patamar de importância da perda de biodiversidade, destacam-se também os conflitos sociais advindos desse modelo de reocupação e de colonização da região Oeste-Sudoeste<sup>10</sup>, estimulado pelo então governador do estado e conduzido pelas companhias colonizadoras de terras, envolvendo posseiros, caboclos e colonos que ocupavam as terras com floresta nesse período histórico e que foram expulsos de seus territórios.

Num segundo momento (a partir de 1930 até 1960), cujo contexto econômico favorecia a exportação do café, outra grande parte da floresta foi eliminada para dar lugar às lavouras de café. Este fato foi constatado para a região do Grande Norte. Porém, nesta região, a floresta nem sequer

<sup>10</sup> Ver Gomes, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

foi economicamente aproveitada. Grandes extensões de floresta estacional semidecidual e seus ecossistemas associados foram queimados, restando apenas alguns escassos remanescentes florestais e, obviamente, extinguindo a biodiversidade regional (Figura 1).

Os conflitos sociais também permeiam este momento histórico da reocupação e colonização dessa região. Prova disso foi a revolta dos posseiros de Porecatu, onde camponeses e posseiros lutaram para permanecerem em suas terras, contra jagunços, fazendeiros e grileiros, apoiados pelas forças policiais do Paraná e também de São Paulo que apoiavam o modelo de colonização e de implantação da monocultura do café<sup>11</sup>.

A partir de 1960, com início do processo de modernização da agricultura no Brasil, e que chegará ao Paraná na década de 1970, se implanta uma nova maneira de fazer agricultura, marcada pela monocultura, orientada à exportação. Nesse momento, assiste-se, então, a eliminação quase que total dos últimos remanescentes florestais do estado situados, sobretudo, em terras mecanizáveis pertencentes a grandes fazendeiros ou latifundiários – agricultores empresariais, burguesia agrária moderna – que por sua vez as desmataram para implantar monoculturas de soja, cana-de-açúcar, com vistas à exportação (Figura 1).

Os conflitos sociais no campo se intensificam. De um lado, agricultores camponeses, posseiros, caboclos, quilombolas, faxinalenses – povos tradicionais – resistem para manter-se em suas terras e territórios, via de regra, com remanescentes de cobertura florestal, mas sem acesso a políticas públicas agrárias, agrícolas, socioambientais, culturais que os reconheçam e os legitimem. De outro, os agricultores empresariais, ainda mais fortalecidos pelas políticas públicas que estimulam os agronegócios, sobretudo da soja, da cana-de-açúcar, da pecuária e do reflorestamento. Vale destacar que essa classe de agricultores influenciou, decisivamente, a revogação do Código Florestal (Lei 4771/1965), o que lhes assegurou ampliar ainda mais seus “territórios de agronegócios”. Com a aprovação do “novo Código Florestal” (Lei 12.651 de 25 de maio 2012 – Lei de Proteção da Vegetação Nativa) eles foram perdoados de crimes ambientais, notadamente os desmatamentos realizados até 22 de julho de 2008.

Deste processo histórico e econômico, resulta a atual cobertura florestal do estado, não mais do que 10%. No mapa Uso do Solo 2001/2002 – Estado do Paraná, produzido pelo ITCG/PR (ver Mapa 1), ilustram-se os principais usos do solo no Paraná, em 2001/2002, ficando evidente o uso da terra com agricultura intensiva. No mapa Uso do Solo 2001/2002 e povos tradicionais, também

---

<sup>11</sup> Ver Oikawa, Marcelo Eiji. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



produzido pelo ITCG/PR (ver Mapa 2) ilustra-se o mesmo contexto, porém com a sobreposição da informação de localização de povos tradicionais no estado do Paraná. Fica evidente, ainda, que os remanescentes florestais estão mais presentes nos territórios desses povos.

A distribuição do que sobrou de floresta nas regiões paranaenses é a seguinte:

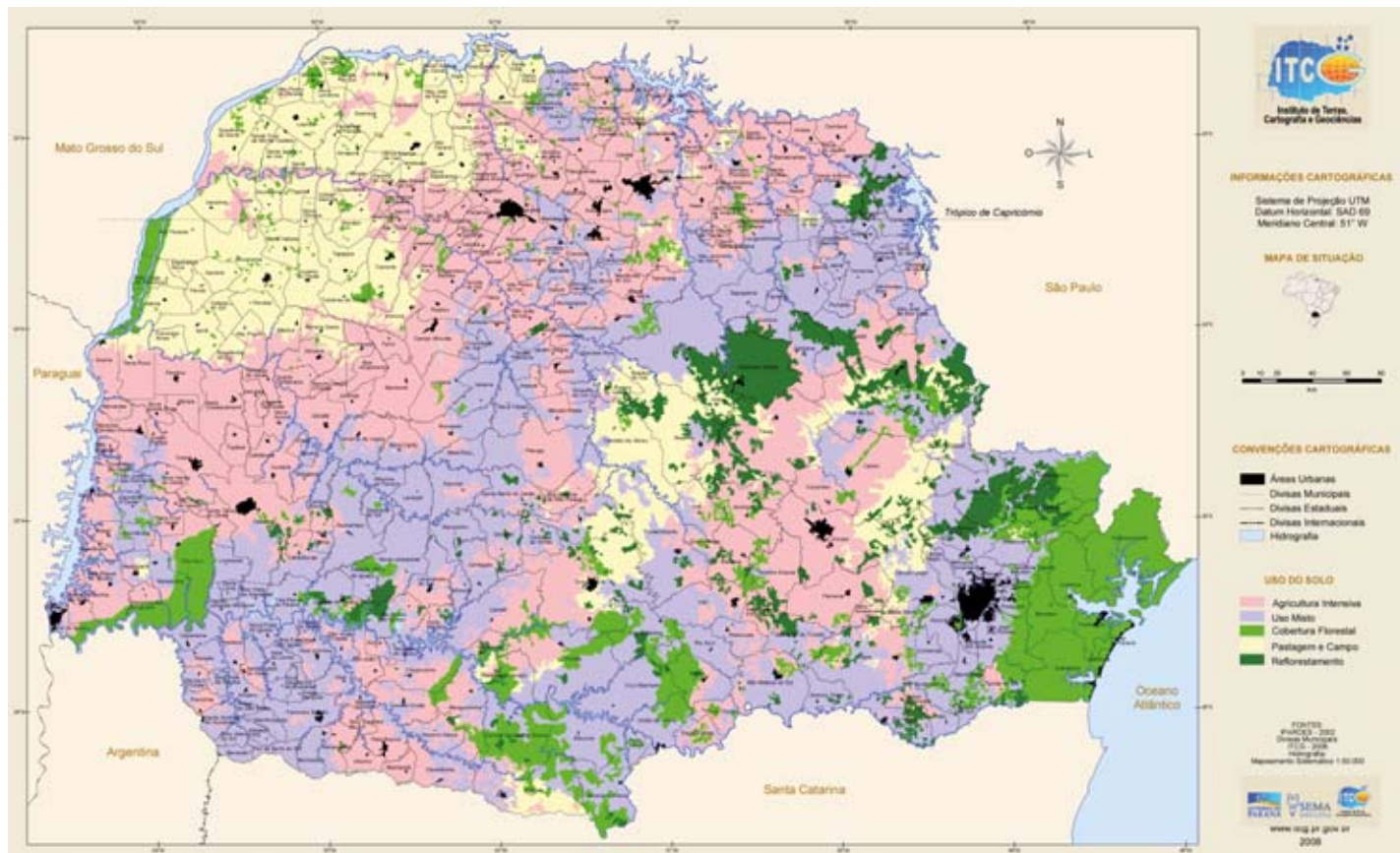
- a) Na região Extremo Oeste, “território da agricultura empresarial” onde predomina o agronegócio da soja, restou apenas a floresta do Parque Nacional do Iguaçu<sup>12</sup>, que é uma ilha de vegetação em meio às lavouras mecanizadas de soja convencional e, mais recentemente, da soja transgênica (Mapa 1).
- b) Na região Leste, marcada por um “mosaico de territórios em disputa” – unidades de conservação, chácaras de lazer, comunidades quilombolas, povos tradicionais e empresas florestais – restou a cadeia montanhosa da Serra do Mar. Nesse mosaico, predominam as unidades de conservação (de proteção integral e de desenvolvimento sustentável, de domínio público e privado), as chácaras de lazer com finalidade para o ecoturismo<sup>13</sup> (“agronegócio” do turismo ecológico) e as empresas florestais cujo objetivo é ampliar suas áreas para implantar plantios florestais (pinus e eucaliptos); há também a presença, não hegemônica, de comunidades quilombolas, situadas próximas ou mesmo no interior do Parque Estadual das Lauráceas; e de povos tradicionais desalojados de seus territórios quer pela expansão do capitalismo no campo, quer pelo “modelo americano”<sup>14</sup> de conservação da natureza, adotado pelos órgãos ambientais, federal e estadual. Esse modelo transformou o espaço de vida e de produção camponesa em unidades de conservação de proteção integral, as quais não permitem a presença humana (Mapa 2).

---

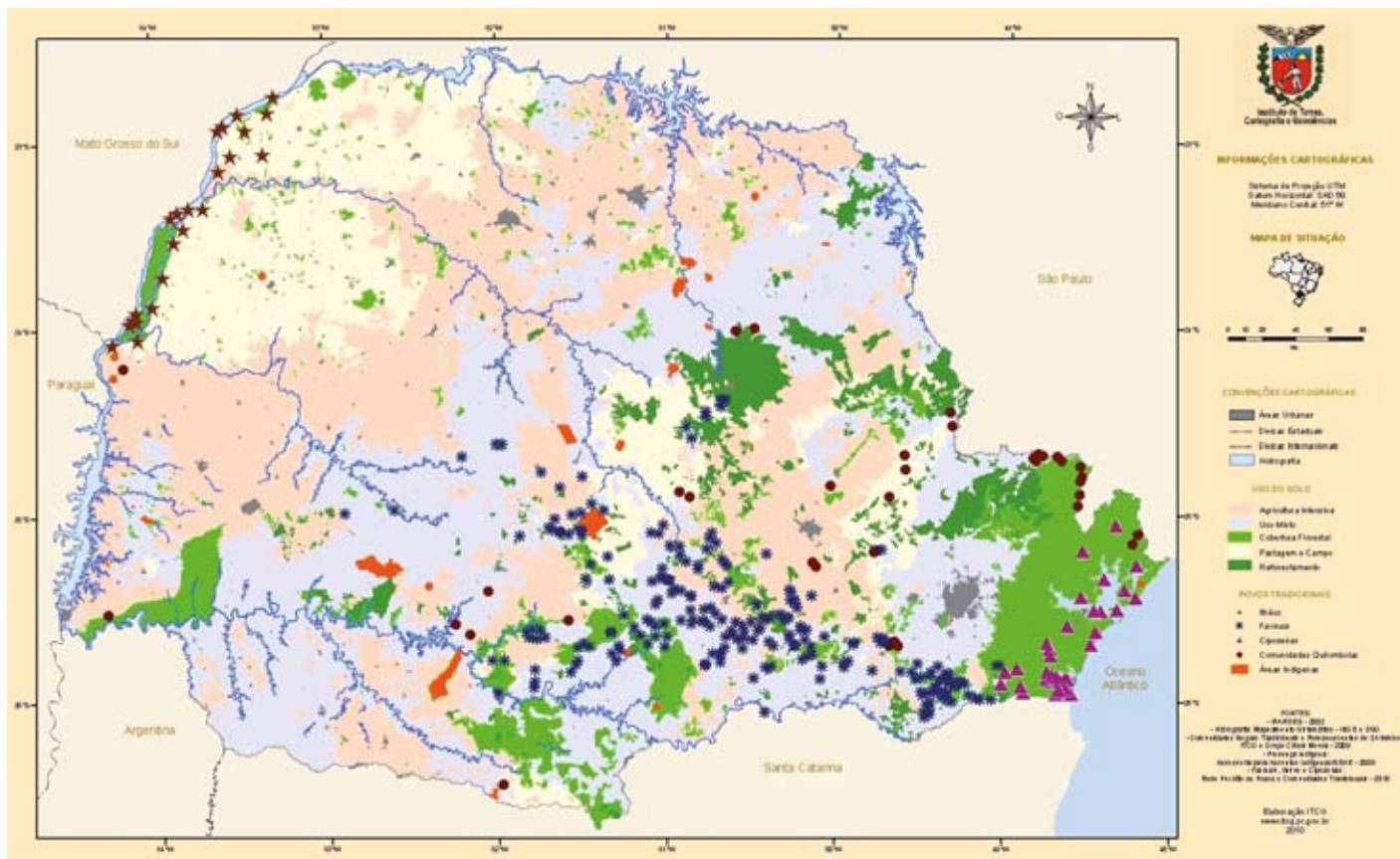
<sup>12</sup> O Parque Nacional do Iguaçu é uma unidade de conservação de âmbito federal, pertencente à categoria de manejo de áreas de proteção integral, cujo domínio é público.

<sup>13</sup> Pode-se afirmar que essas chácaras pertenciam a pequenos posseiros também designados de caixaras (enquadrando-se como povos tradicionais), os quais não tiveram acesso a políticas públicas socioambientais adequadas, o que também contribuiu para a perda de suas terras para empresários urbanos que ali implantaram seus negócios de turismo ecológico.

<sup>14</sup> A criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos a partir de meados do século XIX se constituiu numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. Os conservacionistas americanos, a partir do seu processo de desenvolvimento de rápida expansão urbano-industrial, propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem urbano pudesse apreciar a natureza selvagem. Esse modelo conservacionista ao ser adotado em países com realidades econômicas, sociais, culturais distintas dos Estados Unidos, conduziu a uma série de conflitos entre populações residentes em espaços naturais, que foram transformados em Parques, os quais não mais permitiam a presença humana, desalojando-as de seu lugar. Ver Diegues, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.



Mapa 2: Uso do solo 2001/2002 e povos tradicionais



- c) Na região Centro-Sul, “território das agriculturas familiares empresariais e povos tradicionais faxinalenses”, onde restam fragmentos de floresta natural (Floresta com Araucária) cuja distribuição concentra-se, principalmente, nas terras faxinalenses (Mapa 2).
- d) Nas demais regiões do estado, predominam os “territórios das agriculturas empresariais” (agronegócios da cana-de-açúcar e pecuária, empresas florestais) em expansão mas também em disputa, principalmente, com os “territórios da reforma agrária” (os assentamentos rurais do INCRA). Nessas regiões restam poucas e esparsas árvores isoladas ou pequenos fragmentos de floresta natural. Vale destacar que nos territórios da reforma agrária encontra-se em desenvolvimento um processo de recuperação ambiental<sup>15</sup>, que vem se constituindo como uma possibilidade real de ampliação de áreas ambientalmente protegidas.

Muito bem, feita esta breve e sintética análise da distribuição do que sobrou das florestas naturais nos distintos espaços geográficos paranaenses, conceituados como territórios, resta mencionar, também de forma breve e sintética, o processo de apropriação da terra e das florestas nesse estado.

No início da reocupação do espaço paranaense, por volta de 1650, a terra era distribuída segundo o regime de sesmarias, isto é, grandes extensões de terras, cedidas a particulares que deveriam promover a sua ocupação produtiva. “O regime de sesmaria salienta a influência dominialista acobertada pela concessão estatal, em benefício de alguns poucos privilegiados que, muitas vezes, não estavam interessados em explorar economicamente a terra” (Costa apud Serra, 2010:134).

O regime de sesmarias foi extinto, no Brasil, em 1822. O estado do Paraná conquistou sua emancipação político-administrativa em 1853, três anos após a edição da Lei de Terras (Lei 601, de 1850) que estabeleceu o mecanismo da compra como segunda forma jurídica de acesso à terra (Serra, 2010).

No período de 1822-1850 as posses se constituíram, no Paraná, em mecanismo amplamente utilizado, marcado por um vazio jurídico em termos de legislação agrária no Brasil. Esse vazio jurídico propiciou a algumas categorias aproveitarem para se apropriar de extensas áreas, na expectativa de conseguir a sua regularização por meio de alguma brecha criada da nova Lei, o que realmente aconteceu. A

---

<sup>15</sup> Destaque-se que o INCRA tem declarado e pautado como princípio na execução da reforma agrária, a produção agroecológica nos assentamentos rurais, com políticas públicas e programas de financiamento para tal. Uma vez que esse princípio seja fortalecido nas políticas públicas de reforma agrária, poderá, então, haver uma contribuição decisiva para a recuperação e conservação da biodiversidade nesses territórios. Além disso, a criação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos rurais estão submetidos ao licenciamento ambiental, o qual impõe a recuperação ambiental, sob pena de o INCRA não poder criar assentamentos. Vale dizer que nenhuma implantação de monocultura é submetida ao licenciamento ambiental, embora haja previsão legal para isso.

Lei 601/1850, num primeiro momento, estabeleceu a mercantilização da terra como forma jurídica para, em seguida, garantir o pleno domínio sobre as sesmarias conquistadas até 1822 e sobre as “posses mansas e pacíficas”, apropriadas nos 28 anos que vão de 1822 a 1850. “O Paraná, diante, disso, começa sua história agrária já convivendo com as bases do latifúndio, construídas pelas sesmarias e pelas grandes posses consolidadas pela Lei 601/1850” (Serra, 2010: 132).

O Estado, então, promove a colonização das terras vendendo títulos a particulares, destacando-se aí o papel de grandes companhias colonizadoras, nomeadamente estrangeiras, no processo de instalação neste espaço natural, econômico e social.

Do ponto de vista social, o legado do regime de concessão de terras bem como do processo de colonização das mesmas, conduzido pelo Estado, foram os violentos conflitos e revoltas sociais, já mencionados e localizados no tempo e nos espaços geográficos paranaenses.

Sonda (1996) afirma que do ponto de vista ambiental e particularmente no que se refere às florestas naturais, verificou-se que o regime de distribuição de terras, seja através da concessão das sesmarias ou da aquisição, em ambos os casos tratando-se de particulares, distribuiu também (obviamente) as florestas. Estas foram eliminadas pelos seus “legítimos” proprietários que procuravam, em cada contexto econômico, dar o uso mais rentável às suas terras. Desta forma, pode-se dizer que no Paraná a floresta foi eliminada proporcionalmente à quantidade de terra recebida ou comprada. Isto ocorreu em contextos econômicos determinados, em ritmo e formas diferenciadas para cada uma das grandes regiões que compõem o Estado.

Via de regra quem concentra a terra, concentra ainda mais as florestas. Os dados do Censo Agropecuário de 1985 analisados por Sonda (1996), relativos ao município de Guaraqueçaba, expressam bem essa relação: 3,6% das explorações agrícolas (29 em número absoluto) detêm 80,6% da terra e 90,8% das florestas. Significa dizer que a biodiversidade florestal desse município está concentrada em 29 estabelecimentos agropecuários, os quais poderiam ser fiscalizados pelos órgãos ambientais em um único mês. Ao contrário, representando os grupos sociais de agricultores camponeses, tem-se, no mesmo município o seguinte: 46,7% (380) detêm 4,4% da terra e 2,8% das florestas. Ou seja, muito pouca terra e muito pouca floresta, o que ensejaria políticas públicas de ampliação de terras (ou territórios) para a manutenção desses grupos sociais no campo, respeitando suas racionalidades próprias e seus vínculos com a terra/território.

A seguir, será relacionado de forma sucinta o tratamento jurídico nacional e internacional do qual se pode vislumbrar o reconhecimento e a proteção dos territórios dos povos tradicionais. As normas indicadas são fruto de disputas acirradas e representam, ainda que com as suas deficiências, conquistas dessas minorias. Mas apesar disso, as políticas públicas que necessariamente devem

decorrer dessa legislação têm um longo caminho a avançar para que sejam promovidas melhorias efetivas para esses grupos na defesa e reconquista dos espaços necessários à manutenção de seu modo de ser.

## **Normas jurídicas e políticas públicas para povos tradicionais**

A análise do contexto abordado a partir do viés jurídico possibilita averiguar os fundamentos legais que ensejam essa expansão do agronegócio sobre territórios tradicionais, aparentemente de modo inexorável. Essa possível irresistibilidade é reforçada pela omissão do Estado ou, pior, pela sua atuação como coordenador e financiador de projetos que violam os direitos dos povos tradicionais, relegando-os a uma condição de marginalidade ou de obstáculo ante os projetos de desenvolvimento nacional.

Com a ampliação dos debates acerca da democracia e com a recorrente e cada vez maior pressão sobre os seus modos de produção, indígenas, quilombolas, camponeses, faxinalenses e outras populações tradicionais passaram a demandar uma proteção jurídica que contemplasse seus interesses, exigindo que fossem considerados como integrantes da sociedade brasileira em sua diversidade. O antropólogo Paul Little (2002) explica o processo de avanço sobre os territórios dessas gentes, quando aborda as migrações estimuladas pelo Estado com pesados investimentos em infraestrutura, a partir da década de 1930:

Da perspectiva dos distintos povos tradicionais, esses múltiplos movimentos mudaram radicalmente sua situação de invisibilidade social e marginalidade econômica. Agora essas invasões a suas terras foram acompanhadas por novas tecnologias industriais de produção, transporte e comunicação, que alteraram as relações ecológicas de forma inédita, devido à sua intensidade e poder de destruição ambiental. A partir da década de 1980, o fortalecimento da ideologia neoliberal e a incorporação à economia mundial de grupos antes afastados dela (ou, como indicado antes, re-inseridos nela depois de uma época de afastamento) agravaram ainda mais as pressões sobre os diversos territórios dos povos tradicionais, particularmente no que se refere ao acesso e à utilização de seus recursos naturais.

(...)

Frente a essas novas pressões, os povos tradicionais se sentiram obrigados a elaborar novas estratégias territoriais para defender suas áreas. Isto, por sua vez, deu lugar à atual onda de territorializações em curso. O alvo central dessa onda consiste em forçar o Estado brasileiro a admitir a existência de distintas formas de expressão

territorial – incluindo distintos regimes de propriedade – dentro do marco legal único do Estado, atendendo às necessidades desses grupos. As novas condutas territoriais por parte dos povos tradicionais criaram um espaço político próprio, na qual a luta por novas categorias territoriais virou um dos campos privilegiados de disputa. Um dos principais resultados dessa onda tem sido a criação ou consolidação de categorias fundiárias do Estado. Devido à grande diversidade de formas territoriais desses povos, houve a necessidade de ajustar as categorias às realidades empíricas e históricas do campo, em vez enquadrá-las nas normas existentes da lei brasileira (Little, 2002: 12-13).

Nesse aspecto, a Constituição de 1988 foi um marco no reconhecimento e proteção da pluralidade cultural nacional, que pode afastar a aceitação passiva de argumentos relacionados ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, ainda que se prestem ao atendimento direto ou indireto de um dito interesse social, com a finalidade de justificar intervenções em territórios tradicionais. Afinal, essa Constituição, ainda que possa ter privilegiado um sistema econômico, não deixou de amparar outras formas de organização que escapam ao modelo hegemônico. Ao comentar a ordem econômica na Constituição, o ex-Ministro do Supremo Federal Eros Roberto Grau (2008) manifesta a importância do reconhecimento dessa pluralidade:

Não obstante – e por isso mesmo, de resto – ela [a Constituição], e sobretudo sua ordem econômica, retratam fidedignamente a realidade nacional, a heterogeneidade da sociedade brasileira e seus múltiplos interesses, estruturados sobre a coexistência de inúmeros modos de reprodução social.

(...) É a *Constituição do Brasil, do Estado e do povo brasileiros*, a Constituição de 1988. Na sua ordem econômica, em especial – apesar disso não contraditória, mas coerente – encontram-se projetadas todas as contradições do nosso Estado, da nossa sociedade, do nosso povo. Eis aí – podemos dizer, quase solenemente, ao apresentá-la – nesta Constituição, o fundamento do direito brasileiro (Grau, 2008: 345).

A proteção das diferentes sociedades que integram a nação se expressa na “concepção unitária do meio ambiente, que compreende tanto os bens naturais quando os bens culturais”, de acordo com Juliana Santilli (2005). Existe, portanto, uma assimilação constitucional do multiculturalismo, com o que os povos tradicionais têm resguardado o seu direito de manter sua identidade cultural diferenciada, para o que lhes devem ser asseguradas

as “condições de sobrevivência física e cultural” (Santilli, 2005), como decorrência da interpretação principalmente dos artigos 215, 216 e 216-A, dos quais se destacam os seguintes dispositivos, sem ignorar a relevância do texto omitido:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

(...)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

(...)

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais



(...)

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

Em 1989, a Organização Internacional do Trabalho – OIT adotou a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, que representa, no plano internacional, o documento de maior relevância para a proteção dos direitos dos povos tradicionais, tendo como seu objetivo primordial “promover a realização dos direitos sociais, econômicos e culturais dos povos indígenas e tribais, bem como proporcionar-lhes um mecanismo de participação no processo de desenvolvimento nacional” (Garzón, 2009). Essa convenção foi ratificada pelo Brasil em 2002, de forma que o país está obrigado a apresentar relatórios anuais sobre a sua implementação<sup>16</sup>.

A Convenção nº 169 da OIT faz previsão ao direito de propriedade e posse dos territórios tradicionais e tem como principal instrumento para a sua proteção a consulta prévia, “que deve existir antes de que os governos estatais empreendam ou autorizem qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas terras destes povos” (Garzón, 2009). A falta de regulamentação da consulta, entretanto, impede a definição do seu alcance, sendo que essa ferramenta deveria servir efetivamente para influenciar o resultado decisório relacionado à pretensão de intervenção nos territórios, ao contrário de ser mera formalidade a ser observada e superada (Garzón, 2009).

Outro documento internacional central para o tema é a Convenção para a Diversidade Biológica – CDB, de 1992, cujo texto foi promulgado pelo Brasil em 1998. O artigo 10.c estabelece que os Estados-Parte devem “proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável”, enquanto o artigo 8.j fala no dever de “respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica”.

Juliana Santilli (2005) destaca que:

Os processos, práticas e atividades tradicionais dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais que geram a produção de conhecimentos e inovações relacionados a espécies e ecossistemas dependem de um modo de vida estreitamente relacionado com a

---

<sup>16</sup>De acordo com o artigo 22 da Constituição da OIT, “Os Estados-Membros signatários comprometem-se a apresentar à Repartição Internacional do Trabalho um relatório anual sobre as medidas por eles tomadas para execução das convenções a que aderiram”.

floresta. A continuidade da produção desses conhecimentos depende de condições que assegurem a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais (Santilli, 2005: 195).

Santilli prossegue para explicar que esses conhecimentos se prestam ao uso e à atribuição de significados aos elementos da natureza, que conferem a própria identidade dos grupos. Existem interesses estritamente econômicos sobre os recursos genéticos das comunidades tradicionais, tanto porque estas mantêm espaços de grande diversidade como porque possuem conhecimentos associados às possibilidades de uso desses recursos. E nesse aspecto, a biopirataria representa mais um fator de ameaça ao território desses povos.

Retornando ao direito brasileiro, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, instituída pelo Decreto nº 6.040/2007, foi bastante minuciosa, procurando detalhar princípios e objetivos relacionados à proteção das populações tradicionais. Essa política reconhece, valoriza e respeita a diversidade socioambiental e cultural desses povos, compreendendo as suas formas próprias de integração com o ambiente, sendo que a sua invisibilidade histórica deverá ser superada com o pleno exercício da cidadania. Dos objetivos elencados nos artigos 2º e 3º, fica evidente a importância da proteção do território para a existência das comunidades.

Apesar do tratamento legal existente, que se estende por outras normas, a realidade denuncia uma grave deficiência na execução das políticas públicas voltadas ao atendimento dos povos tradicionais. De acordo com informações do ISA – Instituto Socioambiental (2013), existem 26 Terras Indígenas no Paraná. Destas, somente 15 se encontram demarcadas, sendo que a maioria das demais está na fase de identificação, que corresponde à primeira etapa dos trabalhos para reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. Olhando imagens de satélite com a delimitação das áreas demarcadas (ISA, 2013 – ver Imagem 1), é possível observar que essas Terras Indígenas possuem os remanescentes florestais significativos das regiões em que estão distribuídas.

Na região Oeste do estado, a mão de obra indígena foi utilizada para a derrubada da floresta, cuja comercialização ampliava os rendimentos das companhias colonizadoras (Silva, 2007). A retribuição concedida aos índios Guarani foi a destruição e a espoliação de seu território. Espremido às margens do rio Paraná, esse povo foi ignorado na construção da hidrelétrica de Itaipu, cujo lago inundou suas terras remanescentes.

Os Guarani também sofrem com o modelo conservacionista da natureza. As três terras indígenas da região somam cerca de 2,2 mil hectares<sup>17</sup>,

<sup>17</sup> Reserva Indígena Santa Rosa do Ocoy, em São Miguel do Iguazu, com área de 251,00 hectares; Terra Indígena *Tekohá Añetete*, em Diamante d'Oeste, com área de 1.744,00 hectares; e *Tekohá Itamarã*, também em Diamante d'Oeste, com área de 242,00 hectares.

## Imagem 1: Terras indígenas e conservação ambiental



**Terra Indígena Ivaí**  
Municípios: Pitanga e Manoel Ribas  
Área da TI: 7.306,00 hectares



**Terra Indígena Mangueirinha**  
Município: Mangueirinha  
Área da TI: 7.400,00 hectares



**Terra Indígena Tibagy/Mococa**  
Município: Ortigueira  
Área da TI: 859,00 hectares

conquistadas a duras penas, o que contrasta com mais de 300 mil hectares de áreas destinadas à conservação ambiental no Parque Nacional do Iguaçu, no Parque Nacional da Ilha Grande e nas áreas de preservação permanente do lago de Itaipu, espaços em que há evidências de ocupação tradicional indígena.

Além da perda do território, a modificação do ambiente por si só condenou os indígenas à impossibilidade de alcançar o seu eko porã, o viver bem. O modo Guarani de ser foi inviabilizado (Albernaz, 2008). O estabelecimento de fronteiras nacionais, a apropriação privada das terras, a criação de grandes espaços de conservação e o lago de Itaipu criaram obstáculos à mobilidade típica desses indígenas. E a eliminação das florestas e o uso de veneno suprimiram as condições de extrativismo. Os animais, outrora abundantes, são apenas memórias entalhadas no artesanato Guarani.

Como contraponto a essa situação de desamparo, existe um movimento de resistência e reconquista do território indígena na região. Diferentemente do que se tem noticiado (FAEP, 2013), esse movimento não busca a demarcação de 100 mil hectares, englobando áreas urbanas e de produção agrícola intensiva, mas reivindica o reconhecimento do espaço necessário à existência em conformidade com o seu modo guarani de se organizar.

Aproximadamente mil indígenas encontram-se concentrados nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, onde existem 13 aldeias instaladas em áreas rurais e urbanas. Uma delas, a Tekohá Marangatu, situada na área de preservação permanente do lago de Itaipu, foi declarada como Terra Indígena pela Justiça Federal, em ação de reintegração de posse movida pela Itaipu Binacional, que pretendia retirar os indígenas do local<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Ação de reintegração de posse nº 2005.70.04.001764-3/PR, da 1ª Vara Federal de Umuarama/PR.

A situação dos Guarani parece se relacionar com uma época já superada de colonização que considerava os territórios indígenas como espaços vazios a serem ocupados. Ou, no caso da hidrelétrica de Itaipu, com a truculência da ditadura militar e o mote de desenvolvimento a qualquer custo. O tempo passou, não se fala mais de colonização no Paraná e a democracia vigora formalmente. Mas as ameaças e violações aos direitos dos indígenas persistem. Como exemplo, a construção da usina hidrelétrica de Mauá, no rio Tibagi, entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, não considerou, em sua fase de licenciamento ambiental, os impactos do empreendimento sobre as comunidades indígenas da região.

Diante disso e de uma série de irregularidades, o Ministério Público Federal ingressou com uma Ação Civil Pública<sup>19</sup>, no âmbito da qual a Justiça Federal, em primeira instância, declarou a bacia do rio Tibagi como território indígena Kaingang e Guarani, para que outros eventuais empreendimentos hidrelétricos contemplem “essa territorialidade na definição da área de influência para meio sócio-econômico e cultural” (Alecrim, Moimas, Pinheiro, 2009). Além disso, a empresa responsável pela elaboração dos estudos ambientais exigidos para o empreendimento foi condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 40 milhões por danos morais causados às comunidades indígenas da bacia do rio Tibagi.

Entre os quilombolas, a questão territorial é ainda mais delicada. Das 34 comunidades certificadas no estado pela Fundação Cultural Palmares, nenhuma delas foi efetivamente titulada em conformidade com a Constituição de 1988 e o Decreto nº 4.887/2003. Essas comunidades também se veem ameaçadas pela expansão do agronegócio, que desestabiliza as relações comunitárias no campo e exerce pressão sobre os recursos naturais indispensáveis à permanência dos quilombolas organizados em conformidade com os seus costumes.

No Vale do Ribeira, há a maior concentração de comunidades quilombolas no Paraná. Essa região foi historicamente abandonada pelo Poder Público e todos os seus municípios possuíam, em 2007, um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH abaixo das médias estadual e nacional (IPARDES, 2007). O avanço dos reflorestamentos de pinus no Vale do Ribeira tem tornado as terras economicamente atrativas aos investimentos privados<sup>20</sup>, que põem em risco as comunidades quilombolas, sujeitas a ações de reintegração de posse porque não detêm, via de regra, o título de domínio das áreas que ocupam.

No caso dos faxinalenses, que têm 227 comunidades identificadas, concentradas especialmente na região Centro-Sul do estado (Souza, 2008), as ameaças são as mesmas que recaem sobre indígenas e quilombolas, mas

<sup>19</sup> Ação Civil Pública nº 2006.70.01.004036-9/PR, da 1ª Vara Federal de Londrina/PR.

<sup>20</sup> A título de exemplo, no final de 2011, foi amplamente noticiada a aquisição, por uma holding das empresas Klabin e Arauco, de uma área de 107 mil hectares no Vale do Ribeira, pelo valor de R\$ 840 milhões (Fadel, 2011).

não têm uma proteção específica expressa na Constituição, o que, apesar da legislação estadual, dificulta a definição e implementação de políticas públicas próprias. No Paraná, uma forma de proteção dessas comunidades tem se dado especialmente através da criação de Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR<sup>21</sup>, que é uma modalidade de unidade de conservação estadual de uso sustentável, a qual, porém, não prevê a proteção do território de forma diferenciada. Com a ARESUR, os municípios em que se localizam os faxinais reconhecidos sob essa modalidade de unidade de conservação recebem repasses do ICMS Ecológico, que muitas vezes investem nas comunidades sem observar as suas práticas tradicionais, mas buscando convertê-las em espaços de agricultura convencional (Souza, 2008).

No que diz respeito aos camponeses, considerando a prevalência do aspecto da proteção territorial nesta abordagem, haverá uma delimitação para tratar apenas do público da reforma agrária, sem que isso signifique a inexistência de outras comunidades camponesas. É oportuno fazer nova referência a Paul Little, que observa que as ações relacionadas “à demarcação e homologação das terras indígenas, ao reconhecimento e titulação dos remanescentes de comunidades de quilombos e ao estabelecimento das reservas extrativistas” constituem uma “outra reforma agrária” (cf. Little, 2002: 2-3).

Feita essa menção, cabe registrar que, de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2013), existem 297 assentamentos no Paraná, que ocupam 390 mil hectares (1,95% da área total do estado) e que beneficiam diretamente 18.614 famílias. Apesar disso, mais de 5 mil famílias permanecem acampadas no estado, demandando a continuidade da obtenção de terras para a realização dessa política.

Esses espaços da reforma agrária têm potencial para proteger, em suas áreas de preservação permanente e de reserva legal, o equivalente às unidades de conservação estaduais de proteção integral, que somam aproximadamente 84 mil hectares (Sonda, 2010). É importante destacar que, diferentemente do que ocorre com os extensos monocultivos do agronegócio, voltados para a exportação, a implantação de assentamentos está condicionada ao licenciamento ambiental desses empreendimentos, o que exige rigor em relação ao planejamento do uso dos recursos naturais de forma sustentada nessas áreas.

Além disso, a produção desenvolvida nos assentamentos tem como preferência tecnológica a agroecologia, que não sujeita a natureza a um modelo previamente estipulado de produção, mas aproveita as potencialidades do ambiente para uma produção orientada pela sua vocação. Com isso, a produção da reforma agrária pode integrar a preservação ambiental ao fornecimento de alimentos saudáveis.

---

<sup>21</sup> Decreto Estadual nº 3.446/1997.

Mas também os assentamentos da reforma agrária estão sujeitos à conformação a um padrão hegemônico de produção, com apoio inclusive do Poder Público. Nesse caso, nos lotes dos assentamentos são implantados monocultivos de grãos ou de espécies florestais exóticas, eliminando o modo de produção camponês, do que resulta o endividamento, em razão da impossibilidade de ganho em escala exigido pelo modelo adotado, acompanhado de uma desestruturação que inviabiliza a permanência no local, fazendo retornar as terras ao mercado, de maneira indevida.

Aliás, esse é um aspecto contraditório da reforma agrária, inerente à forma como essa política tem sido concebida. É que o seu “coroamento” se dá com a titulação do domínio dos lotes dos assentamentos para os beneficiários dessa política (INCRA, 2011). Assim, as áreas retiradas do domínio privado, por serem de interesse social, retornam à condição de propriedade privada, sujeitando-se exclusivamente às condições do mercado. Ainda que não haja concordância com essa interpretação, pode-se concluir que a instituição de territórios camponeses tem um caráter provisório, vigorando até que haja uma integração ao modelo hegemônico. E é essa forma de tratamento dos povos tradicionais que se busca superar com os instrumentos legais atuais, que não têm como finalidade essa integração, mas que objetivam uma proteção diferenciada para a manutenção da sociodiversidade.

O fator determinante para a alteração desse cenário é a efetiva preservação do território dessas gentes. Pois é a terra que dá condições de manutenção e reprodução social e cultural dos povos tradicionais, sendo que a relação com o território é que permite essa classificação como grupo diferenciado:

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.

(...)

A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

(...)

Parajuli (1998) elaborou o conceito de “etnicidades ecológicas” na tentativa de mostrar a importância desses regimes na própria constituição identitária os grupos (Little, 2002: 3,4,8).

O reconhecimento e a proteção desses espaços, considerando as peculiaridades da relação dos povos tradicionais com o ambiente, é um importante instrumento de preservação dos recursos naturais. Por essa razão, Juliana Santilli (2005)

aponta que as políticas de conservação da diversidade biológica não podem excluir as terras indígenas e os territórios quilombolas. Destaca-se, também, a importância das unidades de conservação, sobretudo as reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, não para a conservação dos recursos naturais como finalidade precípua, mas como uma consequência da proteção do território de populações tradicionais que se desenvolvem numa relação de dependência mais estreita das condições do ambiente. No caso paranaense, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado estão adaptadas à realidade dos faxinalenses, mas poderiam ser incrementadas para assegurar de uma forma mais evidente a proteção territorial.

Para completar, a criação de assentamentos da reforma agrária precisa ser igualmente considerada na implementação de políticas ambientais e dos povos tradicionais. A agricultura familiar é rica em variedade e representa uma alternativa produtiva ao agronegócio, integrando a geração de renda à manutenção da diversidade de sistemas agrícolas voltados à produção de alimentos. Na leitura de Juliana Santilli (2009), a “agricultura familiar é fundamental para a segurança alimentar, a geração de emprego e renda e o desenvolvimento local em bases sustentáveis e equitativas”, além de alcançar esses resultados empregando diferentes técnicas que integram o uso dos diversos elementos naturais disponíveis, constituindo uma agrobiodiversidade.

Os povos tradicionais têm um conhecimento único, expresso na forma de se relacionar com o meio, o que representa uma diversidade por si só interessante (Cunha, 1999). Essa diversidade traz riqueza à sociedade brasileira e, para que se mantenha, manifeste-se e se reproduza, precisa de espaço, de território e estímulos, para o que existe forte amparo no ordenamento jurídico vigente e que deve, portanto, ganhar plena aplicação.

## **Considerações finais**

O que se pode concluir senão o óbvio?

Os diferentes povos tradicionais do Paraná integram a sua sociedade e contribuíram e contribuem, de diversas formas, para a sua conformação. A riqueza cultural e ambiental do estado se devem à existência dessa população, que deve, portanto, ser destinatária de políticas públicas próprias, sobretudo para proteção de seus territórios. E além disso, as políticas de desenvolvimento social e econômico não podem ignorá-las, mas devem sempre considerá-las como beneficiárias da atuação do Poder Público.

O Estado deveria elaborar normas jurídicas e formular e executar políticas públicas, plurais e singulares, “de verdade e no tempo certo”, para todas as gentes que vivem e produzem na terra e que têm relações e vínculos não somente econômicos com seus territórios.

A diversidade de formas de relação com o ambiente tem se mostrado interessante à preservação ambiental e à diversidade cultural, que por si só deve ser valorizada. Por outro lado, a expansão de um modelo baseado na monocultura voltada à exportação poderá ampliar os resultados negativos para a natureza e, contraditoriamente, para a própria economia.

## Referências bibliográficas

- ALBERNAZ, Adriana Cristina Repelevicz de. O Provisório em Definitivo: a organização social dos Avá-Guarani da área indígena de Oco'y (PR). **Tellus**, Campo Grande/MS, ano 8, n. 14, p. 115-144, abr. 2008.
- ALECRIM, Aguinaldo da Silva; MOIMAS, Denis; PINHEIRO, Ana Claudia Duarte. A usina hidrelétrica de Mauá: interesse do estado antagônico à proteção dos direitos difusos e fatores sociais. **Revista de Direito Público**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 43-58, maio/ago. 2009.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11787/8293>>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- BRASIL. Constituição, 1988.
- CLEPS JUNIOR, JOÃO. Questão agrária, estado e territórios em disputa: os enfoques sobre agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Aurelio, SANTOS, Roselí Alves (orgs). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.35-54.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estud. av.** São Paulo, v. 13, n. 36, Aug. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 abr. 2013.
- FADEL, Evandro. Klabin e Arauco pagam R\$ 840 mi por empresa de reflorestamento no PR. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 nov. 2011. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios-industria,klabin-e-arauco-pagam-r840-mi-por-empresa-de-reflorestamento-no-pr,91134,0.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- FAEP [FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ]. Boletim informativo. Ano 27, n. 1205, 18-24/02/2013.
- FERNANDES, Bernardo Manzano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/Bernardo\\_QA.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf). Acesso em 2 abr. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Entrando nos territórios do território**. In: Camponato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.273-301.



- GARZÓN, Biviany Rojas. **Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: oportunidades e desafios para a sua implementação no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.
- GERMER, Claus Magno. Paraná rural. **Simpósio de cultura paranaense terra, cultura e poder: a arqueologia de um estado**, 1º a 5 de dezembro de 2003. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2003. v.4. (Cadernos Paraná de Gente).
- GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- GUBERT FILHO, Francisco Adyr. Levantamento de Áreas de Relevante Interesse Ecológico no Estado do Paraná. **Anais do II Congresso Florestal do Paraná - Instituto Florestal do Paraná**, 136 -160, Curitiba, 1988.
- INCRA [INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA]. (2011). **Titulação de assentamentos**. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=286&Itemid=299](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=286&Itemid=299)> Acesso em: 21 nov 2011.
- \_\_\_\_\_. Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA. Consulta em 18 abr. 2013.
- IPARDES [INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL]. **Diagnóstico socioeconômico do Território Ribeira: 1ª fase: caracterização global**. Curitiba: IparDES, 2007.
- ISA [Instituto Socioambiental]. **De olho nas Terras Indígenas**. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/pesquisa/uf/PR>>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- LITTLE, Paul Elliott. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, v. 322. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002.
- MONTENEGRO, Jorge. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Aurelio, SANTOS, Roselí Alves (orgs). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.13-34.
- RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. Os guarani no oeste do paraná: espacialidade e resistência. **Espaço Plural** — Ano VI - N  13 - 2  Semestre de 2005. Disponível em: <[e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/476/390](http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/476/390)>. Acesso em: 26 mar. 2013.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- SILVA, Evaldo Mendes da. **Folhas ao vento**. A micromobilidade dos Mbyá e Nhand va (Guarani) na Tríplice Fronteira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 39.

- SERRA, Elpídio. A posse da terra e os conflitos rurais no Paraná. In: SAQUET, Aurelio, SANTOS, Roselí Alves (orgs). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.131-154.
- SONDA, Cláudia. Reforma agrária, desmatamento e conservação da biodiversidade no Estado do Paraná. In: SONDA, Claudia (org.); TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (org.). **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no Estado do Paraná**. 1. ed. Curitiba: ITCG, 2010.
- \_\_\_\_\_. A floresta no estado do Paraná: condicionantes naturais, econômicos e sociais. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996.
- VEIGA, J. E. da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: **BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2000. p.19-35.
- ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos sociais e a questão de classe: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília – UNB, Brasília/DF. Disponível em <[http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2415](http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2415)>. Acesso em: 26 mar. 2013.

## Capítulo 2

### Comunidades quilombolas e direitos sociais: modos de fazer, criar e viver

Sônia Maria dos Santos Marques<sup>1</sup>

“Porque a gente aqui é como essa árvore, a gente tem raízes profundas, a gente é dessa terra. Nos diferenciamos, mas ficamos como os galhos da árvore: ligados a ela, mas todos diferentes” *Dona Maria Arlete, 2005.*

“Se por um lado o quilombo torna-se um pleito legítimo, adquire um espaço nas políticas governamentais, na mídia e em outros setores da sociedade, por outro lado a identificação desses sujeitos referidos no texto constitucional passa a depender de um arcabouço conceitual, teórico, de pesquisas históricas e etnográficas destinadas a atestar, certificar, sobre a sua existência na atualidade ” *Leite, 2004.*

**O**s dois textos usados como epígrafe chamam atenção ao processo de invenção de identidades. No primeiro, a moradora da comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria Trindade Batista<sup>2</sup>, expressa, por meio de uma metáfora, a forma como se veem. A mulher<sup>3</sup> alude a diferença como constitutiva do grupo e da mesma forma reconhece que há algo profundo que os une e faz com que se mantenham como coletividade. No segundo, constitui-se uma interrelação entre políticas públicas e processos de identificação. O objetivo do artigo é estabelecer intersecção entre processos de invenção de

---

<sup>1</sup> Professora no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

<sup>2</sup> Palmas, Paraná.

<sup>3</sup> D. Maria Arlete é considerada, pelos moradores da comunidade, narradora privilegiada pela memória. Conhece as histórias do lugar e partilha tal conhecimento com os demais moradores, com pesquisadores em processos investigativos.

identidades exigidos pela legislação e o movimento dos sujeitos no sentido de continuar a inventar-se e inventariar sua trajetória histórica que permita a garantia de direitos sociais. Assim, há relação direta entre as formas de viver, os modos de fazer e criar em comunidades quilombolas e as reivindicações dos direitos sociais dos agrupamentos étnicos.

## **1. Quilombolas: conceituações e reivindicação de direitos**

A preocupação com a ocupação territorial do Sul do país com população europeizada impôs uma reorganização da posse da terra, mesmo para sujeitos que já se encontravam na região (caboclos, negros, índios). Sobre esta questão é importante considerar que “a consolidação da nação teve como suporte ideológico um projeto de orientação liberal que não procurou compatibilizar as diversas culturas e as desigualdades sociais existentes” (Leite, 1995: 112). Nesse sentido, os grupos negros que já viviam no Sul do Brasil foram submetidos a variados processos de expropriação e discriminação étnico-racial. Assim, há comunidades negras rurais e urbanas nas mais variadas situações: grupos que se mantêm, mas que não têm mais terras; terras doadas, mas com diferentes termos de doação; situações em que o grupo pagou pela terra, mas esta não foi legalizada; situações em que parte das terras foi vivenciada, criando diferentes interesses mesmo entre as pessoas do grupo; grupos que moram em terras por empréstimo, aluguel ou permuta, herança, dentre outras.

A partir das formas de organização é possível perceber que a maioria das comunidades não provém de antigos quilombos em que se agrupavam escravos fugitivos. Se, de um lado, temos como característica as diferentes formas de convívio e organização, de outro, existem traços que podem ser considerados comuns e que se mantiveram e demarcaram: imposição da precariedade social, dificuldades de acesso às políticas públicas, situações de discriminação, educação em descompasso com a identidade social e expropriação da terra. Assim, muitas vezes predominaram “situações de trânsito que marcam a falta de lugar, não apenas geográfico, territorial, mas social” (Leite, 1995: 118).

Neste contexto, a compreensão das construções identitárias se faz por meio do reconhecimento das práticas culturais que garantam as formas de reprodução da vida cotidiana. Para Certeau, “o cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha). (...) Aquilo que assumimos ao despertar, (...) com esta fadiga, com este desejo” (1996: 31). Na escritura do texto adentramos em processo que se produz por meio de uma dupla fascinação: tangenciar os conceitos e a forma como o termo quilombo foi ressignificado e as intercorrências das ações dos sujeitos que se produzem nesse processo.

As discussões a respeito das comunidades quilombolas se intensificaram desde 1996, quando saiu o primeiro laudo antropológico sobre comunidades rurais - Quilombo do Rio das Rãs. Desde então muito se escreveu sobre a temática. Vemos que o conceito de comunidade remanescente se ampliou no sentido de englobar as diferentes experiências históricas presentes na sociedade brasileira. No entanto, ainda hoje, quando nos referimos a quilombo as pessoas associam a esse grupo negro uma imagem de África recriada no Brasil, com exercício de atividades econômicas de sobrevivência e produção semelhantes. Contudo, a experiência de pesquisa acumulada faz que se afirme a compreensão que:

O termo quilombo tem assumido novos significados na leitura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conceito histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos da ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também, não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea [...]. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de membros, mas pelas experiências vividas e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e de continuidade, enquanto grupo (O'Dwyer, 1995: 1).

Historicamente, aos negros foi negada a terra, seja pela falta de movimentos de distribuição ou possibilidades de acesso a terra para escravos, ex-escravos ou negros libertos, seja pela ocupação de terras que, tradicionalmente, pertenciam ou estavam sendo ocupadas por comunidades negras, descendentes de escravos. Nesse sentido, o Artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) trata da possibilidade de concessão de títulos de propriedade para as comunidades constituídas, circunscrevendo o direito a terra para aqueles constitucionalmente protegidos.

A legislação abre possibilidades para reconhecimento das populações, bem como identifica as diferenças entre os grupos. No entanto, reconhecemos que existe uma lacuna entre a existência da lei e a sua aplicação e efetivação para as comunidades envolvidas.

No Brasil vemos emergir as reivindicações das comunidades remanescentes de quilombos. Tal temática aparece na mídia, na intensificação dos trabalhos acadêmicos nas mais variadas áreas de pesquisa, nas discussões educativas, no crescimento da violência localizada contra os grupos quilombolas, no questionamento dos direitos conquistados, dentre outras. Dessa constatação

advêm questionamentos: quem são estes sujeitos sociais? Como se mobilizam para reivindicação de direitos?

O'Dwyer (2005) lembra que a reivindicação de direitos sociais das comunidades remanescentes de quilombo é associada a autoidentificação. A Convenção 169, aprovada na Conferência Internacional do Trabalho em 1989 estabeleceu o direito dos povos indígenas e tribais de se autodefinirem. Afirma que “a autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção”. Em 2003 a Convenção 169 da OIT passou a vigorar no Brasil (o documento fora ratificado no ano anterior).

Na mesma direção, o Decreto 4887/03 é expressivo nessa definição e, no Artigo 2º, assinala que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A aprovação e posterior manutenção do Decreto 4887/03 evidenciou conflitos com setores conservadores que contestam a legislação vigente. Em 2012 foi julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo DEM<sup>4</sup> que questionava a autoidentificação. Naquele momento, houve manifestações da sociedade civil e movimentos sociais contra a ação do partido que tinham por objetivo retroceder conquistas históricas. As manifestações de dois setores foram selecionadas para dar a conhecer o contexto: a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), em razão do histórico de ações e discussões relacionadas ao processo de ressemantização do termo quilombo, e a CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas), como representante dos atores sociais e pelo lugar histórico que ocupa<sup>5</sup>. Nesse sentido, é importante assinalar a Nota Pública<sup>6</sup> divulgada pela Associação Brasileira de Antropologia na qual demarca sua posição e salienta o significado do Decreto 4887/03 para que as comunidades remanescentes de quilombo tenham acesso aos direitos territoriais. Assim se manifesta:

---

<sup>4</sup> Partido Democratas refundado em 2007. Congrega membros do antigo Partido da Frente Liberal.

<sup>5</sup> Poderíamos citar manifestações do Movimento Negro, do Ministério Público Federal, de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que desenvolvem estudos sobre a temática, dos Movimentos Sociais, das federações quilombolas regionais, dentre outros.

<sup>6</sup> O documento foi tornado público em 17 de abril de 2012.

Em sua argumentação contrária ao decreto 4.887, o DEM sustenta a inconstitucionalidade do emprego do critério de auto-atribuição, estabelecido no art. 2º, caput e § 1º do citado decreto, para identificação dos remanescentes de quilombos, bem como questiona a caracterização das terras quilombolas como aquelas utilizadas para “reprodução física, social, econômica e cultural do grupo étnico” (art. 2º, § 2º do Decreto 4.887/03) – conceito considerado excessivamente amplo – assim como o emprego de “critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades de quilombos” para medição e demarcação destas terras (art. 2º, § 3º), pois isto sujeitaria o procedimento administrativo aos indicativos fornecidos pelos próprios interessados (ABA, 2012: 1).

No documento a ABA contra-argumenta ao que fora estame da Ação Direta de Inconstitucionalidade e elucida que:

[...] o processo de identificação e titulação que se faz ao abrigo do decreto 4.887 prevê a elaboração de um detalhado relatório antropológico que deve contemplar mais de trinta itens, incluindo fundamentação teórica e metodológica, histórico de ocupação das terras, análise documental com levantamento da situação fundiária e cadeia dominial, histórico regional e sua relação com a comunidade. Inclui, ainda, a identificação de modos de organização social e econômica que demonstrem ser imprescindível a demarcação das terras para a manutenção e reprodução social, física e cultural do grupo. Além disso, o processo prevê a contestação administrativa por parte de quem se sentir lesado, sem prejuízo de recursos judiciais cabíveis (ABA, 2012: 1).

Como é possível perceber no documento, a ABA reitera a complexidade dos processos para o reconhecimento e titulação, e assinala o compromisso ético dos profissionais envolvidos no processo no qual o envolvimento com os grupos é fator que imprime densidade e qualidade técnica aos relatórios exigidos pela legislação.

Em relação à temática, também a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas lançou um manifesto em defesa dos seus direitos sociais. A ideia era se coligar com a sociedade para encaminhar correspondências<sup>7</sup> aos Ministros

---

<sup>7</sup> Sabemos que esta foi uma das tantas ações em rede mobilizadas pela CONAQ no sentido de difundir o debate para além dos setores especializados, dos sujeitos quilombolas e dos parceiros atuantes nos movimentos sociais. Com a ação política da CONAQ, ampliaram-se os espaços de interlocução com a sociedade.

do Supremo Tribunal Federal-STF, dando a conhecer suas dinâmicas de vida e o significado da autoidentificação para as comunidades. Neste documento é possível ler:

As comunidades quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, as tradições e práticas culturais próprias (Manifesto CONAQ, 2012: 1).

A apresentação de dois exemplos demonstra que a garantia das formas de reprodução da vida cotidiana não estão associadas à ideia de pensar o território como área ocupada, mas a multidimensionalidade que a percepção do acesso ao direito social envolve. Sobre esta questão é expressiva a ideia de “Projeto Quilombola” tal como sugere Leite:

Quando o quilombo passa paulatinamente a condensar, a integrar diversas noções de direito que abrangem não só o direito a terra mas todos os demais; quando esse vai do território às manifestações artísticas; quando o direito quilombola quer dizer educação, água, luz, saneamento, saúde, todos os direitos sociais até então negados a essas populações; quando o direito vai do campo à cidade, do individual ao coletivo; e, principalmente, quando o quilombo como direito confronta projetos e modelos de desenvolvimento, questiona certas formas de ser e viver, certos usos dos recursos naturais, seus usufrutos, o parentesco, a herança, as representações políticas e muito mais; quando o quilombo deixa de ser exclusivamente o direito a terra para ser a expressão de uma pauta de mudanças que, para serem instauradas, precisam de um procedimento de desnaturalização dos direitos anteriores: de propriedade, dos saberes supostos sobre a história, dos direitos baseados nas concepções de público e privado, entre tantos outros (2008: 975).

A autora chama atenção para a complexidade da ideia de direito social e da mesma forma indica que “o quilombo como direito vem alterando a própria ordem da Nação, dos discursos que sustentam ou sustentaram as mais diversas concepções de nação” (Leite 2008: 975). Em tal perspectiva, a instituição do quilombola como sujeito de direito põe em circulação formas de resistência dos grupos: às vezes associadas aos fluxos da vida cotidiana e à capacidade



inventiva da existência diária, às vezes associadas à formação de redes políticas que se retroalimentam nas ações empreendidas.

No relatório do Programa Brasil Quilombola, publicado em julho de 2012<sup>8</sup>, encontramos informações que ajudam a compreender o panorama atual das comunidades quilombolas. Os números apresentados referem:

Estimativa: de 214 mil famílias em todo o Brasil e 1,17 milhão de quilombolas.

Socioeconômico: 72 mil famílias quilombolas cadastradas no CadÚnico<sup>9</sup>; 56,2 mil famílias, 78% do total, beneficiárias do Programa Bolsa Família; 75,6% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza; 92% autodeclararam-se pretos ou pardos; 23,5% não sabem (Relatório do Programa Brasil Quilombola, 2012: 17).

A discussão sobre quilombolas se amplia e, da mesma forma, assistimos ao crescimento do número de grupos que se organizam para solicitar a certificação junto à Fundação Cultural Palmares. No parecer do Grupo de Trabalho Quilombos da ABA-2012, encontramos os seguintes números:

#### **Quadro 1- Comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares**

<b>Estado</b>	<b>Número de Comunidades Quilombolas</b>
Alagoas	64
Amazonas	1
Amapá	27
Bahia	438
Ceará	36
Espírito Santo	29
Goiás	22
Maranhão	408
Minas Gerais	148

<sup>8</sup> De acordo com o relatório, o Programa se articula nos eixos: Acesso a terra; Infraestrutura e qualidade de vida; Desenvolvimento local e inclusão produtiva; Direitos e cidadania. O conjunto de informações permite ver as políticas públicas implementadas na sociedade, e da mesma forma indica a situação de precariedade social e econômica a que foram submetidos. A totalidade das informações pode ser encontrada em <http://www.seppir.gov.br/destaques/diagnostico-pbq-agosto>.

<sup>9</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Tem a finalidade de identificar e caracterizar as famílias de baixa renda que usam programas sociais governamentais.

<b>Estado</b>	<b>Número de Comunidades Quilombolas</b>
Mato Grosso do Sul	20
Mato Grosso	66
Pará	103
Paraíba	34
Pernambuco	108
Piauí	43
Paraná	34
Rio de Janeiro	26
Rio Grande do Norte	21
Rio Grande do Sul	86
Santa Catarina	11
Sergipe	22
São Paulo	45
Tocantins	27
<b>TOTAL</b>	<b>1.818</b>

Fonte: Parecer do Grupo de Trabalho Quilombos da ABA-2012

O crescimento nacional das comunidades quilombolas certificadas também pode ser observado no Paraná. As comunidades negras (rurais ou urbanas) ocupavam um lugar de opacidade nas narrativas históricas, na ideia de identidade regional, nas políticas públicas, dentre outras. Nesse sentido, cabe assinalar a contribuição do Grupo de Trabalho Clóvis Moura para o conhecimento das comunidades quilombolas do estado. Tinha como função proceder “Levantamento Básico das Comunidades Remanescentes de Quilombos e ‘Terras de Preto’ do Estado do Paraná”.

O grupo foi constituído pelo governo do Estado do Paraná pela Resolução Conjunta 01/2005-SEED<sup>10</sup>–SEEC<sup>11</sup>–SEAE<sup>12</sup>–SEMA<sup>13</sup>-SECS<sup>14</sup>. Na sequência novas Resoluções intersecretarias 01/2006 e 01/2007 permitem a continuação das atividades. O Trabalho empreendido pelo grupo<sup>15</sup> foi determinante para identificação das comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, conforme tabelas a seguir:

<sup>10</sup> Secretaria de Estado da Educação.

<sup>11</sup> Secretária de Cultura.

<sup>12</sup> Secretaria para Assuntos Estratégicos.

<sup>13</sup> Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

<sup>14</sup> Secretaria da Comunicação Social.

<sup>15</sup> O relatório pode ser encontrado em [http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Terra\\_e\\_Cidadania\\_v3.pdf](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Terra_e_Cidadania_v3.pdf). Acesso em 10/02/2013.

**Quadro 2- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Adrianópolis**

<b>Código do IBGE</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Data de publicação</b>
4100202	João Surá	19/08/2005
4100202	Comunidade Negra Rural de Sete Barras	07/06/2006
4100202	Porto Velho	07/06/2006
4100202	Bairro Córrego do Franco	13/12/2006
4100202	Bairro Três Canais	13/12/2006
4100202	Estreitinho	13/12/2006
4100202	Praia do Peixe	13/12/2006
4100202	São João	13/12/2006
4100202/3542602	Comunidade Negra Rural de Córrego das Moças	07/06/2006
<b>Total</b>		<b>9</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares<sup>16</sup>

**Quadro 3- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Bocaiúva do Sul**

<b>Código do IBGE</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Data de publicação</b>
4103107	Areia Branca	13/12/2006
<b>Total</b>		<b>1</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 4- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Palmital dos Pretos**

<b>Código do IBGE</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Data de publicação</b>
4104204	Palmital dos Pretos	07/06/2006
<b>Total</b>		<b>1</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 5- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Candi**

<b>Código do IBGE</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Data de publicação</b>
4104428	Cavernoso 1	13/12/2006
4104428	Despraiado	13/12/2006
4104428	Vila São Tomé	13/12/2006
<b>Total</b>		<b>3</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

<sup>16</sup> As informações foram coletada no site da Fundação Cultural Palmares. <http://www.palmares.gov.br/quilombola/>. Acesso: 10/03/2013.

**Quadro 6- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Castro**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4104907	Comunidade Negra Rural de Castro (Limitão - Serra do Apon - Mamans)	12/09/2005
4104907	Tronco	13/12/2006
<b>Total</b>		<b>2</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 7- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Curiúva**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4107009	Água Morna	19/08/2005
4107009	Guajuvira	19/08/2005
<b>Total</b>		<b>2</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 8- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Doutor Ulysses**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4128633	Varzeão	07/06/2006
<b>Total</b>		<b>1</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 9- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Guaira**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4108809	Manoel Ciriáco dos Santos	13/12/2006
<b>Total</b>		<b>1</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 10- Comunidades remanescentes de quilombo, Municípios de Guarapuava/Pinhão/Reserva do Iguçu**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4109401 / 4119301/ 4121752	Invernada Paiol de Telha*	25/04/2006
<b>Total</b>		<b>1</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 11- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Guaraqueçaba**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4109500	Batuva	13/12/2006
4111407	São Roque	16/04/2007
<b>Total</b>		<b>2</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 12- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Ivaí**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4111407	Rio do Meio	16/04/2007
4111407	São Roque	16/04/2007
<b>Total</b>		<b>2</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 13- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Lapa**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
113205	Feixo*	13/12/2006
4113205	Restinga	13/12/2006
4113205	Vila Esperança	13/12/2006
<b>Total</b>		<b>3</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 14- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Palmas**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4117602	Adelaide Maria Trindade Batista	16/04/2007
4117602	Castorina Maria da Conceição	16/04/2007
<b>Total</b>		<b>2</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 15- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Ponta Grossa**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4119905	Comunidade Negra Rural de Sutil	19/08/2005
4119905	Santa Cruz	19/08/2005
<b>Total</b>		<b>2</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 16- Comunidades remanescentes de quilombo, Município São Miguel do Iguaçu**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4125704	Apepú	13/12/2006
<b>Total</b>		<b>1</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

**Quadro 16- Comunidades remanescentes de quilombo, Município Turvo**

Código do IBGE	Comunidade	Data de publicação
4127965	Campina dos Morenos	13/12/2006
<b>Total</b>		<b>1</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares

Como é possível perceber, temos 34 comunidades remanescentes de quilombo certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Convém lembrar que muitas outras estão em processo de organização para solicitar a certificação. Ao olharmos as datas de publicação da certificação perceberemos que todas são posteriores à resolução que instituiu o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, o que demarca o significado das ações empreendidas. Também a criação da Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (FECOQUE), que atua no sentido de proposição de políticas públicas, avaliação das ações e dos procedimentos para o processo titulação das terras.

No relatório encontramos uma imagem multiétnica do Paraná, que suscitou novos estudos e atividades de investigação tais como Camargo (2012), Hoffmann (2012), Grokorriski (2012), Soares (2012), que usaram como temática: a vida cotidiana, as formas educativas, a resistência diária, as formas de organização política, dentre outras.

## **2. Quilombolas e territorialidade: modos de fazer, criar e viver**

As reivindicações dos direitos territoriais dos grupos étnicos implica a vivência do conflito social em uma sociedade patrimonialista na qual a terra é mercadoria regulada na esfera das relações econômicas de compra e venda. Essa sociedade oblitera direitos associados às formas de viver e interagir que envolvem outras dinâmicas de organização.

É importante dizer que há dificuldade de operar uma tradução entre o vivido por determinados grupos e a nossa possibilidade de apreensão de seus códigos, dos ditos, dos não-ditos, das palavras entrecortadas, das gestualidades. No entanto, sabemos que, nos processos de tradução, operamos, também, por semelhança. Há sempre o que escapa, que flui e que estamos a perseguir para alcançar compreensão, em meio à confluência de significados, dos modos de fazer, criar e viver. É nesse movimento que compreendemos as possibilidades de acesso às socialidades que impregnam as tecituras do viver em comunidades quilombolas e ao pathos que atravessa ser quilombola, inventar-se<sup>17</sup> quilombola e se inscrever como sujeito de direitos. Nesse sentido, O'Dwyer afirma que:

...contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos de resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de

---

<sup>17</sup>É importante compreender a acepção de inventar nesse texto. Entendemos um duplo movimento: de reconhecimento social de sujeitos que sempre estiveram a falar de si, mas que não encontravam eco na história oficial; reconhecimento de direitos que garante o exercício da cidadania e acesso a bens materiais, culturais, simbólicos negados em nome de uma pseudo-igualdade.

comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pelas experiências vividas e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo (1995: 2).

A apresentação das falas de lideranças das comunidades quilombolas do Paraná<sup>18</sup>, coletadas em um evento proposto pela Secretaria de Estado de Educação-SEED/PR, pode auxiliar na compreensão do grupo. Para iniciar as atividades, os sujeitos se apresentavam e indicavam características do seu local de vida. Esse foi um momento interessante porque, ao expor o que faziam, descreviam a localidade em que moravam ou trabalhavam. Nesse movimento delineavam o espaço de vida e estabeleciam conexões do tipo “... na minha comunidade também tem isso...”, “...nós trabalhamos assim...”, “... também vivemos algo semelhante...”, “...está sendo muito difícil lutar pelo reconhecimento do nosso direito a terra...”, entre outras. De alguma forma se estabelecia um vínculo gregário. Ressaltamos que não procuramos estabelecer um conceito monolítico do que seja ser quilombola e inscrever-se como tal. Estamos, sim, estabelecendo pontos de intersecção, que possibilitam perceber as formas do estar junto em diferentes comunidades e certo reconhecimento de uma proximidade existencial, de uma vivência histórica com grandes similaridades e de elementos internos de coesão, que potencializam um conceito ou ideia de “nós”.

Ainda nesse momento de apresentação, foi voz corrente “...eu ainda me lembro disso...” “...meus avós sempre contavam que no tempo dos antigos...”, “...antes de tomar qualquer decisão nós consultamos o senhor (...) que é dos antigos”, “...eu disse para eles não assinem nada...”. Ao apresentar as falas recortadas, de alguma forma esmaece a intensidade, entretanto, ao apresentá-las, chama a atenção à significação da memória e suas relações com os processos de identificação. Para Pollak:

---

<sup>18</sup> Em 2011 ministramos uma oficina - Comunidades quilombolas: saberes e fazeres cotidianos para as lideranças quilombolas do estado e docentes atuantes nas escolas localizadas nas comunidades ou no seu entorno, no VIII Encontro de Educadores Negros, organizado pela SEED/PR em Pontal do Paraná.

...a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos dizer há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade. Aqui, o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros (1992: 5).

Conforme indica o autor, os sujeitos constroem imagens de si da mesma forma que investem para que os outros os reconheçam como tal, procurando legitimar as representações que têm de si e, de alguma forma, estabelecerem indicativos do que desejam ver reconhecido nos seus grupos de referência.

A memória opera de maneira que o retorno ao passado é um voltar ao que já não está lá. Essas questões tornam possível pensar que a memória é sempre negociada e que os movimentos de evocação e criação se articulam de diferentes formas, compondo variados desenhos e significados. Nesse sentido, as alocações remetem para a composição étnica inicial dos locais onde vivem, afirmam a relação vital entre as jovens lideranças das comunidades e os “antigos”, aqueles que sabem da história do grupo. Assim, a apresentação estabelece uma diadelfia entre identidade e memória. É nessa interseção que os membros de um grupo percorrem os espaços de vida e constroem imagens de si e dos outros em um determinado tempo e espaço. Um tempo que para eles, muitas vezes, unifica origem e destino de cada um e de todos em relação ao território em que vivem e onde viveram os “seus”. Anjos afirma que:

Esse trabalho da memória é, aqui, fundamentalmente um processo de iconificação dos eventos históricos, de modo a se transformarem em marcadores de tempo e espaço. Não deixa a memória coletiva de trabalhar com fatos históricos, mas eles são submetidos a um processo que não é o da comprovação, mas, sim, do tornar exemplar, com um sentido gerado pelos esquemas prévios e que, através de transformações sutis, gera novos esquemas de interpretação e ação (2004: 65).

Parece que expressam a marcação de tempo – tempo vivido com – quando afirmam uma relação de recriação com o passado, quando assumem uma identificação quilombola, quando traçam elementos de continuidade na relação com a terra onde vivem e viveram os ancestrais e na qual projetam o futuro (expressa na preocupação com o conhecimento das crianças sobre suas formas de viver e se relacionar no grupo, no desejo de criar escolas quilombolas, na preocupação com a ação política que garanta direitos sociais). Neste sentido, parece que o substrato cotidiano que entrecruza o ser quilombola e o instituir-



se como sujeitos de direitos<sup>19</sup> é marcado por uma inscrição espaço-temporal.

Não fazemos afirmação essencialista<sup>20</sup>, como se houvesse algo inscrito na natureza e que vinculasse, de forma indelével, aqueles seres entre si. Quando referimos à ideia “ser” quilombola, estamos fazendo alusão às disposições experienciais identificadas e reconhecidas por aqueles que as vivem como parte de um grupo que guarda profundas diferenças entre si, da mesma forma que mantém relações de contiguidade, laços de vizinhança e familiaridade próprios de quem vive nas mesmas cercanias e que conduzem a uma proximidade existencial. Sobre esta questão talvez fosse possível justapor ao que Guatarri chama de Agenciamentos Territorializados de Enunciação. Afirma que:

Através de diversos modos de semiotização, de sistemas de representação e de práticas multirreferenciadas, tais agenciamentos conseguiam fazer cristalizar segmentos complementares de subjetividade, extrair uma alteridade social pela conjugação da filiação e da aliança, induzir uma ontogênese pessoal pelo jogo das faixas etárias e das iniciações, de modo que cada indivíduo se encontrasse envolto por várias identidades transversais coletivas ou, se preferirem, no cruzamento de inúmeros vetores de subjetivação parcial. Nestas condições, o psiquismo de um indivíduo não está organizado em faculdades interiorizadas, mas dirigido para uma gama de registros expressivos e práticos, diretamente conectados à vida social e ao mundo externo (1992: 127).

No desenvolvimento do trabalho chamaram a atenção afirmações como estas: “eu falei para eles não assinar nada<sup>21</sup>”, “eu não sei ler, mas não assino nada”. Já referimos que, ao retirar uma frase do contexto que ela se apresenta e fragmentá-la, temos o risco da perda de vigor e da emoção que compunha o discurso do sujeito. Mas a alocação expressa uma força vital, e um político transfigurado. Maffesoli afirma que:

Precisa-se de energia para resistir às diversas imposições sociais. O mesmo vale para o que diz respeito ao desvio do político. Talvez se deva ler aí o “duplo” do político, e do poder que é a sua expressão. A ironia, a abstenção, o distanciamento, o exílio interior poderiam ser

---

<sup>19</sup> Terra, educação, políticas sociais...

<sup>20</sup> Woodward afirma que uma “explicação essencialista da identidade (...) sugeriria que existe um conjunto cristalino, autêntico de características que todos (...) partilham e que não se altera ao longo do tempo” (2000: 12).

<sup>21</sup> A narradora contou que foram à comunidade e pediram que assinassem documentos que tinham por função expropriá-los das terras em que vivem e na qual viveram seus ancestrais.

compreendidos como passividade, no final das contas propícia aos poderes, do que como força de inércia com o qual é preciso contar (1997: 117).

Não há uma ação direta contra aqueles que impuseram suas normas, suas leis, suas determinações. A fala da mulher expressa uma derrisão, não há um enfrentamento direto, por meio de um risinho a pessoa fecha a frase “eu não assinei”. Parece indicar certo riso zombeteiro ao poder, e um desviar-se que, em última instância, significa contornar o poder e afirmar estratégias de sobrevivência como sujeito. Mais que isso, a continuidade como grupo, que ao desdenhar, resiste; ao resistir, institui-se quilombola; ao instituir-se quilombola, assegura direitos. Aqui, o direito a terra. Quando a mulher quilombola, ainda que em um gesto solitário, diz “não assino” e “falei para os meus, não assinem” ela, de alguma forma, estende sua ação que deixa de ter uma conotação individual e passa a ser assumida por um conjunto social. Temos a hipótese que há, neste caso, uma transfiguração do político.

O que a princípio pode ser pensado como algo individual e individualizante torna-se um gesto de resistência e mais que isto, há uma astúcia (isto porque o poder identifica tal ação como alheamento, teimosia individual...). No gesto há claro desdém em relação ao poder que diz “assine”. Ainda que referindo-se a outra situação, Maffesoli entende que “tal atitude exprime, antes de tudo o amor pela vida, vida que se deve proteger a longo prazo, vida da qual se é devedor diante das gerações futuras (...) garantia de uma eternidade vivida dia-a-dia” (1997: 116). É importante não ler aqui uma relação causa e efeito, mas um movimento de fazer, refazer e negociar com o poder.

Nesse movimento, produz-se um impulso para o estar junto, algo que liga e aproxima pessoas que partilham uma mesma espacialidade, que pode ser imaginada, simbólica ou real (ou, muito provavelmente, essas diferentes instâncias entrecruzadas). A participação na vida política para a conquista dos direitos sociais é aventura atual empreendida pelas lideranças das comunidades quilombolas, neste processo conhecem e atuam em novos cenários, se articulam em diferentes instâncias de poder, descobrem novos aliados, identificam opositores. As novas dinâmicas de participação estão associadas à vida cotidiana, e aos modos de fazer, criar e viver dos grupos.

## Referências bibliográficas

- ANJOS, José Carlos Gomes, SILVA, Sérgio Baptista. **São Miguel e Rincão dos Martimianos:** ancestralidade negra e direitos territoriais, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **Agenciamentos Políticos da “Mistura”:** Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó. *Estud. Afro-asiáticos.*, 2001, vol.23, no.2, p.00-00. ISSN 0101-546X.
- CALHEIROS, Felipe Peres e STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Identidade étnica e poder:** os quilombos nas políticas públicas brasileiras. *Rev. katálysis [online]*. 2010, vol.13, n.1, pp. 133-139. ISSN 1414-4980.
- CAMARGO, Mábía. **Atlântico negro paiol:** como estão sendo conduzidas as questões de raça e etnia nas aulas de Língua Inglesa. Orientadora Aparecida de Jesus Ferreira. Dissertação de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, Ponta Grossa, 2012.
- FERREIRA, Haroldo da Silva et al. **Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil.** *Rev Panam Salud Publica*, Jul 2011, vol.30, no.1, p.51-58. ISS 1020-4989.
- FREITAS, Daniel Antunes et al. **Saúde e comunidades quilombolas:** uma revisão da literatura. *Rev. CEFAC*. 2011 Set-Out; 13(5):937-943.
- GROKOSSIKE, Carlos Ricardo. **Sutilezas entre ciência, política e vida prática:** alfabetização vem uma comunidade remanescente de quilombo. Dissertação de Mestrado Em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Orientador Fernando Cerri, Ponta Grossa: 2012.
- GUATARRI, Felix. **Caosmose:** um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.
- HOFFMANN, Claudia Cristina. **Fronteiras de um quilombo em construção:** um estudo sobre o processo de demarcação das terras da Comunidade Negra Manoel Ciriaco dos Santos. Programa de Pós- Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Orientador Valdir Gregory. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz de Iguaçu 2012.
- LEITE, Ilka Boaventura. **O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais.** *Rev. Estud. Fem.*, Dez 2008, vol.16, nº 3, p.965-977. ISSN 0104-026X.
- LEITE, Ilka Boaventura.. **O legado do Testamento:** a comunidade de Casca em perícia, Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.
- LEITE, Ilka Boaventura. Classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de quilombos.** ABA-Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro: DECANIA CFCH/UFRJ, julho de 1995.
- MAFFESOLI, Michel, **Elogio da razão sensível,** Petrópolis: Vozes, 1998.
- MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político:** a tribalização do mundo, Porto Alegre: Sulina, 1997.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Terra de quilombos.** ABA- Decânia CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro: 1995.

- O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica* (UFF), v. 19, p. 91-111, 2005.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Antropologia e a crise dos modelos explicativos.** *Estud. av.* [online]. 1995, vol.9, n.25, pp. 213-228. ISSN 0103-4014.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- SOARES, Edimara Gonçalves. **Educação escolar quilombola: quando a diferença é indiferente.** Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Orientadora: Tânia Maria Baibich, Universidade Federal do Paraná: 2012.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In SILVA, Tomas Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

## Documentos

- Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais** e Resolução referente à ação da OIT. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT 2011.
- Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003:** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso 20/3/2013.
- Manifesto da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ,** 2012: Disponível em <http://www.petitiononline.com/conaq123/petition.html> Acesso 5/04/2013.
- Nota Pública da Associação Brasileira de Antropologia** de 17 de abril de 2012. Disponível em <http://www.abant.org.br/news/show/id/238> Acesso 5/04/2013.
- Parecer Grupo de Trabalho Quilombos da ABA.** 2012. Disponível em <http://www.abant.org.br/news/show/id/238> Acesso 5/04/2013.
- Relatório do Programa Brasil Quilombola.** Diagnóstico de Ações Realizadas, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília: 2012.
- Terra e cidadania: terras e territórios quilombolas.** Grupo de Trabalho Clóvis Moura, relatório 2005-2008.

## Capítulo 3

### Uma reflexão sobre os faxinais: meio-ambiente, sistema produtivo, identidades políticas, formas tradicionais de ser e viver

Liliana Porto<sup>1</sup>

**A** proposta deste texto é refletir sobre um contexto ambiental, social, econômico e político de fundamental importância para a compreensão da presença e organização de populações tradicionais no Centro-Sul do Paraná, que se explicita através dos vários usos da noção de faxinal. Para tanto, terá como base uma revisão bibliográfica sobre o tema, bem como a experiência de pesquisa de campo em Pinhão/PR – município caracterizado por grandes áreas cobertas por matas mistas de araucária, contingente significativo de população tradicional, bem como práticas passadas e presentes de organização produtiva que se estruturam de acordo com a lógica do que a literatura denomina “sistema faxinal”.

Ao analisarmos a maneira como a noção é mobilizada, tanto na bibliografia quanto nos contextos contemporâneos, por historiadores, acadêmicos, moradores locais, agentes estatais ou militantes na luta pela terra, observamos perspectivas distintas sobre os faxinais. Destacam-se três: 1) faxinal como descrição de um determinado meio-ambiente, que em alguns momentos se aproxima da noção de faxinal como criadouro comum; 2) faxinal como sistema produtivo; 3) faxinal como identidade e proposta política de construção de direitos e usos do território. Apesar de distintas, contudo, tais perspectivas não são desarticuladas: dialogam e se contrapõem, resultando tais contatos em uma dinâmica de deslocamentos e resignificações. Além disso, a ordem acima apresentada é também cronológica, sendo a utilização do termo para definir um contexto ambiental (geralmente vinculado a um uso específico:

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia pela UnB e professora do Departamento de Antropologia da UFPR. Realizando pós-doutorado no PPGAS/Museu Nacional. Autora dos livros **A ameaça do outro e Curitiba entra na roda**.

como criadouro comum) anterior àquela que o define como sistema produtivo, e esta, por sua vez, antecede sua definição como identidade na luta política. E, ainda, todas elas trazem consigo, embora muitas vezes de maneira não explícita, referência a certa forma de ser e viver que implica em valores que definem as relações com o meio natural, com os demais membros dos grupos sociais e com o mundo sobrenatural. Valores estes que se relacionam com regras de convivência grupal pautadas em respeito, reciprocidade e responsabilidade ambiental e social<sup>2</sup>.

Definido como um regionalismo do sul do país, a noção de faxinal como meio-ambiente pode ser encontrada em textos sobre a região desde o século XIX. Assim, por exemplo, ao descrever sua viagem pelos sertões de Guarapuava, José Francisco Nascimento afirma que:

A 13 de Maio entramos no Chagú ao rumo de 78 graus noroeste, e depois de 26 dias de tempo chuvoso e frio conseguimos com dificuldade abrir 9 leguas de picada, por onde passavam 6 cargueiros carregados. No lugar onde fazia as 9 leguas de picada, tivemos de invernar 11 dias, por causa das chuvas e ribeiros cheios; dali pretendíamos seguir quando o tempo melhorasse, visto que o terreno parecia ser menos montanhoso, e menos dificultoso para os trabalhos, porque *já se avistavam faxinaes e vestígios de campos* (Nascimento, 1886: 269).

Neste contexto, ela se aproxima muito das definições do dicionário Houaiss sobre o termo (campo que avança pelo interior de uma floresta ou cercado por altas árvores) ou do dicionário Michaelis (campo coberto de mato curto). Distancia-se, no entanto, daquela utilizada dos depoimentos de moradores de Pinhão<sup>3</sup>, em que faxinal remete às matas de araucária comuns no local. Nestas, além da presença do pinheiro, destacam-se a existência de madeira de lei como a imbuia, bem como de ervais nativos. Aqui, embora a ênfase ambiental seja clara, há uma relação entre o ambiente e as atividades econômicas nele realizadas, e os faxinais são pensados a partir de sua oposição às “capoeiras”. Vistos como adequados tanto para atividades extrativistas (de erva-mate, pinhão e madeira – esta última restrita devido à atual legislação ambiental) quanto de

<sup>2</sup> É necessário, contudo, não construir uma visão romântica idealizada sobre os grupos tradicionais que se vinculam, de formas diversas, aos faxinais. Embora as características citadas sejam efetivas, também se observa a presença de conflitos e tensões significativos na estruturação de tais grupos – inclusive vinculados à questão do compáscuo.

<sup>3</sup> Área em que concentro minhas pesquisas sobre o tema, e que é reconhecida como um dos principais municípios do Paraná quando se considera a relevância da presença de faxinais. É também o município de origem de um dos principais líderes do movimento faxinalense na atualidade.

criação de gado, cavalos e animais de pequeno porte<sup>4</sup>, seriam inapropriados (devido à excessiva acidez do solo) para a produção agrícola. Tal atividade, portanto, precisaria ocorrer em uma área específica, as “capoeiras”, pensadas como “terras de cultura” – em geral situadas em terrenos mais dobrados, sem a presença da floresta e mais próximas dos rios. Trecho de entrevista com Renato Passos, memorialista de Pinhão, exemplifica tal perspectiva:

R: O faxinal é aquele mato mais alto que... vamos distinguir, tem a capoeira, é um mato fino, quase sempre formado por bracatinga. Hoje quase não tem mais. E o faxinal é aquele que era pinheiro, imbuia, e erva-mate, e canela, um mato mais alto. E embaixo é pasto. Que o pessoal costumava criar também gado ali, e porco solto, que comia o pinhão, e criava muito cabrito, que o cabrito se dá bem no faxinal. E muito cavalo também que era criado no faxinal (Entrevista com Renato Passos realizada em 09/06/12).

Acrescente-se, ainda, serem os faxinais o espaço onde se construía as moradias no passado, o que leva a que vários dos grupos rurais de Pinhão sejam conhecidos a partir desta denominação: como exemplo, Faxinal dos Taquaras, Faxinal dos Ribeiros, Faxinal dos Silvérios, Faxinal dos Coutos, entre outros.

As terras de cultura, a fim de terem a produção protegida da eventual destruição pelos animais criados à solta nos faxinais, eram ou distantes dos mesmos, ou deles separadas por algum acidente natural, ou mesmo por cercas construídas pelos habitantes regionais. Nestas terras se localizavam os paióis, utilizados tanto para armazenamento dos produtos agrícolas quanto para abrigo e morada durante períodos em que há intensificação do trabalho na lavoura.

É o uso das áreas de faxinal como compáscuo por grupos rurais tradicionais<sup>5</sup> que leva a que o termo passe a designar não apenas o ambiente, mas também um sistema produtivo complexo, marcado pela conjugação da policultura de subsistência, criação à solta e extração de erva-mate (também de pinhão, madeira, frutos e ervas medicinais). Tal sistema conjugará uso familiar e comum do território, produções diversificadas destinadas tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, ciclos produtivos de duração diferenciada (vários deles ultrapassando o mínimo de dois anos – como é o caso da extração de erva-mate e madeira, ou criação de alguns animais).

---

<sup>4</sup> Porcos, cabras, ovelhas, galinhas e outros animais.

<sup>5</sup> O dicionário Houaiss apresenta outra definição de faxinal, como “campo de pastagem com presença de arvoredo esguio”, que aponta na identificação entre faxinal e criação de gado. Não há, contudo, nenhuma referência ao caráter de pastagem coletiva dos faxinais em qualquer dos dicionários consultados.

A nova definição, por sua vez, será desenvolvida em um contexto bastante específico: a produção de pesquisadores vinculados ao IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná) e com inserção acadêmica, ocorrida na década de 1980. O primeiro texto resultante do grupo interdisciplinar de pesquisa constituído pelo IAPAR é o de Horácio Martins (1984), não publicado. Nele, o autor relata ter partido de uma inquietude pessoal quanto à “existência de criadouros comunitários na organização da produção da pequena burguesia agrária do Estado do Paraná e de Santa Catarina” (:04), e da ausência de textos acadêmicos sobre o tema. Criadouros estes conhecidos como faxinais<sup>6</sup>. Aproveita, então, a possibilidade de pesquisa aberta pelo IAPAR para fazer registros sobre o tema, mas não redige um relatório, sendo o texto apresentado uma reflexão que ocorre fora do ambiente institucional e tem como base estudo de caso realizado no Faxinal Rio do Couro, em Irati/PR. A ênfase dada pelo autor no criadouro comunitário marcará, como veremos, todas as discussões estatais e acadêmicas posteriores sobre os faxinais. Ele assim os define:

O criadouro comunitário é uma forma de organização consuetudinária que se estabelece entre proprietários de terra para sua utilização comunal tendo em vista a criação de animais. A área de um criador comunitário é constituída por várias parcelas de terras de distintos proprietários, formando, umas ao lado das outras, um espaço contínuo (1984: 12).

O criador comunitário é um resultado histórico da criatividade do trabalhador direto na condição de pequena burguesia agrária, sob determinadas condições de trabalho e a necessidade objetiva de equacionar seus problemas de produção determinaram suas inventivas, dando-lhe a força da descoberta nas práticas do seu viver com a natureza e com os outros homens (1984: 07).

---

<sup>6</sup> No entanto, Carvalho afirma que, embora se possa estabelecer esta relação, criador comunitário e faxinal não são sinônimos (retoma a noção de faxinal como descrição de um tipo de meio-ambiente), como se percebe no seguinte trecho: “O criador comunitário é também denominado de faxinal. Entretanto, ainda que aceito vulgarmente esta sinonímia, faxinal e criador comunitário apresentam substanciais distinções./Originalmente (...) o faxinal se referia ao mato denso ou grosso, ou seja, a área de vegetação mais cerrada, se comparadas com outras áreas às quais se denominava mato ralo. No faxinal ocorria a presença das espécies florestais pinheiro (araucária) e erva mate, além de apresentar razoáveis condições de pastagem natural. O faxinal era preservado para práticas extrativistas da madeira (pinho) e da erva mate, além de servir de espaço para a criação extensiva e semi-extensiva de animais. As derrubadas de mato para a formação de lavouras eram realizadas em áreas onde se observava a presença de mato ralo (...)/(...) /Nesse sentido posso afirmar que a expressão faxinal possui um significado mais amplo do que a de criador comunitário. Este é uma forma de organização da criação de animais em terras de uso comunal que se dá em áreas de faxinal. Assim, num faxinal pode-se encontrar área que é destinada a criador comunitário e outra(s) para uso privado” (1984: 14-15).



Abordando o modelo do criador comunitário fechado em seu perímetro, e estabelecendo relações não muito claras entre sua existência e os “interesses dos capitalistas”, explicita a relação entre os faxinais como compáscuo e o interesse dos proprietários na extração de madeira e erva-mate. Constrói, portanto, o modelo do tripé econômico fundado no extrativismo, lavoura e criação animal posteriormente desenvolvido como sistema faxinal por Man Yu Chang (1988), mas não explora de maneira sistemática este tripé. Com foco permanente no criador, define como motivo central para sua criação a economia de material na construção de cercas que separassem as áreas de pastagem das de lavoura. No entanto, a partir do momento em que ele se estabelece, marca a sociabilidade local e instaura relações de amizade, vizinhança e compadrio entre os participantes do sistema. Também define padrões mais amplos de trabalho, uso da terra, compra e venda, herança.

Menos preocupado com a elaboração de um modelo geral, e voltado à análise do contexto de pesquisa no Faxinal Rio do Couro, o autor aponta as várias etapas históricas de constituição, consolidação e desarticulação do criadouro comunitário. Ressalta as mudanças ocorridas ao longo do período entre 1910 e 1981, sendo relevantes aspectos como a alteração dos principais produtos comerciais – batata, trigo, erva-mate, suínos, madeira, fumo –, substituição de mão de obra familiar e processos de trabalho coletivo (mutirão, localmente denominado puxirão) pelo trabalho assalariado, emigração de mão de obra local, conjugação de produtos para o autoconsumo e produtos para o mercado (havendo duplo destino em alguns casos), ocorrência de crises econômicas ao longo do período. Através desta análise se esclarece a definição dada pelo autor dos participantes do criador comunitário como pequena burguesia agrária – pois que proprietários de terras, produtores para o mercado e, após um período, contratantes de mão de obra assalariada.

A análise de um caso particular, se por um lado não permite elaborar um modelo geral – na medida em que, por exemplo, questões como a propriedade das terras não se aplicam a situações como a de Pinhão, em que predomina o direito pela posse não documentada –, por outro possibilita perceber dinâmicas sociais mais detalhadas e que não ocorrem em um sentido único. Assim, o criadouro comunitário coexiste com produções distintas, bem como com distintos usos da mão de obra. Além disso, não há um caminho predeterminado no sentido de sua desagregação (ou seja, é mais fácil reconhecer a historicidade própria do sistema): apesar da crise identificada pelo autor na década de 1970, ele é retomado posteriormente, encontrando-se em posição mais sólida na década seguinte. Conjugam-se o uso comum e o uso individual/familiar da terra, a produção para o autoconsumo e para o mercado, a exploração própria e por grandes empresas (p.ex. madeireiras) das áreas de faxinais, os arrendamentos, a diferenciação econômica entre as famílias locais ao longo do tempo. Além

disso, apesar de o foco se dar na produção, há indícios da influência do criador comunitário nas relações sociais locais.

No entanto, ao final, apesar de afirmar a organização sólida do criadouro comunitário em Rio do Couro no momento da pesquisa, Carvalho aponta forças que indicariam no sentido da futura dissolução do criador – entre as quais as tendências de emigração e assalariamento das famílias locais, a ação de empresas madeireiras, a modernização da pecuária, discursos higienistas. E termina por afirmar a necessidade de “resgate” desta forma de organização produtiva – abrindo espaço para se pensar o modelo de criador comunitário como proposta política de organização de pequenos produtores rurais:

O criador comunitário, como forma de organização dos produtores rurais no uso comum da terra para a criação de animais, se constituiu, e se constitui, em parte da história da agricultura do Paraná (e de Santa Catarina), em particular de algumas de suas regiões e para determinadas classes sociais. Resgatá-la, recuperar seus traços mais relevantes, mobilizar os próprios autores da sua geração e consolidação para a reconstruírem, e dela tecerem novas ou renovadas alternativas para a organização da criação de animais, é tarefa que não se deveria relegar para tempos futuros. As memórias, como as saudades, necessitam de contínuo alento para se tornarem imorredouras (1984: 78).

Mas se no texto de Carvalho há uma perspectiva do faxinal como um sistema produtivo mais complexo e articulando aspectos de economia familiar para o autoconsumo e economia de mercado, é no de Man Yu Chang (1988), publicado como boletim técnico n. 22 do IAPAR, que ocorre a sistematização de referência desta perspectiva – marcando a ação posterior do Estado, principalmente através da publicação do Decreto Estadual 3446/97, que define a criação de Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) em regiões caracterizadas pelo “sistema faxinal”, e da realização de levantamentos dos faxinais existentes no Paraná; bem como a discussão do movimento social sobre a caracterização dos faxinais, a construção de uma identidade faxinalense e a elaboração de um mapeamento concorrente àqueles dos órgãos estatais. Já na primeira página da Introdução, a autora traz uma síntese de sua abordagem, ao afirmar que:

O sistema faxinal, objeto central deste estudo, é uma forma de organização camponesa característica da região Centro-Sul do Paraná que ainda se apresenta de forma marcante. Sua formação está associada a um quadro de condicionamentos físico-naturais da

região e a um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais que remonta de forma indireta aos tempos da atividade pecuária nos Campos Gerais no século XVIII, e mais diretamente à atividade ervateira na região das matas mistas no século XIX.

A semelhança dos demais sistemas de produção familiares, o sistema faxinal apresenta também os seguintes componentes: **produção animal** – criação de animais domésticos para tração e consumo com destaque às espécies equina, suína, bovina, caprina e aves; **produção agrícola** – policultura alimentar de subsistência para abastecimento familiar e comercialização da parcela excedente, destacando as culturas de milho, feijão, arroz, batata e cebola; **coleta de erva-mate** – ervais nativos desenvolvidos dentro do criadouro e coletados durante a entressafra das culturas, desempenhando papel de renda complementar.

(...)

O que torna o sistema faxinal atípico é sua forma de organização. Ele se distingue das demais formas camponesas de produção no Brasil pelo seu caráter coletivo no uso da terra para a produção animal. A instância do comunal é consubstanciada nesse sistema em forma de “criadouro comum”, espaço no qual os animais são criados à solta (Chang, 1988: 13-14)<sup>7</sup>.

Este trecho já indica a complexidade da análise da autora, bem como a diversidade de características que mobiliza para construir a definição de “sistema faxinal”. Um primeiro aspecto significativo é o caráter histórico do sistema: ele se constitui a partir de um contexto específico de relação entre a economia local e a comercialização da erva-mate – que, no final do século XIX e início do XX, se torna o principal produto de exportação do Paraná, chegando a ser o terceiro do país. E, aqui, é importante lembrar a afirmação de Magnus Pereira (1996) sobre a relevância da burguesia do mate no estabelecimento de uma indústria em moldes capitalistas no Paraná, embora a sua produção fosse realizada por populações rurais localizadas em áreas de ervais nativos:

O comércio do mate entre o Paraná e a região platina, desde a sua legalização em 1722, esteve nas mãos de um pequeno grupo de comerciantes que controlava esse mercado. Já a produção estava a cargo de uma infinidade de produtores artesanais autônomos.

---

<sup>7</sup> É interessante observar que, em nota ao longo deste trecho, Chang reconhece a referência local a faxinal como “um tipo de vegetação”, bem como o uso do termo para se referir exclusivamente ao “criadouro comum”, além deste uso em que a referência é a todo um sistema produtivo, que se estende além dos faxinais ambientalmente definidos.

Em princípio, qualquer pessoa adulta estava habilitada a produzir mate. As técnicas artesanais de beneficiamento eram de domínio público e não exigiam instrumentos ou edificações dispendiosos. Os arbustos do mate eram nativos e disseminados nas matas que cobriam boa parte da região. Portanto, em relação à erva-mate ou às populações que dela faziam uso, não havia nada que prenunciasse o ulterior desenvolvimento de técnicas industriais de beneficiamento. A produção do mate não exigia “necessariamente” nenhuma concentração de capital (Pereira, 1996: 42).

Chang aponta, portanto, para um sistema que, se em uma ponta desenvolve um processo de industrialização responsável pela implantação de processos produtivos em moldes capitalistas no Paraná, bem como redefine grupos de poder estaduais e altera a configuração de sua região leste – principalmente Curitiba –, na outra ponta se baseia no trabalho dos produtores artesanais que, a fim de conservar os ervais, lidar com um ciclo produtivo de no mínimo dois anos, aproveitar com outras atividades as áreas onde se encontram, e mesmo facilitar o corte do mate, instauram um modelo de uso comum da terra. Em outras palavras, em que ao desenvolvimento capitalista estão relacionadas formas de trabalho e territorialidades não capitalistas.

O uso comum, contudo, se dá através do modelo de compásquo, e não se estende a todas as possibilidades produtivas relacionadas à área abrangida pelo criadouro coletivo aberto ou fechado<sup>8</sup>. Com efeito, se a criação de animais à solta se dá com base no uso comum, as atividades extrativas são realizadas pelas famílias que reconhecidamente detêm a propriedade ou posse de certas parcelas do território definido como compásquo. Conjuga-se, portanto, o uso familiar e comum de certas regiões.

Acrescente-se a isto um segundo aspecto apontado pela autora: a separação entre áreas de criação/extrativismo e de lavoura. Esta pode se dar tanto pelo sistema de cercas descrito por Carvalho quanto por acidentes naturais, ou ainda a distância estabelecida entre as terras destinadas a cada uma destas atividades. O que indica uma organização territorial em que há descontinuidade entre as parcelas controladas por um único grupo doméstico. Assim, se as moradias são construídas “nos faxinais”, elas se encontram muitas vezes distantes alguns quilômetros ou separadas por rios ou outras barreiras naturais das terras de lavoura da família. Tal fato define, ainda, a importância

---

<sup>8</sup> Os dois modelos se relacionam com a disponibilidade de terras na região: enquanto o criador aberto em geral ou não apresenta cercas – quando há outras formas de separação dos animais das terras de cultura – ou não as apresenta em toda sua extensão (não havendo divisas em algumas extremidades), o criador fechado é todo ele cercado, sendo a responsabilidade na manutenção das cercas distribuídas entre seus participantes.

dos paióis, que não só permitem o armazenamento da produção alimentar, mas também são utilizados como moradia temporária, por parte do grupo doméstico, durante alguns períodos do ciclo agrícola.

O sistema faxinal também se caracteriza pela conjugação da produção para o autoconsumo e para o mercado. Quase todos seus produtos – inclusive a erva-mate e os produtos agrícolas – são tanto comercializados quando consumidos localmente. Aqui, é importante lembrar a definição de Afrânio Garcia Jr. de lavoura de subsistência, ao abordar regiões vinculadas à *plantation* nordestina:

Usamos aqui a expressão lavoura de subsistência num sentido bem particular (...): trata-se de lavouras (...) que se destinam tanto ao autoconsumo quanto à venda eventual. Têm, por conseguinte, a marca da *alternatividade*: ou uso comercial, ou uso doméstico. Identificá-las a cultivos não mercantis, à “economia natural” é cair no erro... (1989: 87-88).

No caso dos faxinais, é importante ressaltar que esta perspectiva da alternatividade, por sua vez, não se aplica apenas à lavoura, mas também ao extrativismo e à criação animal. E não é adequado, em tal contexto, dar destaque especial às atividades agrícolas (como ocorre nas abordagens clássicas sobre o campesinato); ao contrário, o tripé produtivo que envolve agricultura, extrativismo e criação pode ter como ênfase mais as duas últimas atividades que a primeira.

Mais um aspecto relevante do sistema se refere à diversidade daqueles que fazem parte da formação do compáscuo. Como apontamos anteriormente, estes podem ser tanto proprietários oficiais de suas parcelas quanto terem seus direitos a elas definidos por posse não documentada. Além disso, Chang ressalta que o criadouro englobava terras de grupos distintos: a população tradicional da região das matas mistas (os “caboclos”), imigrantes europeus vindos para esta região entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, grandes proprietários rurais (os “fazendeiros”), agregados destas fazendas que não tinham controle direto sobre o território. Assim, movimentos de política externa de povoamento das áreas do interior do Paraná e a necessidade de readequação de grandes proprietários regionais após a retração da atividade do tropeirismo levaram a que os novos habitantes se adequassem ao contexto social e ambiental no qual se inseriam, bem como que os grandes proprietários respondessem de novas maneiras a um contexto econômico diferenciado. No que se refere especificamente aos imigrantes europeus, a autora ressalta os conflitos existentes entre a forma de produção agrícola que tentam implantar e a prática de criação a solta dos moradores regionais – e como o compáscuo se torna uma solução interessante para conciliar os conflitos surgidos entre

estes dois grupos com distintas formas de produção camponesa. Novamente, portanto, pode-se inferir a inadequação de um modelo dicotômico – que tenha por base noções como tradicional x moderno, ou antagonismos como população tradicional x expansão do capitalismo – para pensar as dinâmicas e a historicidade do sistema faxinal.

Apesar disto, contudo, algumas das pressuposições de Chang impedem com que ela reconheça e desenvolva tal complexidade ao se referir ao presente. A historicidade reconhecida no processo de constituição e consolidação do sistema é negada quando, a partir do momento em que este atinge configuração semelhante à do modelo desenvolvido, qualquer mudança passa a ser interpretada como desagregação (transformação se apresenta como sinônimo de desestruturação – cf. 1988: 77). Desagregação esta inevitável, pois a autora, já no início do texto, afirma que a racionalidade da produção capitalista (que é pensada como dada e de expansão óbvia) definiria a propriedade e uso privado dos meios de produção como suposição básica. E, se é o uso comum que determina a inadequação do sistema à expansão do capitalismo, o criadouro comum, que é apenas uma de suas características, passa a ser o aspecto fundamental – e, portanto, restrições ao criadouro comum se tornam sinônimo de fim do sistema. Acrescente-se que a ênfase excessiva nos ciclos econômicos, a partir da crise da economia do mate, reforça ainda mais o argumento anterior, na medida em que uma das bases de constituição e manutenção do sistema é vista como perdendo força para o ciclo madeireiro – este com tendência de destruição das matas mistas, e não de sua conservação. São, portanto, quatro os elementos identificados como responsáveis por esta desintegração (apresentada, em certa medida, como inevitável): intensificação e tecnificação da produção pecuária; valorização da terra; redução das matas nativas (principalmente pela ação de madeiras); políticas desenvolvimentistas estatais. Assim, nas palavras de Chang:

Finalmente, cremos que podemos sugerir que, se mantido esse ritmo de transformação analisado e desenvolvido nesse trabalho, cremos que dentro de 10 ou 12 anos, o sistema faxinal não mais fará parte do setor produtivo rural do Paraná, e sim será lembrado, talvez, como parte da história da agricultura desse Estado (1988: 109).

Entretanto, não é desta maneira que a autora termina seu texto, mas com o que chama de “Constatações Pós-Pesquisa”, em que relata o impacto das atividades do IAPAR na organização dos moradores de faxinais, que passam a se mobilizar no sentido de constituir um movimento de defesa dos criadouros – também como resposta a determinadas políticas para o associativismo de pequenos produtores implementadas pelo governo estadual.

Embora esta possibilidade se abra, a autora, ao analisar as complexidades envolvidas na manutenção do criadouro comum, não coloca em xeque sua perspectiva anterior de limitação do sistema faxinal a este aspecto, nem da aparente inevitabilidade da desagregação do sistema através da redução ou desaparecimento do criadouro. Por fim, reforça a importância da manutenção do mesmo não devido à estrutura do sistema faxinal, mas à experiência do coletivismo que instaura, e que aparece como alternativa política que “pode ser extrapolada para outras esferas de produção e organização” (1988: 112).

Há, ainda, duas outras referências bibliográficas da produção de autores vinculados a órgãos públicos do Paraná que têm em Carvalho e Chang referências privilegiadas: Gubert Filho (1987) e Gevaerd Filho (1986). Apesar da publicação anterior do texto de Geaverd, este cita tanto Gubert como Carvalho e Chang, em versões não publicadas de seus trabalhos. Aqui, as formações específicas dos autores marcam sua perspectiva da temática. Assim, Gubert, engenheiro agrônomo, preocupa-se em definir ambientalmente as áreas de faxinais, marcadas pela predominância de “matas de araucária degradadas pelo pastoreio extensivo, realizado em criadouros comuns” (1987: 32). Concentrando suas reflexões no contexto de Irati, considera apenas os criadouros cercados, e destaca a fertilidade natural do solo no período de ocupação regional como um dos elementos definidores da separação entre áreas de lavoura e áreas de criação-extratativismo (sendo estas significativamente menos férteis). Seu texto também traz uma questão relevante: como o deslocamento de “colonos gaúchos”<sup>9</sup> para a região provocou conflitos e uma desarticulação dos criadouros comuns, pois outra concepção de produção e a ênfase na agricultura colocaram em xeque os modos tradicionais de organização social e produtiva dos faxinalenses<sup>10</sup>. Conflitos que também estimularam os fazendeiros locais a fecharem seus pastos. O autor, portanto, destaca elementos muito concretos de inviabilização do compáscuo, mas termina por reforçar a relação entre este e a definição de faxinal, bem como a perspectiva de sua desagregação.

Já no caso de Geaverd (1986), com formação em Direito, a grande questão é a presença da figura do compáscuo na legislação brasileira, e a reflexão sobre como lidar com pedidos de usucapião especial por parte de trabalhadores rurais, principalmente no que se refere a conflitos relativos a cercamento de pastos comunais. Aqui, a sinonímia entre faxinais e compáscuo é dada, bem como a afirmação de sua extinção próxima – apesar de ser este um modelo político pensado como interessante –, como se percebe no seguinte trecho:

---

<sup>9</sup> Neste caso, assim como em Pinhão, os “gaúchos” são provenientes do oeste do Paraná, sendo descendentes de famílias migrantes do Rio Grande do Sul.

<sup>10</sup> Aqui, cabe ressaltar que o conflito se dá entre dois grupos camponeses tradicionais, mas com distintas dinâmicas produtivas – um deles com foco na agricultura, enquanto outro na criação animal a solta no sistema de compáscuo.

É óbvio que os faxinais ou compáscuos encontram-se em fase de extinção, devido, entre outras coisas, a brutalidade inerente às formas odiosas e distorcidas de concentração e exploração de terra vigentes em nosso país. Essa constatação, todavia, não ilide nem tem o condão de desaconselhar uma análise cuidadosa e crítica do fenômeno, mormente num momento em que a atenção nacional volta-se para a questão da reforma agrária e da proteção ao meio ambiente. O desprezo com que o historiador e o jurista pátrio contemplaram o instituto não pode ser imitado por aqueles que sentem-se compromissados com a pesquisa de formas alternativas, comunais e justas de exploração do solo (1986: 46).

Os quatro autores aqui considerados permitem perceber que se constrói, a partir de meados da década de 1980, no interior dos órgãos estatais de reflexão sobre a terra e a questão ambiental no Paraná, o faxinal como uma temática relevante de pesquisa, reflexão e ação política. E, se podemos ver principalmente nos textos de Carvalho (1984) e Gevaerd Filho (1986) estímulos importantes para a percepção do faxinal (pensado como criadouro comum) como proposta política de organização de grupos rurais (embora também aqui haja a previsão de sua dissolução inevitável), o trabalho de Chang será a grande referência para as ações estatais posteriores sobre esta temática. No entanto, não por sua descrição refinada e historicizada do sistema, mas principalmente a partir da tese de sua desagregação, tendo como referência o criador comum. Com efeito, em todos os textos do período, este passa a ser sinônimo de faxinal, invisibilizando os outros aspectos do sistema, retirando sua dinamicidade e desconsiderando as estratégias e a agência dos sujeitos que vivem na região das matas mistas e estruturam suas relações com o território e suas formas de produção de maneiras específicas.

É a partir do debate provocado pela produção acima esboçada que, em 1997, o então governador do estado do Paraná, Jaime Lerner, lança o Decreto Estadual 4887/97, criando as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), assim definidas:

Art. 1º. – Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado “Sistema Faxinal”, com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da *Araucaria angustifolia* (pinheiro-do-paraná).



Alguns aspectos do decreto já se explicitam no caput do primeiro artigo e nos parágrafos que o seguem. Em primeiro lugar, embora se faça referência à qualidade de vida e patrimônio cultural das populações residentes nas ARESUR, a ênfase se dá na definição a partir da produção e na questão ambiental. Assim, as ARESUR são assemelhadas às APA (Área de Proteção Ambiental), e é um ato administrativo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos que as estabelece. Além disso, é a definição do sistema de Chang a referência para o registro de um faxinal específico como ARESUR no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) – em outras palavras, a adequação a todo o modelo, com destaque dado ao criadouro comum. Acrescente-se a necessidade de avaliação anual dos faxinais registrados, que, embora não explicitamente, parece trazer a ideia da desagregação e dos riscos provocados pelas mudanças a um sistema pensado como tradicional<sup>11</sup>.

Tal perspectiva, portanto, coloca duas questões fundamentais para a legislação de 1997: 1) a ênfase quase exclusiva nos aspectos de preservação ambiental dos faxinais, provocando uma restrição significativa na compreensão de um sistema que, além de se caracterizar como modo de produção e de relações com o meio ambiente, também aponta para formas particulares de ser, viver e pensar o mundo (envolvendo aspectos sociais, culturais, religiosos, políticos e identitários específicos); 2) o reforço de um modelo produtivo muito bem definido e caracterizado pela produção animal coletiva, policultura alimentar de subsistência e extrativismo florestal de baixo impacto (cf. Decreto 3446/97 – Art. 1º. - § 1º.), que tende a engessar os grupos quanto a dinâmicas específicas do processo histórico que possam provocar mudanças em algum desses aspectos. Acrescente-se, ainda, que se a previsão de Chang do “fim dos faxinais” não se concretizou, ela continua aparecendo como discurso oficial de agentes estatais – o que pode ser percebido no levantamento realizado por Cláudio Marques (2004) para o Instituto Ambiental do Paraná.

É contra o horizonte de inevitável desagregação dos faxinais que, já neste século, se desenvolve uma nova produção sobre o tema, relacionada diretamente à organização da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (inicialmente Articulação Puxirão dos Povos dos Faxinais), bem como ao Projeto Nova Cartografia Social, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Almeida. Do ponto de vista político, a atuação da Articulação Puxirão tem desdobramentos significativos no contexto de luta por direitos específicos no Paraná: é um dos pilares para a formação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais – que reúne entre seus membros indígenas de várias

---

<sup>11</sup> Uma das dificuldades trazidas pelo uso da noção de tradição no caso de políticas públicas é a tendência a negar historicidade ao tradicional. Ou seja, qualquer mudança decorrente do processo histórico, nesses casos, é vista como ameaça ao sistema. Para a reflexão sobre o conceito, ver Porto (1998).

etnias, quilombolas, benzedeadas, cipozeiros, ilhéus, pescadores artesanais, caixaras, e religiosos de matriz africana, além dos faxinalenses –, bem como para a formação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Além disso, a organização política dos faxinalenses resultou na Lei Estadual 15673/07, que reconhece os faxinais e sua territorialidade específica, apresentando suas características próprias não como fechadas (mas usando a expressão “tais como”), e afirmando a identidade faxinalense como critério para definição dos povos tradicionais que integram essa territorialidade específica (embora a questão do uso comum também se coloque). Acrescente-se que o reconhecimento da identidade por autodefinição vincula-se à esfera do órgão estadual de assuntos fundiários, retirando a questão faxinalense do âmbito apenas ambiental. A lei estipula, ainda, que as práticas e acordos estabelecidos pelos grupos faxinalenses devem ser preservados como patrimônio cultural imaterial do estado.

Além dos impactos políticos, a Articulação Puxirão tem influência significativa nas reflexões acadêmicas sobre o tema. Roberto Martins de Souza (2010, in Almeida, Souza, 2009), um dos principais expoentes desta reflexão, parte do questionamento das concepções vigentes de faxinal por seu caráter evolucionista, anulador da agência dos sujeitos envolvidos, baseado exclusivamente nas questões produtivas – com a conseqüente desconsideração dos aspectos culturais, políticos e identitários. Escrevendo no contexto acadêmico, mas a partir de uma relação direta com a Articulação Puxirão, o autor aponta a necessidade de uma abordagem que, ao considerar tais aspectos, possibilite ao movimento se fortalecer nos processos de luta pela garantia não apenas do acesso ao território, mas também do direito à manutenção de sua diversidade sociocultural e de um sistema de organização produtiva baseado no uso comum. A ênfase no uso comum, por sua vez, define estratégias políticas próprias: não a proposta de regularização fundiária de lotes familiares, mas a definição de Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), tendo por base o Decreto 3446/97 do Estado do Paraná, que faz referência específica ao “sistema faxinal”.

O acesso a direitos a partir da definição de determinadas áreas como ARESUR – e dos grupos, conseqüentemente, como faxinalenses – coloca, então, duas questões cruciais para o movimento e para intelectuais a ele vinculados: em primeiro lugar, a necessidade de redefinir faxinal; depois, a de mapear a presença de faxinais no Paraná tendo como parâmetro a nova definição. A fim de enfrentar a primeira delas, Souza (2010) estabelece uma contraposição entre uma perspectiva “científica” de faxinais e outra “dos próprios faxinalenses”. Questiona fortemente a primeira, ressalta a dificuldade dos estudos sobre campesinato em lidar com a diversidade dos povos do campo no Brasil, bem como a ausência de dados quantitativos sobre os vários grupos

que compõem a população rural brasileira. Tendo como objetivo sustentar a força política de seu discurso, afirma a relação direta do que define como científico com uma declaração do desenvolvimento como valor inquestionável. Questiona, então, o que identifica como um sistema interpretativo sobre a história do Paraná que apresenta como eixo os grandes ciclos econômicos – excluindo todas as demais formas de ocupação territorial, invisibilizando os vários agentes que compõem o rural paranaense ou os visibilizando apenas no momento em que não se encaixam nos novos ciclos e correm o risco da desagregação e desaparecimento. E, a partir de tal debate, estabelece sua própria definição de faxinal:

Deste modo, quando faço uso da expressão “faxinal” ou “terras de faxinais” (...) me refiro ao seguinte significado: *terras tradicionalmente ocupadas que designam situações onde a produção familiar, de acordo com suas possibilidades, variavelmente combinam apropriação privada e comum dos recursos naturais, tendo o controle e uso dos recursos considerados comuns à existência física e social – especialmente pastagens naturais, cursos d’água e recursos florestais –, e exercido de maneira livre e aberta de acordo com normas específicas consensualmente definidas por grupos de pequenos criadores e agricultores que, circunstancialmente, denominam suas áreas de uso comum por expressões locais, a saber: “criador comum aberto”, “criador comum cercado”, “criador criação alta” e “mangueirão”, presentes no Sul do Brasil* (Souza, 2010: 15-16).

É a partir desta definição que o autor contribuirá para a realização de novo mapeamento, em contraposição a levantamentos anteriores realizados pelo Estado, como o de Marques (2004). Assim, enquanto Marques falava em “no mínimo 44 faxinais” em 2004, em sua tese de doutorado de 2010, Souza afirma o mapeamento de 227 faxinais, em 32 municípios do Paraná<sup>12</sup> – 45 deles se situando em apenas 3 municípios da microrregião de Guarapuava: Pinhão, Inácio Martins e Turvo (cf. Souza in Almeida e Souza, 2009: 63).

A nova definição proposta por Souza traz questões relevantes para a reflexão. Em primeiro lugar, flexibiliza a noção de “sistema faxinal” presente no Decreto 3446/97 – que, ao tomar o modelo ideal de Chang como referência, exige a presença tanto da criação animal à solta em criadouros coletivos, quanto da policultura de subsistência e do “extrativismo florestal de baixo impacto” para o estabelecimento de uma determinada área como adequada à aplicação da lei.

---

<sup>12</sup> O autor afirma, ainda, que estes são números parciais, pois houve indícios da presença de faxinais em outros municípios que a equipe de pesquisa não conseguiu visitar.

Na concepção de Souza, os limites são menos restritivos, havendo referência a uma produção familiar que tem por base tanto a apropriação privada quanto comum dos recursos naturais, de acordo com normas definidas pela tradição. Vemos, portanto, um embate político por definições da lei semelhante àquele ocorrido com relação ao Decreto Federal 4887/03, que normatiza o acesso a direitos de remanescentes de comunidades de quilombos.

Por outro lado, contudo, ao final Souza restringe sua perspectiva de faxinal à existência de alguma forma de criadouro à solta e com caráter, mesmo que relativo, de uso comum. Assim, embora afirme a importância de aspectos identitários e socioculturais para uma perspectiva mais ampla dos “povos dos faxinais”, termina refêrem de limitações colocadas pelos trabalhos anteriores – pois é apenas um elemento do sistema produtivo, o criadouro, tomado como sinônimo das possibilidades de construção da identidade faxinalense. Acrescente-se, ainda, que as categorias selecionadas, e que orientam o processo de mapeamento (na medida em que os faxinais são registrados a partir de sua classificação em uma das formas de criadouro citadas), trazem consigo uma perspectiva que remete ao evolucionismo e à desagregação do sistema questionados pelo autor. Em outras palavras, o “criador comum aberto” é tomado como o “modelo original”, que sofre modificações a partir de conflitos e pressões com seus “antagonistas”, e a partir de então se transforma nas demais configurações de criador. Em outras palavras, mesmo não sendo cada um dos tipos visto como uma etapa – pois é possível passar diretamente do tipo 1 ao tipo 3 ou 4 – existe um modelo “original”, o “criador comum aberto”.

Há, ainda, outro aspecto relevante da reflexão de Souza que é necessário considerar: uma perspectiva dicotômica que opõe os faxinalenses a seus “antagonistas”, e que conseqüentemente provoca uma simplificação de ambos os grupos, além de uma valoração também simplificada de cada um deles. Embora se possa relacionar tal posicionamento ao vínculo muito direto com o movimento social faxinalense, não há como não apontar o risco de redução da multiplicidade de contextos e de conflitos a um modelo opositivo. O que, a princípio, poderia ser uma importante estratégia de afirmação da identidade coletiva, pode trazer problemas em sua constituição ao operar com um modelo idealizado que desloca os conflitos para fora, e que não reconhece as dificuldades e tensões envolvidas em processos identitários e nas negociações internas aos grupos.

Desta forma, toda a complexidade do “sistema faxinal” apresentada no trabalho de Chang passa a ser desconsiderada tanto por ela quanto pelos autores posteriores. Além disso, a diversidade de visões de mundo, organização social, formas de ser e de viver acaba subsumida na noção restrita de criador comum. A potencialidade de um modelo ideal pensado como uma matriz a partir da qual as ações dos sujeitos frente a novos contextos, sempre complexos, produzem

novas configurações, em que alguns elementos são mantidos, enquanto outros transformados ou descartados, não se realiza. E também não se desenvolve uma reflexão mais sofisticada sobre a construção de identidades e seu vínculo com o jogo político de luta por direitos. A “objetividade” do criador leva a crer que seu fim implica no fim de uma forma mais ampla de pensar o mundo e ser no mundo.

A pesquisa entre grupos rurais tradicionais de Pinhão/PR, no entanto, aponta em sentido distinto daquele indicado pela simplificação resultante do estabelecimento de uma sinonímia entre criadouro comum e faxinal. Aqui, gostaria apenas de destacar alguns aspectos, como ilustração das possibilidades de reflexão que os faxinais colocam não apenas para a antropologia, mas também para os debates em torno das relações entre populações tradicionais e meio-ambiente. Dentre tais aspectos, resalto: 1) a estruturação de um sistema produtivo que conjuga a criação a solta, o extrativismo e a policultura de subsistência em áreas ambientalmente diversas e muitas vezes descontínuas permite um aproveitamento das possibilidades produtivas do meio em um processo de manejo bem sucedido; 2) tal modelo assegura autonomia dos grupos sociais, pois estes garantem boa parte das matérias-primas necessárias à vida e à reprodução física e social do grupo e de suas tradições tendo por base seu próprio ambiente; 3) a agência dos sujeitos em processos de conflitos e pressões externas e internas no sentido de modificação do sistema pode levar a opções que limitem ou acabem com o criadouro coletivo, mas isto não implica na desagregação de uma forma de vida, concepção de mundo e relação com o ambiente; 4) os contextos de faxinais, em suas várias concepções, apontam para a complexidade das relações entre capitalismo e comunidades tradicionais, que não devem ser pensadas apenas como antagonismo simples; 5) a tradicionalidade dos grupos rurais não deve ser tomada como sua não historicidade.

Para concluir, afirmo a importância de um estudo mais aprofundado de grupos rurais que se autodenominam faxinais – sua religiosidade, sociabilidade, relação com o território e o meio-ambiente, estratégias políticas de luta pela terra, bases da construção de sua identidade. Reconhecendo que a autodenominação de um grupo como faxinal, ou de seus membros como faxinalenses, abrange questões mais amplas que apenas um uso comum do território para criação animal ou um sistema produtivo. Seu Dominginhos, 81 anos, morador do Faxinal dos Taquaras, fala de um “jeito antiquinho” de ser, que remete a uma religiosidade própria – a leitura de sinais do ambiente e dos animais, o domínio de técnicas de cura, a realização de rituais coletivos e de deveres religiosos –; a uma forma particular de relação com a vizinhança, em que o trabalho e o apoio mútuo em caso de necessidade são como obrigações; à valorização da família; ao domínio de técnicas tradicionais de cultivo (tanto

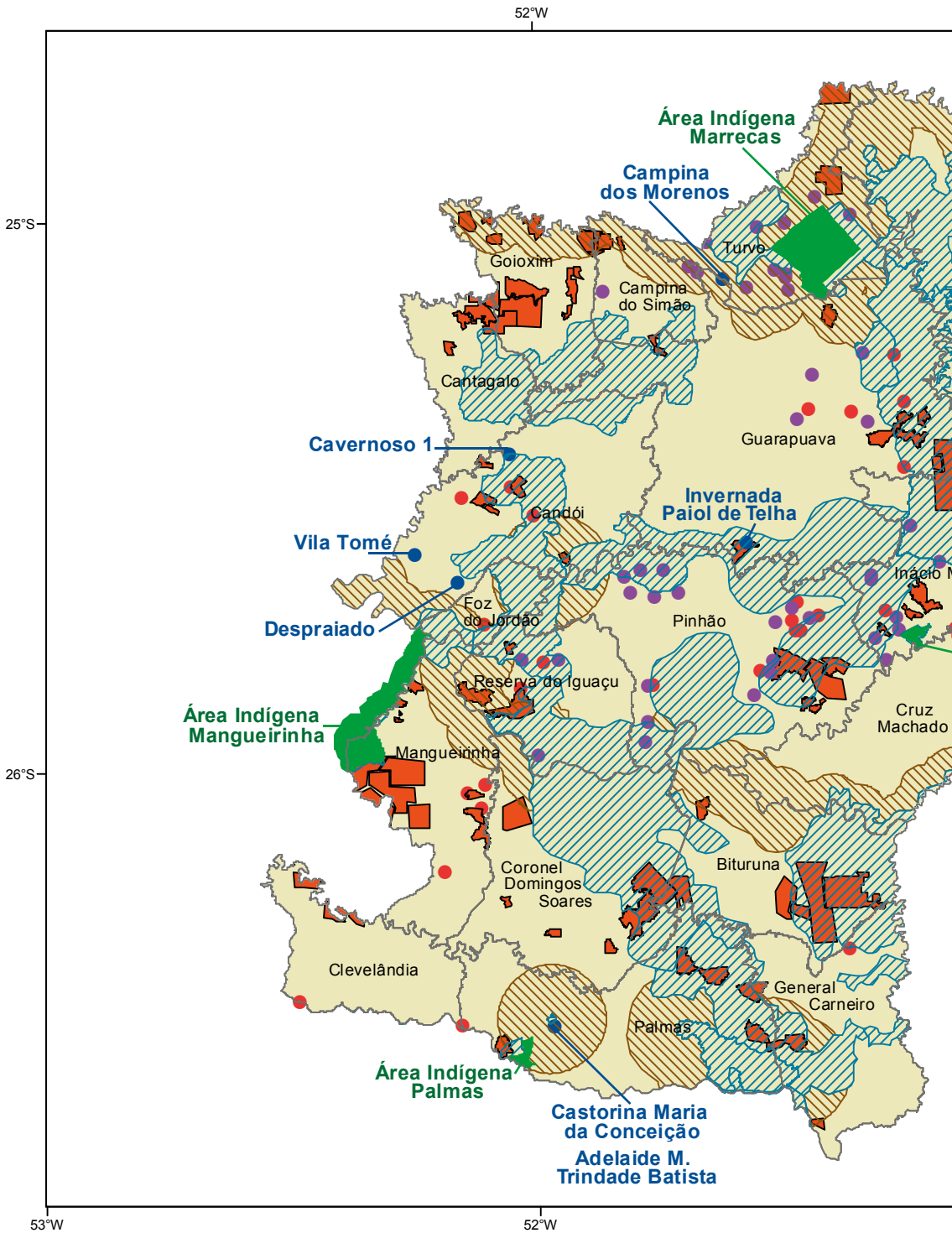
nos aspectos técnicos quanto religiosos); à importância do trabalho na roça e do produto deste trabalho, bem como da saúde que vem do mato e dos alimentos tradicionalmente cultivados. Esta perspectiva mais abrangente dos grupos tradicionais faxinalenses amplia tanto as possibilidades econômicas quanto de acesso a direitos políticos de tais grupos, que falam de um jeito de ser e viver específico.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo W. B., SOUZA, Roberto M. (org.). 2009. **Terras de Faxinais**, Manaus: Edições da Universidade Estadual do Amazonas.
- BALHANA, Altiva, MACHADO, Brasil, WESTPHALEN, Cecília. 1969. **História do Paraná, vol. I**, Curitiba: GRAFIPAR.
- CARDOSO, Jayme A., WESTPHALEN, Cecília. 1986. **Atlas Histórico do Paraná**, Curitiba: Livraria do Chain Editora.
- CARVALHO, Horácio M. 1984. **Da Aventura à Esperança: A Experiência Auto-Gestionária no Uso Comum da Terra**, mimeo.
- CHANG, Man Yu. 1988. **Sistema Faxinal: Uma Forma de Organização Camponesa em Desagregação no Centro-Sul do Paraná**, Londrina: IAPAR.
- COSTA, Samuel G. 1995. **A Erva-Mate**, Curitiba: Coleção Farol do Saber.
- Decreto 6040/2007 da Presidência da República do Brasil** – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm), acessado em 14/05/2012.
- GARCIA JR. Afrânio. 1990. **O Sul: Caminho do Roçado**, Brasília/São Paulo: Editora UnB/Marco Zero.
- GEVAERD FILHO, Jair L. 1986. Perfil Histórico-Jurídico dos Faxinais ou Compáscuos in **Revista de Direito Agrário e Meio-Ambiente**, vol. 1, Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Florestas.
- GODÓI, Emília P. et allí (org.). 2009. **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias, vol. 2**, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD.
- GUBERT FILHO, Francisco A. 1987. O Faxinal – Estudo Preliminar in **Revista de Direito Agrário e Meio-Ambiente**, vol. 2, Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Florestas.
- HEREDIA, Beatriz Maria A. 1979. **A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LINHARES, Temístocles. 1969. **História Econômica do Mate**, Rio de Janeiro: José Olympio.
- MARQUES, Cláudio L. G. 2004. **Levantamento Preliminar sobre o Sistema Faxinal no Estado do Paraná**, Relatório de Consultoria Técnica do IAP/PR.

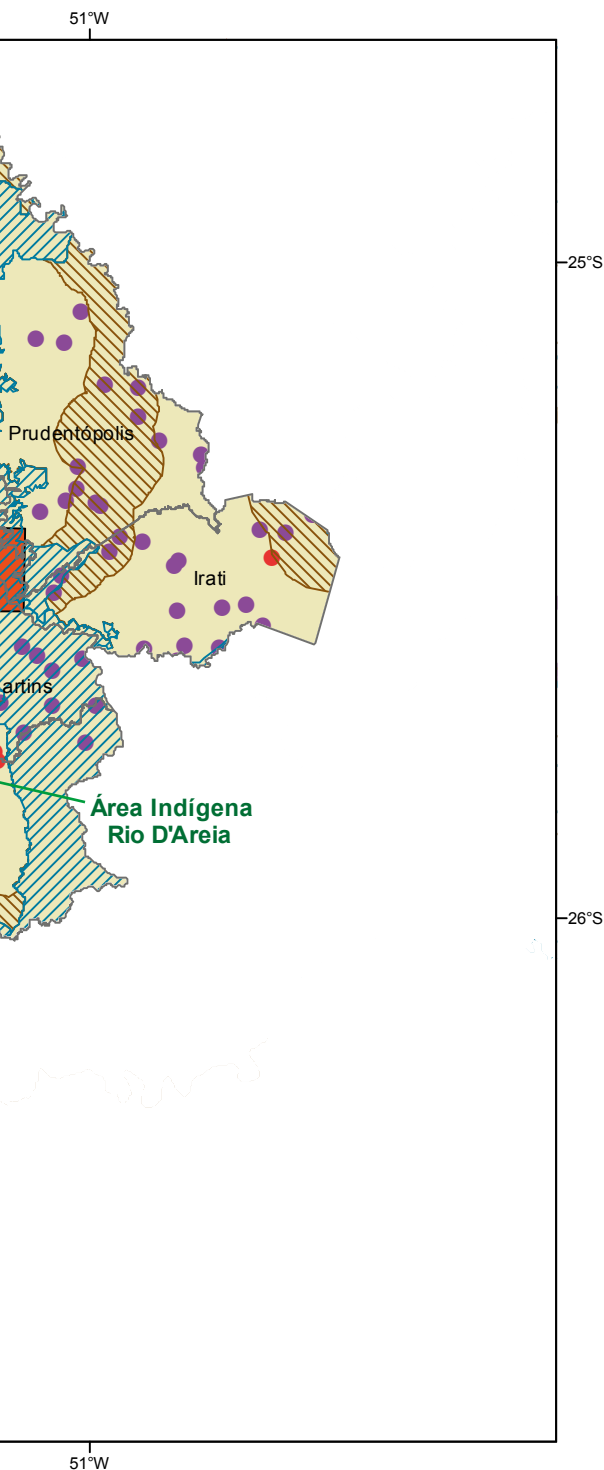
- PEREIRA, Magnus R. M. 1996. **Semeando Iras Rumo ao Progresso: Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense**, Curitiba: UFPR.
- PORTO, Liliana, KAISS, Carolina, COFRÉ, Ingeborg. 2009. **Relatório Antropológico: Comunidade Quilombola de Água Morna – Curiúva/PR**, Documento resultante do Convênio UFPR/INCRA com base no projeto **Direito à Terra e Comunidades Quilombolas no Paraná**, Curitiba.
- PORTO, Liliana. 1998. **Reapropriação da Tradição: Um Estudo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte/MG**, Versão modificada de dissertação de mestrado premiada em 2º lugar no Concurso Sílvio Romero 1998 / FUNARTE.
- Povos dos Faxinais, Paraná**. 2007. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, Fascículo 1.
- SOUZA, Roberto M. 2010. **“Na Luta pela Terra, Nascemos Faxinalenses”**: Uma Reinterpretação do Campo Intelectual de Debates sobre os Faxinais, Tese de doutorado apresentada ao PPGS/UFPR.
- TCHAYANOV, A. V. 1976. Teoria dos Sistemas Económicos Não-Capitalistas in **Análise Social**, ano XII, n. 46, Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- WACHOWICZ, Ruy C. 1987. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**, Curitiba: Vicentina.
- WELCH. Clifford A. et alli (org.). 2009. **Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações Clássicas**, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD.
- WOORTMANN, Klass. 1990. “Com Parente não se Neguceia”. O Campesinato como Ordem Moral in **Anuário Antropológico 87**, Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro.

# Terras e Territórios Tradicionais, Áreas Indígenas e Assentamentos de Reforma Convênio: MinC – ITCG





# Agrária em Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná

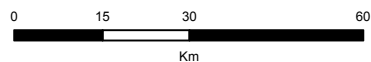


**Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências**

## INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Sistema de Projeção UTM  
Datum Horizontal: SAD 69  
Meridiano Central: 51° W

## MAPA DE SITUAÇÃO



## CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Divisas Municipais
- Comunidades Quilombolas Certificadas
- Faxinais
- Áreas Indígenas Demarcadas
- Áreas da Reforma Agrária
- Acampamentos
- ▨ Áreas Estratégicas para Conservação
- ▨ Áreas Estratégicas para Restauração

## FONTES:

- Áreas Estratégicas: IAP - 2004  
Resolução Conjunta SEMA/IAP - 005/2009
- Divisas Municipais: ITCG - 2012
- Comunidades Negras Tradicionais e Remanescentes de Quilombos: ITCG e Grupo Clóvis Moura - 2009
- Presença Indígena: Assessoria para Assuntos Indígenas/SEAE - 2009  
Secretaria Especial de Relações com a Comunidade - 2011
- Faxinais: Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais - 2010
- Assentamentos: INCRA - 2008
- Acampamentos: ITCG - 2008

Obs.: "Áreas Prioritárias do Paraná" definidas no Decreto Estadual nº 3320 de 12 de julho de 2004, SISLEG - Reserva Legal.

www.itcg.pr.gov.br  
2013



## Parte II

# A questão quilombola – Palmas

### **4. Memórias de dependência e liberdade em comunidades quilombolas**

*Cassius Marcelus Cruz*

### **5. (Re)configurações identitárias e direitos sociais: o caso da comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria Trindade Batista em Palmas/PR**

*Sônia Maria dos Santos Marques*



## Capítulo 4

### Memórias de dependência e liberdade em comunidades quilombolas

Cassius Marcelus Cruz<sup>1</sup>

*Eu e o meu filho estávamos voltando de uma das primeiras atividades dos quilombolas e vínhamos conversando com o seu A., quando ele disse: o meu pai veio lá de Palmas, eu tenho umas tias que ficaram por lá. A tia Maria Izabel e a Tia Maria Matheus, vocês conhecem? Eu disse Maria Izabel era irmã de minha vó. Ela sempre contava dos irmãos dela que haviam **sido dados para o dono da fazenda**. O seu A. ficou emocionado com os olhos marejados (Dona Maria Arlete, Comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria Trindade Ferreira).*

Foi da maneira acima exposta que Dona Maria Arlete da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista (município de Palmas) descobriu que o Seu Amazonas, liderança da comunidade de Santa Cruz (município de Ponta Grossa) era seu parente. Relatos como esses, além de indicarem a existência de redes de parentesco entre alguns quilombos, nos remetem à possibilidade delas partilharem experiências e lembranças que compõem uma *memória coletiva* quilombola.

Partindo de entrevistas que abordaram a experiência histórica de migração, tutelamento, trajetórias de trabalho e memórias sobre a escravidão, esse artigo

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela UFRGS, com especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, Educação e Ações Afirmativas pela Universidade Tuiuti do Paraná e IPAD, mestre em educação pelo PPGE/UFPR e doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP. Foi componente do Grupo de Trabalho Clóvis Moura/PR e gestor de políticas de educação e diversidade na SEED/PR.

procura expor em que medida a recordação<sup>2</sup> e o manejo de elementos comuns entre o que é falado (ou silenciado) nos relatos orais dessas comunidades estão marcados pela dicotomia entre as relações de dependência e as estratégias de liberdade.

Os contextos de produção dos relatos orais ocorreram em entrevistas individuais e coletivas, sendo algumas delas recuperadas de pesquisas anteriores ou arquivadas pelos próprios quilombolas.

Antes de adentrar nesses temas, entretanto, faz-se necessário apresentar o conjunto de comunidades abrangidas pela investigação e quais as motivações que delinearão a escolha dessas comunidades.

## **A rede de parentesco quilombola e o Caminho das Tropas**

A escolha das localidades e quilombos para serem focos desse artigo, além de se adequar à conformação regional definida durante a elaboração do Projeto Memória dos Povos do Campo, decorreu também da observação do processo de levantamento das comunidades quilombolas no Paraná e de interpretações sobre o processo histórico de formação de algumas delas.

O delineamento do espaço dessa investigação, que a princípio abrangeria alguns dos quilombos situados na região Sul, especificamente, as Comunidades Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria Conceição e Tobias Ferreira (município de Palmas), se estendeu a uma comunidade situada nos Campos Gerais, devido a relatos de quilombolas de Palmas sobre existência de laços de parentesco com a Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Cruz (Ponta Grossa). Dessa forma, optou-se inicialmente por construir uma rede<sup>3</sup> de indicação de parentesco para, a partir daí, escolher aquelas que seriam foco de investigação.

As primeiras indicações de parentesco entre algumas das comunidades aqui abordadas foram concedidas pela professora Clemilda Santiago Neto, coordenadora de ação de campo do Grupo de Trabalho Clóvis Moura – GTCM, durante o levantamento das comunidades quilombolas paranaenses<sup>4</sup>. Segundo

<sup>2</sup> Recordar aqui é utilizado em sua significação etmológica do latim *Recordis*: tornar a passar pelo coração. Sob essa perspectiva recordar envolve, para além de uma narrativa sobre o vivido, um conjunto expressivo de sentimentos em relação ao narrado que deve ser considerado na análise do conteúdo da memória.

<sup>3</sup> A utilização do termo rede aqui não está vinculada especificamente à análise de parentesco, tal como se destaca, na Antropologia Social, nas obras de Evans-Pritchard (1937) no contexto rural e de Bott (1976) no contexto urbano. O termo aqui é utilizado como ferramenta metodológica para identificar grupos que possam, mais estreitamente, rememorar trajetórias e processos comuns entre grupos quilombolas.

<sup>4</sup> O levantamento das Comunidades Quilombolas do Paraná foi realizado durante o período de 2005 a 2010 pelo Grupo de Trabalho Interdepartamental Clóvis Moura - GTCM, a partir de

ela, uma das estratégias<sup>5</sup> do levantamento foi localizar parentes de outras localidades indicados pelos primeiros grupos contatados.

A leitura dos históricos e relatos que compõem o relatório 2005/2010 do GTCM permite identificar as seguintes indicações de parentesco entre comunidades quilombolas e comunidades negras tradicionais<sup>6</sup> que, em certa medida, articulam-se com alguns dos quilombos da região sul<sup>7</sup>:

1) **Comunidade de Palmital dos Pretos** (Campo Largo), onde as famílias dos senhores Brasília e Librano José de Deus são oriundas da **Comunidade Remanescente de Quilombo do Sutil** (Ponta Grossa) e a família Ferreira Pinto, da **Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Cruz** (Ponta Grossa) e as demais famílias, das comunidades de Pugas e Bolo Grande (Palmeira);

2) **Comunidade Negra Tradicional Sete Saltos** (Campo Largo), também formada por famílias oriundas das Comunidades Quilombolas de Santa Cruz e Sutil (Ponta Grossa) e das comunidades Pugas e Bolo Grande (Palmeira) e

3) **Comunidades Remanescentes de Quilombo Sutil e Santa Cruz** (Ponta Grossa), além de relações de parentesco entre si, possuem vínculos de parentesco com as demais comunidades anteriormente citadas.

Acrescenta-se nessa rede o grupo de famílias negras situados na Vila dos Papagaios Novos (Palmeira) e a Comunidade Remanescente de Quilombo Paiol de Telha, ambas reconhecidas por um quilombola de Santa Cruz como comunidades que possuem parentesco com a sua.

A partir desses dados é possível inferir, ainda preliminarmente, um processo de intensificação da identificação de parentesco entre as comunidades negras das regiões sul em direção aos Campos Gerais, conforme é possível visualizar no diagrama 1 - onde as comunidades da Região Centro-Sul que compõem a rede são identificadas pelos quadrados vazados e as dos Campos Gerais pelos quadrados cheios. Devido à quantidade de comunidades envolvidas, optou-se por

---

demandas do Movimento Social Negro. O GTCM, presidido por Glauco Souza Lobo, além de promover a visibilidade dessas comunidades, contribuiu para sua inserção na pauta das políticas públicas estaduais, bem como na alteração das relações estabelecidas entre esses grupos e o poder público. Ver PARANÁ (2008), Lewandowisk (2010).

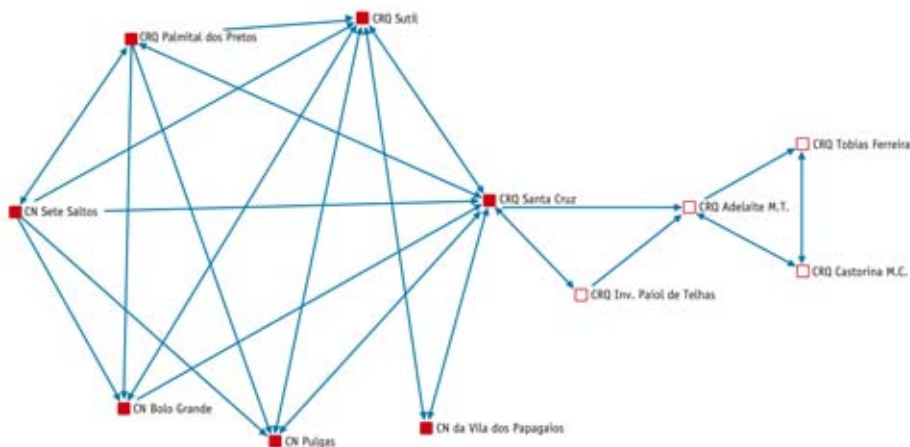
<sup>5</sup> Outra estratégia foi a coleta de informações da existência de comunidades negras a partir de indicações dos Núcleos Regionais de Educação e de educadores reunidos no Encontro de Educadores Negros e Negras do Paraná, realizado pelo Movimento Social Negro e pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) no ano de 2005. Ver PARANÁ (2008), Cruz (2012).

<sup>6</sup> Definição atribuída pelo GTCM às comunidades de famílias negras que não se autodeclararam quilombolas.

<sup>7</sup> A seguinte listagem apresenta apenas aquelas comunidades onde verificam-se alguns indicativos de parentesco retirados do Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2005/2010), que permitem formar uma rede preliminar de parentesco que se estende de Sul (Palmas) ao Centro do Estado (Guarapuava, Reserva do Iguaçu e Pinhão). Nesse sentido estão excluídas desse esboço tanto aquelas comunidades da Região Centro (Turvo e Cândói) nas quais não foi possível, no contexto dessa pesquisa, verificar ligações de parentesco, quanto aquelas redes existentes em municípios de outras regiões do Estado (ex. Castro, Serro Azul, Dr. Ulysses, Adrianópolis, Lapa, Contenda, Guaqueçaba, etc.), ainda que se tenha conhecimento da existência dessas ligações.

focar a pesquisa nas comunidades cujos nodos do diagrama concentram maiores indicativos de laços de parentesco entre a Região Sul e os Campos Gerais, ou seja, nas comunidades de Santa Cruz e Adelaide Maria Trindade Batista<sup>8</sup>.

**Diagrama 1: Rede preliminar de ligações de parentesco entre comunidades quilombolas das regiões Centro-Sul – Campos Gerais.**



O desvendamento desses elos, entretanto, não pretende revestir, sob o manto da homogeneidade, as diferenças existentes entre essas comunidades. Dentre elas podemos destacar, por exemplo, os diferentes contextos de composição das famílias de escravizados.

Enquanto no caso da Fazenda Santa Cruz, que deu origem à comunidade quilombola que recebeu seu nome, Hartung (2007) identifica que já em meados do século XIX existiam sete subgrupos familiares de escravos constituídos por casamentos legitimados perante a autoridade civil e que estabeleciam alianças entre si. Em Palmas, em contraposição, havia um predomínio de casamentos ilegítimos, conforme verifica-se no estudo de Weigert (2010). Por meio das análises dos assentos de batismo, onde 16% dos filhos de escravos eram registrados por uniões legítimas, 80% por relações ilegítimas e 3% de adultos africanos, a historiadora indica que a população escrava em Palmas era formada por solteiros<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Salienta-se que em ambas, além de serem revisitadas entrevistas realizadas durante o ano de 2007 com pessoas já falecidas das referidas comunidades, foram realizadas novas entrevistas com pessoas que identificaram parentesco entre si durante o processo de reconhecimento quilombola no Estado do Paraná. Além dessas entrevistas foram contatadas e visitadas pessoas das comunidades de Paiol de Telha, Vila dos Papagaios e Castorina Maria da Conceição, com o intuito de complementar dados fornecidos em entrevistas.

<sup>9</sup> O que não impossibilitava, entretanto, a existência de uniões estáveis ilegítimas, devido



Destaca-se, nos relatos de quilombolas de Palmas, que as mulheres “antigas” da comunidade não se casavam, mas tinham vários filhos. A partir da análise dos registros de batismo, Lago (1987) afirma que o número de mães solteiras nos campos de Palmas era relativamente alto e que, devido à forma como foram preenchidos os registros, é possível supor que eram, em sua maioria, negras e indígenas. Esse apresenta-se, talvez, como um dos motivos pelos quais é possível interpretar a ênfase discursiva no parentesco matrilateral<sup>10</sup> presente nas comunidades de Palmas. Entretanto, mesmo com essas diferenças que distinguem as duas comunidades, em determinado momento as trajetórias de alguns de seus membros se conectaram.

A partir do cruzamento de fontes escritas e orais, a hipótese aqui utilizada é que uma possível rede de parentesco começou a articular-se a partir da complexidade das relações sociais estabelecidas durante o século XIX, onde, para além dos quadros de opressão e violência característicos das sociedades escravistas, tornou-se possível tanto o surgimento de comunidades quilombolas a partir de doações de terras para escravizados<sup>11</sup> (como foram os casos das comunidades da Invernada Paiol de Telhas, Sutil e Santa Cruz) e da ocupação de terras de uso comum (comunidades Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria da Conceição e Tobias Ferreira), como os espaços de relativa mobilidade social e geográfica constituídos pelo alforriamento<sup>12</sup>, pelas relações de compadrio (apadrinhamento), tutela (“filhos de criação”).

Outro fator que possivelmente contribuiu para estabelecer a comunicação entre algumas dessas comunidades foi a atividade tropeira na região, pois, como veremos adiante, é recorrente na memória de alguns quilombolas a participação de seus ancestrais na condução de tropas de mulas e gado, o que lhes possibilitava uma mobilidade geográfica extensa. Além disso, ressalta-se a importância que os ramais do Caminho das Tropas<sup>13</sup> desempenharam para a

---

aos custos necessários para a legitimação. Essa opção pela união consensual não se restringe à população negra. Segundo Lago (1987), ao analisar os Arquivos da Cúria de Palmas, “havia grande número de uniões não realizadas na Igreja, vivendo os cônjuges maritalmente e tendo, às vezes, vários filhos antes de buscarem a oficialização da união” (:143).

<sup>10</sup> “Eu costumo dizer [em referência ao pai] que um fez, outro registrou e outro criou” (MAF, Comunidade Remanescente de Quilombo de Palmas, 2012)

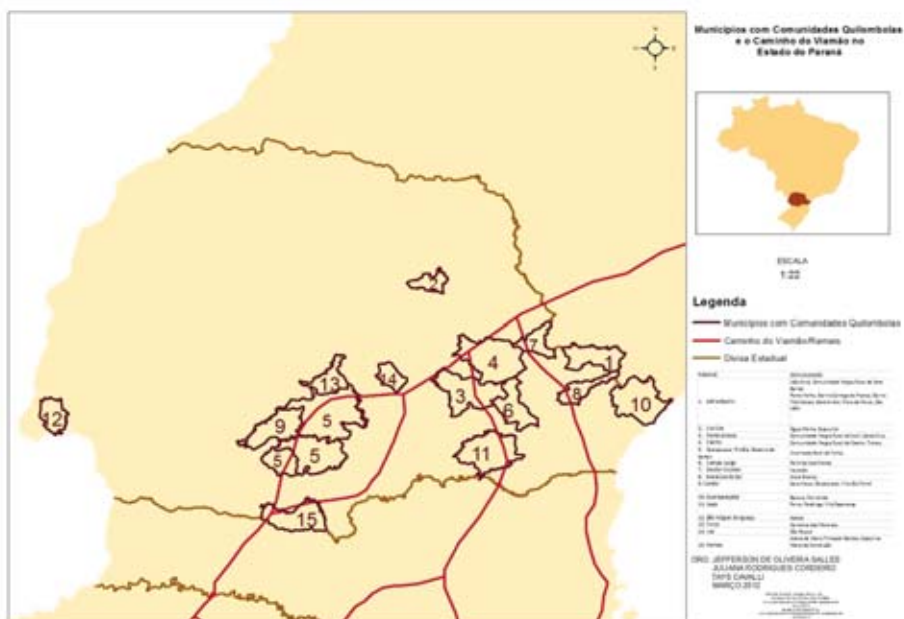
<sup>11</sup> A utilização do termo escravizado decorre de um posicionamento político assumido por segmentos do movimento negro, de não reduzir o sujeito submetido à situação de escravidão à condição de objeto (escravo). Reconhece-se entretanto a operacionalidade historiográfica e jurídica do termo escravo, que possui distinções com o termo escravizado, e a capilaridade do termo na linguagem utilizada pelos quilombolas. Nesse sentido o termo escravizado é utilizado na construção textual, mas mantido nas citações de historiadores e quilombolas durante o texto.

<sup>12</sup> A trajetória do casal de escravos Ignácio e Ana, analisados em Siqueira (2010: 54), que após tornarem-se libertos em Palmas adquirem terras e escravos e uma ampla gama de relação social caracterizada pelo apadrinhamento de 33 crianças de diversas condições sociais, demonstra as possibilidades, ainda que restritas, de mobilidade social da condição escrava à senhorial.

<sup>13</sup> É importante destacar que, no Estado do Paraná, dos quinze municípios onde localizam-

dinâmica das trocas regionais. No que se refere à região sul paranaense e aos Campos Gerais, foi a estrada, aberta em 1842, que ligava Palmeira a Palmas passando por União da Vitória, por onde realizava-se o trânsito de gado, queijo e charque vindos de Palmas para Curitiba e por onde se abastecia de sal e outras mercadorias os habitantes de Palmas (Wachowicz, 1987: 51).

### Mapa 1 - Municípios com comunidades quilombolas e o Caminho da Tropas no Paraná.



Fonte: Salles, Cordeiro & Savali, 2012.

Um dos indícios documentais da relação entre as comunidades de Palmas e Palmeira refere-se ao próprio processo de abertura da estrada que ligava as duas freguesias. Segundo uma carta de Francisco de Paula Guimarães<sup>14</sup> remetida

se as comunidades quilombolas, nove deles estão em áreas que eram cruzadas pelo Caminho de Viamão. Por conseguinte, muitas delas foram afetadas pela dinâmica de mobilidade e comunicação próprias da atividade tropeira.

<sup>14</sup> Carta de Francisco de Paula Guimarães, testamenteiro de Maria Clara do Nascimento Guimarães, Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP – PR), Código de Referência: BR APPR PB CO 007. Destaca-se nesse caso a utilização da mão de obra de libertos que compunham diversos subgrupos familiares e estavam inseridos em uma rede de relações sociais formada a partir de apadrinhamento/compadrio e elos parentais que remontavam à primeira metade do século XIX (Hartung, 2005: 168-169) e que, entretanto, foram obrigados a trabalhar na referida obra. Esse caso explicita os limites impostos à mobilidade social dos ex-escravizados, pois mesmo tendo sido alforriados e ganhado terras e gado por herança, ascendendo assim à condição de





**Seu Amazonas:** Meu pai é nascido em São Joaquim, de São Joaquim que quando o pai deles faleceu a família de Palmas pegou os três irmãos para criar, era uma irmã e dois irmãos. O pai não contava muito né, que ele contava do sofrimento que tinha lá com essa família lá e ele começava a chorar e ficava muito nervoso né, daí de piação ele pegou o irmão dele e essa irmã e vieram embora para Palmeira. Pegaram carona e fugiram de lá para Palmeira. Daí se criaram em Palmeira. Se eu não me engano parece que a família Capraro de Palmeira acabaram de criar eles. Eles fugiram de lá na base de uns quatorze, quinze anos. Eles fugiram de lá porque essa família maltratava muito eles. Porque lá eles maltratavam muito no trabalho, né? A alimentação era pouca e mais era serviço, né? Cedo da noite, abaixo de chuva, eles falavam que era muito...

**C:** Qual o trabalho que eles faziam?

**SA:** Lidavam de tudo... cortar lenha, lidar com criação, carpir roça, de tudo. Serviço braçal mesmo (Seu Amazonas, Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Cruz, 2012).

No campo historiográfico, a partir aproximadamente da década de 1990, a migração e mobilidade de descendentes de ex-escravizados passou a fazer parte dos temas abordados pelas pesquisas do pós-abolição. Destacam-se nesse contexto a produção de Azevedo (1987), Foner (1988), Mattos (1995), Faria (1998).

Ao analisar a movimentação da população negra após a Guerra de Secessão, Foner (1988) indica que além da busca por alternativas econômicas, o usufruto do direito de ir e vir constituía-se em umas das principais fontes de orgulho e liberdade dos ex-escravizados norte-americanos e seus descendentes.

Mattos e Rios (2004) apontam, entretanto, que a decisão de permanecer ou partir exigia um cálculo estratégico, pois:

O exercício da recém adquirida liberdade de movimentação teria que levar em conta as possibilidades de conseguir condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos tão ou mais importantes da visão de liberdade dos últimos cativos, como as possibilidades de vida em família, moradia e produção doméstica, de maior controle sobre o tempo e ritmos de trabalho e, de modo geral, sobre as condições dos contratos a serem obtidos (de parceria, empreitada ou trabalho a jornada) tendo em vista as dificuldades então colocadas para o acesso direto ao uso da terra (:179-180).

Dependiam, dessa forma, de um nível de informação sobre “onde poderiam ir e como seriam recebidos” (Mattos e Rios, 2007: 63) que só era possível de ser acessado a partir das relações sociais que estabeleciam. O mesmo é possível identificar em relação aos três irmãos que saíram de Palmas em direção a Palmeira.

**Seu Amazonas:** Eles pegaram carona, saíram sem rumo. No começo foram se juntando né, eles sabiam o nome dos parente que moravam em Palmeira né, que eles sabiam e vieram vindo para se juntar. Parentes deles ali na Vila dos Papagaio, os Mathias ali de Palmeira mesmo, tinha a família Mathias que eles são parente também. Eles vieram para se juntar com eles. Daí que acabaram de se criar aqui em Palmeira.

**C:** Então ele veio de lá de Palmas fugido... fugido, né, o senhor falou?

**SA:** Escapou dos fazendeiros.

**C:** Escapou, mas ele sabia como chegar.

**SA:** Sabia, para vir para o lado dos parentes.

**C:** E ele já tinha vindo?

**SA:** Como eu falo para você, comunicava. Os parentes já sabiam... eles escutavam os fazendeiros falar dos parentes deles onde moravam, né. Eles escutavam o nome da cidade e aí pegavam carona até tal cidade e vieram parar em Palmeira (Seu Amazonas, Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Cruz).

No contexto do Paraná, Marques (2009), analisando a trajetória de libertos no pós-abolição nos municípios de Campo Largo e Curitiba, destaca que o agenciamento das relações sociais estabelecidas por libertos diante de um projeto camponês gestado durante a escravidão determinaram a escolha entre permanecer e migrar:

Dessa forma, a escolha por migrar ou permanecer está ligada à força das relações pessoais. Os migrantes, como aqueles que permaneceram, possuíam vínculos que podem ter facilitado seu estabelecimento nas novas áreas para as quais se dirigiram (2009: 140).

Nota-se, comparando os dois depoimentos de Seu Amazonas anteriormente citados, que apesar de saírem de Palmas em virtude dos maus tratos que recebiam na fazenda, após encontrarem-se com os parentes em Palmeira os três irmãos colocam-se novamente em uma relação de dependência com uma família da região (“os Capraro se não me engano”). Os limites entre a liberdade e o restabelecimento de vínculos de dependência eram calculados pelos tratos

que recebiam e não pelo rompimento total com a condição a que estavam submetidos, ou seja, a de filhos de criação.

### **Memórias dos *filhos de criação*: uma escravidão disfarçada...**

O relato de Seu Amazonas é elucidativo quanto à condição que os três irmãos ocupavam na fazenda de Palmas, sobretudo no que se refere, no trecho citado a seguir, ao ocorrido após a morte do fazendeiro:

**Seu Amazonas:** Quando um fazendeiro desses Camargo faleceu lá em Palmas eles vieram procurar... veio um oficial de justiça atrás do pai procurando em Palmeira, daí informaram que o pai morava em Santa Cruz. Isso nós éramos pequenos, eu tinha a base de uns seis, sete anos mais ou menos, e meu pai depois, sempre falava, que daí eles queriam dar a parte da herança em dinheiro e eu não me lembro bem se era quatro ou cinco mil pinheiros para o meu pai. Uma parte da herança do véio e o pai não quis porque ele disse que ficava esse dinheiro, essa conta ficava pelo sofrimento dele e dos irmãos dele. Ele não quis pegar. Eu lembro, o pai sempre contava que pelo sofrimento dele ele não iria aceitar. O meu pai era teimoso.

**Cassius:** Mesmo ele fugindo...

**SA:** Eles vieram atrás, eles sabiam que ele veio embora e depois ele se comunicava com o pessoal de lá. Depois quando era mais rapaz, né?

**C:** Ah tá, daí então ele mantinha relação com esse fazendeiro...

**SA:** Sempre tinha, só que ele não quis parte da herança porque ele tinha sofrido muito. Ele com os irmão.

**C:** O Senhor sabe se ele voltou a fazer trabalho com esse Camargo depois?

**SA:** Não, nunca mais.

**C:** E como que ele tinha contato?

**SA:** Parece que ele tinha contato com os outros irmãos de criação, filho do fazendeiro uma coisa assim, parece.

**C:** Com os filhos do fazendeiro que se criaram junto?

**SA:** Que se criaram junto. Aí eu não sei nem o nome deles.

**C:** Era comum essa coisa de ser criado pelo fazendeiro?

**SA:** Antigamente isso era... muitos fazendeiros pegavam para criar para o negro ficar trabalhando para eles né, eles criavam, como diz, como filho né, mas para ficar... (longo silêncio)

**C:** Como filho e... trabalhando de graça?

**SA:** Trabalhando meio que pela comida, pela roupa, ficava meio como filho. Muitos reconheciam né, depois queriam dar uma parte da herança, mas era difícil né? (Seu Amazonas, Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Cruz).

O que sobressai no relato acima é a negativa do pai de Seu Amazonas ao negar a herança que havia lhe destinado o fazendeiro. Esse, apesar de todo o sofrimento que lhes tinha causado, era reconhecido na condição de pai de criação, e seus filhos consanguíneos, irmãos de criação das três crianças que haviam fugido. O fato de terem direito à herança, apesar de negá-la, afirma o vínculo que haviam adquirido.

As tutelas, assim como as relações de compadrio, doações de terras, heranças e alforrias<sup>16</sup>, devem ser compreendidas a partir do quadro das estratégias de “produção de dependentes” para manutenção do domínio sobre mão de obra em um contexto em que as relações de trabalho predominantes na lida campeira passaram a ser afetadas pelo processo de abolição.

Em Palmas, além de estarem presentes nos relatos da comunidade quilombola, essas relações de tutela estão registradas na historiografia local e na memória das tradicionais famílias de fazendeiros, que as vinculam às mudanças ocorridas na esfera do trabalho após a abolição da escravidão. Baseando-se nas entrevistas com o Sr. José Ferreira Santos, homônimo e neto do chefe da bandeira exploradora dos campos de Palmas, Lago afirma que:

Muito frequentemente ocorriam adoções, por parte de fazendeiros e proprietários da região, tendo esses os mesmos direitos que os filhos legítimos. (...) A escassez de mão-de-obra, com a abolição da escravatura e mesmo antes, motivou a ‘adoção’, procurando assim, suprir a falta com elementos ligados à família” (Lago, 1987: 144).

Em sua análise dos processos de tutela abertos em Palmas, durante o período de 1881 a 1899, Siqueira (2010) indica que um total de 79 crianças foram tuteladas no referido período, sendo que os anos de maior quantidade de registro foram os imediatamente posteriores à abolição. Isso fortaleceria o argumento de que a escassez de mão de obra foi um dos fatores determinantes para essas práticas de tutela não apenas pelos fazendeiros:

---

<sup>16</sup> Como destaca Chalhoub (1990), a concentração do poder de alforrias exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários (:100).



Para os tutores, o indivíduo tutelado poderia ser utilizado como mão de obra, principalmente, num momento em que o preço dos escravos estava demasiadamente alto. Assim, os tutelados serviriam como trabalhadores para os senhores escravistas que tinham dificuldades em aumentar o tamanho da sua escravaria bem como para aqueles tutores pobres, sem nenhuma posse escrava. A prática de se ter filhos de criação era comum entre as populações menos abastadas como uma tentativa de suprir a falta de braços escravos. Assim, a tutela foi uma estratégia utilizada tanto por ricos quanto por famílias pobres que desejavam sobreviver sem poder contar com a mão de obra escrava ou assalariada (2010: 78).

Por outro lado o tutelamento, assim como as relações de compadrio, estabelecia também uma série de compromissos mútuos entre senhor e escravizados, que possibilitavam a agência de estratégias para melhorar as condições de vida dos ex-escravizados e de seus descendentes.

No que se refere às relações de compadrio em Curitiba, Schwartz (2001) afirma que “para os escravos, esses padrões indicam a aceitação das circunstâncias e a tentativa de usar a instituição do compadrio para melhorar a própria situação ou fortalecer laços de família” (:285).

Haimester (2006), ao analisar as referidas relações, destaca que o vínculo de parentesco espiritual estabelecido no compadrio, além de sacralizar vínculos de parentesco, estabelecia reciprocidades funcionais entre os compadres com vínculos que sobrepujam-se às relações de afeto, pois como argumenta:

Negava-se a amizade, mas não o compadrio. Negava-se o que decorria da carne, mas não se negava a relação superior entre espíritos. Tanto isso era importante que, para além da amizade rompida, há a afirmativa de uma outra relação de compadrio completa, sem a quebra da solidariedade e da reciprocidade funcionais, entre os compadres (Haimester, 2006: 209).

O caso do pai de Seu Amazonas, entretanto, explicita exemplarmente um contexto de ruptura com a lógica anteriormente explicitada, pois ao negar a herança ele recusa também o possível vínculo espiritual que o atrelava a seu *pai de criação*.

Os apontamentos de Marques (2007) acerca dos relatos sobre a vida de *filhos de criação* descrevem precisamente as ambiguidades entre a dinâmica de produção de dependências e a estratégia de liberdade que se inscrevem sub o tutelado. A partir das diferentes impressões que identificou nas entrevistas realizadas nas comunidades quilombolas de Palmas, a autora destaca as seguintes características do que era ser *filho de criação* na região: a) o laço afetivo do *filho de criação* com o fazendeiro era reconhecido fora da

fazenda, entretanto, no interior da fazenda essas relações eram imprecisas, sobretudo no que se refere à afetividade, à participação nos espaços familiares (alimentavam-se com os demais empregados) e à divisão da utilização de seu tempo nas atividades diárias<sup>17</sup>. Apesar disso, quando alguns *filhos de criação* cresciam, procuravam estender a relação de tutela a seus descendentes; b) distanciamento da relação com os familiares consanguíneos<sup>18</sup> e c) referência familiar indefinida<sup>19</sup> (Marques, 2008: 72).

É possível, a partir de relatos de uma quilombola da comunidade Castorina Maria da Conceição perceber uma continuidade das relações e dos efeitos da condição de tutela em sua trajetória no trabalho doméstico, sobretudo no que diz respeito à indefinição do pertencimento familiar (pois é filha quando convém), divisão da utilização de seu tempo nas atividades diárias (visto que a escolaridade não se concretizou) e aos efeitos psicológicos da condição à qual esteve submetida durante a sua vida:

**Dircéia:** A gente teve que sair para trabalhar. A minha irmã veio trabalhar de babá e eu também vim trabalhar de babá. Trabalhei lá em Palmas um pouco depois vim para Curitiba. Eu vim para Curitiba eu acho que com nove anos, nove anos eu tinha.

**C: Veio para Curitiba com nove anos!?**

**D:** Com nove anos para trabalhar em Curitiba.

**C:** Mas com quem tu veio? Veio **para trabalhar?**

---

<sup>17</sup> A “criança ou adolescente era reconhecida como filho ou filha de criação do fazendeiro tal. Esse reconhecimento se fazia tanto na cidade quanto no bairro. No exterior da fazenda se admitia o filho de criação como alguém que mantinha laço afetivo com os fazendeiros (na época a criação de gado era fonte de riqueza na região e ser filho de criação dos poderosos conferia certa familiaridade com o poder que estes dispunham). No interior das fazendas, essas relações eram tomadas de imprecisão. Primeiro, em relação à afetividade. Não há, nos relatos, momentos em que os meninos tivessem sentido por parte dos pais - patrões atos que denotassem um afeto relativo aos sentimentos paternos ou maternos. Geralmente essas crianças se apegavam a outros funcionários da fazenda. As refeições eram feitas na cozinha ou galpão, junto com outros empregados. Poucos relataram ter tempo de ir à escola, os que fizeram diziam que ‘iam à aula’ na própria fazenda. Dessa forma, muitas vezes, no período de aula, eram solicitados a executar suas atividades, o que acabava por afastá-los da frequência na escola, até que, com o passar do tempo, a abandonavam. Nos momentos de festa familiar, eles tinham como função desenvolver alguma atividade necessária para o andamento do evento. À medida que as crianças cresciam, sua posição de exterior à casa também avançava. Quando adultos, casavam e, muitas vezes, os pais de criação eram padrinhos do casamento e depois dos primeiros filhos. Muitos relataram situações em que seus filhos foram filhos de criação da mesma família (por muitas gerações)” (Marques, 2008: 72).

<sup>18</sup> “Muitos estavam dispersos em várias fazendas da região, o que acabava por dificultar o convívio e, com passar do tempo, cessava a relação familiar” (Marques, 2008: 72).

<sup>19</sup> “A dificuldade vivida pelo filho de criação que, muitas vezes, se sentia sem referência familiar porque não era reconhecido pelos fazendeiros como filho e, às vezes, vivia o estranhamento em relação à própria família moradora no bairro. Sentia-se forasteiro nas duas moradas” (Marques, 2008: 72).

**D:** Daí eu vim com uma família... mas eu já trabalhava com cinco anos. **Com cinco anos eu já lavava roupa para fora.** (Risos)

**C:** Caracas.

**D:** Com cinco anos eu lavava roupa. Já tirava um dimdim lá. Daí eu fiquei com uma família que também era de Palmas, uma moça que se casou lá e eu vim trabalhar com ela, mas com a promessa de estudar né, mas isso nunca se concretizou, até hoje né. Eu estudava um pouco lá [em Palmas], a escola lá era uma maravilha. Tinha uma escola ali no salão. O salão era um pouco mais para cima. Então ali eles davam aula para o pessoal no que eles chamavam de escolas isoladas.

**C:** Ali em Palmas.

**D:** Ali no Rocio, ali perto da igreja. Então eu acho que era o avô da Arlete e a mulher dele que cuidavam, então, os professores tomavam café ali, pois não tinha onde tomar lanche, não tinha banheiro, então iam ali. Então eu estudei ali um pouco e depois fui estudar na cidade. Eu fui começar a trabalhar com essa família que eu ia vir para Curitiba, comecei a estudar seis de fevereiro até maio no grupo, no grupo escolar lá de Palmas, e aí depois disso eu vim para Curitiba e só voltei a estudar quando eu já tinha dezesseis anos. É, depois eu estudei no Mobral, eu estudei cinco meses no Mobral, daí não deu certo daí eu fui estudar quando eu tinha vinte e três anos. Eu vim fazer um supletivo, fiz um ano e toda a minha história de estudo foi essa. E daí então eu fiquei trabalhando com essa família assim muitos anos, e na verdade me desvencilhar mesmo deles eu nunca me desvencilhei, eu fui mudando de casa, mudando, depois eu acabei uma época indo para uma outra família, e saí dessa outra família e fui para o garimpo. Que eu não fui direto para o garimpo né, eu fui trabalhar com uma moça que trabalhava na secretaria da fazenda lá em Porto Velho, mas na primeira semana estava bom, na segunda também, na terceira já estava ruim, daí apareceu um rapaz que era amigo dela que era veterinário e acabou indo para o garimpo e me fez uma proposta: Tu não quer ir trabalhar com a gente lá no garimpo? E eu disse: **Deus me livre!** Não tinha nem idéia do que era. Aí ele disse, vai lá ver e conhece. Eu disse não, daí chegou o cunhado dele, que era gaúcho me convenceu, vamos lá. Daí eu fiquei três anos no garimpo. Mas a história de Curitiba foi assim meio sem graça, se não fosse eu ir para o garimpo eu não sei o que seria hoje, porque a gente ficava muito sem expressão trabalhando na casa dos outros, não tem uma vida ... tu não é você. Tu não se conhece. Passa a ser a filha da patroa. Tu não tem uma identidade. E foi lá [no garimpo] que eu ... **"Essa sou eu! Essa sou eu!"**.

**C:** Tu era tratada como filha da patroa?

**D:** A filha assim, quando convém, quando passa do horário do trabalho você é da família, quando tem que levantar tu é empregada. Então é aquela confusão! E a gente não tinha uma ... era a cultura da época que a gente vivia

**C:** E tu não recebia salário?

**D:** **Ah sim, recebia!!!** (ironicamente). Era roupa, calçado, tipo roupa usada, sapato usado também, era uma escravidão disfarçada. Para dizer bem a verdade era isso: uma escravidão disfarçada.

Percebe-se no relato acima, além das continuidades de aspectos da vida dos filhos de criação, uma série de mecanismos de produção de dependência que perpassa dimensões materiais (salário era roupa usada), sociais (a escolarização que nunca se concretizou) e psicológicas (a confusão de ser e não ser da família, não ter identidade e “tu não ser você”) da reprodução da vida, que de fato remete à continuidade de traços da escravidão no trabalho doméstico ao qual um número significativo de mulheres quilombolas permanece vinculada.

## **De tropeiro a patroleiro, de lavadeira a professora...**

Outro elemento comum nas memórias de nossos narradores é a participação dos homens nas atividades das tropas e das mulheres enquanto lavadeiras de roupa no município de Palmas. Essas atividades, ainda que mantivessem certos aspectos das relações de dependência (pois fazenda só dá lucro para o fazendeiro!), ampliavam as possibilidades de mobilidade geográfica e, em certa medida, de trânsito social (na medida em que as lavadeiras tinham acesso ao mundo do patrão).

Em um dos relatos, que é composto de imagens incompletas<sup>20</sup> e fragmentos de lembranças da narrativa de vida de seu ancestral, uma quilombola apresenta pistas que possibilitam situar o contexto espaço-temporal da experiência, do qual emerge a narrativa ancestral. Ao indicar a participação de tropas oriundas da rota que vinha da Argentina (possivelmente Corrientes) em um contexto de predomínio da escravidão<sup>21</sup> (visto que a mãe era indicada

<sup>20</sup> Entretanto, é possível acessar a completude de uma memória? “Memórias, imagens, identidades construídas são sempre incompletas porque correspondem a uma multiplicidade de experiências vividas por indivíduos e grupos sociais que não se encontram parados no tempo, mas em contínua transformação. Além disso, há tensões e disputas que resultam em lembranças e esquecimentos diferenciados de acontecimentos vivenciados” (Santos, 1998: 9).

<sup>21</sup> A presença de escravos tropeiros em Palmas é atestada em Siqueira (2010), na história do cativo Bento, encontrada nos inventários de seus senhores, onde explicita-se que o mesmo

como escrava e o personagem da narrativa escondia-se no mato para não ser confundido com fugitivo) e com a posterior participação na guarda de Perón (ou seria outro caudilho?) e na guerra de São Paulo (seria a Guerra Paulista ou Revolução Constitucionalista de 1932?), o relato possibilita indicar o trânsito e a participação quilombola em fatos políticos<sup>22</sup> ocorridos entre meados da segunda metade do século XIX e meados do século XX.

Ainda nesse relato um tema que transparece é o da mestiçagem. O dilema daquele que “enquanto negro era branco e enquanto branco era negro”, ou seja, do sujeito que pejorativamente é denominado de mulato.<sup>23</sup> Segundo Barros (2009), apesar de haverem casos em que esses sujeitos viviam de fato à margem e não eram aceitos pela elite colonial, de forma geral, na sociedade daquele contexto, eles conseguiram “encontrar um lugar especial como nova categoria ou como nova diferença a ser considerada” (:105-6), ocupando um “posicionamento, mais confortável no espectro das desigualdades” (:102).<sup>24</sup> Entretanto, se relacionarmos a situação do mestiço com a do *filho de criação*, anteriormente exposta, é possível que ocorresse, tal como explicitou Marques (2008: 72), um estranhamento em relação ao duplo pertencimento familiar, de forma que o personagem da história não sentia-se nem pertencente à família da fazenda (branca) nem à do quilombo (negra). De qualquer maneira, dentro do contexto da sociedade campeira e tropeira, esse posicionamento só reforça a possibilidade de vincular-se à atividade do tropeirismo.

Nesse sentido, o tropeirismo emerge, dentre outros fatos, como memória de uma “história de vida para ser contada e portanto ‘digna de ser lembrada’”<sup>25</sup> enquanto evento significativo para a comunidade da qual é oriunda.

Em outra entrevista, que tematiza a participação de Seu Rui na atividade tropeira, encontram-se, em contraposição ao relato anteriormente comentado,

---

se diferenciava pela profissão de tropeiro que desempenhava, pela “liberdade” de ir e vir que possuía e pela chance de acumular bens (Siqueira, 2010: 53).

<sup>22</sup> A referência à participação em conflitos político-militares ocorridos ao longo do século XIX aparecem em outros relatos, como veremos adiante.

<sup>23</sup> Ressalta-se o caráter pejorativo em virtude da origem etimológica do termo, onde *mulus* refere-se a mula, ou seja, ao cruzamento das espécies de cavalo com burro e de jumento com égua.

<sup>24</sup> Via de regra a população mestiça era preponderantemente derivada de pai branco com mãe escrava ou suas descendentes no pós-abolição. Em Palmas, alguns casos indicam uma relativa manutenção de relações entre as famílias de fazendeiros com filhos/as, derivadas de relações com suas domésticas negras. Entretanto, apesar da manutenção de laços de afetividade, seu reconhecimento jurídico e material (através da partilha de testamentos, por exemplo) não são frequentes.

<sup>25</sup> “Dada a multiplicidade de identidades sociais e a coexistência de memórias sociais, de memórias alternativas (memória de família, memórias locais, memórias de classe, memórias nacionais, etc.), é certamente mais produtivo pensar em termos pluralísticos sobre os usos que a recordação pode ter para diferentes grupos sociais que podem ter diferentes pontos de vista quanto ao que é significativo ou “digno de memória” (Burke, 2009: 6).

descrições detalhadas das funções da condução de gado de Palmas para União da Vitória, em um período em que o ciclo de comércio de muares até Sorocaba já havia se exaurido. A composição étnica da tropa, segundo o entrevistado, é predominantemente negra, sendo que por vezes são definidos como negada, negro ou quilombola. Destaca-se nesse relato que ele foi produzido em entrevista coletiva, onde a esposa e os filhos auxiliavam fazendo perguntas orientadoras da rememoração do entrevistado:

**Dircéia:** Segundo a história que o meu avô contou, ele [o meu bisavô] nasceu na fazenda do Pitanga, filho de uma escrava com o dono da Fazenda. Só que daí tinha uma confusão nê, porque ele era mal visto, como branco ele era negro e como negro ele era branco. E ele acabou fugindo, meio piazote ainda, foi embora assim, sem eira nem beira, ficou andando de um lado para o outro e chegou a passar fome e andava escondido nos matos, porque afinal de contas ele não era fugitivo e não era branco, não era considerado branco não é. É uma aventura essa história dele, é bem complexa, do jeito que o meu avô contou. Eu fui conhecer o meu avô ele já era bem de idade e eu já era adulta, mas ele amanheceu me contando a história da família dele.

(...)

**D.** João Daniel dos Santos, e o nome do meu pai Benjamin Brasil dos Santos. E daí esse meu bisavô né. Ele viajou para um monte de lugares assim, andando, andando e encontrou uma família, que trabalhava o homem e a mulher bem isolado assim e aí diz que o homem judiava muito da mulher e diz que um dia bateu na mulher e ele fugiu do homem daí, e encontrou um pessoal que era tropeiro e esses tropeiros ele foi viajar com eles. Acabou fazendo a vida dele com aquele pessoal. Era menino, nunca teve ninguém e ninguém sabia nada dele. E ele acabou ficando junto com... fazendo o trabalho de tropeiro. E foi até para fora do Brasil levar tropa, nê. E foi quando ele se casou com a minha bisavó que era Leôncia e que era nascida no Uruguai, aí não sei como que eles voltaram para o Brasil, como é que ele ficou em Santa Catarina, porque o meu avô era natural de Santa Catarina e lá meu pai acho nasceu lá, e não sei como se deu esse envolvimento de novo com Palmas é que eu não sei. Então a Dalvína, que era minha vó, que era casada com esse meu avô, é que era de Palmas, Não sei! Porque eu sei que o meu avô era natural de Santa Catarina e o meu pai nasceu em Santa Catarina. Depois o meu avô acabou voltando morar no Paraná, depois de viajar, segundo... tem até uma história que ele foi cavalariista do Perón. Tem umas histórias bem interessantes. O meu vô então, teve aquela Guerra em

São Paulo, que teve uma Guerra que ele também lutou, foi para o Mato Grosso, Rio de Janeiro, tudo isso antes de casar. Daí ele tava meio adoentado, porque esse meu avô morreu com cento e nove anos. E a história da minha família é o que eu escutei do meu avô, da parte do que eu conheço do meu pai, só que daí ele foi contando toda a história, como que o meu avô voltou, o que que foi, como é que foi, só que eu não consegui gravar tudo. Comprei um gravador para ir lá gravar a história do meu avô e não consegui, quando eu consegui o meu avô morreu. Digo: Eu não acredito! Nunca gravei mais nada, o gravador está lá até hoje, porque é a história que eu queria ter gravado, porque era quase um filme. Era uma coisa assim toda fundamentada, não era nada sem cabimento o que ele estava falando, então, era uma história de vida para ser contada, do tempo do exército, então não tinha como ser mentira as coisas que ele estava falando. E eu disse, puxa vida, eu tinha que gravar isso. Mas não deu. Ficou perdido. (Dircéia, Comunidade Remanescente de Quilombo Castorina Maria da Conceição)

**Cassius:** E nos tempos das tropas como é que era?

**Seu Rui:** A tropeada do seu... nós saía da fazenda com duzentas e cinquenta cabeça de boi para ir para Porto União da Vitória para designar a tropa dele lá para Joinville. Levava cinco dias para levar daqui para Porto União da Vitória. E eu tocando a... segurando o gado, né, e tocando a tropa de animal na frente que era os cargueiros e comida, trem de cama e tudo né. Então quando chegava perto, ficava mais ou menos uns três quilômetros do acampamento quando a gente chegava para almoçar, eu já tocava a tropa de boi lá na frente né com os cargueiros no lugar do almoço, quando chegava lá já estava com o charque assado, a pinga dentro d'água para eles fazerem o aperitivo depois do almoço né, aí meu pai chegava com as tropas lá, daí passava outro no mesmo lugar na frente para ir segurando o gado na frente para não estourar o gado, né? Daí chegava lá, o almoço já estava pronto, daí botava o gado para um canto para ir sestiar, daí uns ficavam cuidando o gado no sesteio e outros iam almoçar, depois os que almoçava voltam, iam para o sesteio e os que estavam no sesteio iam almoçar. Daí umas duas horas da tarde nós rompíamos com as tropas de novo, a noitezinha nós comia, um cozinha, nós virava por a galinha ou jangada, qualquer banca que anoitecesse. Então pegava pouso, daí chegava e pousava...

**Dona Maria Arlete:** Tinha os berrantes, os madrinheiros.

**SR:** Que berrante, naquela época não tinha berrante muié, era o turu.

**C:** Turu?

**SR:** Era enterrada a guampa da vaca e tava pronto o turu, só falam de turu pra tocar a tropa e acordar a negada de manhã cedo para dar tempo de fazer o café, né?

**DMA:** E os madrinheiros faziam o quê?

**SR:** Madrinheiro? Madrinheiro era eu, pois eu alevantava cedo para fazer o café para a negada, né? A negada levantava cedo.

**C:** E o senhor falou que era só negro que tinha na...

**SR:** Só negro, só preto.

**C:** Que tocava.

**DMA:** Só quilombola.

**SR:** Só preto, só quilombola.

**DMA:** Só os escravos, né?

**SR:** Daí acordava aquela negrada toda, aquele charque todo, que cozinhasse feijão a noite, né? O virado, fazia o virado de manhã cedo com o charque e o café tropeiro, que era um chaleirão velho com uma escumadeira desse tamanho dentro de uma lata, enchia de água e botava cima da trena...

**DMA:** E como fazia?

**SR:** Já te conto... daí quando fervia aquela água pegava umas cinco colher de pó de café e botava ali dentro, só que daí não tinha coador. Quando fervia o café, que queria crescer a gente assoprava e já deixava o tissão ajeitado né, quando ele crescia umas três vez, pegava aquele tissão de fogo e botava dentro.

**DMA:** Baixava todo o pó...

**SR:** Baixava toda a poeira abaixo, e daí tirava ele do fogo e estava pronto o café, e deixava de um lado.

**DMA:** E é gostoso, Cassius...

**SR:** Daí chegava cada lá cada um com uma chocolateira, tinha uma chocolateira né, enfiava e tinha galinha e aquele outro ali o dia inteiro... quando terminava já enchia de novo e ia fervendo, e o resto de café que sobrava a gente jogava fora daí passava uma água ali, botava os cargueiro e tocava a tropa para frente.

**DMA:** E os porcos?

**SR:** E aí nós ia indo...

**DMA:** Tinha tropa de porco?

**SR:** A tropa de porco vem depois.

**C:** E quais as funções que o senhor tinha lá? O que que o senhor fazia?

**SR:** Na tropeada? Era madrinheiro.

**C:** ãh hã?



**SR:** Então eu ia na frente do gado e tocava a comitiva na minha frente, que eram os cargueiros que eram de comida.

**C:** E o seu pai? Também foi madrinheiro?

**SR:** O velho gritando na tropa... como daqui ali na casa do Alcione [cerca de 400 m].

**DMA:** Ralava o relho, né?

**SR:** É... para a tropa não estourar...

**Alcione:** Segurava a tropa.

**DMA:** “Ê, lá vem a boiada...”

**SR:** “Ê... boi boi boi...”. Eu via que ele vinha de longe... e com medo que o gado estourasse... ele vinha segurando o gado...

**DMA:** E quantas cabeças?

**SR:** Às vezes a gente vinha dois, três...

**DMA:** De gado...

**SR:** Duzentos e cinquenta.

**DMA:** É.

**SR:** Daí vinha dois, três. Um me ajudando, né. Para segurar o gado, pois se a tropa estourava deus o livre, e o resto vinha na culatra. E o falecido meu pai com açoitera segura assim no cavalo. E vinha vindo o caminhão, às vezes vinha uns quatro, cinco caminhão, e ele ia arredando os gados dum lado e os caminhões de atrás dele, chegava lá onde eu estava (lá no Alcione mais ou menos [cerca de 400 m]), ia lá os caminhões tudo atrás, e ele ia na frente encostando o gado e aquela fila de caminhão atrás. Iam lá onde eu estava, né, e o pai chegava lá e dizia vem vindo a caminhonada a pé, vão segurando mais o gado, vai devagar, segurando mais o gado, e ia segurando o gado assim, né. Se parava o animal, atravessava o animal, vai retendo passagem e o outro vai empurrando pros outros passarem, né... aí passava pelos caminhões de novo né, aí o velho voltava encostando o gado de novo e ia lá no começo da tropa de novo, e o velho ficava tocando o gado atrás. Ia em quinze nego, quinze nego... (Seu Rui, Dona Maria Arlete e Alcione, Comunidade Remanescente de Quilombo, Adelaide Maria Trindade Batista, julho de 2007).



Foto de Epaminondas Silva dos Santos, filho de ex-escravizados e pai do Seu Rui. Nascido em Palmeira, migrou com os pais quando criança para Palmas, onde trabalhou como tropeiro.

A participação no tropeirismo emerge também dos relatos que Seu Amazonas concedeu na Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Neles, entretanto, outro elemento é agregado: a mudança de trabalho para o Departamento de Estradas e Rodagens - DER. Essa mesma transição do tropeirismo para atividades de manutenção apresenta-se nas comunidades de Palmas, onde novamente são fornecidas por Seu Rui informações sobre sua participação nessa ocupação. Possivelmente, paralelos à própria decadência do tropeirismo e à intenção de distanciar-se das relações de dependência (no caso de Seu Rui, ao indicar o lucro do fazendeiro como fruto de distribuição desigual do produto do trabalho), os argumentos técnicos e topológicos (acumulados na atividade tropeira), presentes no relato de Dircéia, apresentam-se como uma chave interpretativa válida, visto que “era eles [os tropeiros] que conheciam os trechos de passagem”:

**Seu Amazonas:** O meu pai era tropeiro, lidava com tropa, né, tropeiro. Depois foi indo, quando foi acabando essa... veio o transporte de caminhão e acabou o transporte a cavalo. Ele levava tropas de mula, touro para São Paulo, para Ourinhos, Jacarezinho.

**C:** Isso quando ele era mais velho?

**SA:** Quando ele era rapaz, antes de ele casar. Quando ele era rapaz, depois quando ele casou ele foi trabalhar no DER, foi trabalhar... trabalhava na rodovia, né? Limpando as estradas no DER.

**C:** Onde eles levavam as tropas?

**SA:** São Paulo, vendiam em Ourinho, né? Na região ali, em Cambará tinha uns tropeiros que vinham, ele se juntava com os tropeiros tocando tropa, né? Esqueci o nome do tropeiro. Eles compravam e faziam a manada e levavam para...

**C:** Mas essa manada não saía daqui da região?

**SA:** Não, vinham lá do Rio Grande, vinham desse Caminho das Tropas que falam, né? E levavam. E ele trabalhava de peão.

**C:** Faziam esse trecho de...

**SA:** Rio Grande do Sul até São Paulo, a passo de mula, levavam ali de seis, oito meses, um ano fazendo a viagem. Daí que ele conheceu a minha mãe nas passagens, parou de tropear e trabalhava na DER. (Seu Amazonas, Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Cruz, Ponta Grossa)

**Seu Rui:** Desde os 10 anos já comecei a vida artística com tropa, até os dezessete anos, depois eu resolvi... “quer saber de uma coisa, fazenda só dá lucro para o dono, eu vou cair fora”. Eu peguei, saí da fazenda, vim na prefeitura, no outro dia fui lá, pedi um serviço para mim e já deram serviço para mim. Eu fui trabalhar de manhã cedo, sete horas fui ver... e entrei em uma valeta ali dentro d’água ali, é o riacho que passa ali dentro da cidade. Eu fiquei com uma vergonha da turma né, bota de borracha, mas fazer o que, tem que ganhar o pão, não é? Nisso chegou um cara da prefeitura e chegou e disse assim: E então, daí beleza nego. Tá bom e tal ... Disse: “Tu quer ir pro mato ajudando pra colher?”. Eu disse: “Quero, eu prefiro ir para o mato mesmo”. Ele disse: “Então passa na prefeitura, pode sair daí da água e põe as tuas ferramentas lá no banco de soja (que era um porão alto que tinha aqui) e vai para casa e arruma tua roupa, umas três mudas de roupa para você, porque tu vai ficar no mato, um colchão e umas cobertas para ti dormir e uma hora nós vamos te pegar lá”. Cheguei e falei com a falecida minha mãe e ela me conseguiu um colchão, aqueles de crina, serpentina que era. Me arrumou um colchão daqueles, um lençol, um acolchoado, um cobertor e um travesseirinho, eu enfiei e amarrei com uma corda para o primeiro dia, né? Chegaram a negrada, cheinho o caminhão, e viajamos. O primeiro acampamento foi na fazenda do Adorval Marcondes, fazenda

Guarida, acampemos lá né. Deu dois dias eu fazendo comida lá... ele chegou e disse assim: R., vamos hoje que eu vou te fazer trabalhar um pouco, vou te ensinar. Eu subi em cima da máquina, ele já me deu a máquina para eu ir cortando, foi ensinando um pouco, dali uma hora eu já estava cortando mais ou menos terra. Daí no outro dia pegou e fez hora, daí no outro dia de manhã cedo eu fui com ele de novo e peguei a máquina de esteira, quando foi meio-dia, antes do meio-dia ele já veio para a casa fazer almoço, ele já veio fazer almoço, ele já veio, daí veio ele e eu já fiquei sozinho.

(Seu Rui, Comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria Trindade Batista, julho de 2007)

**Dircéia:** [Eles foram passando das tropas para o DER] porque eles conheciam os trechos de passagem, né, o gado passava com mais facilidade. Porque naquele tempo as máquinas não eram tão evoluídas como é hoje que tem mais... o meio de construção é mais evoluído, né? E naquele tempo eles iam abrindo piquete para poder chegar, então acho que foi por aí (Dircéia, Comunidade Remanescente de Quilombo Castorina Maria da Conceição, março de 2013).

Se por um lado o trabalho na atividade tropeira possibilitou, durante certo período, uma mobilidade geográfica e política dos homens quilombolas e, posteriormente, lhes forneceu conhecimentos e condições para se inserirem nas atividades do Departamento de Estradas e Rodagens, por outro o trabalho de lavadeira de roupa, ainda que ocupando uma posição precarizada, possibilitou às mulheres uma ampliação de suas relações sociais e um trânsito, ainda que limitado, no espaço dos patrões. Segundo uma quilombola, a associação da figura da lavadeira com a *fofoca* relaciona-se à circulação de informações do mundo dos patrões entre os escravizados e seus descendentes:

**Dircéia:** É como a tal da história que falava, a mulher que faz fofoca... ah, a fulana é lavadeira... e eu me perguntava, mas porque é lavadeira? Aí eu imaginei, mas é claro, quem é que trazia as notícias que estavam acontecendo no mundo para os escravos? Ninguém, né? Eram as lavadeiras. Iam lavar a roupa no rio e com certeza tinham contato com os outros lá no... que ficava no meio do mato, e acho que elas contavam as histórias que aconteciam na casa dos patrões. Então eu comecei a imaginar, acho que é por isso. Porque não tinha outro jeito, como é que eles iam saber o que se passava no mundo, não tinha. E as que trabalhavam dentro da casa conheciam as histórias e elas eram lavadeiras. Daí que saiu a história da lavadeira

(Dircéia, Comunidade Remanescente de Quilombo Castorina Maria Conceição, março de 2013).

Segundo Marques (2008), a circulação das lavadeiras quilombolas de Palmas durante seu processo do trabalho envolvia “diferentes territorializações” (no bairro, no centro, no itinerário e no rio onde lavavam) e “formas de intercâmbio” (entre si, entre elas e as patroas, entre elas e pessoas com outras atividades urbanas).

A circulação dessas mulheres possibilitou, por exemplo, que algumas famílias tivessem acesso à escolarização em espaços historicamente direcionados às famílias brancas:

**Dona Maria Arlete:** Quando eu tinha sete anos, que tinha que ir para a aula, ela (a mãe) me trouxe para minha vó. Daí eu vim para estudar com a minha vó, ficar com minha vó, e a minha mãe morando na fazenda, e a minha vó lavava roupa para o bispo, o primeiro bispo que chegou para Palmas, o Dom Carlos, e eu sempre acompanhando ela. Daí lavava roupa, torrava café para os colégios. Tinha o colégio dos padres e o colégio das freiras... foi aonde, porque ela trabalhava no colégio das freiras, que eles deram para eu estudar no colégio das freiras, tudo de uniforme, tudo bonitinho assim. Eu estudei em colégio de freira e o meu irmão no colégio dos padres, e depois ele ficou trabalhando no colégio dos padres. Antes disso os negros não estudavam com os brancos (...) Eu lavei roupa e depois, na década de setenta, eu fiz a faculdade para mostrar que eu podia ser igual a qualquer um, e depois comecei a trabalhar na escola (Dona Maria Arlete, Comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria Trindade Batista, janeiro de 2012).

O acesso à escolarização, dessa forma, contribuiu para que algumas mulheres das comunidades de Palmas, sobretudo a partir da década de 1970, investissem na carreira no magistério, ultrapassando os limites das atividades profissionais a que estiveram historicamente limitadas.

É importante destacar que, nos dois contextos abordados, os relatos referenciavam-se, a partir da memória familiar, numa tentativa de reconstrução da trajetória de seus ancestrais. Como ocorre, entretanto, a construção dessa memória familiar dentro de um contexto de trocas matrimoniais e migrações entre comunidades quilombolas?

Apesar de dar maior relevo aos quadros sociais na constituição da memória coletiva, Maurice Halbwachs (2004) fornece elementos para compreender em que medida as interações entre grupos familiares podem afetar suas tradições

e memórias. Exemplo disso é a afirmativa de que, quando ocorrem trocas matrimoniais que operam separações de uma pessoa de seu grupo doméstico originário, há uma tendência desse grupo não esquecê-la, à medida em que, por outro lado, o membro que se afasta, ao ser exposto a figuras e acontecimentos novos que passam ao primeiro plano de sua consciência, tende a pensar muito menos em seus parentes.

Dessa forma, diante dos indícios de migração, das possibilidades de parentesco e de elementos comuns nas trajetórias de algumas famílias das comunidades quilombolas, procura-se investigar a seguir suas memórias sobre a escravidão, não como um dado fixo, mas variante de acordo com seus contextos e interações sociais.

## Memórias da escravidão nos contextos de Palmas e Palmeira

Um dos primeiros elementos identificados no que se refere à maneira como a memória coletiva sobre a escravidão é elaborada nos casos aqui abordados relaciona-se à forma como as dinâmicas de transmissão das lembranças sobre a experiência foram tecidas no contexto das comunidades investigadas. Nesse sentido, percebe-se que o jeito como ocorreu a produção do texto oral tradicional<sup>26</sup> pode diferir em decorrência das formas como o acesso ao passado histórico é possibilitado por meio dos relatos dos ancestrais ou, utilizando-se do conceito de Ricoeur<sup>27</sup>, da entrada no *mundo dos predecessores*.

Como aponta Peter Burke (2009), “as recordações são afetadas pela organização social da transmissão e pelos diferentes meios utilizados” (:3). Haveria, então, na comparação de alguns relatos, contextos em que as recordações eram organizadas sistematicamente para serem transmitidas, e outros em que a transmissão das lembranças era deliberadamente interrompida para que fossem esquecidas ou silenciadas<sup>28</sup>. Destaca-se nessa comparação que, enquanto em uma das comunidades evitava-se falar nos sofrimentos da escravidão, em outra ocorre um caso de identificação de parentesco e nomeação de uma ex-escravizada que havia sido submetida a violências corporais durante

---

<sup>26</sup> Cabe salientar, assim como o faz Godoy, que o termo tradicional é aqui utilizado em seu sentido etimológico: “Derivado do latim *traditio*. O verbo é *tradire* e significa precipuamente entregar. Certos estudiosos referem-se à relação do verbo *tradire* com o conhecimento oral e escrito. Assim, através do elemento dito ou escrito algo é entregue, passado de geração em geração” (Godoy: 110).

<sup>27</sup> Segundo esse filósofo “Uma ponte é assim lançada entre passado histórico e memória, pela narrativa ancestral, que opera como um intermediário da memória em direção do passado histórico, concebido como tempo dos mortos e tempo anterior a meu nascimento” (Ricoeur apud Silva, 2002).

<sup>28</sup> Para aprofundamento da relação entre memória, esquecimento e silêncio ver Pollack (1989).

a escravidão. O caso mencionado difere até mesmo do que identificaram Rios e Mattos (2005) no acervo de entrevistas Memórias do Cativo, onde as “narrativas de tortura e maus tratos se fazem em geral como histórias genéricas, com personagens não identificados aos ascendentes do narrador” (:53). Em contraposição, na mesma comunidade na qual a violência histórica é silenciada, ocorrem identificações de ancestralidade quando o fato em questão distingue positivamente o ex-escravizado:

**Cassius:** Como é que a sua vó contava as histórias?

**Dona Maria Arlete:** Juntava todos os netos em volta do fogo, das brasas, e às vezes ela assava o pinhão no borralho, ela dizia o **borraio**. Ela assava os pinhão, ela abria as brasa assim, colocava os pinhão e depois cobria e juntava todos os netos em volta. E aí de quem risse. Juntava todos os netos em volta do fogo, porque os netos paravam com ela para estudar. E daí ela contava todas as histórias quando o meu avô chegou aqui. Quando ela veio de Guarapuava, porque ela era de Guarapuava. E a minha avó falava de toda a história de quando eles vieram para Palmas, da escravidão, da irmã dela que sofreu muito em uma fazenda, tinha o corpo marcado pela escravidão, porque quando marcavam as pessoas com a marca da fazenda, mandavam a irmã dela pegar brasa para acender o cigarro do fazendeiro. Pregava a orelha dela na parede. Ela era toda marcada. O nome dela era tia Salomé (Dona Maria Arlete, Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, 2013).

**Dona Ana:** Eles não nos contavam. Eles faziam as crianças dormir e depois se reuniam e lembravam daquelas histórias da escravidão. E a gente fazia que estava dormindo e ficava escutando. Assim que a gente sabe, porque eles não queriam nos falar daquele sofrimento (Dona Ana, Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Cruz, 2007).

**Seu Amazonas:** O meu avô foi o primeiro professor negro do Paraná, Amazonas Gonçalves dos Santos. Ele quando ele veio, o que eles me falam é que ele veio pequeno da África, o pai dele foi escravo e ele foi criado por um fazendeiro que queria muito bem ele, então eles deram estudo para esse meu avô, e os pais do meu avô trabalhavam como escravo. O pai desse meu avô era reprodutor (risos), era como reprodutor. Eles escolhiam o negro melhor, bom para reproduzir com as outras negras para trabalho, tinha os filhos para trabalho, né? [O meu avô] quando compraram eles que ele veio junto com a família dele, quando compraram ele já pegaram ele e o pai dele para

trabalhar e tinham ele, né? E deram estudo para ele porque ele era dos melhores, porque era reprodutor, daí deram ensino para o filho. E esse era o meu avô (Seu Amazonas, Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Cruz, janeiro de 2012).

Enquanto em uma das comunidades as referências à escravidão eram evitadas, por remeterem ao sofrimento e àquilo que não se deveria ser escutado e, portanto, esquecido, em outra procura-se explicitar a presença e a participação negra na formação da cidade, com o objetivo declarado de contrapor-se aos discursos predominantes na região, onde a escravidão é negada e amenizada. Nesse sentido, durante a pesquisa uma das quilombolas entrevistadas, problematizando a forma como a presença de escravizados é tratada na região, forneceu a gravação de um programa veiculado em emissora local que contém entrevistas de descendentes dos primeiros fazendeiros da região com o seguinte teor:

## Entrevista 1

**Adair Kill:** Existiam escravos aqui em Palmas?

**Inácio M. de Loureiro:** Aqui pouco escravo... essa é uma fase muito explorada e muito enfeitada, porque escravo mesmo aconteceu isso lá para a Bahia, Pernambuco, lá para aqueles lugares, mas aqui já, quando vieram para cá era um povo já muito esclarecido como... até o bisavô, tataravô dessa [apontando para a esposa] comandava uma bandeira que se estabeleceu mais lá em cima, o Ferreira dos Santos, mas então esse negócio de escravo como o meu avô tinha bas... meu bisavô, tataravô... mas não tinham vida de escravo, não senhor, eles tinham uma vida de serviço normal, natural, descansavam como qualquer um outro, dormiam como qualquer um outro, e comiam muito bem. Não aparecia... aqui não existiu senzala, não existia nada disso.

**AK:** Eles não eram maltratados?

**IML:** Não, em absoluto, e aqueles que queriam ser desligados da fazenda saíam na maior boa vontade e a hora que queriam.

**AK:** Eu achei importante aqui na sua propriedade, na Fazenda Cruzeiro, a taipa de pedras que nós temos aqui na entrada dessa fazenda, esta taipa então foi feita pelos empregados, **os** chamados **escravos** da época?

**IML:** Chamados escravos, mas que não eram (com o dedo em riste).



## Entrevista 2

**Adair Kill:** Por aqui passaram escravos?

**Paulo B. Araújo:** Passaram, eu ainda conheci dois escravos.

**AK:** Como é que era o trato com os escravos na época?

**PBA:** Segundo o que o meu pai conta, contava... os escravos era muito bem tratados. Os escravos no sul do país, de modo geral ele participava como patrão das lutas de campo e havia uma certa camaradagem que não havia lá para cima nos outros estados. Lá, segundo consta, a escravidão foi mais rigorosa.

## Entrevista 3

**Adair Kill:** Os escravos existiram por aqui?

**Diogo F. Ribas.:** Existiram.

**AK:** E como é que era o tratamento dado aos escravos?

**DFR:** Em parte era bom e em parte era mal.

**AK:** Que história o senhor conhece com referência ao tratamento que era dado aos escravos? O senhor me contou alguma coisa antes, o senhor pode repetir agora?

**DFR:** Posso.

**AK:** O que que aconteceu?

**DFR:** Que tinha certos fazendeiros que pregavam a orelha do índio na parede e chamavam.

**AK:** Do índio ou do escravo?

**DFR:** Do escravo.

**AK:** Mas outros eram bem tratados.

**DFR:** Bem tratados.

Contra-pondo-se a esses discursos, a narradora quilombola procura explicitar a participação positiva dos ex-escravizados no processo de abertura dos Campos de Palmas, explicitando que eles vieram abrindo o mato enquanto “os cabeças das expedições” vinham atrás. Destaca-se, reforçando o relato da quilombola, que o próprio estatuto de uma das sociedade de povoadores determinava que seus integrantes deveriam “munir pelo menos com dois escravos ou mercenários que serviriam como mão de obra; primeiro nos trabalhos que surgiriam durante a expedição, como o pique dos matos, a construção de canoas e, em um segundo momento, na introdução do gado” (Weigert, 2010: 43).

**Dona Maria Arlete:** ãh hã. A minha vô me dizia que eles vinham com as bandeiras. O José Ferreira que era marido da minha avô, o meu avô. E a minha vô me conta que ele vinha na frente da bandeira como cozinheiro. E daí ele vinha meio fugido lá da Guerra dos Farrapos, e ingressou nas expedições que vieram descobrir os Campos de Palmas. As duas expedições, e ele veio junto. E ele era o cozinheiro. E usava esse panelão. Ele fazia o arroz como o charque para toda a turma da expedição. É isso que a minha vô contava. Esse panelão, ele passa de geração em geração, já está na quinta geração, porque daí foi em 1936 que era do meu avô, depois o meu avô morreu, passou para a minha avô, depois passou para a minha tia até chegar a minha mãe, e agora está comigo. Nós já usamos ele para ferver a roupa na época que lavávamos roupa para fora, para fazer sabão, e hoje ele está aí para bonito. Para bonito não, a hora que eu queira fazer sabão eu faço (risos).

**Cassius:** Quando vieram as bandeiras, os escravos vieram juntos então?

**DMA:** Foram os negros que vieram juntos. A minha vô dizia bem assim: nossa, era perigoso, o teu avô vinha na frente das bandeiras e uma turma de negros, bastante negros que vinham fazendo as picada, diz que eles que roçavam assim as estradas, fazendo as picadas. E eles vinham bem longe das expedições. Os cabeças das expedições, os portugueses lá. Então diz que às vezes lá na frente um tigre já pulava em um negro, já comia o negro, já matava. Os índios, que eram muitos índios, que a minha vô falava os índios brabos. Daí matavam também. Enfrentavam tudo que é perigo, cobras, todos os animais ferozes, a minha vô contava.

**C:** Eles vinham na frente.

**DMA:** Vinham na frente os negros. Igual bucha de canhão (Dona Maria Arlete, Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, março de 2013).

Ressalta-se ainda nessa última narrativa que a quilombola a tece a partir da referência a um caldeirão (panelão) que foi usado para cozinhar durante as expedições que abriram os Campos de Palmas. Esses objetos, como outros tantos (imagens de santos, esteiras, artesanatos, armas utilizadas em guerras, etc.) além de constituírem patrimônio cultural material geralmente não reconhecido pelas políticas de patrimônio, são também reservatórios da memória viva da população camponesa no Paraná. O caldeirão é ao mesmo tempo objeto que leva a rememoração dos locais que cada sujeito social ocupa (quem vai na frente, quem fica atrás), quanto repositório de interação, pois dali

saía a refeição que alimentava as expedições e a fervura e o sabão utilizados para lavar a roupa suja de todos da cidade. O caldeirão, portanto, nos serve como metáfora para tirar lições das memórias de manutenção de dependência e busca da liberdade no Brasil pós-abolição.



Imagem do caldeirão usado por escravizados que cozinharam nas expedições que abriram os Campos de Palmas

## Considerações finais

As memórias das famílias quilombolas apresentam elementos para perceber uma experiência que se constrói no limiar das estratégias de produção de dependência pelas elites locais e de busca de conquista da liberdade por parte dos ex-escravizados. Como é possível perceber ao longo do texto, essa dinâmica envolve dimensões econômicas, étnico-raciais<sup>29</sup> e de gênero. Econômicas porque vinculadas à reestruturação das relações de trabalho no período pós-abolição; étnico-raciais porque os mecanismos de atualização da dominação de classe mantêm e, em certa medida, aprofundam as desigualdades que constroem-se também a partir das relações raciais construídas durante os séculos de predomínio da escravidão, e de gênero porque afetam diferentemente homens e mulheres.

---

<sup>29</sup> O termo racial aqui é utilizado para agregar tanto os aspectos referentes às fronteiras dos grupos étnicos que são objetos da antropologia, quanto a construção sociológica da categoria raça, que aqui, portanto, não é usada em sua variante biológica.

Entretanto, apesar do engenhoso mecanismo de produção de dependência que articula desde as doações de terras, compadrio e tutela, os ex-escravizados e seus descendentes movimentaram-se fazendo cálculos para ampliar sua liberdade, ainda que não rompessem diretamente com as relações de dominação. É assim que pode ser lida, por exemplo, a “fuga” dos três *filhos de criação* de um fazendeiro de Palmas, que mesmo encontrando parentes em Palmeira, colocam-se novamente na situação de tutela, indicando que não era exatamente uma “fuga” dessa condição, mas dos maus tratos aos quais eram submetidos. Talvez aí também esteja a chave para compreender a recusa em aceitar a herança, visto que retomaram o vínculo de *criação* com os “Capraro”.

Um cálculo é levado em conta mesmo quando a menina de nove anos sai de Palmas estudando e vai para Curitiba, com o acordo de manter-se estudando na capital paranaense, proposta essa “que nunca se concretizou”.

Marques (2008) destaca que a relação entre as lavadeiras de Palmas e as famílias da cidade era caracterizada por uma interdependência assimétrica na qual as quilombolas, apesar de submetidas a um ritmo de trabalho duro, através de sua “rede de informações” (fofoca) disseminavam notícias daquelas senhoras que as maltratavam, dificultando dessa forma que encontrassem alguém disposto a lavar suas roupas. Há aí um novo exercício do cálculo de até onde elas podiam se submeter. As mudanças de funções de tropeiro para patroleiro e a transição de lavadeira para professora estão inscritas no cálculo de que a “fazenda só dá lucro para o dono” e da ex-lavadeira, que diante do racismo, voltou a estudar para mostrar que era capaz de ser alguém, tal como registrado no seguinte relato presente em Marques:

A gente nota racismo e por causa das pessoas racistas que eu fiz de tudo para me destacar na sociedade. Para mostrar que a gente tem a mesma capacidade que qualquer pessoa branca, então nós temos que nos valorizar e mostrar que nós, as pessoas fingem que não são racistas, mas são. (Dona Maria Arlete apud Marques, 2008: 171).

A valorização da quilombola passa também pelo uso político de sua memória, quando contrasta os sofrimentos e torturas passados por sua tia-avó com a participação positiva de seu avô e demais ex-escravizados na abertura dos Campos de Palmas. Ao misturar esses dados de dependência e liberdade no caldeirão de memória e retirar de lá uma deliciosa narrativa de interação, onde a figura do escravizado é redimida de sua histórica invisibilização no Paraná, a quilombola nos leva a refletir sobre como os relatos e as reflexões aqui presentes podem interferir no padrão das relações étnico-raciais e de gênero que predominam nesse estado e no país.

## Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Célia Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BACH, Arnaldo Monteiro. **Tropeiros**. 2010.
- BARCELLOS, D. M. Família Negra no Rio Grande do Sul: contribuições para seu estudo In: LEITE, I. B.. (Org.). **Negros no Sul do Brasil**. Ilha de Santa Catarina, 1996.
- BARROS, José D' Assunção, **A Construção Social da Cor**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOTT, E. **Família e Rede Social** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BURKE, Peter. A História como Memória Social In: **O Mundo Como Teatro - Estudos de Antropologia Histórica**. Lisboa. Difel. 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CRUZ, Cassius M. **Trajetórias, Lugares e Encruzilhadas na Construção da Política de Educação Escolar Quilombola**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FONER, Eric. **Nada além da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GODOI, Emília P. **O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. **Witchcraft, oracles and magic Among the Azande**. Oxford: Clarendon Press, 1937.
- HAMEISTER, Martha Daisson. **Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006 [Tese de Doutorado].
- HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Rubí (Barcelona): Antropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidade Central de Venezuela, 2004.
- HARTUNG, Miriam. **Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX**. TOPOI, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005.
- PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos **Terras e territórios Quilombolas: Grupo de Trabalho Clóvis Moura Relatório 2005-2008**. Curitiba: ITCG, 2008.
- LAGO, Lourdes Stefanello. **Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987.
- LEWANDOWSKI, A. **Agentes e Agências; O processo de construção do Paraná Negro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Curitiba, 2009.

- MARQUES, S. dos S. **Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MARQUES, Leonardo. **Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1988**. Rio de Janeiro, Apicuri, 2009.
- MATTOS de Castro, Hebe Maria. **Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MATTOS, Hebe Maria & Ana Maria Rios. **O pós abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**. Topoi, volume 5, no. 8, January-June 2004, pp. 170-198.
- \_\_\_\_\_. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. p.3-15.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Rev. Bras. Hist.** vol.22 no.44 São Paulo, 2002.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a Autonomia das Novas Identidades Coletivas: alguns problemas teóricos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 13, n. 38, São Paulo Outubro, 1998) disponível em: [http://scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300010&Ing=pt&nrm=isso&tIng=pt](http://scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300010&Ing=pt&nrm=isso&tIng=pt).
- SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. **Cativo e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2010.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Litero-técnica. 1987.
- WEIGERT, Daniele. **Compadrio e Família Escrava em Palmas, Província do Paraná (1843-1888)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2010.

## Capítulo 5

### (Re)configurações identitárias e direitos sociais: o caso da comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria Trindade Batista em Palmas, Paraná

Sônia Maria dos Santos Marques<sup>1</sup>

Não é o Eu colonialista nem o Outro colonizado, mas a perturbadora distância entre os dois que constitui a figura da alteridade colonial – o artifício do homem branco inscrito no corpo do homem negro. É em relação a este objeto impossível que emerge o problema liminar da identidade colonial e suas vicissitudes (Bhabha, 2005: 76).

Como se houvesse uma forma delimitada de “ser quilombola”. Como se, ao afirmar a denominação “quilombola”, junto fosse acionado um conjunto fixo de processos culturais e uma identidade autêntica, que deveria ser resgatada, depois de um tempo em suspensão (Marques, 2008: 175).

**E**screver é processo no qual mobilizamos os sentidos à procura de alguma forma de interlocução. Nesta ação emergem questionamentos: como estabelecer diálogo entre o material empírico e as perguntas que povoam o universo de quem pesquisa? Como (re)ler questionamentos que nos fizemos em outro tempo e atualizá-los em novo contexto? Se escrever é um ato de produção de sentido, como apreender e traduzir o que o outro manifesta em seu processo de vida? Em momento em que os sujeitos são chamados a identificarem-se como grupo social, quais vozes serão ouvidas, quais serão silenciadas? O que está implicado no processo de fabricação de identidades?

Esboçamos questionamentos nos quais se entrecruzam três sujeitos: primeiro, o pesquisador a negociar com o material coletado e com o processo

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

de escrita; segundo, o grupo estudado e as relações entre identidade e reconhecimento; terceiro, o Outro<sup>2</sup>, espectro que assombra os sujeitos anteriores.

No ato de escrita<sup>3</sup>, de acordo com Calvino (2006), há sempre negociação entre a palavra escrita e não escrita. Também Certeau coliga os processos de escrita e história quando afirma o significado de entendê-la “como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)” (2005: 66). Dessa forma, a escrita é associada a uma prática que articula um conjunto de disposições que produzem discursos sobre o que se estuda.

Em um processo de escrita é importante demarcar as formas de construção da pesquisa e, por consequência, os discursos assumidos na construção do texto. O objetivo central da investigação foi compreender como os moradores da comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria Trindade Batista estabelecem (re)configurações identitárias ao assumirem-se como sujeitos de direito. A metodologia adotada usou como instrumentos de coleta de informações as entrevistas narrativas (Jovchelovitch e Bauer, 2002), análise documental, registro fotográfico. A relação com os moradores do lugar vem de longa data, desde 2005, quando começamos atividades necessárias para a produção da tese<sup>4</sup> de doutorado. Desde então, desenvolvemos várias ações na localidade.

Convém elucidar os processos associados à produção da investigação. No ano de 2009 foi organizado o projeto “Memórias dos povos do campo no Paraná: cultura e conflitos sociais”, encaminhado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências ao Ministério da Cultura<sup>5</sup>. Na ocasião, foram reunidos profissionais que atuavam em diferentes instituições de pesquisa, ensino e extensão para discutir e planejar as atividades para a execução da investigação<sup>6</sup>. O objetivo

<sup>2</sup> Para Certeau (2000: 14) “O outro é o fantasma da historiografia. O objeto que ela busca, que ela honra e que ela sepulta”.

<sup>3</sup> Calvino (2006: 146) no texto “A palavra escrita e não escrita” afirma que fixar a nossa atenção em um objeto, qualquer objeto, o mais trivial e familiar, é descrevê-lo minuciosamente como se fosse a coisa mais nova do mundo.

<sup>4</sup> Marques, Sônia Maria dos Santos. **Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no Bairro de São Sebastião do Rocio**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2008.

<sup>5</sup> O projeto contou com financiamento do Ministério da Cultura e mediação do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, aos quais agradecemos e destacamos o significado do reconhecimento dos processos de constituição, reivindicações e lutas sociais para a História do Paraná.

<sup>6</sup> Sobre esse processo é importante destacar a participação ativa e entusiástica de Jefferson de Oliveira Salles no sentido de tornar possível o projeto, facilitar a comunicação entre os profissionais das diferentes universidades e estabelecer a interlocução entre o grupo e o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Suas ações foram essenciais para a pesquisa e tornaram possível a realização da apresentação do resultado da investigação. Dessa forma, é importante expressar gratidão pelo convite para constituir a equipe e participar da iniciativa de investigação e, no mesmo movimento, destacar seu compromisso com os grupos sociais pesquisados.



geral do projeto era analisar dimensões do processo de ocupação territorial do Estado do Paraná, tendo em vista os diferentes grupos sociais do campo.

As reflexões que ora apresentamos são resultado das ações empreendidas durante a realização do projeto. Considerando as atividades de pesquisa anteriores, assumimos a responsabilidade de indagar sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria Trindade Batista, Município de Palmas, Paraná e seus processos de identificação. Sobre esta questão Woodward (2000) destaca que convém dar atenção às conceituações de identidade, atentar às formas como essas reivindicações se manifestam. Isso porque, muitas vezes, se mostram essencializadas. A autora reitera que a “identidade é na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades” (Woodward, 2000: 14). Dessa forma, relaciona-se às condições materiais da existência e pode permitir ou erigir barreiras ao acesso aos bens materiais e simbólicos. De fato, esses processos exigem observar os sistemas classificatórios nos quais as identificações se emolduram indicando quais são assumidas e quais são contestadas:

Assim, parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluida, levando em conta a concepção de F.Barth (1976) de flexibilidade dos grupos étnicos e, sobretudo, a ideia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião. É o caso da identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas (Schmitt, Turatti e Carvalho, 2002: 4).

Ao estudar grupos sociais percebemos a importância de coligir identidade e reconhecimento. Desta constatação, novos questionamentos se insinuam: como fugir da fixação do sujeito em uma identidade? Como perceber a plasticidade do conceito? Como, ao reivindicar direitos tomando por base a territorialidade e o parentesco, não assumir percepções essencialistas?

O perigo das reivindicações essencialistas é desviar-se dos aspectos relacionais dos processos de construção da identidade e reduzir o outro a um conjunto fixo de características e, dessa forma, negar o jogo da alteridade. Em relação aos quilombolas vemos que, em muitos trabalhos, são tomados como grupo no qual não há opacidades nas construções identitárias.

## **Comunidade remanescente de quilombola Adelaide Maria Trindade Batista: identidade e reconhecimento social**

A comunidade quilombola Adelaide Maria Trindade Batista em Palmas possui 180 famílias cadastradas na Associação da Comunidade Negra Rural Adelaide Maria Trindade Batista. No Regimento interno da Associação estão estabelecidos os seguintes objetivos:

Estimular a união e organização do(a)s Remanescentes de Quilombos, trabalhadores(as) em geral e particularmente do(a)s rurais das comunidades Negras da cidade de Palmas e regiões vizinhas; Lutar pelos direitos estabelecidos na constituição Federal e Estadual, legislação vigente e específica às Comunidades Remanescentes de Quilombos, inerentes ao cidadão brasileiro e ao(à)s Remanescentes de Quilombos, promovendo, incentivando ou patrocinando medidas que o(a)s auxiliem e o(a)s beneficiem, aprovando e representando os interesses do(a)s associado(a)s perante os órgãos públicos e privados, judicial e extra-judicialmente... (Estatuto Social da Associação da Comunidade Negra Rural Adelaide Maria Trindade Batista, 19/03/2007).

No regimento encontramos mais onze objetivos que versam sobre a cultura negra, apoio a projetos de colocação no mercado dos produtos resultantes do trabalho dos associados, difusão de atividades educativas, culturais e científicas associadas ao grupo, sobre a constituição de parcerias com finalidade cultural, ambiental e trabalho comunitário, sobre processos educativos associados à educação formal e informal e aos aspectos sócio-históricos do grupo.

Ao indicarmos brevemente os objetivos constantes no documento cabe destacar que, à medida que os sujeitos se organizam para reivindicar direitos, ampliam a percepção da ação do grupo e apontam o desejo de articulação com diferentes setores sociais. Tal constatação, a princípio, parece uma obviedade, considerando que os grupos organizados, em sociedade democrática, precisam de dinâmicas dialógicas de interação sócio-política. No entanto, o que se estabelece na municipalidade é o movimento inverso, como podemos ver no fragmento das entrevistas:

...Ser quilombola em Palmas é um grande desafio. A gente não tem grande aceitação. Eles sem entender já julgam errado. Muitos dizem que não teve escravos aqui...

...Tem racismo, tem racismo contra o quilombola. Dizem que vamos sair e tomar a terra. Tomar a terra dos outros...

Tem dificuldade, aqui é um bairro afastado, tem vandalismo. Não é

porque somos quilombolas que não vai ter problemas...

Dos fragmentos podemos apreender três ideias centrais: primeiro, a questão da legitimidade. Ainda que o grupo tenha a certificação desde 2007, parece que a identidade étnica ainda é questionada. Para alguns moradores do município, os indicativos históricos, as narrativas dos moradores não são suficientes para dirimir a imagem fractal dominante na cidade; segundo, a fixação do racismo que determina até onde o grupo pode ir. Neste contexto, a ideia de reivindicação de direito lembra o que afirmou Fanon, ainda que se referindo a outra espacialidade: “O problema não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo. Este é um problema terrível em nossa vida. Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (2008: 33). Vemos que de alguma forma a entrevistada expressa pela repetição da sentença “tem racismo, tem racismo” essa dupla inscrição: negro, negro quilombola. As afirmações indicam que, ao negar que houve escravos na localidade, alguns moradores da cidade decidem não ver as marcas objetivas dessa presença (narrativas dos sujeitos, imagens, construções arquitetônicas...).

Assim, as rasuras que estabelecem em relação ao negro escravizado no município ampliam-se quando se referem à nova identidade quilombola (nova para os sujeitos de direito e nova para os moradores da localidade). Na construção dessa argumentação, a reivindicação de terras por parte dos quilombolas aparece, no discurso local, como o excesso, uma vez que se nega o transcurso histórico de constituição do grupo. No terceiro trecho citado, por sua vez, parece que a partir deste fragmento a entrevistada negocia com uma noção em circulação na localidade: quilombo como lugar do idílico, sem problemas. Quando afirma que a identidade quilombola não os isenta das divergências internas.

Ao olharmos o conjunto dos fragmentos percebe-se, nas falas da entrevistada, processo de reconfiguração do discurso identitário relacionado à inscrição como sujeito de direitos.

Sobre esta questão, Hall estabelece questionamentos que julgamos oportunos: “Onde está, pois, a necessidade de mais uma discussão sobre identidade? Quem precisa dela?” (2000: 103). O autor encaminha a discussão pontuando duas ideias principais. Primeira, postula a exploração de um pensamento que opera entre “inversão e emergência”. O que significa dizer que não é possível pensar o conceito de forma vicária, tampouco abandonar noções centrais que eram usadas para discutir a temática. No entanto, é na exploração do segundo indicativo de resposta oferecido pelo autor que repousa a potencialidade para a discussão em relação ao grupo pesquisado. Ao afirmar que a identidade tem “centralidade para a questão da agência e da política”

(Hall, 2000: 104). Nesse contexto, apresenta discussão central para grupos que estejam associando processo de identificação aos direitos sociais. Com efeito, a “política de identidades” tenta captar os aspectos mutáveis e mutantes nos quais o conceito é tensionado. O autor chama atenção para o significado da identificação, entendendo que é:

Um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação e não uma subsunção. Há sempre demasiado ou muito pouco – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao jogo da *diference*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *diference*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos fronteira’. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui (Hall, 2000: 106).

Ao considerarmos a identificação, trazemos à cena o jogo de ambiguidade que parece cingir os movimentos vividos no grupo estudado. Sobre essa questão, uma entrevistada assim se manifesta:

Quando falava aqui vai ser um quilombo a gente não sabia o que era. A gente pensava que não queria que voltasse o tempo da escravidão. A gente demorou para entender, mas a gente procura estudar em outras comunidades de quilombos como funciona (Entrevista 2012).

A entrevista indica que o processo de identificação se constitui por meio de uma ambiguidade: de um lado, sustenta a falta de intimidade com a denominação quilombola e a necessidade de substanciar o termo encontrando proximidade com suas vivências cotidianas; de outro lado, indica que a reconfiguração se estabelece em relação com os de ‘fora’, sejam outros grupos quilombolas, sejam outros grupos étnicos que ocupam espaços contíguos.

A questão que se apresenta é: como é o espaço em que essa população circula? Encontramos a seguinte descrição da parte central da localidade.

A “estradinha” (rua Arnaldo Busato) é coberta de paralelepípedos irregulares. Ladeando o percurso, temos casas, algumas de alvenaria, a maioria de madeira, a Igreja Evangélica, a “Escola Tia Dalva”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> No Bairro existem duas escolas públicas municipais: Escola Municipal Tia Dalva – Educação Infantil e Ensino Fundamental, e Escola Municipal de Ensino Fundamental São Sebastião.

Ao percorrer a rua, se andarmos trezentos metros, vemos o Posto de Saúde<sup>8</sup> e, trinta metros à frente, a Igreja de São Sebastião e o pavilhão do Centro Comunitário no qual são realizadas as tradicionais festas no mês de janeiro<sup>9</sup>. Passando a Escola Municipal São Sebastião a rua torna-se íngreme. Caminhando-se mais uns trezentos metros, há, novamente, uma grande aglomeração de casas. Da rua central, em direção à direita, partem pequenas vias de formato irregular, cobertas com pedregulhos, que como artérias, fendem-se em múltiplas direções de forma inextricável. Identificamos três áreas: a primeira, de povoamento recente, ocupado por famílias de operários que compraram terrenos em zona de baixo valor imobiliário; a segunda, área central do bairro, ocupado por famílias negras, hoje tradicionais moradores, espaço no qual está situada a Igreja de São Sebastião; a terceira, zona recentemente habitada, como resultado de uma política pública municipal que deslocou moradores de outras áreas empobrecidas da cidade, fixando-as no Bairro (Marques, 2008: 49).

A descrição sucinta da parte central do bairro foi escrita antes que o bairro de São Sebastião fosse identificado como comunidade quilombola. No entanto, a distribuição da população e a ocupação dos espaços urbanos permanecem<sup>10</sup>. No ano de 2007 os moradores da comunidade remanescente quilombola Trindade Batista receberam da Fundação Cultural Palmares a certidão de autorreconhecimento. O documento:

CERTIFICA que a Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, localizada no Município de Palmas, Estado do Paraná, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 10, registro n. 954, fl. 19, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria interna da FCP n. 6 de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, é REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DE QUILOMBO (Certidão de autorreconhecimento da comunidade quilombola Adelaide Maria Trindade Batista).

---

<sup>8</sup> Posto de Saúde Pedro Mendes, atendido por um médico e duas auxiliares de enfermagem.

<sup>9</sup> São Sebastião é considerado o protetor do bairro. O dia do santo é 20 de janeiro. A festa tem o objetivo de prestar homenagens, agradecer e pedir ajuda ao santo padroeiro.

<sup>10</sup> Convém salientar que neste período a comunidade quilombola teve a produção de dois laudos antropológicos. O primeiro, não foi aceito pela comunidade justamente porque não considerava as narrativas dos moradores e indicava, de forma equivocada, a área que deveria ser delimitada para a comunidade. O segundo laudo, aceito e aprovado pelo grupo em reunião em dezembro de 2012, não está disponível para consulta.

A certificação foi recebida na comunidade com regozijo e um sentimento de positividade em relação ao pertencimento étnico associado às possibilidades de acesso à garantia de direitos sociais e territoriais. Para compreender o novo lugar ocupado, trazemos como exemplo uma situação de pesquisa anterior. No ano de 2005, orientamos um trabalho monográfico<sup>11</sup> que tinha como objetivo compreender as representações sobre a localidade. Foram realizadas entrevistas com os moradores e não moradores do bairro. Naquele momento, solicitou-se que as pessoas definissem o bairro em uma palavra. Entre os moradores do bairro as palavras escolhidas foram: maravilhoso, lindo, bom, vida, luta, sofrido, lutador, pobre, trabalhador, educado, humilde, unidos, alegre, bom de morar, limpo, afastado, bonito, seguro. Os não moradores selecionaram palavras como: carente, habitável, pobreza, sujeira, marginal, sofrido, fé, pobre, miséria, violência, isolado, mal estruturado, esquecido, mal localizado.

Evidentemente que um conjunto de palavras não é suficiente para determinar a forma como o grupo era visto na municipalidade. No entanto, há fortes indicativos de que dominava a representação de que o grupo ocupava um lugar de precariedade econômica, política e cultural. Tais questões fazem ver o significado simbólico da certificação para o imaginário do grupo e dos demais moradores da cidade, pois revolve as diferentes representações da comunidade em circulação no município e reapresenta o grupo em outro lugar social: sujeitos que podem reivindicar direitos. Dessa forma, percebe-se que o processo de produção de representações “implica uma relação ambígua entre ausência e presença (...) é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem mental ou material (...) com uma atribuição de sentido” (Pesavento, 1995: 298). Assim, o processo de certificação, de acordo com as entrevistas coletadas, é parte de uma política de identidade que auxilia na compreensão de si, situando-o como sujeito que partilha com outros grupos remanescentes de quilombo um lugar social que permite reconfigurações identitárias e reivindicação de direitos sociais.

Em entrevistas percebe-se a tentativa dos sujeitos de atribuir significados ao termo quilombola, uma vez que a identificação com esta denominação é recente. Em relação a este processo, ouvimos “quando eu me descobri como quilombola, a gente teve o reconhecimento da Fundação Palmares, a gente entrou de cabeça. Ser quilombola é valioso, posso trazer através dessa autoafirmação o meu reconhecimento” (Entrevista agosto de 2012). Como podemos ver, a entrevistada estabelece relação direta entre reconhecimento e direitos sociais. Foi a partir da inscrição na Fundação Cultural Palmares e das dinâmicas

---

<sup>11</sup>Choaste, Adriana. **As representações sobre o negro no Município de Palmas: o caso do Bairro São Sebastião ou Rocio dos Pretos**. TCC do curso de especialização em Movimentos Sociais e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão: 2005.

de organização para este processo que a nova identidade começa a ser assumida. Também Schmitt, Turatti e Carvalho chamam atenção ao processo, quando afirmam que a “identidade quilombola, até então um corpo estranho para estas comunidades rurais negras, passa a significar uma complexa arma nesta batalha desigual pela sobrevivência material e simbólica” (2002: 5).

Assim, ainda que possamos demarcar a exterioridade do conceito, recente entre o grupo estudado, há que assinalar a interioridade das vivências históricas e práticas culturais. Dessa forma, ainda que os sujeitos estejam em processo de construção da intimidade, com a denominação percebem que, nas práticas cotidianas que mobilizam e nas suas respectivas narrativas, as formas de conferir sentido aos novos contextos se desenham.

Outra entrevista corrobora a anterior quando afirma “ser quilombola em Palmas é um grande desafio. A gente não tem muita aceitação, uma pela questão territorial, todos acham que vamos tomar terras de outras pessoas. Ser quilombola é desafiador” (Entrevista em junho de 2012). Na fala podemos perceber que a possibilidade de acesso a terra intensifica a tensão no município, de outro lado amplia a participação política do grupo, como podemos perceber na notícia<sup>12</sup>:

No mês de abril, Silva e Maria Arlete Ferreira da Silva, da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista estiveram em Brasília, onde aproximadamente 500 quilombolas travaram quatro dias de luta, participando de reuniões e definindo correções nas mudanças que a AGU tinha feito. Quinze advogados favoráveis às causas quilombolas acompanharam a consulta que se fez necessária ser aberta as comunidades, devido a pressão das entidades representativas. Silva relata que foram separados por grupos regionais, como o Sul, englobando quilombolas do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As discussões, com a presença de dois advogados em cada grupo, trataram de detalhes como termos utilizados, por exemplo, a substituição de “terras” por “territórios” (Mazaloti, 2008).

A publicação, de alguma forma, indica que a reconfiguração de identidade dos quilombolas em Palmas produz certa movimentação regional. O Sudoeste do Paraná, que se via como constituído, predominantemente, por eurodescendentes, é desestabilizado por outras narrativas de constituição e história regional. Sobre esta temática, ainda que se referindo a outro grupo étnico, Langer afirma:

---

<sup>12</sup> Publicado em 5/05/2008, no blog Cotidiano popular, que discute notícias regionais <http://cotidianopopular.blogspot.com.br/>. Acesso em dez de 2012.

No Sudoeste do Paraná, o pioneiro cumpriu essa missão contra a natureza (sobretudo a floresta de araucárias, hoje praticamente extinta), e os grupos que nela se escondem, para gerar a riqueza, premissa tida como inevitável e universal. Axiomas como fertilidade do solo, produtividade, lucro e progresso legitimam qualquer forma de aniquilamento ecológico e antropológico (ecossistemas e alteridades étnicas). Outro axioma (...) é a terra, enquanto propriedade privada, como mais um objeto – entre tantos outros – da economia de mercado. Os índios e caboclos sempre ocuparam terras de ninguém, pois não possuíam títulos de propriedade particular. A partir dessa máxima é negada a possibilidade do direito à terra a quem não a explora de acordo com o padrão mercadológico (2010: 35).

O texto refere-se às representações sobre o índio e o caboclo na região Sudoeste do Paraná. No entanto, podemos afirmar que há similaridade com o lugar ocupado por populações negras ou grupos de origem afro-brasileira. Isso porque, ao buscarmos referências sobre a história de Palmas (Nazaro, 1999; Marcondes, 1977; Bauer, 2002), encontramos poucas informações sobre o Bairro de São Sebastião, ainda que este fosse o mais antigo do município.

Não há dúvidas de que quando o grupo assume a identidade quilombola e quebra a barreira da invisibilidade, a cidade é forçada a tomar conhecimento de sua existência, mesmo que seja para questionar suas reivindicações de direitos.

Sobre essa questão é expressivo o que apresenta Hoffman (2012) quando discute sobre conflitos vividos pela comunidade Monoel Círiaco dos Santos: de um lado, o grupo experimentou ameaças constantes a sua integridade física e psicológica. De outro, no momento de produção do laudo antropológico, o grupo viveu a intensificação das tensões e a expectativa da produção de um documento que legitimasse as reivindicações étnicas e territoriais. No entanto, o relatório, de forma equivocada<sup>13</sup>, descaracteriza os movimentos empreendidos pelos quilombolas e aponta negativamente em relação aos seus direitos territoriais. De acordo com Hoffmann:

Ocorre que em dezembro de 2010 convênio com a Unioeste foi interrompido em razão do laudo antropológico feito pelos antropólogos da universidade, pois segundo o INCRA não atendeu às solicitações, sendo este laudo negativo a demarcação e a titulação da comunidade como remanescente de quilombo (2012: 77).

---

<sup>13</sup> O relatório foi produzido pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná sob a coordenação do antropólogo Antonio Pontes Filho.



Em sentido prático, as indicações constantes no documento potencializaram os conflitos que já se desenhavam e promoveram manifestações de descontentamento entre setores públicos como INCRA, Fundação Cultural Palmares, associações científicas, etc. Apresentamos o debate sobre a comunidade Manoel Círiaco dos Santos de um modo puramente ilustrativo, uma vez que a mesma dinâmica aconteceu em relação ao laudo antropológico da comunidade quilombola Adelaide Maria Trindade Batista em Palmas<sup>14</sup>. Também este grupo foi impactado pelo resultado negativo do trabalho. No entanto, são interessantes as ações empreendidas pela comunidade que recusa o relatório. Sobre esta questão é interessante a manifestação de Eliane Cantarino O’Dwyer que, em entrevista<sup>15</sup>, afirma que:

O INCRA fez um convênio com uma universidade do Paraná, que foi fazer um relatório e o relatório virou contra laudo (...) Disse que ali não havia território quilombola. Que ali não havia quilombolas por que era igual aos seus vizinhos. Achando que há uma diferença cultural que faz toda a diferença, que possibilita chamar alguém de quilombola por causa dessa diferença (...) eles impuseram uma tradução etnográfica sobre o grupo e o próprio INCRA não quis receber o trabalho (Transcrição da entrevista de Eliane Cantarino O’Dwyer encontrada em CGA - [www.cgantropologia.org.ar](http://www.cgantropologia.org.ar)).

O depoimento da pesquisadora mostra que o profissional não pode, no ato de produção de seu trabalho, impedir acesso aos direitos sociais dos grupos estudados<sup>16</sup>, afirma que a interação com os grupos pesquisados é condição para o bom desenvolvimento do trabalho etnográfico.

A experiência mostrou também o grau de organização do grupo que, imediatamente, mobiliza um conjunto de ações com vista a garantir os direitos sociais: discute as bases científicas do trabalho. Uma entrevistada assim se manifesta: “eles não nos entrevistaram, não conversavam com a gente. A gente sabia que eles estavam aí, pelos outros. Não queriam saber o que a gente pensava” (Maria Arlete Ferreira, líder tradicional na comunidade). Também se mobilizam no sentido de provocar ações do Ministério Público que garantam o que está estabelecido na legislação. Acionam órgãos públicos federais e estaduais no sentido de garantir a

---

<sup>14</sup> A equipe que realizou o laudo antropológico foi a mesma da comunidade Manoel Círiaco dos Santos.

<sup>15</sup> A íntegra da entrevista está disponível em CGA - [www.cgantropologia.org.ar](http://www.cgantropologia.org.ar). Acesso em 10/03/2013.

<sup>16</sup> De acordo com a entrevistada, o Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia diz como o antropólogo deve atuar.

produção de novo laudo antropológico, que foi entregue à comunidade em dezembro de 2012.

Outra tensão vivida pelo grupo foi provocada pela transferência da comunidade indígena Ângelo Cretã, retirada do Parque Ambiental de Palmas e alocada na área quilombola. Tal movimento pode ser percebido quando lemos a Ata da reunião que aconteceu no Ministério Público Federal em 22 de junho de 2011. Na reunião, o prefeito municipal de Palmas, Hilário Hadrasko, “pontuou que foi buscar uma área para alocar os indígenas a pedido do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção às comunidades Indígenas<sup>17</sup>”. Sobre o processo de transferência dos indígenas:

O prefeito alegou que a escolha da área foi precedida de uma conversa com o Sr. Antonio P. Pontes Filho antropólogo da Unioeste<sup>18</sup> responsável pela coordenação do Laudo Antropológico em decorrência do convênio com o INCRA. Relatou que na ocasião o professor lhe mostrou no mapa da Comunidade quilombola Adelaide Maria Trindade Batista que a área indicada pela prefeitura estava fora da área quilombola (Ata da reunião realizada em 22/06/2011 no Ministério Público do Estado do Paraná no auditório Ary Florêncio Guimarães, Curitiba).

Como é possível perceber, o laudo antropológico que não fora aceito pela comunidade, ação que era conhecida da prefeitura municipal, foi determinante para a escolha do lugar em que seria alocado o grupo indígena. A partir das narrativas, emergem questionamentos: por que os quilombolas não tinham sido ouvidos? Por que tomar um documento não aceito pela comunidade como ponto de partida para as discussões? Por que a fala do antropólogo foi determinante?

Essa “coincidência” de alocação dos indígenas em território requerido pelos quilombolas foi contestada na reunião:

Cláudio Marques, do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência do INCRA no Paraná, contestou a fala do Senhor Prefeito, afirmando que a competência para se manifestar sobre o processo de titulação da comunidade é do INCRA, que é o órgão federal competente para a titulação dos territórios quilombolas, e não o antropólogo. Citou a instrução normativa

---

<sup>17</sup> Ata da reunião realizada em 22/06/2011 no Ministério Público do Estado do Paraná, no auditório Ary Florêncio Guimarães.

<sup>18</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

57/2009 que regulamenta os procedimentos de titulação das terras quilombolas com base no mandamento constitucional (Artigo 68 dos ADCT). Lembrou a realização de uma reunião pública realizada no Município de Palmas sobre o início do trabalho do INCRA na comunidade em maio de 2009, ocasião em que as autoridades não compareceram...

(...)

O Senhor prefeito reafirmou não haver conversado em momento algum com os quilombolas a respeito da localização da área, apenas com o antropólogo. Disse estar preocupado com o fato de existirem três comunidades quilombolas no município que passarão a ter autonomia sobre as suas terras, ocupando grande porção do território municipal.

(...)

Dra. Dora Lúcia, Procuradora Geral da Fundação Palmares, pontuou a necessidade de garantir a presunção de direito ao território de toda a área quilombola, tendo sido um grave equívoco a doação, postura que deverá ser revista. Posicionou-se pela equiparação dos direitos quilombolas e indígenas e afirmou que a comunidade quilombola não poderá ser onerada... (Ata da reunião realizada em 22/06/2011 no Ministério Público do Estado do Paraná no auditório Ary Florêncio Guimarães, Curitiba).

As narrativas indicam que o conflito entre dois grupos tradicionais se estruturam em cenário complexo, que justapõe direitos sociais de indígenas e quilombolas e da mesma forma amplia as dissensões entre os grupos, abrindo nova frente de embate entre atores sociais que, historicamente, não colidiam. No primeiro fragmento já se desenha certa distância entre a administração municipal e o grupo quilombola quando, no momento das primeiras reuniões relacionadas ao processo de regularização das terras quilombolas, não contam com a presença dos representantes municipais. Do segundo fragmento podemos depreender que a preocupação da municipalidade está associada à presença no local de três comunidades remanescentes de quilombo, e a possibilidade de acesso a terra desses grupos como um problema que se desenha para a administração municipal. É interessante que os direitos sociais dos grupos não causam a mesma preocupação, visto que não são chamados em processos sobre a ocupação das terras que reivindicam. O terceiro fragmento chama atenção para a importância de que se considerem as necessidades dos dois grupos, sem onerar direitos dos coletivos constituídos.

Tal discussão ganha espaço na imprensa local e regional, como vemos na sequência:

Eu estou vendo como um desrespeito com a nossa comunidade, com a nossa gente. Por que toda a vida, desde 1839 quando chegaram nossos antepassados eles já habitavam ali, a comunidade do rocio como dizem [...] Toda a vida nós vivemos e preservamos até hoje. Mas como agora os índios da Aldeia Cretã, eles colocaram em dois jornais que eles ganharam do executivo municipal aquele terreno ali. Agora é a nossa palavra contra a do prefeito. Fizemos uma reunião com o prefeito e ele falou que colocou os índios naquela área porque não tinha onde colocar (...) E que o antropólogo falou para ele que aquela área não pertencia à comunidade, então pertence a quem? Se é dentro da comunidade pertence a quem? (Maria Arlete Ferreira, Entrevista<sup>19</sup> ao Portal RBJ, 24/05/2011).

Eu analiso que nós somos uma comunidade reconhecida desde os primeiros chegaram aqui em 1835, 1836, 1839 (...) então a gente conhece cada árvore, cada canto, cada carreiro ali (...) então a gente conhece de tudo (Alcione Ferreira, presidente da associação quilombola em entrevista<sup>20</sup> ao Portal RBJ, 24/05/2011).

A gente é cidadão como qualquer um (...) a gente vem contestar o debate que tem na cidade. A gente não invadiu terreno nenhum. A gente levou dois dias para fazer nossa mudança. O terreno foi doado pelo prefeito no dia 2 de maio (2011). Se nós estamos ocupando o terreno palmense é porque somos de Palmas... (Entrevista de João dos Santos, Cacique Aldeia Angelo Cretã ao Portal RBJ, 25/05/2011).

Existe uma indisposição, um mal estar (...) ter duas etnias num espaço só com culturas diferentes fica meio complicado. Mas não temos nada de guerra, até jogamos futebol com os índios. Mas o que a gente espera é justiça... (Alcione Ferreira, Presidente da associação quilombola em entrevista ao Portal RBJ, 20/06/2012).

As entrevistas indicam que quilombolas e indígenas, desde 2011 até o momento, vivem situação que coloca sob rasura os direitos sociais dos dois grupos. Percebe-se que, de alguma forma, o poder público municipal foi ativo no processo de produção de uma conjuntura que manifesta um conflito, a partir do qual novas configurações identitárias são assumidas pelos dois grupos para

---

<sup>19</sup> A entrevista pode ser acompanhada na íntegra no Portal RBJ no site <http://portalrbj.com.br/noticia>. Acesso em 20/02/2013.

<sup>20</sup> A entrevista pode ser acompanhada na íntegra no Portal RBJ no site <http://portalrbj.com.br/noticia>. Acesso em 20/02/2013.

comprovar a legitimidade do lugar que ocupam.

A festa de São Sebastião também é mobilizada nos momentos de afirmação étnica e da identidade quilombola, como na fala “na festa de São Sebastião toda a família participava, a gente fazia isso com a família: organizavam o que precisava para a festa, quando tinha alguma coisa eles conversavam, era como ia se formando as ideias...”. Na fala da entrevistada percebemos a insistência em sedimentar a ideia de que tudo era decidido no conjunto, que as deliberações sobre as dinâmicas da festa eram decisões coletivas que determinavam o êxito do que fora planejado. Ao rememorarmos os momentos da festa, percebemos que são muitas as cenas que se repetem ao longo dos anos. Assim, novas narrativas das formas de sociação são assumidas, transfigurando-se em narrativas de identidade, “associadas à representação e à voz”:

Narrativas revelam o alinhamento dos narradores com certos indivíduos, grupos, ideias e símbolos através dos quais eles externalizam seus maiores valores, qualidades positivas e de orgulho para si mesmos. Esta articulação de identidade – de voz – sobretudo tornou-se compreensível como um lócus da dignidade humana, tal como a razão era o lócus da dignidade para o iluminismo; nós podemos agora definir uma pessoa como alguém que narra. Conseqüentemente, negar a uma pessoa a possibilidade de narrar sua própria experiência é como negar sua dignidade humana (Errante, 2000: 142).

Dessa forma, quando são chamados a identificarem-se, os sujeitos geram narrativas sobre seu transcurso histórico e práticas culturais. Ao dar assento às formas como se organizavam para a organização da festa, a entrevistada demonstra a preocupação com a continuidade e reafirma a ideia da festa de São Sebastião como ação coletiva que auxilia a manter o vínculo societal.

Assim descrevemos, em texto anterior, o que acontecia:

No momento da festa, parece que reproduz um processo de engolição: da música alta que invade os ouvidos, da emanção volátil do aroma de alimentos que estão à venda, da quantidade de bebidas em oferta... num viver a festa para os sentidos. Depois do almoço, começa o baile. No pequeno salão, os corpos em movimento sorvem o espírito festivo: corpos próximos, suados em ritmo ditado pelo triângulo e pela gaita. O clima é sufocante, o salão é pequeno, e as poucas janelas localizadas no alto não ajudam a resfriar o local. Assim, há uma densidade olfativa. Tudo é viscoso, os movimentos, a música, os corpos... Para-se o baile, anuncia-se quem ganhou a rifa de um bolo. Os aplausos quebram o silêncio que fora feito para ouvir o nome do

vitorioso. A música recomeça. O som estrepitoso domina o ambiente. O ritmo da música é frenético, os corpos balançam quase sem querer, parece que as mãos e os pés adquirem autonomia e querem se deixar levar pelo movimento. Para conversar é preciso estar muito próximo, só essa posição garante a audição do que está sendo dito: tudo é proximidade. À volta do salão formam-se camadas de assistentes: aqueles que não têm par e observam, os que se movimentam no ritmo da música e insinuam desejo de serem convidados para se entregarem ao som, som que convida o corpo a esquecer-se de sua própria densidade e torna-se movimento, entrega. Entre os corpos que dançam não há regulação de movimentos marcados. Há, sim, um deixar-se levar anárquico e sedutor. “São três horas da tarde, o calor é intenso e aqueles corpos bailam, se aproximam, afastam, vivem a festa, são a festa...” A festa enseja redobramento: de um lado, a exaltação de viver o presente que se oferece como intensidade; de outro, há uma lembrança depositada no corpo - de que aquele estado de excitação não pode ser permanente, ele constitui-se como do domínio do extraordinário (mas há sempre a margem do ordinário tangenciando esse sentimento) (Marques, 2008: 160).

O fragmento faz alusão à festa de São Sebastião realizada todos os anos no dia 20 de janeiro. A realização da festa é marcada por dois momentos: primeiro, um ato regioso no qual o padre reza a missa, também é realizada uma procissão na qual moradores da comunidade e demais moradores do município participam. No segundo momento, vêm os festejos que, associados ao usufruir do alimento, aproveitar a música, dançar, e colocar em movimento um conjunto de disposições, fazem da festa um lugar de encontro marcado no calendário da vida coletiva do lugar.

Se a festa necessita ser (re)encenada é porque o tempo, senhor do esquecimento, não para de passar. Então, mais do que trazer imagens do passado, é importante construir o presente. Ao presentificar as ações relacionadas à festa de São Sebastião, se garante a continuidade e, de alguma forma, se adia o esquecimento. Neste contexto, é o presente que chama o passado, as narrativas atualizam as memórias, mas a (re)encenação da vida comunitária promovida anualmente pela festa vitaliza a identidade local porque coliga as narrativas e, desse modo, fecunda as lembranças. Sobre esta questão é interessante a afirmação “na festa de São Sebastião toda a família participava (...) organizavam a festa em família, mas a gente sabe que as antigas faziam isso. Elas se reuniam, conversavam. Eles se reuniam e organizavam. A gente continua forte, a gente conseguiu, o quilombola e os que são na diretoria são tudo parente (...)” (Maria Arlete Ferreira, 2012). A entrevistada busca, na nova forma de identificação

– “ser quilombola” –, as maneiras organizativas que mobilizaram em outros tempos para a sistematização do trabalho associado à festa.

A festa de São Sebastião reúne práticas e ações cotidianas que formam um conjunto de disposições que permitem ao sujeito e ao grupo afirmar-se como um coletivo. O que se observa em relação à festa na comunidade é o que afirma Perez quando diz que “como forma lúdica de sociação e como um fenômeno gerador de imagens multiformes da vida coletiva, buscando mostrar como o vínculo social pode ser gerado a partir da poetização e da estetização da experiência humana em sociedade” (2003: 2). Assim, festa e cotidiano, identificação e reivindicações sociais e territoriais são ativos no processo de reconfiguração da identidade para a garantia de direitos.

## Referências bibliográficas

- BAUER, José de Araújo. **Reminiscências**: história de Palmas, Palmas: Kaigang, 2002.
- BAUER, Martim W., GASKEL, tradução de Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa qualitativa com Texto, imagem e som**: um manual prático, Petrópolis: Vozes, 2002.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CALVINO, Italo. A palavra escrita e a não-escrita. In AMADO, Janaina, FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: morar e cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHOASTE, Adriana. **As representações sobre o negro no Município de Palmas**: o caso do Bairro São Sebastião ou Rocio dos Pretos. TCC do Curso de especialização em Movimentos sociais e Desenvolvimento sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão: 2005.
- Entrevista de Eliane Cantarino O’Dwyer encontrada em CGA, [www.cgantropologia.org.ar](http://www.cgantropologia.org.ar). Acesso 10/03/2013.
- ERRANTE, Antoinette. Mas Afinal, A Memória é de Quem? Histórias Orais e Modos de Lembrar e Contar. In: **História da educação**. Pelotas (8):141-174, set.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**, tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HALL, Stuart, **Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- JOVCHELOVITCH, Sandra, BAUER, Martim W. Entrevista Narrativa. In BAUER, Martim W., GASKEL, tradução de Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático, Petrópolis: Vozes, 2002.

- LANGER, Paulo Protásio. Símbolos e discursos acadêmicos na construção de uma identidade eurocêntrica: o encobrimento dos indígenas e caboclos. In LANGER, Paulo Protásio et al. **Sudoeste do Paraná: diversidade e ocupação territorial**, Dourados: Editora da UFGD, 2010.
- MARCONDES, Herverzita Fortes. **Educação Hoje**, Vol. 3, p. 1-95, 1977.
- MARQUES, Sônia Maria dos Santos. **Pedagogia do estar junto: Éticas e estéticas no Bairro de São Sebastião do Rocio Dorneles**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2008.
- MOURA, Glória. **A força dos tambores: a festa nos quilombos contemporâneos** In SCHWARCZ, Lilia Moritz, REIS, Letícia Vidor de Souza (Org), São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.
- NAZARO, Lucy Salete Bortolini, Palmas, **Uma história de fé, luta e garra de um povo**, Palmas: Kaigang, 1999.
- PEREZ, Lea Freitas. Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo por uma antropologia das efervescências coletivas. In: Mauro Passos (Org). **A festa na vida, significados e imagens**, Petrópolis: Vozes, 2002.
- PESAVENTO, Jatahy Sandra. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol 8, n. 16, 1995. P. 279-290.
- Portal RBJ no site <http://portalrbj.com.br/noticia>. Acesso 20/02/2013.
- SCHMITT, Alessandra, TURATTI, Maria Cecília Manzoli, CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo. In: **Ambiente & Sociedade** - Ano V – Nº 10- 1º Semestre de 2002.
- SCHMITT, Alessandra, TURATTI, Maria Cecília Manzoli, CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. *Ambiente & Sociedade* - Ano V – No 10 – 1º Semestre de 2002 .
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomas Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

## Documentos:

- Ata da reunião realizada em 22/06/2011 no Ministério público do Estado do Paraná no auditório Ary Florêncio Guimarães, Curitiba.
- Certidão de autorreconhecimento da Comunidade quilombola Adelaide Maria Trindade Batista.
- Estatuto Social da Associação da Comunidade Negra Rural Adelaide Maria Trindade Batista, 19/03/2007.



## Parte III

# Comunidades tradicionais, capitalismo e conflitos agrários – Pinhão

- 6. Contextualização: breve histórico sobre Pinhão/PR**  
*Liliana Porto e Dibe Ayoub*
- 7. Os posseiros do Pinhão – conflitos e resistências frente à indústria madeireira**  
*Dibe Ayoub*
- 8. Memórias de um mundo rústico: narrativas e silêncios sobre o passado em Pinhão/PR**  
*Liliana Porto*
- 9. João José Zattar S.A.: disputas sociais, legitimidade, legalidade**  
*Jefferson de Oliveira Salles*
- 10. Desenvolvimento, capitalismo e comunidades tradicionais: reflexões em torno da Zattar e dos faxinalenses**  
*Paulo Renato Araújo Dias*



## Capítulo 6

### Contextualização: breve histórico sobre Pinhão/PR

Liliana Porto<sup>1</sup>  
Dibe Ayoub<sup>2</sup>

**O** município de Pinhão possui um conjunto de características especialmente significativo para se pensar os processos de ocupação territorial no Paraná, pois articula vários dos movimentos de expansão do povoamento oficial do interior do estado com a presença de uma população tradicional significativa. Situado na divisa dos Campos de Guarapuava com as regiões de floresta mista de araucária que ocupam o Centro-Sul do estado (os denominados “faxinais” no sentido ambiental), teve as primeiras ações oficiais de ocupação portuguesa ainda no período colonial, em fins do século XVIII. Foi em área de fronteira dos atuais municípios de Pinhão, Guarapuava e Foz do Jordão (o Porto do Pinhão no Rio Jordão) que Affonso Botelho de Sampaio, em 1771, escreveu “Descoberta dos Campos de Guarapuava”, sendo também aí rezada a primeira missa na região. A partir de então, os Campos de Guarapuava se constituíram como rota alternativa em relação aos Campos Gerais, articulando-se ao processo mais amplo do tropeirismo no sul do país. Também se estabeleceram, na região, várias fazendas, que inicialmente se dedicavam à pecuária e, mais recentemente, à produção em larga escala de grãos, segundo o modelo do agronegócio. Posteriormente, a presença de ervais nativos levou a que a região se inserisse no ciclo da erva-mate e, em seguida, no ciclo madeireiro, através da extração principalmente de pinheiros e imbuías de suas matas – até que a atividade fosse oficialmente limitada por leis ambientais, sendo ambas as

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social pela UnB e professora do Departamento de Antropologia da UFPR. Realizando pós-doutorado no PPGAS/Museu Nacional/UF RJ. Autora dos livros **A ameaça do outro** e **Curitiba entra na roda**.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná. Cursa atualmente doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional/UF RJ.

espécies incluídas na lista oficial de plantas brasileiras ameaçadas de extinção, em 1992, pelo IBAMA. No entanto, a relação com vários dos ciclos econômicos significativos no processo de expansão e consolidação do povoamento oficial no Paraná não resultou em uma “modernização” e imposição de formas produtivas capitalistas a uma parte do atual município de Pinhão (especificamente a área das matas). Parcela significativa do território municipal, nos dias de hoje, é ocupada por uma população tradicional<sup>3</sup> que se constituiu ao longo, principalmente, dos séculos XIX e XX.

As quatro sesmarias que iniciaram o processo de regulamentação pública do território, segundo Passos (1992) e Camargo (s.d.), foram distribuídas nas décadas iniciais do século XIX, e abrangiam a região dos campos<sup>4</sup>. Neste mesmo período, ao abordar o processo de cristianização dos índios regionais, Pe. Francisco das Chagas Lima (1842) conta serem vários os grupos indígenas na região, sendo os Votorões<sup>5</sup>, dentre os índios aldeados, aqueles com maior resistência ao processo de catequização e mais ariscos. Após o relato de uma série de conflitos, faz uma afirmação que aponta a existência de índios na região de Pinhão, e das relações conflituosas entre estes e os colonizadores:

No anno de 1823 a horda inteira dos Votorões (de 100 individuos, mais ou menos) se apartou espontaneamente da aldêa para os sertões da parte do Campo do Pinhão, á distância de 12 leguas, levando consigo duas famílias dos Cames, já baptizados, aonde estiveram incommunicaveis até 1827, em o qual voltaram. N’este tempo todos os solteiros e casados tomaram novas esposas a torto e a direito, continuando na vida irada, apesar de não ignorarem as instrucções que havia recebido do Missionario, que tanto os havia exhortado. As suas occupações eram a dança e a pesca.

A presença indígena surge, assim, em relatos oficiais sobre a história local, como fonte de ameaças ao processo de colonização – não somente no que se refere ao atual município de Pinhão, mas a toda a área dos Campos de Guarapuava. A resistência dos índios regionais à invasão e conquista de seus

<sup>3</sup> A ideia de populações tradicionais é complexa e reúne sob si diversidade significativa de grupos sociais. Seu uso aqui visa apontar dinâmicas específicas da população da zona rural de Pinhão que implicam em formas particulares de pensar o mundo e ser no mundo – como se explicitará nos capítulos seguintes. Acrescente-se que o uso da noção não traz consigo uma concepção romântica de tais grupos, cuja sociabilidade é conflituosa e marcada por uma agonística própria. Além disso, é importante ressaltar a necessidade de reconhecer sua historicidade, rompendo com uma perspectiva que tende a perceber a tradição a partir da referência a uma origem, interpretando mudanças com relação a esse “modelo original” sempre como “perdas”.

<sup>4</sup> Segundo os mesmos autores, com o advento do Império, teria havido nova distribuição de sesmarias, que passam a ser em número de nove.

<sup>5</sup> Subgrupo dos Kaingang.

territórios pelos colonizadores brancos, com um saldo de ataques e mortes significativo, adiou a ocupação oficial dos campos em quatro décadas – sendo as primeiras expedições do início da década de 1770, e só retornando os colonizadores de forma mais sistemática em 1809, com a expedição de Diogo Pinto de Azevedo Portugal (cf. Macedo, 1995). A ameaça, contudo, não se desfez, e ao abordar a vida dos moradores da Fortaleza Nossa Senhora do Carmo, descendentes de um dos primeiros sesmeiros de Pinhão, já no século XIX, Camargo (s.d.) ressalta o risco constante de ataques indígenas, seu número significativo e a convivência tensa entre índios e colonizadores. Ao mesmo tempo, abordando a árvore genealógica dessa família, ressalta a presença de sangue indígena em sua composição – tanto devido ao estupro de uma filha do cacique Guairacá por um colonizador quanto de casamento de outro colonizador com a irmã dela. Neste primeiro momento, podem-se identificar as áreas de campos como o foco da colonização, e as matas como o lugar do domínio indígena.

Após o período inicial de colonização, entretanto, os índios passam a ser desconsiderados nos relatos sobre o atual município de Pinhão. Teriam sido totalmente expropriados, desaparecido do território. Os índios que hoje se veem provêm de municípios vizinhos. Estratégia importante para tal desaparecimento é a mobilização da categoria de “caboclo”<sup>6</sup>. Com esta categoria, há um esvaziamento das características socioculturais dos grupos nativos da região, e sua diluição em um universo mestiço bastante indefinido. Embora alguns autores, como Pocaí Filho (in Bonamigo et al., 2011), identifiquem-nos como o resultado da mestiçagem provocada pela violência sexual de homens brancos contra mulheres índias, não há clareza com relação ao termo, que aparece em vários autores como autoevidente. A definição de Wachowicz aponta tal imprecisão:

O caboclo no sudoeste não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, ter hábitos e comportamentos de sertanejo.

<sup>6</sup> Do ponto de vista estatístico, esta diluição se dá a partir da categoria pardo e sua indefinição no contexto nacional (ou mesmo da categoria branco, pois algumas características indígenas – como cabelo liso e pele mais clara – permitem a autodefinição como branco em alguns contextos e circunstâncias). Assim, segundo o Censo Demográfico 2010, 38,48% dos 30.208 moradores se definiam como pardos, enquanto apenas 3,57% como pretos, 0,24% como indígenas e 56,67% como brancos. A mobilidade local entre a autodefinição como brancos e como pardos se explicita na comparação dos dados populacionais do município entre 1991 e 2010. Assim, segundo o Censo Demográfico 1991, 81,91% da população se definiam como brancos e apenas 15,99% como pardos – percentuais que se alteram significativamente vinte anos depois, sem que tenha havido qualquer movimento migratório significativo para justificar tal alteração (o desmembramento de Reserva do Iguacu não pode ser visto como causa dessas diferenças, pois a população do município desmembrado se declara como menos branca que Pinhão). Em outras palavras, os habitantes de Pinhão passam a se perceber mais como não brancos ao longo das últimas duas décadas.

É como a gente diz, foi criado perto do sertão, chama de caboclo. Porém, o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura (1987b: 85).

O silêncio em torno da presença indígena, bem como sua diluição na categoria de caboclo, vincula-se a um aspecto importante da história oficial de Pinhão: a ênfase nas áreas de campos, e uma invisibilização das regiões das matas e de seus habitantes. Mesmo porque, como distrito de Guarapuava até o ano de 1964, Pinhão tem a história de sua colonização vinculada à do município vizinho. Durante o século XIX, os Campos de Guarapuava consolidaram-se como importante ponto de passagem de tropeiros, que se utilizavam das fazendas para a invernagem do gado que levavam até Sorocaba (SP). O tropeirismo foi a atividade mais importante para a economia local até o final daquele século, quando entrou em crise. A ele se conjugavam as atividades de criação de gado. No século XX, parte considerável dessas áreas passou a ser utilizada para a produção de grãos, permanecendo configurada como o espaço das grandes fazendas da elite regional. Uma parcela dos campos também foi ocupada por imigrantes alemães, que formaram as colônias do distrito guarapuavano de Entre Rios, situado entre Guarapuava e Pinhão. Em 1951, esses colonos fundaram a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios, uma das maiores do Paraná, que trabalha com o plantio de soja, milho e cevada, e com outras atividades agroindustriais. Em Pinhão, atualmente, o milho e a soja representam a maior parte da produção realizada nos campos.

Enquanto essas áreas caracterizaram-se por um povoamento mais planejado, por sua inserção reconhecida na economia regional, e como um espaço de propriedade da elite, os territórios de florestas passaram por movimentos de colonização menos sistemáticos, levados adiante pela conjugação da população nativa com aquela oriunda, principalmente, de diversos lugares do Paraná e dos estados do sul do país – mas também de outras regiões da nação e do exterior. Tal população se dispersou entre os faxinais, a partir do sistema de “terras livres” característico da ocupação das matas mistas de araucária – que consistia na possibilidade do estabelecimento de controle sobre uma área do território a partir da construção da moradia, do estabelecimento de uma “frente” a partir dela e da participação no criadouro comum, com a definição simultânea de uma área de lavoura específica. Em outras palavras, até meados do século XX, em área significativa do atual município de Pinhão, era a posse consolidada através do trabalho o grande legitimador do direito à terra<sup>7</sup>. Embora não haja registros oficiais sobre este processo, as histórias que

<sup>7</sup> Algumas famílias, no entanto, possuíam os títulos de suas propriedades. Mas, por um lado, sucessivos processos de herança não registrados, com a conseqüente fragmentação do território, aliados à ocupação por membros não pertencentes à família, geraram um contingente relevante

circulam pelo município, em especial aquelas vinculadas às genealogias de tradicionais famílias dessas comunidades, indicam que os faxinais pinhãoenses tiveram o início do seu povoamento por não-índios também no século XIX.

Pode-se afirmar, portanto, que o povoamento disperso conjugado à baixa densidade demográfica fez com que na primeira metade do século XX essas áreas permanecessem como fronteiras abertas a novos habitantes. Há famílias que narram histórias de imigrantes europeus isolados que lá chegaram e se casaram com “gente da terra”. Por outro lado, além dos sujeitos que vieram dos estados do sul e de outras partes do Paraná em busca de um novo lugar para se estabelecerem, há relatos de moradores cujos antepassados são remanescentes de inúmeras guerras, tanto específicas quanto genéricas – como, por exemplo, a Guerra do Contestado ou a Revolução Federalista (1893-1895). Um caso de destaque é o de uma das famílias mais antigas de uma comunidade local, que teria fugido da Guerra do Contestado, seguindo de trem até Curitiba, e posteriormente de cargueiro até Pinhão. Nos relatos dos membros desse grupo de parentes, descendentes de pessoas cuja trajetória de participação em guerras inicia-se no período de proclamação da República e se prolonga até a Revolução de 1930, as guerras se confundem, não sendo compreendidas em suas particularidades. Nesse sentido, a vinda da família para o município, e sua consolidação na área onde até hoje permanecem como posseiros, é vinculada a um passado de conflitos e de busca por um território onde pudessem se estabelecer e viver em paz. Há, ainda, vários exemplos de pessoas que possuem objetos vinculados às guerras ocorridas na região entre fins do século XIX e início do XX. Seus descendentes permanecem com espadas, uniformes e outras peças acionadas como memória desses eventos bélicos, marcados na memória pelo sofrimento.

Mas se a dinâmica de povoamento das matas provoca um silêncio da história oficial, é esta a região do município responsável por uma segunda atividade produtiva vinculada ao contexto mais amplo dos ciclos econômicos paranaenses: a extração da erva-mate, coletada nos ervais nativos pela população – os faxinalenses, também caracterizados como “população cabocla” – através de método não depredatório<sup>8</sup>. Atividade que permite aos moradores locais uma importante inserção no mercado exportador do estado, mas, simultaneamente, a manutenção de um estilo de vida próprio, tradicional, que se baseia também na produção para o autoconsumo de produtos agrícolas

---

de posseiros na região, ou seja, sujeitos que “se estabelecem em terras ainda não aproveitadas, quer de proprietários, quer do governo”, e que “estão sujeitos à expulsão quando surgem proprietários com títulos verdadeiros ou falsos” (Queiroz, 2009: 63).

<sup>8</sup> Um sistema muito distinto daquele das obrages, que conjugava a exploração depredatória de erva-mate à de madeira, tendo por base grandes empreendimentos e trabalho escravo, desenvolvida no oeste paranaense (cf. Wachowicz, 1987a)

e animais. Além disso, na medida em que a produção é coletada no local por intermediários, a ocupação pode se dar mantendo o relativo isolamento dos moradores da zona rural, descrito por vários autores como típico da região até meados do século XX (cf. Passos, 1992, Camargo, s.d.).

A cultura e sociabilidade das matas, portanto, se desenvolveu de maneira muito diversa daquela das áreas de campos. Estas últimas construíram-se com sua face voltada para Guarapuava, para uma sociedade mais desigual, marcada pela presença de uma elite proprietária e produtora e um contingente populacional dependente dessa elite. É nesta região que hoje reside parte da comunidade quilombola Paiol de Telha, cujas terras foram expropriadas e se encontram sob o controle da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios. Em que grandes fazendas se conjugam ao agronegócio. Já a população das matas organizava sua produção de acordo com o sistema faxinal – reunião de compáscuo e atividade extrativista nas florestas mistas de araucária com produção agrícola de subsistência em áreas cercadas ou distantes de lavoura.

Sua religiosidade, católica<sup>9</sup>, é marcada por elementos do catolicismo popular paranaense – com a celebração de festas de santo, romarias de São Gonçalo, mesadas de anjo. Uma dessas festas, inclusive, dedicada ao Divino Espírito Santo, seria uma devoção instaurada como agradecimento à possibilidade de fixação ao território da família proveniente da Guerra do Contestado, cuja trajetória foi narrada acima. Acrescente-se a presença da devoção a São João Maria, santo não canônico muito popular por todo o interior do Paraná. A crença no monge é expressa na própria geografia local. Espalhadas pela região estão nascentes que são tidas como lugares onde o monge repousava em suas andanças pelo sul do país. Acredita-se que essas águas são fonte de poderes curativos e de bênçãos, e existe o costume de nelas batizar crianças para livrá-las de doenças como a “tosse comprida”. Outro ponto geográfico que homenageia a passagem do monge pelo município é o Cerro da Cruz, na localidade de Poço Grande, morro onde foi erguida uma cruz e uma estátua em homenagem a São João Maria. As pessoas que vivem em torno desses locais sagrados contam histórias sobre a época em que o homem santo passou por eles, de modo que suas narrativas constroem visões sobre as dificuldades do passado e as profecias do monge para o tempo presente. Há também sujeitos que afirmam ter conhecido o monge e conversado com ele.

---

<sup>9</sup> Embora o número de evangélicos seja relevante no município (13,06% da população, segundo o Censo Demográfico 2010), e os espaços urbano e rural sejam também marcados pela presença de inúmeros templos de várias denominações evangélicas, a predominância católica é inquestionável, totalizando 85,25% da população (enquanto o Brasil apresenta 64,63% de católicos e o Paraná 69,60%). Acrescente-se que, enquanto tanto no país quanto no estado o número de católicos caiu em 9,12 e 7,00 pontos percentuais, respectivamente, na última década, em Pinhão o percentual de população católica permaneceu praticamente inalterado no período (subiu de 85,16% para 85,25%).



Outro aspecto desta sociabilidade é a presença da “valentia”, que muitas vezes se expressa através de atos de violência. Neste sentido, a distinção entre uma valentia positiva, que representa bravura e coragem, e outra negativa, destruidora, não justificável segundo a moralidade local, não é clara. Ambas compõem a imagem do passado que se constrói no presente. Uma delas está presente no texto “Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava” (1842), de Padre Francisco das Chagas Lima. Nele, o autor escreve que os Campos de Guarapuava se localizavam no interior de um território antigamente chamado “Guairá”. Os primeiros sertanistas que por lá passaram caçaram uma arara e amarraram-na pela perna, com uma corrente. Em seus esforços por libertar-se, a ave tenta, em vão, bicar a correntinha para cortá-la. O animal, então, bica a própria perna até arrancá-la fora, e consegue enfim voar para longe. Foi assim que os viajantes deram ao lugar o nome de “Guarapuava”, que significa ave voadora veloz (Lima, 1842: 43). Disposta a arrancar um pedaço de si mesma em nome de sua liberdade, a arara que inspirou o nome da localidade, numa espécie de mito fundador, traz à tona alguns valores que permeiam os ideais dos sujeitos que então colonizaram a região guarapuavana.

Também mobilizadas na afirmação desta valentia/violência são as memórias de práticas passadas de porte de arma pelos homens – tanto armas brancas quanto de fogo. E de seu efetivo uso em situações conflito. Motivo pelo qual encontros mais vultosos representavam (e ainda representam) risco efetivo de integridade física e mesmo vida para os presentes. Mas se as ações de agressão física são muitas vezes motivadas por razões consideradas legítimas – como desrespeito à honra, desafio, vingança –, em certos casos são interpretadas como abuso de poder – tentativa de controle de recursos comuns, assaltos, “maldade”. Como as enumerações acima indicam, o julgamento depende de quem o faz, seu lugar de fala e posição em relação aos envolvidos. É interessante observar que esta característica e as demais vinculadas às matas marcam o perfil da sede do município na atualidade, apesar de todas as mudanças que teriam ocorrido na vila e no território de Pinhão a partir de meados do século XX.

Ao escrever suas memórias, Passos (1992) relata que no início da década de 1940 a atual cidade de Pinhão contava com apenas 17 casas no entroncamento de duas estradas. No entanto, possuía duas casas de negócio, açougue, sapataria, selaria, igreja (onde também funcionava a escola), correio. Também descreve o movimento da cidade nos dias de festas, ou quando havia um grande acontecimento, momentos que reuniam bom número de pessoas vindas do interior. Mesmo o delegado local, autoridade máxima, não residia na cidade, mas no Faxinal dos Ribeiros. Acrescentem-se os relatos e fotos dos “carroções” responsáveis pelas transações comerciais na primeira metade do século XX: traziam sal, açúcar, produtos industrializados, e levavam erva-mate, crina de cavalo, peles de animais nativos. Esses aspectos indicam a

presença significativa de população na zona rural frente à pequenez da vila, e a importância da produção das matas para o comércio local.

A realidade de Pinhão se modificou substancialmente a partir do final da década de 1940, com a instalação da indústria madeireira na região. Principalmente a empresa João José Zattar S/A, que investiu na construção de serrarias e povoados<sup>10</sup> em seu entorno (posteriormente suas atividades se diversificaram com a exploração de erva-mate e negociação de lotes de terras). Sua atuação teve, segundo os habitantes de Pinhão, consequências diversas: por um lado, provocou o crescimento populacional do atual município, o aquecimento da economia – com a compra de pinheiros (que em vários casos se transmutou em compra de terras) e a criação de número significativo de empregos em suas serrarias –, o aumento da população urbana<sup>11</sup>; por outro, intensificou processos de expropriação territorial de moradores rurais, bem como os conflitos e a violência no campo. São inúmeras as memórias da atuação dos jagunços e “*guardas*” da madeireira na intimidação dos membros das comunidades tradicionais<sup>12</sup>.

Os agenciamento e acionamento desses homens de armas, por sua vez, remetem a outros processos de colonização e ocupação de terras no estado, de modo que a presença de jagunços e posseiros em diferentes contextos de conflito fundiário é recorrente na história do Paraná. Entre o contexto descrito, a Revolta de Porecatu<sup>13</sup> (entre a década de 1940 e 1951 – norte do estado) e a Revolta dos Posseiros<sup>14</sup> (1957 – sudoeste paranaense), não só é possível localizar esses elementos comuns, mas também processos sócio-históricos mais amplos, referentes a projetos de desenvolvimento no meio rural, e à expansão do capitalismo agrário pelo sul do Brasil. Assim, embora tenha tido seu auge no início da década de 1990, o conflito em Pinhão participa de uma dinâmica regional mais ampla, que diz respeito não só aos avanços das madeireiras pelo estado, como também às políticas de ocupação

<sup>10</sup> Próximas às serrarias, são construídos povoados. O principal deles, denominado Zattarlândia, é descrito por moradores locais como um lugar de pujança na época áurea da madeireira, com infraestrutura melhor que a da cidade e um movimento de festas e diversões intenso.

<sup>11</sup> Embora o crescimento urbano não se deva exclusivamente à atuação da Zattar, os números das últimas décadas são expressivos: segundo os dados censitários, a população urbana em Pinhão cresce de 15,69% em 1970 para 38,36% em 1980, 30,47% em 1991, 48,35% em 2000 e 50,71% em 2010.

<sup>12</sup> Esta é temática central na dissertação de mestrado de Dibe Ayoub (2011). O uso de grupos armados é explicitado, ainda, na biografia autorizada de Miguel Zattar, embora de maneira indireta: “O pedaço do mundo entre Guarapuava e Pinhão era um mapa da violência no Paraná (...) Dalmo Pinto Portugal, casado com Gilda, sobrinha de Osires, e que viveu por um bom tempo em Pinhão, conta que mandava consertar as armas dos jagunços ou vigias das fazendas dos Zattar. Ele lembra que não cobrava nada pela munição, pelos consertos das espingardas, revólveres, Winchester, entre outras” (Monteiro, 2008: 61).

<sup>13</sup> Conferir: Piori, 2000; Silva, 2006; Silva, 2007.

<sup>14</sup> Conferir: Colnaghi, 1984; Wachowicz, 1985; Gomes, 1986.

e de aproveitamento de terras no Paraná.

A indústria madeireira também esteve envolvida na emancipação do município de Pinhão, desmembrado de Guarapuava em 1964<sup>15</sup>. O primeiro prefeito do município, Osiris Roriz, era gerente das Indústrias João José Zattar, e foi candidato único a partir de acordo estabelecido entre deputados responsáveis pelo processo de emancipação de Pinhão, dentre os quais João Mansur, político e madeireiro de Irati. Este, por sua vez, foi o autor do projeto de lei pela emancipação do município e, segundo Passos, “tinha interesses por aqui, uma vez que era sócio da indústria madeireira denominada Produtora de Madeiras Irati Ltda., aqui localizada” (1992: 50). No entanto, após o evento em que tomou posse do cargo, Osiris Roriz se retirou para a Zattarlândia, onde permaneceu. Após noventa dias, foi deposto de seu cargo, assumido então pelo vice-prefeito eleito Juvenal Stefanos.

A década de 1970 é lembrada como o momento de exacerbação dos conflitos por vários dos moradores rurais, relacionado à intimidação da madeireira no sentido do controle do território – através da obrigatoriedade de assinatura, por aqueles que não possuíam a documentação de suas terras, de contratos de arrendamento<sup>16</sup>, atuação dos jagunços neste sentido e inviabilização das atividades econômicas tradicionais dos grupos. Intensificaram-se as ações de funcionários da madeireira no confisco da produção agrícola e extrativista dos habitantes locais e morte de animais de criação, sua presença ostensiva e intimidatória no entorno das moradias, e, nos casos extremos, o incêndio de casas e paióis e as ameaças de morte. Também neste momento, a empresa passou a vender terras para descendentes de gaúchos do Paraná – em geral filhos não herdeiros de camponeses –, que têm uma dinâmica produtiva distinta (o que traz dificuldades na convivência, principalmente com relação ao sistema de criação de animais soltos). Estes, contudo, também se tornam posseiros, pois processos anteriores de hipoteca de terras pela empresa impediram a regularização da venda das terras.

Os embates com a madeireira se agravaram ao longo dos anos posteriores, o que resultou na organização local da AFATRUP (Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão) em 1987, seguida da consolidação do movimento dos posseiros – contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra através da ação de párocos locais. Nesse contexto, a construção e adoção da identidade de posseiro para definir uma coletividade que tem em comum o

<sup>15</sup> Em 1995, por sua vez, o município de Reserva do Iguazu é desmembrado de Pinhão. Passos (1992) participou pessoalmente do processo de desmembramento de Pinhão do município de Guarapuava e, em seu livro, traz um relato detalhado sobre o mesmo, além da transcrição de vários documentos.

<sup>16</sup> Alguns moradores locais falam em contratos de comodato. No entanto, a descrição da entrega de parte da produção para os funcionários da empresa, muito recorrente na memória, leva a pensar que o modelo dos contratos era de arrendamento, não de comodato.

fato de se considerar, de algum modo, lesada pela empresa, se vincula a um ideal segundo o qual é a posse da terra que define seus verdadeiros donos, e não necessariamente a documentação. Possheiro, então, é um termo que, em Pinhão, abriga uma série de sujeitos em diferentes situações de conflito com a madeireira. Assim, identificaram-se como posseiros sujeitos que viviam na zona rural do município e que foram expropriados de suas terras pelas Indústrias Zattar. Também são posseiros sujeitos vindos de fora de Pinhão, que compraram terras da madeireira, mas não conseguiram obter suas escrituras devido a pendências jurídicas da própria empresa. Além destes, pessoas que se engajaram em um processo de reocupação das áreas tomadas pela firma também se uniram ao Movimento de Posseiros. E, finalmente, indivíduos que pertenciam aos quadros da empresa madeireira também se tornaram posseiros, quando a Zattar entrou em decadência nos anos 1990. O Movimento chegou a contar com cerca de 800 famílias, algo em torno de 3.000 indivíduos<sup>17</sup>, marcados por suas inserções distintas nessa organização social.

O conflito e as situações de violência nele engendradas chegaram a tal ponto que a Assembleia Legislativa do Paraná instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, concluída em 1991, para apurar os casos ocorridos no município. No ano seguinte, a AFATRUP organizou um grande movimento de reocupação das áreas expropriadas, realizado por posseiros e filhos de posseiros, que reconfigurou o quadro de uso das terras locais – tendo como uma de suas consequências a ocupação do território em lotes individuais, cercados, o que inviabilizou o sistema de compáscuo. E, em 1994, dada a visibilidade que os conflitos locais adquiriram no estado, a Comissão Pastoral da Terra realizou a 9ª. Romaria da Terra em Pinhão.

Nas últimas duas décadas o contexto se tornou ainda mais complexo<sup>18</sup>. A madeireira enfrenta uma situação de endividamento e dificuldades financeiras que reduziram muito suas atividades no município, mas continua movendo processos de reintegração de posse contra os posseiros. Suas vilas foram praticamente desativadas: como exemplo, a principal delas, Zattarlândia, que possuía 690 moradores (segundo o Censo Demográfico) em 1991, teve sua população reduzida para 281 moradores em 2000 e 80 moradores em 2010. Atualmente, foi praticamente desativada, com desmanche da maior parte de suas casas. A empresa tentou negociar um vasto território com o INCRA, mas a negociação encontra entraves de difícil solução. Por outro lado, a mobilização política local se diversificou e tornou mais intrincada, com a presença de outros grupos políticos de luta pela terra – o MST (Movimento Sem-Terra),

<sup>17</sup> Dados da Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão.

<sup>18</sup> Cabe ressaltar, aqui, outro empreendimento de grande impacto para o município: a construção, pela COPEL, da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, e, vinculada a ela, de Faxinal do Céu. No entanto, não vamos nos aprofundar nesse processo e em seus impactos.

o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses. Os vários movimentos têm propostas políticas distintas com relação ao uso e aos processos de regularização do território.

Acrescente-se que a redução de possibilidades de emprego no município, aliada à pressão provocada pelo crescimento demográfico das famílias da zona rural e à inviabilidade de acesso à terra devido aos conflitos fundiários e ao fim do sistema de terras livres<sup>19</sup>, provocou a intensificação de processos migratórios, sendo os destinos mais mencionados ao longo da pesquisa Santa Catarina, o centro-oeste e norte do país. Este contexto estimula uma mudança nas estratégias de atuação do movimento, principalmente da AFATRUP, que além da luta pela regularização fundiária cria a CooperAFATRUP – cooperativa independente da associação mas que carrega no nome a marca de sua origem. Segundo seu presidente, João Wilson, ela é uma estratégia importante para que aqueles que, nas décadas anteriores, resistiram e permaneceram no território, possam ter uma alternativa de renda que garanta a sobrevivência no local, sem a necessidade da migração<sup>20</sup>. A cooperativa apresenta crescimento exponencial, tanto no número de associados quanto na quantidade de produtos comercializada, ao longo de seus primeiros anos de funcionamento. Além disso, contribui para visibilizar a produção dos moradores das matas que, por estar fora do mercado, era muitas vezes desconsiderada ao se falar da produção municipal.

Esta breve exposição indica, em síntese, como o estudo da organização social, padrões de sociabilidade, cultura e memória dos moradores de Pinhão representa a possibilidade de compreensão da complexidade da constituição do perfil atual do mundo rural paranaense, na medida em que permite relacionar: 1) ciclos importantes da economia regional (tropeirismo, erva-mate, madeira) com a articulação de povos tradicionais para responder a eles; 2) sistemas de uso comum e familiar da terra com a pressão de empreendimentos em moldes capitalistas; 3) processos de violência no campo e mecanismos de resistência e insurgência dos moradores locais; 4) conflitos entre povos tradicionais com dinâmicas produtivas distintas (faxinalenses x “gaúchos”); 5) diversidade de identidades e estratégias políticas que podem ser mobilizadas pelos grupos tradicionais nos processos de luta pela terra.

<sup>19</sup> As reocupações promovidas pela AFATRUP no início da década de 1990 e as ocupações recentes do MST vão em sentido contrário a esta tendência, pois parte significativa dos ocupantes é de filhos de moradores da zona rural local, que através desses processos garante seu acesso à terra.

<sup>20</sup> É importante considerar, ainda, que é a agricultura familiar a grande responsável pela incorporação da mão de obra ao processo produtivo rural. Assim, segundo o Censo Agropecuário 2006, das 7758 pessoas ocupadas em estabelecimento agropecuários no município, 5850 (75,41%) o faziam em estabelecimentos de agricultura familiar. Acrescente-se que 7233 (93,23%) tinham relações de parentesco com o responsável pelo estabelecimento. Assim, a possibilidade de permanência na terra através do escoamento da produção dos pequenos produtores tem um impacto significativo no sentido de fixação da população rural no território, não somente em relação aos responsáveis pelos estabelecimentos, mas também a outros membros de sua família.

## Referências bibliográficas

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1995. **1858, Viagem pelo Paraná**, Coleção Farol do Saber, Curitiba: Fundação Cultural.
- BALHANA, Altiva, MACHADO, Brasil. 1963. **Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná**, Boletim da Universidade do Paraná, Curitiba: Departamento de História.
- BALHANA, Altiva, MACHADO, Brasil et al. 1968. **Campos Gerais: Estruturas agrárias**, Curitiba: UFPR/Departamento de História.
- BALHANA, Altiva, MACHADO, Brasil, WESTPHALEN, Cecília. 1969. **História do Paraná, vol. I**, Curitiba: GRAFIPAR.
- BONAMIGO, Carlos A. et al. (org.). 2011. **História: Tradições e memórias**, Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão.
- CAMARGO, José S. s.d. **Por Que Nosso Município Chama-se Pinhão?**, Pinhão: Edição do Autor.
- COLNAGHI, Maria Cristina. 1984. **Colonos e Poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná.
- GOMES, Iria Zanoni. 2005. **1957. A Revolta dos Posseiros**, Curitiba: Criar Edições.
- Legislação Relativa à Flora – IBAMA**, Disponível em [http://www.biodiversitas.org.br/floraBr/legislacao\\_da\\_flora.PDF](http://www.biodiversitas.org.br/floraBr/legislacao_da_flora.PDF), acessado em 12/11/2012.
- LANGER, Protasio, MARQUES, Sônia, MARSCHNER, Walter (org.). 2010. **Sudoeste do Paraná. Diversidade e ocupação territorial**, Dourados: Ed. UFGD.
- LIMA, Pe. Francisco das Chagas. 1842 [1809]. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava in **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Tomo IV, n. 13, p. 43-64. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva.
- LUCAS, Karin A. H. 2009. **A Formação dos Educadores como Eixo do Desenvolvimento Curricular: O Projeto de Educação dos Posseiros do Paraná (PEPO)**, Tese de doutorado apresentada ao PPGE/PUC-SP.
- MACEDO, F. R. Azevedo. 1995. **Conquista Pacífica de Guarapuava**, Coleção Farol do Saber, Curitiba: Fundação Cultural.
- MARTINS, Romário. 1995. **Terra e Gente do Paraná**, Coleção Farol do Saber, Curitiba: Fundação Cultural.
- MICHAELE, Faris et. al. 1969. **História do Paraná, vol. 3**, Curitiba: GRAFIPAR.
- MONTEIRO, Nilson. 2008. **Madeira de Lei: Uma Crônica da Vida e Obra de Miguel Zattar**, Curitiba: Edição do Autor.
- NASCIMENTO, José Francisco T. 1886. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil**, tomo XLIX, 267-281. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C.

- PASSOS, Renato Ferreira. 1992. **O Pinhão que Eu Conheci**, Pinhão: Edição do autor.
- PIN, André E. 2011. Moysés Lupion e as Transformações na Cultura Faxinalense em Pinhão/PR in BONAMIGO, Carlos A. et al. (org.) **História: Tradições e memórias**, Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão.
- PRIORI, Ângelo Aparecido. 2000. **A Revolta Camponesa de Porecatu: A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)**. Tese de Doutorado, UNESP, Assis.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 2009 [1963]. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford A. et alli (org). **Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações clássicas**, São Paulo/Brasília:UNESP/NEAD.
- RAMOS, Rene W. 2011. A Resistência Camponesa e a Igreja Católica no Município de Pinhão/PR in **Anais do V Congresso Internacional de História**, realizado em Maringá entre 21 e 23 de setembro de 2011.
- SILVA, Joaquim C. 2007. **Terra Roxa de Sangue: A guerra de Porecatu**, Londrina: EDUEL.
- SILVA, Osvaldo H. 2006. **A Foíce e a Cruz: Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**, Curitiba: Rosa de Bassi.
- VILLAÇA, Antônio C. 1998. **Diário de Faxinal do Céu**, Rio de Janeiro: Lacerda Editores.
- WACHOWICZ, Ruy C. 1987a. **Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense**, Curitiba: Vicentina.
- WACHOWICZ, Ruy C. 1987b. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**, Curitiba: Vicentina.





## Capítulo 7

### *Os posseiros do Pinhão – conflitos e resistências frente à indústria madeireira*

Dibe Ayoub<sup>1</sup>

O município de Pinhão foi profundamente marcado pela exploração madeireira, que, fundamental para a economia paranaense ao longo do século XX, avançou sobre as florestas da região centro-sul do estado na década de 1940. As serrarias trouxeram transformações ao território, ao meio-ambiente, e à vida das populações faxinalenses do município em questão. Junto ao aumento dos lucros madeireiros, ao seu regime de expansão territorial e à diversificação de suas atividades, houve também um processo de expropriação do campesinato local. Este era constituído até então por uma maioria de sujeitos cujos vínculos com a terra se davam por meio da posse de terrenos descontínuos, tendo em vista as características do “sistema faxinal” (Chang, 1988) nessa região do Paraná. A exploração madeireira em Pinhão, da qual as Indústrias João José Zattar S/A foram o grande expoente, teve como uma de suas facetas o conflito de terras entre os empresários interessados nas matas de araucárias e em outras atividades agrárias – tais como a pecuária e a extração de erva-mate -, e os moradores que viviam nas áreas visadas por esses empreendedores.

O conflito com as Indústrias Zattar se caracteriza pela heterogeneidade de situações de luta e de resistência engendradas dentro dele, e por seu avanço ao longo de várias décadas, sendo o início dos anos 1990 o seu auge. Dentre essas situações, destacam-se eventos de violência física contra os posseiros faxinalenses, ameaças de expropriação, queima de residências, confisco da produção agrícola, matança de criações, acusações de roubo de madeira e de erva-mate, proibição do desenvolvimento normal das atividades de produção

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná. Cursa atualmente doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ.

agrícola, destruição de cercas, e outras provocações e atitudes lembradas pela população que as viveu como *desaforos*.

Essas ações ofensivas eram realizadas por homens armados que trabalhavam para a empresa, os quais são reconhecidos como *guardas* ou *jagunços*. Eles formavam uma espécie de corpo de segurança da firma, e eram responsáveis por grande parcela da aplicação dos projetos de domínio territorial. São bastante enfatizados quando os sujeitos rememoram suas experiências ao longo do conflito com a empresa, já que os *jagunços* eram o braço da rede madeireira mais próximo a eles nas comunidades. Tendo em vista essa proximidade, e as particularidades da atuação dos *jagunços*, eles são representativos da instituição de diversos modos de conflito dentro do conflito mais amplo. Ao rememorem as interações com esses funcionários da indústria, os posseiros destacam as diferenças desses homens de armas entre si mesmos, as maneiras com que agiam, e suas próprias visões sobre a elaboração de estratégias de resistência – que passavam inclusive pela avaliação das condutas dos *jagunços* mais próximos, segundo critérios da sociabilidade local.

A discussão proposta neste artigo resulta de trabalho de campo realizado no contexto do Projeto Memórias dos Povos do Campo no Paraná, no ano de 2012, e soma-se a um processo de pesquisa iniciado em 2009, que resultou na produção de minha dissertação de mestrado em Antropologia Social, na Universidade Federal do Paraná<sup>2</sup>. O trabalho de campo caracterizou-se pela observação da atual configuração social e dos modos de ser e de viver dos posseiros de distintas comunidades rurais pinhãoenses, sobretudo localizadas em áreas de faxinais. Por outro lado, as narrativas sobre o conflito tornaram-se ponto fundamental de análise, já que é a partir delas e da pesquisa bibliográfica sobre as madeireiras e outros conflitos agrários no Paraná que a discussão proposta se fundamenta. Alguns dados da biografia de um dos principais administradores das Indústrias João José Zattar S/A, intitulada “Madeira de Lei: Uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar” (Monteiro, 2008), também foram analisados e contrapostos às narrativas dos posseiros e à bibliografia estudada.

O presente texto tem como objetivo compreender algumas estratégias de resistência dos posseiros de Pinhão em suas terras, nessa situação de conflito com uma grande empresa. Para tanto, propõe-se primeiro a discutir a presença madeireira em Pinhão, levando em conta o modo com que as Indústrias Zattar lá se estabeleceram, os principais aspectos sociais e territoriais de seu empreendimento, e a abrangência de sua rede de relações a nível local. A seguir, analisa-se a construção social da figura do *jagunço* e do *guarda* ao

<sup>2</sup> Ayoub, Dibe Salua. **Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2011.

longo do conflito, considerando especialmente quem são esses homens de armas e como atuam, como suas reputações são construídas pelos *posseiros*, e qual sua posição dentro da estrutura madeireira. E por fim, problematiza-se três diferentes possibilidades de resistência ressaltadas pelos *posseiros* em suas narrativas e percepções sobre o conflito fundiário.

## I. A exploração madeireira em Pinhão

A história do conflito de terras em Pinhão remete a práticas típicas da indústria madeireira no Paraná, e tem como ponto de partida fins da década de 1940, período em que se inicia a exploração das matas de araucárias nessa região do estado. Quando o empresário João José Zattar iniciou suas atividades naquela localidade, Pinhão era distrito de Guarapuava, e caracterizava-se pela presença de uma pequena vila, composta por mais ou menos vinte casas, “exatamente na linha onde a floresta encontra os campos”<sup>3</sup>.

Em seus primórdios, o empreendimento de Zattar tinha como principal meio de obtenção de matéria-prima a compra de pinheiros e de outras madeiras de lei de pessoas que possuíam suas próprias terras – fossem essas escrituradas, ou não. Para realizar essas transações, utilizava-se de intermediários, os quais também viviam no município. Eram pessoas que geralmente dispunham de certo prestígio no interior da hierarquia social da localidade, como pequenos fazendeiros, inspetores de quarteirão<sup>4</sup>, comerciantes e coletores de impostos. Por essa prestação de serviço, o intermediário recebia da empresa uma porcentagem do valor da compra de cada árvore. Essas negociações eram seladas por contratos de compra e venda, onde o dono das terras em que estavam os pinheiros comprometia-se a entregá-los. As árvores selecionadas eram marcadas, e o prazo para sua retirada poderia chegar a trinta anos.

Esse tipo de negociação, que tinha por central a compra de árvores, era comum no universo madeireiro paranaense, que a princípio parecia não ter interesse nas terras em que estavam as araucárias, mas somente na madeira em pé (Machado, 1968: 43). Em sua análise das condições de compra e venda de pinheiros pelos madeireiros dos municípios de Tibagi e Imbituva, entre 1947 e 1964, Lavalley (1974: 135) afirma que:

O ponto de partida para compreender essas transações, está em que a terra raramente era pretendida pelo comprador. O objetivo do

<sup>3</sup> Passos, Renato Ferreira. **O Pinhão que eu conheci**. Pinhão/PR: Edição do autor, 1992, p. 15.

<sup>4</sup> Os inspetores, chamados pelos *posseiros* de *delegados*, eram responsáveis pela fiscalização da ordem nas comunidades rurais, resolvendo questões referentes ao respeito das divisas territoriais nos faxinais, assim como casos de brigas, mortes e roubos.

contrato era a aquisição de pinheiros e madeiras de lei, pois a terra não possuía valor para os madeireiros, após haverem sido extraídas as madeiras.

No entanto, os contratos de compra de árvores envolviam mecanismos de obtenção de direitos sobre as áreas em que estavam os pinhais, em espaços de tempo que variavam de dois até trinta anos após a assinatura do contrato. Além de ser obrigado a “ceder” ao comprador o terreno onde estavam as árvores, a fim de que o empreendedor pudesse construir estradas, o vendedor de pinheiros sujeitava-se à instalação de unidades de produção e de beneficiamento de madeiras em sua propriedade, sem direito a qualquer pagamento referente ao uso dela por esses terceiros (Lavalle, 1974: 137).

Se a compra de árvores era uma prática comum entre os estabelecimentos madeireiros no Paraná, a biografia de Miguel Zattar (Monteiro, 2008) ressalta que enquanto comprava árvores, João José Zattar também adquiria terras. Ao falecer, em 1957, João José deixou um extenso patrimônio fundiário para seus herdeiros. Ao longo dos anos seguintes, a indústria madeireira chegaria a ser dona de uma porção territorial considerável do município:

João José, ao longo de muitos anos, não comprara terras, mas árvores. Quando faleceu, suas árvores cobriam milhares de alqueires, parte significativa dos municípios limítrofes a Pinhão. Comprava só a madeira em pé, com contratos de exploração, que iam de trinta a sessenta anos. Ao morrer, deixou para seus filhos um mar de escrituras de compras, entre árvores e retalhos imensos de terra. (Monteiro, 2008: 58).

Se por um lado o interesse dos madeireiros parecia estar somente nas árvores em pé, por outro a obtenção de terras revelou-se fundamental para o desenvolvimento dessas empresas, tendo em vista a construção de estabelecimentos de serragem de toras em meio aos pinhais. O trabalho de campo realizado no município de Pinhão indica que a ênfase que os historiadores que se voltaram à questão da exploração florestal no Paraná dão ao desinteresse pelas terras, oculta, na verdade, procedimentos de expropriação e de angariamento de territórios: se os dados apontam apenas para a confecção de contratos de vendas de árvores, na prática, o modo com que esses acordos eram acionados e selados envolvia muitas vezes a inviabilização da permanência dos supostos vendedores de madeira em seus terrenos. Esse processo, por sua vez, é destacado nas memórias dos habitantes de Pinhão que, de alguma forma, tiveram impasses com as Indústrias João José Zattar S/A.

Em alguns lugares do município, a empresa estabeleceu serrarias, ao redor das quais viviam seus trabalhadores, dentro do terreno da madeireira. O principal desses redutos, Zattarlândia, era fechado por diversos portões. Continha as casas de seus funcionários e administradores, igreja, escola, farmácia, bar, salão de baile, raias para corrida de cavalos, e armazéns que comercializavam produtos para a população de operários que ali morava. Muitos desses produtos eram oriundos das roças e hortas dos moradores do entorno da Zattarlândia, não necessariamente empregados da firma. Além disso, esse reduto possuía uma moeda própria de circulação, chamada “boró”, com a qual a madeireira pagava seus funcionários. Estes, por conseguinte, gastavam seus salários dentro dos estabelecimentos comerciais da Zattarlândia. Essas características não eram peculiares às Indústrias Zattar, mas comuns a outros estabelecimentos madeireiros no Paraná:

Estes núcleos residenciais, com armazéns, clubes, farmácia, etc., tudo pertencente à empresa, são abastecidos em geral diretamente pelos mercados atacadistas metropolitanos onde a empresa tem a sua sede, à inteira revelia do comércio das pequenas cidades regionais. A serraria não se integra na vida da região, permanece nela como um corpo estranho até o dia em que, pelo esgotamento dos recursos florestais locais, é transferida para um novo sítio, levando consigo as realizações complementares (Barthelmess *apud* Machado, 1969: 44).

Situações como esta se aproximam de outras realidades industriais ao redor do mundo e no Brasil, como aquelas descritas por Powdermaker (1962), nas minas de cobre na Rodésia, Nash (1958), em uma empresa têxtil na Guatemala, e Leite Lopes (1978), sobre as usinas de cana de açúcar em Pernambuco. Esses estabelecimentos exercem uma espécie de atratividade sobre os funcionários, na medida em que propiciam uma série de serviços sociais (moradia, acesso à saúde e à educação, redes de lazer e sociabilidade, comércio) à população de trabalhadores. Constituem-se, assim, em unidades industriais, residenciais e administrativas, afetando os que nelas vivem em vários sentidos. Segundo Leite Lopes (1978: 12), ao unir os domínios de trabalho e de residência dos operários, esses redutos industriais introduzem o trabalho na esfera doméstica, fazendo com que as condições de vida e de moradia do trabalhador sejam definidas pela inserção do mesmo no processo de produção da empresa.

Ademais, essa espécie de organização promove uma intersecção entre elementos de dominação burocrática, marcados pela impessoalidade, e porções de comportamento tradicional, tal como nos termos observados por Lopes (1967) em relação ao desenvolvimento de indústrias têxteis na Zona da Mata

mineira<sup>5</sup>. As relações de autoridade e de subordinação constroem-se a partir de regras administrativas comuns a todos e, simultaneamente, da prestação de favores e de bens que criam laços de tipo pessoal entre patrões e empregados. No caso madeireiro, essas prestações de favores e concessões irradiam-se especialmente através dos gerentes dos redutos. Identificados como parte da empresa, que nas falas dos *posseiros* é tratada como *o Zattar*, esses funcionários de maior posição hierárquica tem o sobrenome Zattar adicionado aos seus nomes próprios nas narrativas dos pinhãoenses. São, portanto, reconhecidos como parentes de uma empresa que, por sua vez, é percebida como uma pessoa, representante de uma família. Ressalta-se que a madeireira dispunha de um amplo quadro de funcionários e gestores em Pinhão, e, desde a morte de João José, foi administrada pelos filhos deste e por outros de seus acionistas. Destaca-se também que a família Zattar era oriunda de Curitiba, e passava poucos meses do ano em Pinhão.

A partir da década de 1960, a madeireira começa a adquirir terrenos para além de suas serrarias, chegando a escriturar, em seu nome, algo em torno de trinta mil alqueires de terras<sup>6</sup>. Esse processo girava em torno da compra de terras de herdeiros e do registro, em nome da empresa, de imóveis que não estavam juridicamente regularizados por aqueles que neles viviam. A ausência de registro, de fato, era muito comum nesse período, já que o principal modo de apropriação do território era a posse e que diversas terras eram de uso coletivo. Desse modo, à falta de documentação soma-se outra particularidade local: a territorialidade dos habitantes da região, praticantes do “sistema faxinal” (Chang, 1988; Souza, 2010).

Em Pinhão, o *faxinal* é concebido como o terreno das matas de araucárias, onde pratica-se o extrativismo de erva-mate e de pinhão. Até a década de 1970, o *faxinal* era também o ambiente das terras de uso comum para a criação de gado –majoritariamente bovino e suíno - à solta. É assim que ele se contrapõe às *terras de cultura*, ou *de planta*, localizadas em ambientes de vegetação baixa, muitas vezes próximos a rios e a encostas de morros, reservados exclusivamente para as lavouras familiares. O binômio *faxinal/terra de cultura* também envolvia particularidades residenciais: enquanto no *faxinal* ficavam as principais residências das famílias, nas áreas de lavoura construía-se um *paiol*, habitado nos períodos de plantio e de colheita, e que servia como repositório da produção agrícola. Essa dinâmica territorial particular sofreu diversas modificações ao longo dos anos, sobretudo no que tange ao

<sup>5</sup> LOPES, Juarez Brandão. **Crise do Brasil Arcaico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

<sup>6</sup> Se esse número é oficialmente aceito no município como o total de terras das Indústrias Zattar, há relatos que afirmam que a madeireira chegou a controlar metade das terras de Pinhão, ou seja, cerca de 45 mil alqueires de terras.

uso comum dos *faxinais* e à sazonalidade da residência nos *paioís*. No entanto, as distinções ambientais do terreno e as práticas econômicas características da oposição *faxinal/terra de cultura* permanecem vigentes.

O projeto da madeireira em Pinhão fundamentou-se não só na derrubada de árvores, mas teve como base toda uma diversificação das atividades da empresa. Se nas áreas de *faxinal* ela passou a trabalhar com o extrativismo de erva-mate, nas *terras de cultura* soltou cabeças de gado. No que diz respeito às pessoas que moravam nessas áreas que havia documentado em seu nome, a política da empresa foi estabelecer contratos de arrendamento, segundo os quais os sujeitos não poderiam retirar nenhum material vegetal das terras, e pagariam um terço da produção em troca do direito de continuarem morando lá. Junto a esse movimento madeireiro de obtenção de novas áreas, surgem novos tipos de relações entre a firma e a população rural local. Nesse percurso, é organizado um corpo particular de homens armados que deveriam zelar pelo patrimônio da empresa e garantir, através da vigilância e do uso de força, que os termos da madeireira fossem cumpridos. Esses profissionais, intermediários e parte da estrutura de dominação sócio-econômica da firma, são conhecidos pelas pessoas que relembram o conflito como *guardas* e *jagunços*.

## II. A luta por terras: da construção social do *jagunço*

Nas narrativas dos *posseiros* acerca do conflito, os *jagunços* emergem como elemento chave na construção das visões sobre a empresa, assim como da percepção das transformações que esta gerou ao longo de sua relação com o território e com os moradores de Pinhão. Eles também são acionados para se falar da luta e da resistência dos *posseiros* em suas terras. Representam as ações violentas da dominação territorial madeireira, através das queimas de casas e expulsões de moradores, assassinatos de lavradores, ameaças e tocaias. Por outro lado, nas narrativas individuais, um universo de trânsitos e fluxos entre a empresa e as comunidades aparece como contexto de surgimento e de atuação dos homens armados da indústria. Estes são julgados, avaliados e classificados a partir da posição social do *posseiro* que rememora o conflito, e do modo com que este percebe suas interações com os *jagunços*. Assim, as memórias sobre esses homens de armas trazem consigo a amplitude dos arranjos e laços de sociabilidade engendrados na relação com a empresa.

Considerando “dominação” no sentido weberiano do termo, ou seja, enquanto a “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo” (Weber, 2004: 33), busca-se a seguir discutir como os próprios *posseiros* concebem os *jagunços* e, a partir deles, seu ponto de vista sobre a presença madeireira. Ademais, tendo em vista a proximidade entre *jagunços* e

*posseiros*, e percebendo a presença madeireira como algo que afeta as relações sociais como um todo nesse ambiente<sup>7</sup>, trata-se de compreender esse esquema de dominação a partir das formas de vinculação e da interdependência entre os grupos em conflito (Elias, 2000).

Além das características sociais de construção da pessoa e das experiências dos *jagunços* no âmbito do trabalho, as memórias dos *posseiros* trazem aspectos referentes a um nível mais individualizado, sobretudo no que se refere à relevância da ocupação para a reputação e para o “self” desses homens de armas. Sendo o trabalho de um sujeito uma das coisas pelas quais ele se julga e é socialmente julgado (Hughes, 1971: 338), faz-se necessário compreender como os *posseiros* percebem as inserções dos *jagunços* dentro da empresa, assim como avaliam as maneiras com que estes desempenham a sua função. Tanto quanto os outros operários da madeireira, esses homens de armas também possuem seus próprios dramas pessoais e sociais de trabalho, construindo relações com aqueles que compartilham o cotidiano com eles.

O *jagunço* é caracterizado pelos *posseiros* como um homem que anda a cavalo, armado com revólver e facão, portando um chapéu, e cuja principal atribuição é fiscalizar as terras adquiridas pela empresa. Nos primórdios da expansão da madeireira para além dos territórios de suas serrarias, o *jagunço* cumpria a função de informar os *posseiros* de que as áreas onde viviam estavam agora sob domínio do *Zattar*. Essa informação, entretanto, era seguida pela proposta de um contrato de *arrendo*, segundo o qual o *posseiro* reconhecia viver em terras da madeireira, comprometendo-se a entregar à mesma um terço de sua produção. Esses contratos também proibiam esses trabalhadores rurais de retirarem madeira e erva-mate dos terrenos. Outra de suas características era a imposição de uma série de interdições e de regulações às práticas produtivas costumeiras. Os *posseiros* relatam, nesse sentido, que uma das principais atividades dos *jagunços* era liberar ou proibir os dias e períodos do ano em que poderiam lavar a terra.

O não cumprimento das regras desses contratos – impostos a uma população então marcada por um grande índice de analfabetismo – é considerado pelos sujeitos que viveram o conflito como o principal estopim das ações violentas dos *jagunços*<sup>8</sup>. Por outro lado, o ato de recusa à assinatura poderia ter como

---

<sup>7</sup> Essa compreensão da agroindústria como algo que influencia amplamente as relações dos locais onde se estabelece foi elaborada por Heredia (1988), em seu estudo sobre o processo de estabelecimento e desenvolvimentos das usinas de cana de açúcar em Alagoas, entre as décadas de 1950 e 1970. A autora observa como as usinas mobilizam conflitos em torno da estrutura fundiária, das benfeitorias, e do modo de produção local, assim como provocam deslocamentos na própria hierarquia tradicional dos engenhos e nas relações entre os grandes e pequenos produtores.

<sup>8</sup> O analfabetismo é constantemente destacado pelos *posseiros* como um dos motivos que levaram tantas pessoas a equivocadamente assinarem os contratos, de cujas cláusulas não



conseqüência o despejo seguido da queima da residência, ou a queima sem qualquer chance de recuperação dos bens existentes dentro da moradia. Outras situações de recusa de contrato eram seguidas por uma vigilância intensa por parte dos *jagunços*, que impediam o trabalho da terra e ameaçavam de morte os homens das famílias que não haviam deixado os terrenos em que viviam. Esses processos de resistência se caracterizavam por momentos de extrema tensão, em que era preciso negociar com os *jagunços* demonstrando-lhes um certo respeito, e ao mesmo tempo como que convencê-los, a partir do diálogo, a permitirem a permanência do *posseiro* na terra. Nessas situações, nem todos os *jagunços* atuavam da mesma maneira. Se alguns eram *valentes*, *brabos*, outros eram *amigos* dos *posseiros*. É assim que reputações e trajetórias de relações pessoais encadeiam-se nas experiências do conflito com a madeireira.

Ao analisar conflitos entre indivíduos e coletividades em localidades marcadas por vinganças de família no interior de Pernambuco, Marques (2002: 182) afirma que as reputações são constituídas junto com as interações e, ao mesmo tempo em que são negociadas nas relações sociais, condicionam os termos das mesmas. Essas questões aproximam-se do modo com que os *jagunços* são constituídos e considerados ao longo do conflito fundiário em Pinhão. Quando comentam as histórias dos homens de armas com quem conviveram, ou de quem ouviram falar, os *posseiros* lançam mão de um conhecimento comum que foi socialmente construído acerca desses homens ao longo dos anos, a partir da circulação de histórias no município. Tanto quanto fazem referências a aspectos mais públicos e conhecidos da vida desses funcionários da madeireira, os sujeitos apresentam a sua visão particular da pessoa de que falam, segundo suas experiências de interação com a mesma, ou sua própria visão e avaliação das histórias que ouviram sobre determinado *jagunço*.

Através das especificidades do ato de lembrar e de contar, os *jagunços* mostram-se com várias faces, as quais são representativas de contextos de relações particulares a esses homens, e revelam a efemeridade de sua condição social. Dessa maneira, é bastante difícil ouvir falar de um *jagunço* que segue essa carreira a vida toda. A grande maioria deles foi fadada a viver como tal por pouco tempo, devido a motivos variados: encontro de outra ocupação, ida para outros lugares, conflito com o chefe, morte em serviço. No entanto, há casos de sujeitos que se consolidaram como grandes *jagunços* e, como tal, puderam atingir posições mais altas na hierarquia desses funcionários, chefiando-os, e trabalhando para a empresa até poderem se aposentar.

---

tinham verdadeiro conhecimento. O fato de que mais de 90 % da população não sabia ler estimulou o Movimento de Posseiros e a Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP) a organizarem um grande projeto de alfabetização em Pinhão, o PEPO (Projeto de Educação dos Posseiros do Paraná), durante a década de 1990. Acerca desse tema, ver Lucas (2009).

Ao serem perguntados sobre quem eram e de onde vieram os *jagunços* que ganham corpo em suas narrativas dos embates fundiários, os *posseiros* abrem mais uma vez a possibilidade de reflexão sobre as continuidades e novidades de relações que foram forjadas com o estabelecimento da madeireira em Pinhão. Alguns desses homens de armas vieram *de fora* do município, e muitos deles foram inicialmente empregados como trabalhadores que exerciam funções relacionadas ao corte de madeiras e a atividades nas serrarias. Recebiam, após alguns anos de trabalho, e segundo as avaliações do gerente da firma, a proposta de trabalharem na fiscalização das terras da empresa. Outros *jagunços* são lembrados como sujeitos que foram propositalmente trazidos pela própria indústria para ocuparem esses postos. São tidos como homens que já possuíam um passado de atuação como capangas em outros latifúndios e conflitos fundiários no Paraná e demais estados da região sul, às vezes tendo sido retirados de presídios especialmente para exercer essa função em Pinhão.

Há também o *jagunço* que vem *de dentro* do município. Vários desses homens possuíam a reputação de *valentes*, por conta de suas trajetórias em brigas e vinganças familiares no interior do território de Pinhão. Existe, nesse sentido, uma visão de que determinados lugares, marcados por essas vinganças, eram especialmente férteis para a produção desses homens de armas, devido justamente a sociabilidades e tramas entre famílias que passavam por disputas envolvendo mortes e suas subseqüentes retaliações. Alguns *jagunços* de Pinhão, sobretudo os mais *brabos*, são tidos como oriundos desses contextos de embates violentos entre grupos de parentes ou mesmo entre indivíduos que por algum motivo entraram em conflito.

Através da pesquisa de campo no município, tornou-se claro que essas disputas violentas podem ser desencadeadas das mais diversas maneiras: uma cerca mal colocada, a destruição da cerca do vizinho, a briga por terras, o sumiço de criações, um jogo de baralho no bar – a embriaguez é considerada uma das grandes impulsoras da *valentia* -, uma palavra mal dita numa festa, a disputa por uma moça, enfim, motivos que são tomados como ofensas pelos sujeitos que se engajam nessas tramas. É nesse tipo de situação que se revela um homem *valente*, marcado pela reputação de pessoa que briga com facilidade, criando muitos inimigos. Muitos deles são tidos como *ruins* por natureza, como se tivessem nascido com a capacidade de fazer mal ao outro. Esses justamente são considerados os piores *jagunços de dentro* de Pinhão.

Todavia, há uma outra categoria de *jagunço de dentro* que não é tida como *valente*, mas sim como *amiga* dos *posseiros*. São sujeitos que possuíam alguma relação prévia de parentesco, compadrio, ou mesmo de amizade com aqueles que deveriam vigiar. Essa categoria também é nomeada como *guarda*, termo que é mais utilizado para referir-se aos capangas mais próximos dos *posseiros*, e menos ruins. Por conseguinte, *guarda* é uma categoria que, quando acionada

para referir-se a alguém, revela um certo abrandamento da violência e do abuso característico das ações dos *jagunços*. Ademais, a preferência por utilizar o nome *guarda* para referir-se a um funcionário com quem se tinha uma relação de compromissos e reciprocidades indica respeito, revelando que *jagunço* é um termo pejorativo e, de certo modo, um estigma.

O *guarda* é caracterizado como o indivíduo que entrava nessa carreira *por necessidade*, e não pelos desígnios de uma *natureza má*. Era o homem que estava naquele ofício *pelo salário*, porque precisava garantir sua própria sobrevivência e a de sua família. Ele possui, portanto, uma maior aceitação entre os *posseiros*. O *guarda* é reconhecido como aquele que, por ser *amigo*, permitia que os sujeitos cujas vidas fiscalizava fizessem coisas à revelia do contrato. São lembrados como pessoas que não só autorizavam, mas inclusive não se importavam que as pessoas extraíssem dos terrenos a erva-mate e outros materiais vegetais. Estabeleciam redes de reciprocidades com os *posseiros*, como a troca de alimentos, as visitas, e os laços de compadrio. Eram considerados homens que *não incomodavam*, mas que exerciam sua função de um modo que não chegava a ofender diretamente os *posseiros*, como era o caso de *jagunços* que avançavam sobre os *terreiros*<sup>9</sup> das famílias lançando tiros para o alto e praguejando contra as criações, ações localmente concebidas como *provocações*.

Assim como ocorria com os operários da serraria, *guardas* e *jagunços* também tinham a esfera doméstica de suas vidas invadida pelo mundo do trabalho, de um modo particular à sua categoria. Eles viviam com suas próprias famílias em terrenos e casas concedidos pela empresa, nas áreas que deviam vigiar. Assim, diferenciavam-se dos moradores da Zattarlândia, que não possuíam terras para plantio ou para a criação de gado. Integrados no circuito de vizinhança das comunidades rurais, esses homens de armas também inseriam-se no sistema de produção local e nas redes de trocas de trabalho. Há exemplos de *posseiros* que chegaram a ser empregados por *jagunços* nos períodos de plantio das lavouras, e vice-versa. Além disso, os *guardas* e *jagunços* participavam das redes de lazer estabelecidas nas comunidades, como as festas, bailes e bares. Também participavam da igreja e acessavam as mesmas benzedeiças que os *posseiros*. Suas esposas estabeleciam amizades com as esposas dos *posseiros*, assim como seus filhos. Há, por conseguinte, diversos casos de matrimônios entre famílias de *posseiros* e de *jagunços*, cuja condição social era por diversas vezes muito parecida.

Enquanto moradores da comunidade onde executavam seus ofícios para a madeireira, *jagunços* e *guardas* ocupavam uma posição particular frente aos

<sup>9</sup> *Terreiro* é o nome que se dá ao espaço imediatamente à frente e ao redor da casa, utilizado para o plantio de flores e de árvores, onde se alimentam as galinhas e ficam os animais domésticos (cães, gatos), das famílias de *posseiros*.

funcionários que viviam nas serrarias, possuindo inclusive uma maior margem de autonomia e de liberdade. Eles não se sujeitavam à vigilância de um gerente da firma do mesmo modo que os empregados que trabalhavam no interior do estabelecimento madeireiro. Ainda assim, recebiam ordens e, se podiam permitir que alguns de seus conhecidos tivessem atitudes que contrariavam os contratos de *arrendo*, e ter boas relações com eles, isso se dava somente em ocasiões específicas. Na prática, grande parte dos *posseiros* era submetida a uma vigilância contínua de suas atividades, ao cerceamento de seu modo de vida e ao sofrimento de ameaças.

Por fim, outra figura de ameaça que permeia as narrativas sobre o conflito com a madeireira é a do *pistoleiro*. Homem bastante temido, o *pistoleiro* é o matador que vive na sombra, que só age com o intuito de matar, armando tocaias e seus botes às escondidas. Também é o nome empregado para se falar dos *jagunços* mais perigosos, quando se busca enfatizar a ruindade dos mesmos. Mas geralmente o *pistoleiro* trabalha de empreito, ou seja, é contratado para prestar serviços específicos.

Os diferentes modos com que os *posseiros* caracterizam os homens de armas que trabalharam para a madeireira, assim como sua ênfase nas proximidades e distâncias engendradas nas relações com eles, indicam que o embate fundiário em Pinhão é marcado pelo constante fazer e refazer de novos vínculos e conseqüentemente, conflitos, dentro da configuração de antagonismos mais ampla. Assim, se a luta por terras tem dois lados contrários - madeireira e *posseiros* - , os sujeitos de pesquisa, a partir de suas próprias experiências de vida, demonstram o quanto as adesões e laços que são costurados ao longo desse processo formam um tecido de muitas tramas que se sobrepõem. Suas histórias demonstram que viver o conflito não é simplesmente tomar um partido, mas sim saber lidar com as diversas possibilidades de ação e de tomada de posição existentes, e assim poder favorecer a continuidade de sua permanência na terra, como será discutido na última sessão desse texto.

Considerando essas questões, é possível compreender outro movimento que esteve presente nesse processo de embate: o de *posseiros* que se tornaram *jagunços*, e o de *jagunços* que se tornaram *posseiros*. No primeiro caso, os sujeitos eram impulsionados pela necessidade de obterem uma melhor renda para suas famílias, o que os aproxima da classificação de *guarda*. Não eram considerados como perigosos, mas muitas vezes são lembrados como pessoas que eram amigas, e que até mesmo ajudavam os *posseiros* adiantando-lhes ações que sabiam que a empresa iria levar adiante.

O segundo caso, por sua vez, ocorre majoritariamente no início dos anos 1990, período em que a empresa entra em um complicado cenário econômico, e em que o Movimento de Posseiros inicia uma política de ocupação e de retomada de áreas da indústria. Esse contexto é marcado por um grande

aumento de processos trabalhistas contra a madeireira, e de inseguranças diversas entre seus funcionários. Foi assim que vários deles ingressaram na luta dos posseiros, contrapondo-se à política da empresa e participando dessas ocupações a fim de garantirem para si um pedaço de terra.

Através desses exemplos de mudanças de posição ao longo do processo de conflito, e das diferentes maneiras com que os posseiros caracterizam e percebem suas relações com *jagunços* e *guardas*, tem-se que esse embate é marcado por várias possibilidades de arranjos e de construção de relações. São as características da sociabilidade local, das interações entre diferentes sujeitos em diferentes posições frente à empresa, e do contexto de dominação, que definem os modos com que os *posseiros* compreendem e vivem a intervenção madeireira. Aqui, várias facetas da relação entre autoridade e subordinados aparecem, sejam elas referentes a *jagunços* e à administração da empresa, ou à diáde *jagunços* e *posseiros*. Por outro lado, essa proximidade e as características mais pessoais da dominação da madeireira tem efeitos notáveis nas relações sociais. A ação da empresa na configuração do município é marcante não só porque modifica a estrutura fundiária e o modo de vida dos moradores da região, mas também porque é capaz de transformar, deslocar, abalar certas redes de relações, através das novas opções de alianças e laços que engendra ao longo de sua rede de atuação, estendida no tempo e no espaço.

### III. Modos de resistência dos *posseiros*

Ao longo do processo de consolidação da madeireira em Pinhão, os posseiros elaboraram uma série de formas de resistência aos avanços da empresa, a fim de manterem sua autonomia e de permanecerem em suas terras. A resistência, tal como pretendo discutir a seguir, aproxima-se dos termos de Scott (2002), na medida em que ocorre no cotidiano, manifestando-se com pouco planejamento, evitando confrontações mais diretas com a autoridade e exercendo-se como “uma forma de auto-ajuda individual”. Com isso, não quero retirar a relevância da resistência política coletivamente organizada pelo Movimento de Posseiros. Evidentemente, o conflito de terras foi caracterizado pelo surgimento dessa identidade de luta fundiária, e por modos coletivos e institucionalizados de contraposição e enfrentamento da empresa. Porém, grande parte das narrativas dos *posseiros* sobre os *jagunços* e, conseqüentemente, sobre as interferências da madeireira na vida dos sujeitos, passa justamente por maneiras cotidianas de antagonismo, para fins de permanência na terra.

Esses modos de resistência dizem respeito às formas com que os *jagunços* estavam inseridos na sociabilidade dos posseiros, sendo percebidos e julgados a partir dos termos da “pequena política do cotidiano”, a qual diz respeito a

reputações (Bailey, 1971). Na medida em que a vida em comunidade é marcada pelo conhecimento que seus membros têm uns dos outros, o qual se elabora na vida ordinária e através de circuitos de informações, *guardas* e *jagunços* também são constituídos e avaliados como parte dessas redes. Esses julgamentos definem, como discutido anteriormente, tanto o estatuto que os *posseiros* dão a esses funcionários da empresa, quanto os modos de se portar perante eles e de elaborar projetos de permanência na terra. As narrativas sobre o conflito constroem, assim, diversas formas de compreender e de lidar com a dominação.

Ainda que a grande maioria dos *posseiros* tenha assinado os contratos de arrendo com a empresa, sua motivação era ficar na terra. Mas uma vez assinado o contrato, era preciso lidar com as imposições feitas pelos *guardas* e *jagunços*, que levavam adiante uma política de inviabilização da vida das populações rurais locais. Seus períodos de plantio e de colheita passavam a ser comandados pela empresa, e em alguns casos eram impossibilitados porque a firma também criava gado em certos terrenos que tomara para si. A extração de erva-mate, atividade fundamental para a economia dessas comunidades, também foi proibida.

Além disso, a madeireira inicia, entre fins dos anos 1970 e início de 1980, a venda de terras para sítiantes *de fora* do município. Impedidos de obter a documentação dos seus terrenos, os quais haviam sido previamente penhorados pela empresa, esses novos vizinhos tornaram-se agentes com os quais os antigos moradores tiveram de negociar divisas e usos do território. Muitos deles identificaram-se com a causa dos *posseiros*, já que também se viram prejudicados pela indústria, e acabaram por integrar o movimento político contra ela.

Nesse contexto de transformação da configuração sócio-territorial das comunidades de faxinais, resistência consiste em uma ampla gama de ações. Descreverei três exemplos, os quais têm como fundamento olhares para a presença madeireira, maneiras de se relacionar com essa presença, e modos de construção do ser *posseiro* no interior do conflito. O primeiro exemplo tem a ver com demonstrações de respeito e com uma estratégia de invisibilidade. O segundo se constitui na mescla entre a contraposição e a construção de relações com os *jagunços* e *guardas*, o que permite que o posseiro em questão permaneça em sua terra. O terceiro é o enfrentamento direto, realizado em situações de fortes ameaças a famílias de *posseiros*, no momento em que o movimento social contrário à madeireira já está constituído.

Nas narrativas de sujeitos cuja postura sobre o conflito foi afastar-se da possibilidade de embate direto, há um ditado que sintetiza a compreensão que possuem de suas ações: *se você não é visto, não é lembrado*. Essa idéia, por sua vez, também orienta atitudes perante outras formas de conflito interpessoal, como as brigas em bares e bailes. Significa que em caso de enfrentamentos

em espaços públicos, é melhor se afastar, pois como testemunha ocular do evento, o sujeito se envolve diretamente naquela situação. Por isso, pode ser chamado a depor sobre os fatos vistos, ou até mesmo correr o risco de sofrer ameaças e represálias mais severas. Num contexto em que os *jagunços* eram os responsáveis pela afirmação da autoridade da madeireira perante as comunidades rurais, alguns dos *posseiros* tratavam de demonstrar publicamente o reconhecimento da legitimidade desses homens e da nova ordem fundiária, para manterem-se livres de possíveis desavenças.

Um dos casos que reflete esse tipo de atitude é o do Sr. João, que assinou o contrato e optou por calar-se perante os *desaforos* dos *jagunços*. Morador de sua terra desde antes da entrada da madeireira naquela região do município, ele teve de conviver com as proibições acerca do plantio e do extrativismo, atividades que são consideradas pela população rural como *trabalho*, ou seja, como aquilo que permite o sustento e a autonomia de suas famílias. Paralelamente, porém, João continuava a *trabalhar, escondido*. Por não ter *jagunços* morando muito perto de sua casa, ele não vivia uma vigilância tão intensa do seu cotidiano.

Mesmo assim, realizar atividades interditas era sempre algo muito arriscado. Caso fosse pego, o *posseiro* corria o risco de ser levado até a delegacia, ou mesmo de ser morto. Considerando isso, o Sr. João permanecia calado todas as vezes em que o *jagunço* responsável por aquela área – tido como um homem *terrível* – entrava em seu terreiro dando tiros para o alto e atropelando as criações. Frente a essa atitude, considerada uma ofensa injustificada, João afirma que tinha de *se segurar* para não revidar. Esse tipo de atuação, compreendida pelos *posseiros* como uma provocação sem aparente motivo, realizada justamente para gerar uma reação na parte ofendida e, por conseguinte, um motivo real para que o *jagunço* partisse para cima do *posseiro*, aparece em várias das formulações nativas sobre situações de embate no interior dessa configuração.

É assim que os *posseiros* compreendem certas possibilidades de embate dentro do conflito mais amplo a partir de uma lógica parecida com a “dialética dos desafios e das respostas”, descrita por Bourdieu (2002) em sua análise sobre a sociedade Cabila. Ainda que o conflito em Pinhão não envolva sujeitos em igual posição social, há expectativas acerca de como os *jagunços* atuariam perante determinadas reações dos *posseiros*. O ditado anteriormente citado, então, pode simbolizar modos de resistência em que a invisibilidade, o não chamar a atenção para si mesmo, é o centro da estratégia de permanência na terra. Essas expectativas, porém, são formuladas em um ambiente de imprevisibilidades e de relações ambíguas com esses homens de armas. Desse modo, os resultados dessas interações não são mecânicos, mas muitas vezes produzem resultados inesperados.

Convivendo em silêncio com a presença dos *jagunços* e com as ofensas recebidas, Sr. João foi construindo benfeitorias ao redor de sua residência. Plantou árvores, as quais para ele serviriam posteriormente como emblema do tempo de sua presença naquele lugar. Fez seu cadastro para pagar os impostos sobre a terra, o que para ele comprova que aquele espaço é seu. Além disso, quando o Movimento de Posseiros iniciou a organização da retomada de terras apropriadas pela madeireira, a região onde João vive foi um dos lugares para os quais os *posseiros* se deslocaram. Com o crescimento da população contrária à empresa, organizou-se naquela área um projeto mais coletivo de resistência e de enfrentamento. Foi assim que ocorreu um evento que ficou conhecido como a *expulsão dos jagunços* daquela comunidade, quando os camponeses, armados, conseguiram ferir Carlão, um dos mais *valentes* homens da madeireira. Pouco tempo depois, ele foi morto pelo jovem filho de um homem que havia matado, por conta da desobediência frente às ordens referentes aos períodos de plantio e de colheita.

Outro exemplo de resistência foi narrado pelos filhos do Sr. Sebastião, cuja trajetória pessoal ao longo do conflito foi construída a partir do convívio com os *jagunços*, que habitavam uma casa muito próxima à sua. Nos anos em que teve de conviver com os homens de armas da madeireira, a família de Sebastião conta que cerca de trinta *jagunços* passaram por aquela residência. Por ter se recusado a assinar o contrato, esse senhor passou por intensas ameaças de expulsão de suas terras, onde a madeireira soltou gado, impedindo-o de plantar sua lavoura livremente. Ele então teve de procurar trabalho nas terras de outras pessoas, fora do município de Pinhão. Sua experiência é particular justamente pela proximidade com os *jagunços*, o que permitiu que ele vivesse tanto grandes *desaforos* e *provocações*, como que construísse boas relações com alguns dos homens de armas que passaram por sua comunidade.

Para os filhos de Sebastião, os *desaforos* geralmente correspondiam a atitudes de invasão do espaço de seu pai, e de limitação de sua autonomia. Falam de *jagunços* que amarravam seus cavalos na cruz de cedro, símbolo da religiosidade do *posseiro*, colocada em frente à sua casa. Relembra também que esses homens de armas costumavam matar as galinhas de Sebastião dentro de seu próprio *terreiro*. Impediam o *posseiro* de *trabalhar* e de alimentar suas criações. Frente a isso, o senhor, mesmo ameaçado, tomou atitudes inusitadas. A ocorrência mais enfatizada por seus filhos diz respeito a um dia em que eles estavam na lavoura, ajudando seu pai, quando os *jagunços* chegaram armados, intimidando-o para que parasse com suas atividades. Frente a isso, Sebastião abriu a camisa, deixando seu peito à mostra. Disse-lhes que se queriam matá-lo, que o fizessem de uma vez, mas que enquanto vivesse ele não poderia deixar de sustentar sua família. As crianças, então, abraçaram o pai, e chorando, clamaram a ele e aos *jagunços* que parassem com aquilo. Segundo elas, hoje



adultas, foi sua presença que fez com que os agentes da empresa recuassem, impedindo que algo de grave ocorresse com Sebastião.

As histórias acerca das experiências desse *posseiro* também invocam uma amizade inesperada entre ele e o anteriormente citado Carlão, um dos mais *terríveis jagunços* que passou por Pinhão, cuja reputação de homem *ruim* reverbera sobre as narrativas a seu respeito. No entanto, a família de Sebastião conseguiu, através de trocas de alimentos e das relações cotidianas com o *jagunço* e seus familiares, construir uma relação de *amizade* com o mesmo, rememorado como alguém que nunca *incomodou o posseiro*. Outro exemplo da postura de Sebastião que sustentou sua resistência na terra remete a um evento em que ele salvou um *jagunço*, cujo pé enroscara no estribo do burro em que estava montado, e que estava sendo arrastado pelo animal. Essa situação imprevista fez com que o *jagunço* contraísse uma dívida impagável com o *posseiro*, desistindo de ofender o homem que havia defendido sua vida.

A compreensão que os filhos de Sebastião possuem da luta de seu pai por permanecer no território passa por narrativas que acionam condições de aproximação e de respeitabilidade que sustentam ações e reações por parte dos *jagunços*. Aqui, o discurso da família do *posseiro* se constrói sobre a idéia de que se reagisse às provocações, Sebastião seria morto pelos capangas da empresa. A lógica dos desafios e das respostas, baseada em expectativas que tem a ver com a avaliação do comportamento dos *jagunços* e com a atuação madeireira no município, é também conjugada a uma certa imprevisibilidade dos laços sociais que se formam através das interações entre esses agentes idealmente antagonicos. Não só as atitudes cordiais cotidianas de Sebastião constituem-no como senhor de respeito perante alguns dos homens de armas, mas também o ato extraordinário de salvar a vida de um deles. É assim que, dentro de uma situação de vigilância intensa, ele consegue permanecer em seu território.

O terceiro modo de resistência que ganhou corpo nas narrativas dos *posseiros* diz respeito ao enfrentamento direto, relatado sempre como uma experiência limite, como ataques que são realizados em situações de iminente expulsão dos *posseiros* de suas áreas, e de temor de uma ação mais violenta por parte dos *jagunços*. Como já ressaltado, o conflito de terras foi marcado por diversas situações de queima de casas, uma das quais acarretou inclusive na morte de um bebê. Tiroteios realizados no meio da noite, com a intenção de assustar ou até mesmo de matar os membros de uma família, também são ações rememoradas por diversos *posseiros*. E, por fim, há os casos de assassinatos, perseguições e ameaças diretas de morte, as quais eram publicizadas pelos *jagunços* nas comunidades. Tudo isso contribuía para a instauração de um clima pesado de medo, sobretudo entre as famílias mais ameaçadas.

Várias são as histórias de *posseiros* que faziam rondas noturnas ao redor de suas casas, para vigiar as terras quando sabiam que era possível que os

*jagunços* estivessem planejando queimar a residência ou atirar em sua direção. Esses temores fundamentavam-se em ações anteriores desses agentes da madeireira, e em boatos e notícias que circulavam pelas comunidades. Nessas vigílias dos *posseiros*, as mulheres também participavam ativamente, cuidando dos terrenos para os maridos poderem descansar, ou permanecendo em casa com armas em punho.

Alguns dos enfrentamentos realizados pelos *posseiros* eram executados por uma rede de vizinhos e parentes, e espelhavam-se em ações típicas dos próprios *jagunços*, como é o caso das *tocaias*, ataques realizados de surpresa por homens que estavam escondidos no mato. Esse tipo de ação ganha corpo na década de 1990, quando o conflito atinge seu auge e o movimento social em prol da defesa dos territórios dos *posseiros* é organizado. Se bem sucedidas, elas acarretavam na retirada dos *jagunços* de certas áreas do município, e no fortalecimento da própria coletividade envolvida em torno desses projetos de resistência.

Outras ações, individuais, envolvem o ataque direto a homens da madeireira que já haviam ameaçado ou ofendido determinado sujeito de alguma forma. Como exemplo, há o caso de Carlão, morto por um menino que vinga o pai assassinado pelo *jagunço*. Outra história nesse sentido é a de uma senhora que mata outro dos homens mais *terríveis* da madeireira, após grandes ameaças e ofensas cometidas por ele contra a sua família. Esses casos, que envolvem combates entre pessoas em posição muito desigual, especialmente mulheres e crianças, das quais não se espera esse tipo de reação, são percebidos sob a ótica de que *o mais prevalecido morre pela mão do mais fraco*. É como se o castigo ideal a esses grandes *jagunços* de má índole fosse justamente uma morte inesperada, vinda das mãos daqueles de que não tinham medo.

Em suma, os exemplos de resistência aqui analisados envolvem estratégias pessoais e pouco planejadas de luta cotidiana, que nos casos de João e de Sebastião buscam evitar o confronto direto com os *jagunços*, enquanto que no último caso giram em torno de enfrentamentos em que são agenciados alguns membros de uma mesma comunidade, ou que são realizados individualmente. A dominação é percebida sobretudo a partir da limitação da autonomia dos *posseiros* através da inviabilização de seu *trabalho*, sendo regulada a partir do contrato de *arrendo* e da vigilância dos *jagunços*. Entretanto, a partir das distintas experiências vividas pelos *posseiros*, percebe-se que as ações tomadas por eles nem sempre eram as mesmas, mas tinham a ver com suas redes particulares de relações e com as interações que constituíam com os *jagunços*. É assim que as reputações e expectativas de atitudes são consideradas nessas narrativas.

Ainda que a idéia de uma previsibilidade de comportamentos seja acionada nas narrativas, tem-se que as surpresas e imprevistos são características dessa

configuração. Ela pode ser vista como um “sistema emergente”, gerado através de novas e ambíguas interações entre sujeitos, “todos lutando para interpretar as novas circunstâncias e os atos uns dos outros, e forjando experimental e constantemente noções e relações provisórias” (Barth, 2000: 182). Desse modo, o conflito também envolve a construção de novas possibilidades de relação, permitindo que um *jagunço* muito ruim desenvolva uma *amizade* com um *posseiro*, como o caso de Sebastião, e que *jagunços* possam ser posteriormente incorporados à luta do movimento social, conforme as dívidas que a madeireira contrai com eles. Outra das características desses embates é o desenrolar de ações de violência que não fazem parte da gramática local das brigas em bares e bailes, como os incêndios, as *tocaias*, e a desigualdade dos sujeitos em disputa. Entram em jogo, portanto, novas possibilidades de ação e conseqüentemente, de considerações a serem feitas sobre certas atitudes, as quais ultrapassam uma lógica conhecida, nos termos da sociabilidade local, de procedimento de ofensas e contra-ofensas.

#### **IV. Considerações finais: de resistências cotidianas ao movimento social**

Ao longo da década de 1980, a influência e presença de padres ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Pinhão trouxe novas perspectivas de organização dos *posseiros* por seus direitos territoriais. Com o apoio dos religiosos, em 1987 é fundada a Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), lembrada pelos sujeitos envolvidos no conflito com a madeireira como o primeiro passo na construção de um movimento de luta pela terra. A Associação buscou realizar reuniões nas comunidades rurais e estabelecer vínculos e contatos com partidos políticos e advogados, a fim de buscar novos caminhos de resolução dos impasses fundiários. Em 1991, oficializou-se o Movimento de Posseiros, com o apoio da CPT, do Frei Domingos Hellmann, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Fundação Rureco. A AFATRUP chegou a ter oitocentas famílias cadastradas, mantendo atualmente cerca de seiscentas.

Em 1992, o Movimento de Posseiros inicia a reocupação de áreas da madeireira. Esse é um momento bastante tenso para os *posseiros*, lembrado como muito perigoso, devido ao aumento das perseguições, ameaças e assassinatos. Além dos seus tradicionais capangas, a empresa organiza uma equipe de seguranças armados e uniformizados, que faziam rondas em veículos automotores e fiscalizavam as atividades dos membros dos movimentos sociais.

Além das reocupações realizadas por *posseiros* e seus descendentes, esse contexto também é marcado por desequilíbrios na administração, nas relações

entre os sócios, e nas finanças da indústria, proliferando-se suas dívidas. Em 1994, o parque fabril que a empresa possuía em Guarapuava é fechado, e a madeireira passa a concentrar-se em Pinhão. Nessa época, são acionados cerca de quinhentos processos trabalhistas contra a Zattar (Monteiro, 2008: 163).

A partir desse período, o Movimento de Posseiros e a AFATRUP passam a envolver-se com instâncias jurídicas e governamentais, com o objetivo de resolver os impasses sobre as terras. Investem em processos de usucapião – barrados por processos de reintegração de posse feitos pela empresa, e na demarcação de lotes individuais para as famílias em conflito com a madeireira, tendo como horizonte processos de regularização fundiária nos moldes da reforma agrária. Ainda nos anos 1990, conseguem regularizar a área conhecida como Quinhão 1-G, no Faxinal do Ribeiros, onde vivem oitenta e sete famílias.

Desde 2006, as Indústrias Zattar e os *posseiros* buscam resolver as questões de terras através do INCRA, com o qual a empresa vem desde então tentando negociar a venda de 21 mil hectares de terras em Pinhão. Em dezembro de 2012, porém, a situação ainda não havia sido solucionada. Naquele mês, ocorreu uma audiência pública no município, onde o órgão federal propôs aos interessados o processo de desapropriação por interesse social, que deverá ser levado adiante. Enquanto isso, os *posseiros* que resistiram à expropriação permanecem em seus territórios, atualmente divididos em lotes individuais, sem terem os documentos das terras. Se a situação está mais calma, já que não há mais *jagunços* e nem o peso dos contratos sobre suas costas, os *posseiros* convivem agora com a angústia de não terem os títulos de suas propriedades. À angústia soma-se o medo, sempre presente, de que a própria empresa ou outro agente de fora possa colocá-los novamente numa situação de riscos e limitações, como a que viveram por tantos anos.

## Referências bibliográficas

- AYOUB, Dibe Salua. **Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2011.
- BAILEY, F.G. "Gifts and Poison". In: **Gifts and Poison**. Oxford: Basil Blackwell, 1971, pp.1-25.
- BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 167-186.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática. Precedido de três estudos de etnologia Cabila**. Oeiras: Celta, 2002 [1972].
- CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- HEREDIA, Beatriz. **Formas de Dominação e Espaço Social**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- HUGUES, Everett. **The sociological eye (selected papers)**. Chicago: Aldine-Atherton, 1971.
- LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1974.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LOPES, Juarez Brandão. **Crise do Brasil Arcaico**. São Paulo: DifusãoEuropéia do Livro, 1967.
- LUCAS, Karin Adriane Hugo. **A formação dos educadores como eixo do desenvolvimento curricular: o Projeto de Educação dos Posseiros do Paraná (PEPO)**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2009.
- LUZ, Cirlei Francisca Carneiro. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava (1915-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1980.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação Histórica. In: BALHANA, Altiva Pilatti et alli (org.). **Campos Gerais: Estruturas Agrárias**. Curitiba: Edição do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 1968.
- MARQUES, Ana Cláudia. **Intrigas e Questões**, Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2002.
- MONTEIRO, Nilson. **Madeira de Lei: Uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar**. Curitiba: Edição do autor, 2008.

- NASH, Manning. Machine age maya. The industrialization of a Guatemalan community. The American Anthropological Association, Memoir n. 87, 1958.
- PASSOS, Renato Ferreira. **O Pinhão que eu conheci**. Pinhão/PR: Edição do autor, 1992.
- POWDERMAKER , Hortense. **Copper town, changing Africa. The human situation on the Rhodesian Copperbelt**. New York: Harper Colophon Books, Harper & Row Publishers, 1962.
- SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. In: **Raízes**, vol. 21, nº01, Campina Grande, jan-jun 2002, p. 10-31.
- SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B., SOUZA, Roberto M. de. 2009. **Terra de Faxinais**. Manaus: UEA, 2009.
- (\_\_\_\_\_.). **“Na luta pela terra, nascemos faxinalenses”**: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais”. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2010.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, vol.1**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

## Capítulo 8

### Memórias de um mundo rústico: narrativas e silêncios sobre o passado em Pinhão/PR

Liliana Porto<sup>1</sup>

**A** proposta deste capítulo é elaborar uma reflexão em torno de como os moradores de Pinhão/PR – principalmente aqueles residentes nas áreas de matas – constroem suas memórias sobre o passado local. Pretende discutir quais as temáticas mais recorrentes em seus discursos, bem como os períodos selecionados para elaborar narrativas sobre sua história. Para tanto, tem como base de sua análise três tipos de materiais distintos: 1) quatro textos escritos por moradores do município sobre sua história, tendo sido dois deles publicados – **O Pinhão que eu conheci**, de Renato Passos (s.d.)<sup>2</sup> e **Por que nosso município chama-se Pinhão?**, de José Silvério de Camargo (s.d.)<sup>3</sup> – e os outros dois – **Faxinal dos Ribeiros**, elaborado pela equipe da Escola Rural Municipal Norberto Serápio, e a **Agenda** de João Oliverto de Campos –, vindo a público pela primeira vez neste livro; 2) 141 redações de alunos do 6º. ao 8º. ano da Escola Estadual Rural Izaltino Bastos, produzidas em atividade da disciplina de História, em outubro de 2012<sup>4</sup>; 3) entrevista realizada com

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia pela UnB e professora do Departamento de Antropologia da UFPR. Realizando pós-doutorado no PPGAS/Museu Nacional. Autora dos livros **A ameaça do outro e Curitiba entra na roda**.

<sup>2</sup> A primeira versão do livro foi publicada em 1992, em edição do autor, e se encontra disponível na Biblioteca Pública do Paraná apenas para consulta. A segunda versão não foi publicada. Agradeço a Eliana Rocha Passos, filha do autor, que fez a gentileza de me enviar sua versão digital via internet.

<sup>3</sup> Este livro foi publicado postumamente pela neta do autor, Neusa Maria Amaral Camargo Almeida, que também contribuiu com pesquisas suplementares e com a coautoria do texto. Foi através dela que conseguimos ter acesso a um exemplar. Embora não conste a data de publicação, o então prefeito era Osvaldo Lupepsa, que esteve no cargo entre 1997 e 2004.

<sup>4</sup> Agradeço à Profa. Alexandra Portella e ao diretor da E. E. Izaltino Bastos, Prof. Vândir Orzechowski, não somente pela possibilidade de desenvolver esta atividade, mas também pelo apoio dado à pesquisa de forma mais ampla. E, através deles, a toda a equipe das Escolas Rurais Norberto Serápio e Izaltino Bastos.

D. Joana<sup>5</sup>, antiga moradora da zona rural de Pinhão e hoje residente em área periférica da cidade.

É importante ressaltar que a interpretação que se propõe do material analisado, significativamente diverso, não busca preencher lacunas de uma “história oficial” do município, ou dar voz aos “excluídos” do discurso oficial, ou ainda tentar “descobrir a verdade oculta” sobre os conflitos fundiários que marcaram e ainda marcam o cotidiano de Pinhão. Tendo por base as reflexões de Pollak (1989, 1992) e Portelli (1981, 1991, 1996, 2010), compreende que os discursos sobre o passado apontam a maneira como, no presente, se lida com este passado. Neste sentido, silêncios, deslocamentos, imprecisões, a opção por determinadas temáticas e ênfases narrativas são, muitas vezes, mais significativos que um discurso que coincide com registros documentais e que comprova sua “precisão” frente aos “fatos”. A representação do passado, em outras palavras, é necessariamente uma seleção de aspectos e eventos de outro tempo para a construção de uma perspectiva tanto do tempo antigo quanto do atual. Além disso, a ausência de alguns temas, aspectos ou períodos nas narrativas sobre o passado não apontam sua irrelevância – ao contrário, podem mesmo indicar a força da memória e uma avaliação das consequências dos relatos no presente e no futuro. Silêncio não é sinônimo de esquecimento – embora também possa ser – e é o conhecimento do contexto de vida dos narradores, bem como de enunciação das narrativas, que permite interpretar tanto o dito quanto o não dito.

A análise seguinte, portanto, permite perceber como a população local não somente reflete sobre seu passado, mas, a partir de suas narrativas e silêncios, constrói possibilidades de presente e de futuro. Com efeito, os raros trabalhos acadêmicos sobre Pinhão referem-se às últimas décadas de sua história, com destaque para a presença da madeireira João José Zattar S/A na região, os conflitos a ela vinculados e projetos de resistência e organização dos moradores locais para se defender do processo de expropriação e expulsão do território (cf. Ayoub, 2010; Pin, 2011; Gonçalves, s.d.; Lucas, 2009; Francesconi, s.d.). Já os relatos locais tendem a enfatizar período mais remoto, caracterizado pela rusticidade mas também pela autonomia, apresentando relativo silêncio em torno das últimas décadas e dos conflitos e eventos, vividos como humilhações, que marcaram o cotidiano dos moradores locais. As histórias familiares, por sua vez, ocupam lugar de destaque no conjunto de narrativas analisadas, e a várias delas se vinculam relatos de “guerras” – tanto específicas quanto indefinidas, em geral como pano de fundo da trajetória de um ancestral remoto, antes de sua chegada a Pinhão. A compreensão das estratégias de

---

<sup>5</sup> Devido às tensões relativas aos temas tratados na entrevista, optou-se pela adoção de um nome fictício para a entrevistada.



referência ao passado traz para a discussão, ainda, a presença da valentia/violência<sup>6</sup> tanto nos relatos sobre a história local quanto no cotidiano, e indica as dificuldades presentes nos processos de negociação de conflitos. Evidencia-se, assim, que o silenciamento sobre o passado recente não é o resultado de seu esquecimento. Ao contrário, parte de uma avaliação das consequências da memória na manutenção de tensões graves, e em sua possível perpetuação no futuro<sup>7</sup>. Principalmente na medida em que os sujeitos envolvidos em tais processos ou seus descendentes convivem em espaços comuns no dia a dia.

Assim, para compreender os processos de construção dos discursos sobre o passado, é necessário ter em mente alguns aspectos básicos da dinâmica social local ontem e hoje. Não com a pretensão de contrastar uma “objetividade” academicamente construída à “subjetividade” dos narradores, mas apenas de fornecer um quadro de referência, também este construído através de seleção e a partir de pesquisa de campo e das próprias narrativas, para que as diferentes valorizações de aspectos do passado adquiram sentidos próprios e as interpretações se tornem mais fundamentadas. Embora esta empreitada tenha sido enfrentada em capítulo anterior, retomarei a seguir pontos que me parecem essenciais.

A compreensão do contexto de Pinhão na atualidade precisa levar em conta uma divisão básica das áreas do município entre os campos e as matas. Tal divisão se estabelece a partir das características ambientais do território – que definiram, por sua vez, processos diferenciados de povoamento, atividades produtivas diversificadas e a formação de contextos socioculturais particulares. Além disso, ela estabelece proximidades específicas com outras áreas do estado: assim, a região de campos do município se vincula tanto histórica quanto atualmente a Guarapuava (estando inclusive voltada, em termos de

---

<sup>6</sup> A avaliação do caráter positivo ou negativo de situações de enfrentamento de perigos e demonstração de força não é simples, e os dois termos, o primeiro apontando uma positividade e o segundo uma condenação moral, são significativamente próximos.

<sup>7</sup> Uma notícia publicada no Jornal Fatos do Iguçu em 05/04/2013 exemplifica como a memória de um passado conflituoso pode ter consequências graves no local. Segundo o jornal:

**“Homem que matou pinhoense com cinco tiros e o degolou está preso**

Em janeiro, dentro de um bar da avenida Trifon Hanyasz, principal avenida de Pinhão, Rosemar de Jesus Pereira, de 25 anos, assassinou com cinco tiros o antigo desafeto Claudinei Martins. Depois, levou o corpo para a calçada do estabelecimento e, com uma faca, fez um profundo corte no pescoço da vítima.

Ainda em janeiro ele se apresentou à delegacia, disse que o motivo seria uma vingança, planejada há muito tempo. “Ele disse que o Claudinei teria atirado no seu abdômen há mais ou menos cinco anos. Ele não se esqueceu e ficou com essa amargura até agora. O autor confessou o crime em detalhes”, afirmou o delegado da Polícia Civil, Luiz Alberto Vicente de Castro. O autor afirmou ainda que tinha perdido a arma do crime durante a fuga.

Como não foi caracterizado o flagrante o homicida aguardava a decisão da Justiça em liberdade. Mesmo assim, o delegado pediu a prisão preventiva e desde o dia 26 de março, ele se encontra preso na Delegacia de Pinhão, à disposição do Poder Judiciário” (disponível em <http://www.jornalfatos.com.br/modules/news/article.php?storyid=3573>).

contatos e transações comerciais, para o município vizinho); já a das matas tem um processo de povoamento e uma sociabilidade que remetem ao sudoeste do Paraná, inclusive no que se refere às principais atividades econômicas e aos conflitos territoriais e ambientais delas decorrentes. Acrescente-se que, apesar de haver um discurso de que a região dos campos é a grande representante do “progresso” local – com suas fazendas e, atualmente, o agronegócio através de grandes cooperativas de produção de grãos –, o perfil da sede do município é muito mais marcado pela presença da população, da sociabilidade, e inclusive das tensões e conflitos característicos da região das matas.

Pensando nesta divisão e em suas consequências, cabe ressaltar que o povoamento oficial do território ocorreu a partir da ocupação colonizadora dos Campos de Pinhão – que compõem o conjunto dos Campos de Guarapuava. Devido às atividades do tropeirismo e à criação de gado bovino, equino e mular, foi este o foco das expedições dos séculos XVIII e XIX – dentre as quais se destaca a de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, responsável por uma fixação mais efetiva de colonizadores no lugar. Ao povoamento oficial acompanhou, ainda, a ação dos representantes da igreja católica, que instauraram a catequização dos povos indígenas como um dos objetivos da expansão do domínio português/nacional. Bem como a formalização do direito à terra para um grupo específico: dos colonizadores que se tornam sesmeiros, a partir de ato da administração central da colônia e posteriormente do império. Da perspectiva desse grupo, então, a área das matas será simultaneamente um local de atração do “gentio”, a fim de que se converta ao catolicismo (e também que possa servir de mão de obra para o projeto colonizador); e, principalmente, um espaço de perigos, tanto sociais quanto naturais – pois que local de feras selvagens, mas também dos indígenas cujo ataque às fazendas e povoados instaurados pelos colonizadores representa um risco constante.

Já a área das matas – que compreende não somente as florestas mistas de araucária, mas também os espaços de matos menos densos e região das beiras dos rios, denominadas localmente capoeiras – possui muito menos registros da formação de sua população, e não se inclui na história oficial até meados do século XX. Isto porque o adensamento populacional aqui se deu de maneira muito menos sistemática e controlada pelo Estado, na medida em que se baseava na ocupação pela posse de parcelas de “terras livres”. Embora a ausência de registros implique em uma precisão menor, é possível levantar alguns aspectos que a caracterizam: uma população formada por descendentes dos indígenas regionais (normalmente não nomeados, mas que podem ser identificados com aqueles ditos “do lugar” mesmo em contextos com profundidade temporal de mais de um século), descendentes dos colonizadores dos campos, e migrantes nacionais e internacionais que chegaram a Pinhão

através de trajetórias muito diversas. Organizavam-se produtivamente segundo a lógica do “sistema faxinal”: o estabelecimento de grandes áreas abertas, no interior das florestas de araucária, em que construía suas moradias, criavam animais de grande e pequeno porte e faziam extração de madeira, pinhão, erva-mate e outros produtos; e áreas de lavouras familiarmente controladas e separadas do criadouro comum por cercas, acidentes naturais ou significativa distância das áreas de residência, criação e extrativismo. Nestas áreas, em geral, eram construídos paióis para o armazenamento da produção agrícola, abrigo dos trabalhadores e, em alguns casos, moradia durante alguns períodos do ano de intensificação do trabalho na roça.

Nas matas as madeireiras concentraram, a partir da década de 1950, suas atividades. Com destaque para a madeireira João José Zattar S/A, que durante um período chegou a (tentar) controlar mais da metade do atual território do município de Pinhão. Esta, segundo a biografia autorizada de um de seus donos, iniciou suas atividades comprando as árvores que lhe interessavam, principalmente pinheiros. Da compra, eram lavradas escrituras, assinadas pelos proprietários dos terrenos em que elas se encontravam. Na memória, há registros de compras em que os donos, pensando assinar a escritura das árvores, teriam assinado documentos de venda de suas terras, sendo expulsos das mesmas. Posteriormente, as posses passaram a ser ameaçadas, quando a empresa iniciou um processo de reivindicação de propriedade de terras há muito ocupadas, mas cuja ocupação não era formalizada – tendo em vista ter ocorrido no sistema de “terras livres” a que se fez referência.

A madeireira implantou uma grande estrutura no município a fim de realizar suas atividades extrativas, com a edificação de vilas em torno de suas principais serrarias, uma delas com o nome de Zattarlândia. Nesta última, uma formação de cidade: igreja, escola, comércio (descrito por moradores locais como mais consolidado que o do povoado de Pinhão), transporte, um conjunto significativo de casas organizadas segundo a hierarquia de seus ocupantes, quase 600 habitantes no início da década de 1990 (segundo Censo Demográfico). Suas chegadas e saídas eram controladas por cancelas ao longo da estrada. Também criou uma moeda própria, aceita no comércio das vilas, com a qual pagava parte do salário de seus funcionários. E, ainda, um corpo de funcionários armados – oficiais e não oficiais, os “guardas” e os “jagunços” – responsável por impor as normas da empresa, controlar as atividades dos moradores das regiões em ela que atuava e, em vários contextos, (tentar) expulsá-los de suas terras.

Embora inicialmente voltada para a extração de madeira, a empresa – personificada no vocabulário local por ser tratada como “o Zattar” – decide expandir suas atividades após um período, passando também a explorar a erva-mate e a comercializar terras. Para tanto, instaura um sistema de controle

e expropriação que, segundo Hamilton José da Silva, líder faxinalense local, pode ser sintetizado no tripé “jagunço, contrato e cerca”. Consiste, em linhas gerais, na afirmação de propriedade sobre vastas áreas territoriais controladas há décadas pela população local (embora sem documentação oficial), através da inviabilização dos modos de produção tradicionais, a não ser que os ocupantes assinassem contratos de arrendamento com um representante da madeireira. Este, em geral armado e caracterizado como “jagunço” pelos moradores locais, conseguia a assinatura dos contratos através da força. Caso houvesse recusa em tal assinatura, o resultado da produção do morador era confiscado – seja agrícola ou de extrativismo. Criações eram mortas ou machucadas. Em caso de enfrentamentos maiores, a vida dos moradores era colocada em risco, casas e paióis incendiados. Acrescente-se a esse sistema o fim das “terras livres” e o surgimento das cercas, que representaram o término dos espaços coletivamente explorados e administrados.

A tal quadro se conjugou a venda de terrenos para fazendeiros e pequenos proprietários vindos de fora. No caso de fazendeiros, a venda foi normalmente marcada pela intensificação dos conflitos no sentido de expulsar os moradores tradicionais de suas terras. Já no dos pequenos proprietários – muitos deles não herdeiros de famílias de camponeses do oeste do estado, descendentes de gaúchos –, as terras vendidas estavam previamente hipotecadas pela empresa, trazendo a impossibilidade de ter acesso ao documento das terras, apesar da compra. A chegada dos “vindouros” estabeleceu, por um lado, nova tensão com os moradores locais, devido às diferentes concepções de produção dos dois grupos – o primeiro tendo como base de seu sistema a agricultura e a criação fechada, e o segundo a lavoura protegida e a criação aberta de animais. Gerou, também, uma nova categoria de “posseiros”: não mais aqueles que não possuíam documentos de propriedade por terem ocupado o território no sistema de terras livres, mas também aqueles que, embora comprando suas terras, não tiveram acesso aos documentos devido às irregularidades no processo de venda.

As tensões se intensificaram a partir da década de 1970, com a organização da Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão na década de 1980 e a consolidação do Movimento dos Posseiros de Pinhão na década de 1990. Para tanto, a atuação da igreja católica, através de seus representantes na cidade, foi fundamental. Bem como a abertura política do Brasil. O movimento, por sua vez, iniciou no princípio da década de 1990 um processo de reocupação de áreas cujos moradores haviam sido expulsos pela ação da madeireira. Os conflitos se tornaram mais violentos, o que provocou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Paraná a fim de apurar a violência em Pinhão, e levou a que a Romaria da Terra fosse realizada, em 1994, na cidade. Já a madeireira moveu uma série de

processos de reintegração de posse contra os ocupantes – vários deles ainda em andamento, com a ameaça constante aos moradores de precisarem, a qualquer momento, sair do território onde vivem. O movimento de posseiros, como resposta, buscou apoio em outros movimentos nacionalmente constituídos, que se instalaram no município: o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Além disso, já no século XXI, Pinhão se torna um dos primeiros articuladores do movimento faxinalense, organizado através da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, e que dá origem à Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais. O contato entre os representantes dos vários movimentos e os projetos políticos de cada um deles compõem um quadro complexo. Um último aspecto relevante: a AFATRUP, nos últimos anos, tem suas atividades reduzidas, e dá origem à CooperAFATRUP, cooperativa que comercializa os produtos dos moradores da região das matas, e que teve crescimento exponencial desde sua fundação.

Por outro lado, nas últimas décadas, a madeireira vive um período de decadência e desativação local. A Zattarlândia, que já se encontrava esvaziada e parcialmente em ruínas há alguns anos, em 2012 foi praticamente desmontada. Suas casas de madeira foram ou entregues para funcionários como parte do acerto final, ou vendidas para terceiros. O escritório, em escombros, permite ver uma enorme quantidade de papéis em decomposição, sujeitos à ação do tempo. A maioria dos funcionários foi demitida, as atividades reduzidas a um mínimo, o grupo armado que a empresa mantinha parou de atuar e os processos de interferência direta na vida dos moradores locais praticamente cessou. Permanecem as ameaças de reintegração de posse e a tentativa do movimento dos posseiros de que o INCRA adquira os territórios ocupados e formalize o direito dos moradores locais a eles. E um aspecto importante: várias famílias anteriormente ligadas à Zattar continuam vivendo na cidade, em atividades e relações diversas com os demais moradores: colegas de trabalho, alunos das mesmas turmas, vizinhos, professores, comerciantes, etc.

Mas a região das matas é marcada por outra atividade relevante, e que afeta o perfil do município: a construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia pela COPEL, inaugurada em 1980 e a maior do Paraná ainda hoje (2013). Esta também provocou expulsão de população tradicional de suas áreas de origem e a inundação de vários hectares de terra. Por outro lado, fez com que parte dos habitantes do município, empregados nas obras, passasse a ter uma inserção no mercado de construção de hidrelétricas, deslocando-se pelo país em trabalhos do gênero. E levou à construção de Faxinal do Céu, uma vila bem estruturada que no governo Jaime Lerner, a partir de um convênio com a COPEL, se tornou o local de funcionamento da Universidade do Professor – responsável por cursos de capacitação de professores da rede pública estadual de ensino, de cursos para indígenas do Paraná e de outras atividades de formação. Embora

muito conhecida no estado, principalmente pelos profissionais da educação, a Universidade do Professor não fez com que se soubesse mais sobre o município de Pinhão, ou que houvesse uma maior interação entre os frequentadores de Faxinal do Céu e os habitantes locais. Foi fechada no início do mandato Beto Richa, em 2011, com consequências danosas significativas principalmente para proprietários comerciais e funcionários locais que trabalhavam para as empresas prestadoras de serviços para a Secretaria de Educação do Paraná. Já os impactos mais amplos das hidrelétricas não foram bem explorados pela equipe do projeto Memórias dos Povos do Campo.

O esboço acima, embora simplificado, permite perceber a complexidade do contexto de Pinhão, oferecendo um quadro a partir do qual orientar as interpretações do material que será analisado a seguir. Aponta dinâmicas que resultam em mudanças expressivas ao longo do último século, com agentes diversificados e conflitos múltiplos e de alto grau de intensidade. O investimento de moradores locais no sentido de narrar sua história permite ver a complexidade sob outra perspectiva: da agência dos sujeitos na construção de seu passado, a partir de seu presente e de sua projeção de futuro – construção esta que, por sua vez, é também um elemento chave na elaboração do presente e do futuro. A análise a seguir propõe trazer para o leitor um pouco desse processo, tendo por base a consideração de relatos múltiplos e variados sobre o Pinhão de outros tempos.

## 1. O que se escreve sobre o próprio passado

Pinhão conta, entre seus moradores, com autores que se dedicaram a escrever sobre a história do município, bem como sobre suas memórias e reflexões acerca do passado e do presente. Ao longo dos quatro anos de pesquisa do projeto Memórias dos Povos do Campo, foi possível entrar em contato com algumas destas produções. Duas delas, **Por que nosso município chama-se Pinhão?**, de José Silvério de Camargo, e **O Pinhão que eu conheci**, de Renato Passos, publicadas em edições locais e acessíveis através das famílias dos autores. Uma terceira, coletivamente produzida pela equipe da Escola Rural Municipal Norberto Serápio, disponível em cópia de versão datilografada na secretaria da Escola Rural Estadual Izaltino Bastos. E, ainda, a **Agenda** de João Oliverto de Campos, manuscrita, de posse do autor, e que é um texto em constante elaboração. As duas últimas obras – com o reconhecimento de que a **Agenda** é uma versão não concluída – são levadas a público pela primeira vez neste livro. Acrescente-se terem sido todas elas elaboradas ou finalizadas nas últimas duas décadas.

Este conjunto de textos é um material de reflexão bastante rico. Os autores não somente têm perfis muito distintos, mas também se colocam objetivos diversos,

e apresentam posturas e recortes diferenciados. Embora não tenha sido possível avaliar seus impactos no contexto mais amplo, seus escritores são reconhecidos como referências importantes no município, e foi este reconhecimento que nos levou a alguns deles. Pensar, portanto, nas temáticas presentes em cada obra, na forma em que se estruturam e como abordam questões relevantes ajuda a compreender a maneira de registrar o passado dos autores locais.

» **Por que nosso município chama-se Pinhão?** – José Silvério de Camargo

Nascido em 1911 em Sant’Ana Pinhão, pertencente à família de dois dos primeiros sesmeiros da região, José Silvério de Camargo foi fotógrafo e professor primário estadual. Neste livro, finalizado e preparado para edição por sua neta, Neusa Maria Amaral Camargo de Almeida, traz um misto de pesquisa e conhecimento por sua própria trajetória, complementado por inúmeras imagens a que sua profissão de fotógrafo permitiu ter acesso e produzir. Já na Introdução, o autor assim apresenta seu texto:

No seguimento das notas deste livro, meu objetivo é fazer um levantamento histórico do passado de nosso torrão bendito, de nossa gente, tanto dos parentes como daqueles que imigraram para cá, atraídos pela fertilidade do solo de nossa querida terra.

Irei à medida do possível, sujeitar-me a um merecido sacrifício mental e intelectual, para produzir uma redação histórica, de forma a provar o PORQUÊ DO NOSSO MUNICÍPIO CHAMAR-SE PINHÃO e também a dificuldade que nossos predecessores enfrentaram para conseguirem apropriar-se dos campos, faxinais e densas matas, daquela época (s.d.: 8).

A fim de realizar seu projeto, o autor faz uma retomada histórica que vai desde o descobrimento das Américas até a chegada, em terras pertencentes ao atual município de Pinhão, dos primeiros colonizadores – o que, segundo ele, teria acontecido já desde o século XVII, com a Bandeira de Raposo Tavares. Mas é a partir da segunda metade do século seguinte que se inicia efetivamente o povoamento (reconhecido) dos Campos de Guarapuava, através, segundo Camargo, dos Campos de Pinhão. É, portanto, a partir da presença oficial dos colonizadores nas áreas de campos, principalmente após a caravana de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, no início do século XIX, que se pode contar a história do município. Esta tem como momento fundamental a distribuição das primeiras quatro sesmarias, ainda no período colonial, e a fixação do “marco

região”, definidor do ponto de divisa comum às sesmarias. A identificação dos donatários e de sua descendência, bem como da árvore genealógica das famílias “que contam”<sup>8</sup> para a história municipal, ocupa parte significativa do livro: o intervalo entre as páginas 48 e 130 (de um total de 159 páginas) é dedicado exclusivamente a isto, mas a nomeação de moradores é o eixo de toda a obra. É também o período do estabelecimento das sesmarias nas áreas de campos de Pinhão que fornece o nome ao município – nome de um dos primeiros quatro imóveis distribuídos pela coroa (embora o autor reconheça a presença significativa de pinheiros e de seus frutos no local, na região das matas).

O final do sec. XIX passa a ser o momento a partir do qual o autor inicia um relato mais detalhado sobre o local. São citadas como datas relevantes 1892, em que se implanta o Distrito Judiciário de Pinhão e Reserva, e 1893, quando toma posse o primeiro tabelião do cartório do distrito. Neste período, a precariedade de infraestrutura se destaca como a grande característica: ausência de estradas, de comércio, farmácia, necessidade de grandes viagens para adquirir bens de consumo básicos, como sal, açúcar e tecido. Até que, no início do sec. XX, surge a casa de comércio daqueles que seriam os doadores do terreno para a construção da cidade:

Em 1909 surgiu aqui a 1ª. casa de comércio: Casa de Comércio Luís Dellê & Filho.

Sr. Luís Dellê ao chegar aqui, comprou uma área de terras e iniciou o ramo de comércio onde havia o boteco do Job, que por ter assassinado cruelmente seu padrasto, teve de deixar o lugar indo embora para um lugar ignorado.

Mais tarde, quando Francisco Dellê estava administrando o comércio, doou uma área de terras para a construção da cidade (:40).

O trecho acima transcrito é significativo em termos das informações que traz frente àquelas que omite. Assim, embora faça referência a um comércio prévio, um “boteco”, de alguém a que se refere pelo primeiro nome, Job, é com a chegada dos Dellê, que são tratados por nome e sobrenome, que surge a “1ª. casa de comércio”. Além disso, há uma referência ao assassinato do padrasto sem maiores detalhes<sup>9</sup>. Por outro lado, não há também um silenciamento sobre

<sup>8</sup> O uso do termo remete ao debate realizado por Comerford (2003), em que o autor, analisando um contexto em Minas Gerais, mostra como, nas histórias locais, há famílias que contam e outras que não contam.

<sup>9</sup> Em um contexto de conversa com um morador local, a história é narrada em detalhes: Job teria ido até a fazenda de seu padrinho para roubá-lo. Matou-o e feriu gravemente sua madrinha, que morreu pouco tempo depois. Não viu, contudo, que uma menina criada pelo casal havia se escondido debaixo da cama. Ela não apenas reconheceu a voz do agressor, mas também foi em busca de socorro logo que Job abandonou o local. Socorro que chegou a tempo de ouvir a



o crime, que aparece, mas não esclarecido – e que não é um crime comum, afinal apresentado como assassinato de um padraço. Assim, embora não explorada, a violência se manifesta presente já nos primeiros momentos de constituição do povoado, em seu “mito de origem”.

A narrativa continua com o relato da chegada de um enfermeiro, Trifon Hanycz, e um professor, Pedro Antônio de Carvalho, e das condições precárias de trabalho de ambos: o primeiro atendendo em sua casa, o outro ministrando aulas em um ranchinho de pau-a-pique coberto de folhas de palmeira, depois na igreja também de pau-a-pique. As dificuldades de transporte e infraestrutura continuam sendo destacadas neste período que, segundo Camargo, é ainda “fase de colonização”. Os nomes dos imigrantes ilustres do período permanecem o grande eixo do livro.

A década de 1940 recebe maior destaque, e aparece através da reconstrução da igreja do Divino Espírito Santo (com madeiras doadas por João Mansur<sup>10</sup>) e vinda do 1º. pároco local, da aquisição do primeiro prédio para a construção da escola, do início das atividades do autor como professor, da presença de representante do distrito na Câmara de Guarapuava, da produção da erva-mate e da chegada das madeiras. Estes dois últimos itens são assim abordados:

Foi ainda nessa década que as Indústrias Madeiras chegaram em Pinhão. Na época isso podia ser visto como progresso e hoje não mais. As madeiras foram responsáveis pelo desmatamento incontrolado, a extinção da araucária que até então era abundante e também a desapropriação ilícita dos verdadeiros donos da terra, o que faz com que até hoje Pinhão seja notícia nacional e até internacional com os conflitos de terras.

A erva-mate nativa por essas datas, era comercializada pelos seus donos, que extraía e secava nos barbaquás e vendiam pela medida de arroba (15 kg) para Marechal Mallet. O transporte era feito por cargueiros ou seja, as tropas. A erva-mate tinha um grande valor comercial.

---

confirmação da mulher agonizante de que teria sido seu afilhado o responsável pelo ocorrido. A violência e crueldade do ataque motivaram, então, a reunião de inúmeros homens armados, com a disposição de linchar Job pelo que havia feito. Tomando conhecimento dos riscos que corria, ele se dirigiu a Guarapuava para se entregar à polícia, tentando evitar sua morte. Antes, porém, teria dado as chaves de seu comércio para Luís Dellê, que afirmou não ter como pagá-lo. Ele retruca que, no futuro, voltaria para receber, o que nunca ocorreu. A família Dellê se torna, a partir de então, uma das grandes potências comerciais locais.

Posteriormente, Camargo aborda um pouco mais este episódio no livro, ao falar de duas netas de Silvério Antônio de Oliveira, Leopoldina e Joaquina, sobre as quais não possui informações. Escreve: “No entanto, ao ser narrado o trágico assassinato de Antônio Laurindo, praticado por seu filho adotivo Job Fernandes de Azevedo, descrevia que a mulher de Antônio Laurindo havia ficado louca ao presenciar o acontecido. Narra também que essa mulher era filha de João Damasceno de Oliveira, a qual presume-se que fosse a de nome Leopoldina ou Joaquina” (:68).

<sup>10</sup> O grupo Mansur, segundo Passos (s.d.), foi um dos primeiros a instalar serrarias na região.

Novamente, neste trecho, silêncios e indícios importantes para se compreender a relação dos moradores de Pinhão com seu passado. A chegada das madeireiras, que mudam o perfil do município em vários aspectos – econômico, demográfico, político, social, ambiental –, bem como provocam conflitos que fazem Pinhão ser “notícia nacional e até internacional”, é referenciada apenas em seu primeiro momento. Não há, ao longo do texto, qualquer análise da atuação e dos impactos provocados pelas madeireiras. Acrescente-se que, se o autor fala dos “verdadeiros donos da terra”, não esclarece quem seriam eles, o que ocorreu, suas lutas e processos de resistência à expropriação. Além disso, as madeireiras são abordadas de maneira genérica, não havendo referência específica à João José Zattar S/A, que durante um período se afirmou proprietária de parte significativa das terras do atual município de Pinhão<sup>11</sup> e foi/é um dos grandes eixos dos conflitos fundiários no município. Silêncio que, como se explicitará ao longo do texto, marca boa parte dos relatos de moradores locais sobre o passado.

À referência às madeireiras se segue a afirmação da importância da extração da erva-mate. Atividade realizada nas áreas de matas do município (especificamente nos faxinais), exatamente pela população que entrará em conflito com a Zattar. No entanto, existe uma invisibilidade desta população ao longo de todo o texto: o povoamento ocorre pelos campos, são as famílias aí fixadas e os imigrantes que vêm para a sede do município as grandes referências das famílias “que contam”, os conflitos vividos pelos moradores das regiões das matas, dos faxinais, não fazem parte da história. Haverá, apenas, ao final do livro, a nomeação dos faxinais, com a identificação de alguns dos primeiros habitantes, ou dos motivos dos nomes locais adotados.

As décadas seguintes, de 1950 a 1990, são descritas, por sua vez, a partir de acontecimentos mais pontuais: a fundação da Paróquia do Divino Espírito Santo (1953), a emancipação política do município (1964), a criação de três distritos (1965), a abertura da primeira agência bancária (1972), o início da construção da hidrelétrica na junção do Rio D’Areia com o Rio Iguaçu (1975), a referência à inauguração posterior da hidrelétrica Segredo, também no Rio Iguaçu. Com relação às hidrelétricas, novamente se destaca a postura crítica do autor, embora sem desenvolver em maiores detalhes sua perspectiva. É assim que afirma:

É o progresso que chegou, mas junto a ele chegou a destruição. Para construir essas hidrelétricas, quantos alqueires ficaram submersos, sem que para nada mais servem... Além disso, quantos seres humanos e animais foram desapropriados de suas habitações, e ainda árvores

---

<sup>11</sup> Passos (s.d.) afirma que eles chegaram a ter mais de 43.000 alqueires de terras em Pinhão – o que corresponde a mais de 50% da área atual do município.

e outras espécies de vegetais que lá entregaram suas vidas sem nem gritarem por socorro (:47).

Novamente, questões significativas aparecem de maneira indireta: os conflitos sociais provocados pelo “progresso”, as expropriações, a destruição ambiental. No entanto, como no trecho sobre as madeiras, os indícios não se transformam em narrativas mais detalhadas sobre os processos. Assim, embora haja uma referência específica, no penúltimo parágrafo do capítulo, a questões políticas, pode-se pensar que ele é bastante ilustrativo da maneira como se constroem os discursos e os silêncios:

Para concluir este capítulo de memórias sobre o Pinhão gostaria de dizer que assim como o Pinhão tem histórias bonitas como estas que até aqui escrevi, tem também histórias que envergonham seus munícipes. Foram momentos marcados por pessoas que deixaram nosso Município em verdadeiro descaso (:47).

A um pinhãoense orgulhoso de suas origens, com significativa atuação como fotógrafo e professor, estudioso da história do município, e que se inclui entre aqueles que “amam esse torrão”, não é adequado escrever sobre tudo. O silêncio das “histórias que envergonham” não é sinônimo de esquecimento, mas de respeito e admiração pela terra natal.

Por outro lado, há uma temática que merece toda atenção: as histórias familiares. Histórias que têm como ponto de partida as primeiras fazendas instaladas nos campos, a partir do imóvel Pinhão (de Silvério Antônio de Oliveira) e da sesmaria de Gerônimo José de Caldas. Concentram-se nas árvores genealógicas que representam a descendência dos principais colonizadores. A elas se vinculam, também, alguns registros da estrutura fundiária e o destaque de atividades políticas e econômicas de pessoas específicas. Com relação aos cônjuges que não fazem parte das famílias, pouca informação, com exceção da origem europeia de alguns, como Francisco Dellê (suíço) ou Carlos Stouth Junior (inglês), a caracterização como escravo livre de Francisco Nunes e, principalmente, a descendência, na família de Gerônimo José de Caldas, de duas irmãs indígenas filhas do cacique Guairacá. Uma delas, Ana Balaia, “abusada” por Francisco Ferreira Caldas quando cedida para trabalhar como criada, e cujo filho Procópio Ferreira Caldas se torna genitor de família numerosa, descrita por Camargo – inclusive da avó do autor. A segunda, Ana Anhangüê, casada oficialmente com o primeiro filho de Gerônimo, Salvador da Silveira Caldas, e com descendência também relevante – entre os quais o avô de Camargo. Em ambos os casos, contudo, uma relação desigual entre homens brancos colonizadores e mulheres índias – que se explicita pela ameaça dos

índios à Fortaleza quando sabem que Anhangüê, a índia casada, lá se encontra (o que ocorre logo após o nascimento de um filho seu).

Com efeito, a partir da referência às duas índias ancestrais, a temática da relação com os índios e dos conflitos dela decorrentes passam a aparecer no texto, pela narração de eventos tanto relatados por mais velhos quanto presentes na literatura. O risco era uma constante para aqueles que viviam na área da fazenda de Salvador Silveira Caldas, a Casa de Pedras, pois “levavam uma vida atribulada, rodeada de insegurança e da expectativa dos ataques dos índios” (:133). Ou seja, uma relação conflituosa descrita a partir da perspectiva dos colonizadores. Não por acaso, é a experiência de sertanista de Salvador que, tendo uma relação ao mesmo tempo próxima e tensa com os índios, permite que o contato entre os grupos não implique na destruição dos colonizadores. Conhece a língua, é casado com uma índia, mas também mantém uma postura de desconfiança e distância segura. E, quando necessário, afirma seu poder, como se explicita no seguinte relato:

Quando meu avô Manoel da Silveira Caldas (filho de Salvador), tinha apenas 5 dias de vida, um grande número de índios atacou a Casa de Pedras, por saber que a Anhangüê estava ali.

Salvador e Chico Paulista saíram cada um com uma espingarda na mão. Salvador sabia o idioma dos índios, e então começou a dar-lhes conselhos benignos. Dialogando com o Cacique, exigiu que fizesse os índios sentarem-se em fila num barranco da estrada que ia para o capão. Assim, o que estava mais próximo deveria ficar bem afastado da casa.

Só que os índios, usaram de uma artimanha: o último que estava na fila, ficava em pé e vinha sentar-se mais perto da casa, e assim foram se revezando. Isso acontecia, enquanto os moradores da casa negociavam com o Cacique.

Para não dar problema à mãe, as outras mulheres fecharam a porta da Fortaleza. Então, os homens estavam em situação desesperadora. Mas, para alívio deles, os índios pediram pêssego. Salvador lhes ordenou que subissem nos pés de pêssego e comessem à vontade.

Quando havia muitos em cima do pessegueiro e mais alguns por ali, o cacique pediu que “queria ver dar um tiro com aquela arma”.

Imediatamente Salvador fez pontaria na cabeça de uma tronqueira e atirou em seguida. A tronqueira esfaixou-se, voando lascas para todos os lados.

Foi a salvação. Todos os índios até os que estavam no pessegueiro, caíram por terra e continuaram muito assustados. Só assim se renderam e pediram paz (:134/135).

Os embates entre colonizadores e indígenas e a afirmação de poder dos primeiros não são uma dinâmica apenas local, mas também regional. É assim que, ao falar de Guarapuava no dia da independência do Brasil, o autor relata como esta coincide com a morte de uma menina índia de apenas três anos, logo após ser batizada. É sepultada pelo Pe. Chagas, que ao amanhecer se regozijava pelo sucesso de sua empreitada catequizadora, mas também temia um ataque indígena, que poderia provocar “a destruição completa de tudo aquilo que ali estava, o fracasso da conquista” (:144). Ao sepultamento comparecem todos os moradores do povoado, não devido à vítima, mas à celebração do padre. Nas palavras do autor:

O corpinho de Maria foi como pedra fundamental, assentada nesse dia memorável, do templo que se elevou mais tarde em homenagem à Virgem de Belém, Padroeira da Diocese de Guarapuava.

(...)

Depois que o Pe. Chagas fizera o sepultamento da bugrinha Maria, no largo destinado à construção da Igreja da Freguesia, a mãe da citada bugrinha morta, vinha diariamente até a lagoa próxima da aldeia para ali chorar copiosamente a morte da filha.

Essa lagoa existe até hoje, é muito bem zelada e pavimentada e tem o nome de Lagoa das Lágrimas (:145/146).

As duas histórias acima narradas são muito significativas. Elas reconhecem a importância regional e local da presença indígena, e o processo de colonização como tenso e impositivo. Casar-se com Anhangüê não significa estabelecer relações amistosas, o ataque dos índios indica como a concebem como prisioneira. Além disso, é possível se aproximar, conversar, mesmo dar conselhos, mas o sucesso da empreitada ocorre a partir da demonstração da superioridade de força bélica. E é sobre o corpo de uma menina índia que se constrói o templo católico<sup>12</sup> de Guarapuava, que na perspectiva do padre é sinônimo da “conquista”. Conquista que não é aceita de forma tranquila, pois o risco de ataques indígenas paira no ar, e a mãe da criança continua chorando todos os dias, na Lagoa das Lágrimas (muito bem zelada e pavimentada até a atualidade) a sua morte.

Acrescente-se que o marido de Anhangüê é o possuidor da primeira imagem católica das terras de Pinhão, Sant’Ana, a ele doada por sua mãe pouco antes de sua morte. Esta imagem tinha o poder de proteger as mulheres moradoras da Casa de Pedras, quando sozinhas, dos ataques indígenas. Posteriormente,

<sup>12</sup> É interessante observar que a presença de crianças mortas surge também em Água Morna, comunidade quilombola situada no norte pioneiro do Paraná, como elemento de sacralização do território (cf. Porto et al., 2009).

o filho de Salvador constrói uma igreja em homenagem à santa. O catolicismo é, resalte-se, outro aspecto relevante das narrativas finais do livro, quando o passado mais remoto é retomado – podendo ser o presente, no entanto, lido a partir dessas histórias distantes. Mas não apenas o catolicismo oficial, colonizador. O autor também destaca a presença local de João Maria de Agostinho – conhecido em todo o interior do Paraná como São João Maria, santo não canônico e profeta muito relevante na religiosidade popular regional<sup>13</sup>.

Nesta parte há, ainda, um último aspecto destacado pelo autor que ajuda a delinear perspectivas recorrentes dos habitantes de Pinhão sobre sua própria terra: a questão da valentia dos habitantes locais (e regionais). É assim que, ao abordar o nome dado a Guarapuava, retoma texto escrito por Pe. Chagas em 1809. Neste o pároco relata terem sertanistas, em momento anterior, prendido uma arara pelo pé, e esta, a fim de se libertar e incapaz de romper a corrente, cortado sua própria perna. A denominação local seria, assim, a conjunção dos termos Guará e Puava – “pássaro pequeno (...) e ave brava que não é rasteira, mas voadora, veloz” (:140)<sup>14</sup>. Ou ainda, a partir de Romário Martins, a conjugação de termos significando ruídos de cães selvagens, ou na versão de Daniel Cleve, lobo bravo.

E a característica de braveza não se restringe à natureza, mas também se aplica aos habitantes locais. A “valentia”, que se reflete nas relações cotidianas, é ilustrada em um “aventureiro que marcou época tanto na história do Pinhão como de Guarapuava, do Paraná e porque não dizer do Brasil” (:146). De nome Ferreirão, segundo contam tal aventureiro era tão forte que conseguia desatolar uma vaca de um lamaçal puxando-a pelo rabo. Além disso, teria uma vez saído com um amigo à procura de onças, e quando balearam um espécime, Ferreirão teria dado uma surra de rabo de tatu no bicho agonizante. Ao narrarem o ocorrido para a mulher do amigo de Ferreirão, esta retrucou não haver nenhuma vantagem no feito, pois o bicho já estava morto. Ferreirão saiu, então, no dia seguinte, acompanhado apenas de cachorros, e voltou com um tigre morto, que jogou aos pés da mulher, afirmando tê-lo matado apenas a rabo de tatu. Alguns homens analisaram o corpo do animal e não encontraram ferimento de faca ou arma de fogo. E, embora aventureiro, o valente deixa suas marcas no município: Ferreirão possui vários descendentes em Pinhão.

A riqueza e quantidade de informações presentes no livro de José Silvério de Camargo fazem com que qualquer tentativa de esgotá-lo – como ocorrerá também com relação aos demais textos analisados – seja infrutífera. No entanto, é possível perceber como a história de Pinhão contada por ele é perpassada por

---

<sup>13</sup> Há produção acadêmica relevante sobre São João Maria. Sugiro como fonte de referências Porto et al. (2012).

<sup>14</sup> Curiosamente, no texto do padre não há qualquer referência ao caráter bravo da ave, mas apenas a sua condição de voadora e veloz (cf. Lima, 1852).

seleções – de temáticas, de nomes, de épocas – e silêncios. O passado próximo desaparece do texto, dinâmicas de conflito são muito mais indicadas que exploradas, e o reconhecimento da existência de “histórias que envergonham” faz com que certos caminhos narrativos sejam privilegiados, enquanto outros evitados. Mas pode-se pensar em que medida os relatos ao final do livro, centrados no período colonizador, também falam de processos do tempo da redação do texto: a imposição de um modelo dominador, a resistência dos expropriados, os conflitos e o uso da força (das armas). Também é interessante observar que várias das estratégias e escolhas feitas por Camargo são mobilizadas por outros narradores, seja no discurso escrito ou oral – como se explicitará a seguir.

### » **O Pinhão que eu conheci** – Renato Ferreira Passos

Também descendente das famílias de Silvério Antônio de Oliveira e Gerônimo José de Caldas (cf. Camargo, s.d.), Renato Ferreira Passos nasceu em 1934 em Pinhão. Atuou como Agente Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, principalmente no município natal, tendo se aposentado em 1983. Em 1992, publicou a primeira edição do livro **O Pinhão que eu conheci**. Posteriormente, preparou uma segunda edição, ampliada, infelizmente ainda não publicada, a que tivemos acesso em versão digital. A análise a seguir se refere a esse texto digitalizado.

A proposta de Passos é elaborar um registro de suas memórias, que possa fornecer ao leitor – pensado como os conterrâneos das gerações mais novas – informações interessantes sobre a história local, tendo como foco a Vila de Pinhão, principalmente a partir da década de 1940 (período de sua infância). O livro, assim, na segunda edição é dividido em três partes: 1) episódios vividos e rememorados pelo próprio autor, 2) episódios narrados por testemunhas, 3) divulgação de aspectos relevantes da história oficial local, já publicados. Não há, afirma o autor, preocupação com a cronologia, mas com o interesse e a possibilidade de uma leitura agradável. Além disso, as duas primeiras partes são o corpo do livro, mais significativas que a última, acrescentada nessa segunda edição.

É curioso observar que a narrativa dos episódios interessantes de seu passado se inicia com uma temática recorrente nas trajetórias de família locais, principalmente dos moradores das áreas de faxinais: “a guerra”. No entanto, aqui não como uma guerra genérica e que caracteriza o passado dos ancestrais antes de sua chegada a Pinhão<sup>15</sup>, mas como algo distante,

---

<sup>15</sup> Esta perspectiva da guerra fica bem clara nos textos dos alunos da E. E. Izaltino Bastos, como será abordado no próximo item.

ameaçador, incompreensível, e que mesmo assim afetou significativamente a vida dos moradores locais. Estes sofreram pela carestia, foram privados de bens de necessidade – como sal e açúcar. E, ainda, alguns jovens do local foram convocados para servir. Em seu primeiro relato, Passos fala do relativo isolamento da vila, que recebe notícias a cada quinze dias, através dos jornais e revistas trazidos por um estafeta. Notícias aguardadas, principalmente ao longo da Segunda Guerra Mundial. Há uma sensação de risco iminente – inclusive de invasão do Brasil –, vinculada a um desconhecimento das questões políticas e geográficas da guerra. Na narrativa, observa-se como à comicidade do fato se alia uma caracterização de Pinhão, marcada pela rusticidade:

Naquele tempo, automóvel era raridade por aqui. De vez em quando surgia um Ford pé de bode lá na estrada que vinha de Guarapuava, fazendo a festa da piazada, todos correndo atrás dele.

Naquela tarde, porém, a monotonia foi quebrada, pois de repente, um ruído forte de motores começou a ser ouvido, vindo do lado do poente. Não demorou muito e apareceu na curva do corredor do Dellê, uma frota de caminhões, todos cobertos com lona. Foram chegando e pararam um ao lado do outro, na campina em frente à Igreja. Eram cinco caminhões ao todo, que logo foram despejando uma gente esquisita. O homem trajando roupas diferentes das que estava acostumado a ver. As mulheres com vestidos compridos e cores berrantes.

Alguém mencionou que eram os alemães.

Foi um Deus nos acuda. Todos trataram de fugir o mais depressa possível.

Os que moravam na Vila, correram para suas casas e os sitiados, montaram seus cavalos, cutucando as ilhargas dos pobres animais com as esporas e surrando dos dois lados com o rebenque, fugiram em disparada.

Na escola, que funcionava na Igreja, o susto não foi menor. A professora desesperada, pedia ajuda em uma das janelas.

Meu pai e um carpinteiro chamado Pedro Candinho, que estava trabalhando na reforma da nossa casa, correram para lá a fim de prestar auxílio às crianças, pois algumas delas começaram a desmaiar. Sendo necessário levar algumas delas às costas até suas casas.

Os ocupantes dos caminhões foram logo erguendo barracas na campina e nessa altura, suas mulheres já andavam batendo de porta em porta, oferecendo suas mercadorias, que eram na maioria, tachos de cobre de sua própria fabricação, no fundo dos quais, batiam com pedaço de ferro à guisa de propaganda.



Passado o susto, logo se viu que não era o temível Exército de Hitler, mas inofensivos ciganos (:5/6).

A aparente temível ameaça, contudo, não é tão inofensiva assim: os ciganos importunam os moradores locais, extorquem alguns mais ingênuos, perturbam o sossego da Vila com brigas, até que assim como vieram vão embora: “Deixaram apenas os vestígios e muito lixo no local” (:7).

É após esta narrativa que Passos descreve a vila no seu tempo de criança: um povoado com apenas dezessete casas (de madeira, a maioria coberta de tábuas lascadas de pinheiro), duas estradas margeadas pelas casas, duas casas de negócios, sapataria, açougue, selaria, correio a cada quinze dias, igreja em que também funciona a escola e cerca de oitenta moradores. Um local tranquilo, marcado pelo silêncio, canto dos pássaros, cercado por pinheirais. E, também, pela amizade entre seus moradores, pois “naquele tempo não havia política” (:8). Um bosque nos fundos de sua casa, onde teria morado um comerciante muito rico, que ali teria enterrado um tesouro. Em síntese, simplicidade e rusticidade, temas que são centrais nas construções dos pinhãoenses sobre seu passado – como se evidencia também no texto de Camargo e será recorrente nas próximas narrativas analisadas.

Posteriormente, o tema retorna ao falar dos transportes no Pinhão da década de 1940. Apenas cavalos e carroças, que marcavam a paisagem e a dinâmica local:

Em frente às casas comerciais, tinha sempre uma fileira de roletes compridos, bem pregados em fortes esteios, que serviam para os fregueses amarrar seus cavalos.

O cortejo dos casamentos, quando este era realizado no cartório, que era em uma chácara que ficava atrás do cemitério, vinha a cavalo.

Os noivos a frente, ele de terno e gravata e a noiva toda vestida de branco, com o vestido cobrindo o lombo do cavalo. Os cavalos enfeitados com fitas coloridas por sobre as cabeças.

Na volta passavam pela Vila soltando foguetes.

Uma vez, um noivo estava vestido de terno branco e havia chovido muito, então, o cavalo do noivo escorregou num boeiro que havia no corredor do Dellê, caindo e dando um banho de lama no noivo, para divertimento nosso, que de longe presenciávamos.

Os fazendeiros quando vinham à Vila para fazer compras, era de carroças puxadas por dois cavalos.

Nos dias de festa na Igreja, ou quando o Padre vinha de Guarapuava, para ministrar os sacramentos aos fiéis, havia um congestionamento no trânsito nas proximidades da Igreja, pelas carroças estacionadas

a torto e a direito.

As vezes, os cavalos assustavam-se com os foguetes que soltavam e disparavam com as carroças provocando acidentes.

O transporte de mercadorias para o abastecimento da população, era feito em carroções enormes, puxados por oito cavalos.

A rusticidade cria situações inusitadas. Passos relata a necessidade de sua mãe, a primeira professora pública local, cancelar sua aula devido a um (estranho) velório. E de um aluno que, sem saber do ocorrido porque vindo a cavalo (provavelmente da zona rural), se depara com o velório e sai desesperado a procurar a professora em sua casa.

O terceiro capítulo, por sua vez, aborda a Igreja e as celebrações semestrais das missas, com sua capacidade de mobilizar a população da zona rural – que enchia a cidade e se hospedava nas casas dos amigos, parentes, compadres. Eram nesses momentos que também se celebravam batizados e casamentos. Também as festas religiosas: Divino, Sant’Ana, Natal. Vemos, assim, o surgimento de três temáticas relevantes também em várias das demais narrativas sobre o passado: a guerra, a rusticidade, a religiosidade. Mais uma temática é apontada: a valentia, expressa tanto na figura do “famoso valentão” que conheceu na festa de Natal quanto do “delegado durão” do capítulo seguinte. O primeiro, comportando-se muito bem na festa, apesar de ter adquirido sua fama em brigas na vila e permanecido um tempo na penitenciária do estado. O segundo, talvez devido a pragas rogadas por mães de jovens punidos de maneira muito dura, afogando-se no Rio D’Areia, e sucedido por outro menos truculento.

Seguem-se as narrativas de episódios presenciados pelo autor: a presença de um médico na cidade, que lá reside por pouco tempo, sofrendo perseguições devido à desconfiança dos moradores; o circo que permaneceu na vila por três meses, com arquibancadas lotadas (evidenciando o grande número de população rural local, a “caipirada que vinha dos arredores”); a fundação do Clube União e Progresso, que após um tempo funcionando bem, ao decidir se abrir para festas de casamento, decaiu devido às desordens e a um homicídio ocorrido em suas dependências; os “fantasmas do Pinhão”: o tropel do cavaleiro que vinha da região do cemitério nas noites escuras, gritos desesperados vindos dos lados da cachoeira, o fogo do capão do Felício; a praga dos gafanhotos em 1946, que destruiu a vegetação local; a visita de Ademar de Barros à região, com o objetivo de caçar aves nativas, que atraiu outros caçadores de fora, prejudicando a fauna local – atividade continuada pelos funcionários das madeireiras nas décadas posteriores; a visita de Moysés Lupion a Pinhão em 1948; a chegada do primeiro vigário; os loucos do Pinhão: Nhô Tó, Nhá Luísa, Paraílio, Antônio Vesgo, Pantaleão, os irmãos mudos Sebastião e Pedro Chagas.

Passos também traz algumas informações sobre sua família, outro tema,

como já apontado, importante nos relatos de moradores locais sobre o passado. Ressalta o lugar de sua mãe, Clara Passos Ferreira, como primeira professora oficial de Pinhão; a atuação de seu pai, Joaquim Ferreira Neto, como segundo agente dos correios; a ocupação, por seu irmão Sebastião Passos Ferreira, do cargo de prefeito entre 1969 e 1972.

No capítulo intitulado “massacre dos pinheiros”, além de relatar o corte de um pinheiral a fim de construir um loteamento para a Vila, também traz algumas observações importantes sobre o lugar. Neste trecho, o autor explicita a localização do povoado e como os pinheiros marcam a paisagem e a vida dos moradores:

Quem idealizou a localização da Vila do Pinhão, deve ter vindo do lado dos campos e ao chegar aqui, achou o lugar ideal para morar, à sombra acolhedora de frondosos pinheiros, que naquele tempo existiam aqui em abundância, pois a povoação foi iniciada exatamente na linha onde a floresta encontra-se com os campos.

(...)

Quantos pinheiros havia. Para qualquer lado que se olhasse, via-se as copas unidas lado a lado, parecendo um oceano verde.

Havia pinheiro de todo porte. Os novinhos e tenros, que na véspera do Natal, meu pai ia cortar um desses para mamãe enfeitar com bolinhas coloridas e com um presépio embaixo dos galhos.

Havia os frondosos, com galhos até o chão, permitindo que se apanhasse as pinhas com as mãos.

Havia os gigantes, com os galhos voltados para cima, em forma de taça, imitando mãos em louvor ao Criador.

Quando adentrava-se à floresta, via-se os troncos aos milhares, robustos e eretos, lado a lado, numa distância que parecia não ter mais fim.

Nossa casa ficava bem pertinho de uma porção deles.

A noite quando soprava ventos fortes, açoitando os enormes galhos com aquelas bolas grandes de sapés nas extremidades, faziam um barulho característico, muito parecido com o marulhar das ondas do mar.

Quando era tempo de pinhão maduro, a noite ouvia-se o barulho da chuva de pinhões caindo ao chão. De manhã cedinho, corríamos a juntar numa peneira, feita com bambus, bem vermelhinhos e maduros. Daí era fazer fogo no fogão a lenha, assá-los na chapa e depois de macetar com um martelo para rachar a casca, comer tomando café.

Então, num triste dia da década de 1940, a Prefeitura de Guarapuava, resolveu lotear o imóvel onde estava localizada a Vila, mas antes,

contratou alguns homens para derrubar todos os pinheiros que estavam no quadro do loteamento.

Gostaríamos, aqui, de chamar a atenção para alguns aspectos. Em primeiro lugar, o autor indica como a localização de Pinhão aponta sua divisão entre duas realidades: a dos campos e a das matas. Áreas distintas, com dinâmicas de povoamento, economias, sociabilidades e culturas particulares. Através dos campos se conta a sua história – as sesmarias, as primeiras fazendas, as famílias tradicionais. Nas matas, onde se refugiavam os índios, estava a fonte de ameaças e o desconhecido. Mas são os pinheiros que marcam a paisagem ambiental e social. É a produção de erva-mate, os couros de animais de caça, as crinas de cavalos que representam os grandes produtos econômicos até a década de 1950. É das matas que vem o “delegado durão”. E é a partir delas que a extração de madeiras possibilita, por um lado, o crescimento e emancipação do município, enquanto por outro traz os conflitos fundiários e os enfrentamentos entre jagunços e posseiros.

Com relação a este último ponto, no entanto, Passos prefere o silêncio. Silêncio que não é tão absoluto quanto pode parecer em um primeiro momento, se pensamos nas reflexões do autor, na segunda parte do livro<sup>16</sup>, sobre os índios, no capítulo assim intitulado. A citação abaixo leva a questões que indicam caminhos de pensamento para lidar com os conflitos sociais intensos no momento de escrita do livro, mas não explicitamente abordados:

Não se pode falar em história sem abordar a figura do índio. Muitos, nem gostam de ouvir falar neles, talvez até por se sentirem acusados pela consciência, porque estas criaturas, os verdadeiros donos da terra, foram injustiçados.

Embora sendo seres humanos, sempre foram tratados como animais. Escorraçados de seu habitat natural, muitas vezes com o uso da força, jamais tiveram seus direitos reconhecidos.

Os historiadores nos contam, que muitas lutas foram travadas entre os desbravadores e os índios, mas que estes, embora em quantidade numérica maior, levaram a pior pela inferioridade do armamento.

As primeiras famílias, ou pioneiros que vieram habitar a terra, estavam escoltados por duzentos milicianos de cavalaria, armados com o que tinha de moderno naquela época, tão somente para combater os índios.

Estes no início resistiram, mas vendo-se ameaçados pelas armas

---

<sup>16</sup> Aqui, é interessante observar que o capítulo sobre os índios, embora não se baseie no relato de alguém, e remeta a um passado mais remoto, é situado na segunda, e não na terceira parte do livro, que aborda a “primitiva e oficial história de Pinhão” (:102).

de fogo, armas que até então, eram desconhecidas para eles, naturalmente foram fugindo para mais longe, ficando por aqui uns poucos, que logo foram sendo dominados pelos colonos.

(...)

Com o passar do tempo, os poucos que restaram, sem qualquer assistência, foram aos poucos desaparecendo e essas raças hoje estão praticamente extintas.

(...)

Como sempre fui defensor dos fracos e oprimidos, fico muito penalizado quando vejo um pobre índio, maltrapilho, pés descalços, aparentando desnutrição e velhice precoce, batendo de porta em porta, procurando vender seus produtos de artesanato, como cestos e balaios, a preços irrisórios, na ilusão de manter a sobrevivência ameaçada pela fome e muitas vezes é enxotado por aqueles que não se comovem com o seu infortúnio. No entanto, eram eles os legítimos donos de toda a imensidão, que são as terras onde habitamos, as quais eles nunca venderam, como costumam fazer os civilizados (:82/83).

Alguns pontos relevantes da argumentação do autor podem exprimir uma postura frente aos conflitos presentes no momento da escrita. Primeiro, qualquer ocupante da terra posterior à presença indígena já coloca em xeque sua legitimidade – na medida em que são eles os “verdadeiros donos da terra”, conseqüentemente a ocupação posterior implica em expropriação. Além disso, foram vencidos pela superioridade bélica dos “desbravadores”, e “essas raças hoje estão praticamente extintas” – ou seja, embora triste, este é um resultado inevitável no caminho do “progresso”. Foram expropriados e intimidados pela violência. E, ainda, os que restaram não oferecem uma alternativa socioeconômica viável, pois se caracterizam pela mendicância e perturbam a ordem social. Isto mesmo sem nunca terem vendido terra.

Acrescente-se que, em um momento inicial, se identifica no texto uma dubiedade no que tange à atuação das madeireiras, que se manifesta na oscilação entre a degradação ambiental e o desenvolvimento. Assim, afirma que após o massacre dos pinheiros, estes não mais foram molestados por alguns anos – e o autor lamenta o dia triste de 1940 em que o corte começou. Até que apareceram os compradores de pinheiros, e, depois, as serrarias. A população teria participado ativamente das mudanças econômicas, vendendo suas árvores e vendo nas negociações, na ação das madeireiras, na circulação de caminhões repletos de toras pelas estradas locais, o sinal do progresso. O autor assim descreve esse momento, em seu capítulo intitulado “Industrialização”:

Naqueles anos do pós-guerra, até o término da década de 1940, o Pinhão passou por uma grande crise financeira. O comércio sofreu profunda retração, de maneira que os produtos primários daqui, restritos apenas aquilo que era produzido nas roças de queimadas, não tinham compradores e a escassez de dinheiro era uma constante.

Os fazendeiros só conseguiam algum dinheiro, quando vendiam uma vaca velha para o açougue do Antenor Gomes, o qual de vez em quando abatia uma rês, sempre vaca velha de descarte, que não mais procriava. Com a falta de poder aquisitivo do povo, pouca carne era vendida, então era comum se ver no varal, as mantas de charque secando ao sol por dias seguidos.

A única vantagem de tudo isso eram os preços baixos dos gêneros alimentícios produzidos aqui mesmo.

Foi nesse tempo que começou a compra de pinheiros em pé, pelos intermediários e a esperança para a instalação das prometidas serrarias, que com certeza trariam o tão sonhado progresso financeiro para o Pinhão.

Com as vendas dos pinheiros, houve uma injeção de dinheiro no comércio flutuante e o conseqüente aquecimento nas atividades comerciais.

No ano de 1951, iniciou-se a instalação de duas indústrias madeireiras, com a denominação de Indústrias João José Zattar S/A.

A primeira serraria construída nesse ano foi a Santa Terezinha e a seguir a Serraria São João, esta no Bom Retiro, local que mais tarde recebeu a denominação de Zattarlândia.

Com essas instalações aconteceu uma grande oferta de empregos, diretos e indiretos e ainda melhoria nas estradas, porque a própria empresa adquiriu maquinário pesado, motoniveladoras e tratores para a abertura de novas estradas e a conservação das já existentes, das quais necessitava para o transporte de toras e madeira serrada.

O pioneirismo das Indústrias Zattar abriu o caminho para outras empresas que também foram se instalando no Pinhão.

Instalou-se o grupo Mansur, com a Produtora de Madeiras Irati Ltda., localizada na sede do Pinhão; Slavieiro S/A; Hilário Witchemichem e Indusa em Pedro Lustosa, Jacir de França em Faxinal dos Silvérios; Irmãos Gelinski na sede e outras de menor porte.

Com o advento das indústrias o desenvolvimento econômico chegou ao Pinhão e em conseqüência o fim do desemprego e aumento da arrecadação de impostos.

Mais tarde as Indústrias Zattar ampliaram suas atividades e diversificaram, construindo a fábrica e beneficiamento de madeira,

extração e beneficiamento de erva mate, adquirindo ainda esse produto dos pequenos produtores, criação de gado bovino e ovino de alta linhagem. Milhares de empregos diretos foram criados com a expansão dessas atividades. Um salto espetacular no desenvolvimento econômico do Pinhão.

A empresa chegou a adquirir mais de 43 mil alqueires de terras no território pinhãoense.

Deve-se ainda ressaltar a gigantesca estrutura montada pela empresa, com a construção de centenas de casas para a moradia de seus empregados, praça de esportes, escolas, igrejas, armazéns, onde os funcionários podiam adquirir de tudo e a preços reduzidos, clube recreativo, ônibus para o transporte dos estudantes, filhos de seus empregados e muitas outras atividades que pode não ter vindo a minha memória agora.

Mais tarde a empresa Zattar adquiriu a serraria do grupo Mansur, localizada na sede e aumentou a capacidade de produção, dando mais emprego a muita gente.

Tudo isso funcionou por aproximadamente quarenta anos, tempo em que o Pinhão viveu sem crises ou comércio enfraquecido.

Não se sabe quais os motivos que levaram a empresa Zattar a dar uma brusca freada nas suas atividades no início dos anos de 1990, mas o Pinhão sentiu o tranco. Hoje só se fala em crise e desemprego (:59-61).

Aqui, a postura ambígua se esclarece, e a questão ambiental passa a não ser mais relevante (assim como não foi a social no caso indígena), frente a tudo que a atividade econômica da extração de madeira permitiu. De novo, na segunda parte do livro, um relato do passado ajuda a justificar os danos ambientais irremediáveis. Eles não seriam tão irremediáveis assim, como os resultados de um grande incêndio ocorrido no Faxinal dos Ribeiros, em 1916, podem apontar. Neste ano, o fogo destruiu a mata, de maneira a que se pudesse “andar a cavalo por toda parte, onde antes era floresta compacta” (:75). No entanto, com a regularidade das chuvas nos anos consecutivos, a vegetação se recompôs, e como lembranças restaram “os troncos de imbuia seca, que são vistos em toda aquela região” (:75). São, também, os tocos de imbuia as marcas mais visíveis da atuação das madeireiras nos faxinais.

Mais um aspecto a destacar é que, ao contrário de Camargo, Passos não fala em madeireiras genéricas, mas aponta a atuação específica da João José Zattar S/A. A empresa surge como um divisor de águas entre a crise do pós-guerra e a pujança posterior – com décadas de tranquilidade econômica para os moradores de Pinhão. Quanto aos conflitos fundiários decorrentes das

atividades da empresa, ou a ação de seus guardas/jagunços, a opção é pelo silêncio. Os argumentos anteriores nos fazem pensar em que medida não seriam vistas como inevitáveis, o preço do desenvolvimento.

As mudanças provocadas pela atuação da Zattar também contribuíram para o único acontecimento narrado posterior à instalação das madeireiras na cidade, e um dos eventos centrais no livro: a emancipação do município de Pinhão. Esta, que Passos relata ter sido uma iniciativa sua, só foi possível a partir de um embate político significativo, por ele contado em detalhes. O autor traz os nomes dos envolvidos, suas atuações, as resistências provenientes principalmente de Guarapuava, a descrição dos contatos políticos que possibilitaram a sanção da lei em 15 de fevereiro de 1964. No entanto, esta não foi o fim do processo, pois as mudanças políticas nacionais ocorridas em março de 1964 levaram a que as eleições só fossem marcadas para dezembro. E, a partir de um acordo entre os deputados regionais, foi indicado o nome de um administrador da Zattar como candidato único. Candidato que, após eleito, só tomou posse e não mais compareceu à cidade, permanecendo na Zattarlândia. Após noventa dias de sua ausência, uma reunião da Câmara de Vereadores decide pela cassação do mandato e posse do vice-prefeito – por 5 votos contra 4. O autor transcreve, ainda, uma série de documentos referentes aos acontecimentos narrados, tendo sido ele um dos principais agentes em todo o processo.

Posteriormente, inicia-se a segunda parte do livro, referente a situações descritas ao autor por testemunhas. Além dos aspectos anteriormente levantados, duas temáticas surgem como principais eixos das histórias: de um lado, a esperteza, de outro, a valentia. A esperteza aparece em histórias como do primeiro morador de Pinhão, João Pessoa, cujo criado consegue ficar com toda a herança do patrão, embora devesse dar um terço para os pobres e outro para as almas; ou do cavalo matungo que venceu um puro sangue porque seu dono passou sebo de onça no seu lombo; ou da moça que se casou com um marido rico, mas já morto; ou do casamento em que o noivo não apareceu e a moça se casou com outro pretendente presente; ou, ainda, do assassinato ocorrido por uma invasão de porcos em uma lavoura, sendo um cachorro, para proteger seu dono, o assassino, em que a polícia prende o cachorro.

Já a valentia é abordada em contextos de festas, corridas de cavalos, jogos, quando “vez por outra, dois valentões se desentendiam e se entreveravam até um deles morrer” (:77), por brigas de facão para as quais o consumo de bebidas alcoólicas contribuía. O consumo excessivo de álcool é também o que resulta em um acontecimento que poderia ter sido trágico: o linchamento de Chico Mentira, devido a um acidente com arma de fogo que levou à morte um rapaz. Neste caso, reuniram-se sessenta homens para linchar “o negrinho”, o retiraram da delegacia e dispararam sobre ele, segundo o narrador, mais de cinquenta tiros. No entanto, nenhum acertou, o que foi visto por muitos como



milagre. E, por fim, uma história que remete àquela do Ferreirão: de Manoel Julião, um grande caçador de tigres que também deixou descendentes, e que ao longo de sua vida abateu 56 animais. Ele era tão valente que, ao saber de um tigre pelas redondezas, perturbando os fazendeiros, vendia o couro antes mesmo de sair para a caça, sendo o dinheiro utilizado para comprar os itens de que necessitava. E o trazia, com certeza, no dia seguinte. Aos cem anos de idade, teria dito ter dois desejos ainda: “mamar nas tetas de uma tigra de cria e fazer amor com uma donzela de quinze anos, que andava lhe provocando ultimamente” (:85).

Já a terceira parte do livro é menos relevante. No entanto, expressa bem os eventos que são reconhecidos como compoendo a história oficial: descobrimento dos Campos de Guarapuava a partir dos Campos de Pinhão, no final do sec. XVIII; a construção, também em Pinhão, da Fortaleza de N. Sra. do Carmo; as ameaças dos índios; a primeira missa na região, também rezada em Pinhão em 1771; a implantação do marco régio e definição das quatro primeiras sesmarias; a nova distribuição de sesmarias, agora nove, após a independência; o nome da vila relacionado ao nome do imóvel Pinhão; as duas primeiras famílias como de Silvério Antônio de Oliveira e Jerônimo José de Caldas. Novamente, são os campos que definem a história oficial, mas boa parte das histórias narradas por Passos ou provêm das matas ou envolvem sua população.

### » **Faxinal dos Ribeiros** – Equipe da Escola Municipal Rural Norberto Serápio

O texto Faxinal dos Ribeiros apresenta algumas proximidades e muitas diferenças em relação aos anteriormente analisados. Em primeiro lugar, é uma produção coletiva, realizada por professores e funcionários da E. M. R. Norberto Serápio, com o objetivo de servir de material de referência para o ensino local – visto a ausência de registros do gênero para o Faxinal dos Ribeiros. Depois, é um texto datilografado, de dez páginas e alguns anexos, que apenas agora é publicado. Em sua versão original, não há nenhuma referência aos autores que colaboraram em sua pesquisa e escrita, embora esta informação tenha sido prontamente fornecida pela escola ao ser solicitada<sup>17</sup>.

A Escola Municipal Rural Norberto Serápio funciona em conjunto com a Escola Estadual Rural Izaltino Bastos, em um prédio situado no Faxinal dos Ribeiros, a em torno de 15 km de estradas de terra da PR-170. Ambas reúnem mais de 500 alunos, abarcando todo o ensino fundamental, e iniciando, em

---

<sup>17</sup> Agradeço a toda equipe da E. M. Norberto Serápio a autorização para a publicação do texto, e especialmente à então diretora, Profa. Nilsa Aparecida de Oliveira.

2013, o primeiro ano do ensino médio. Seu público são crianças de várias das comunidades rurais da região, abrangendo principalmente filhos de posseiros/faxinalenses, assentados, pequenos proprietários rurais. O quadro de funcionários das duas escolas é fundamentalmente de moradores da região. Já o quadro de professores é diversificado: enquanto os professores municipais são funcionários efetivos e provenientes da região, os professores estaduais são, em sua maioria, contratados temporários, e vêm de Pinhão e cidades vizinhas. Assim, o texto aqui discutido foi produzido por moradores da região de Faxinal dos Ribeiros, em geral nascidos no lugar.

O início do texto fala dos primeiros moradores do local, de como chegavam e como era o sistema de terras.

Faxinal dos Ribeiros recebeu esse nome devido à chegada dos primeiros moradores, sendo a família Ribeiros, entre elas a Sra. Silvana Ribeiro.

Era um sertão de mata fechada, onde existiam onças e outros animais. Construíram ranchos feitos de varas e cobertos com taquaras para morarem. Mais tarde, chegaram as famílias Nanguara, em que a mãe Maria era uma escrava que havia sido liberta. Também a família Prestes, Mariano Borges, Serilho e Silvério povoaram a região. As pessoas que vinham para morar traziam nos cargueiros alimentos, roupas, camas e ferramentas. Viajavam a cavalo e a pé.

## A COMUNIDADE

Antigamente, em Faxinal dos Ribeiros ninguém dava importância para terras, onde quisesse morar era só fazer uma casa e todos respeitavam, então ali era chamada de frente um bom pedaço de terreno.

Existiam muitos pinheiros gigantes, alguns eram derrubados para tirar os galhos e fazer lavoura, o restante não era aproveitado.

Neste trecho inicial, já é possível observar questões significativas em relação ao que é selecionado como aspecto importante para relatar a história. Em primeiro lugar, vemos uma ocupação que se distancia muito daquela da história oficial de Pinhão. Os primeiros moradores vêm de fora, a pé ou a cavalo, trazem seus pertences em cargueiros, e apropriam-se de terras que, naquele momento, são livres. A memória das terras livres, por sua vez, aponta duas questões: a sustentação do fato dos posseiros não terem os documentos da terra, apesar da presença no local por gerações, devido à dinâmica do próprio processo de formação do lugar; e o contraste com o período posterior,

em que são continuamente ameaçados de expulsão das terras onde nasceram. A história legitimária, assim, um direito ameaçado por sua não formalização.

Além disso, a caracterização dos primeiros moradores aponta não serem eles de elite ou de posses. Seus ranchos são o mais simples possível – nem sequer de madeira, mas de varas cobertas de taquaras. Seus pertences podem ser transportados em cargueiros. Chegam a cavalo ou a pé. Entre eles há uma liberta, Maria Nanguara, que vem com sua família (curiosamente, o sobrenome Nanguara não é listado entre aqueles que existem no lugar no momento da escrita). E, ainda, são duas mulheres as únicas pessoas efetivamente nomeadas: Silvana e Maria. Uma origem que passa pela memória do feminino, não do masculino.

Há, ainda, o ambiente: um sertão, sem presença humana, mas com animais selvagens. Ao contrário dos relatos anteriores, não há memória sobre indígenas. Mas sim de pinheiros gigantes, que foram o foco inicial das madeiras ao chegar em Pinhão. Estes eram derrubados quando necessário, com o objetivo de viabilizar a produção e a sobrevivência, e não pelo interesse na exploração da madeira. Uma mata na qual as pessoas se instalaram e com a qual conviviam.

A continuidade do relato sobre o local aborda sua organização social passada e a rusticidade que a marca – já apontada na descrição dos ranchos iniciais e no meio de transporte das famílias:

Nesse tempo, criavam-se muitos porcos soltos, pois havia frutas em grande quantidade, principalmente pinhões. Quando matavam os porcos, eram enxugados os panos de toucinhos na fumaça, depois colocados em cestos uma camada de toucinho e outra de palha, até encher os cestos.

A carne era frita e enlatada junto com a banha.

A alimentação era à base de quirera, carne e feijão. Arroz e açúcar apareciam somente quando uma pessoa ficava doente e esses produtos eram comprados em Cruz Machado. Comprava-se açúcar amarelo para mascar. A farinha de milho era feita em monjolos e torrada em fornos. O sabão também era feito em casa com uma sopa de cinza e água que chamavam de “adequada” e era misturada às gorduras.

As pessoas andavam sempre descalças, alguns compravam o primeiro par de sapatos aos dezoito anos. Os pais tinham autoridade para com os filhos, mesmo depois que estes se tornassem adultos.

As festas eram feitas em casas e igrejas, a comida típica era café e broa de fubá e centeio. Todos se divertiam e quase não existia violência. Eram comuns bailes, danças de São Gonçalo, festas para homenagear santos e novenas realizadas em casas de famílias. Nessas ocasiões eram convidados vizinhos, parentes e compadres.

No trecho acima, a grande referência para caracterização deste “momento inicial” do Faxinal dos Ribeiros é um sistema de produção particular, centrado na alimentação e voltado para o autoconsumo, e que possui como um de seus principais aspectos a autonomia. Assim, ingere-se o que se produz: carne de porco (enlatada ou defumada), quirera, feijão, farinha artesanal. Os porcos, por sua vez, criados soltos – indicando o sistema faxinal. Inclusive a alimentação de festa consiste em broa de fubá e centeio, além do café. Compras mesmo de produtos básicos da alimentação atual – como arroz e açúcar – em caso de doença. Além disso, essas eram feitas em Cruz Machado, o que aponta para redes de contato e comércio com o município vizinho.

Mas a vida não é só produção. Esta se dá em um contexto sociocultural com caráter próprio. No trecho citado, também aparecem elementos da religiosidade católica local – as danças de São Gonçalo, as festas de santo, as novenas realizadas em casas de famílias. E uma sociabilidade marcada pelas redes de parentesco, vizinhança e compadrio, que movimentavam as situações de encontro e diversão. E, ao falar da diversão, um aspecto é ressaltado no texto: “quase não existia violência”. Esta expressão é bem interessante: o “quase”, ao mesmo tempo em que nega a violência, a afirma. Por outro lado, é uma violência menor que a do tempo presente, o tempo da escrita, em que se pressupõe que esta passa a ser um problema nos contextos de reunião de pessoas e diversão – e talvez não só nesses. Em outras palavras, enquanto no tempo da memória a violência é um elemento existente, mas “quase não”, na atualidade ela se impõe. O mesmo se pode pensar com relação à autoridade dos pais, que se estabelecia inclusive sobre adultos – afirmação que faz supor não ser esta uma realidade contemporânea, segundo a avaliação da equipe de autores. O passado é, então, construído a partir de determinados aspectos que definem o contraste com o presente, e ressaltam ao mesmo tempo a rusticidade da vida, o relativo isolamento e a autonomia dos moradores locais. O que é reforçado no item intitulado economia:

O transporte era feito somente a cavalo, as pessoas tinham tropas de animais para transportar cargas. No trabalho da agricultura, plantavam milho, feijão, abóbora, fumo, mandioca, centeio, batata-doce e couve. Plantavam pouco e colhiam somente para o sustento da família. Plantavam, por exemplo, um prato de feijão e já era o suficiente, pois não tinha comércio, assim todos plantavam.

Quanto ao relativo isolamento, as dificuldades de transporte e comunicação são ressaltadas, mas também a chegada do rádio, que modifica o local ao trazer o contato mais rápido e efetivo com o mundo exterior.

Antes, porém, de falar desses temas, o texto traz uma história que possui

bastante popularidade local – tendo sido por diversas vezes repetida ao longo da pesquisa: a do noivo que, não conhecendo sua noiva, confunde a sogra com a pretendente. O caso é visto como divertido e interessante, e ao mesmo tempo causa estranheza a possibilidade de que um casamento se dê sem o conhecimento prévio dos noivos. É curioso observar que, hoje, o número de casamentos formais é cada vez mais reduzido, sendo o processo de casamento mais comum a fuga de um casal – que a partir dela consolida sua união.

O texto prossegue com os itens saúde e comércio. Com relação à saúde, afirmam não haver médicos no passado, o que provocou a morte de vários moradores locais. Por outro lado, havia curandeiros – e citam dois homens, Pedro Nanguara e João Hilário, afirmando seu “bom poder de cura através de benzimentos”, e o respeito a eles devido. Além disso, atribui-se a Pedro Nanguara – que, lembre-se, pertencia à família da escrava liberta Maria, sendo provavelmente negro – profecias muito próximas àquelas vinculadas, em outros locais do interior do Paraná, a São João Maria, como dos gafanhotos de aço que matariam muitas pessoas ou dos fios como teias de aranha, que trariam males. Já ao falarem do comércio, fazem referência às primeiras bodegas, abertas com o decorrer do tempo, e que vendiam produtos como tecidos, cereais, ferramentas e bebidas, e compravam erva-mate. Assim como no caso dos porcos, uma referência a atividades relativas ao sistema faxinal, e que fazem com que a produção de subsistência não seja pensada como fechada na própria unidade familiar ou no grupo local, mas possa se articular com sistemas produtivos muito mais amplos, como é o caso da erva-mate.

Após falar do local, o texto passa a falar da escola. Relata a presença do primeiro professor particular, contratado por um morador local, que teria lecionado na Igreja de Nossa Senhora. Um segundo professor, dando aulas na Igreja de São Sebastião, seria o precursor da E. M. Norberto Serápio. São relatados os nomes de todos os envolvidos no processo de construção e consolidação da escola. Bem como sua construção, e reconstrução em 1982. Posteriormente a reunião de nove escolas no local, em 1999, através da nuclearização, que foi responsável pela composição do quadro de professores do momento da escrita. Quanto a sua “clientela”, são os moradores de Faxinal dos Ribeiros, que são descritos como “dos mais variados níveis socioeconômicos e culturas diversificadas”, sendo a maioria de não assalariados. Descreve-se também o posto de saúde e as comunidades limítrofes.

O item seguinte é “Moradores Antigos”, que destaca o caráter imigrante de parte da população de Faxinal dos Ribeiros, sendo sua origem diversificada – com destaque para os dois outros estados do sul do país. E uma das famílias que recebe destaque é a de Teófilo Alves Cerenz, proveniente do Paraguai. O texto relata que ele teria vindo com oito anos, juntamente com seu pai, irmã e um tio, na época do início da “guerra”. Esta é indeterminada, e embora

fosse possível supor tratar-se da Guerra do Paraguai, o fato de Teófilo estar com 84 anos no final do sec. XX impede esta suposição. A guerra traz muitos sofrimentos: a perda da mãe e os perigos de uma viagem de meses a pé. Mas ao chegarem, após o sofrimento, constroem suas vidas. Teófilo se casa, tem doze filhos e, aos 84 anos, “ainda trabalha na roça e luta com a criação de gado, porco, cabrito, cavalo e carneiro”. Também fazem, ele e a mulher, quando da redação do texto, farinha em monjolo, quirera em jorna e carregam sua produção em cargueiros com cesto e bruaca. Possuem vários objetos antigos vinculados ao cotidiano e à produção, que utilizam naquele momento.

Com relação à história de Teófilo – repetida por vários dos alunos dele descendentes em seus textos, como será explorado no próximo item – é possível identificar questões significativas. Aqui, a guerra não é mais algo distante, mas marca a história de Teófilo e o motiva a migrar, até que chega a Pinhão. Traz sofrimento, inclusive a perda da mãe gestante e do futuro irmão. E, então, em Faxinal dos Ribeiros o paraguaio pode se fixar e construir sua vida. Vida vivida nos moldes locais, tradicionais, marcada pelo trabalho na roça e com a criação. Que gera um casamento longo, uma família de doze filhos e o reconhecimento local que o inclui entre os moradores antigos do lugar que devem ser citados. Teófilo “conta” aqui.

A outra moradora a que o texto se refere é Maria Trindade de Oliveira Tibes, vinda de Santa Catarina com o marido. Viagem de ônibus e posteriormente a cavalo, com a mudança em cargueiros – uma trajetória bem diversa da de Teófilo, não somente feita a pé e marcada pelo sofrimento, mas em que, na chegada, ele se encontra destituído de quaisquer bens de valor. Além disso, Maria Trindade apresenta dificuldades de adaptação ao lugar, pois “não tinha o hábito de guardar dias santos, não sabia tomar chimarrão, tinha dificuldades na comunicação”. Em outras palavras, há um jeito próprio de viver no Faxinal dos Ribeiros, que não trouxe obstáculos para a adaptação de Teófilo (apesar de ser ele paraguaio, ou seja, falar inclusive outra língua), mas sim para Maria Trindade, brasileira, falante de português mas com problemas de comunicação – e que retorna regularmente a Santa Catarina. Esse jeito próprio, é importante ressaltar, tem como primeiro atributo guardar dias santos – respeitando assim preceitos religiosos fundamentais do catolicismo local. Voltando a Maria Trindade, com 71 anos na época da escrita do texto, suas atividades são essencialmente domésticas, ficou viúva e ainda naquele momento “tem boas amizades e vive bem”. Em outras palavras, apesar dos entraves, a população local sabe conviver com a diversidade, e os problemas de adaptação não a impedem de se inserir de forma positiva no contexto social de Faxinal dos Ribeiros. Sua história permite um interessante contraponto à de Teófilo e sua família.

Em seguida a essas duas trajetórias, são listados os sobrenomes existentes em Faxinal dos Ribeiros, em número de quarenta e dois. Neste texto, diferentemente do livro de Camargo, todos contam, e não há hierarquia indicada entre eles. Há sobrenomes de origem nacional e estrangeira, há famílias de mais e menos posses, mas nada disso é sugerido no texto. Posteriormente, um quadro vai indicar aqueles que vieram de outros países e estados, mas não nesse momento. Apenas uma lista, à qual se segue o item “A Comunidade Hoje”. E, aí, uma série de informações curtas sobre: clima, agricultura (apresentada como mecanizada), criação animal, estradas, comércio, meios de transporte, comidas típicas e vestuário. Nenhuma palavra sobre território, conflitos fundiários, ação de madeireiras, ou qualquer outro aspecto que apontasse as tensões vividas no passado próximo e no presente.

O item política traz o nome de vereadores eleitos “na comunidade”. O primeiro, em 1993, Domingos Silvério dos Santos. Na disputa seguinte, Manoel Neri Liber e Amilton José da Silva. E este é o único trecho complementado pelo manuscrito que indica a eleição de Sebastião Rodrigues Bastos por dois mandatos consecutivos: 2000 e 2004.

Há, ainda, um poema que homenageia o Faxinal dos Ribeiros, que o apresenta como sertão, mas capaz de aceitar a todos com carinho, que está se desenvolvendo mas precisa ser preservado por ser um solo abençoado. E o texto encerra com “Uma História Engraçada da Dança de São Gonçalo”. Contam sobre uma Dança de São Gonçalo em que o dono da casa faz um churrasco, e como as pessoas saem, comem e retornam para a dança, beijam e tocam a imagem, o santo fica sujo de gordura de carne. Alguém, então, beija o santo com mais ímpeto, ele cai no chão e os cachorros começam a lambê-lo devido à gordura. Após um tempo, o santo é recuperado, limpo pelos cachorros, e a devoção prossegue. Com o caráter que possui de devoção popular, de uma religiosidade que é simultaneamente séria e flexível, em que não há uma incompatibilidade entre diversão e devoção.

Três documentos são anexados ao texto. Um deles, incompreensível devido à má qualidade da cópia. Outro, uma cópia de uma carta, datada de 1958, que serve como convite de casamento, em que a noiva chama uma amiga para a solenidade religiosa, civil e “hospedagem” de um casamento triplo – dela e de duas irmãs, uma casando-se com seu irmão. E o terceiro uma autorização de 1966, expedida pelo inspetor policial de Faxinal dos Ribeiros, Joaquim Ferreira Nunes, para o policiamento de um baile após um puxirão, em que pede “dezarmar e coregir bem a fim de core bem o baile”. Um bilhete que, ao mesmo tempo, fala da prática de puxirões (mutirões) seguidos de baile no lugar, do costume dos homens de andarem armados e do risco de conflitos nesses momentos de festas.

É possível perceber, portanto, que o documento produzido pela equipe da E. M. Norberto Serápio destaca aspectos da história local que compõem uma visão de si muito diferente da visão de Pinhão trazida por Camargo ou Passos. Não mais uma história oficial da colonização, mas a ocupação de terras livres. Não mais famílias de colonizadores que formam a elite local, mas inúmeras famílias, de origens e tradições variadas. Com destaque para um paraguaio que tem no seu passado as marcas da “guerra” e os inúmeros sofrimentos que ela impõe. Este chega a Faxinal dos Ribeiros criança, a pé, órfão da mãe deixada pelo caminho, mas ali consegue se fixar, criar uma grande família, viver de maneira autônoma segundo costumes locais. É ele quem se adapta bem ao lugar, e não uma senhora de Santa Catarina que tem dificuldades de comunicação, não reconhece os costumes, faz sua viagem de ônibus e a cavalo, e volta com frequência a sua terra natal. Outro “mito de origem”, em que os costumes dos moradores dos faxinais são um eixo fundamental – a produção, a alimentação, a religiosidade, uma forma de ser e se relacionar com o mundo. Mas que não implica em isolamento, pois o Faxinal dos Ribeiros se faz representar politicamente no município, está inserido em um contexto mais amplo.

Por outro lado, aspectos em comum com os dois textos anteriores. Em primeiro lugar, um silêncio sobre as últimas décadas. É interessante observar que, ao falar da comunidade hoje, o texto inicia caracterizando o clima do lugar, e traz uma série de informações secas sobre suas atividades. Depois, uma valorização de um passado mais remoto por sua rusticidade. Aqui, no entanto, essa rusticidade é sinal de fartura e autonomia. E respeito, “quase” sem violência. Violência esta que traz um tema também presente em Camargo e Passos: a valentia como característica dos moradores de Pinhão, o que se percebe no bilhete do inspetor Joaquim Ferreira Nunes autorizando policiamento em um baile e recomendando o desarmamento dos presentes, a fim de evitar eventuais problemas. Valentia que, juntamente com a experiência ancestral da guerra, pode apontar a força da resistência nos conflitos territoriais então vividos.



## » **Agenda** – João Oliverto de Campos

João Oliverto de Campos nasceu em 1926 em Guarapuava. Filho único de Francisco Assis Campos e Graciolina Alves de Campos, aos seis anos de idade mudou-se para Poço Grande, em Bom Retiro/Pinhão, em terreno de dez alqueires comprado por seu pai em seu nome. Quando criança, estudou dois anos com um professor particular que atuou na região, voltando a estudar somente aos 74 anos. Ganhou um livro de atas de presente de sua professora, Sandra Dellê, em 2004, e desde então faz, no livro, anotações sobre seu cotidiano, reflexões sobre o mundo e rememoração de histórias antigas. Junto a essas anotações, cola recortes de jornal e outros papéis importantes – como, por exemplo, convites por ele recebidos, fotos. A composição das anotações e colagens constrói uma visão de mundo própria, para a qual contribuem relatos sobre o passado. Seu texto está em constante construção, e aqui será analisado o que foi escrito até 10 de julho de 2012, quando estivemos em sua casa e ele permitiu que fotografássemos seus escritos para publicação.

Ao contrário dos autores anteriores, João Oliverto não se propõe a fazer uma história local. Com efeito, sua “genda” é mais explicitamente uma reflexão sobre a atualidade que uma narrativa sobre o passado. No entanto, sua idade e a temática da solidão e das mudanças ocorridas no mundo, aliadas a certa perspectiva escatológica, fazem com que as experiências e eventos progressos sejam fundamentais na compreensão e interpretação do mundo contemporâneo, e por isso perpassam o texto. Além disso, um dos aspectos essenciais para João Oliverto é sua localização social e espacial, o que define a partir das relações familiares, de amizade, vizinhança, compadrio, seu vínculo com o lugar onde vive e sua atuação religiosa. Tais características permitem o diálogo entre seus escritos e os demais textos considerados neste capítulo. Evidenciam, ainda, a intrínseca associação entre discursos sobre o passado e uma concepção do presente.

A conjugação de recortes e manuscritos, por sua vez, resulta em uma composição única, que expressa a visão de mundo do autor. A elaboração da **Agenda**, por sua vez, se dá em dois sentidos: do início para o fim do livro de atas (principalmente), mas também do fim para o começo. Acrescente-se que as páginas já escritas são ocupadas em sua totalidade, sem margens ou espaços vazios. Desde a primeira contracapa, a cujo texto de doação do livro, assinado pela professora Sandra Mara Dellê, se superpõem dois recortes de jornal, de autoria de Chico Alencar – sobre a renúncia de Jânio Quadros e o suicídio de Getúlio Vargas.

Os excertos de jornal são o principal tipo de material impresso colado à **Agenda**. São quase sessenta, cerca de um terço deles de autoria de Chico Alencar. Aparentemente – devido ao tamanho, estrutura gráfica e tipo de letra

– provenientes de uma mesma fonte, não identificada. O grande número, no entanto, não traz uma variedade muito alta de temas. Eles se concentram em questões políticas e de movimentos sociais da história do Brasil – com destaque para a abolição da escravatura, o cangaço, Canudos, a Coluna Prestes, a revolução constitucionalista de 1932, o período Vargas, a construção de Brasília, a renúncia de Jânio Quadros, as reformas de base do governo Jango, a Eco 92 e questões ambientais, voto para presidente reconquistado após 1989, o plebiscito do desarmamento, a expressiva presença indígena no país – aliados a acontecimentos internacionais – como a assinatura da Declaração de Direitos Humanos pela ONU<sup>18</sup>. Também em temáticas religiosas: vidas de santos, beatificação da brasileira Albertina Berkenbrock, pílulas de Frei Galvão, orações, atividades litúrgicas, presença de animais em cenas religiosas, conflitos entre a legislação e os valores cristãos, entre outras. Um terceiro grupo de recortes fala de questões relacionadas à importância do amor, da família, do casamento, dicas para ser feliz, a beleza da velhice e a arte de envelhecer bem e ter uma boa morte. E, por fim, há alguns recortes sobre curiosidades meteorológicas ou da população mundial, medicina popular e poesia. Estes últimos, contudo, muito menos significativos que os três grupos anteriores.

Mas é sobre os manuscritos de João Oliverto de Campos que concentraremos a análise<sup>19</sup>. Também neles, há temáticas recorrentes e uma estrutura de pensamento que compõem, com os textos acima citados, um conjunto significativo. Um dos eixos de tal estrutura já se explicita a partir da anotação inicial do autor, e refere-se à importância atribuída a sua localização familiar e social. Com efeito, desde o primeiro momento Campos registra os aspectos que o constituem como sujeito: o local de nascimento (Combrão, Guarapuava); a filiação (pai Francisco Assis de Campos, de origem paraguaia, e mãe Graciolina Alves de Campos, origem alemã); sua vinda para Pinhão em maio de 1932; a condição de filho único; o estudo em escola particular a partir de 1939 até 1940, a dinâmica da escola e a importância de Juvenal de Assis Machado ao trazer um professor para o local; o retorno aos estudos somente em 2000, e depois em 2004. Na segunda anotação, outro aspecto fundamental: o casamento com Rozilma Jezus de Campos e a formação de sua família – duas filhas e um filho natimorto. E, a partir daí, prossegue com o relato dos acontecimentos que mudaram sua vida, iniciados com a grave doença da esposa, a necessidade de longas viagens para tratamento e, por fim, sua morte, que traz para João

<sup>18</sup> Os textos de Chico Alencar concentram-se nesses temas.

<sup>19</sup> No decorrer da análise, citaremos trechos dos manuscritos. Para tanto, utilizaremos um tipo de letra específico, estratégia também utilizada para a publicação da **Agenda**. Esta opção se justifica devido ao autor ter um estilo próprio de escrita e estruturação de seu texto, e à necessidade de ressaltar a diferença desse estilo frente ao texto acadêmico.

Oliverto uma solidão não superada posteriormente. Esta, um dos grandes temas de seus escritos, que se expressa desde antes da perda da mulher, como no seguinte trecho:

*Eu João Oliverto de Campos para mim o poço Grande é poço negro a tempo não poço ir num divertimento festas e outros divertimentos que tudo o povo vai eu não poço ir nem no vizinho eu sou o cazeiro de todo o tempo e eu não sei se um dia vai raiar um novo sol na minha vida vai certo ponto que agente dezacorssoa, todo o mundo do lugar participam todos os domingos festa Sarau casamentos Rodeio na política não perdem comissão, Agóra eu esto Ezolado do Mundo só trabalhar criar as coisas fazer o bem para os outros ser feliz, e e isso nada mais.*

No entanto, apesar da solidão, é em Poço Grande que o autor constrói sua vida, e não há ao longo do texto qualquer indício de desejo de se mudar, apesar da distância da família – as duas filhas moram em Guarapuava. É lá que se encontram sepultados seus pais, sua mulher, e onde manda construir a gaveta para seu próprio sepultamento. Tem obrigações com a capela que ele mesmo construiu com a mulher, e na qual desempenha a atividade de ministro extraordinário da eucaristia. Celebrou por muitos anos a Festa de São Sebastião, tem função de relevância nos rituais da Semana Santa, criou a procissão ao Morro da Cruz (onde se encontra a estátua de São João Maria de Jesus – que ocupa lugar de destaque em suas reflexões).

Logo depois do trecho acima, o relato da morte de D. Rozilma. Este será o primeiro de vários registros de falecimento de pessoas da região, algumas morando fora. Com efeito, o tema domina principalmente a primeira parte dos escritos de João Oliverto. A estrutura de tal relato é uma versão mais completa daquele que será o modelo de todos os outros registros. Nele, a identificação do momento e local da morte, do cônjuge que fica viúvo, filhas, netas e bisnetas. Uma descrição do enterro, ressaltando a presença de quantidade significativa de pessoas e dando destaque aos compadres, comadres e afilhados. D. Rozilma teria 194 afilhados, sendo 159 ainda vivos. Posteriormente, a identificação dos genitores de D. Rozilma, e informações sobre seu casamento com o autor, que durou 47 anos e 4 meses. Sepultamento no cemitério de Poço Grande, próximo à capela onde se encontram os restos dos pais de João Oliverto. E a saudade que vai ser reafirmada em vários outros momentos da **Agenda**. Lembra-se, ainda, do câncer que a levou a óbito, do tratamento recebido no hospital. E termina com a memória da cerimônia de suas bodas de prata, em 1982 e da reconciliação de D. Rozilma com a comadre, com quem estava rompida há sete anos.

A apresentação tanto de si mesmo quanto da esposa e dos outros moradores e ex-moradores locais que morrem no período indicam a concepção do autor sobre as características fundamentais na construção da pessoa. Primeiro, seu nome completo, seguido da identificação de sua família – que consiste em ancestrais, cônjuge e descendentes, não sendo atribuída importância significativa ao parentesco colateral<sup>20</sup>. Depois, relações de compadrio e apadrinhamento, que tecem uma rede complexa e ampla de vínculos sociais relevantes. Em vários momentos do texto, o autor identifica, com um único sujeito, relações de compadrio múltiplas, assim como posterior compadrio estabelecido com afilhados<sup>21</sup>. Percebe-se que, em seu caso, a pequena dimensão da família pode ser compensada através do sistema de compadrio – para o que contribuem os vários batismos comuns na região (em casa, na igreja e no olho d'água), como também o fato de outros ritos religiosos, ao estabelecerem padrinhos, definirem também compadres (como primeira comunhão, crisma, casamento). Com efeito, o compadrio permite a inserção no círculo de relações de pessoas que não têm vínculos prévios definidos, bem como o reforço de vínculos preexistentes (como de parentesco ou vizinhança).

A importância da religião católica e de suas práticas para o autor define outro aspecto relevante na composição da pessoa: a realização de atos significativos para o catolicismo – como a contribuição na construção ou reforma da capela, a colocação de uma estátua de São João Maria no Morro da Cruz – ou o desempenho de funções específicas no contexto religioso – como papéis diferenciados nos ritos, ou a realização de festas de santo. Atitudes que não são interpretadas como restritas à esfera religiosa, mas um bem mais amplo para a comunidade.

Entre as narrativas sobre falecimentos, e principalmente as vinculadas à morte da esposa e os rituais posteriores a ela relacionados, uma delas se destaca por descrever o casamento de um afilhado – cujo convite se encontra colado na **Agenda**:

*ESTE AFILIADO EDENILSON Moraes que se casou com a Janete dos Santos este rapais morrou com noss 2 anos 1999 e o ano 2000 casou dia 22 de janeiro de 2005 eu fui com o meu fusca motorista o Joze Nerci e Dna Dulcia foi também e o Lucas e a Delair que veio de Guarapuava do pinhão pra cá veio com*

<sup>20</sup> Podemos pensar se tal fato não se deve a ser o autor filho único, e não possuir tios, primos, sobrinhos nem próprios nem da esposa vivendo na região.

<sup>21</sup> O compadrio é um dos sistemas de formação de redes de relações mais significativo no interior do país. A expansão das religiões evangélicas, que impedem seu estabelecimento, deve ser pensada também quanto a seu impacto social, pois muda esse padrão.

*nóss e Neruza veio com Dna Ana Xusk assistimos o casamento na matriz e no cartório e viemos adiante na recepção almoço e viemos adiante para abrir o barracão da capela de poço Grande para o conjunto **Lobo Bravo** estalar os aparelhos de som o baile comessou as 16 hs e foi ate as 2 da madrugada munto povo mas não teve nem uma alteração tudo correu bem mais pra mim não prestou a festa por mas boa que estava motivo eu estar de luto de 90 dias que minha espoza ter falecido em 28.10.2.004 Ela também era madrinha do Edenilson e ela na vida queria munto bem e o Edenilson e pra mim tudo a alegria foi água a baixo assino João oliverto de Campos 23.01.2005*

No trecho acima, a descrição de um casamento na região – que está se tornando raro, pois a maioria dos casais, em geral muito jovens, se “casa” através da fuga, e não de uma cerimônia específica. Assim, a cerimônia civil e religiosa em Pinhão, mas a festa em Poço Grande, consistindo em um almoço e em baile que se inicia às 16 horas e se prolonga até a madrugada. Sem que tenha havido qualquer “alteração”, o que indica o sucesso da festa. Além disso, o apoio dado pelo padrinho e sua família, o local escolhido para os festejos sendo o barracão da igreja de Poço Grande, ao lado da casa de João Oliverto. No entanto, as dificuldades de conjugar o carinho pelo afilhado com o luto por D. Rozilma, que faz com que o autor não consiga aproveitar a festa como o faria em outro contexto.

O casamento é também um dos principais temas das reflexões de Campos. A vida gira em torno do casal e da família, e a ausência da cônjuge parece ser a principal causa de sua solidão. Tanto que o autor, em anotações posteriores, aborda a temática da solidão dessa perspectiva:

### ***O Homem Sôzinho e a Mulher Sozinha***

*Nos dias de hoje como sempre e É acham que o homem pode viver sozinho está cêrto pode sim viver sozinho mais ê puro engano, mezmoo a mulher a mulher ê mais face arrumar um parceiro o homem é mais custoozoo principalmente se for velho nos dias de hoje pôde cerrumar pra cabessa de si próprio nem todas as mulheres de hoje só quêrem a grana aconsêlho quem tiver sua mulher onêsta zêle por que terminou aquêla as vezes terminou tudo o hêmem fica sozinho quazi abandonado longe de filhos ou filhas esse velho ou velha que seivre se puder nos não estamos nem nai outros dizem não queremos que o pai caze de novo*

*ou a mãe caze de novo se isso acontecer nos vamos dar um jeito eu acho que o homem e a mulher tem direito de se cazar de novo **por esse motivo Deus criou o homem e a mulher vegam em Genessis capitulo 1 a verciculo 26 e 27 Deus feis o Adão do pó da terra e tomou uma parte do Adão e fes a companheira EVA e Deus dice crecei e multipicai enxei a face da Terra, se foce pro homem viver sozinho Deus não fazeria a EVA Adão estaria ate hoje sozinho Muntas famílias dizem o pai viuvo aguenta os pontos não deixamos ele cazar de novo ou a mãe cazar de novo mais as vezes as famílias moram bem distante e o fulano viuvo ou a fulana viuva tem que morar sôzinho ou sozinha no meio de gente estranha e sempre na solidão no meio do abandono apozentado ou apozentada tem que trabalhar pra sobreviver Até o fim da vida quando morre os estranhos vão darlhe uma sepultura e a família estão nua boa se deixou alguns bens vamos dividir o homem sem mulher chega do serviço ou da viagem tem que fazer tudo na caza não tem os quem faça felis da quele que tem um vizinho proximo. Fındou a história. poço Grande 14 de março de 2.009***

***Guardem o sábadu que Deus descançou / e prezervem o domingo que o Senhor ressucitou †***

O casamento faz parte da ordenação divina do mundo. Ele traz consigo a divisão do trabalho adequada e a possibilidade de compartilhar os pequenos acontecimentos do cotidiano, sendo o principal caminho contra a solidão. No entanto, a mudança dos tempos faz com que seja difícil um bom casamento nos dias atuais, devido aos interesses financeiros de algumas mulheres suplantarem as motivações legítimas do matrimônio – principalmente no caso de homens mais velhos. Na impossibilidade de ter alguém a seu lado, sorte daquele que conta com o apoio de vizinhos (e compadres). O que, contudo, é apenas um paliativo para a solidão. Solidão vivida por João Oliverto, apesar de poder nomear, ao longo de sua vida, mais de vinte rapazes e homens que trabalharam e moraram em sua propriedade, além dos sogros, que lá viveram cinco anos. Mas “tudo ficou na saudade”.

Não são somente as relações pessoais, entretanto, que ficam na saudade. Também um mundo, que nos últimos tempos se transforma significativamente, e para pior. Como um dos eixos dessas mudanças, o uso de drogas pela

juventude<sup>22</sup>, que passa a não trabalhar, se envolver em crimes, desrespeitar os mais velhos, impor aos pais sacrifícios para satisfazer seus desejos de consumo, afastar-se da religião, não mais se importar com instituições sociais básicas como o casamento. A tal presente, o contraste de um passado em que os ritos religiosos eram intensos, com a nomeação de vários moradores locais e as festas de santo realizadas pelas famílias. Também caracterizado por um modo de produção artesanal, com a divisão de trabalho por gênero, marcado pela autonomia. Um tempo de fartura, tranquilidade e respeito aos preceitos divinos, em que “o pobre era rico e não sabia” e era gostoso viver:

### *Uma história*

*Como era o passadiu no passado que já foi e não mais volta as pessoas as mulheres do passado faziam farinha de milho moido no monjolo de agua pindocavam o milho abanavam tiravam o farêlo servia para alimentar os caxorros ponhavam o milho de molho dentro de um saco e o saco dentro de um seito ficavam o milho de molho por 10 dias daí elas tiravam o milho esfregavam no balaio ate sair toda a goma do milho enxugavam com um pano seco esfregando dentro do balaio depois de seco o milho ponhavam no pilão do manjolo para o monjolo moer o milho quando já moido elas peneravam noutro balaio com a peneira fina aonde saia a maça ou fubá da massa levavam ao forno redondo e com ais Mao faziam o biju com fogo brando em baixo do forno passando um pincel de palha molhado para não queimar o biju o biju ia levantando do forno por si prôpio elas ponhavam os biju na sururuca especie de peneira grossa feita de taquara dentro do balaio e iam moendo ficava uma farinha bem fininha e se quizesse tiravam tambem a quirera para cozinhar com suan de porco ou a carne de porco guardada na lata coberta com banha para não arruinar a carne ficaria de um ano para outro por que não avia geladeira nesse tempo se quizesse tirava o fubá secava no forno para guardar para fazer bolo de fubá ou broa de fubá e se quizesse tirava a cangica para cozinhar e comer com leite de vaca Os homem plantavam a rossa de toco como*

<sup>22</sup> Este é o tema específico de alguns escritos do autor, e está sempre vinculado à propagação do crime e da violência e a uma idéia de final dos tempos. É assim que, logo antes do texto acima citado, Campos encerra um trecho sobre tal tema afirmando: “Tudo esses castigos que nos estamos vendo no Brazil e no mundo o que é falta de Deus na humanidade sô vai mudar quando Cristo voltar apartará os cabritos dais ovelhas e o trigo do joio o bom ficará a sua direita vinde bendito para meu pai / os da esquerda apartai vós de mim malditos para o fogo do infêrno”.

*se dizia na época rosavam a capoeira se era capoeira grossa rosava em meis de maio junho e os pau grosso derrubavam com o maxado para queimar da quadra da prima vêra em meis de setembro e a capoeira era fina se rosavam queimar em meis de outubro plantar milho e feijão se plantava com o saxo ou sengo As mulheres cuidavam da caza dais hôtas de mandioca e batata e outras ortalicias cuidavam das vacas pôrcos cavalos êguas burros carneiro cabritos e haves galinha e outros nessa epôca o pobre êra rico e não sabia que êra rico tinha de tudo crioulo so comprava o sal e o assucar e a pinga que eles gostavam tomar um gôle na hõra do almoço comer carne de gado cozinhado com feijão preto comer quirera com suan de porco mandioca cozida tomar um bom ximarão erva crioula um xaruto de palha fumo que eles mezmo faziam As mulheres custuravam as roupas para êlas os homem e ais crianças Nessa epoca não tinha radio nem televisão nem lus elétrica nem aqua encanada só se trazia da fonte com o barde se alumniavam com lampião a quirozene ou vela candiero de banha de porco Nos dançava o baile com esses lumes e a gaitinha 8 soco ali por 1940 como era gostozo viver nessas epoca Mais tudo mudou hoje os jovem não se trajam como rapais carção para o garrão brinco na orelha fuma se drôga pinse na boca correntão no pescoço só bertence a violencia o roubo estelhonato secuestro estupro quêrem sempre estar longe de Deus não gostam dais igrejas catolicas e outras evangelicas só Deus sabe como vai terminar*

***Aguarde em Brêve Jezus Cristo virá***

As marcas do progresso são, portanto, ilusórias. A possibilidade de garantir o sustento a partir de uma produção própria, crioula, que exigia apenas a compra do sal, do açúcar e da pinga, é algo muito valorizado pelo autor. Acrescente-se que esse contexto levava a uma relação próxima entre pais e filhos, definida pelo trabalho como valor. A construção de uma nova família a partir do casamento como um importante projeto de vida. Contexto que, em outro trecho, Campos contrasta com a atualidade: jovens não querem saber de trabalhar, só estudam e nas horas vagas dormem ou assistem TV, pressionam os pais com desejos de consumo. Moças engravidam solteiras, casais permanecem juntos por pouco tempo. Um mundo de coisas e pessoas descartáveis.

A interpretação dos sinais trazidos pelas mudanças contemporâneas a partir de uma perspectiva escatológica, por sua vez, se sustenta em uma figura religiosa muito importante nas concepções do autor: o (santo) profeta João



Maria de Jesus, do qual possui uma foto e um livro, e sobre o qual conta histórias ocorridas na região. Acrescente-se ser tal temática que leva, ainda, João Oliverto a ser visitado, entrevistado, filmado, fotografado e gravado por mais de um grupo de professores e alunos da Zattarlândia (em seu livro constam os nomes ou assinaturas de dezenas de crianças junto a suas professoras). O relato da história do Morro da Cruz, o primeiro escrito de sua **Agenda** de caráter menos pessoal, é uma referência importante para o autor – que também inicia a procissão até o local. Ele assim o faz:

### *Uma história do morro da cruz*

*Contada pelos 5 Homens Antigos que contavam pro meu pai e eles proziando e eu anotando no caderno*

*Contado por 1 Jeronimo Leonardo de Ramos / fazendeiro*

*Contado por 2 Diulindro Elauterio de Ramos / fazendeiro*

*Contado por 3 pedro Cavalheiro de lima / fazendeiro*

*Contado por 4 antonio Benizio de Ramos / lavrador*

*Contado por 5 Manoel fagundes ..... / lavrador*

*Diziam eles*

*Que no ano de 1894 nas 3 lagoas abaixo do morro a beira da estrada tropeira na logoa do meio foi encontrado um dragão igual a quele que São Jorge esta lanceando só que o dragão estava morto os homem que voltiavam a mata o acharam o fenômeno, e se assustaram munto e a vizaram os vizinhos da Epôca Reuniuce o povo como não sabiam o que fazer montaram no burro e puxaram outro e lá se foram para a cidade de **Guarapuava**, buscar o franscisco Clêve (**Chico Clêve**) que hoje tem só a praça Cleve e o homem veio ver o fenômeno e disse não é do meu conhecimento esse fenômeno Voceis amontoem bastante lenha e queime só não tomem a fumaça. assim a fizeram*

*Dali a poucos dias chegou o profeta **João Maria de Jezus** o povo assustado contaram o cauzo ao profeta ele nada dice só dice voceis estão vendo aquele morro lá em nossa frente estamos sim tudo bem no dia 3 de Maio voceis plantem uma crus de sedro lá e rezem e façam suas oração quando eu de novo voltar por aqui voceis tem cauzo a me contar e o povo feis o pedido do profeta colocaram o cruzeiro no morro e fizeram as oração. Diziam eles quando chegou o ano de 1.900 escureceu o lugar e sobre veio uma grande tempestade vendaval que uma arvore alcançou a outra mezmo no pinhal gigante foi grande*

*o estrago mais não matou ninguém não levou o rancho de ninguém que para um compadre ir ver o outro se não tinha morrido percizava de ferramentas machado foice facão e serra de trasar mais os compadres estavam tudo bem grassas a Deus eles pensaram temos que contar o profeta sobre a tormenta,*

***Mais não foi só isso não***

*Quando chegou o ano de 1902 escureceu o lugar parecia vir outra tormenta comessaram a rezar e fazer suas peces pedir auxilio a Deus e lembrar de S. João Maria caiu a chuva e logo clariou de novo o sol volto a brilhar não foi nada grassas a Deus e S. João Maria*

*saiu de novamente os peão a voltiar a mata a passar pela estrada tropeira deram com a lagoa do meio cheia de cobras de todas as espécies ate de aza todas mortas saíram de novamente avizar os vizinho que a laga do Monstro estava cheia de cóbras só que estavam mórtas se reuniram de novamente os vizinhos da época ate de longe vieram ver o fenomeno lembraram da recomendação do Clêve vamos amontoar e queimar assim o fizeram.*

*Na queles dias veio o profeta João Maria e elles tiveram coiza para contar a elle e elle dice se voceis tivessem ABuzado atormenta mataria munta gente e criação destruiria muntos ranchos e as cóbras cairiam vivas e terminaria o resto sobrava munto pouco mais como voceis não ABuzaram nada aconteceu e nunca deixem de fazer as oração lá no morro dia 3 de maio de cada ano por que no futuro se ficará ABandonado cair ais crus e não mais colocarem os fenomenos vão se repetir.*

*(...)*

***Eu tenho fé em Nso Sr Jezus Cristo e em São João Maria e nossa Mãe Santicima e no pai filio espirito santo e em toda a igreja que não vão se repetir os fenomenos vai ser um ponto turístico o morro da crus † morro de João Maria. eu escrevi esta historia para ficar de lembrança João oliverto de Campos poço Grande pinhão pr estou quazi com 80 anos naci em Guarapuava Quando meus pais vieram para o pinhão 4 de Maio de 1932 eu completava 6 anos no dia 6 de maio naci em 1926 Rezido no pinhão a 73 anos.***

Explicita-se que a realidade do passado também não é romântica, mas repleta de perigos. No entanto, esses não são humanos: tempestades e vendavais, dragões e cobras (inclusive de asas) que aparecem mortos. Por

outro lado, são as atitudes humanas responsáveis por suas consequências: o respeito aos conselhos de Chico Clêve<sup>23</sup> e São João Maria e a adoção de ações corretas frente aos sinistros acontecimentos protegem o povo do lugar, impedindo que se tornem vítimas. O profeta, por sua vez, convive com os antepassados, sacraliza o local e ensina aos moradores a forma própria de se portar tanto no cotidiano quanto em grandes momentos. Ele representa esse passado de mistérios e sabedoria que o presente insiste em desconsiderar – embora os riscos não tenham deixado de rondar Poço Grande e o mundo de maneira mais ampla.

Nesse sentido, é interessante observar a interpretação que João Oliverto faz das notícias a que tem acesso através das leituras e da mídia. Elas contribuem para a perspectiva escatológica, são claros sinais de que a proximidade do apocalipse é uma realidade e que as profecias de São João Maria se cumprirão. O século XX e o início do XXI são lidos a partir de suas guerras, crises, catástrofes naturais – que embora não sejam responsabilidade exclusivamente humana, são reflexos dos caminhos tomados pela humanidade no período:

### *falta de FÊ e confiança Em Deus*

*Contado pelos antigos que após Guerra 1º Guerra Mundial de 1914 a 1917 aperaceu Nª Sª em fatima aos 3 vidente **Lucia francisco e Jacinta** em fatima na cova de iria em portugual de 13 de maio a 13 de outubro de 1917 mandando rezar o terço pra guerra acabar // e contavam que em 1918 chegou a gripe espanhola matou centenas de povos no Brazil e em 1924 estorou a Revolução federalista S. Paulo paraná e Rio Grande do Sul e em 1929 a crize mundial e em 1930 a Revolução Getulista o Getulio Varga ganhou o poder ditadura getulista por 15 anos em 1935 A Tentona Cumunista no Rio de Janeiro não vigorou em 1 de setembro de 1939 estorou a 2ª Guerra Mundial terminou e em 8 de maio de 1945 milhões de môrtos em 1941 a Ratada no Paraná em 1946 a 1947 gafanhoto no paraná 1947 a peste suína terminou com os porcos 1948 a febre afetoza no gado caprino e ovinos e os porcos que sobrou em 1964 em 31 de março estorou a Revolução contra o presidente João Gular e Brizôla a ditadura militar por 20 anos até 1984 e por fim chegou o 3º Milenio Ceculo 21 ano 2.000 ai foi só mudando torneado ciclones no exterior e no Brazil e no mundo atual violencias assaltos sequestros drôgas prostituição ao AR livre*

<sup>23</sup> Não há maiores informações sobre quem seja ele, embora seu nome estar em uma praça indique ser pessoa de destaque na Guarapuava da época.

2.005 gripe do frango 2.009 a gripe suína no povo brasileiro veio do México em 7 de setembro de 2.008 para 8 de setembro de 2.009 a enorme tempestade que atingiu todo o Paraná 46 municípios e Santa Catarina 6º município Sta Catarina já tinha sofrido catástrofe em 2.008 Rio Grande do Sul e São Paulo sofreram agora nesta de setembro milhões de desabrigados e muitas mortes e só Deus pode valer por que está se cumprindo as profecias bíblicas o final está se aproximando na sua igreja católicos ou evangélicos joelhos no chão terços e bíblia na mão será a tua salvação †

Ou ainda:

**Deus o Homem  
- e a Natureza -**

Deus criou a natureza criou o homem e ao passar os séculos o homem destruiu a natureza e a natureza se revoltou contra o homem. Ai vem o aquecimento global que os cientistas falam vem as fortes tempestades que destroem cidades e mais cidades ventos de 160 por hora pedras enormes que mofam tudo chuvas fortes demais no passado não era assim para nós velhos de 80 a 90 anos vimos o passado hoje está tudo diferente a natureza não se sabe quando e inverno ou verão está certo como diz **João Maria de Jesus** que hoje o homem abusa de tudo e alguns dizem que Deus não existe muitas escolas ensinam assim que Deus é uma história

E ai como fica os jovens do futuro como fica a sua fé ai vai vindo castigo de Deus sobre a humanidade como nós fala a santa Bíblia no antigo testamento Sodoma e Gomorra samaria e jerusalém Sodoma e Gomorra ainda EZIste mais foram sofridos // e hoje o preconceito está em tudo que é igreja seja católica evangélica o Juda sempre está lá Amando o preconceito e assim vai até o fim

Curiosamente, apesar de abordar as mudanças ocorridas com relação ao passado, e morar em região muito próxima à Zattarlândia, não há nos manuscritos de Campos nenhuma referência à atuação da madeireira João José Zattar ou de suas consequências na região. Silêncio sobre a formação do povoado, a grande afluência de pessoas de fora, a presença de grupos armados e os embates com moradores locais. As transformações relatadas de maneira negativa remetem ao final dos tempos, não a uma mudança nas relações produtivas no município. Nenhum comentário seja sobre o progresso,

seja sobre o conflito ou a destruição ambiental – aspectos recorrentes quando a questão da madeireira é abordada. A única menção à empresa ocorre ao falar de Juvenal de Assis Machado, o Machadinho, figura importante em suas memórias por ser uma pessoa de proeminência regional – chegou a ser prefeito de Guarapuava –, amigo de seu pai, responsável pela contratação do professor particular que lhe deu aulas em 1939 e 1940. Em 1942, Machadinho teria se tornado comprador de pinheiros gigantes. Teria sido ele o responsável por trazer a Zattar para Bom Retiro<sup>24</sup>. Quanto às consequências desta vinda, silêncio.

Os indícios do fim dos tempos não retiram, contudo, a responsabilidade das pessoas em desempenhar os papéis cívicos e religiosos que lhes cabem. Apesar da idade, da solidão, dos preconceitos de que se sente vítima (pela velhice), João Oliverto continua cumprindo com seus deveres como católico<sup>25</sup>, zelando de sua propriedade e da capela próxima, recebendo as pessoas que vêm de fora para ouvir suas histórias, registrando suas impressões sobre o passado, o presente e o futuro. Em seus recortes e manuscritos, preocupações com o devir, a busca de uma boa velhice e de uma boa morte. E o cumprimento de obrigações religiosas e cívicas<sup>26</sup>. O que faz e fará em Poço Grande, Bom Retiro, Pinhão, seu lugar no mundo.

## 2. Histórias que se contam para as crianças

Os textos analisados a seguir foram elaborados em atividade desenvolvida com os estudantes das turmas de história do 6º. ao 8º. ano do ensino fundamental da E. E. Izaltino Bastos, em outubro de 2012 – então sob a responsabilidade da Profa. Alecxandra Portella. A proposta por mim apresentada aos alunos foi de que produzissem relatos sobre o passado local, sem tema definido, a partir de conversas com pais, avós, parentes mais velhos, vizinhos, etc. A temática não foi previamente estipulada de maneira intencional, tendo como objetivo perceber quais os aspectos eleitos como eixos das narrativas, e como os jovens as abordariam. Dois estímulos para a realização da proposta:

<sup>24</sup> Novamente, o silêncio não é sinônimo de esquecimento. Em uma conversa, João Oliverto menciona sua lembrança sobre vizinhos que venderam árvores e, enganados, assinaram uma escritura de venda da sua propriedade. Eles tiveram que abandonar o local, e nunca mais conseguiram ter acesso a um pedaço de terra próprio.

<sup>25</sup> Em uma anotação ao final do livro (uma das duas únicas manuscritas – datada de 2009), o relato de um momento em que o autor teria expulsado o demônio do corpo de uma sobrinha, apontando poderes e funções religiosas mais amplas do que se poderia supor pelas descrições anteriores.

<sup>26</sup> O último texto da **Agenda** (que, no entanto, não é o último escrito, pois como apontamos ele é construído tanto de frente para trás quanto de trás para frente) é o relato de sua admiração por Getúlio Vargas, em quem votou pela primeira vez, sua participação em mesas eleitorais por três décadas e o cumprimento do direito de votar, que pretende exercer até a morte.

a Profa. Alecxandra consideraria o resultado da atividade em seu processo de avaliação do desempenho na disciplina, e todos aqueles que participassem concorreriam a um sorteio de material esportivo a ser posteriormente realizado. Foram, então, redigidos 141 textos por 140 alunos (apenas dois do 9º. ano, que participaram da atividade voluntariamente). Ou seja, de um total de 262 matriculados do 6º. ao 8º. ano, no início de 2012, 138 entregaram textos: uma participação de 52,7% dos estudantes matriculados, que deve ter sido ainda mais substancial devido às desistências ocorridas ao longo de 2012.

Cada texto possui entre algumas linhas e algumas páginas<sup>27</sup>. No entanto, mais do que as produções individuais, a totalidade pode ser tomada como um conjunto expressivo, na medida em que as diferentes seleções e interpretações dadas pelos jovens das histórias a eles narradas compõem um corpo significativo, com algumas temáticas recorrentes e perspectivas comuns. Assim, alguns dados quantitativos são aqui relevantes. Destacam-se, de maneira evidente, as narrativas sobre trajetórias familiares, que são tema de 67 redações – ou seja, 47,5% do total das narrativas aborda esta questão. Dentre elas, um quarto (17 textos) tem como referência a temática da guerra como vinculada à história dos antepassados. Um segundo tema recorrente é aquele que trata da rusticidade do passado (presente em 50 textos – 35,5% do total), sendo um componente comum as descrições do sistema de ensino do passado e das dificuldades de transporte, material, infraestrutura enfrentados pelos alunos. Em terceiro lugar aparecem as histórias de visagens, presentes em 21 escritos (14,9%). As referências aos conflitos recentes com a Zattar, ou a processos de expropriação e violência vinculados à empresa, ocorrem em apenas 9 casos (6,4%). Há, ainda, alguns relatos sobre a trajetória do próprio autor, a história do lugar de moradia ou de Pinhão, o sistema de terras livres que marcava o Faxinal dos Ribeiros, festas e práticas religiosas, a vida local, brincadeiras de crianças, entre outros. Além disso, os temas não se excluem mutuamente, havendo textos que abordam vários deles interligados.

A riqueza do conjunto da produção dos alunos dificulta explorar todas as possibilidades de análise e questões levantadas por eles. Assim, a proposta é de trazer alguns textos, não por sua representatividade em relação ao todo, mas por permitirem considerar as várias perspectivas construídas sobre o passado.

As trajetórias familiares, tema mais recorrente, são narradas muitas vezes a partir de um ou alguns ancestrais específicos. Nelas, adquirem destaque

---

<sup>27</sup> Os textos citados a seguir o serão em sua totalidade, a fim de que seja possível compreender sua estrutura. Também passarão por uma revisão básica de português, mantendo expressões e grafias fora da norma culta apenas quando forem consideradas significativas. Além disso, devido a algumas temáticas terem relação não só com o passado, mas com a tensão do presente, e objetivando não expor seus autores, não será citada a autoria de cada um deles, mas apenas o gênero e a série de quem o elaborou.

os deslocamentos, tanto passados quanto presentes, responsáveis pela configuração familiar no momento da escrita, como no seguinte texto:

Um pouco sobre a vida da minha família

Eu nasci no Pinhão, mas moro no Lajeado Feio II. Eu adoro morar lá e é incrível. Eu tenho três avós e uma bisavó. O nome dela é Isaltina Maria de França e a filha dela é Idalvina Bueno Kinceler e a avó da minha avó é Irondina e minha bisavó tem 96 anos. A minha avó tem 53 anos. Minha bisavó nasceu no Pinhão e morou no Iguaçu e depois Faxinal dos Ribeiros e depois no Pinhão e agora está morando no Paredão, Cruz Machado. E minha avó nasceu no Pimpão e se criou no Pimpão e agora está morando no Avencal e minha avó tem sete irmãos. Eu tenho quatro tios, treze tias e minha outra avó tem 56 anos, o nome dela é Anatália e mora no Lajeado Feio II. Ela morou em Santa Emília e o meu avô Sebastião morou na Colônia e são casados desde quando minha avó tinha quinze anos. E agora eu estou morando no Avencal. Etc. (Aluna do 6º. ano).

Aqui, uma ideia de que a história familiar envolve a nomeação de seus componentes mais importantes e os movimentos por eles realizados. Uma fixação no solo relativa: por um lado, os membros da família se mudam constantemente; por outro, o fazem principalmente dentro de um território comum, que envolve as cidades de Cruz Machado e Pinhão, e toda a zona rural intermediária. O que é facilitado devido à maneira com que as moradias são construídas na região: de madeira ou, mais recentemente, pré-moldado, permitindo que sejam desmontadas, transferidas para outros lugares, vendidas<sup>28</sup> – em outras palavras, muito mais bem móveis que imóveis. Os vínculos familiares, de compadrio e amizade, por sua vez, permanecem apesar das mudanças, devido à relativa proximidade. Na verdade, o fluxo de pessoas estabelece uma rede de apoio significativa: há sempre parentes, compadres, ex-vizinhos ou amigos na cidade ou na zona rural onde se pode comer, ficar algum tempo, ou mesmo dormir (“posar” no vocabulário local) em algum momento de necessidade ou diversão – embora haja também restrições ao abuso da hospitalidade. E, simultaneamente, é possível evitar algumas tensões

---

<sup>28</sup> O contraste com o contexto de Minas Gerais, por mim anteriormente pesquisado, é muito interessante. Com efeito, as moradias de adobe ou alvenaria, comuns em Minas, levam tanto a uma fixação em um local específico quanto à permanência de evidências da ocupação caso este seja abandonado. Já no interior paranaense, o sistema comum de desconstrução e reconstrução de casas leva a que haja muito mais flexibilidade em relação ao local de moradia, sempre potencialmente modificável. Mesmo que, na atualidade, haja alguma perda, por exemplo, com os pisos ou a estrutura do banheiro, ela é sempre relativa, e não impede a comercialização de casas ou sua mudança de lugar.

e conflitos com a saída de um lugar onde eles se tornem muito intensos. Neste texto, no entanto, não há qualquer referência aos motivos dos deslocamentos, apenas a eles em si mesmos. Mas o etc. ao final indica que a autora não pensa nestes como tendo cessado, tem a trajetória familiar em aberto.

Mas se há uma tendência ao deslocamento próximo, este não é o único mobilizado pelas famílias. Também ocorrem migrações mais amplas<sup>29</sup>, o que não implica necessariamente em uma ruptura com o lugar de origem, ou com os valores a ele relacionados. O que pode ser percebido no texto de outro aluno:

A minha mãe é natural de Pinhalzinho. Viveu ali até os dez anos, depois foi com os pais para Cruz Machado. Ficou lá até seus quatorze anos, depois foi para São Paulo, ficou lá seis anos e oito meses, depois voltou para o Pinhão. Casou e teve nós. Daí viveu no interior, depois foi morar na cidade de Pinhão. Viveu quatro anos lá, mas nós fomos crescendo e a mãe achou melhor vir para o interior, porque ela tem água à vontade, tem lenha, tem galinha para botar e também para comer ovos, e também umas vaquinhas para tomar um leitinho com farinha e com café e para fazer bolos e bolachas e também fazer todas as deliciosas coisas com leite sem precisar comprar leite e também horta cheinha de verduras para comer todos os dias nas refeições e também tem um espaço suficiente para o que quiser fazer. Ela falou que no interior é só alegria, e a mãe é formada em técnico especializado e formado pelo SENAC, e ela é formada desde 2004. Ela não está trabalhando porque aqui no Ribeiro não tem indústria nem comércio (Aluno do 7º. ano).

Neste caso, o retorno ao lugar de origem resulta da possibilidade de manter, ali, um estilo de vida inviável na cidade – seja São Paulo, seja Pinhão. A produção do próprio alimento e a capacidade de desfrutar uma existência mais livre são interpretadas como mais relevantes que o trabalho que poderia advir de uma formação técnica. Afinal, “no interior é só alegria”, mesmo sem indústria ou comércio.

Os deslocamentos não se dão, portanto, em um sentido único: do campo para a cidade, com a conseqüente perda dos vínculos e valores deixados para trás. Ao contrário, ocorrem em múltiplos sentidos. Em alguns casos, mesmo, o desejo de levar um estilo de vida específico, característico do lugar, define a saída de um centro urbano e a opção pela vida na roça, como no texto a seguir:

---

<sup>29</sup> Destinos comuns na atualidade são Santa Catarina e, em menor escala, Mato Grosso e Rondônia.



Em 1997, dia 14 de dezembro, o meu avô chegou em Faxinal dos Taquaras com a minha avó que queria vir morar nos matos. E meu avô vendeu a sua casa em Guarapuava para um primo dele e acabou comprando um terreno em Faxinal dos Taquaras. Quando ele chegou no terreno, era um matão, taquarazal, e ele roçou para poder fazer a casa, lavoura, potreiro. Depois que ele fez a casa, minha avó veio morar e trouxe seus filhos. A sua filha que é minha mãe morava em um paiol. Eu tinha dois anos e minha mãe teve um bebê, e de repente caiu uma vela no lençol da cama e pegou fogo, ela teve que chamar o meu avô. Com o tempo nós já ouvimos muitas histórias com ele. Ele conta que tinha um velhinho de 60 anos e um de 30 anos. Um dia o velhinho falou que ia plantar algumas laranjeiras e o homem de 30 anos falou que quando desse laranja ele já teria morrido. Mas não foi o que aconteceu. Quando deu laranja o homem de 30 anos tinha morrido e o de 60 anos chupou laranja por muitos anos.

O meu avô tocava em baile quando mais jovem, sempre que saía um baile eles iam procurá-lo. Ele tocava gaita, mas com o tempo ele deixou de tocar, pois ele casou, daí vieram os filhos, ele se mudou e começou a trabalhar na roça. Agora ele só toca às vezes. Com o tempo ele foi construindo uma casa maior. Nem o meu avô, nem a minha avó têm estudo. Eles contam que quando os filhos deles estudavam, eles levavam os materiais num pacote de arroz ou de açúcar, chinelinho de dedo, e eles não tinham roupas compradas. Era minha avó que costurava as roupas para eles usarem. Eles não tinham luz, era à base de vela. Quando alguém comprava um colchão, que era bem fino, eles falavam que a pessoa estava rica, pois naquele tempo os colchões eram feitos de palha, quando ia dormir tinha que ficar arrumando, porque se não ficaria ruim para dormir. E as casas eram de ripas e não tinha assoalho, era de chão. E as escolas não tinham ônibus para buscar e levar os alunos. A minha mãe e meus tios e tias quando estudavam, eles iam a pé, todo dia, com chuva e com sol. Ela conta que eles não compravam trigo, arroz, feijão e que os doces ela fazia de açúcar e o fogão dela era feito de barro. Meu avô conta que no Pinhão tinha apurado vinte casas e dois mercados quando ele veio morar aqui. Mas teve muitas alegrias e tristeza. Com o tempo morreu na frente da minha casa a minha prima, depois de anos morreu o meu tio, e eu achei que eu não ia conseguir morar mais aqui. A minha avó quase ficou louca, pois ela o amava (Aluna do 8º. ano).

Embora a narrativa leve à suposição de que a vida em Guarapuava foi antecedida por uma criação no interior e em Pinhão – pois as descrições em torno da forma como se vivia remetem àquelas relativas ao passado do Faxinal dos Ribeiros, e Pinhão retratado com vinte casas e dois mercados não se refere a 1997 – é interessante observar como a rusticidade não é um fator de restrição à vida no interior. Ao contrário, há o desejo de morar nos matos, mesmo que para isto seja necessário abrir o terreno e construir um espaço de vida com trabalho, lutar para produzir o sustento e enfrentar as dificuldades de uma infraestrutura mais simples. Como aponta a história dos homens de trinta e sessenta anos, o trabalho na terra sempre recompensa, e o desprezo a ele indica falta de sabedoria. Os empecilhos estão em outra esfera: as experiências de morte – cujos motivos não são, entretanto, explicitados.

A perspectiva dessa forma de vida específica é dúbia: por um lado, o sofrimento de um contexto com dificuldades de transporte, acesso à saúde, bens de consumo. Por outro, a afirmação da autonomia e de uma forma específica e valorizada de viver. Mas, em ambos os casos, algo sobre o que se deseja falar. Os quatro textos abaixo mostram várias interpretações da rusticidade do passado:

Hoje em dia as pessoas acham que a vida está difícil. Imagine alguns anos atrás. A começar pelo transporte que eu vou para a escola. Hoje ninguém gasta calçado, se depender do transporte só vai a pé quem quer. Antigamente se quisesse estudar era obrigado(a) andar a pé independentemente se chovia ou fazia sol. O material escolar era apenas um caderno, escreviam com pena, livro jamais existia, mochila era sacola de pano, alguns faziam de pacotes. Não existia luz nem seus componentes. Fazer compra era muito difícil, tudo era crioulo, plantado nas roças e lavouras. E no caso de doenças, eram transportados de carroça. Se a doença fosse grave, a pessoa chegaria até morrer na viagem, porque demoraria alguns dias para chegar no hospital. No caso das mulheres ganhar nenê, existia algumas mulheres que faziam o parto em casa, que se chamavam parteiras. Desculpe dos erros: espero que esteja bom (Aluna do 6º. ano).

#### A vida da minha mãe

Ela mora no Faxinal dos Ribeiros. Ela entrou na escola com 10 anos. Era muito longe, era só por carreiro e carregavam o material em pacote de açúcar. Só que ela não gostava de estudar. Eles moravam no faxinal e tinham que vir trabalhar no Pimpão. Eles plantavam milho, feijão, verduras, etc. A vó fazia farinha de milho, farinha de mandioca, polvilho. Não tinha geladeira, guardavam a carne na lata, etc.

Eles usavam cavalo como transporte. Não tinha estrada, só carreiro, por isso eles usavam mais o cavalo, etc. Moravam em paiol, era rodeado de tábua e coberto com tábua e tinha chão de terra e perto do paiol era floresta. Não tinham tempo para brincar, era só ajudar os pais (Aluna do 6º. ano).

#### Como era a vida dos antigos

As casas eram rodeadas de esteira de taquara. Não existiam tipos de comidas que tem hoje, só existia arroz, feijão, trigo, fubá de milho, mandioca, batata doce.

Não tinha estudo como tem hoje. Os meus pais só conseguiram tirar a primeira série.

As festas e os bailes não é como as este(?). Só eram uma romaria. São Gonçalo. Estes eram os tipos de músicas.

Nos bailes dava muita briga, as pessoas bebiam a noite inteirinha. De madrugada já estavam todos bêbados. E brigavam até se matar, cada briga que dava morria dois ou três.

Não tinha empregos. Eles faziam de cinco alqueires de roça para ter o que viver.

Eles deixavam os filhos na casa e saíam de madrugada. Era inverno de madrugada, estava branco de geadas, e eles iam trabalhar por dia para os outros para pegar dinheiro.

Hoje não. Tudo é mais fácil. Hoje tem tudo o que precisar, é só querer.

Mas a história não termina aqui. Se for para ouvir os mais velhos, pois se for falar o que eles passaram a gente escreve um livro inteiro (Aluno do 7º. ano).

#### Como era antes tempos!!!

Antes tempos meu pai me disse que ele morava no Zattarlândia. Ele estudava na Escola R. M. Francisco Ferreira e o seu irmão. Moravam longe da escola, iam a pé ou a cavalo. De vez em quando meu pai não tinha tanta roupa para ir para a escola e nem dinheiro também, nem mochila. Levavam sua sacola de plástico, caminhavam muito até chegar à escola, era muito longe de casa e para voltar tinham que ter muito cuidado com tigre e outros animais.

No caminho lá no Zattar era muito pinheiro. Por isso chamam de Zattarlândia e é muito perigoso também.

Meu pai trabalhava na roça, buscava lenha e também água. O dinheiro era muito pouco para eles comprarem roupa. Daqui uns anos não ganhavam nem salário mínimo e nem bolsa família. Era muita

preocupação com eles, como a comida, o dinheiro e o salário. Tinha que trabalhar para ganhar o dinheiro e a comida. Minha avó fazia roupa para a avó, o meu avô e os seus filhos. Minha avó tinha seis filhos, ela pegava algodão para fazer roupa e pele de carneiro e de ovelha e a crina de cavalo. Meu avô trabalhava muito e minha avó e os filhos. Os filhos: minha avó tinha quatro filhas e dois filhos. Ajudavam muito eles na roça, na colheita, em casa, fora e gostavam muito do trabalho (Aluna do 6º. ano).

Alguns aspectos chamam a atenção das crianças, como a inexistência de transporte automotivo, a necessidade de caminhar a pé longas distâncias, a ausência de material escolar, a dificuldade de acesso a roupas e calçados, o consumo quase exclusivo de alimentos produzidos pela própria família, as moradias rústicas. Mas, se essas situações eram descritas como sofridas, por outro lado, como aponta o último texto, os filhos ajudavam os pais “na roça, na colheita, em casa, fora e gostavam muito do trabalho”. Remete à afirmação já citada de que a vida no interior é “só alegria”. Por outro lado, o terceiro texto traz os conflitos e a violência cotidiana: bailes com bebedeiras, brigas, assassinatos múltiplos. Aspecto já presente nos textos analisados no item anterior, e que compõe a imagem de um passado de homens armados e em que os momentos de reuniões e diversão representavam sempre perigo – o que ainda pode ser observado em situações contemporâneas.

O último texto traz ainda outro ponto relevante: a autora diz que o pai morava na Zattarlândia, mas esta não aparece como um local diferenciado, nem há referências à ação da empresa madeireira. Apenas a descrição do lugar como um denso pinheiral, povoado por tigres e outros animais, e “muito perigoso”. Somente o trabalho autônomo na roça, com criação, a lida doméstica. Nenhum outro vínculo com um espaço que, em conversas com moradores locais, era descrito tanto a partir de sua pujança e acesso a recursos diferenciados, quanto pelos perigos e sistema de controle lá existentes.

Voltando às trajetórias familiares, um dos aspectos que se destaca nas redações dos alunos – presente em torno de 25% daquelas que abordam o tema – é a relação de antepassados com contextos de guerra. Guerra às vezes identificada, outras indefinida, mas que submete os ancestrais a situações de grande sofrimento, ou pelo menos ao risco do sofrimento. Na maioria dos casos, ela é o móvel para o início do processo migratório que se encerra na zona rural de Pinhão. Embora a ameaça da guerra não desapareça, como demonstram situações em que aqueles que dela haviam fugido são chamados a lutar novamente, ou em que moradores locais são convocados a participar de batalhas. A meu ver, este é o tema em que os textos dos alunos são mais ricos e complexos, e a citação integral de alguns deles permitirá ao leitor

desenvolver outros caminhos de raciocínio distintos daqueles aqui sugeridos.

Um dos textos que identifica a guerra a que se refere distingue-se dos demais pela precisão temporal e acuidade das informações. Refere-se ao Contestado, à fuga dos ancestrais, à fixação no lugar e permanência, mesmo que isto também tenha envolvido lutas – tanto para a sobrevivência na comunidade quanto pela preservação ambiental (estas não explicitadas). Um aspecto significativo do texto é a afirmação de que os membros da família que chegam a Pocinhos portam consigo um arsenal bélico, embora não haja referência ao destino posterior deste arsenal<sup>30</sup>:

#### História da origem dos Jocoski

No ano de 1916, chegaram até a nossa comunidade de Pocinhos, três membros da família Jocoski, oriundos da região onde aconteceu uma verdadeira guerra, conhecida como Guerra do Contestado. Vieram fugindo pelas matas, abrindo picadas com foices e facões, trazendo junto um arsenal de armas e munições, dois dos Jocoski acamparam nas margens do Rio da Areia, região de Pinhão. Com isso foram ficando no local e constituindo famílias, onde estamos até os dias de hoje na mesma região. Somos pequenos agricultores, ou seja, somos da agricultura familiar, lutamos pela nossa permanência e sobrevivência na comunidade, onde também defendemos a preservação do nosso ambiente em que vivemos, que é a nossa fauna e flora (Aluna do 8º. ano).

Outros relatos, embora façam referência a conflitos específicos, em seus detalhes demonstram a impossibilidade de que se refiram exatamente a eles ou que seus desdobramentos sejam aqueles afirmados. Assim, no texto a seguir, o ancestral foge da Segunda Guerra Mundial a pé, se fixa em Palmas e posteriormente vem para o interior de Pinhão. Além disso, a possibilidade de trazer algo de valor da guerra, como armas e munições, é pouco comum nas narrativas. Ao contrário, o contexto de guerra é de extrema falta, inclusive de itens básicos de alimentação. Aqui, o bisavô precisa se tornar canibal, bebendo o sangue de soldados mortos, para sobreviver. E a experiência da fuga da guerra o deixa debilitado de maneira definitiva, estando impossibilitado de caminhar ao chegar a seu destino, morrendo em idade não muito avançada:

---

<sup>30</sup> É interessante observar que há um morador do Bom Retiro que possui espadas da época do Segundo Império. Também em Faxinal dos Taquaras, onde alguns membros relacionam sua história familiar ao Contestado, houve referência à sacralização do local onde estava construída a primeira igreja católica e na atualidade a igreja da Congregação Cristã através de espadas trazidas da guerra e lá enterradas.

Eu vou escrever sobre a história do meu bisavô Diogo Silvério Mendes. Ele foi soldado da 2ª. Guerra Mundial, mais ou menos no ano de 1945, com 25 anos. Chegando lá meu bisavô passou fome, sede, frio, medo. Para não morrerem de fome e sede eles forravam os braços com uma túnica e bebiam o sangue dos soldados mortos. Depois de muito sofrimento, meu bisavô e mais três soldados conseguiram fugir da guerra. Andaram muitos quilômetros a pé no meio do mato. Moraram muitos anos em Palmas. Teve quatro filhos e se casou com Otília Mendes. De Palmas veio morar no interior da cidade de Pinhão. Quando chegou em Pinhão ele não conseguia mais andar por causa dos tiros que levou na guerra. Depois de tanto sofrimento faleceu com 60 anos. Está sepultado no cemitério do Faxinal dos Ribeiros (Aluna do 7º. ano).

A saga do paraguaio Teófilo e de sua família, abordada de forma mais genérica em **Faxinal dos Ribeiros**, é uma grande referência para seus descendentes, e traz uma riqueza de detalhes significativa. Em um caso em que os vínculos familiares de uma estudante são conhecidos, e em que seu avô paterno é um dos símbolos do sofrimento pela ação dos jagunços da Zattar e da resistência a ela, a autora opta por falar de sua família materna, a família de Teófilo. Uma breve referência à luta contra a madeireira, apenas da família materna, e trechos significativos sobre a fuga da guerra. Mas é no texto de outro descendente que a riqueza de detalhes se manifesta de maneira mais plena:

#### História de Teófilo Alves Cerens

Morava no Paraguai quando ocorreu a guerra. Ele tinha sete anos e veio com o pai, mãe e o tio. A sua mãe estava grávida de sete meses. Estavam vindo pela mata corridos, fugindo. Trouxeram um burro com bruacas com pouca comida, porque conforme o alimento estragava no caminho. Deixaram até a porta e as janelas da sua casa abertas, porque tiveram que fugir do Paraguai para vir morar no Paraná. Levaram três meses para chegar ao Paraná, e a mãe de Teófilo, como estava grávida, ficou perdida na mata e morreu. Como eles não podiam parar no caminho, tiveram de abandonar sua mãe Andreлина, porque senão os *guardas* matavam os três. Eles tiveram de vir a pé pela mata fechada. A guerra durou dez anos, quando chegaram ao Paraná os *guardas* pegaram o pai de Teófilo e tio Frederico para levar para a guerra. Quando estavam a caminho da guerra, souberam que a guerra tinha acabado. Soltaram-nos no meio do caminho, tiveram que vir a pé. Enquanto o pai e o tio de Teófilo

não chegavam, ele ficou num barraco sozinho. Não demorou muito o pai e o tio chegaram e começaram a fazer uma casa, onde hoje tem o nome de Campinas. E outro amigo de Teófilo era um piá que tinha em base de doze anos. Ele tinha que sustentar dez famílias por causa da guerra. Para alimentar as dez famílias, ele fazia uma rodilha com uma corda nos carreiros das vacas e matava de quietinho, para que os donos não escutassem. E comiam a vaca de uma vez só. Enquanto algumas pessoas tentavam tirar o couro da vaca, as outras pessoas já comiam a carne sem lavar e sem assar, sem sal, e o couro eles esperavam secar um pouco e mascavam com pelo e tudo. Eles moravam no mato como índios, quando não tinham o que comer, eles tinham de roubar montarias e comiam os couros. Tudo isso por causa da guerra: ele perdeu a mãe, pai, só ficou os parentes, tios, dez famílias, cada uma com mais ou menos oito pessoas. Moravam no meio do mato.

Alfredo Domingues nasceu em 1942, no lugar hoje chamado Faxinal dos Ribeiros. Aos treze já trabalhava para sustentar os pais, que eram muito doentes. Aos vinte e dois anos, casou-se com Maria de Lourdes. Fizeram uma casa no meio do mato, que antes era propriedade do Zattar, uma madeireira que atentou muito ele, mas ele não desistiu. Aí chegou o INCRA, que dividiu as posses. Hoje ele tem um terreno com documento e tudo. Tem de história um grande toco de pinheiro que o Zattar derrubou. O brotinho que ficou hoje é quase um pinheiro gigante, para quem quiser ver o pinheiro (Aluno do 8º. ano).

Vemos, aqui, uma riqueza de detalhes que amplia simbolicamente a importância da temática da guerra na compreensão da perspectiva local sobre seu passado. Uma guerra múltipla, em tempos e espaços distintos, que marca a vida dos moradores locais. Teófilo, já criança, a enfrenta, com a necessidade da fuga do Paraguai, que obriga a família a deixar todos os seus pertences, e inclusive sua casa aberta. Três meses de caminhada em meio à mata, a perda da mãe grávida, a fuga dos soldados e o risco de morte. E, no momento da chegada, o encontro com os temidos *guardas* e a necessidade dos homens de retornar para a guerra – que, para a sorte deles, após dez anos havia acabado –, ficando Teófilo sozinho no novo lugar. Mas o destino de um amigo de Teófilo é muito mais grave, e não há indícios de que fosse paraguaio. Com doze anos, precisando sustentar sozinho dez famílias, que moravam no meio do mato. Tendo como recurso o roubo de gado, comida cru, de uma só vez, sem sal, sem sequer lavar a carne; o couro mastigado logo que começava a secar, com pelo – em um processo de desumanização extrema. Perdeu não apenas a mãe, mas ambos os genitores, ficando ainda com o encargo do sustento dos parentes.

Posteriormente, os problemas de Alfredo Domingues, natural de Faxinal dos Ribeiros, com a ação da madeireira, que “atentou muito ele”. Por ter construído uma casa no meio do mato, em área reivindicada como sua pela empresa. Mas é possível pensar: para quem descendia de alguém que, ainda criança, tinha ficado órfão mas sobrevivido à guerra, e que encontrou em Faxinal dos Ribeiros o lugar para se estabelecer e construir sua família, como não resistir? Resistência bem sucedida, pois o INCRA regularizou suas terras. E o conflito, embora lembrado, se tornou coisa do passado: o brotinho do toco de pinheiro que “o Zattar” derrubou “hoje é quase um pinheiro gigante”.

Outro relato, tão rico quanto o anterior, fala de uma guerra distinta, mas com proximidades (tanto estruturais quanto em relação a suas consequências), à história de Teófilo e seu amigo. Interessante observar que, quando seu autor foi ler o que havia escrito em sala de aula, pulou uma grande parte – principalmente aquela que falava do retorno à guerra – por ser “triste demais”.

Tudo começou com o Senhor Bertolino Prestes e sua mulher Vergilina da Silva Prestes. Moravam em uma fazenda em Curitiba, lá existiam muitos guerrilheiros de terras, aí em diante começou conflito por um espaço grande de terras e foram se perdendo muitas pessoas dos dois lados, tanto dos invasores quanto dos verdadeiros donos das terras. Com a guerra em alta, os donos das terras tiveram que abandonar suas moradas porque não aguentavam mais ver seus familiares sendo mortos, foi nesse momento que resolveram vir para o município de Pinhão, em que antes disso se dava o nome de Comarca Dois Irmãos, onde na época só existiam dois irmãos que viviam sobre as terras a que hoje se dá o nome de Pinhão.

Bem, continuando, fizeram suas “trouxas” de roupas, cobertas e alimentos, colocaram em um cargueiro arreado em burros e mulas, por serem resistentes a longas viagens. Saíram na noite escura “fugindo” das tropas armadas. Passaram 120 dias viajando, entre eles estava uma mulher que estava grávida, após ter dado a luz acabou ficando para trás e veio a falecer. Seu filho que tinha nascido ficou com o casal Bertolino e Vergilina. Passaram esse tempo todo passando frio, chuva, dormindo embaixo de árvores e em roda de fogueira, sua comida era a caça e frutos do mato, e pescando cargueiro. Vieram se escondendo pelo mato fazendo picadas com facões, pois se fosse por estradas os soldados acabavam pegando e para evitar optaram pelo mato até chegar aqui. Foi onde se “instalaram”, juntaram, fazendo rancho de pau a pique coberto de folha de taquara, construíram uma nova família e deram um novo nome para se esconder dos soldados, nome de Família Prestes.



Depois que fizeram seus barracos foi quando tiveram certeza de que estavam seguros com sua esposa e filhos e ficaram impressionados com o lugar, pois não tinha ninguém que convivia por aqui, pois era só mata por todo lado. Após um certo tempo a justiça veio até a família e fez uma proposta para Bertolino, em que se fossem para a última guerra lutar, se ganhassem a guerra eles poderiam ficar ali na propriedade e se perdessem teriam que ir embora. Foi nessa volta para a guerra que descobriram que tinham ficado algumas pessoas de sua família por lá, que se salvaram da guerra, e quando foram conversar com essa mulher que sobreviveu, ela acabou correndo e foi pega a cachorro e acabaram trazendo junto da família. As pessoas que estavam na guerra acabaram presas em uma jaula sem água e sem comida. Ficavam lá presos até morrer, pois tinham ganhado a guerra. As pessoas que estavam presas morriam e um desses homens acabou sobrevivendo, pois uma bugre acabou amamentando pela chave da porta e ninguém sabia, os *guardas* se perguntavam como que aquele homem não morria? E a mulher fez uma certa pergunta aos *guardas*. Se não conseguissem responder eles iriam soltar o homem preso. “Antes fui filha, hoje estou sendo mãe, criando filhos alheios e marido da minha mãe”. Não conseguiram responder e soltaram o homem que estava preso, e seguiram viagem de volta para perto de sua família de onde não saíram mais. Isso faz mais de 100 anos que aconteceu (Aluno do 8º. ano).

O relato se inicia com um intenso conflito de terras, agora próximo a Curitiba, que resultou na expropriação dos ancestrais. Estes, então, precisam fugir “das tropas armadas” – ou seja, assim como no caso anterior, são as forças oficiais do Estado os grandes opositores. O destino, uma região de fronteira, pouco povoada, onde pudessem reconstruir sua vida. No trajeto, também a morte de uma mulher grávida, que deixa o filho órfão para ser criado pelos ancestrais. E a necessidade de caminhar pelas matas, abrindo picadas, sobrevivendo com o que podiam adquirir do ambiente, sofrendo com as intempéries climáticas. Mas, ao chegar a Faxinal dos Ribeiros, a possibilidade de se estabelecerem, criarem raízes, construir família. Como estratégia, um novo sobrenome: Prestes. No entanto, a desejada tranquilidade ainda não havia sido conquistada, pois a justiça vem impor aos ancestrais a luta em uma última guerra. Esta, ainda pior que a anterior, pois os que nela estavam acabaram presos, sem água ou comida, sujeitos a uma morte lenta. Mas a triste sina foi impedida pela ação de uma bugra, que amamentava o homem pelo buraco da fechadura, e cujo enigma não solucionado permitiu sua libertação e retorno para perto da família. Enigma em que ela estava “criando filhos alheios e marido da minha mãe”.

Uma história que remete ao contexto de colonização e à experiência indígena neste contexto. É assim que a ancestral encontrada viva no retorno à guerra é “pega a cachorro” e acaba vindo junto com a família<sup>31</sup>. Também a mulher responsável por salvar a vida do ancestral alimenta seu próprio pai, o “marido de minha mãe”, e ela é uma bugre. E a família precisa mudar o seu nome, esquecer o seu passado, a fim de fugir dos soldados – embora não tenham sido bem sucedidos em fazê-lo mesmo adotando esta estratégia. Acrescente-se que os participantes da guerra foram presos “pois tinham ganhado a guerra”, e não a perdido. Uma situação que pode ser pensada como apontando para o “duplo vínculo”<sup>32</sup> da colonização, em que a vitória na guerra é a subordinação às normas do vencedor, e em que não há saída positiva possível para os povos colonizados.

O sofrimento e a impossibilidade de vida no local de origem, no entanto, não são resultados apenas das guerras do passado. Também nas últimas décadas foi necessário lutar muito para manter o estilo de vida tradicional e permanecer nas terras. Embora sendo relatados com uma frequência muito menor, os conflitos com os agentes da madeireira Zattar surgem como um contexto que remete aos sofrimentos do passado, trazendo o risco da expulsão da terra natal, a privação e, em última instância, a morte:

### Os jagunços

Quando minha mãe era criança, sofria muito, pois toda minha família morava em terrenos que pertencem a uma firma chamada Zattar. Eles tinham que viver com o pouco que lhes era dado. Sobreviviam tirando erva escondido, arrendando roças para plantar e dar quase tudo o que plantavam para a firma. Mas o tempo foi passando e o povo foi se revoltando e a requerer seus direitos de morador antigo, isso gerou conflito entre os moradores e os jagunços da firma.

---

<sup>31</sup> João Pacheco de Oliveira Filho (1999), ao comentar sobre a maneira pela qual a ancestralidade indígena aparece nas árvores genealógicas dos brancos brasileiros, afirma: “Nas elites do Norte e Nordeste é muito comum encontrar pessoas que reivindicam sua descendência indígena (mas não africana), descrevendo que suas avós (ou bisavós) foram ‘apanhadas no mato e a dente de cachorro’” (:199). A imagem de uma mulher pega a cachorro no mato pode ser vista como estando vinculada, no imaginário nacional, à da mulher indígena. Neste caso, no entanto, não representa a inserção de “sangue índio” na família através da linha materna, mas, ao contrário, identifica a própria família, pois aquela já é uma parente.

<sup>32</sup> A noção de duplo vínculo refere-se a sua definição por Bateson (1991), sendo o trecho a seguir ilustrativo: “What we have done above is to imagine a culture placed in a double bind. From its own point of view, the culture faces either external extermination or internal disruption, and the dilemma is so constructed as to be a dilemma of **self**-preservation in the most literal sense. Under no circumstances can the preexisting “self” survive. Every move seems to propose either extermination by the larger environment or the pains of inner disruption. Even if the culture elects for external adaptation and by some feat achieves the necessary inner metamorphosis, that which survives will be a different “self”” (:113).

Os jagunços chegavam de repente e atacavam. Mulheres, e homens, crianças, disparando balas de revólver e todo tipo de armamento de fogo, queimando casas sem dó nem piedade. Mas graças a algumas pessoas que tinham o poder de nos ajudar, tudo foi mudando e hoje, depois de muitos anos, nossa família vive tranquila, cada um com seu pedacinho de chão, sem nenhuma perseguição (Aluno do 7º. ano).

São identificados, aqui, mecanismos usados pela madeireira como tentativa de expulsar os moradores locais do território: inicialmente, a inviabilização da vida cotidiana através da imposição da assinatura de contratos de arrendamento, com o confisco de parte da produção caso esse fosse assinado, e da totalidade da produção caso não o fosse. Os contratos de arrendamento, por sua vez, foram utilizados como estratégia para legitimar a reivindicação da João José Zattar S/A sobre a propriedade de áreas tradicionalmente ocupadas – assiná-los implicava no reconhecimento formal de que a propriedade do lugar onde se vivia e trabalhava pertencia à madeireira. A ação violenta e opressora dos jagunços foi a resposta da empresa à resistência dos moradores locais aos confiscos e tentativas de expropriação do território. Ocorreu de forma marcante na região em que mora o autor: Faxinal dos Taquaras. A comunidade e em especial sua família se tornaram uma referência em termos da resistência à expropriação, mas pagaram um alto preço por isto. Como se explicita no texto, eles viveram uma situação “de guerra”: tiroteios, incêndios, múltiplas ameaças. Situação que, embora parte do passado – pois no presente não há mais “perseguição” – é lembrada e contada para os mais jovens. Lembrada também a ação de agentes externos que contribuíram nos enfrentamentos à madeireira, principalmente vinculados à igreja católica e ao PT – que desde a ação de alguns de seus membros em defesa dos direitos dos posseiros na década de 1980 representa uma das principais forças políticas em Faxinal dos Ribeiros.

No entanto, a atuação da madeireira não é sempre lembrada pelo uso direto da força, e em nenhum relato ela é tão explícita quanto no citado acima. Em outros textos, o destaque é dado a um momento anterior: a forma pela qual a empresa adquire as terras que afirma serem de sua propriedade. Neles, o desconhecimento e simplicidade dos moradores locais levou a processos de logro e abuso de sua boa fé, e resultou não somente na impossibilidade de manter sua forma de vida tradicional e em sua saída do território, mas também em destruição ambiental:

Os quatro donos do Faxinal dos Ribeiros

Há cem anos atrás, o Faxinal dos Ribeiros era dividido em quatro partes, eram quatro donos que mandavam no Ribeiro. Os donos dessas quatro partes eram Joaquim Silvério e a Joaquina Silvério e

Manoel Silvério e o Abrão Silvério. Essas áreas eram vinte e quatro mil alqueires divididos em quatro partes. Nessa época esses quatro donos começaram a fazer troca com o Zattar em troca de capas, botas, chapéus até que perderam todas as terras para o Zattar. Naquele tempo não tinha desmatamento, não havia transporte nem estradas, só carreiros, nem comércio nem comunicação, não tinham estudos, não existia relógio, o transporte era terestimo(?).

Eles se alimentavam do que plantavam, com arroz, feijão, batata doce, milho. Carne eles produziam das criações de porco, gado. Plantavam na roça.

Não existia caçada, só caçavam o que perseguia a família, como feras bravas. Era muito pouco povoado, só eram quatro irmãos. A natureza era muito linda, naquele tempo tinha muitos pássaros.

Não existia energia elétrica. A iluminação a fochos de fogo. Até que perderam as terras para o Zattar (Aluna do 7º. ano).

#### O Zattar

Nos anos 60 e 70 surgiu neste município de Pinhão uma empresa chamada Zattar e começou comprar madeira dos moradores, e pegando um documento mentindo que era das madeiras mas na verdade era os terrenos. Aí as pessoas analfabetas perdiam o terreno. Essa empresa ficou dona do município e montou uma vila chamada Santa Terezinha e outra chamada Zattarlândia e contratou muitos *guardas* para cuidar os seus bens. Com os terrenos começaram a cortar o material: pinheiros, imbuias, etc. e eles cortaram quase toda a madeira e hoje em dia já não tem quase nada. E aí eles entregaram as terras para um programa chamado reforma agrária. As pessoas que pegaram um lote de terra sofrem com a falta de madeira para construir suas propriedades (Aluno do 7º. ano).

No primeiro dos textos, quatro donos, com um mesmo sobrenome Silvério (bastante recorrente na região), controlavam imensas áreas de terras no Faxinal dos Ribeiros. Tinham uma forma de vida tradicional: plantavam os produtos cultivados até os dias de hoje pela população, ou seja, arroz, feijão, batata doce, milho; criavam porco, gado. Viviam com os recursos do lugar, que também conservavam. O contato com o mundo externo era difícil, as comunicações praticamente inexistentes. Não tinham acesso a energia elétrica. A natureza era linda, com pássaros e matas preservadas. Em outras palavras, a descrição da rusticidade vista anteriormente, aqui com um caráter positivo. Mas a chegada “do Zattar” teria mudado tudo. Iludidos, trocaram suas terras por bens irrisórios – como capas, botas, chapéus – até perderem a totalidade

dos 24.000 alqueires que possuíam. Todo um estilo de vida inviabilizado pela malícia e abuso da empresa.

Já no segundo texto, a narrativa de um processo de expropriação de terras através do engano de moradores locais que possuíam documentos regulares de suas glebas. De acordo com prática corrente na região de compra de árvores a serem posteriormente cortadas, a empresa João José Zattar S/A ou, em alguns casos, um terceiro com contatos com ela, propunha uma negociação de árvores ao dono do terreno, e este, pensando assinar a escritura referente a esta transação, assinava documento de venda das terras<sup>33</sup>. Para tanto, contribuía o alto índice de analfabetismo dos moradores da zona rural de Pinhão (cf. APEART, 2002, Francesconi, s.d., Lucas, 2009), que impedia um efetivo controle sobre o teor do documento assinado. De acordo com o relato do aluno, foi através desse processo fraudulento que não somente a madeireira se apropriou oficialmente de enormes áreas (“ficou dona do município”), mas também efetuou a extração depredatória da madeira, destruindo o meio-ambiente local e prejudicando os moradores subsequentes, lá residentes através da regularização fundiária pela reforma agrária.

É interessante observar que há narrativas do uso de estratégia semelhante por parte de uma madeireira também na região de Curiúva/PR. Segundo os moradores da comunidade quilombola de Água Morna, com a chegada de uma serraria à região, a ancestral da comunidade, Benedita, solicitou a um compadre que intermediasse a venda do pinheiral próximo às moradias da comunidade. Este, ao fazê-lo, vendeu também as terras. Assim, os membros do grupo trabalharam no corte da madeira, um dos ancestrais doou parte de seus ganhos para a construção de uma igreja no lugar e, quando pensaram estar o trabalho concluído, foram informados de que as terras haviam sido vendidas, e que teriam que sair do local. Também aqui o analfabetismo da ancestral e a falta de domínio referente a legislação, contratos e questões fundiárias levou à expropriação de parte significativa do território do grupo (cf. Porto et al., 2009).

Mas os perigos do mundo não se restringem à guerra, ou à ação da madeireira e de seus jagunços, ou às brigas e agressões em momentos de reunião coletiva, ou a outras tensões presentes no cotidiano das relações sociais. Eles perpassam os vários espaços de um mundo encantado, povoado por seres como boitatás, lobisomens, bolas de fogo, velas acesas, vozes, cobras em profusão, homens e

---

<sup>33</sup> A prática é, em certa medida, reconhecida na biografia de Miguel Zattar, em que Monteiro afirma:

“João José, ao longo de muitos anos, não comprava terras, mas árvores. Quando faleceu, suas árvores cobriam milhares de alqueires, parte significativa dos municípios limítrofes a Pinhão. Comprava só a madeira em pé, com contratos de exploração que iam de trinta a sessenta anos. Ao morrer, deixou para seus filhos um mar de escrituras de compras, entre árvores e retalhos imensos de terras” (2008: 58).

animais sobrenaturais que perseguem as pessoas. Não por acaso, quase 15% dos textos dos alunos trazem a temática das visagens, do medo que provocam, dos riscos que representam. E, neles, as visagens fazem parte do passado, mas também do presente. São um risco que constitui o mundo. E que tem consequências diretas nele, como apontam os seguintes textos:

Em 1990, um jovem de 17 anos se recolheu à tarde para descansar do trabalho, na semana de lua cheia. Logo ao escurecer escutou uma voz chamando pelo nome dele várias vezes. Se aproximou perto da casa e era uma vela acesa. Daquela hora em diante ele enlouqueceu e até hoje ele está assim (Aluna do 7º. ano).

Contar uma história do lugar onde vocês vivem.

O meu avô me contou que uma vez ele e seu irmão estavam na mata tirando erva. À noite o amigo deles bebeu, ficou bêbado. Logo depois surgiu uma brasinha em cima de um toco velho. O bêbado começou a chamar a brasinha de boitatá. A brasinha começou a crescer, crescer e virou uma mulher, veio para seu lado e o abraçou. Onde a mulher encostou queimou muito, e ele acabou morrendo a caminho do hospital (Aluno do 7º ano).

Nestas duas histórias, as visagens representam muito mais que meras assombrações. Não apenas assustam<sup>34</sup> – na verdade, seu potencial de amedrontar é pequeno: uma vela acesa e uma voz, uma brasinha que permaneceria assim caso não fosse provocada. Mas com um poder deletério: uma enlouquece, outra queima e mata. Elas, por sua vez, agem em um momento de risco, a escuridão da noite. E acontecem em um período relativamente recente, indicando como fazem parte do presente, não do passado. Não há nada nos textos que indique que os perigos representados pelas visagens pertenceriam a uma outra época.

A loucura e a morte, no entanto, são consequências menos comuns do contato com o sobrenatural. Há outra muito mais frequente, que implica na inviabilização da moradia em um espaço frequentado por visagens. Assim, são vários os casos relatados em que a perturbação por elas provocada, o medo, são motivos de abandono do local de residência. Cito, a seguir, um exemplo:

Vou contar uma história do meu avô José Ribeiro, pai da minha mãe, conta até hoje para nós. Meu avô hoje mora em Guarapuava, ele tem 86 anos, é bem velhinho.

---

<sup>34</sup> Em pesquisas no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, era interessante observar que as assombrações não tinham poder no mundo material. Elas só assustavam. E assustavam muito. Mas nos casos de pessoas destemidas, capazes de enfrentá-las, elas perdiam todo o seu impacto.

Há cerca de 50 anos ele morava em Pinhão, numa humilde casa com minha avó Oracélia Cortes Ribeiro e cinco filhos. Naquela humilde casa aconteciam muitas coisas estranhas, até que eles desistiram de viver naquela casa e venderam. Muitas vezes de acordarem de noite e no chiqueiro de porcos tinha algo que os assustava muito. E muitas noites tinham que levantar para ver o que estava acontecendo. Quando chegavam perto dos animais, estavam todos dormindo.

Uma noite quando todos dormiam, tinha uma porca que tinha criado 12 leitõezinhos. Então eles se acordaram com os gritos dos porquinhos. Meu avô falou para minha avó ficar na cama, que ele ia ver o que estava acontecendo. Eles tinham só uma caixa de fósforos com dois palitos só, então meu avô falou vou acender um lampião com um palito e o outro deixo para amanhã, e foi até o chiqueiro. Chegando lá os porquinhos estavam todos dormindo, não tinha nada. Naquilo meu avô ia voltando para casa quando viu que minha avó tinha gastado o outro palito, pois a casa estava toda iluminada. Ele ficou uma fera, pois não tinham mais fósforos. A vó tinha gastado o último palito. Chegando em casa, quando abriu a porta para entrar, se apagou toda aquela luz que ele viu. Então foi até o quarto e xingou a vó, falou eu te falei que não era para você gastar o fósforo, e a vó só resmungou, pois ela estava dormindo. O vô chacoalhou a caixa de fósforos, e então eles venderam tudo e foram embora. O senhor que comprou achou uma panela de dinheiro debaixo da casa e foi embora, e nunca mais ninguém mais viu aquele homem.

Essa é uma história verdadeira que aconteceu com meus avós.

José Ribeiro e Oracélia Cortes Ribeiro, ele tem 86 anos e ela 76 anos, ainda vivos. Aconteceu em Pinhão (Aluna do 7º ano).

Aqui, não pode ser identificado um ser ou um evento específico. O que existe é uma série de perturbações inexplicáveis. Que inviabilizam o sono, provocam inquietações, ilusões. O transtorno causado é tão grande, que implica na venda da casa e mudança para outro lugar. No entanto, caso houvesse um contato maior com as visagens, um controle do medo, o destino da família poderia ter sido outro: encontrar uma panela de dinheiro, enriquecer e ir embora, mas então para uma vida melhor. E aqui surge outro tema recorrente não só na região de Pinhão, mas também em outras áreas do interior paranaense: a existência de tesouros escondidos – as “panelas de dinheiro” – que são entregues para algumas pessoas através de manifestações de visagens e da coragem para enfrentá-las. O temor é o grande inimigo nesses casos, impedindo o enriquecimento rápido. Entretanto, retirar uma panela de dinheiro não é tão simples: só é capaz de fazê-lo aquele a quem a visagem escolhe. Por isso, em

outro texto há relato de um local assombrado, onde a mãe da narradora diz ter panela de dinheiro, mas ninguém conseguiu retirá-la.

As narrativas sobre histórias de visagens são muito mais comuns que reflexões sobre sua origem<sup>35</sup>. Mas, em alguns dos textos, elas são relacionadas a situações de assassinatos, como no seguinte:

#### A história do homem de branco

Essa história aconteceu em aproximadamente dez anos, quando minhas tias estavam vindo a cavalo para casa, pois tinham ido ao armazém e na volta, quando estavam descendo em uma descida, viram um homem de branco caminhando atrás delas. Elas não ligaram, pois acharam que era um conhecido, um homem normal. Já estava tarde e estavam com pressa, então abriram o portão para passar, e notaram que o homem não precisou abri-lo. Ele conseguiu passar sem abrir. Então quando viram aquela cena, correram com seus cavalos assustados e cada vez que corriam mais, o homem fazia o mesmo, até que enfim chegaram em casa e o homem desapareceu. Elas contando o que havia acontecido a seu pai, que é meu avô, ele lhes contou o que tinha acontecido com aquele homem.

Ele falou que aproximadamente 30 anos atrás, um homem foi beber em um armazém e lá havia outros homens que também estavam bebendo. Aquele homem já tendo fama de mau, já conseguiu encrenca brigando com outro homem, a briga foi separada, mas ele não satisfeito foi embora, mas ficou esperando o outro na mata. Finalmente, quando o homem saiu ele pegou uma faca e o matou. Desde então contam que a alma daquele homem vaga pela estrada procurando vingança.

Mas agora aquela estrada virou mato, e foi feita outra estrada, mais longe, e ninguém passa mais por lá.

Local do acontecimento: Três Barras (Aluna do 8º. ano).

A vingança por um ato de maldade é a motivação da existência da visagem. A maldade, por sua vez, ocorre em um contexto propício, como já explicitado em textos anteriores: o bar, que conjuga a bebida alcoólica com situações de proximidade social entre homens, e possibilita o surgimento de tensões. Mas

---

<sup>35</sup> Em dois momentos ao longo da pesquisa, ouvi histórias sobre funcionários da Zattar que teria se transformado em visagens. Em um deles, um dos altos funcionários da empresa seria um lobisomem – o que era atribuído a uma sina, e não a qualquer ação específica do funcionário. Em outro, um aluno fala da maldade dos agentes da empresa como tendo resultado em situações sobrenaturais. Um deles teria sido tão ruim que foi necessário cortar suas unhas e cabelos depois de morto. No entanto, nunca foi possível registrar de maneira mais sistemática esses relatos.



neste caso, a tensão não será resolvida no próprio local, e sim depois, à traição. De maneira indireta, aponta-se o risco dos espaços coletivos e dos conflitos, e a força da vingança. No caso, contudo, esta força se reduz bastante, pois “aquela estrada virou mato, e foi feita outra estrada, mais longe, e ninguém passa mais por lá”.

As histórias trazem, ainda, indícios sobre a possibilidade de enfrentar as visagens. A coragem é um mecanismo, que embora não acabe com elas, reduz sua força em contextos específicos:

Quando o meu pai viu uma bola de ouro

O meu pai estava caçando no Lajeado Feio, quando de repente uma bola de ouro apareceu na frente dele, e a bola de ouro era brilhante. Ficava a um metro e meio do chão e ficava caindo favo de ouro brilhante, e quando chegava ao chão, apagava e desaparecia. Ele falou que não ficou com medo e daí o pai pediu, disse “se for para mim, venha” e daí a bola se partiu ao meio, e cada metade foi para um lado, e o pai voltou para casa.

Onde a minha avó mora tem muitas histórias sobre fantasmas, lobisomem. Quase todos os irmãos do meu pai já viram e sofreram com fantasma. Bom, isso que meu pai contou para mim (Aluno do 8º. ano).

O enfrentamento da visagem pelo pai do narrador permite a ele retornar para casa sem maiores consequências. Mas esta não é uma solução definitiva, pois o local onde sua avó mora é perturbado por fantasmas e lobisomens. E quase todos os tios já foram vítimas desses seres. Assim, se o medo é um empecilho para quem encara uma visagem, a mera coragem não garante que se livre dos problemas por elas provocados.

Há, também, outra forma de lidar com o tema assustador. Que é não levá-lo tão a sério. A brincadeira, embora não negue a importância das manifestações sobrenaturais ou sua realidade, faz com que o tema se torne mais leve, divertido. O riso como uma grande arma, e a capacidade de rir de si mesmo e de suas crenças como um dos mecanismos para enfrentar a realidade muitas vezes dura. O texto a seguir, além de trazer novos exemplos de visagens possíveis – inclusive aquela, bastante temida, que subia em garupa de cavalos e hoje sobe em garupa de motos – faz do riso e do medo do outro uma forma de lidar com mais leveza com a questão:

Oi, venho contar uma história meio assustadora. Não fique com medo, essa história é como várias outras. Aconteceu em Faxinal dos Ribeiros, isso há muito tempo atrás, com várias pessoas. Diziam os

antigos que quando os homens iam para o bar beber, na volta, quando eles estavam voltando para suas casas, um animal conhecido como porco-espinho cercava eles no pontilhão e não deixava os homens passarem. E eles corriam sem olhar para trás e só paravam quando o porco-espinho parava de correr atrás deles.

Não sei se é verdade isso, mas que os antigos contavam essa história, essa história e várias outras como: o pilão que socava sozinho, a noiva que morreu indo para seu casamento e sempre naquele lugar ela aparecia e atacava as pessoas. Se a pessoa estava de moto, ela subia na sua garupa e ia junto até uma altura.

Até a próxima, e cuidado com a noiva, o pilão e o porco-espinho. Eles andam por aí, podem pegar você. KKKKK. (Aluna do 7º. ano)

A riqueza dos relatos das crianças, a diversidade de temáticas abordadas e as várias perspectivas assumidas pelos autores demonstram a complexidade do presente do mundo rural em Pinhão, e como alguns aspectos – como as trajetórias familiares ou a rusticidade – são privilegiados ao se falar do passado, enquanto conflitos fundiários recentes, embora também presentes na memória, são tornados públicos de maneira muito menos significativa. É importante afirmar uma forma de ser e viver específica, que não resulta do isolamento ou do desconhecimento de outras formas de vida, mas de uma afirmação do valor desse jeito de ser – algo que se aproxima do “orgulho sertanejo” presente no Vale do Jequitinhonha (cf. Porto, 2007). Apesar de todas as tensões do cotidiano (seja com o mundo natural, seja com o mundo sobrenatural), o Faxinal dos Ribeiros é um espaço de vida, e de uma vida própria. Não somente em termos produtivos e sociais, mas também com relação a uma maneira particular de pensar o mundo e se relacionar com ele. Acrescente-se que é aquele território que permitiu a muitos se humanizarem novamente, após a experiência das guerras e da opressão do Estado. A resistência ao sofrimento infligido por poderosos é uma consequência da luta por continuar vivendo segundo seu jeito específico, de um povo que constrói sua história a partir, entre outros aspectos, da memória da guerra e da sobrevivência a ela.

Outros aspectos também presentes nos textos – como forma de vida na contemporaneidade, festas e rezas, poderes de cura, feitiçaria, separações e conflitos familiares, eventos como a enchente de 1964, etc. – poderiam contribuir ainda mais para o leitor formar uma imagem do contexto local e de como o passado é visto a partir dele. No entanto, o volume e a riqueza do material produzido impedem uma abordagem mais completa. Mas a opção por trazer os textos na sua integralidade, deixando-os falar um pouco por si mesmos, visa permitir que outras interpretações sejam construídas, e apontar a potencialidade

das crianças de Faxinal dos Ribeiros quando falam sobre seu passado e sua vida. Nos textos, ainda, é possível perceber a importância da oralidade na transmissão da história local, que se reflete também no estilo de escrita.

### **3. Entrevista com D. Joana: uma reflexão sobre o passado e o silêncio no presente**

A entrevista com D. Joana, realizada em sua casa em 08 de outubro de 2012, foi motivada pelo fato de ter sido o marido dela baleado por jagunços da Zattar, há em torno de vinte anos. Fui levada ao local pelo casal que era meu anfitrião, e que já a conhecia por serem membros da mesma igreja evangélica. Este, creio, foi o motivo de nos receber, pois ao longo de toda a entrevista era evidente o desconforto em abordar memórias de dor, que marcaram definitivamente sua vida. Não por acaso, logo que liguei o gravador, a primeira pergunta registrada foi dela, não minha, querendo saber quais os motivos que me levavam a fazer o que fazia. Lembra-se, então, que tudo já havia sido gravado na época, no “tempo em que ele foi machucado”. A mídia noticiou o acontecido, pois o início da década de 1990 foi o momento de maior visibilidade externa dos conflitos entre posseiros e a madeireira. No mesmo período, houve um tiroteio próximo a uma escola, que feriu uma criança.

Ao longo da entrevista, uma série de silêncios e de não ditos. Vários detalhes apenas insinuados. Desde o início, quando D. Joana conta ter sido o marido baleado no caminho da roça, quando os “jagunços do Zattar” o cercaram e atiraram. E ela assim aborda o ocorrido, em um primeiro momento:

J: Porque eles queriam tomar as terras lá, queriam dizer que não era dele, sendo que era nosso. Por bandido. Aí foi o caso que ele pra brigar... pra ir bem firme que ele era bandido, né? E coisa que nunca da vida. Toda vida trabalhando. Daí quando eles começaram a atirar ele... ele de a cavalo, rolou de cima e ficou lá caído de joelhos e os piá chegaram pegar lá, trouxeram... Então fiquei um ano eu dando de comer as crianças e ele em cima de cadeira de rodas. Pra sair tinha que erguer, pra trazer ele pra cá.

Aqui, a violência narrada, e a dificuldade em falar de suas causas. Os jagunços seriam bandidos, mas teriam tentado atribuir a bandidagem a seu marido. Como estratégia para tomar as terras. Um ataque público, pois a vítima estava acompanhada de dois rapazes que nada puderam fazer. Terras que pertenciam ao pai de D. Joana, e onde ela morava desde que nasceu. Após casar, permaneceu no local, suas crianças foram nascidas lá. “E daí o Zattar

queria de certo tomar”. Mas não que afirmassem ser as terras da empresa, o que faziam era embargar a produção, impedir a feitura do roçado. No dia do acontecido, o marido teria se deparado com os jagunços colhendo mandioca no mandiocal plantado por ele: “eles chegaram lá, encheram os bocôs de mandioca dos mandiocais nossos”.

Neste momento, a entrevista é toda truncada. D. Joana continua a falar pelo estímulo das perguntas, não somente minhas, mas também do casal que eu acompanhava. Mas, quando perguntada se eles respeitavam a proibição da empresa madeireira de plantar em suas terras, D. Joana afirma:

J: Não, plantava, pois era nosso. Eles queriam tomar e nós não podíamos entregar, pois era nosso. Daí que eles... Deus... Eles fizeram tudo aquilo. Daí que tivemos que trocar lá, troquemos lá e viemos pra cá.

No trecho acima, percebe-se que a tensão estava instaurada. O enfrentamento da proibição de roçar era desconsiderado, pois estavam nas próprias terras. No entanto, depois dos tiros, se viram obrigados a sair do lugar. Trocaram quinze alqueires (36,3 ha) na zona rural por apenas seis litros (0,3 ha) em área periférica da cidade de Pinhão. No entanto, para a decisão de fazerem a troca e se mudarem, também contribuíram os vizinhos, que soltavam seus animais na roça do casal. Não faz, contudo, referência a quem seriam esses vizinhos e quais os outros conflitos que estavam em jogo. Também diz que os problemas com os jagunços foram estimulados por uns fuxicos, afirmação de que o marido dela era muito bravo, armado. Isto feito por “gente que não gostava dele, tinha raiva assim da gente”. Mas D. Joana nega os boatos, dizendo que os vizinhos moravam pertinho e eles não brigavam com ninguém.

A conversa, então, passa a ser dos arbítrios da época de controle da região pela Zattar. Como eles “embargavam” qualquer trabalho. Impediam retirada de pinhão, de erva, de carvão, a plantação de lavoura. Surravam as pessoas. Derrubavam gente de cima de pinheiro a tiro. Também ressaltam a existência, no esquema de controle, dos “olheiros”. Essas pessoas tomavam conta das áreas, a fim de dar notícias sobre a movimentação dos moradores locais em seus territórios. D. Joana conta que ela e o marido haviam feito roça e ido trabalhar em Guarapuava, mas não ficaram nem dois meses. O pai dela foi buscá-los, para que colhessem a produção. O ocorrido foi depois de três dias do seu retorno. Onze tiros, sem morte. E sem qualquer motivo imediato: não houve discussão, os jagunços apenas fizeram trincheira de suas montarias e atiraram, não dando a ele a chance de fugir. Embora estivesse armado, quando caiu no chão o marido não teve forças para puxar a arma. Depois, dois anos em cadeira de rodas, se recuperando. E sem nunca mais poder trabalhar, pois a primeira vez que tentou adoeceu novamente.

Meu anfitrião, que ajuda a compor o quadro de opressão que marcou o período de ação da empresa através dos jagunços, surpreende-se com a história. Primeiro, porque pensava que a Zattar teria atacado apenas os posseiros, que por não possuírem a regularização de suas terras, ficavam vulneráveis. Espanta-se com o relato de que também proprietários eram alvos da opressão. Depois, por ter sido o marido de D. Joana tão baleado, e ter sobrevivido. Mas, neste sentido, são várias as histórias ouvidas em Pinhão sobre situações de violência que levam até quase a morte, mas não matam.

Após quase meia hora de conversas entrecortadas, difíceis, a lembrança dos fatos narrados parece trazer mal-estar, e D. Joana, encerrando, diz que “Não adianta. Tem que suportar. Deus o livre!”. É então que meu anfitrião pergunta a ela se fala do passado para as crianças, e o final da entrevista torna-se bastante esclarecedor quanto ao silêncio identificado ao longo deste texto sobre o passado recente, acompanhado da valorização de um passado mais distante e marcado pela rusticidade. Transcrevo a seguir:

- A: E a senhora conta isso pra... pros netos da senhora hoje, eles param pra ouvir isso, ou não?
- J: Ih, eles vem pra contar pra eles, eles gostam. Mas na hora uma parte se a gente contar o que aconteceu pra eles assim, eles se revoltam.
- A: É bom nem contar...
- J: Uma parte das crianças que é meio fracão, Deus o livre.
- L: E a senhora fala o quê?
- J: Do quê?
- L: Do vô?
- J: Não, pois do vô eu conto... eles quase num se lembraram dele. Eles eram pequenos quando ele morreu daí, sabe? Nem... dava foto assim. Só a minha menina mais velha que tava com dez anos, e os outros mais pequenos, tudo se lembra mas lembra mal dele.
- L: E quando eles pedem pra senhora contar história antiga, a senhora conta história de que?
- (Neste momento, o tom da entrevista muda bastante, com a voz de D. Joana adquirindo gradativamente uma animação que esteve ausente de toda a conversa anterior, como se, pela primeira vez, tivéssemos tocado em um assunto sobre o qual ela tinha prazer em falar).
- J: Pois eu conto dos trabalhos. Que nós íamos trabalhar, naquele tempo. Sofrido, trabalhando, né. Deixava eles o dia inteiro na casa, e parava na roça trabalhando. Ao meio dia a gente chegava sofrido, cansado, pra descansar. E ali assim vou contando pra eles. E das coisas que a gente fazia, sabe, das coisas assim. A gente num comprava nada, das coisas...

A: Lado bom...

J: Isso aí, sabe. Você pensa, eu fui aprender a comprar as coisas aqui. Feijão, eu nunca tinha comprado um quilo de feijão, banha nunca tinha comprado, farinha num comprava.

A: Fazia tudo?

J: Fazia tudo, pois a gente tinha monjolo, tinha o milho, tinha o porco, tinha tudo, procê ver. Colhia o arroz. Tinha de tudo. Galinha tinha bastantão. Que mais?

A: Uma vida boa!

J: É! Tinha carne. Num carecia nada. Eu num comprava nada. Só... Até trigo nós plantava.

A: Que coisa mais divertida!

J: Pois é, é isso aí que eu falo. Tipo hoje em dia a gente tem que comprar tudo que é coisa. Daí das crianças... Conto... Começam a perguntar assim como é que era, mãe, do tempo que a senhora pequena, cê ia na escola. Eu contava meus filhos, era assim, naquele tempo era sofrido, tinha que trabalhar de ano por ano pra gente comprar roupa, sabe? Num era assim como agora que o povo anda tudo bem arrumadinho. Não, trabalhava de ano em ano pra gente comprar roupa pra ir pra escola. E daí ali os pais da gente eram diferentes, né, eles compravam aqueles peção de pano pra fazer roupa. Assim.

Ao longo da entrevista, D. Joana explicita como seu silêncio está muito distante do esquecimento. Mesmo porque é impossível esquecer acontecimentos que a fizeram sair da zona rural, perder o apoio do marido no sustento da casa, ter que trabalhar para terceiros, ver o marido sofrer por anos devido à invalidez. As lembranças são nítidas, e doídas. Além disso, perigosas, pois para as gerações posteriores podem gerar sentimentos de revolta e vingança. Por isso, um silêncio intencional sobre tudo aquilo que mudou a vida da família nas últimas décadas. E uma lembrança de um passado mais remoto, descrito como “sofrido”, mas cuja memória traz um prazer que se reflete na fala. A autonomia, a produção para o próprio consumo, a independência do mercado: feijão, farinha, banha, carne, porco, galinha, ovos, milho, arroz, até trigo, tudo fruto do próprio suor. As dificuldades na escola, a necessidade de trabalhar “de ano por ano” para comprar roupa. Temáticas que surgiram com frequência e de maneira semelhante nos textos dos alunos, como vimos anteriormente. É este o passado que vale a pena lembrar, é também ele que permite a construção de um presente e um futuro melhores.

Considerar os relatos acima, diversos tanto em seu conteúdo quanto no perfil de seus narradores, permite não apenas reconhecer a complexidade do contexto de Pinhão e as várias possibilidades de composição de visões sobre seu passado e presente, como também tendências semelhantes quando se analisam as épocas e temáticas selecionadas como significativas pelos narradores. Sem desconsiderar as especificidades, evidenciam-se dois grandes grupos: dos narradores da sede municipal, descendentes das famílias dos grandes sesmeiros, e dos habitantes das matas. Eles possuem distintas perspectivas da história. No primeiro grupo, observa-se uma ênfase em processos formais de povoamento, identificados com a colonização e o “desenvolvimento” local, e em que a população nativa tem pouca visibilidade e um aparente caminho inevitável no sentido de se submeter aos representantes dos grupos dominantes – seja ao longo da colonização, seja a partir da industrialização. No segundo, há valorização dos modelos produtivos, religiosidade e sociabilidade dos moradores das matas, e de um tempo em que “o pobre era rico e não sabia”, havia pouca violência, um padrão de relações familiares e sociais positivo frente ao presente. E em que não somente as elites contam, mas todos aqueles que participam da organização social local – com o reconhecimento, em alguns casos, exatamente de quem representa a base da pirâmide social: fugitivos de guerras, ex-escravos, curadores, etc.

Mas se os sujeitos e eventos da história são distintos para os dois grupos, alguns aspectos são recorrentes em todos os registros: uma tendência à valorização de um passado mais remoto em detrimento do passado recente, e a constituição da imagem desse passado a partir da afirmação de sua rusticidade. Destaca-se o relativo isolamento local, as dificuldades de comunicação e transporte, a precariedade de sistemas de saúde e educação, a restrição do consumo quase que exclusivamente aos produtos nativos. Não que a visão elaborada seja romântica. Na maior parte dos casos, a rusticidade é acompanhada pelo sofrimento. Um tempo de luta, de dificuldades, de trabalho árduo, de episódios de valentia/violência. No entanto, também de autonomia e de capacidade de produzir para o próprio sustento. Período que vale a pena lembrar e sobre o qual se deve falar. Muito diferente das últimas décadas, cujos conflitos, enfrentamentos, histórias de perseguições, incêndios e assassinatos devem ser silenciados (mesmo que nem sempre isso seja possível), não só pela humilhação que representam para os que os vivenciaram, mas como estratégia de produção de um futuro em outros moldes. Em que seja viável uma convivência mais serena, mesmo entre aqueles que têm suas trajetórias marcadas por posições incompatíveis nos embates recentes.

## Referências bibliográfias

- APEART – ASSOCIAÇÃO PROJETO DE EDUCAÇÃO DO ASSALARIADO RURAL TEMPORÁRIO. 2002. **PEPO Fazendo História**, Londrina: UEL.
- AYOUB, Dibe S. 2010. **Madeira sem Lei: Jagunços, Posseiros e Madeiros em um Conflito Fundiário no Interior do Paraná**, Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/UFPR.
- BATESON, Gregory. 1991. **A Sacred Unity. Further Steps to an Ecology of Mind**, New York: A Cornelia & Michael Bessie Book.
- BOURDIEU, Pierre. 2005. A Dominação Colonial e o Sabir Cultural in **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, Curitiba: UFPR.
- BOURDIEU, Pierre. 2011. **O Senso Prático**, Petrópolis: Vozes.
- CAMARGO, José Silvério de. s.d. **Por que nosso município chama-se Pinhão?**, Pinhão: Secretaria Municipal de Educação.
- COMERFORD, John. 2003. **Como uma Família. Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- FRANCESCONI, Juliana O. P. 1998. **O sistema de faxinais, o analfabetismo e suas consequências econômicas para o município de Pinhão – Paraná**, Guarapuava: monografia apresentada ao curso de Geografia da UNICENTRO.
- FREITAS, Geovani J. 2003. **Ecos da Violência. Narrativas e Relações de Poder no Nordeste Canavieiro**, Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- GONÇALVES, Édina M. s.d. **Município de Pinhão: Conflito agrário na década de (1990-1997)**, mimeo.
- LIMA, Pe. Francisco das Chagas. 1842. Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava in **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Tomo IV, n. 13, p. 43-64. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva.
- LUCAS, Karim A. H. 2009. **A formação dos educadores como eixo do desenvolvimento curricular: o Projeto de Educação dos Posseiros do Paraná (PEPO)**, tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/SP.
- MACEDO, Azevedo. 1995. **Conquista Pacífica de Guarapuava**, Curitiba: Fundação Cultural.
- MARQUES, Ana Cláudia. 2002. **Intrigas e Questões: Vingança de Família e Tramas Sociais no Sertão de Pernambuco**, Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MONTEIRO, Nilson. 2008. **Madeira de Lei: Uma Crônica da Vida e Obra de Miguel Zattar**, Curitiba: Edição do Autor.
- NASCIMENTO, José Francisco T. 1886. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Provincia do Paraná, e relações que teve com os indios coroados mais bravios daquelles lugares. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico**



- do Brazil**, tomo XLIX, 267-281. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. 1999. Cidadania, racismo e pluralismo: a presença das sociedades indígenas na organização do Estado-Nacional brasileiro in **Ensaio em Antropologia Histórica**, Rio de Janeiro: UFRJ.
- PASSOS, Renato Ferreira. s.d. **O Pinhão que Eu Conheci**, versão digital doada pela filha do autor, Eliana Rocha Passos Tavares de Moraes.
- PIN, André E. 2011. Moysés Lupion e as transformações na cultura faxinalense em Pinhão/PR in BONAMIGO, Carlos A. et. alli. **História: Tradições e Memórias**, Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão.
- POLLAK, Michael. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio in **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro: CPDOC.
- POLLAK, Michael. 1992. Memória e Identidade Social in **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro: CPDOC.
- PORTELLI, Alessandro. 1981. Tentando Aprender um Pouquinho: Algumas Reflexões Sobre a Ética na História Oral in **Projeto História n. 15 – Ética e História Oral**, São Paulo: Departamento de História da PUC-SP.
- PORTELLI, Alessandro. 1991. **The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History**, New York: State University of New York Press.
- PORTELLI, Alessandro. 1996. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum in FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaína (org.). **Usos & Abusos da História Oral**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- PORTELLI, Alessandro. 2010. **Ensaio de História Oral**, São Paulo: Letras e Voz.
- PORTO, Líliliana, KAISS, Carolina, COFRÉ, Ingeborg. 2009. **Relatório Antropológico: Comunidade Quilombola de Água Morna – Curiúva/PR**, Documento resultante do Convênio UFPR/INCRA com base no projeto **Direito à Terra e Comunidades Quilombolas no Paraná**, Curitiba.
- PORTO, Líliliana, KAISS, Carolina, COFRÉ, Ingeborg. 2012. Sobre solo sagrado: Identidade quilombola e catolicismo na comunidade de Água Morna (Curiúva/PR) in **Religião e Sociedade**, 32(1), Rio de Janeiro: ISER.
- PORTO, Líliliana. 2007. **A Ameaça do Outro. Magia e Religiosidade no Vale do Jequitinhonha/MG**, São Paulo: Attar.
- RAMOS, Rene W. 2011. A Resistência Camponesa e a Igreja Católica no Município de Pinhão/PR in **Anais do V Congresso Internacional de História**, realizado em Maringá entre 21 e 23 de setembro de 2011.
- VILLAÇA, Antônio C. 1998. **Diário de Faxinal do Céu**, Rio de Janeiro: Lacerda Editores.
- VILLELA, Jorge M. 2004. **O Povo em Armas: Violência e Política no Sertão de Pernambuco**, Rio de Janeiro: Relume Dumará.

WACHOWICZ, Ruy C. 1987a. **Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense**, Curitiba: Vicentina.

WACHOWICZ, Ruy C. 1987b. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**, Curitiba: Vicentina.

## Capítulo 9

### João José Zattar S.A.: disputas sociais, legitimidade, legalidade

Jefferson de Oliveira Salles<sup>1</sup>

#### Introdução<sup>2</sup>

**N**o presente texto, analisaremos alguns aspectos da instituição da propriedade fundiária no Centro-Sul do Paraná (município de Pinhão), abordando disputas sociais envolvendo uma grande empresa madeireira e a população camponesa estabelecida na região.

A pesquisa será feita a partir de revisão bibliográfica e pesquisa documental, tendo por base consulta ao Relatório da “Comissão Especial de Investigação da Assembleia Legislativa do Paraná organizada para verificar os conflitos fundiários no município de Pinhão”<sup>3</sup> (CEI) – instituída em 12.11.91 por requerimento dos deputados Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, encerrada em 26.11.92, tendo como integrante e relatora a deputada Emília Belinati (que, posteriormente, foi, eleita vice-governadora do Estado). Eleição que levou a que, no mais alto escalão do executivo estadual, se encontrasse uma conhecedora dos conflitos fundiários do estado, suas causas e agentes.

Nosso objetivo é compreender a formação social da propriedade fundiária na região centro-sul do Paraná, a partir da relação entre a inserção de um novo agente capitalista – o setor industrial madeireiro – e a população rural da região.

---

<sup>1</sup> Professor de História da rede pública do Paraná, especialista em Educação do Campo, mestrando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná. No período em que escreve este trabalho exerce a função de assessor técnico do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Paraná (CAOPJDH-MP). Contato jefferson\_oliveirasalles@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> O presente trabalho faz parte de pesquisa de mestrado em curso que tem como tema a formação social da propriedade fundiária capitalista entre as décadas de sessenta e oitenta.

<sup>3</sup> Trata-se de uma cópia autenticada pelo órgão do relatório original.

## ***Estabelecidos e outsiders na formação do setor industrial madeireiro***

O conceito de “rede de famílias antigas” foi originariamente construído por Elias e Scotson (2000) na obra em que analisam as relações sociais de um bairro operário na Inglaterra partir das relações de poder entre os moradores que, segundo os autores, não apresentavam diferenças significativas econômicas, religiosas ou étnicas. Fato este que não impedia a existência de grande assimetria de poder dentro do bairro. Esta diferenciação se expressava na existência de dois grupos, os *estabelecidos* e os *outsiders*, sendo que o primeiro era composto por moradores originários (por duas ou mais gerações). Os *outsiders* eram compostos por indivíduos migrantes que, entre si, não tinham relações anteriores, conhecendo-se na própria Wiston Parva. Segundo os pesquisadores, os *estabelecidos* se auto-representavam como a “minoridade dos melhores”, portadores dos “valores da tradição e da boa sociedade”, diferenciando-se dos *outsiders*, que não as tinham ou as possuíam de forma inversa: a “delinquência, a violência e a desintegração”, falta de “higiene”, etc., sendo por isso estigmatizados pelos primeiros<sup>4</sup>. Constatada esta realidade e as relações de desigualdade entre os grupos, os autores se dedicaram a identificar como elas foram produzidas, reproduzidas e como se manifestavam através da análise da “natureza” da “interdependência” entre os dois grupos (Elias e Scotson, 2000: 23). A construção de mecanismos de diferenciação (no sentido valorativo melhor/pior) foi promovida pelos moradores que residiam há uma ou duas gerações no bairro e, por força disto, estavam ligados por uma rede de parentesco que reunia suas famílias. Este fato sustentou material e ideologicamente o processo de estigmatização, pois os moradores antigos estavam “solidamente estabelecidos em todos os postos principais da organização comunitária [Clube de Senhoras; de Idosos; de Teatro; a “Banda”, Igrejas; a associação ligada ao Partido Conservador inglês, única agremiação político-partidária existente no bairro<sup>5</sup>] desfrutando da intimidade de sua vida associativa, [da qual] procuravam excluir os estranhos que não partilhavam de seu credo comunitário e que, sob muitos aspectos, ofendiam seu senso de valores” (Elias e Scotson, 2000: 104-105). Estas agremiações – e outras com algum grau de representação social – estavam ligadas entre si por meio de “redes de famílias antigas” de moradores com ancestrais no bairro, possibilitando um instrumento poderoso de coesão social interna e coerção sobre os *outsiders*. O

<sup>4</sup> Neiburg in Elias, Scotson, 2000: 7.

<sup>5</sup> Acredito que este fato é significativo, visto que justamente “conservar” a ordem vigente no bairro era intenção dos *estabelecidos*, sendo que os *outsiders* tendiam a associar-se ao Partido Trabalhista – fato que os primeiros consideravam uma demonstração da irresponsabilidade e ausência de compromisso com a comunidade (Elias e Scotson, 2000: 21).

fato dos *estabelecidos* ocuparem diretamente os principais postos decisórios da vila demonstra que um “grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer” (Elias e Scotson, 2000: 23).

A partir das noções de *estabelecidos* e *outsiders* foi possível aos autores construir o conceito de “redes de famílias antigas”. Em nosso trabalho, este último foi utilizado para analisarmos as origens dos latifundiários da região estudada que reivindicavam origens na “sociedade tradicional campeira”<sup>6</sup> assentada, por sua vez, nos primeiros “povoadores” dos Campos de Guarapuava. Mesmo os novos latifundiários que passaram a integrar a elite proprietária a partir da década de 1920 têm seu mito de origem em um novo tipo de *estabelecidos*, com origem associada aos migrantes europeus chegados ao Brasil entre 1890 e 1920, proclamados por parte do discurso historiográfico e intelectual da época como “self-made men”, “bandeirantes modernos/bandeirantes do progresso”, dinamizadores de “empreendimentos capitalistas modernos, sérios”<sup>7</sup>. Termos utilizados para representar um novo agente social que integrou os grupos hegemônicos a partir de atividades industriais nascentes. Para este texto, estabelecemos o recorte na atividade industrial madeireira e das grandes colonizadoras, diretamente associadas a nosso objeto de reflexão: a construção da propriedade privada do setor industrial madeireiro através do estudo da empresa João José Zattar S.A.

A análise da rede de famílias antigas é, nesse contexto, de grande relevância, visto que alguns desses ancestrais tiveram papel central na formação da estrutura fundiária regional, como representantes do poder estatal. A partir do início do século XX, a elite campeira passou a perder seus latifúndios que foram (como veremos) paulatinamente sendo adquiridos por uma nova fração hegemônica, composta por descendentes de imigrantes detentores de capital associados a alguns integrantes do antigo grupo dominante. Os descendentes do antigo grupo dominante migraram para atividades urbanas, passando a ocupar, em especial, postos de primeiro e segundo escalão da burocracia estatal nos três poderes. Nestes postos, mesmo que com algumas críticas em relação ao projeto político e econômico dos novos latifundiários, tais burocratas foram “apoio fundamental” na luta entre as “classes não

---

<sup>6</sup> A expressão “sociedade tradicional campeira” é usada para definir os que, já no século XIX, dedicavam-se à pecuária extensiva, como criadores e invernadores do gado do sul. (Abreu, 1981: 1). A mesma expressão aparece em Westphalen et. al., 1968.

<sup>7</sup> Os dois primeiros termos foram utilizados pelo Jornal Gazeta do Povo, de janeiro de 1947, para referir-se aos empresários do setor industrial madeireiro, como Moysés Lupion, das décadas de 1930-1940 (Salles, 2004). O terceiro termo foi utilizado por Westphalen et. al. 1968: 20-27 para referir-se às grandes imobiliárias que promoveram a “ocupação efetiva” do território paranaense.

proprietárias” e os novos agentes sociais que hegemonizavam o “sistema de dominação”<sup>8</sup> – representados, por exemplo, por empreendimentos capitalistas que associavam grandes plantas industriais rurais, latifúndios monocultores, diversificação de investimentos, isto é, elementos da modernização capitalista do século XX. A partir de estudos regionais de sociologia política e história agrária, troncos familiares como Camargo, Marques, Cleve, Rocha Loures, descendentes da antiga elite tropeira, ocuparam altos postos da burocracia estatal nos três poderes – isto é, associavam o poder de representação de seus ancestrais com o poder que o Estado detém. Característica exclusiva que assegurava a esses indivíduos detalhado conhecimento sobre diversos aspectos da economia e política regional (Oliveira, 2001). Como veremos ao analisarmos a composição de grandes empresas do setor industrial madeireiro, percebemos que integrantes dessas elites também estavam nos quadros administrativos e associativos a partir de duas formas (ao menos segundo a documentação e bibliografia consultada): por meio de casamentos entre filhos(as) da primeira geração de imigrantes que aqui chegaram com algum capital e filhos(as) de grandes proprietários dos Campos Gerais. Houve, portanto, uma dupla ligação: de um lado os descendentes ocuparam cargos públicos importantes e, por outro, via estratégias matrimoniais, associaram-se ao setor industrial madeireiro.

Como exemplo da permanência da elite campeira na região de Guarapuava e seu grau de importância para os processos políticos e econômicos que se seguiram no século XX, citamos um exemplo que envolveu diretamente a madeireira Zattar. Segundo levantamento por nós produzido a partir do acervo do Centro de Documentação da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), entre 1953 e 1984 houve cerca de oitenta processos judiciais nos quais a Zattar era autora ou paciente de ação na Comarca de Guarapuava (Pinhão emancipou-se em 1964, sendo que uma comarca e fórum foram instalados no município quase três décadas depois, fazendo que todos os processos fossem levados a Guarapuava). Do montante citado de processos (que às vezes duravam vários anos, até mais de uma década), trinta e três estiveram sob a responsabilidade de dois juízes: José Amoriti Trinco Ribeiro e Jeorling J. Cordeiro Cleve<sup>9</sup>. O primeiro com treze processos e o segundo com 20 processos<sup>10</sup>, isto é, ambos julgaram mais de um terço dos processos. Em relação aos envolvidos nos processos, em nosso levantamento preliminar, encontramos

<sup>8</sup> Estes burocratas descendentes de antigas famílias latifundiárias hegemônicas ofereceram “um apoio fundamental no aparelho burocrático-administrativo. Contra as classes não proprietárias, aliam-se à fração dominante que os havia substituído no sistema de dominação.” (Wanderley, 1979: 67-69).

<sup>9</sup> Sobre Trinco Ribeiro consultar Hartung, 2004. Jeorling era descendente de Daniel Cleve, que foi “Juiz Comissário das Medições” nomeado em 1884 (ABREU, 1981: 74).

<sup>10</sup> Levantamento por mim feito no acervo do Centro de Documentação da UNICENTRO para fins de minha dissertação de mestrado. Este material se encontra em fase preliminar de análise.

como objetos das disputas madeira, terra e questões administrativas da empresa. Os adversários da Zattar foram pessoas jurídicas (outras madeireiras) e pessoas físicas (indivíduos que disputavam com a Zattar a legitimidade no que se refere à propriedade de determinada área de terra).

Como os juizes e escrivães, de um lado, e advogados, dirigentes e proprietários da Zattar, de outro, estavam em constante relação no campo jurídico, produziu-se um saber prático segundo o qual representantes de antigos proprietários de terra (médios e pequenos), proprietários de pequenas serrarias, posseiros, peões-operários não podiam usufruir no mesmo grau de poder nas disputas jurídicas. Afinal foram décadas (se somarmos os processos por tipo) em disputas judiciais por terra, recursos naturais (extrativismo madeireiro e de mate), questões trabalhistas e empresariais.

Salientamos que a primeira coisa que se evidenciou do levantamento foi o fato de que a presença da João José Zattar S.A. na região nunca foi pacífica, como demonstram os processos individuais, de pequenos grupos de pessoas físicas, de pessoas jurídicas e de representantes do poder estatal de diferentes órgãos contra a empresa, bem como da empresa contra estes personagens.

## A Zattar e a formação do setor industrial madeireiro: modernização e poder

A empresa madeireira João José Zattar S.A. foi fundada em 1943, iniciando sua atuação com uma serraria no atual município de Teixeira Soares (então pertencente a Irati), de onde se deslocou para Pinhão na década seguinte, seguindo a marcha das serrarias (Monteiro, 2008). Partiu das proximidades de Ponta Grossa rumo ao oeste ou sudoeste paranaense, de forma semelhante à F. Slaviero & Filhos S/A, com oito serrarias em Guarapuava, abrindo filiais nas localidades de Bananas em 1942, Guará em 1951, Guairacá em 1951, Palmeirinha em 1958 e 1962 respectivamente, duas em Goioxim em 1963 e Candói em 1969 – municípios próximos ou limítrofes a Pinhão (cf. Luz, C. F., 1980). A partir da década de sessenta, com a extinção progressiva da mata nativa, os empresários do setor buscaram opções para assegurar fornecimento de matéria-prima por meio de aquisição de terras, inicialmente na região das florestas de araucária, que margeavam os Campos Gerais (os quais, por seu lado, abrangiam os municípios supracitados de Ponta Grossa, Guarapuava). O sucesso dessa estratégia empresarial esteve fortemente articulado à garantia de subsídios, incentivos e isenções fiscais para empreendimentos florestais, como foi o caso da lei 5.106 de 1966, segundo a qual:

As importâncias empregadas em florestamentos e reflorestamentos poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliadas no Brasil. As pessoas jurídicas poderão descontar (...) até 50% do imposto, as importâncias (...) do valor do imposto, as importâncias (...) aplicadas em (...) reflorestamento (Souza, 2005: 60).

A estes subsídios, outras subvenções foram somadas após a década de 1960, cedidas por municípios, estado e União: direcionamento de técnicos da empresa pública estadual de assistência técnica rural, EMATER, para assessoria de plantio de pinus; diferimento de impostos (por exemplo, de ICMS); doação de terrenos em parques industriais, concessão de serviço de terraplanagem; instalação e garantia de luz elétrica e água por preços baixos ou com períodos de gratuidade (Souza, 2005). Estas facilidades explicitam efeitos pertinentes da ação da fração de classe do setor industrial madeireiro, que desde a década de trinta conseguiu grande número de subvenções estatais através, por exemplo, da criação do órgão estatal Instituto Nacional do Pinho (Salles, 2004). O sucesso econômico do setor liga-se, portanto, a sua ação como fração de classe. Embora estejamos cientes que os representantes do setor não tenham imposto de forma automática e total seus interesses, é evidente que muitas medidas tomadas pelo Estado sofreram impactos de sua presença nos órgãos de decisão, demonstrando que:

Para compreendermos quem ou o quê formula política, é preciso compreendermos as características dos participantes, os papéis que desempenham, a autoridade e os outros poderes que detêm, como lidam uns com outros e se controlam mutuamente. Das muitas diferentes modalidades de participantes, cada um exerce uma função especial: os cidadãos comuns, os líderes de grupos de interesse, os legisladores, os líderes legislativos, os ativistas políticos de partidos, magistrados, servidores públicos, técnicos e homens de negócio (Lindeblon: 11).

Como demonstrei em estudo anterior (Salles, 2004), neste período houve o aumento da política de subsídios promovida pelo estado e municípios, que não pode ser dissociada da aliança que fundou o setor madeireiro nas primeiras décadas do século XX, unindo filhos de imigrantes europeus de primeira geração que chegaram ao sul brasileiro com algum capital no final do século XIX e descendentes da elite fazendeira dos Campos Gerais.

Paralelamente à transformação do setor industrial madeireiro, que deixa sua condição de apenas comprador e extrator de matéria-prima, também ocorreu



outra transformação importante: sua integração e diversificação, com alguns empresários do setor adquirindo/associando-se a empresas de outros ramos, como empresas de transporte, emissoras de rádio, jornais de âmbito estadual e regional, etc. Os exemplos significativos desta diversificação e poderio político-econômico foram o Grupo Lupion (que, na década de 1950, unia emissoras de rádio, jornais impressos, empresa de navegação, distribuidoras oficiais de caminhões e peças para estes, etc.), os irmãos Martinez (em particular Oscar Martinez, proprietário de companhias colonizadoras, e também sócio de empresa de mídia de rádio e jornal impresso). Nas décadas seguintes, outras formas da aliança intraclasse entre o setor madeireiro e aquele vinculado à colonização (intimamente articulado e dependente do setor madeireiro para derrubar as matas para estabelecimento da agricultura) têm como exemplo significativo a rede de casamentos que uniu os Lunnardelli (ligados ao setor de colonizadoras) e Pimentel na década de 1970 (cf. Tomazi, 2000, Oliveira, R., 2001).

Tendo em vista a contextualização acima, pretendemos relacionar formas de agir entre a “generalidade” do campo (exposta no que tange à formação do bloco de poder) e a ação empresarial dos proprietários da Zattar, de modo a estabelecer homologias entre o modo de agir desta empresa e de outros grupos seus contemporâneos. Tomando como referência Bourdieu (2002), acreditamos que, ao relacionar as ações referentes ao comportamento dos proprietários (isto é, a família Zattar e outros sócios) como fração de classe, estabeleceremos “propriedades gerais ou invariantes” que caracterizam a racionalidade da ação empresarial, isto é, efetuiremos o “uso racional das homologias” que sustentaram um olhar mais sensível, que informa o *insight* do pesquisador.

A partir do quadro acima, em particular no que se refere à relação entre representação política e formação empresarial do setor industrial madeireiro, trazemos agora alguns elementos que inserem a João José Zattar S.A. nos quadros do poder político-econômico dominante no Estado:

- **Nagib Chede:** irmão de João Chede (um dos articuladores da candidatura de Moysés Lupion para governador, tornando-se, por indicação deste, deputado estadual pelo PSD<sup>11</sup> e presidente da Assembleia Legislativa

---

<sup>11</sup> Um dos fundadores da Rede Paranaense de Televisão (em sociedade com Raul Vaz e o Grupo Lupion). Tanto Vaz quanto João eram sócios do Grupo Lupion. Presidente do PSD quando Moysés Lupion foi candidato a governador, deputado estadual pelo PSD e presidente da Assembleia Legislativa do Paraná entre 1947-48 (início do primeiro governo Lupion). Disponível em [www.canaldaimprensa.com.br/canalant/opiniao/doito/opini%C3%A3o2.htm](http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/opiniao/doito/opini%C3%A3o2.htm), acesso em 17.08.09, disponível em [www.alep.pr.gov.br/arquivos/galeria32.php](http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/galeria32.php), acesso em 17.08.2009. Fonte: [www.prpr.mpf.gov.br/arquivos/externas/000150.php](http://www.prpr.mpf.gov.br/arquivos/externas/000150.php); [www.jusbrasil.com.br/diarios/791817/dou-secao-1-21-10-2003-pg-118](http://www.jusbrasil.com.br/diarios/791817/dou-secao-1-21-10-2003-pg-118), sobre condenação por corrupção; Kretzen, 1951.

do Paraná e também Presidente da Assembleia Constituinte Estadual de 1947). Nagib, por sua vez, foi um dos fundadores da Rede Paranaense de Televisão, da qual eram sócios Raul Vaz, João Chede e o Grupo Lupion. Vaz foi indicado por Lupion como juiz para o Tribunal de Contas do Estado, presidindo-o por diversos mandatos. Nagib também foi nomeado como auditor desse tribunal por Lupion<sup>12</sup>.

- **Luiz Antônio de Camargo Fayet:** foi sócio do grupo empresarial Zattar, ocupando cargos em conselhos de administração. Também integrou o Conselho do Banestado<sup>13</sup>, banco estatal responsável por diversas políticas e fundos de fomento a indústria e setor agrícola no Estado (caso das políticas de financiamento ao plantio extensivo de florestas homogêneas).
- **Odone Fortes Martins:** sócio da empresa, foi proprietário do jornal Indústria & Comércio – jornal que concedeu ao empresário João José Zattar premiações como empresário de destaque. Outros integrantes da família Fortes eram proprietários de grandes serrarias no oeste paranaense na década de setenta<sup>14</sup>.
- **João e Antenor Mansur:** Acionistas majoritários da Produtora de Madeiras Irati S.A., tendo como sócios os irmãos João e Miguel Zattar nos anos 1970. João Mansur teve uma biografia de destaque: ingressou na política em 1951, com dois mandatos consecutivos como vereador, após os quais foi eleito prefeito de Irati. Em 1958, com o fim do mandato de prefeito, foi eleito por cinco mandatos como deputado estadual. Foi um dos responsáveis pelo desmembramento de Pinhão do município de Guarapuava e sua transformação em município, colaborando também na eleição de seu primeiro prefeito, um diretor da Zattar. Na Assembleia Legislativa, ocupou o cargo de presidência por diversas vezes (1967, 1973/74 e 1981/82), ocupando por duas vezes a função de governador decorrente deste posto. Na Assembleia Legislativa atuou também como “líder do governo” e participou das comissões de Constituição e Justiça; Finanças; Terras, Colonização e Imigração; Redação e Turismo<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> [www.canaldaimprensa.com.br/canalant/opiniao/doito/opini%C3%A3o2.htm](http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/opiniao/doito/opini%C3%A3o2.htm), acesso em 17.08.09; [www.alep.pr.gov.br/arquivos/galeria32.php](http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/galeria32.php), acesso em 17.08.2009.

<sup>13</sup> Monteiro, 2008. Fayet foi integrante do Conselho do Banestado, banco estatal paranaense que atuava como agência de fomento.

<sup>14</sup> Souza, 2005.

<sup>15</sup> Assembleia Legislativa do Paraná, disponível em [www.alep.pr.gov.br/deputados/deputado/98/junco-manso/](http://www.alep.pr.gov.br/deputados/deputado/98/junco-manso/), acesso em 05/10/12.

- **Darci Slavieiro:** Sócio, no início dos anos 1970, com João Antônio e Miguel Zattar, da Produtora de Madeiras Irati S/A, empresa esta cujos maiores acionistas eram os irmãos João e Antenor Mansur. Em 1971, atuava como “conselheiro”, e Miguel como “diretor” da empresa (conforme contratos fornecidos pela Junta Comercial do Paraná). Salientamos ainda que o Grupo Slavieiro era um dos maiores do Estado nas décadas de 1960-1970.
- **Luiz Reinado Zanon:** um dos dirigentes da Indústria Brasileira de Lápis S/A (LABRA) em 1986, empresa da qual a João José Zattar S/A era acionista majoritária. Este era membro da família de Maximino Zanon, um dos fundadores do PTB no Paraná, responsável (em articulação com o PSD) pela indicação de Moysés Lupion a disputa eleitoral para governo em 1947. Luiz Reinaldo foi destacado empresário no Estado, recebendo premiações de entidades representativas do empresariado e, no que se refere às relações com a João José Zattar S/A, dirigiu a PARAMOL Fábrica de Tintas, empresa de que a LABRA obteve, em meados da década de 1980, o controle acionário<sup>16</sup>;

Além destas ligações, a Zattar estava associada, como a maioria das grandes madeireiras (grupos Lupion, Slavieiro, Sguário, Martinez) do estado, à MADEBRAS, dedicada à exportação de madeira (Kretzen, 1951). João José Zattar (o proprietário) exerceu também cargos importante da representação dos interesses corporativos do setor, como a CACEX – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

Salientamos que as fontes e bibliografias consultadas demonstram que grandes conglomerados do setor industrial madeireiro (Zattar, Companhia de Terras Norte do Paraná-CTNP, Grupo Lupion, Grupo Martinez, etc.) possuíam significativas articulações econômicas e administrativas entre si e também com políticos em nível municipal, estadual e federal. Este contexto levou a que ocupasse parte do capitalismo no Paraná um agente particular: o empresário do setor industrial madeireiro que, dentro de seu campo, possuía o controle da propriedade da terra, da madeira e das plantas industriais, fato que propiciou a tais empresários grande concentração de poder e a “capacidade de dirigir o processo produtivo, em todas as suas fases, desde a produção da matéria-prima até a entrega do produto à comercialização” (Wanderley, 1979: 23)<sup>17</sup>. Concentração que é um dos fatores de sustentação do poder dos membros desse grupo.

---

<sup>16</sup> Conforme contratos fornecidos pela Junta Comercial do Paraná.

<sup>17</sup> Situação análoga à do setor industrial madeireiro foi encontrada também na formação das usinas de cana no nordeste.

## Trabalho e dominação nas vilas operárias e serrarias

A partir de 1953, segundo a biografia oficial de Miguel Zattar, já funcionava no interior de Pinhão uma serraria de grande porte que deu origem à Zattarlândia, uma planta industrial localizada no meio de vastas florestas de araucária, imbuia e outras madeiras nobres. Esta planta industrial, como outras suas contemporâneas, possuía uma estrutura que assegurava diversos aspectos da vida dos trabalhadores (casas para parte dos empregados fixos, loja comercial, igreja ou capela, casa dos administradores ou proprietários, espaço para festas públicas, farmácia, segurança própria). Esteve ativa até a década de noventa (quando, em 1991, possuía seiscentos e noventa moradores), desarticulando-se após o início de 2000, em que os moradores se reduziram a duzentos e oitenta<sup>18</sup>.

Segundo pudemos compreender pela leitura dos (poucos) trabalhos acadêmicos que encontramos sobre o tema, esta infraestrutura era essencial para o funcionamento das grandes serrarias – localizadas no seio de grandes reservas florestais, distantes de centros urbanos que pudessem fornecer produtos para manutenção da serraria e seus funcionários. Este era o caso da Zattarlândia, que serrava madeira de suas cercanias e outras localidades vizinhas. Alguns aspectos do cotidiano destes trabalhadores são essenciais para nossa compreensão de como empresas como esta conseguiram se estabelecer e apropriar-se de terras e recursos naturais (madeira e erva-mate nativas).

Vilas operárias como a Zattarlândia têm sua origem em empreendimentos em larga escala de extrativismo depredatório de erva-mate e madeira no Oeste e Extremo-Oeste paranaense, denominadas *obrages*. Instaladas no início do século XX, seu auge ocorreu entre as décadas de 1910-1920, sendo que algumas funcionaram até a década de 1950, quando foram substituídas pelas *colonizadoras*. Estas, por sua vez, estiveram diretamente articuladas com o *setor industrial madeireiro*<sup>19</sup> – citamos, por exemplo, a CTNP, CITLA, Pinho e Terras, MARIPA, que associavam extrativismo madeireiro e colonização em larga escala (cf. Salles e Lopes, 2012). Embora o grupo Zattar tenha comercializado terras em forma de pequenos imóveis na região de Pinhão no final da década de setenta e início de oitenta, a empresa não pode ser caracterizada como

<sup>18</sup> Segundo dados dos Censos Demográficos do IBGE.

<sup>19</sup> **Obrages:** empresas que atuavam no extrativismo em grande escala (de erva-mate e madeira) em terras públicas, no Oeste e Extremo-Oeste do Paraná, por meio de contratos de concessão – algumas controlando centenas de milhares hectares (Wachowicz, 1982: 58-78). **Setor industrial madeireiro:** caracterizado por atividades de industrialização da madeira nativa, isto é, produção de vigas e tábuas para construção civil, caixas para comercialização de produtos, cabos de vassouras, móveis, papel, etc. Quanto mais industrializada era a empresa do setor, mais distante estava do simples extrativismo de madeira praticado, por exemplo, pelas grandes serrarias das colonizadoras citadas ou empresas como a Zattar (pelo menos até a década de oitenta).

colonizadora, sua atividade principal no período estudado (1953-1984 e 1991-1994) foi extrativismo madeireiro e sua transformação em tábuas, pranchões, vigas, que, no segundo período, somavam-se à produção de material escolar e para escritório<sup>20</sup>.

Das relações entre obras, colonizadoras e setor industrial madeireiro surgiu a estrutura e propriedade fundiária no Paraná contemporâneo, com a marca da privatização da terra pública que resultou em grandes empresas capitalistas e uma estrutura latifundista originada em benefícios e subvenções estatais, que marcaram tanto o setor industrial madeireiro quanto as colonizadoras (cf. Salles, 2004: 48-89).

### Aspectos da divisão do trabalho nas serrarias: o mato, o pátio e o barracão

O vigia [da serraria] encarregado da noite, ele tinha que passar em todas as suas voltas por aquele local e quando fechava uma hora de ronda teria que bater com outro ferro neste pedaço de trilho de acordo com as horas, se fosse sete horas, tinha que ir lá e dar sete pancadas naquele pedaço de ferro, para avisar e “dizer” que ele tava acordado, as sete e meia era uma pancada, às oito horas, oito pancadas e assim sucessivamente. [...] O vigia permanente era obrigado a bater o ferro. Pois o seu Edgard [proprietário] morava perto da fábrica e tinha o costume de escutar os sinais. O gerente geral Oscar Ribas, também morava perto e sempre tava de olho nas batidas do vigia (Entrevista de Lioncio de Paula Pires in Braga, 2011: 90).

Em nossa pesquisa encontramos pouca produção acadêmica sobre as relações de trabalho nas serrarias localizadas no meio rural e/ou nas pequenas cidades. Das pesquisas encontradas sobre trabalhadores de serrarias, abordaremos primeiro **a divisão do trabalho** e, posteriormente, as **relações de dominação** existentes nas vilas operárias de propriedade das empresas madeireiras. Este é o aspecto mais relevante do presente item, pois pretendemos estabelecer um nexo entre relações de dominação e a consolidação da estrutura e propriedade fundiária no período.

---

<sup>20</sup> O Grupo Zattar foi proprietário de uma empresa deste setor chamada LABRA S. A. (Monteiro, 2008).

Iniciando pelas relações de trabalho, a partir da bibliografia consultada constata-se que as atividades nas serrarias, no período, eram divididas em três espaços distintos:

O **mato** é um local específico de onde eram cortadas as árvores (...) o **pátio** da serraria, eram roladas uma a uma até a entrada no barracão e ali dentro transformadas em tábuas (...). O **barracão** era o principal setor, abrigando a maioria do maquinário e dos trabalhadores especializados, pranchas, vigotes, etc., que eram classificadas e medidas. (Ziliotto, 2008: 10-11 – negritos meus).

Em relação ao trabalho no mato, o depoimento seguinte traz mais detalhes acerca de sua execução, retratado pelo operário-peão<sup>21</sup> João Bonfim da região de Irati, que atuou nos três ambientes da serraria:

Trabalhei no locomóvel, abria a pressão para tocar... trabalhei de caldeirista, afiador, serrador, estalerador e também fazia ripa pra cobrir casa; tenho até o ferro de tirar ripa pra cobrir casa e ripa pra cerca... cortava o pinheiro, traçava, daí partia certinho com essa ferramenta, saía bem certinho as ripinhas de cobrir casa, agora é custoso uma casa coberta de tabuinha. Meu pai me ensinou fazer aquilo (...) O acampamento, chegava e se tivesse um ranchinho, falava com o dono e ali ficava, e se não tivesse, fazia uma coberta com lona e a cama era quatro estacas, enchia de varinha e taquara e colocava o colchão de palha por cima, mas o fogo tinha que amanhecer aceso pra espantar os bichos, até onça tinha lá, urrava pertinho do acampamento na Areia Branca, e tendo fogo ela não chegava. Urrava perto por isso não podia apagar o fogo, e cobra tinha muito, tinha que tomar cuidado. No mato você se vira, aprende a lida com as plantas. Remédio bom era o óleo de sassafrás (...) Lá no acampamento, cozinhava na vara; fincava duas estacas, colocava uma vara e colocava as panelas ali, feijão, carne, arroz, charque, tudo panela pendurada na vara, tinha que ser vara verde e grossa pra

---

<sup>21</sup> Este termo é aqui utilizado no sentido de diferenciar trabalhadores que são “peões” de fazendas e “operários” que trabalham em serviços urbano-industriais. No caso dos trabalhadores das serrarias agregam-se características de ambos, visto que, como o operário de fábrica urbana, o trabalhador da serraria estava totalmente despossuído de outros meios de subsistência que não a força de trabalho; porém, de forma semelhante ao “peão” de fazenda, o trabalhador da serraria encontrava-se enredado em relações pessoais de dependência (clientelistas) com seu patrão (proprietário ou dirigente das plantas industriais rurais), visto que dentro delas ocorriam também diversas relações de socialização (de lazer, religiosidade, familiares, etc.), pois grandes serrarias como a Zattar possuíam no seu entorno as “vilas operárias”.

não queimar e ia pro mato cortar e voltava pro almoço; às vezes fazia panelada de couro de toucinho, fazia aquelas paneladas, parolo! Não é panela, era panela de ferro, grande com quatro tetinhas embaixo, chamava parolo; meio-dia tava tudo pronto. Estaleirava pinheiro e imbuia com cavalo e boi. Era sofrido demais; com geada não era fácil (Entrevista concedida por João Bonfim in Jorge e Martins, 2010: 117-118).

Do depoimento compreendemos que um operário-peão poderia ascender de condições difíceis de trabalho no *mato*, sendo transferido para atividades no *pátio* onde o trabalho de produzir ripas ou telhas de madeira (“tabuinhas”) de forma manual e chegar ao *barracão*, núcleo mecânico da serraria, trabalhando na máquina responsável por serrar as grandes árvores (locomóvel). Como o extrativismo madeireiro tinha caráter predatório (não se preocupando com a manutenção de reservas) havia um esgotamento constante dos recursos florestais (daí a marcha das serrarias).

Os diferentes espaços de trabalho das serrarias implicavam também na diferenciação interna dos trabalhadores. Segundo Carlos Rebesco, proprietário de serraria em Irati, os trabalhadores contratados para exercer suas atividades “no mato” geralmente eram contratados por “empreita”, isto é, por tarefa (cf. Ziliotto, 2008: 42) e chamados de “toreros”, que derrubavam e deixavam toras (árvores já desganhadas) devidamente empilhadas prontas para transporte – estaleirar requeria preservar a madeira derrubada de ataques de insetos, queima e umidade. O estaleiramento da forma que ocorria no início da década de cinquenta foi descrito por um antigo funcionário da Zattar que trabalhou na construção das serrarias da Zattarlândia:

**“Nóis fazia as tora e rolava. Limpemo a muque o pinhalão. Punha uma vara de um metro, um metro e pouco da cabeça da tora e punha aquela madeira e rolava por cima. Não existia serraria, nóis estava fazendo a limpeza pra fazer a fundação da serraria, que foi feita a muque”** diz Eurides. Os homens, Eurides, seu irmão Aníbal, Xandoca, entre outros, derrubavam a madeira e carregavam em carroções, olhados por Genauro Machado de Oliveira, o gerente geral. O barracão nasceu pelas mãos desses homens, que trabalhavam descalços (Monteiro, 2008: 48-49 – destaques meus).

A partir das duas entrevistas, destacamos as seguintes características: início do trabalho infanto-juvenil; a passagem do operário por diversas ocupações dentro da serraria vista como ascensão meritocrática (de operário-peão *do mato* para operário-peão *do pátio* e *do barracão*); a positivação dos diferentes

trabalhos. Não obstante, as lembranças de trabalho dos peões-operários do mato eram de um trabalho “sofrido demais”, devido a: necessidade de grande esforço físico; precariedade de alojamentos (em especial para o preparo de alimentos, visto que nem fogão existia) invadidos constantemente por grande quantidade de mosquitos; o fato de que eventuais doenças e ferimentos deveriam ser tratados pelos próprios trabalhadores (com ervas medicinais); a possibilidade de ataques de animais selvagens (onças, cobras, etc.). Todos estes obstáculos se somavam a outro que, certamente, os tornava mais árduos: a questão das intempéries (trabalhar com geadas, chuvas, etc.), em uma situação na qual o alojamento era uma barraca e alguns trabalhavam descalços.

Retomemos agora outros aspectos do cotidiano na Zattarlândia a partir do relato de uma moradora de Pinhão cujos pais e tios ali se empregavam na forma *empreita* ou como trabalhadoras domésticas (neste caso diretamente com a família Zattar). Deste depoimento destacamos dois aspectos. O primeiro refere-se à divisão entre peões-operários locatários e não locatários quanto à origem e ao acesso a terra e as funções que desempenhavam. A entrevistada informa que a maioria dos nativos de Pinhão que trabalhavam para a empresa (os atuais posseiros ou faxinalenses) não eram operários-locatários, sendo que na vila:

Tinha gente de toda parte. Tinha de Inácio Martins [município limítrofe a Pinhão], porque vinha, vinha gente até de Santa Catarina vinha gente trabalhar na, lá (...) E de fora de, em Curitiba que tem, em Guarapuava eles tinham indústria. Onde quer eles tinha indústria. E tudo as indústria era desmatamento, não tinha outra coisa (...) E as casa grande, dependendo da profissão, era de acordo com a casa que morava. Se fosse marcador, ali, que tivesse uma, os motorista, eles tinham a casa maior. Pra morar com luz, tudo, água. Agora quando era descascador de tora, era turno que trabalhava, eles trabalhavam no mato né. Daí ia tudo pro, pros rancho. Os rancho era três peças, dois quartos e a cozinha, só que era tudo grande né, bem pintado. Mas luz e água não tinha, água era da mina e a luz era vela. (...) Tinha, tem as casa deles lá [da família Zattar], que eles vinham e ficavam meses lá. A mulherada com criança. Tudo ficavam lá e daí, a minha mãe queria trabalhar pra minha tia, que foi uma das primeiras fundadoras, que ela começou a trabalhar lá, de, de doméstica deles, cozinheira (Rosana, entrevista in Ayoub, 2011: 47).

Algumas dissociações são percebidas na rememoração acima. De início o fato de que, devido ao grande porte da empresa e suas filiais, atraíam trabalhadores de outros locais (Inácio Martins, Irati, Guarapuava, Curitiba,



São Paulo, Santa Catarina<sup>22</sup>), o que limitava relações de reciprocidade entre estas pessoas em detrimento do poder de coerção social da empresa. Este quadro certamente não teria existido sem orientação dos patrões-locatários. Dialeticamente, porém, Sra. Rosana traz uma representação dos originários de Pinhão que possuíam, mesmo que de forma precária<sup>23</sup>, acesso a terra em relação a empregarem-se como peões-operários. Segundo a entrevistada, seu pai optava por empregar-se apenas parcialmente (por empreita, sazonalmente) na Zattarlândia, pois preferia manter outras formas de sobrevivência que seriam impossíveis caso se tornasse peão-operário em período integral como aqueles que eram locatários:

Então nunca mudamos, mas não foi que, que o meu pai nunca quis, nunca, nunca. É, ele sempre dizia *“eu não vou, eu só faço serviço de empreitada, eu não vou, é morar em casa do Zattar lá, fazenda do Zattar, eu não vou”*. Disse *“porque eu toda a vida tive a minha luta, eu gosto de lidar com as minhas criação”*. **A gente tinha praticamente uma chacrinha lá.** Que daí ele fazia, nós tudo fazia serviço de empreito assim, mas morar lá ele nunca quis ir. Na sede do Zattar (...) Eu tinha [vontade de morar na Zattarlândia]. Ih, Deus o livre! Ilusão de criança né, porque daí lá as casas eram melhor, tudo (Rosana, entrevista in Ayoub, 2011: 47-51 – destaques meus).

Todos do núcleo familiar trabalhavam de empreita, porém o pai (e em alguma medida a filha) tinham orgulho de afirmar que “praticamente possuíam uma chacrinha”, isto é, ou era insuficiente em tamanho (para ser uma chácara) ou os direitos sobre uso da terra não estavam totalmente assegurados. Seja uma das duas alternativas ou uma mistura de ambas, o que se expressa é uma posição onde se conseguia manter alguns animais e alguma “luta”, isto é, algum tipo de trabalho na terra.

Outra dissociação percebida na entrevista se refere à diferenciação na qualidade das moradias decorrente da importância atribuída pela empresa a diferentes ofícios – uns moravam em casas e outros nos ranchos, no mato (o qual a entrevistada não esclarece quem constrói, se empresa ou operário-peão). Esta distinção era produzida a partir de critérios estabelecidos de forma unilateral pela empresa conforme seus interesses particulares. Estas diversas relações de trabalho repetiam-se no quadro já descrito de peões-operários locatários ou não de outras plantas industriais no meio rural em um novo contexto, onde a frente pioneira encontrava-se em fase final (ela

<sup>22</sup> Segundo Monteiro (2008), Eurides veio de Irati junto com irmãos, ainda adolescente.

<sup>23</sup> Por insuficiente em tamanho ou em garantias de acesso.

expandiu-se a partir de 1920 e exauriu-se na década de 1960), isto é, em um contexto onde o ser operário-peão tinha um significativo material e simbólico específico – tema que discutiremos a seguir no item “propriedade social”. O segundo aspecto refere-se ao controle social exercido sobre seus peões-operários. Retomando os depoimentos de Rosana e Eurides, relacionando-os a outros estudos sobre a vida dos trabalhadores nas plantas industriais rurais das serrarias nas décadas de 1940-1960 podemos construir hipóteses sólidas sobre a vida destas mulheres e homens na região de Irati / Inácio Martins / Pinhão. As empresas que dispunham de vilas operárias rurais tinham diversas possibilidades de exercer grande controle social sobre os peões-operários e, em particular, aqueles que eram locatários, visto que havia grandes semelhanças entre a vida na Zattarlândia e em outras vilas operárias de plantas rurais de serrarias congêneres do período e região. Não obstante estas semelhanças, salientamos que alguns aspectos das relações de trabalho existentes nas serrarias tinham suas origens no sistema de *obrages*: era o amplo controle que a empresa buscava manter da vida dos seus funcionários. Iniciando por algo caro ao capitalismo liberal: o controle sobre o consumo. As possibilidades de livre consumo pelos empregados podiam ser amplamente controladas pela empresa (bem como atividades de lazer e religiosa), pois as instalações comerciais permanentes e eventuais (caixeiros-viajantes) dependiam de autorização dos gerentes, o mesmo ocorrendo com uma estrada que cortava a região (a qual teria sido construída pela empresa). Estas duas formas de controle sustentavam outra que igualmente incidia sobre *todos* peões-operários, locatários ou não, que trabalhavam integralmente ou de empreita, o:

Boró, o dinheiro que circulava nas vendas, armazém farmácia etc. de Zattarlândia. O boró, **uma ideia de João José Zattar, considerada avançada para a época**, tinha o mesmo valor de compra, de um por um, da moeda então vigente, o cruzeiro. Os comerciantes, depois, trocavam na empresa os borós com cores e valores diferentes, por dinheiro. “Em vez de *pagá-los com dinheiro, dávamos o boró. Eles iam no armazém, compravam e o boró voltava para o escritório. Era melhor assim: um tanto em boró e outro, em dinheiro*”, diz Zuzo. (Monteiro, 2008: 48 – destaques meus).

O biógrafo de Miguel Zattar em sua apologia revela algo interessante em relação à mentalidade de seu biografado: o que considera estratégias administrativas “avançadas” no período (segundo depoimentos de empregados da Zattarlândia, o *boró* teria sido utilizado entre 1949 e a década de 1970 – cf. Ayoub, 2011: 46). Não obstante, tal prática remonta às primeiras décadas do século XX, tendo surgido nas *obrages* onde o “peão não via dinheiro”, sendo

pago por uma “espécie de vale por escrito chamado boleto”. Cada empresa possuía o seu, exclusivo para circular em sua “propriedade”<sup>24</sup>. Por meio do *boleto* ou *boró* a direção da empresa poderia ter conhecimento do que era consumido e de quem o empregado comprava, podendo, por exemplo, exercer coerção moral sobre gastos considerados exagerados e/ou inadequados (pelos patrões), causar dificuldades para determinado comerciante ou empregado trocar “boró” por dinheiro ou, como salientou Ayoub, dificultar a “poupança” para os peões-operários<sup>25</sup>. Tendo em vista estas estratégias, não apenas peões-operários, mas também comerciantes que desejavam adentrar nas vilas operárias deveriam manter boas relações com os patrões-senhorios. Salientamos que estas estratégias possibilitavam, além de dominação, a maior exploração dos empregados das vilas operárias localizadas no meio rural, como percebemos do depoimento abaixo de um peão-operário no norte paranaense:

Uma coisa que os patrões de fazendas praticavam [entre as décadas de 1940-1950] frequentemente, neste norte do Paraná, era trazer, no caminhão, seus trabalhadores para comprarem na cidade, mas o veículo parava somente nos armazéns dos amigos e parentes, quando não no seu próprio (...) Nesta época, a usina começou a usar aquele método do boró, um vale de cor verde, que tinha valor de um, dois, cinco e dez: era do tamanho de uma nota de cinco reais de hoje (...) A empresa atrasava o pagamento e fornecia metade em dinheiro e metade em boró. Depois, passou a fazer 30% em dinheiro, 70% em vale. E o resto, ficava enrolando. Com os vales, os trabalhadores estavam obrigados a comprar nos armazéns da empresa (...) Coisas de terceira ou de quarta categoria, que eram vendidas como se fossem de primeira. Aquilo era um tipo de escravidão (José Rodrigues dos Santos, entrevista in Villalobos e Silva, 2000: 51 e 66).

O depoimento acima se refere ao uso do boró em várias fazendas no norte paranaense. Uma delas chama atenção: em 1954, na fazenda de “João Esguari [ou Sguário], que era o maior dono de serrarias do Paraná e estava formando fazendas com um milhão de pés de café. Este homem tinha tudo:

---

<sup>24</sup> Wachowicz (1982) afirma que, além do “boleto”, o “peão” tinha a alternativa de retirar o que necessitava no “barracón” da empresa, sendo seus gastos anotados sem uma “caderneta”, o que implicava o endividamento contínuo do mensu. Destacamos o fato de que, para Wachowicz, o sistema de obrages, “indiscutivelmente”, caracterizou o Extremo-Oeste paranaense pelo menos até a década de 1950, sendo as obrages “substituídas” pelas “colonizadoras” e o mensu “pelo colono” (Wachowicz, 1982: 160-167).

<sup>25</sup> Conceito formulado José Sérgio Leite Lopes na obra **O vapor do diabo** para referir-se a trabalhadores submetidos ao regime fabril em grandes fábricas localizadas no meio rural, agregando formas de dominação industriais e rurais.

cinema, mercados, bar, farmácias no Eldorado”. Segundo o entrevistado, devido ao uso reiterado da prática por ele descrita ele “viu uma mulher valente” que “voou por cima do balcão e se atracou com o administrador” da fazenda quando foi informada que novamente seriam pagos apenas com boró. Este ataque foi prontamente seguido por outras mulheres, causando “pânico” no administrador e no contador que estavam juntos. Havia muitas outras trabalhadoras e trabalhadores, mas ninguém se moveu para separar a briga, pois “todo mundo sentia o problema do boró”. Como não poderia deixar de ser, no dia seguinte a “polícia veio e ficou rondando” (cf. Dias, Tonella e Villalobos, 2000: 44). Esta narrativa traz diversos elementos relevantes; salientamos dois: o primeiro refere-se ao nome de *João Esguari* que acredito ser *João Sguário*, sendo a escrita diferente por uma questão de pronúncia de José Rodrigues ou descuido editorial. João Sguário foi um dos maiores proprietários de serrarias do Estado, estando associado ao grupo Lupion por décadas (cf. Salles, 2004), e era amigo de João José Zattar. Estes últimos seriam os “reis da madeira, patronos das duas maiores fortunas do estado. Sguário era chamado de “rei do pinho” [...] tinha uma coleção de serrarias”<sup>26</sup>. O segundo elemento refere-se à ligação entre *boró* e lojas de comércio de propriedade de Esguari (ou Sguário), demonstrando um adendo na exploração do trabalho, sendo que à reação desesperada das mulheres aparece a pronta vigilância da polícia. Tal desenrolar de acontecimentos nos leva a perguntar como um fato análogo teria ocorrido na Zattarlândia, de que forma reagiriam os seguranças da empresa (como os vigias das cancelas das estradas que, como veremos, envolveram-se em conflitos com adversários da Zattar).

Retomando o depoimento acima da Sra. Rosana, lembremos da diversidade de locais de origem dos peões-operários locatários, fato que pode ser caracterizado como elemento fragilizador, visto que estas pessoas não tinham a mesma rede de pertencimentos comunitários que grupos estabelecidos a longo prazo em um mesmo lugar ou que migravam em grupos (como descrito por Elias e Scotson, 2000), o que era comum no Paraná do período de rápida expansão da frente pioneira.

O fato do patrão-senhorio também ser proprietário de grande parte da estrada que ligava Zattarlândia a Pinhão era também elemento significativo para exercer seu mando. Conforme percebemos da leitura do levantamento documental da UNICENTRO, a empresa mantinha cancelas com vigias (que se somavam aos vigias da Zattarlândia), controlando o trânsito de pessoas e veículos em um território bem mais amplo do que a vila operária – por exemplo, em relação às visitas de familiares dos empregados, comerciantes

---

<sup>26</sup> Monteiro, 2008: 114-115. Como demonstraremos abaixo, as ligações entre os maiores grupos do setor industrial madeireiro no Estado espalhavam-se para além das amizades e do plágio de velhas novidades (o boró copiado por ambos, Sguário e Zattar).

rivais daqueles apoiados/aprovados; em períodos eleitorais, candidatos rivais aos apoiados ou que contassem com a simpatia dos proprietários, etc. Dado o controle que os proprietários das vilas operárias tinham sobre estas, seria possível a eles impor alguma ingerência sobre as relações comerciais entre os peões-operários (locatários ou não) e mascates e lojistas, pois, obviamente, os diversos tipos de pequenos comerciantes dependiam de boas relações com proprietários e dirigentes de vilas das serrarias para nelas transitarem/ instalarem-se.

O uso da prerrogativa de impedir ou dificultar o trânsito de pessoas foi constante pela empresa, fato que causou diversos conflitos, alguns explicitados em processos judiciais criminais de 1971 e 1972 (envolvendo pequenas madeiras e posseiros). Conflitos que se repetiam duas décadas depois, segundo relatos contundentes de servidores do IAP. O cerceamento do tráfego implicava, por exemplo, em obstáculos sérios ao comércio, visita de familiares, campanhas políticas, disputas entre a empresa e quaisquer adversários (por exemplo, fiscalização de órgãos ambientais, organização dos movimentos sociais na região). A vigilância poderia ser utilizada também contra outros personagens (além dos posseiros e peões-operários), como sugerem alguns processos judiciais criminais, pois a empresa ao denunciar outras madeiras ou seus servidores por furto de madeira certamente poderia contar com o apoio dos vigias das cancelas como testemunhas e/ou para obstacularizar tais práticas.

O recebimento de vários benefícios citados por Rosana – moradia, assistência médica, roupas usadas –, sejam reais ou ilusórios, fornecem importantes bases para a compreensão de outro aspecto das relações de dominação existentes em situações semelhantes: as relações de dependência e reciprocidade marcadas por uma grande assimetria. Aqui (re)encontramos afinidades entre a organização da produção feita por usinas de cana estudadas por Sérgio Leite Lopes e as serrarias. Segundo o autor, o fato que distinguia a indústria de cana era ser ela “agrícola” (situação, como dissemos, parecida com as serrarias) e concentrar (distante de grandes centros urbanos) diferentes tipos de trabalhadores:

Operários de fabricação, operários de oficinas de manutenção, operários ligados a transportes, operários fixos e operários sazonais. Por outro lado, dentre os operários fixos, grande parte deles mora em casas da própria usina, próximas à planta fabril (...) Essa ligação direta entre o domínio do trabalho e o domínio de sua moradia, que geralmente não existe para os operários industriais urbanos, que podem trabalhar em diversas fábricas e continuar morando na mesma casa, faz com que tanto o “tempo livre” do operário do açúcar,

quanto as condições de sua moradia sejam fortemente determinados por sua inserção específica no processo de produção da usina (Lopes, 1978: 11-12).

É importante lembrarmos que abordamos vilas operárias da zona rural, ou pequenas aglomerações de residências – o que é diferente de serrarias localizadas em núcleos urbanos com significativa concentração industrial como Curitiba e Ponta Grossa, nas quais havia, desde o início do século XX, um pequeno setor industrial diversificado formado por fábricas de caixas, cabos de vassouras, banha, olarias, bebidas, etc. Retomando as memórias dos peões-operários, citamos trecho de entrevista do Sr. Lioncio, empregado por mais de uma década na mesma serraria no município de Irati:

No tempo que eu trabalhava como motorista na fábrica do Gomes me lembro de uma história interessante que aconteceu com o meu filho mais velho. Nos fins de semana sempre levava o caminhão e o trator para lavar na minha casa. E num desses dias o meu filho Wilson veio guiando o trator para dentro da fábrica, nisso o seu Edgard [proprietário e diretor da empresa] estava no portão, que não gostando de ver a cena mandou o menino descer, pois não admitia seus veículos na mão de outras pessoas a não ser na de seus motoristas. Agora imagina na mão de uma criança. Passou um tempo e a mesma cena se repetiu, só que desta vez, seu Edgard vendo que o menino guiava muito bem o trator, fez sinalização para ele não descer e continuar tocando o trator para seu estacionamento. Devido a estas ousadias de meu filho, aos poucos foi tornando meu aprendiz até mesmo sem eu saber. Meu filho realmente me surpreendia na direção do trator, fazendo com que o próprio seu Edgard se admirasse (Entrevista, Lioncio de Paula Pires in Braga, 2011: 86).

Neste depoimento destacamos dois pontos: primeiro, o empregado trabalhar aos finais de semana lavando veículos da empresa; o segundo aspecto refere-se à formação para o trabalho no âmbito do interior da serraria. Em relação ao cuidado com as máquinas da empresa, acredito que, ao levar os veículos para sua casa, Lioncio estava se responsabilizado *pessoalmente* por implementos essenciais à serraria. Saliento que o ato de “lavar” estes veículos era, certamente, uma parte essencial de sua manutenção, pois ambos os veículos, utilizados em estradas de terra, acumulavam pedaços de matéria orgânica (terra, galhos, etc.), o que aumentava a depreciação de peças e lataria. No que se refere ao segundo ponto que salientamos, a imagem é bastante

significativa: o pai estava ensinando ao filho (ainda criança) como realizar algumas ações de manutenção e dirigir os veículos, ações estas que eram feitas como prática, isto é, exigiam colaboração do “menino” no trabalho, levando o trator da casa para o “barracão” após ser lavado, por exemplo. Certamente era estratégico para o pai ensinar ao filho, e era evidente que o “seu Edgard” saberia das ações do “menino” – que somente poderiam ser executadas com o conhecimento do pai. Estes dois pontos são essenciais para analisarmos a perspectiva do senhor Lioncio: era importante conquistar a *admiração* do homem que era, simultaneamente, proprietário-diretor empresa para qual trabalhava e senhorio da casa na qual residia com a família. Este discurso está cheio de construções éticas e morais, no sentido da formação que dava para o filho (como trabalhador especializado que aprendia dentro do “pátio” e do “barracão”, portanto, observado pelos patrões-locatários), onde seu pai demonstrava “responsabilidade” no cuidado dos veículos. Isto fica evidente através da interpretação feita por Lioncio: para ele, o patrão mandou desligar o trator porque dirigi-lo era função exclusiva do motorista oficial, não havendo menção ao fato que um “menino” estava ao volante<sup>27</sup>. Certamente a formação e inserção dos filhos no trabalho tinham significados diferentes para operários e patrões. Para os primeiros significava assegurar *emprego*, mais que *trabalho*, para os filhos. Para patrões significava, além da formação de um trabalhador dentro de seu quadro de empregados (o que em si trazia dívidas éticas e morais tanto do pai-operário quanto do filho futuro operário), a realização, por algum tempo, de trabalho gratuito ou menos pago que o de um adulto. Em relação aos cuidados *pessoais* do senhor Lioncio com os veículos, acredito que ele foi homólogo ao senso (auto-atribuído) de “*responsabilidade*” dos trabalhadores das caldeiras das usinas de cana que, não obstante a intencionalidade dos patrões, funcionava de forma dialética:

Maneira possível que a administração tem de inculcar nos operários o zelo pelo capital do usineiro, a *responsabilidade* é, inversamente, a maneira pelo qual tem o operário de profissionalista [termo que designa operários que trabalham nas tarefas com maior grau de exigência tecnológica, ex.: trabalho com caldeira], através de uma reinterpretação criativa, de valorizar seu trabalho e de colocar a administração em uma situação **de dívida imaginária com o operário**: o *ganho* não corresponde à *responsabilidade* (Lopes, 1978: 27 — negrito meu).

---

<sup>27</sup> Como os pais, os filhos de peões-operários começavam a trabalhar na infância (Ziliotto, 2008: 10-11).

Acredito que o senhor Lioncio (e provavelmente outros trabalhadores) construíram este ideário, o que ajuda a compreender ações aparentemente contraditórias ao ideal de dominação. Por exemplo, quando ele, no escritório (administração) da serraria, esbravejou contra atitude de desleixo e omissão ao problema grave de saúde de uma filha por parte de funcionários da gerência da serraria, sendo posteriormente atendido em sua demanda pelo patrão, que autorizou o uso de seu veículo particular (Braga, 2011: 94). Isto é, quando contrariado em uma situação muito sensível, senhor Lioncio respondeu de forma mais contundente, pois se explicitou a possibilidade de romper-se a *dependência*. A reação do patrão manteve a *reciprocidade*. Esta reflexão, embora propiciada por um depoimento de um operário-peão locatário de uma vila operária de Irati, é importante para entendermos algumas afirmações dos memorialistas Passos e Monteiro sobre a Zattarlândia, que também aparecem na entrevista com a Sra. Rosana:

Era muito bonito lá. Tinha farmácia, tinha açougue, tinha o armazém, tinha médico três vezes por semana, era o Dr. José Cassoli, que era o médico de, aqui do hospital velho que ia lá no, no Zattar. E o remédio tinha tudo, tudo, tudo, tudo na farmácia. E tinha um farmacêutico lá muito bom, que aquele se dissesse ó “leve pro Pinhão que não vai ter jeito aqui, leve”, podia saber que trazia, fosse gente grande, fosse criança, ficava semanas internado aqui, ele tinha um bom acerto de, de remédio. Então a, o pessoal de lá só vinha pra cá é, tipo fosse mandado, vir. Daí, só que daí também quando o farmacêutico falava “ói, não tem”, mas primeiro tinha que ir na farmácia lá né, “não tem jeito, você vai ter que levar”, daí também dali a gente tava a farmácia que nem ali, que nem aqui já tava o escritório. Só passava ali no escritório, dizia “to precisando de um carro, que preciso sair ir pro Pinhão”, já diziam “então vá pra casa que daqui a pouco já vai”. E ia mesmo (Sra. Rosana, entrevista in Ayoub, 2011: 51).

Como se vê dos depoimentos selecionados, a memória dos operários do *pátio* e do *barracão* era bem diferente daquela dos *do mato*. A positivação da vida nas vilas operárias está relacionada à estabilidade por ela propiciada. Porém, a crer nos processos trabalhistas encontrados e na disciplina de trabalho imposta pelos patrões-senhorios, os peões-operários locatários estavam sujeitos a diversas e constantes obrigações, contrapartidas, do que resultaria um pequeno número de conflitos trabalhistas – lembrando-se do contexto geral no qual o acesso ao judiciário era precário, o desequilíbrio de poder era abissal, as distâncias a serem percorridas por peões-operários até o judiciário (por estradas da Zattar) significativas. A este quadro devemos somar



uma questão conjuntural: caso o operário-peão locatário residisse na vila da empresa e entrasse com uma ação judicial, seria imediatamente despedido e despejado; o trabalhador do mato tinha uma situação igualmente complexa, visto que tinha contratos por tarefa (empreita), algo que o aproximaria dos terceirizados de hoje, o que tornava uma disputa judicial difícil. Por fim, lembremos ainda o ocorrido com as trabalhadoras da fazenda de Esguari/Sguário, que ficaram sob observação da polícia.

Outra analogia entre a vida do Sr. Lioncio e Sra. Rosana está na ideia de aprendizado com os pais e, em alguma medida, uma dívida para com os patrões, de quem ganhavam favores e presentes (atendimento médico, medicamentos, roupas usadas apenas uma vez, etc.)<sup>28</sup>. Os *presentes* ofertados como *dádivas* pelos patrões-senhórios identificados nas falas do Sr. Lioncio e Sra. Rosana também foram identificados nas grandes usinas de cana do nordeste na década de sessenta. A interpretação do que ocorreu nas vilas das serrarias pode ser feita a partir de estudo sociológico de uma realidade similar registrada entre as décadas de 1940-1960 no Nordeste canavieiro – havia também grandes vilas operárias que margeavam plantas industriais localizadas na zona rural, tendo casas, máquinas e terras concentradas sob o mesmo proprietário. O estudo em questão constatou que havia uma:

Interpenetração e dominação da esfera do trabalho sobre a esfera doméstica dos operários tem nessa característica da usina seu maior sustentáculo. O poder de redistribuição do usineiro, que se manifesta em concessões não monetárias suplementares ao salário [moradia, *possível* emprego dos filhos do morador, etc.], tem como consequência o controle que a usina exerce sobre o próprio “mercado de trabalho” dos operários do açúcar, o qual se “abastarda” enquanto um “mercado” que sofre de maneira parcial os efeitos contraditórios do princípio da redistribuição (Lopes, 1978: 206).

As conclusões de Lopes são importantes para nossa análise. Análise que também dialoga com Robert Castel, que ao analisar a história da produção do assalariamento, descreve a trajetória de uma classe trabalhadora exposta a novas formas de exploração, em decorrência de inovações das relações de produção impostas pelo capitalismo. Retomando este último autor, o mais importante não é explicitar a exclusão, a produção de “supranumerários” (os excluídos, os miseráveis), mas compreender que mecanismos geram tal processo e as formas de reação a ele.

---

<sup>28</sup> Aqui talvez se expresse o sentido de “dominação pessoal” e também de reciprocidade desigual, assimétrica. Lembrar bibliografia sobre fábricas que construíram vilas para seus operários na Europa e por isso exerciam sobre esses controle maior.

Nas obras de Passos e Monteiro, o patrão-senhorio aparece como alguém que construiu e buscou dinamizar seu empreendimento no “interesse” de seus empregados. Esta ideologia também tinha, como transparece nas memórias de Sra. Rosana e Sr. Lioncio, alguma aderência entre os peões-operários. Porém, a crer na perspectiva de entrevistas como a do Sr. Lioncio, havia uma leitura a contrapelo (dialética), pois os trabalhadores passaram a enxergar aquilo que para os patrões era *favor* como *direito* (por exemplo, atender, mesmo que pontualmente, demandas de saúde, moradia e empregos para filhos de peões-operários).

### **A nova questão social nas vilas operárias: contribuição para uma sociologia da propriedade**

É fundamental não esquecermos o que estava em jogo, retomando os depoimentos de peões-operários *toreros* (Sr. Eurides, João Bomfim ou mesmo Lioncio em relação ao drama que passou com a filha) que se referem às condições duras de trabalho e as relações de dependência e dominação existentes nas vilas operárias semelhantes à Zattarlândia. A trajetória de João Bomfim e a imagem construída por Rosana durante sua infância sobre a beleza da Zattarlândia seriam uma forma destas pessoas encontrarem algum tipo de segurança em uma situação crítica que marcava a década de sessenta, isto é, um contexto no qual era essencial afastar-se de potenciais conflitos (pela terra ou situações dramáticas de trabalho, como a “mulher valente” da fazenda Esguari/Sguário) e, simultaneamente, fortalecer ou construir laços de solidariedade e proteção social e moral nos termos sugeridos por Castel (2009), fortalecendo seus “pertencimentos comunitários” e “suportes relacionais” que estão presentes em maior grau nas comunidades estabilizadas – isto é, sem grandes alterações demográficas, crises ou guerras. Seguindo esta linha de raciocínio, é legítimo supor que para peões-operários do mato e do barracão ou pátio, em gradações diferentes, a possibilidade de cair no limbo social era algo palpável, pois isto ocorreria caso se tornassem, momentaneamente ou indefinidamente, incapazes para o trabalho (considerando a inexistência de auxílio social que não o familiar ou da comunidade). Devemos ter em mente que estes personagens não tinham muitas opções, sendo coagidos à busca incessante do “trabalho sofrido”, realidade que espelhava a situação dramática do trabalhador europeu no período inicial da revolução industrial, na qual este era:

Um pobre diabo que não aprendeu no quadro de “ofícios”, sem qualificação que trabalha de vez em quando, mas frequentemente, estava em busca de um pequeno serviço aleatório, dessocializando-se progressivamente ao longo de suas peregrinações, e apanhado pelo braço secular num momento desfavorável de sua trajetória errante (Castel, 2009: 131).

Analisando as memórias destes trabalhadores, é possível afirmar que contingentes significativos da população rural paranaense foram empurrados para as margens (marginalizados) da sociedade, em uma situação onde poderiam tornar-se miseráveis, por não poderem trabalhar. A impossibilidade de acesso ao trabalho poderia ser decorrente não apenas da falta de trabalho, mas, como é possível entender dos depoimentos acima, pela degradação de algumas condições de seu exercício, pelo impedimento de acesso a recursos naturais e ao território (coleta de erva-mate, madeira, criação de animais para consumo pessoal, assegurados antes da extinção da frente pioneira – a partir do final da década de cinquenta –, privatização e aumento da concentração fundiária – aprofundadas na década de setenta). A concentração da terra foi demanda de um novo tipo de agricultura, caracterizada pelo “modo de produção capitalista e a máxima valorização da terra”, sendo generalizado o “fenômeno da aglutinação de propriedades ou seja, a absorção das pequenas pelas médias e grandes propriedades” (Abreu, 1981: 192). A concentração fundiária não ocorria apenas no município de Guarapuava e região, estava espalhada pelo Paraná inteiro, com o rápido aumento de minifúndios (menos de 10 ha, algo que, pelas suas dimensões, poderia caracterizar “quase uma chacinha”) e latifúndios (mais de 1000 ha) como demonstram os dados:

Em 1960 existiam cerca de 34 mil estabelecimentos de posseiros [de pequenas parcelas de terra] no Paraná, ocupando uma área de cerca de 1 milhão de hectares; em 1970, 50 mil para uma área de 750 mil hectares; e em 1975, 47 mil para uma área de 622 mil hectares (Silva, 1996: 102-103).

Estes dados demonstram o aprofundamento das dificuldades de reprodução social do campesinato, pois havia cada vez mais a concentração da propriedade e, por outro lado, a ampliação de minifúndios em números absolutos (com queda em sua área). Ambos dados que devem ser considerados dentro do contexto mais geral de adensamento populacional e da expansão das relações capitalistas no campo. Referindo-se ao trabalhador rural sem acesso aos meios de produção, Castel afirma que os “operários agrícolas” eram os mais pobres dentre os trabalhadores rurais, sendo que “pelo menos no campo, o recurso

à condição de assalariado revela sempre um estado muito precário e, quanto mais assalariado, mais carente é” (Castel, 2009: 192). Como percebemos das entrevistas, os *toreros* eram os que tinham maior grau de *assalariamento*, pois não recebiam outras contrapartidas não monetárias pelo seu trabalho (por exemplo, moradia), situação que ocorria com os trabalhadores do *pátio* e do *barracão*. O depoimento abaixo de um trabalhador *do mato* que atuou por anos na atividade na região de Irati-Inácio Martins (cidade vizinha a Pinhão) retrata o argumento de Castel de forma contundente, explicitando as relações entre trabalho e as disputas por terra e produtos extrativistas causadas pela marcha das serrarias, a partir do relato de três situações em que correu risco de morte em trabalhos de *empreitada*:

Ele [dono da terra] não queria deixar cortar [as árvores], aí eles [meus patrões] foram e trouxeram um pistoleiro, não sei de onde. E nós também tínhamos um barraco armado lá, mas eu vinha pra casa todo dia porque morava pertinho, dava uns 8 ou 10 km, eu vinha embora a pé, uns outros paravam lá. Daí puseram aquele barraco pra mim ficar com o pistoleiro, fazer bôia pro home, e ele andava com dois revólver, um de cada lado; e eu pensei comigo sabe, eu arrumei a cama no chão, então numa parte assim pro lado do mato que não tinha estaca né, era só rolar por baixo do encerado e agarra o mato e agarra o rumo de casa, porque eu pensava assim comigo: o JP não era home muito bom; ele podia vir de noite matar o pistoleiro enquanto dormia (...) Depois nós fomos lá um dia corta pinheiro de novo, daí o Bastião Z. que era o novo dono daquele terreno “enguiçado”, foi lá e disse: - Vocês peguem e vão embora senão vou buscar a polícia e prendo vocês (...) Depois, ali no Rio Azul Velho, eu fui corta uns pinheiros lá, ele (o dono) um home idoso, já tinha morrido a primeira mulher e ele tinha vendido o pinhal para tratar dela. Fazia uns 20 anos que a serraria tinha comprado os pinheiros, mais o contrato não tinha fim né, cortava quando quisesse. A serraria comprava os pinheiros em pé e fazia um contrato pra corta quando precisava de madeira, e esse contrato podia valer até vinte anos. Daí eu fui corta; cortei um dia inteiro quando chegou um genro dele lá; eu fiquei meio desconfiado que tinha rolo, pois o patrão falou que era pra chegar numa casa lá no Marmeleiro que vai um home junto com você lá no mato. Uê, porque será? Será que é um segurança (pistoleiro). Daí peguei o home lá e fomos corta os pinheiros. Passado umas horas chegou o genro do home e disse: - Você não ponha a mão no pinheiro que eu te mato. E você Altamir não trema que eu te mato se você quiser derrubar um pinheiro. Assim na dura sorte home, eu fui trabalha, fui ganha meu pão de cada

dia,... daí eu disse pra ele: - Tá bom, ta bom, eu paro de corta. Mas ele não tinha nada com os pinheiros. Daí peguei reuni minha gente que eu tinha levado... aí o home que foi comigo (o pistoleiro) disse que se eu cortasse um pinheiro, ele tinha que atirar no genro do home antes (Entrevista concedida por Altamir Borges dos Santos in Jorge e Martins, 2010: 100-101).

O Sr. Altamir, no primeiro caso, foi ameaçado por JP, em um local cerca de 10 km de sua moradia (em Irati, sem especificar se zona rural ou urbana). Este terreno foi vendido para Bastião Z., que manteve as ameaças pessoais, adicionando a de prisão. No terceiro caso, foi agressivamente ameaçado por um herdeiro da pessoa que se dizia proprietária da terra. O que transparece na memória do Sr. Altamir é o alto grau de subordinação ao “chefe”. Juntamente com companheiros, foi designado para tarefas em lugares desconhecidos e/ou submetido a situações nas quais não possuía nenhum controle ou conhecimento do que estava em questão (tendo que *desconfiar*), sofrendo por isso ameaças físicas, correndo o risco de ser preso ou assassinado. Da mesma forma que não lhe foram esclarecidas as condições da madeira onde trabalharia (era uma terra *enguiçada*) também não lhe foi possível escolher a atividade, tendo que cozinhar para um *pistoleiro*, salientando que outro trabalhador do mato como ele (*estaleirador*) já tinha sofrido represálias. Em relação aos potenciais atos violentos saliento que o temor era bastante real para o período, pois entre as décadas de 1930 e 1960 ocorreram constantes conflitos armados envolvendo grileiros auxiliados por jagunços contra posseiros, caboclos e colonos, violência que teve auge na década de 1950, período no qual a força policial estadual esteve “mobilizada **exclusivamente** a serviço das grandes questões de terra” (Westphalen et al., 1968: 39 – negrito meu) que ocorreram principalmente na frente de expansão colonizadora, isto é, nas principais zonas de atuação das serrarias.

Esta conjuntura nos levou à hipótese de que entre as ocupações possíveis para o período, ser empregado nas atividades do *barracão* e no *pátio* era algo almejado para a população sem acesso à terra e a seus recursos. Ter um trabalho fixo no *pátio* ou *barracão* e residir na sua “vila operária” era uma ambição dos peões-operários, fato alicerçado em inferências concretas: inexistência de direitos trabalhistas ou organizações sindicais, e recorrente violência no campo quando se refere a disputa por terra (isto é, autonomia). Nossa tese é de que trabalhadores como o Sr. Lioncio, ou o pai da Sra. Rosana estavam em uma situação próxima a dos Srs. João Bonfim, Eurides ou Sr. Altamir, que a queda de uma para outra posição era um risco grande, podendo se chegar a ela devido a circunstâncias fora de seu controle – como perda de emprego, inovações tecnológicas, excesso de mão de obra,

problemas de saúde, etc., pois “não há barreiras entre a sociedade e suas margens” (Castel, 2009: 133).

Os trabalhadores que viviam exclusivamente do assalariamento estavam em uma situação difícil que somente se aprofundava devido aos fatores supracitados (fechamento da frente pioneira, privatização da terra e recursos naturais) bem como ao uso crescente de implementos e máquinas na agricultura e extrativismo: a possibilidade de ficar sem trabalho, algo desconhecido até então, configurando o que Castel (2009) chamou de “novo pauperismo”, gerado, segundo o autor, por uma nova forma capitalista de organizar a produção. O acesso aos bens materiais e não materiais ofertados àqueles que residiam nas vilas funcionava também como uma barreira a processos de exclusão social. Dentre estes bens imateriais, além da proximidade com infraestruturas sociais como capelas, comércio, já citados, um de grande relevância se refere à ideia de que apenas os melhores peões-operários eram convidados para as vilas. Este convite, acreditamos, funcionava como uma credencial que distinguia positivamente o trabalhador caso tivesse (por iniciativa própria ou não) que buscar empregos em outros lugares, hipótese que se torna mais provável se lembrarmos que as maiores empresas do setor industrial madeireiro estavam articuladas via seus administradores e sócios. Ser egresso de uma vila operária distinguia o assalariado em busca de trabalho.

No caso da marcha das serrarias (da colonização), defendo a hipótese de que constantemente se produziam trabalhadores da serraria (peões-operários), sendo que para tanto era fundamental impossibilitar o acesso direto do trabalhador a seus meios de produção, o que era garantido pela privatização da terra e seus recursos (efetuada pelas colonizadoras e setor industrial madeireiro por intermédio de suas articulações com o Estado). Este processo produziu peões-operários, sendo que os operários-locatários ocuparam a posição de aristocracia da pobreza (ou “aristocracia da miséria” nos termos de Castel).

## **Subsídios para uma sociologia da propriedade**

Retomando os depoimentos de trabalhadores das serrarias acima desenvolvidos, utilizamos as contribuições de Robert Castel para analisar a busca dos trabalhadores por situações mais seguras. Pretendo demonstrar quais as estratégias utilizadas pelos peões-operários ou camponeses pobres para assegurar um espaço onde podiam contar com laços de solidariedade, proteção social e moral, evitando o que ocorreu com os trabalhadores das obras ou situações limites, como as narradas pelos Srs. Altamir e José Rodrigues que, afastados de suas regiões de origem, com o passar do tempo e aumento das distâncias, tinham seus “pertencimentos comunitários” fragilizados e,

posteriormente, rompidos, ocorrendo o mesmo com seus “suportes relacionais”. Seguindo esta linha de raciocínio, é legítimo supor que para os *mensus* e *toreros*, em gradações diferentes, a possibilidade de cair no limbo era algo palpável, pois era o que ocorreria caso se tornassem, momentaneamente ou indefinidamente, incapazes para o trabalho (considerando que podiam estar longe de suas comunidades).

Analisando as memórias destes trabalhadores, é possível perceber processos de marginalização de contingentes relevantes da população rural do estado, com o risco iminente da miséria ou do trabalho em condições degradantes. Neste sentido, ao referir-se ao trabalhador rural sem acesso aos meios de produção, Castel afirma que os “operários agrícolas” são os mais pobres dentre os trabalhadores rurais, sendo que “pelo menos no campo, o recurso à condição de assalariado revela sempre um estado muito precário e, quanto mais assalariado, mais carente é” (2009: 192). Como percebemos das entrevistas, os *toreros* eram os que tinham maior grau de assalariamento, pois não recebiam outras contrapartidas não monetárias pelo seu trabalho (por exemplo, moradia com a qual os proprietários de serrarias obsequiavam os empregados que trabalhavam nas suas plantas industriais, ou seja, no *pátio* ou *barracão* nos termos definidos acima). Esta realidade também é retratada nos dois depoimentos abaixo. O primeiro, fornecido pelo senhor Eugênio, que trabalhou nas serrarias por quase duas décadas:

Na primeira serraria que trabalhei, lá na serraria do Gato Preto, só trabalhava nós, gente ali do lugar, brasileiro; **trabalhava de dia e à noite** fazia ampliação da serraria – o aumento dos barracões (...) Onde eu morava [antes de ingressar na serraria], pra lá das Porteiras, onde hoje é Apiaba, **trabalhava na roça, era pouca terra**; daí a turma começaram a corta pinheiro lá no início da década de 1960; trabalhei duas semanas lá, aí **o chefe falou que ia fazer uma casa na serraria pra mim** e que não era pra ir embora sem tomar uma pinga no bar do seu Laroca. **Começamos no sábado cedo e domingo tava feito o rancho**. Era pequeno, tinha quatro peças. Só faltava o fogão a lenha. No outro dia já mudei pro rancho do lado da serraria. O meu ranchinho velho vendi pro meu compadre; vendi por cem mil réis e meio saco de feijão; naquele tempo era dinheiro. Fiz o assoalho de costaneira farquejada, mas costaneira de polegada. O forro também, costaneira de polegada, os pé direito de pinheiro. **O fogão a lenha fiz de uma chapa de ferro (...)** Na época não pagava aluguel, **mais depois de algum tempo, passou-se a cobrar um aluguel bem baratinho**; veio mais tarde a luz, e lenha tinha a vontade, trazia os restos que não servia para a serraria; só tinha fogão a lenha.

Era bom mora lá, bom de fato. **Morei vinte e dois anos lá; nosso horário era sábado até o meio dia, mais às vezes era preciso trabalha fora do horário, mais era bom porque sempre ganhava gorjeta. Quando não trabalhava na serraria no final de semana, trabalhava pros outros, sempre tinha serviço,** você sabe, construir casa. A minha casa era a 18, e tinha mais, acho que tinha 24 e mais umas lâ pro lado de cima da serraria. **Lá tinha (e ainda tem), uma igreja católica, e tinha festa todo ano com procissão, celebração durante toda a quaresma. Eu fazia qualquer serviço conforme me mandavam** (Entrevista com Sr. Eugênio Sawczuk in Jorge e Martins, 2010: 108-109 – negritos meus).

Da conjugação das memórias de Sra. Rosana e dos Srs. João Bonfim, Eugênio Sawczuk salientamos os seguintes aspectos: 1) o trabalho nas serrarias deveu-se à impossibilidade de manter a família exclusivamente com os recursos da exploração da terra (pequena propriedade ou pequena posse), caso da família de Sra. Rosana e Sr. Eugênio W.; 2) os peões-operários locatários tinham que colaborar na construção/manutenção de suas casas e, por vezes, pagar aluguel; 3) aspectos da sociabilidade lúdica, religiosa ocorriam dentro dos limites da vila operária (nas capelas, jogos de bola, bailes, etc., propiciadas quer pela empresa ou pela concentração populacional ali existente); 4) a busca por instalar-se nas vilas das serrarias (memoradas como um “bom” lugar para se morar – que Sra. Rosana afirmou, porém, ser “ilusão de criança”) deve ser comparada à memória dos outros dois trabalhadores acima, que se referiram à situação daqueles que trabalhavam nas atividades desenvolvidas *no mato*, salientando-se, não obstante, que os trabalhadores do *pátio* e do *barracão* regularmente buscavam complemento de renda fora da serraria (atividade que deveria ficar em segundo plano caso recebesse um *chamado* da serraria). A comparação entre a vida e relações de trabalho entre os *do pátio* ou *barracão* e os *do mato* eram claramente vantajosas para os primeiros: os primeiros, por peões-locatários, cozinhavam em cozinha sobre uma *chapa* (uma folha de ferro, isto é, um fogão rústico) dentro de uma casa de madeira, ou diretamente sobre varas verdes em uma barraca; os primeiros podiam trabalhar por décadas em um mesmo local, os *toreros* mudavam constantemente, sujeitando-se a situações perigosas, decorrentes da natureza (animais peçonhentos, feras) ou de disputas das madeiras entre si ou com outros pretensos proprietários em torno de quem era o legítimo proprietário da terra (como veremos abaixo), que poderiam resultar em enfrentamentos diretos e potencialmente agressivos com peões-operários, como se explicita dos processos crime envolvendo atentados e ameaças contra vigias das cancelas das estradas da Zattar que impediam o



livre trânsito de desafetos ou adversários da empresa<sup>29</sup>.

Ao priorizarmos argumentos referentes à situação inóspita dos trabalhadores *do mato* em relação aos moradores das vilas operárias, não se pretende negar o fascínio que a Zattarlândia (e outras vilas homólogas) exerciam sobre aspirantes a operários-locatários em geral; o que afirmamos é que, para alguns, o desejo de ali morar era mais urgente. Como vimos, estas vilas concentravam infraestruturas sociais inexistentes no meio rural: atendimento médico (mesmo particular), farmácia, comércio, acesso facilitado a transporte, etc. Tudo isto se vinculava à ideia de desenvolvimento, modernidade, melhores condições de vida, etc. Tal infraestrutura (indissociada de suas significações) foi um importante elemento de atração para potenciais peões-locatários:

E daí tinha o pessoal do quadro do Zattar lá, só fazia compra na quinzena. Era dia de quinzena, era só a população deles ali, pro armazém. E faziam aquela comprada que. E bastante gente, não era pouca gente. Daí no sábado era só o pessoal do interior, dizia a turma do mato. Era da turma do mato. E aqueles caixeiros ali, se viam amarelo pra atender tudo aquele pessoal ali. Porque daí eles não compravam só, só mercadoria, só comida vamos supor. Eles compravam roupa, compravam calçado, compravam forro de cama. Era muito, muito divertido lá, muito bonito que era (...) eles [familiares do proprietário] traziam de lá, pois era de lá de Curitiba, traziam a roupa que eles traziam e só usavam quando eles tavam ali né. Passava dali eles não usavam mais. Daí eles pegavam e deixavam tudo lá. Pra minha tia, roupa de cama, forro, tudo. Daí ela pegava e, daí minha mãe ia trabalhar pra ela, ela pegava e dava pra nós (...) Outra vez [quando voltavam de Curitiba] traziam tudo novo de novo. Daí ali que a gente foi conhecer fogão a gás, instalação sanitária, tv nem lá não tinha, o meio de comunicação do Zattar com o pessoal de Curitiba era com rádio amador. Era bem, era sofrido mas era divertido (Rosana, entrevista in Ayoub, 2011: 47-51).

Desta memória percebemos o surgimento de novos padrões de consumo tidos como “bonitos”, “novos”, engendrando sonhos em uma menina (ou nos desejos de outras famílias de posseiros que não eram peões-operários, influenciados, dentre outros motivos, pela concentração populacional na Zattarlândia). Parte da população rural dirigia-se em peso à vila para realizar

---

<sup>29</sup> A partir de levantamento por mim realizado no acervo do Centro de Documentação da UNICENTRO encontramos dois processos envolvendo vigias das estradas da empresa. Os relatórios produzidos pelos técnicos do ITCG em projeto de regularização fundiária no ano de 1994 referem-se também a conflitos deste tipo.

compras de produtos diversos, inclusive comida, o que explicita o alto grau de dependência de muitas famílias em relação à empresa. Inclusive em relação à garantia de oferta de lojas de comércio – novas possibilidades de consumo; acesso, mesmo que condicionado às relações com a empresa, a farmácia, médico. Novidades que inseriam a comunidade na modernidade pela sedução de produtos e hábitos. Lembramos que novos hábitos de consumo levam, necessariamente, a novas relações com o mercado e de trabalho, visto que recursos financeiros se fazem mais necessários. A entrevistada também relata a impressão causada pela família ser presenteada por roupas e “forros de cama” utilizados apenas uma vez pela família do dirigente-proprietário – o que explicita, simultaneamente, a ideia de presente (favor), fartura e desperdício. Todas estas características contribuíram, segundo acredito, para a vinculação entre o trabalho memorado como *sofrido*, mas *bom*. O fascínio por novos hábitos de consumo, a atração pelo moderno, a possibilidade de manter-se nas proximidades de comunidades de origem, nas quais estavam seus “suportes relacionais”<sup>30</sup> eram elementos sólidos para optar-se pelo emprego nas serrarias como peão-operário, em particular como operário-locatário. Esta reflexão é importante para compreendermos as estratégias de reprodução social, de busca por manutenção de condições de vida destes e outros trabalhadores que optaram por se empregar em vilas operárias em situações similares no Paraná.

Para analisarmos de forma mais aprofundada o que esteve em jogo por estes indivíduos ao optarem pelo emprego (ou não) nessas empresas e residência nessas vilas, retomaremos algumas reflexões sobre a relação das escolhas com o significado de propriedade fundiária.

### A propriedade social de Robert Castel como subsídio para a construção social da propriedade fundiária

Acredito que, no caso aqui estudado, o Sr. Lioncio e o pai da Sra. Rosana em um ponto, e os Srs. Eugenio e Altamir em outro, todos situados dentro da aristocracia da miséria, estiveram prestes a tornarem-se supranumerários – situação que não aceitavam sem reagir: recusando ser exclusivamente operário-peão ou ameaçando romper a relação de dependência. Este era o “campo” de disputa das lutas simbólicas entre peões-operários e patrões-senhórios, versão paranaense daquilo que foi constatado por Sérgio Lopes, onde o empreendedor moderno era o empresário-da-casa-grande, sendo que aqui era o herdeiro, no plano político, econômico e simbólico da “elite campeira”<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Conceito supracitado desenvolvido por Castel (2009).

<sup>31</sup> Termo utilizado por historiadores paranaenses para referir-se à elite formada por grandes proprietários de terra que dominavam as relações políticas e econômicas nas regiões dos Campos

Como esperamos ter deixado claro, os camponeses paranaenses (que, para a região de Pinhão, estão retratados acima) paulatinamente tornaram-se proletários no sentido exato do termo. Como vimos, o acesso a recursos naturais foi sendo obstaculizado, a frente pioneira extinguiu-se. A alternativa que restava, que se aprofundou com o passar dos anos, foi empregar-se como assalariado para alguém que detivesse capital.

Em sua obra **As metamorfoses da questão social**, Robert Castel historicizou o surgimento do assalariamento, isto é, da separação total entre o trabalhador e seus meios de subsistência, demonstrando a criação de uma nova ordem social, caracterizada por uma nova organização da produção, na qual a:

Única forma social que pode assumir o direito de viver, para os trabalhadores é o direito ao trabalho. É o **homólogo do direito de propriedade para os abastados**. (...) *“Atrás do direito ao trabalho, há o poder sobre o capital, atrás do poder sobre o capital, há a apropriação dos meios de produção, sua subordinação à classe trabalhadora organizada, isto é, a supressão da condição de assalariado, do capital e de suas relações recíprocas”* (em itálico Karl Marx, apud Castel, 2009: 350 – destaques meus).

Esta reflexão faz parte do estudo sociológico de Castel sobre as lutas e intensos debates (particularmente a partir da última década do século XIX) em torno das ideias de “assistência” e de um “seguro” pago pelos trabalhadores para sobreviver em tempos difíceis, em que não pudessem trabalhar por um período (em situação de desemprego temporário, doenças, etc.) ou definitivamente (pela idade, acidentes que impossibilitassem o exercício do trabalho, etc.). A tese vitoriosa foi a do “seguro” que, sob influência das lutas sociais, com o passar dos anos sofreu diversas transformações. Inicialmente, o que existiu foram fundos integrando patrões e empregados (geridos pelos primeiros), substituídos por outros geridos exclusivamente pelas organizações de trabalhadores. Passadas algumas décadas, esses fundos obtiveram uma cota de recursos estatais. Este último passo conferiu diversas novas “tecnologias”, pois houve um avanço considerável da proposta inicial, deixou-se de atender apenas os desvalidos, para transformar-se em diversas políticas de apoio aos que viviam exclusivamente do trabalho: aposentadoria, previdência, direitos trabalhistas que, enfim, significavam a divisão de parte da riqueza gerada pelo capital entre os empresários e os trabalhadores, o que passou também a não depender do arbítrio do assalariado ou do patrão, visto que se tornou obrigatório. Segundo Castel, este processo, além de promover uma proteção

---

de Guarapuava e Castro entre o final do XIX e primeiras décadas do século XX.

até então inédita aos trabalhadores, fez surgir “uma nova função do Estado, de uma nova forma de direito e de uma nova concepção de propriedade” (Castel, 2009: 372-374): a “**propriedade social**”, que, por assegurar maior equilíbrio entre as classes, também é uma sustentação suplementar da propriedade privada.

A hipótese que construímos é que o contexto por nós estudado tem na tese desenvolvida por Castel um importante instrumento de análise. A criação da infraestrutura ofertada pelas plantas industriais rurais, que exigiam a criação das vilas operárias, acabava também vinculada à necessidade de oferta de outras estruturas sociais (farmácia, comércio, atendimento médico, transporte, estradas – todas, salientamos, presentes na Zattarlândia)<sup>32</sup>. Tais benefícios seriam a face paranaense (ou mesmo brasileira, se consideramos o estudo de Sergio Leite Lopes) do período no qual a “assistência” ofertada como contrapartida para os trabalhadores que viviam de salário na Europa estudada por Castel era feito com a participação dos patrões. Embora os casos não correspondam exatamente, existem homologias<sup>33</sup>, o que torna possível uma interpretação mais aprofundada do contexto por nós estudado.

## Da propriedade social a uma sociologia da propriedade

Para compreendermos a formação da propriedade fundiária, retomamos o artigo “Para uma teoria sociológica da Propriedade Fundiária”, de Pedro Hespanha, pesquisador da Universidade de Coimbra. O autor inicia o artigo criticando a falta de pesquisas sociológicas acerca da institucionalização da propriedade fundiária privada, em particular em economias “semiperiféricas” como Portugal. Hespanha salienta a exiguidade de estudos abordando a institucionalização da propriedade privada em “sistemas sociais” nos quais ela é uma instituição “relativamente estranha”<sup>34</sup>, o que ocorreu em sociedades caracterizadas por uma “economia semiperiférica”, como Portugal (em relação a economias centrais, como Inglaterra, Alemanha e França). Esta constatação tem papel central no desenvolvimento do artigo, visando salientar possíveis

<sup>32</sup> Embora estas estruturas pudessem ser de outros indivíduos que não os proprietários das serrarias, o inverso poderia ocorrer (como o caso Esguari/Sguário supracitado), sendo que, mesmos nos casos de proprietários externos das serrarias, deveriam manter com estas boas relações, pois dependiam de autorizações e outras facilidades para se instarem e funcionarem adequadamente.

<sup>33</sup> Um exemplo desta situação pode ser encontrado no tipo de indústria retratado por Vitor Hugo em *Os Miseráveis*, no qual trabalhadores de minas de carvão do século XIX residiam em grandes vilas operárias de propriedade dos patrões, sendo que nessas vilas também existiam médicos a soldo dos patrões que atendiam os empregados.

<sup>34</sup> Esta “estranheza” está presente, como demonstramos acima, na passagem da frente pioneira a frente de expansão, e na consolidação desta (1920-1960).

singularidades de economias como a de Portugal – constatação que serve também para nosso estudo.

O trabalho de Hespanha é fruto de um projeto mais amplo, que envolveu pesquisadores de várias áreas da academia em torno do campesinato português da região do Baixo Mondego. A partir desta pesquisa, o autor constatou que estes camponeses possuíam diferentes perspectivas em relação à propriedade fundiária. A pesquisa abordou as concepções de propriedade entre os camponeses a partir da instauração do que chamou de “Estado Providência”. Ao analisar a institucionalização do Estado Providência, Hespanha considera que este, ao menos em parte, “substituiu o mercado” em funções como “distribuições de recursos”, “políticas de consumo, investimento social”, etc. Estas políticas criaram “sistemas sociais que se mostraram mais eficazes que a propriedade para assegurar o rendimento a quem não pode trabalhar”. Paralelamente à intervenção nestas áreas (que englobam políticas de consumo e garantias de serviços públicos e previdência, por exemplo), foi aprovada uma legislação trabalhista que garantia “uma maior segurança no emprego e uma maior estabilidade de rendimentos para quem não pode trabalhar”<sup>35</sup>. Esse conjunto de políticas atraiu parte dos pequenos proprietários a relações empregatícias (assalariamento), em detrimento de estratégias pautadas na “posse de bens materiais”. A opção por tornarem-se empregados deveu-se ao fato de que os benefícios garantidos pela pequena propriedade mostraram-se “irrisórios” mediante a instituição das regulamentações que propiciavam melhor inserção e segurança socioeconômica para os que viviam do trabalho. Estas políticas equivaliam à construção de uma “nova propriedade”<sup>36</sup> nos termos do autor. Porém, com a crise econômica desencadeada na década de setenta, ocorreu o “aumento da insegurança” social marcada pelo desmonte das garantias dadas pelo Estado Providência, equivale dizer, do desmonte da “nova propriedade”. O desdobramento direto do desmonte destas funções estatais foi o ressurgimento da ideia da “propriedade individual como um instrumento de liberdade” que, não obstante suas contradições, levou “pequenos proprietários” a perceberem na manutenção de sua propriedade a possibilidade de “reprodução social” da “família ou

---

<sup>35</sup> No caso da formação da estrutura e propriedade fundiária no Centro-Sul do Paraná demonstraremos que houve algo similar: o acesso livre a terra e/ou a seus frutos foi sendo cerceado pela frente pioneira que instalou um novo regime de uso – pelos “colonos” ou pelo latifúndio instituído pela modernização conservadora. O que há de similar (mas não de idêntico) com a situação descrita por Hespanha é a instituição de uma nova forma de propriedade e a possibilidade de inserir-se socialmente em relações de trabalho como proletário, fato que não se dissocia da busca de melhores condições de vida nesta nova situação.

<sup>36</sup> Embora Hespanha utilize-se do mesmo termo que Castel, não há nos textos de ambos referências recíprocas.

das instituições locais”, do ideário de uma vida mais “solidária”, “próxima à natureza” (cf. Hespanha, 1992: 121-122). Esta visão de mundo foi articulada em um período de incertezas quanto às garantias de previdência estatal (para sua velhice) e/ou empregos disponíveis aos filhos. O autor salienta que as novas estratégias de manutenção e reprodução social foram produzidas dentro de um “**habitus** fundiário” composto por “crenças e valores que orientam” as decisões destes camponeses. Não há, de forma explícita, diferenciação entre as “bases materiais” da busca/manutenção da “propriedade” e suas “significações” e “dimensões simbólicas”<sup>37</sup> que somente podem ser compreendidas a luz da “heterogeneidade dos diversos espaços de regulação social”, como o “Estado, mercado e comunidade”<sup>38</sup>. A discussão sobre a significação de propriedade por Hespanha e seu conceito de “nova propriedade”, em seu movimento pendular na busca de melhores condições de vida, dialoga com o conceito de “propriedade social” de Castel. Ao propormos este diálogo, procuramos entender quais eram as expectativas de peões-operários em suas diversas condições, seja como “aristocracia da pobreza” (o Sr. Eurides Starchechem na Zattar e Srs. Lioncio e Bomfim, por terem se tornado, em algum momento, operários-locatários) e/ou aqueles que estavam no limiar se tornarem-se “supranumerários” (como o Srs. Altamir e Eugenio como trabalhadores do mato).

Os conceitos de “propriedade social” e “nova propriedade” são extremamente úteis para analisarmos a realidade acima descrita. Famílias camponesas como da Sra. Rosana, que *praticamente tinham uma chacinha* podiam ser seduzidas a tornarem-se operários-peões locatários. O trânsito de uma situação para outra estaria ligado aos mesmos cálculos identificados por Hespanha onde o *habitus fundiário* teria um grande peso, visto que as famílias continuariam residindo na zona rural. Devemos lembrar que a alternativa da migração para regiões de terras livres (frente de expansão ou frente pioneira) não era mais possível na década de sessenta. Este fato, somando ao grande número de conflitos fundiários no Estado nesta década, fazia que o trabalho em plantas industriais como a Zattarlândia fossem sedutores. A segurança ofertada pelo assalariamento e moradia se compararia à situação investigada

---

<sup>37</sup> Esta separação discursivamente explícita muitas vezes não estava presente na “consciência dos pesquisados” sendo produzida pelo pesquisador (Hespanha, 1992: 123). A discussão sobre normas de direito de “uso comum” e direito judiciário tem ganhado progressivamente notoriedade no Brasil na última década, fornecendo uma nova forma de interpretar e intervir em conflitos de terra envolvendo povos e comunidades tradicionais – que, salientamos, estão presentes na região estudada (povos indígenas Guarani e Kaingang e quilombolas, em Guarapuava, e faxinalenses por toda a região, em particular em Pinhão). Fonte: Mapa ITCG Cartografia Social e Educação.

<sup>38</sup> Hespanha apud Santos, 1988: 25. Contextualização ainda mais necessária para uma região como a estudada, onde existem povos indígenas, comunidades quilombolas e faxinalenses, assentamentos e acampamentos da reforma agrária.

por Castel, onde os empregadores dividiram com empregados estruturas de assistência para assegurar tanto a garantia de acesso ao trabalho (por parte dos trabalhadores) como a fixação da mão de obra (por parte dos empregadores). Entendemos que a oferta de moradias, estruturas públicas como igreja, farmácia, etc., forneciam maior segurança e bem-estar aos trabalhadores. Não obstante, como deixamos claro, tais estruturas foram construídas com a participação do trabalhador que deveria, em alguns casos, contribuir com sua mão de obra para construção das casas e, em outros, pagar aluguel decorrido algum tempo de moradia. Havia, portanto, uma divisão entre patrão e empregados das estruturas de segurança social, salientando-se que casas, igrejas, farmácias, etc., eram de propriedade dos patrões, assim como os terrenos onde se localizavam. Este fato é digno de nota, pois explicita uma concentração de poder enorme nas mãos do patrão-locatário, que podia apropriar-se a qualquer momento de moradias construídas com a mão de obra dos empregados e/ou pagamento de aluguéis, caso o peão-operário locatário fosse demitido.

De forma análoga a Hespânia, demonstra-se que estruturas de “Estado, mercado e comunidade” também determinavam as escolhas dos camponeses de Pinhão. Os camponeses faziam suas escolhas dentro de uma conjuntura de rápidas mudanças, buscando manterem-se próximos a seus laços de pertencimento e segurança, algo que pode ser analisado como tentativa de reproduzir seu “habitus”.

Retomando nossa revisão bibliográfica, podemos constatar que a dominação política expressava-se na presença de proprietários e administradores de empresas madeireiras em diversos cargos estatais. A opção de “colonizar” o território estadual mediante concessão de terras para grandes empresas expressa, também, restrições à ocupação pela posse, privilegiando a acumulação capitalista. Como demonstramos acima, as colonizadoras estavam associadas ao setor industrial madeireiro. O extrativismo madeireiro era um dos maiores negócios do estado, sendo que também era essencial a derrubada da mata para instalação de colonos e suas lavouras. O estabelecimento das concessões de terras públicas para grandes mobiliárias estabeleceu que a terra somente poderia ser adquirida via compra, limitando as possibilidades de reprodução social do campesinato ao mercado (compra de terra). Eis aqui o Estado e o mercado como fatores determinantes para compreensão da reprodução social do campesinato. Referindo-se ainda ao mercado, em particular as relações de consumo dos peões-operários, retomamos as reflexões acima sobre o uso do *boró* como forma de dominação.

## Disputas pela propriedade fundiária e propriedade social

Como apontamos acima, as disputas sobre a propriedade fundiária não envolveram apenas camponeses com e sem terra de um lado e grandes proprietários de outro, fato que revela que a conquista jurídica da terra não foi tranquila para a Zattar. Fato este que deve ser ressaltado, mas que não constituiu uma particularidade de Pinhão no período, como demonstram diversos estudos acadêmicos sobre a marcha das colonizadoras entre 1930 e 1960. Pelo contrário, tais estudos retratam vários conflitos opondo colonizadoras entre si – por exemplo, do grupo empresarial que tinha como sócio o então governador Affonso Camargo x grandes empresários paulistas na década de 1920; da Colonizadora Norte do Paraná (CNP, do Grupo Martinez) x as colonizadoras CITLA e Comercial (do Grupo Lupion) no Sudoeste e Oeste paranaense na década de 1940-1950. Salientamos que nos casos citados, segundo a bibliografia, também foram recorrentes violentos conflitos das empresas com camponeses, sendo relatada a presença de milícias armadas, agressões físicas, etc.<sup>39</sup>.

### Década de 1990: Novos personagens entram em cena

Os conflitos fundiários em Pinhão envolvendo a Zattar adquiriram aspectos dramáticos no início dos anos noventa. Para sua análise nos utilizamos do relatório final da Comissão de Investigação da Assembleia Legislativa do Paraná, criada para Investigar os Conflitos de Terra de Pinhão em 1991<sup>40</sup>. Nestas fontes encontramos relatos sobre: ameaças e agressões físicas; tentativas de assassinato; queima de casas e colheitas; roubo de colheitas e produtos extrativos (erva-mate e madeira), impedimento de plantio. Embora a documentação consultada não aprofunde a questão, a mesma reconhece que os conflitos são bem anteriores aos anos noventa. A mesma constatação foi feita por Ayoub (2011), que afirma a recorrência do uso de jagunços nas disputas por terra em Pinhão, na década de 1970, envolvendo a empresa João José Zattar S.A.

No que se refere à década de noventa, o quadro era novo em vários aspectos, sendo o principal a formação de movimentos sociais organizados em

---

<sup>39</sup> Em relação a Affonso Camargo, consultar Wachowicz; para a CNP, consultar Gomes, 1987; Crestani, 2011; Westphalen et. al., 1968.

<sup>40</sup> Outras fontes produzidas por diferentes agentes estatais foram: o Relatório do Ministério Público Estadual sobre os Conflitos de Pinhão; Relatório do Programa Especial de Regularização Fundiária de Pinhão do Instituto Ambiental do Paraná (ELEPIÃO-IAP). Estas fontes serão analisadas em nossa dissertação.



torno da luta pela terra, gestados na década anterior no Paraná. O surgimento de tais movimentos estava intimamente ligado a dois fatores. O primeiro, de cunho econômico, somou as consequências da “modernização conservadora” com a grave crise econômica brasileira surgida na segunda década de setenta e que se agravou na década seguinte. A modernização conservadora aprofundou ainda mais as relações capitalistas no campo, a partir do uso progressivamente intenso de implementos e insumos agrícolas (máquinas, adubos, fertilizantes, agrotóxicos, etc.), diminuindo consideravelmente os postos de trabalho. Paralelamente, o mesmo processo estava articulado ao aumento da financeirização da produção e exigência de altos níveis de produtividade. Colheitas fracas, endividamento e altos juros levaram milhares de pequenas propriedades a serem incorporadas por grandes proprietários. O segundo fator esteve relacionado a aspectos políticos: o período da redemocratização oportunizava, mesmo que com receios de repressão, a mobilização popular em movimentos sociais (ambientais, de luta pela terra, moradia), sindicatos, etc<sup>41</sup>. Os conflitos ocorridos em Pinhão no início da década de noventa são fruto deste contexto, pois ali houve influência da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e MST, conforme constatou Ayoub (2011).

Em relação à Comissão Especial criada na Assembleia Legislativa para investigar os conflitos de Pinhão, merece destaque uma importante reflexão inicial: sua mera convocação e existência expressa o alto grau de legitimidade social e política construída pelo movimento de posseiros. Salientamos este fato porque, como nos referimos acima, os conflitos já existiam há décadas, porém, o diálogo com o “governo” com este nível de reconhecimento ainda era inédito. O ofício foi encaminhado ao Secretário de Segurança pelo “Prefeito de Pinhão e outros cidadãos representativos”. Assinaram o documento entidades do município (Comissão dos Acampados de Faxinal dos Silvérios; presidente da AFATRUP; Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais) e região (chefe do Escritório Regional do ITCF); dois padres que dirigiam a Paróquia de Pinhão; coordenadores regional e estadual da CPT e o Bispo de Guarapuava<sup>42</sup>. Merece destaque o fato de articularem-se entidades poderosas, em particular, no que se refere à assinatura do Bispo, do prefeito e do ITCF – isto é, dois níveis de poder executivo (regional e estadual), e importantes representações da Igreja Católica (a CPT e um Bispo).

---

<sup>41</sup> No que se refere ao Paraná, destacam-se a formação de diversos movimentos sociais de luta pela terra (MASTER, MASTEL, MASTRO) que, por sua vez, fundaram o MST em 1985, em Cascavel e nas regiões sul, sudoeste e oeste paranaense – isto é, nas vizinhanças do Centro-Sul do Paraná, região onde se localiza Pinhão (Ferreira, 1987).

<sup>42</sup> ITCF, Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, era a denominação do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, ITCG, órgão estatal de terras. Uma das cópias originais (devido ao fato de várias instituições estarem envolvidas, cada uma recebia uma cópia do ofício a ser enviado) encontra-se no acervo documental do ITCG.

O relatório final da CEI apresentado pela deputada Emília Belinatti, foi produzido a partir de diversas fontes (depoimentos concedidos em visita a Pinhão pela Comissão; depoimentos prestados na Assembleia Legislativa em Curitiba; relatórios produzidos pelo Ministério Público Estadual). Dentre as pessoas ouvidas estiveram posseiros, o delegado de polícia de Pinhão, dirigentes e proprietários da Zattar, técnicos do ITCF, pessoas que compraram madeira dos posseiros e/ou sem terras. Dentre os relatos colhidos e citados no relatório final da CEI, trazemos os que se referem explicitamente a disputas por terra e madeira. Em relação a conflitos em torno de madeira, a CEI identifica diversos casos, sendo que, por vezes, até compradores que não estavam envolvidos nas disputas acabaram sendo feridos a bala e/ou ameaçados por homens armados, como ocorreu em Faxinal dos Ribeiros em 07.10.1991. Ou como aponta o depoimento de um “proprietário” que narra o ocorrido em 27.10.1991, quando “diversas cargas” de “palanques” que havia “comprado de outras pessoas” foram retiradas por “uns 20 jagunços do Zattar”. Ainda segundo o relatado por Emília Belinatti o “proprietário” citado afirmou que, no dia do ocorrido, um dos donos da firma disse *“Autoridade aqui somos nós. Não tem prefeito, não tem promotor, não tem juiz, não tem delegado. Aqui quem manda somos nós”*. Este mesmo proprietário, apesar do prejuízo material e agressão psicológica que sofreu (pela entrada de homens armados em sua propriedade) afirmou que não havia feito “denúncia na Polícia sobre o acontecido”.

Tendo como referência outros documentos oficiais e reportagens de jornais de circulação estadual e nacional<sup>43</sup>, acreditamos que ambos os casos explicitam um lodaçal de irregularidades e/ou ilegalidades em relação a aquisição de madeira nas áreas em disputa. Por um lado, o “proprietário” afirma que foi roubado (pois além do furto havia pessoas armadas), mas também afirma que não fez denúncia à polícia, como esperado em uma situação destas. A empresa, por sua vez, não se utilizou da força policial para fazer valer seus direitos, pelo contrário, usou milícia particular dias depois que outra pessoa envolvida em compra de madeira foi baleada por seus “guardas” em localidade próxima. O que estamos ressaltando é que diversos agentes envolvidos disputavam a legitimidade no que se refere à apropriação dos bens materiais. O desequilíbrio não estava propriamente na posse do bem, mas na possibilidade de assegurar seu uso, de exercer o mando sobre ele. Neste aspecto o poder econômico da empresa, expresso tanto pelos seus advogados quanto por seu braço armado, forneciam vantagens ante a seus adversários, fossem posseiros, sem terras ou compradores de madeira. Nossa hipótese esta alicerçada em depoimento do Sr. D., delegado de Pinhão citado no relatório da CEI, onde afirma que:

---

<sup>43</sup> Reportagens Folha de São Paulo e Gazeta do Povo.

É pessoa leiga e declarou que em sede da Comarca esta função deveria ser desempenhada por delegado de carreira. Que não tem condições de zelar pela ordem em razão de dispor apenas de quatro elementos. Que já prendeu uns 05 ou 06 desses guardas da firma Zattar, por homicídio. (CEI, 1992)

Segundo o relatório, as pessoas presas logo eram soltas. O depoimento do delegado fornece mais um elemento para compreendermos a atitude do “proprietário” que perdeu os palanques. Em uma situação dessas, a balança do poder está claramente (e em muito) desequilibrada. Além destes conflitos, trazemos outros dois que são expressivos das relações de violência no início da década de noventa. Segundo a relatora Emília Belinatti, em 29.10.1991:

Um grupo de **pistoleiros** (que têm registro funcional de ‘guardas florestais’ [na empresa Zattar]) fortemente armado **atacou de surpresa** a Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes [localizada na “**ocupação** Faxinal dos Silvérios”], disparando grande quantidade de tiros. Neste atentado violento, a menor I.F., de 10 anos, que frequentava a escola, foi atingida com um tiro no pé direito, tendo sido hospitalizada. Que, no mesmo dia, a 600 m de distância da escola, o Sr. J., 45 anos, **trabalhava em seu roçado** quando foi cercado por um grupo de pistoleiros que, com armas muito estranhas, o colocaram sob a mira de três delas, (no ouvido, nas costas e no coração) e o ameaçaram de morte, advertindo-o a desocupar a área juntamente com outras famílias. (CEI, 1992 - negritos meus).

Ainda segundo o relatório da CEI, no dia dez do mesmo mês e ano, uma pessoa havia sido ferida a bala em sua “residência” localizada “onde o posseiro tem demanda judicial com a Madeireira Zattar sobre posse da terra, em processo de usucapião”.

No mês seguinte, em 27.11.1991, novos atos de violência ocorreram em Faxinal dos Taquaras (localidade próxima às supracitadas). Segundo depoimento citado no relatório final da CEI, nesta data ocorreram ataques a bala nas residências de quatro famílias, sendo que três casas e dois paióis foram queimados e várias pessoas foram feridas. Os depoentes destas famílias se identificaram, o primeiro a ser atacado como “posseiro”, sendo que o segundo era seu “arrendatário”. As outras duas residências atacadas foram as do pai e a do vizinho do arrendatário. Estes dois últimos não foram retratados quanto a sua inserção no campo (*arrendatário, posseiro ou proprietário, acampado, etc.*, aparecendo, não obstante, o nome completo). Segundo os depoentes, as casas e paióis foram atacadas a tiros, uma casa após a outra, e os “pistoleiros

botaram fogo”. Este ataque sequencial obedeceu ao mesmo padrão do ataque à escola citado, o que sugere que a estratégia era empurrar os indesejados para fora do território em disputa. Não era “apenas” uma punição ou ameaça (que poderiam ser feitas em outros lugares, na cidade por exemplo). Como os depoentes deixaram claro, todos tiveram que “fugir para o mato”, pois além dos tiros, viram os atacantes “queimando tudo o que tinham”.

A violência praticada pela “guarda florestal” da empresa tinha, porém, sua face dialética, pois expressava um fato: não era mais possível manter os laços de dominação do período áureo da Zattarlândia. O poder econômico da empresa entrara em crise desde a década de oitenta, devido a sucessivos fracassos econômicos expressos em centenas de processos trabalhistas, penhora de bens da empresa por dívidas não pagas com bancos públicos e privados, etc. (cf. Monteiro: 2008). Como vimos, nesta mesma década (1980) os movimentos sociais no campo brasileiro, em particular os de luta pela terra no Paraná, estavam em ascensão. Os posseiros de Pinhão, embora com particularidades sociais e culturais ante aos integrantes do MST (justamente por serem posseiros antigos, faxinalenses, etc., e não sem terras) conseguiram construir alianças e estratégias para legitimar ideológica e politicamente suas ações. Esta conjunção de fatores pode ser compreendida a partir da tese segundo a qual “tensões e conflitos abertos entre os grupos não estão o mais das vezes onde a desigualdade dos meios de poder de grupos interdependentes é muito grande e incontornável, mas precisamente onde a situação começa a mudar em favor dos grupos com menor poder” (Elias, 2006: 202). A questão, portanto, reside no fato de que foi necessário, além de atacar um adversário poderoso, estabelecer e manter um papel de legitimidade ante as arbitrariedades (isto é, as ações ilegais e irregulares da Zattar no sentido de expropriar posseiros de terras e recursos).

A situação de Pinhão pode ser vista como uma prévia de um quadro mais amplo de violência generalizada contra os movimentos sociais no campo no Paraná na década de 1990. Nesta década ocorreram conflitos envolvendo uma gama diversificada de unidades de mobilização como Movimento de Posseiros de Pinhão, MST, CONTAG, MTST, faxinalenses, quilombolas do Paiol de Telha, entre outros. O aumento da violência contra os movimentos sociais no campo motivou a instalação do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio, convocado por diversas entidades nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos como a CPT, CNBB, Rede de Advogados Populares, Américas Watch, Mães da Praça de Maio, entre outras. Segundo relatório do evento, no Paraná, no período citado, foram “16 trabalhadores [rurais] assassinados, 31 vítimas de atentados, 47 ameaçados de morte, 7 vítimas de tortura, 324 feridos, 488 presos, em 134 ações de despejo”. Este quadro de violência sistemática e organizada colocou o Paraná, entre os anos de 1996 e 1999, entre os mais

violentos do Brasil no que se refere a agressões contra camponeses (ocupando a primeira posição em 1998 – Salles e Schwendler, 2006). Embora estes fatos sejam posteriores ao recorte do presente capítulo, consideramos iniciar por eles estratégico, principalmente levando em conta que nossas fontes documentais foram produzidas por agentes estatais especialmente indicados para investigar conflitos no campo. Em relação a tal aspecto, destacamos a Comissão Especial de Investigação da Assembleia Legislativa do Estado: desde seu início estava participando e atuou como relatora uma deputada proeminente, que ocupou o cargo de vice-governadora no mandato seguinte ao que foi deputada. Ou seja, no mais alto escalão do estado encontravam-se conhecedores dos conflitos fundiários regionais, suas causas e agentes.

## Considerações finais

No presente trabalho, pretendemos construir subsídios para a compreensão da formação da estrutura fundiária na região Centro-Sul do Paraná, a partir do embate entre o capital industrial que penetrou no campo ao longo da segunda metade do século XX e a diversidade de atores sociais que compunham a população rural na região. Procuramos também compreender como os significados da propriedade fundiária variaram não apenas no tempo, mas também no espaço, considerando a situação socioeconômica do camponês, seu “habitus fundiário”.

A compreensão das singularidades do campesinato, porém, não nos tirou do foco central: a institucionalização da propriedade fundiária capitalista e os conflitos gerados neste processo. Este último ponto levou-nos a manter um olhar também sobre as estruturas de poder político nas quais empresas como a Zattar sustentavam-se. Nossa intenção era compreender as estratégias encontradas pelo capital industrial em seu avanço, apropriando-se enquanto fração de classe, de áreas significativas do território estadual, em oposição, particularmente, aos camponeses em sua diversidade. Como esperamos ter demonstrado, em diferentes momentos da formação social da região os representantes desta forma específica de capital utilizaram-se de distintas estratégias para apropriar-se de terra e trabalho – da construção de plantas industriais modernas (como a Zattarlândia), do *boró* e do uso da violência na apropriação da terra e seus recursos. Seguindo esta linha de desconstrução e reconstrução do processo social, de um olhar, mesmo que pontual, sobre os agentes sociais, acreditamos ter contribuído para a compreensão da aliança entre o arcaico e o moderno na região, que tem sua imagem na descrição dos violentos conflitos envolvendo a Zattar e seus oponentes no início da década de 1990.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. Mestrado, História, UFPR, 1981.
- AYOUB, D. S. **Madeira Sem Lei: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná**. Mestrado Antropologia Social, UFPR, Curitiba, 2011.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Comissão Especial de Investigação da Assembleia Legislativa do Paraná Organizada para Verificar os Conflitos Fundiários no Município de Pinhão**. Relatório final apresentado pela Deputada Emília Belinatti. Curitiba, 1992.
- BRAGA, Julio Cesar. **A vila operária da Madeireira Gomes: trabalho, moradia e dominação – Irati (PR) – 1950-1985**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem, 2011, vol.: 2, p.: 68-105.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 8ª edição, 2009.
- CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro sul do Paraná**. Boletim Técnico do IAPAR, n. 22, Londrina, 1988.
- DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: A história da devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996.
- DIAS, Reginaldo Benedito; TONELLA, Celene e VILLALOBOS, Jorge Ulisses Guerra. **As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos**. Eduem, Maringá, 1998.
- ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
- ELIAS, Norbert, SCOTSON, Jonh. **Os estabelecidos e os outsiders**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GOMES, Iria Zanon. **1957: A Revolta dos Posseiros**. Criar Edições, Curitiba, 1987.
- FERREIRA, Ângela Damasceno. **Movimentos Sociais no Paraná: 1978-1987**. In: BONIN, Anamária et al. **Movimentos Sociais no Campo**. Criar e EDUFPR, Curitiba, 1987.
- HARTUNG, Miriam F. **O Sangue e o espírito dos antepassados: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Paiol de Telha**. NUER/UFSC, Florianópolis: 2004
- HESPANHA, Pedro. **Para uma teoria sociológica da propriedade fundiária**. Revista Crítica de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra, n. 34, fevereiro de 1992.
- JORGE, William Roberto & MARTINS, Valter. **Operários na floresta: trabalho e cotidiano nas serrarias de Irati/PR na primeira metade do século XX**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v.1, n.3, set./dez. 2010, p.95-115.
- JORGE, William Roberto & MARTINS, Valter. **Homens e Máquinas nas florestas com Araucária – 1900-1930**. In: CAMPIGOTO, J. A. e SOCHODOLAK, H. Estudos de História Cultural. Guarapuava: UNICENTRO, 2000.

- LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LUZ, Cirlei Francisca **A madeira na economia de Guarapuava e Ponta Grossa 1915-1974**. Mestrado História, UFPR, Curitiba, 1980.
- MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Sérgio Antônio Fabris Editor, Porto Alegre, 2003.
- MONTEIRO, N. **Madeira de Lei**: uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar. Ed. do Autor, Curitiba 2008.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná. Ed. Moinho do Verbo, 2001.
- SALLES, Jefferson de O. **A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950**: o caso do grupo Lupion. In: A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI / Imprensa Oficial, 2004.
- SALLES, Jefferson de Oliveira. **Contribuição para a história do setor industrial madeireiro no PR**: 1930-60. In: SONDA Cláudia e TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina (orgs.). Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná. Curitiba: ITCG, 2010.
- SILVA, José Graziano da. **A estrutura agrária do Estado do Paraná**. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Ed. Instituto Paranaense. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, n. 87, jan. - abril 1996, p. 175-195. Curitiba, PR.
- SOUZA, N. A. **Arranjos produtivos locais**: o caso de chapas e laminados de Ponta Grossa. Mestrado Economia, UFPR, Curitiba, 2005.
- TOMAZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná**: Histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e Grilagem**: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA, ITERPA, 2001.
- WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste**: Ocupação e Colonização. Editora Littero-Técnica, Curitiba, 1985.
- WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageros, Mensus e Colonos**: História do Oeste Paranaense. Editora Gráfica Vicentina, Curitiba, 1982.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- WESTPHALEN, C.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. **Nota prévia ao estudo da ocupação do Paraná Moderno**. In: Boletim da UFPR, n. 07, Curitiba, 1968.
- ZILLOTTO, Bruno. **Operários de Serraria**: Um estudo sobre as relações de trabalho em serrarias da região dos Campos de Lages (1940-1970). Monografia, História UFSC, 2008.





## Capítulo 10

### Desenvolvimento, capitalismo e comunidades tradicionais: reflexões em torno da Zattar e dos faxinalenses.

Paulo Renato Araújo Dias<sup>1</sup>

**H**á uma tendência recorrente a se pensar o contexto brasileiro e latino-americano através de um discurso que é construído a partir da perspectiva colonialista dominante. Neste, aspectos valorizados por tal perspectiva são tomados como a base de avaliação da situação contemporânea de grupos e regiões que se destacam exatamente por se distinguirem do modelo dominante de produção, organização social e visão de mundo – como é o caso de comunidades rurais tradicionais. O objetivo deste capítulo é incluir nesta discussão uma tentativa de desideologizar o “desenvolvimento”, analisar as consequências do “industrialismo” e a visão de “progresso” embutida em tal lógica. E como é construído o discurso de que a madeireira João José Zattar S/A, no município de Pinhão, é pensada como a chegada do progresso e as comunidades tradicionais, os faxinalenses, os posseiros e os sem terra, como o símbolo da “carência” e da “pobreza”. Talvez esteja nisso a preocupação de modernizar e implantar, a todo custo, processos civilizatórios de maneira encoberta e sutil.

Além disso, pretendemos analisar o impacto, o choque violento desse *modelo desenvolvimentista capitalista* como tentativa de dissolver e submeter as formas de autonomia, independência e refletir sobre os processos de resposta desses grupos ao contexto de dominação e as estratégias de resistência por eles adotadas – resistências estas que são muitas vezes feitas individualmente, bem

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da UTFPR. (link da dissertação: [http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2009/ppgte\\_dissertacao\\_301\\_2009.pdf](http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2009/ppgte_dissertacao_301_2009.pdf)) Atualmente professor de filosofia e história na rede estadual de educação – SEED, nos estabelecimentos de ensino: Col. Est. Professora Otília Homero da Silva e Esc. Est. Dep. Arnaldo Faivro Busato – Pinhais/PR. E-mail: otanerdias764@gmail.com.

como resistências coletivas construídas por meio de sindicatos e associações, como é o caso da CooperAFATRUP.

\* \* \*

*Foi ainda nessa década [1940] que as Indústrias Madeireiras chegaram a Pinhão. Na época isso podia ser visto como progresso e hoje não mais. As madeireiras foram responsáveis pelo desmatamento incontrolado, a extinção da araucária que até então era abundante e também a desapropriação ilícita dos verdadeiros donos da terra, o que faz com que até hoje Pinhão seja notícia nacional e até internacional com os conflitos de terras. (José Silvério de Camargo – **Por que nosso município chama-se Pinhão?**).*

Renato Ferreira Passos (s.d.) na primeira parte de seu livro **O Pinhão que eu conheci** apresenta uma abordagem da história de Pinhão através da narrativa de eventos presenciados por ele, já em um segundo momento relatos de acontecimentos narrados por testemunhas, e, por fim, se ocupará de uma divulgação da história oficial do município, um tanto desconhecida. Para construção de nossa análise nos ocuparemos da primeira parte.

Importante analisar como, nesta, Passos vai descrever um tempo de “escassez”, mas em que, simultaneamente “as pessoas se conheciam e não tinham inimizade entre si”. Era em um contexto de Segunda Guerra Mundial e a população temia a iminência de invasão, segundo os jornais, a partir do território argentino, porque o Brasil possuía matérias primas necessárias ao andamento da guerra. Nesse período, “automóvel era raridade por aqui, de vez em quando surgia um Ford pé de bode lá na estrada que vinha de Guarapuava, fazendo a festa da piazada”. Traz também a descrição de vários elementos que caracterizam a Vila: uma povoação “formada por dezessete casas, todas elas construídas de madeira e a maioria, coberta com taboinhas lascadas de toras de pinheiro”; onde viviam oitenta pessoas. À noite, “o silêncio era comparável ao de um cemitério, os sapos faziam uma sinfonia infernal”; “ruas não tinham, apenas duas estradas. A que vinha da Reserva e se juntava com outra que vinha de Guarapuava. Dos lados das duas estradas estavam as casas”; o único meio de comunicação era o “correio que vinha de 15 em 15 dias”. “A Vila estava localizada numa campina, mas estava rodeada de pinheiros. Como não havia caçadores, os bichos, principalmente pássaros existiam aos bandos. Em determinado tempo apareciam bandos de papagaios fazendo algazarra que até incomodava. Faziam vôos rasantes por cima das casas e pousavam nos sapés dos pinheiros para comer os pinhões”. O comércio eram apenas “duas casas de negócio”, e a “escola funcionava na Igreja” (cf. Passos, s.d.: 7-10).

O que chama atenção é como, para o autor, algumas condições existentes são vistas como de uma “carência”, de uma rusticidade, de um “atraso” e uma “escassez”. Já a presença de automóveis vindos de “fora” vem denunciar a “falta” do progresso, do desenvolvimento e da tecnologia na Vila. Ao mesmo tempo, há uma exaltação explícita ao ambiente natural da região, expressa através do destaque atribuído à frondosidade dos pinheiros. Isso fica mais evidente quando o autor faz referência, na década de 1940, a um pedido feito pela Prefeitura de Guarapuava para construir novo loteamento no imóvel onde estava localizada a Vila. Assim descreve o local:

Quantos pinheiros havia. Para qualquer lado que se olhasse, viam-se as copas unidas lado a lado, parecendo um **oceano verde**. Havia pinheiro de todo porte. Os novinhos e tenros, que na véspera do Natal, meu pai ia cortar um desses para mamãe enfeitar com bolinhas coloridas e com um presépio embaixo dos galhos. Havia os frondosos, com galhos até o chão, permitindo que se apanhassem as pinhas com as mãos. Havia os gigantes, com os galhos voltados para cima, em forma de taça, imitando mãos em louvor ao Criador. Quando adentrava-se a floresta, viam-se os troncos aos milhares, robustos e eretos, lado a lado, numa distância que parecia não ter mais fim. À noite quando sopravam ventos fortes, açoitando os enormes galhos com aquelas bolas grandes de sapés nas extremidades, faziam um barulho característico, muito parecido com o marulhar das ondas do mar. Quando era tempo de pinhão maduro, à noite ouvia-se o barulho da chuva de pinhões caindo ao chão. De manhã cedinho, corríamos a juntar numa peneira, feita com bambus, bem vermelhinhos e maduros. Daí era fazer fogo no fogão a lenha, assá-los na chapa e depois de macetar com um martelo para rachar a casca, comer tomando café (s.d.: 18 – grifo nosso).

É descrito pelo autor como de muita tristeza o contexto da derrubada da mata, pela ação de homens contratados pela prefeitura para cortar todos os pinheiros que estavam no quadro do loteamento:

Empunhando seus machados chegaram os homens, de dois em dois, ao lado de cada pinheiro. Primeiro limpavam ao redor com uma foíce, cortando as touceiras de guamirim e samambaias; aí, olhavam para cima verificando a altura e medindo o comprimento da queda. Então, começavam a desferir violentas machadadas, bem sincronizadas pelos dois machadeiros, de modo que quando um levantava seu machado, o outro baixava: “tã-tã-tã”, os cavacos saltavam longe.

Primeiro iam cortando a grossa casca avermelhada que já ia deixando aparecer a parte branca do tronco liso e visguento, forte e resistente, exigindo mais esforço dos trabalhadores. Nós, os meninos da Vila, sentados sobre uma cerca feita com lascas de pinheiro, a olhar com a curiosidade natural da infância. Os homens paravam por alguns minutos para descansar. Cuspiam na palma da mão para firmar o cabo do machado e reiniciavam o ataque. Lá em cima, os galhos agitavam-se, movendo-se de um lado para o outro. Parecia que queriam nos dar um último adeus. Já podíamos ver uma enorme ferida branca no tronco do infeliz pinheiro. Então, passavam para o lado oposto e iniciavam um novo corte na mesma altura, fazendo-os se encontrar. Duas horas depois, iniciava-se a queda, com um ranger no lugar do corte o pinheiro ia vergando lentamente. Os homens corriam para o lado oposto. A queda acelerava e o gigante caía ao solo com um estrondo que fazia a terra tremer. Estilhaços voavam para longe, ficando no chão aquela massa verde dos escombros. Ali perto era outro que tombava, já pelas mãos de outros trabalhadores. Dia após dia, esse massacre impiedoso se sucedia. Foram abatidos todos os que estavam dentro do perímetro do loteamento. (...) Depois daquele massacre dos pinheiros da Vila, houve uma trégua de alguns anos em que os pinheiros não foram molestados (s.d.: 18-19).

Após esta narrativa, o autor fala de uma trégua aos pinheiros, que fez com que não fossem molestados por algum tempo. Logo em seguida, Passos afirma que “então apareceram por aqui os compradores de pinheiros, compravam aos milhares. No início, só queriam os grandes, que medissem vinte e cinco polegadas de espessura e com mais de duas toras de comprimento” (s.d.: 19). O autor relata que o preço era irrisório: pagavam dois cruzeiros por unidade. Mesmo assim, muita gente vendeu suas árvores, pois achavam que só serviam para sujar o terreno onde o gado pastava. E finalmente, o preço subiu para vinte e cinco cruzeiros, quando, segundo ele, praticamente todos venderam seus pinheiros.

Essa longa descrição é bastante significativa, pois ajuda-nos a nos situar na história e a entender as distintas interpretações que Passos apresenta em relação à derrubada das matas nativas. Assim, a ordem de mandar “limpar” um lote coberto de pinheiros, muitos deles centenários, para a construção da Vila Pinhão, é vista com *tristeza*; já a derrubada sistemática pelas madeireiras de centenas de milhares de árvores, em décadas posteriores, não é interpretada como o desencadear de um efeito de bola de neve com consequências devastadoras: representa, isso sim, um impulsionamento do *progresso* e da *modernidade*.

A metáfora da *bola de neve* foi usada por José Lutzemberger (1978), em palestra proferida durante o 1º Simpósio Nacional de ecologia, para analisar o

comportamento do pensamento econômico em relação aos sistemas naturais. Passaremos a utilizá-la. Segundo o autor, a *bola de neve* tem o que se chama, em cibernética, *retrações positivas*. A ação promove uma reação que acelera ainda mais esta ação. A bola de neve, à medida que corre, engrossa; à medida que engrossa, tem que correr mais; à medida que corre mais, ela engrossa mais ligeiro e assim por diante (1978: 92).

Como podemos perceber no relato de Passos, a *bola de neve* desenvolvimentista ganha velocidade nessa direção: “o povo muito contente, pois como dizia, o **progresso** estava chegando ao Pinhão” (1978: 20 – grifo nosso). Conta-nos que as serrarias instalaram-se e trabalhavam noite e dia, serrando as toras que iam sendo transformados em tábuas, vigas, vigotes e todo tipo de madeira.

Nesse sentido, termos tais como “progresso”, “desenvolvimento” e “modernização” são as chaves para compreender a transformação da tristeza inicial pelo corte de pinheiros em uma posição em que tal corte passa a não ser mais questionado. A subordinação e aniquilação de qualquer forma de vida à lógica capitalista se justificam em si mesmas, passando a não mais constituir problema. Esse modelo parte de determinados “valores” que nos levam a determinadas atitudes. Portanto, temos que examinar esses valores, e ver se e como tais valores justificam-se. Atualmente essas premissas quase nunca são examinadas, e muito menos seu impacto subordinador.

O “desenvolvimento” foi definido, portanto, como o processo de “mudança social” que tende a superar estruturas ditas “atrasadas”. Talvez dessa forma torne-se mais fácil evocar um processo histórico feito de desagregações, de declínios, de desaparecimento e criação de novas relações sociais, como foi o processo de desenvolvimento capitalista nas diversas regiões do globo. A ideia de que um povo é mais ou menos desenvolvido, somente pode ter sentido, de acordo com González (1985), a partir da universalização do capitalismo, que cria um mercado mundial unificado progressivamente. Como afirma o autor:

E os critérios que permitiriam julgar a condição de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um povo ou de uma sociedade, emergem de uma só ordem de ideias, hoje geralmente aceitas por todos os estudiosos do tema: a ascensão e *crescimento do capitalismo gera tanto a situação que pode ser qualificada de desenvolvimento com aquela outra que poderia ser qualificada de subdesenvolvimento*. Entretanto, a íntima unidade destas duas situações deve ser explicada historicamente, para se perceber a forma particular que teve a presença do capitalismo em cada povo, produzindo *diferentes* formas de subdesenvolvimento (1985: 15).

González destaca, ainda, que a humanidade marchava para um fantástico “grande finale”, um só mundo produzindo e consumindo de forma capitalista como condição para gerar “avanços”, “crescimento”, “riqueza” ou “desenvolvimento”. O autor ressalta que, já no primeiro prefácio de **O Capital**, de 1867, Marx denunciava que “o país desenvolvido não faz mais que representar o espelho do futuro do menos desenvolvido”. E, ainda, que ao elaborar tal reflexão, Marx traz para o texto uma expressão latina – *de te fabla narratur* – **a história já está escrita sobre vocês**. Assim, segundo González, caberia ao capitalismo clássico inspirar os países que, erradamente, pudessem supor que a eles não iria tocar o mesmo itinerário histórico que já estava sendo trilhado pelos países do capitalismo central. Nisto a ideia de desenvolvimento é fundamental: um caminho único, que não apenas cria a ilusão de que o devir está dado, mas também de que há uma positividade em tal devir, que deve ser buscado por todos. Em outras palavras, nada impedirá aos ditos “países subdesenvolvidos” que saibam qual será sua sorte, bastando apenas que se animem a olhar no “espelho” dos países capitalistas de hoje, que são a imagem de um futuro inevitável e desejado (cf. González, 1985).

A fim de que seja possível compreender de que maneira o trajeto histórico específico de um grupo – os países do capitalismo central – passa a ser o modelo de itinerário para todos os demais, uma rápida análise de como se constrói e consolida a noção de desenvolvimento é central. Passamos, assim, a esboçar a forma pela qual a ideia de desenvolvimento dominou as discussões e as políticas econômicas relativas aos países pobres durante mais de meio século, para depois analisarmos seu impacto em Pinhão.

Tendo em vista que os países industrializados da América do Norte e da Europa passaram a ser vistos como os “modelos adequados”, após a Segunda Guerra, os programas econômicos nacionais dos países semiperiféricos e periféricos e dos programas de ajuda internacional empreendidos por países centrais e agências financeiras internacionais têm apresentado como objetivo, desde então, a aceleração do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, como meio para “eliminar o fosso” entre estes e os países desenvolvidos. Nesse sentido, Arturo Escobar (2007) realizou um extenso e profundo exame do desenvolvimento como regime de discurso e de representação social, em seu livro **La invención del Tercero Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**, onde mostra como as políticas de desenvolvimento tornaram-se mecanismos de controle penetrantes e “eficazes”. Para tanto, o autor apresenta o discurso do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, no dia 20 de janeiro de 1949, anunciando ao mundo seu conceito de “tratamento justo”. Que seria sua chamada à América e ao mundo para resolver os problemas das “zonas subdesenvolvidas” do globo:

Más de la mitad de la población del mundo vive en condiciones cercanas a la miseria. Su alimentación es inadecuada, es víctima de la enfermedad. Su vida económica es primitiva y está estancada. Su pobreza constituye un obstáculo y una amenaza tanto para ellos como para las áreas más prósperas. Por primera vez en la historia, la humanidad posee el conocimiento y la capacidad para aliviar el sufrimiento de estas gentes (...) Creo que deberíamos poner a disposición de los amantes de la paz los beneficios de nuestro acervo de conocimiento técnico para ayudarlos a lograr sus aspiraciones de una vida mejor (...) Lo que tenemos en mente es un programa de desarrollo basado en los conceptos del trato justo y democrático (...) Producir más es la clave para la paz y la prosperidad. Y la clave para producir más es una aplicación mayor y más vigorosa del conocimiento técnico y científico moderno (Truman apud Escobar, 2007: 19-20).

No trecho citado, alguns aspectos já indicados anteriormente se destacam. Primeiro, o modelo de desenvolvimento dos países capitalistas centrais é tomado como o ideal a ser almejado por todos – é ele que garante a prosperidade e a paz, e que permite aos “outros” sair da situação de sofrimento e carência em que se encontram. Assim, a diversidade é pensada a partir da chave da miséria: vida econômica “primitiva”, alimentação inadequada, presença de doenças, etc. E cabe aos países do capitalismo central “livrar” a humanidade de tal sofrimento. Para tanto, a eleição de um tipo de conhecimento específico como sendo a expressão “do” conhecimento: a técnica e a ciência modernas. Destituem-se, simultaneamente, os saberes de povos que não se encaixam no modelo de desenvolvimento e as possibilidades políticas de questionamento dos caminhos adotados pelos países capitalistas centrais.

Segundo Escobar, a doutrina Truman tinha por fim tanto um movimento no sentido de inibir a expansão do comunismo e prejudicar a posição da União Soviética junto a outros países e sua reconstrução no pós-guerra, quanto dificultar a luta dos trabalhadores dentro e fora dos EUA. A estratégia para conseguir tais fins era bastante ambiciosa: criar as condições para jogar em todo o mundo os traços característicos das sociedades avançadas da época: os altos níveis de industrialização e urbanização, modernização da agricultura, o crescimento rápido da produção material e níveis de vida e adoção generalizada de educação e valores culturais modernos. No conceito de Truman, o capital, a ciência e a tecnologia seriam os principais instrumentos que possibilitariam uma “revolução” em escala mundial. Assim como o sonho americano de paz e abundância poderia ser estendido a todos os povos do planeta.

Este sonho não foi criação exclusiva dos EUA, mas o resultado final de conjuntura histórica específica da Segunda Guerra Mundial. A partir daí, foi

criado um dos documentos mais influentes do período, elaborado por um grupo de especialistas reunidos pela Organização das Nações Unidas, que tinha como meta definir políticas e medidas “para o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento”. Ao abordar o tema, o faz da seguinte forma:

Hay un sentido en el que el progreso económico acelerado es imposible sin ajustes dolorosos. **Las filosofías ancestrales deben ser erradicadas; las viejas instituciones sociales tienen que desintegrarse;** los lazos de casta, credo y raza deben romperse; y grandes masas de personas incapaces de seguir el ritmo del progreso deberán ver frustradas sus expectativas de una vida cómoda. Muy pocas comunidades están dispuestas a pagar el precio del progreso económico (United Nations, 1951: I apud Escobar, 2007: 20 – grifo nosso).

Fica evidente que a proposta tinha como objetivo a completa reestruturação, erradicação e desintegração das sociedades “tradicionais”, “indígenas”, “quilombolas”, etc., em uma tentativa de deslegitimação da diversidade e subalternização desses povos – parafraseando Spivak<sup>2</sup>. Sem tais ajustes, de consequências funestas para os povos que não se encaixam no modelo, estaria comprometido o “progresso econômico”.

Embora o discurso oficial, de lógica evolucionista e unilinear, leve a supor que o “desenvolvimento” e o “progresso” seriam igualmente acessíveis a todos, na prática, os países subdesenvolvidos não poderiam ter os mesmo níveis de acumulação de riqueza que os países capitalistas centrais. Isso porque as atividades econômicas nos países subdesenvolvidos e/ou feitos subalternos são apoiadas, como um de seus principais eixos, na exportação de matéria-prima para abastecer o mercado mundial. Estavam criadas as condições para a reprodução capitalista. Bem como, segundo Escobar, para a “descoberta” da “pobreza” nos países do Terceiro Mundo (África, Ásia, América Latina), bem como para o investimento bélico dos EUA na conquista de novos territórios através do discurso de “erradicação da pobreza”.

Segundo Enrique Dussel, (1986) o “pobre”, o que está na *relação de dominação*, é o dominado, o instrumentalizado, o alienado; por nação “pobre” o autor entende:

---

<sup>2</sup> A ideia de subalternidade desenvolvida por Spivak, em **Pode o subalterno falar?** (2010), coloca em xeque a visão do Terceiro Mundo construída pelo discurso dos países capitalistas ocidentais, e destaca a importância não somente de romper com essa visão estereotipada, mas também de lutar pelo espaço em que os sujeitos negados por tal visão possam se articular e ser ouvidos.



aquela que sofre dominação (político-militar), hegemonia ideológica (cultural), exploração econômica (transferência de mais-valor); (...) o “pobre” (pauper), como anterioridade, como exterioridade é o que procede de uma **comunidade dissolvida**. Como um zapoteco de Oaxaca, no México. O próprio sistema **dominante destruiu seu modo de vida anterior**; expulsou-o do lugar onde estava seguro, com sua riqueza honesta, com sua família, parentes, nação, história, cultura, religião. Pauper ante festum (o miserável antes da festa idolatra o que vai digeri-lo antropofagicamente) (1986: 33-34; 141 – grifo nosso).

A formulação desses conceitos nos ajudará a compreender as condições crônicas em que ficaram aqueles grupos depois da passagem da *bola de neve* desenvolvimentista, fora de controle e que na medida em que engrossa vai dissolvendo comunidades e tentando destruí-las.

A proposta de desenvolvimento, elaborada por um grupo de especialistas reunidos pela Organização das Nações Unidas, para os países “subdesenvolvidos” sugeria ajustes dolorosos e que as *filosofias tradicionais deveriam ser erradicadas e as velhas instituições sociais teriam que se desintegrar*. Como diz Dussel, a categoria “pobre” converte-se, agora, em conceito organizador e em objeto de nova problematização. Os mesmos atores que provocaram a avalanche, que deram início à formação da *bola de neve*, são os que retornam pelo caminho destruído, oferecendo às “vítimas” ajuda financeira.

Escobar relata que, em novembro de 1949, uma missão econômica, organizada pelo Banco Internacional, para a Reconstrução e Desenvolvimento, visitou a Colômbia, a fim de formular um programa abrangente de desenvolvimento para o país. Foi a primeira missão deste tipo enviada pelo Banco para um país em desenvolvimento. A missão tinha 14 assessores internacionais nas seguintes áreas: comércio, transporte, indústria, energia e hidrocarbonetos, estradas, rios, serviços comunitários, agricultura, saúde, bancos, finanças, economia, contabilidade, ferrovias nacionais e refinarias de petróleo. Foi assim que a missão viu a sua tarefa:

Hemos interpretado nuestros términos de referencia como la necesidad de un programa integral e interior consistente (...) Las relaciones entre los diversos sectores de la economía colombiana son **muy complejas, y ha sido necesario un análisis exhaustivo de las mismas para desarrollar un marco consistente**. Esta, entonces, es la razón y justificación para un **programa global de desarrollo**. Los esfuerzos pequeños y esporádicos solo pueden causar un pequeño efecto en el marco general. Solo mediante un ataque generalizado a

través de toda la economía sobre la educación, la salud, la vivienda, la alimentación y la productividad puede romperse decisivamente el círculo vicioso de la pobreza, la ignorancia, la enfermedad y la baja productividad. Pero una vez que se haga el rompimiento, el proceso del desarrollo económico puede volverse autosostenido (...) Colombia cuenta con una oportunidad única en su larga historia. **Sus abundantes recursos naturales pueden ser tremendamente productivos mediante la aplicación de técnicas modernas y prácticas eficientes.** Su posición internacional favorable en cuanto a endeudamiento y comercio la capacita para obtener equipo y técnicas modernas del exterior. Se han establecido organizaciones internacionales y nacionales para ayudar técnica y financieramente a las áreas subdesarrolladas. **Todo lo que se necesita para iniciar un período de crecimiento rápido** y difundido es un esfuerzo decidido de parte de los mismos colombianos. Al hacer un esfuerzo tal, Colombia no solo lograría su propia **salvación** sino que al mismo tiempo daría un ejemplo inspirador a todas las demás áreas subdesarrolladas del mundo (International Bank, 1950: XV: I apud Escobar, 2007: 53-54).

Esta missão “salvacionista” se estenderia à America Latina, para submeter os abundantes recursos naturais às eficientes técnicas modernas. E sobre toda economia que fosse considerada complexa, isto é, autônoma e independente, o programa institucionalizaria o modelo desenvolvimentista único. O que tornaria a Colômbia um “exemplo inspirador” para o resto do mundo subdesenvolvido.

Na América Latina, a força mais importante que se opôs aos Estados Unidos foi o crescente nacionalismo. Desde a Grande Depressão, alguns países latino-americanos começaram a tentar construir suas economias com maior autonomia, promovendo a industrialização – proposta que embora tente romper com o lugar atribuído ao Terceiro Mundo de produção de matéria-prima, não coloca em questão o modelo capitalista como um todo.

Em 1948, um proeminente funcionário das Nações Unidas expressou a perspectiva de uma relação entre ciência, exploração de recursos naturais e desenvolvimento como algo inquestionável, dizendo: “Eu ainda acredito que o progresso humano depende do desenvolvimento e implementação no nível mais alto possível de pesquisa científica (...). O desenvolvimento de um país depende principalmente de um fator material: em primeiro lugar, o conhecimento, e, em seguida, a exploração de todos os recursos naturais” (Laugier apud Escobar, 2007: 72).

Quando falamos em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, não compartilhamos o discurso de competência de uns, aliado à incompetência de outros, como deixa a entender o funcionário das Nações Unidas. Acreditamos

em uma tentativa de encobrir com um véu de unidade os países periféricos, frequentemente pensados como um todo, como um grupo, como povo sem ciência ou tecnologia, vasta área subdesenvolvida, etc. Esta estrita e tradicional visão ideológica imposta à América Latina<sup>3</sup>, ao longo de mais de quinhentos anos de colonização, tende a nos fazer crer e aceitar a idéia de que este espaço se constitui como uma região obscura e que somos somente reflexos (desajustados) do outro.

Não se pretende preencher este trabalho com um rol exaustivo de dados históricos e datas acerca de como se deu o desenvolvimento capitalista após a Segunda Guerra Mundial. Essa breve retomada traz alguns aspectos dos interesses, por parte das “grandes nações”, pela economia latino-americana, e como essas visões econômicas vão ser incorporadas pelas nações em suas políticas públicas e projetos de desenvolvimento.

\* \* \*

*Trabalhando pra empresa. E lá então nunca mudemo, mas não foi que o meu pai nunca quis, nunca, nunca. É, ele sempre dizia “eu não vou, eu só faço serviço de empreitada, eu não vou, é morar em casa do Zattar lá, fazenda do Zattar, eu não vou”. Disse “porque eu toda a vida tive a minha luta, eu gosto de lidar com as minhas criação”. A gente tinha praticamente uma chacrinha lá. Que daí ele fazia, nós tudo fazia serviço de empreito assim, mas morar lá ele nunca quis ir. Na sede do Zattar. (entrevista realizada em 12/02/2010)<sup>4</sup>.*

De acordo com o breve revisitar da história, buscamos entender o impacto desse modelo de desenvolvimento econômico, e procuraremos por em evidência de que forma as elites locais do Paraná submeteram o Estado à condição de dependência frente aos pólos hegemônicos do sistema capitalista, colocando em condições de vulnerabilidade as comunidades tradicionais ditas “atrasadas”. Para isso, traremos elementos do texto de Renato Passos (s.d.) para ajudar em nossa análise. Inicialmente Passos, como já descrito no começo deste capítulo, faz uma demorada descrição de como era o passado e o início da Vila. Pretendemos abordar, nesse segundo subitem, como o autor, ao longo de seu livro, vai construindo visões dicotômicas em relação à natureza que,

---

<sup>3</sup> Bem como aos demais países do Terceiro Mundo – África, Ásia, Oceania – com a invisibilização de toda a diversidade na unidade construída a partir da noção de “pobreza”.

<sup>4</sup> Entrevista realizada por Lílina Porto e Dibe Ayoub, no contexto do projeto Memórias dos Povos do Campo no Paraná. Agradeço a ambas o acesso ao conteúdo desta entrevista e, a fim de manter o anonimato da entrevistada, opto por não citar seu nome.

em determinados momentos, é vista como *intocada* e idealmente *intocável*, em outras passagens é considerada como um *valor econômico potencial*, e como tal, deve ser explorada.

Em um primeiro momento, quando os homens empunharam seus machados para derrubar os pinheiros, que estavam no espaço onde seria erguida a Vila Pinhão, Passos analisa tal ação com muita tristeza. E vê com motivo de ufanismo o ato de alguns proprietários de resistirem ao forte apelo do dinheiro em não vender suas árvores, no passado o habitat dos papagaios. Acrescenta: “vivíamos num paraíso perdido onde todos eram felizes e não sabiam” (s.d.: 41). Já no segundo momento, quando aparecem os primeiros compradores e logo em seguida instalam-se as serrarias que trabalharam dia e noite para transformar os pinheiros em tábuas e vigotes, a atividade das empresas é saudada pelo autor como a *chegada do progresso*, nas palavras da população local. Para enfatizar tal perspectiva, assim descreve:

Os caminhões carregados com madeiras dominavam as estradas, rumo aos grandes centros e para exportação. Nas matas, as serras não paravam e os pinheiros iam caindo às centenas todos os dias. Não demorou muito e apareceram os depósitos de lascas de pinheiro e as fábricas de pasta mecânica, que passaram a comprar até os tenros pinheiros, para a fábrica de papel e celulose. **Quando os pinheiros foram escasseando, iniciaram os abates das imbuías, e quando estas começaram a desaparecer, partiram, para o corte de madeiras brancas. Qualquer árvore servia, desde que tivesse espessura que permitisse o corte nas serras** (s.d.: 20 – grifo nosso).

É de suma importância observar essa descrição, porque fica evidente a disparidade daquele primeiro sentido de natureza que deveria permanecer *intocada*, mas que, com a chegada das madeiras e as derrubadas sistemáticas dos pinheiros, passa a ser destruída sem que isto seja considerado profanação, e sim o impulsionar do “progresso” e do “desenvolvimento”. Nesse sentido Monteiro (2008) reforçará essa visão:

Os carroções atravessaram o mato, sacolejando, e amassaram barro. Na década de 20, eles talhavam o principal veio de escoamento de madeira no estado, o trecho entre Guarapuava e Ponta Grossa. Os carroceiros carregavam mais de cento e cinquenta arrobas, atrelando até oito animais. Antes mesmo da inauguração da estrada de ferro ligando Curitiba a Paranaguá, em 1885, as caravanas carregadas desciam a serra, atravancando a Estrada da Graciosa (...) Os carroções marcaram não só o chão, mas um período de riqueza econômica

produzido pela madeira que eles carregavam, rangendo, direto das matas para os portos de Paranaguá e Antonina e, logo adiante, para São Francisco do Sul (SC). Esta história, porém, remonta aos tempos em que o Paraná tinha um **chumaço verde**, originalmente coberto de matas, com 176.737 quilômetros quadrados. Desses, 100.457 km eram um mar de pinho, araucária e imbuia. De 1931 a 1950, desapareceram quase cinquenta mil km de mata no Paraná (2008: 80).

Sem pretender discutir em pormenor a questão, intentamos somente sugerir que tanto Passos como Monteiro não divergem ao se referirem a um passado do estado tomado por matas. Passos aludiu ao matagal de pinheiros como **oceano verde**, já Monteiro como **chumaço verde**. No entanto, tal contexto ambiental passa a ser relevante na medida em que serve de base para o desenvolvimento, que se transforma em *valor econômico*. Parece contraditório, no caso de Monteiro, que se propõe a realizar a biografia de um grande “herói” (assim denominado por Domingos Pellegrini ao prefaciar o livro), que o eixo de sua obra biográfica **Madeira de Lei** seja um homem que tem como característica marcante exatamente a pilhagem das *madeiras de lei* – contribuindo para o “desaparecimento” indicado pelo autor de centenas de milhares de quilômetros de matas no estado.

Para reforçar a análise de que a natureza é percebida como *valor econômico*, Celso Furtado (1972) desencanta o “mito do desenvolvimento”, ao discutir como a implementação das políticas de desenvolvimento nos países “atrasados”, tendo como fio condutor a ideia de “progresso” (algo tanto positivo quanto inevitável), torna lugar-comum duas noções: desenvolvimento e crescimento econômico. É por isso que, sob novas roupagens, se constrói o “mito do desenvolvimento” que se repete indefinidamente. Como observa Marilena Chauí (2000):

A “identidade nacional” pressupõe a relação com o diferente. No caso brasileiro, o diferente ou o outro, com relação ao qual a identidade é definida, são os países capitalistas desenvolvidos, tomados como se fossem uma unidade e uma totalidade completamente realizadas. É pela imagem do desenvolvimento completo do outro que a nossa “identidade”, definida como subdesenvolvida, sugere lacunar e feita de faltas e privações. A primeira opera com o pleno ou completo, enquanto a segunda opera com a falta, a privação, o desvio (2000: 27).

Passos, ao descrever um episódio ocorrido no ano de 1948, quando da visita em Pinhão do governador de São Paulo, Ademar de Barros, explicita mais uma vez a ambiguidade com relação à perspectiva das relações ideais entre homem

e natureza. No capítulo denominado “Guerra aos pássaros”, o autor novamente relembra a cidade em formação, onde as florestas eram abundantes e virgens, os campos floridos, sem nenhuma agressão de máquinas e arados, os arroios límpidos, na primavera milhares de borboletas com cores diversas, presença de animais silvestre pastando embaixo dos pinheiros, pássaros de todas as espécies, isso porque, entre outros, a população não possuía o costume de caçar. Segundo Passos, a motivação da visita do governador não teria sido conhecer o local e seus moradores, mas usufruir através da caça das perdizes e codornas. Essas, quando abatidas, eram conservadas em vidros, para servir “de iguarias nos banquetes da fina flor da sociedade paulista” (s.d.: 42). Conta que a comitiva permaneceu aproximadamente quinze dias, tendo abatido seis mil pássaros, e que o feito mereceu “destaque” nos jornais da época. Além do mais, a estrada desde Guarapuava até o acampamento dos caçadores foi ampliada. Lembrando que Pinhão, nesta época, aparecia como distrito do município de Guarapuava e somente emancipa-se em 18 de fevereiro de 1964. Como relata o autor, quando os transeuntes passavam pela estrada ouviam o pipocar de tiros de espingardas por todos os lados e as perdizes e codornas iam sendo dizimadas pela “ilustre comitiva”. Posteriormente, as armas estariam sendo empunhadas, não mais em direção às já extintas perdizes e codornas, mas a todos aqueles que impedissem a rápida “industrialização” e “modernização” do município.

Nesse episódio conhecido como “Guerra aos pássaros” o autor aciona novamente o primeiro sentido de natureza, e a descreve como se nela houvesse um “vazio” que para Laura Antunes Maciel (1997), significa a ausência de brancos colonizadores. Os índios faziam parte da paisagem local, assim como os animais e as árvores. Segundo Maciel, esse “vazio” pode ser definido como:

(...) a ausência de uma população disciplinada, habituada ao trabalho ordenado e regular, com moradia fixa, capaz de tomar em suas mãos a defesa do território contra os interesses dos países vizinhos. A própria estabilidade das fronteiras nacionais seria mais facilmente conseguida caso naquelas regiões predominassem a agricultura e a criação de gado (1997: 127).

A própria idéia de “vazio” foi mudando e se reconstruindo ao longo do tempo. Uns acreditavam que este vazio era realmente a inexistência de qualquer tipo de povoamento; outros consideravam não relevante que essas terras já fossem ocupadas por índios, faxinalenses, bairros negros, posseiros etc.

Dentro dessa visão dualista, que hora nos ocupamos, o autor vem oscilando entre uma natureza *intocada*, com espaços exuberantes, florestas virgens, ausência da agressão humana que acarretará na extinção da fauna e da flora, e

uma visão de natureza como tendo um *valor econômico*, adotando uma lógica utilitarista que legitima sua destruição. Ao sintetizar a segunda perspectiva, Milton Santos (2001) afirma que: “considera que tudo na Natureza é recurso, embora ela apareça como natural apenas de forma isolada, todavia faz sobressair o caráter social da Natureza”. Esta perspectiva, por sua vez, viabiliza a prática de atividade econômica depredatória: o esgotamento do ecossistema não é visto como destruição e dilapidação; ao contrário, os impactos da destruição são encobertos através do discurso de geração de empregos e renda, remetendo a seu *caráter social*. Nesse sentido, Passos justifica a presença das madeiras alegando:

que essas trazem oferta de empregos diretos e indiretos e ainda melhorias nas estradas, porque a própria empresa adquiriu maquinário pesado, motoniveladoras e tratores para a abertura de novas estradas e a conservação das já existentes, das quais necessitava para o transporte de toras e madeira serrada (...). Com o advento das indústrias o desenvolvimento econômico chegou ao Pinhão e em consequência o fim do desemprego e aumento da arrecadação de impostos (s.d.: 60).

No capítulo intitulado “A Industrialização”, o autor abandona a ideia de uma natureza *intocável* ao exaltar a chegada da madeira Zattar, que transformará o “oceano verde”, o “chumaço verde” em *valor econômico*. Ao abordar o período do pós-guerra no povoado, aquele que antecede a atividade das madeiras, afirma:

**O comércio sofreu profunda retração, de maneira que os produtos primários daqui, restritos apenas aquilo que era produzido nas roças de queimadas, não tinham compradores e a escassez de dinheiros era uma constante.** Os fazendeiros só conseguiam algum dinheiro quando vendiam uma vaca velha para o açougue do Antenor Gomes, o qual de vez em quando abatia uma rês, sempre vaca velha de descarte, que não mais procriava. Com a falta de poder aquisitivo do povo, pouca carne era vendida, então era comum se ver no varal, as mantas de charque secando ao sol por dias seguidos. A única vantagem de tudo isso eram os preços baixos dos gêneros alimentícios produzidos aqui mesmo (s.d.: 59 – grifo nosso).

Para Passos, foi nesse período que se iniciaram as compras de pinheiros em pé e surgiu a esperança da instalação das prometidas serrarias, que “trariam o tão sonhado progresso financeiro para Pinhão” (s.d.: 59). O que levaria

a crer que as serrarias tirariam a cidade dessa penúria. Com as vendas dos pinheiros, houve uma injeção de dinheiro no comércio e aquecimento nas atividades comerciais. Ao criar e recriar, incessantemente, como saída, a capacidade de consumo, esta se impõe como um dado importante para superar situações consideradas indesejadas. Com isso, nos parece que o ataque voraz das madeireiras em direção aos intocáveis pinheiros seria o remédio sugerido – avaliado por Passos como muito eficaz.

Isso porque, segundo Cancián (1974), o objetivo das empresas madeireiras, além da produção, comercialização e preços da madeira era a ocupação das terras:

No que diz respeito aos aspectos gerais da produção, a economia madeireira no Norte do Paraná esteve ligada ao fenômeno da **ocupação das terras**. À medida que a madeira foi sendo esgotada em uma localidade, iniciou-se a exploração em outra. A exploração madeireira só foi significativa enquanto se completava esta ocupação, o que, aliás, se fez de forma muito rápida. A instalação de serrarias observou facilidades de transportes, localizando-se em grande número nos centros maiores ou próximos destes. A presença das serrarias pode de modo aproximado, dar a medida da intensidade da exploração madeireira em uma localidade ou região, que se fez em estágios de duração limitada, deslocando-se ao se iniciar o esgotamento das matas, em busca de novas fontes. Pode dizer-se que a serraria é pioneira na abertura de regiões, aproveitando-se das madeiras liberadas pela **ocupação agrícola das terras**. Nota-se movimento de deslocamento das serrarias à medida que a colonização ou as novas **frentes pioneiras penetram mais para o interior** (1974: 05 – grifo nosso).

Portanto, a devastação das matas do território paranaense ocorreu devido ao avanço da “frente pioneira”, cujo objetivo era a ocupação das terras, pela migração de riograndenses e catarinenses nas regiões Sul e Centro-Oeste, ou pelo avanço dos cafeicultores paulistas no Norte. Em ambas as regiões, já ocupadas por povos indígenas e caboclos, estes grupos, embora também exercessem impactos sobre o meio ambiente, não o faziam da forma devastadora dos atores da frente pioneira. Por isso, ao lermos tanto o livro **O Pinhão que eu conheci** quanto **Madeira de Lei**, é possível perceber como os autores, ao descreverem a derrubada das matas, analisam tais ações como a mudança das feições do estado, em sua marcha rumo ao “progresso”. Tais ações não são vistas como *destruição*.



A madeireira João José Zattar S/A, segundo Passos, adquiriu mais de 43 mil alqueires de terras no território pinhãoense. Montou, também, uma estrutura com construção de centenas de casas para a moradia de seus empregados, com praça de esportes, escolas, igrejas, armazéns, onde os funcionários podiam adquirir de tudo e a preços reduzidos, clube recreativo, ônibus para o transporte dos estudantes, filhos de seus empregados. O autor afirma que a empresa funcionou aproximadamente quarenta anos, “tempo em que o Pinhão viveu sem crises ou comércio enfraquecido” (s.d.: 61). Esse discurso de que a chegada do desenvolvimento traria o fim do desemprego e melhorias na infraestrutura local parecem bastante convincentes – principalmente quando consideramos a perspectiva evolucionista e unilinear de desenvolvimento abordada no início do texto. No entanto, esses processos produziram, ao mesmo tempo, um novo tipo de exclusão social, formado por grupos sociais considerados desnecessários economicamente, incômodos politicamente e perigosos.

Com a preocupação em examinar não a pobreza, mas o *problema da pobreza* como uma preocupação no Brasil, Márcia Sprandel (2004), em seu livro **A pobreza no paraíso tropical**, faz uma longa e profunda análise acerca das representações feitas pela sociedade nacional brasileira sobre o indivíduo pobre. Sprandel chama a atenção para o fato de que foi no pós-guerra que a “pobreza teria sido percebida como um atributo do mundo rural e os pobres simbolizados na literatura por personagens como Jeca Tatu, consagrado no cinema pelo ator Mazzaropi” (2004: 130). Fica evidente que, ao se iniciar a expansão do capitalismo, retoma-se simultaneamente o discurso da *pobreza* e do *vazio demográfico* – ou seja, de maneira paradoxal, as áreas em que o capitalismo não está consolidado são ao mesmo tempo “vazias” e sua população deve ser salva da condição de atraso em que se encontra. A partir da nova imagem, se coloca a necessidade de implementar investimentos no sentido de mitigar as consequências da situação de carência absoluta e garantir a possibilidade de desenvolvimento econômico regional. Para isso, a natureza é vista como alavanca do desenvolvimento, e os moradores que nela habitam se tornam empecilhos para o controle sobre o território por eles ocupado através do avanço das madeireiras, necessário à implantação do sistema econômico e do Estado moderno.

Nesse sentido, Fressato (2008) analisa o caipira representado por Mazzaropi, característico do interior do estado de São Paulo, diferente do almejado pela ideologia desenvolvimentista. Sujeito que se utiliza de práticas conservadoras para enfrentar as adversidades. A autora observa que nos anos de 1950 a 1970, a imprensa foi amplamente utilizada para a divulgação e propagação das ideias desenvolvimentistas. Reportagens e manchetes associavam trabalho, cidade, modernidade, industrialização e progresso. A necessidade de

desenvolvimento atingia a todos: os que comandavam a expansão (o Estado e a classe empresarial), os que cooperavam com ela (a população em geral) e os que seriam por ela incorporados (a população desempregada e marginalizada). Para a autora, a ideologia desenvolvimentista também encobriu os conflitos e a dominação, mascarando informações, e legitimando, com isso, aspirações apenas de alguns grupos da sociedade (cf. Fressato, 2008: 05).

Alia-se ao processo considerado por Fressato a construção da imagem do homem do campo como uma praga nacional, inadaptável à civilização, símbolo do atraso econômico, político e mental: assim era Jeca Tatu, um retrato do homem do interior. Personagem criado por Monteiro Lobato (1882-1948), Jeca representava os atributos negativos dos brasileiros. A imagem do caipira como o “piolho da terra”, figura do homem do campo atrasado, faz parte do discurso que a elite liberal republicana – defensora de um Brasil composto de cidadãos brancos europeus – usa para deslegitimar determinados setores das classes populares.

É inserido nesse contexto que a Indústria João José Zattar S/A, ao instalar-se no Bom Retiro e construir a Zattarlândia, torna-se o símbolo do “progresso”. Segundo Monteiro (2008), não se pode precisar quando se dá a chegada da Zattar em Pinhão, seria mais ou menos em 1943. Monteiro conta que, nos anos 40, na Vila Nova do Pinhão, João José Zattar comprou “nacos de terra com pinheiros em pé, para plantar o **progresso vindo do cheiro da madeira**, que espalhou o crescimento na região e continuou atravessando décadas (...) depois de cinco anos abrindo estradas e enfrentando a **carranca** dos locais” (2008: 38 – grifos nossos). A serraria São José é inaugurada em 1949, na localidade de Boi Carreiro, passando a ser conhecida por Zattarlândia. Logo em seguida Zattar comprou 150 alqueires para a instalação da outra serraria, que veio a chamar-se Santa Terezinha – situada a cerca de 15km da Vila. Na descrição de Monteiro em relação às instalações das serrarias da empresa Zattar fica evidente que naquela região não havia um *vazio demográfico*, como ao longo da história desse estado se fazer crer, e que as *carrancas dos locais* mostram a resistência e defesa contra o ataque voraz das serrarias em direção a suas terras.

Em entrevista realizada por Líliliana Porto e Dibe Ayoub, em fevereiro de 2010 com atual moradora da sede municipal de em torno de cinquenta anos, a entrevistada relata ter nascido e passado sua infância, juntamente com seus pais, na região do Bom Retiro/Zattarlândia. As descrições que faz do povoado apontam o encanto que as possibilidades de moradia, consumo e lazer que representava possuíam sobre a população local. No entanto, como fica claro no trecho citado na epígrafe deste item, seu pai recusou-se a mudar para a Zattarlândia, optando pela permanência em sua própria terra. Gostaríamos de chamar a atenção, assim, para o fato de que esse modelo desenvolvimentista

tem um poder de sedução, também percebido em Passos, mas esta não é total. Há resistências de vários tipos: individual, familiar ou por meio de sindicatos, associação e cooperativas. Como veremos na última parte desse capítulo

Segundo a entrevistada, as casas lá dentro eram chamadas de *ranchão*. Ela conta que seu pai comprou um lote de terra próximo ao Bom Retiro, tirando e cortando madeira para a Zattar a machado, lenha por metro, foi assim que pagou o terreno. E para a construção da casa, ele teria derrubado um pinheiro que tinha no interior do terreno, desdobraram tudo com um ferro que tirava tabuinha e construíram uma casa. Pode-se ver, portanto, que o emprego na madeireira será utilizado como possibilidade de acesso a terra. Mesmo vivendo na cidade, atualmente, a família não vendeu a terra.

O trabalho do pai não era exclusivamente para a produção autônoma ou para terceiros. Segundo a narrativa, ele oscilava entre o trabalho para fazendeiros da região e a Zattar, e o investimento na produção própria (mesmo que em área arrendada). Assim, na época do plantio, da colheita, retornava para seu roçado. E quando passava a temporada, trabalhava para o Zattar tirando erva-mate, cortando pasto, fazendo cerca. Segundo ela, seu pai nunca foi registrado na firma, o que lhe permitia trabalhar uma temporada em Santa Catarina, e ao retornar tinha a possibilidade de lidar com sua roça ou fazer mais empreitada na firma Zattar. O não registro é lido como liberdade, não como carência de direitos.

Ela narra sistemas de controle exercidos pela empresa sobre aqueles que residiam ou frequentavam a Zattarlândia. Explica que vizinhos que não se identificavam com o candidato de preferência da empresa (e/ou caso o candidato perdesse) passavam a não comprar nem vender no interior da Zattarlândia. Algo com impacto significativo, pois era esta a principal fonte de renda para aqueles que viviam fora do quadro da Zattar. Por outro lado, ela fala que trabalhava na lavoura, isto é, na terra, na força pura, segundo ela expressão utilizada pelos antigos. No entanto, a família nunca teve terreno de cultura, sempre plantaram em terrenos alheios.

Ao se referir aos que trabalhavam nas empreitadas, ressalta que esses não eram fichados, isto é, não tinham carteira assinada. Sua remuneração se dava de acordo com o desempenho nas tarefas assumidas. Já os que trabalhavam internamente recebiam o salário não somente na moeda nacional da época, mas em uma moeda utilizada pela empresa, o boró. Como descreve Monteiro:

Trabalhavam por duzentos e cinquenta réis a hora, que mais tarde, bem mais tarde, virariam boró, o dinheiro que circulava nas vendas, armazém, farmácia etc. de Zattarlândia. O **boró**, uma ideia de João José Zattar, considerada avançada para a época, tinha o mesmo valor de compra, de um por um, da moeda então vigente, o cruzeiro. Os

comerciantes, depois, trocavam na empresa os borós, com cores e valores diferentes, por dinheiro. “Ao invés de pagá-los com dinheiro, dávamos o boró. Eles iam no armazém, compravam e o boró voltava pro escritório. Era melhor assim: um tanto em boró e o outro em dinheiro”, diz Zuzo (2008: 47 – grifo nosso).

Segundo a entrevistada, os empregados recebiam na quinzena em boró e o dinheiro só no dia do pagamento. Quando as pessoas de fora vendiam verdura, galinha, ovos ou outros produtos agropecuários para os trabalhadores da Zattarlândia, recebiam desses funcionários em boró.

Em seu relato, ela descreve que no interior da Zattarlândia existia um armazém, era o mesmo que mercado, tudo o que se pedisse tinha e se não tinha no momento o comerciante dizia “não tem hoje, mas amanhã venha tal hora que já tá aqui”. Um comércio mais variado e ágil que o de Pinhão. Vendiam de tudo: alimentação, arroz, feijão, macarrão e também cama e mesa e banho, se precisasse de móveis tinha que encomendar. Com esse esquema, ela conta, ninguém saía de lá para comprar na cidade de Pinhão. Quando não tinha no armazém, teria que ir até Guarapuava. E ao chegar às lojas os funcionários perguntavam – “Mora onde?”. Se era trabalhador do Zattar podia levar a loja inteira. Já os faxinalenses, posseiros e os pequenos proprietários só podiam fazer compras no armazém da firma no meio da semana, e se deixassem para comprar nas “bodegas, ou nos bares” era muito mais caro em relação ao armazém do Zattar. O sábado era o dia para atender os que trabalhavam para a firma derrubando mata. Nesse contexto, percebe-se que a narradora identifica vantagens no vínculo empregatício com a madeireira, tanto em termos econômicos e de acesso ao consumo, quanto em termos de prestígio social.

Outro aspecto importante diz respeito ao acesso à Zattarlândia. Segundo ela, os portões “tampavam a estrada”. Só entrava nas áreas controladas pela empresa, em caso de não funcionários, quem apresentasse motivos convincentes para tanto. Em determinado ponto que dava acesso à Zattarlândia só circulavam livremente carros da empresa e os que moravam lá dentro, os demais tinham que se justificar frente aos *guardas* da madeireira que vigiavam os portões.

Ao ser perguntada sobre seu desejo, quando mais nova, de morar na Zattarlândia, ela dá uma resposta positiva, mas diz que era ilusão de criança. Para a entrevistada, as casas eram as melhores da redondeza, a maioria que morava fora das vilas da empresa não tinha condições de construir uma casa boa. Conta ainda que em dias de festas ou quando ia visitar um amigo dentro da Zattarlândia, via as pessoas morando naquelas casas “mais melhor e mais bonita”, e os encantos da vida no local seduziam seus olhos. Ela descreve que esse foi um dos motivos que fez aumentar a quantidade de famílias que optavam pela moradia nas vilas: eles ofereciam casas melhores para as pessoas, e essas

iam vendendo criação, vaca de leite, as próprias terras para viver “melhor” nos povoados da Zattar. Acrescente-se que, além disso, a estrutura e tamanho das casas se relacionavam às classificações hierárquicas das funções no interior da empresa. Por exemplo, no caso de marcador, motorista, jagunço e funcionários da administração, as casas tinham luz elétrica, água, “tinha tudo”. E quando era descascador de tora, porque trabalhava no mato, ia morar nos ranchos com três peças (dois quartos e a cozinha), não tinha água (era da mina), e a luz era vela.

Logo que a empresa começou a dar sinais de falência, a entrevistada aponta que alguns foram bem espertos e saíram do local. No entender dela, esses enxergaram mais longe, lá na frente. Quando a firma entrou em colapso, muita gente que trabalhava na Zattarlândia a abandonou, tendo uma parte desses trabalhadores se deslocado para a região metropolitana de Curitiba. Atualmente, o número de famílias que ainda vive na Zattarlândia é muito reduzido, e o povoado foi praticamente desmontado, restando poucas casas ainda de pé.

O contexto acima descrito aponta a complexidade das relações dos trabalhadores da madeireira com a empresa – em que esta representa, simultaneamente, melhores condições de moradia e acesso a recursos e bens de consumo, e a subordinação a um sistema opressor que controlava, inclusive, as escolhas políticas e os movimentos dos moradores dos povoados, principalmente da Zattarlândia. Retomamos a epígrafe deste subitem, em que o pai da entrevistada dizia “eu não vou, eu só faço serviço de empreitada, eu não vou é morar em casa e nem fazenda de Zattar”. Ter uma chacinha e poder dizer eu só trabalho de empreitada, isso lhe dá possibilidade de gozar de algumas das vantagens que o trabalho na empresa trazia sem perder, de forma definitiva, sua autonomia.

É interessante observar que esta interpretação não é específica deste sujeito. Eliane Cantarino O’Dwyer (2008) analisa, nas décadas de 1950 e 1960 no Estado do Rio de Janeiro, o contexto de trabalhadores residentes em grandes propriedades que foram submetidos a um processo de expulsão da terra e expropriação de suas condições de trabalho e manutenção, em decorrência da introdução de lavouras mercantis e da modificação no cultivo para subsistência dos chamados *colonos e/ou moradores*. Nesse caso, O’Dwyer observa que os grandes proprietários deixaram de proporcionar áreas de cultivo a seus *moradores*, passando a expulsar de forma sistemática os que resistiam às novas imposições para a realização de serviços diários nas plantações da fazenda. Desse modo, o assalariamento da mão-de-obra agrícola pressupunha novas formas de imobilização da força de trabalho.

Para a autora, o desmantelamento dessa forma de organização camponesa foi sucedido pelo reconhecimento de uma organização sindical para o campo. A partir dos anos 1950, os *patrões* começaram a modificar as condições de

trabalho. Nas condições anteriormente vigentes, em que os patrões davam terra para plantio, os trabalhadores se autotransformavam: os que tinham seus sítios fora das grandes propriedades se distinguiam daqueles cujos sítios se encontravam em seus limites. Contudo, a diferenciação principal entre os trabalhadores passou a ser representada pela contradição entre o *empregado* e o trabalhador *jornal* (2008: 235). Segundo O'Dwyer, mesmo o sem terra para plantar, o *jornal*<sup>5</sup> pode dispor de mão-de-obra familiar segundo sua própria determinação, ao contrário do *empregado*, submetido às ordens do *patrão* e estendendo tal subordinação a toda a esfera doméstica. A diferença entre os dois é assim descrita pela autora:

De acordo com a representação dos próprios agentes sociais, é que o *jornal conserva a autonomia* do trabalho familiar, a liberdade de realizar o cálculo da utilização do trabalho dos membros da família e de traçar as estratégias de reprodução de suas condições de trabalho e manutenção da forma que melhor lhe convier. Já o *empregado* é dependente das ordens do *patrão*, tendo que levar sempre em conta, em seu cálculo de utilização do trabalho familiar, a obrigação de prestar serviços ao proprietário da terra (2008: 236 – grifo nosso).

Similarmente, o trabalhador *jornal* se aproxima da realidade descrita pelo pai da entrevistada, quando esse possuía sua terrinha e prestava serviço para a Zattar em períodos de trabalho menos intenso na lavoura. Isto é, não estava totalmente dependente, possuía seu espaço de autonomia, plantava em terras controladas por ele (mesmo que arrendadas) e tinha a possibilidade de vender parte de sua produção e estabelecer seus preços, ao contrário dos demais que estavam em situação de vulnerabilidade. Mesmo submetendo-se ao trabalho na empresa, o pai da entrevistada mantinha uma margem de autonomia. Ao contrário do trabalhador livre de que fala Marx, que se caracteriza por ser despossuído dos meios de produção, livre para vender sua mão-de-obra. Era o caso dos que moravam na Zattarlândia: esses tinham casa, trabalho, alimentação, acesso a bens de consumo; no entanto, pagavam tais benefícios com sua subordinação, desfrutavam de uma liberdade restrita.

O que chama a atenção é que, como vimos, existia um macro projeto desenvolvimentista cujo objetivo era combater e “modernizar” toda forma de conhecimento tradicional, porque o país estaria abandonando a vida rural para ingressar na criação dos grandes centros econômicos. Segundo este discurso, o êxodo rural era uma realidade inquestionável, e indiscutível o caminho no

<sup>5</sup> Segundo a autora, a “casa própria” do *jornal* tanto pode ser tanto um imóvel de sua propriedade como uma casa alugada – pois o aspecto mais relevante da definição é não ser ela propriedade do *patrão*.

sentido de abandonar as formas de vida tradicionais para se inserir em uma lógica capitalista de mercado e produção.

Experiências como a citada na epígrafe mostram que princípios não capitalistas operam ao mesmo tempo em uma economia de mercado: o pai da entrevistada entrava na Zattarlândia, tanto para trabalhar na empresa como para vender seus produtos para os trabalhadores da firma, recebia em boró, submetia-se às regras de controle que lhe permitiam ter acesso aos funcionários da empresa, sabia quais os dias para poder realizar suas compras no armazém do Zattar, etc. Mas quando a empresa – que prometia resolver o problema de escassez de dinheiro rolando a *bola de neve* do progresso, na tentativa de dissolver ou eliminar carrancas que a população local dirigia a ela e trazer o tão desejado “desenvolvimento econômico e justiça social” para os que se encontravam em *trincheiras marginais* – entra em colapso, os que possuem suas terras, como espaços de autonomia, podem responder a esse contexto sem ficarem sujeitos ao desamparo. Mas os que se deixaram seduzir pelos apelos da madeireira, foram morar em casas novas e amplas, consumir em armazéns bem providos, participar de festas e eventos sociais promovidos pela empresa, e para isso venderam suas terrinhas, ou os que as perderam pela ação dos jagunços (a mando da Zattar), precisaram migrar para a cidade ou grandes centros, e assalariar-se na tentativa de obter dinheiro para alugar uma casa, comprar roupas, remédios, contrair crédito, etc. Tornaram-se os “homens livres” de que fala Marx.

\* \* \*

*Várias vezes ouvi isso das pessoas dizerem: – “se não fossem os campos aqui, a gente passava fome”. Na verdade é o contrário, porque o produtor produz alimento. Ele não está nos campos, porque os campos aqui produzem soja, milho que vai virar ração para as grandes empresas e até dos americanos. Essa produção é exportada, não fica nada no município, e quem produz o alimento que sustenta aqui o município são os pequenos agricultores e alguns faxinais que estão em áreas de culturas. E aí que está os produtores de alimentos. Era um mito de quem sustentava o Pinhão na parte de produção eram os campos. E não é. O grande potencial está nas áreas de faxinais, é onde está o pequeno produtor. (entrevista realizada 24/10/2012 – João Wilson – Presidente da CooperAFATRUP).*

Foi através da organização em sindicatos e associações que os camponeses, faxinalenses, denominados “atrasados”, conseguiram minimizar o impacto da

passagem da *bola de neve* desenvolvimentista – que tem por objetivo aplainar todo e qualquer espaço que ofereça autonomia, independência e solidariedade aos membros dos grupos sociais que se organizam de maneiras não hegemônicas. Em um primeiro momento, com a organização da AFATRUP – Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão – e do movimento dos posseiros. Posteriormente, com a aliança com o MST, MPA e o desenvolvimento da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses<sup>6</sup>. E, como último movimento, com a criação da CooperAFATRUP. É com esse intuito que abordaremos esse último subitem, analisando como a resistência ao modelo desenvolvimentista esteve/ está presente desde o início da expansão capitalista nas regiões das matas de Pinhão, aqui materializada na madeireira Zattar. Para tanto, estabeleceremos um diálogo com Boaventura de Sousa Santos (2012), ao analisar como cooperativas de trabalhadores podem ser exemplo dessa resistência.

De acordo com este autor, as cooperativas modernas são tão antigas quanto o capitalismo industrial. De fato, as primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, como reação à pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial. Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo — as cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, e cujo objetivo inicial foi a oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores (2012: 33). Santos analisa que as primeiras cooperativas de trabalhadores foram fundadas na França, por volta de 1823, por operários que, depois de organizarem uma série de protestos contra as condições de trabalho desumanas nas fábricas em que trabalhavam, decidiram fundar e administrar coletivamente suas próprias fábricas. Segundo ele, estas primeiras experiências de cooperativas surgiram da influência das teorias pioneiras do associativismo contemporâneo. Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade.

Em entrevista realizada com João Wilson, presidente da Cooperativa Mista de Produção Agropecuária e Extrativista das Famílias Trabalhadoras Rurais de Pinhão – CooperAFATRUP (que atualmente conta com mais de 100 cooperados) – este descreve como, a partir de uma conversa com os posseiros, acampados e faxinalenses, surgiu a necessidade de uma entidade que trabalhasse a organização da produção e buscasse comércio para melhorar a renda dos produtores. Ele afirma que a dificuldade de permanecer no campo é cada vez

---

<sup>6</sup> Todos esses movimentos tinham e têm como foco a luta pela terra e a garantia de autonomia na organização do território.



mais evidente, e que as famílias estão deixando a terra porque não conseguem viabilizar-se nas propriedades. Segundo João Wilson, a cooperativa surge dessa necessidade de melhorar a comercialização e a renda. Historicamente a própria associação AFATRUP sempre participou da resistência na luta pela permanência na terra e chegou um momento em que, para permanecer na terra, os produtores precisam ter renda, ter condições de crescer em cima da terra e dela retirarem o sustento de seus filhos. E, assim, evitar a intensa migração de população regional que se observa na atualidade.

Com a nova configuração histórica, a associação já não conseguia dar suporte a esse novo momento da luta pela possibilidade de ter acesso a terra e viver nela. Surge, então, a ideia da cooperativa para trabalhar o suporte à produção e, principalmente, os caminhos de comercialização. Esse é o papel mais importante da CooperAFATRUP, ser uma ferramenta que proporcione aos produtores caminhos para que possam vender parte de sua produção ao mercado institucional, através de projetos como, por exemplo, venda de merenda escolar pelo PENAE – Programa Nacional de Aquisição de Alimentação Escolar. Nesses programas, alguns caminhos para cumprir e alcançar os objetivos foram traçados. Ele conta que a cooperativa não se restringe a isso, ela busca outros mercados convencionais, outras regiões e não exatamente apenas os mercados institucionais, mas nesse momento o mercado mais forte para a cooperativa é a comercialização para o Estado através da SEED, o fornecimento de merenda escolar tanto para o município de Pinhão quanto de Guarapuava<sup>7</sup>.

De acordo com João Wilson, o PENAE foi resultado da ação das entidades ligadas à agricultura familiar, sindicatos, cooperativas e associações que durante muito tempo vêm lutando para que haja uma garantia, por parte da legislação, de que 30% do que for consumido na alimentação escolar seja comprado da agricultura familiar. E diz mais:

Porque ao mesmo tempo em que você fornece alimento de qualidade saudável para que essas crianças se desenvolvam e possam crescer com menos doenças, enfim, por outro lado você está viabilizando outras famílias que até então não tinham outra renda a não ser, às vezes, bico como se diz por aí, com fazendeiros... mas muito, muito pouco para dar uma qualidade de vida e condições de permanecer na terra. E que agora em um pequeno espaço de terra, ele consegue produzir, entregar para a cooperativa que repassa para as escolas, e ele tem uma renda que lhe garante o sustento de sua família. (Entrevista realizada em 24/08/13).

---

<sup>7</sup> Em 2013, a venda para as escolas de Guarapuava foi perdida para uma associação do outro município, o que está exigindo da CooperAFATRUP uma reestruturação de suas atividades.

O entrevistado diz que em 2010 foi assinado esse contrato com uma proposta de 51 mil reais e foi cumprido na íntegra, e que em 2011, aumentou para 523 mil reais, e o projeto de 2012 foi para 1 milhão e meio de reais<sup>8</sup>. Parece que ninguém enxergava essa produção toda. Relata que, no momento da fundação da cooperativa, diziam “isso é loucura, aqui no Pinhão? Isso não existe”. E agora as pessoas estão à procura para associar-se. Começaram com 25 associados e atualmente contam com mais de 100, e a cada dia chegam mais pessoas querendo fazer parte da cooperativa. Pessoas que querem produzir e a veem como um caminho seguro. A produção, por sua vez, que foi destinada para a merenda escolar e outros mercados como o CEASA, ultrapassou mais de 40 toneladas com produtos tais como: hortaliças, repolho, brócolis, feijão, farinha de biju, fubá e canjiquinha. Explica que a dinâmica da cooperativa é pegar a matéria prima do produtor e entregar para as escolas.

Santos (2012), nesse sentido, diz que uma das características essenciais das cooperativas de trabalhadores é que estes são proprietários. A difusão das cooperativas teria, assim, um efeito igualitário direto sobre as distribuições da propriedade na economia, estimulando o crescimento econômico e diminuindo os níveis de desigualdade. Segue:

O cooperativismo considera que o mercado promove um dos seus valores centrais, a **autonomia das iniciativas coletivas** e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados. Face à comprovada inviabilidade e indesejabilidade das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado (2012: 36 – grifo nosso).

Mas a organização através de uma cooperativa, administrada por um jovem nascido no local e com uma experiência sólida na luta pela terra através do movimento dos posseiros, faz com que esta possa ter uma importância também na manutenção de práticas de produção tradicionais. Assim, por exemplo, quando indagado a respeito da variedade de sementes de milho crioulo mantidas historicamente na região, de geração em geração, João Wilson afirma que antes da criação da cooperativa foram realizadas algumas lutas pela valorização dessas sementes crioulas. Ele lembra que a Secretaria da Agricultura do município, em 2007, estava fechando um convênio com a

---

<sup>8</sup> Infelizmente, apenas uma pequena parte dele aprovado – devido à entrada no processo da associação de Guarapuava.

Syngenta para o fornecimento de sementes para os produtores. Mas o processo foi barrado pelo movimento social local. Diz:

Nós fizemos uma manifestação e mobilizamos os agricultores porque não tava sendo valorizada a semente crioula que nós já tínhamos aqui, nós não somos contra o melhoramento e que as coisas evoluam, mas da forma que estava sendo colocado praticamente excluía o produtor que tem as sementes próprias e ele não iria poder financiar porque não tinha como provar que comprou a semente, e várias circunstâncias iam amarrando para favorecer as empresas. (...) Nós tivemos esse enfrentamento e os representantes da Syngenta foram praticamente atropelados e os colocamos para correr (Entrevista realizada 24/08/13).

Além do mais, segue João Wilson, como pode chegar um técnico dizendo para o produtor que há mais de cem anos utiliza aquela semente, e de repente, tem que desfazer-se para adquirir outra “melhor”? Essas tentativas, já apontadas por Escobar, são programas de “ajuda” dos países centrais aos países em desenvolvimento, na tentativa de aceleração do “crescimento econômico”. Em termos gerais, os projetos de desenvolvimento econômico, como do caso das sementes da Syngenta, são concebidos e implementados com base em políticas traçadas e implantadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas.

Podemos perceber, desde a formação da AFATRUP, que tinha como um de seus eixos de atuação a organização da população local na luta para impedir a voracidade insaciável das madeireiras em direção ao controle dos territórios e expropriação das comunidades, que a resistência ao desenvolvimentismo ocorre de forma muito mais efetiva e sistemática do que o discurso hegemônico pretende reconhecer. A CooperAFATRUP vem como resposta a um novo contexto de luta, em que um dos inimigos passa ser a inviabilização da *permanência das famílias* que lutaram mais de vinte anos defendendo suas terras contra o ataque homogeneizador da Zattar, devido à necessidade de renda monetária que o mundo contemporâneo traz. Necessidade de renda que gera uma pressão significativa no sentido da migração para o trabalho.

É explicitada, pelo presidente da cooperativa, a resistência a esse modelo desenvolvimentista avassalador que tenta destruir qualquer forma de produção que possibilite autonomia. São também reivindicações da cooperativa: a manutenção da diversidade cultural e das formas de produzir e de entender a produção, não se sujeitando ao modelo único imposto pela expansão perversa da economia capitalista. Iniciativas como essa, por sua vez, podem amenizar e mesmo subverter a hegemonia do capitalismo. Nesse sentido, são criados

mecanismos de resistência a sua expansão. Santos (2012) salienta como tais mecanismos vêm se contrapor a uma perspectiva dicotômica do mundo, que concebe:

“Povo” *versus* “os outros”, tradicional *versus* moderno, sociedade civil *versus* Estado, comunidade *versus* sociedade, local *versus* global, sabedoria popular *versus* conhecimento moderno. Em que não cabe a possibilidade de um termo médio nem as propostas de articulação entre os termos confrontados (2012: 57).

A tentativa tem sido a destruição, rejeição, inviabilização, invisibilização de qualquer forma de pensamento que possa emergir e estabelecer nexos de solidariedade e resistências à hegemonia desenvolvimentista. Nesse sentido, o exemplo da ação dos posseiros/faxinalenses em defesa de suas terras faz coro com, guardadas as proporções, a luta do povo indiano contra o colonialismo inglês. Santos (2012) analisa a resistência exortada por Gandhi, ao recusarem-se a comprar o sal vendido pelos ingleses e debilitarem, assim, a *base econômica* do império inglês. Gandhi, ao abordar esse contexto, utiliza a palavra *swadeshi*, que segundo Santos significa:

Autonomia econômica local, baseada no espírito que nos exige que sirvamos os nossos vizinhos imediatos preferencialmente a outros e que usemos as coisas produzidas à nossa volta em vez das coisas produzidas em lugares remotos (...) É uma forma de ver o mundo que implica uma atitude antidesenvolvimentista face à produção e uma atitude antimaterialista em relação ao consumo. (...) existe o suficiente para satisfazer as necessidades de todos, mas não para satisfazer a ambição de todos, uma alternativa ao desenvolvimento implica uma forma de ver o mundo que privilegie a produção de bens para consumo básico em vez da produção de novas necessidades e de artigos para satisfazer a troca de dinheiro (2012: 55-56).

As lutas travadas pela CooperAFATRUP nos remetem ao movimento de resistência existente em toda a América Latina e pelo mundo. Uma batalha constante para expurgar pensamentos interiorizados de pertencer a uma identidade negativa como sendo real e inevitável, de acordo com a qual *ser do lugar significa ser atrasado*. É o mesmo que as pessoas diziam para João Wilson: “isso é loucura aqui no Pinhão? Não existe. Se não fossem os campos aqui a gente passava fome”.

Há, ainda, outro aspecto a ressaltar: a invisibilização da produção dos povos tradicionais, em que fração significativa é voltada para o consumo e

para as trocas locais – na medida em que esta não se encaixa nas metodologias de avaliação de produção vigentes. Assim, do ponto de vista quantitativo, os parâmetros não consideram sequer aquilo que dizem considerar. No caso da produção, apenas parte dela é medida, aquela que é comercializada no mercado. A fala de João Wilson é ilustrativa neste sentido:

Nós temos uma **produção, é imensa**, um povo batalhador, natureza generosa e terra fértil. Nós entendemos que estamos em cima de uma mina de muita prosperidade em nosso município. Precisa realmente acreditar nesse potencial, acreditar nesse sonho de transformar o meio rural realmente e que nós temos todas as condições para isso, é organizar e fazer a cada dia, fazer com que as pessoas acreditem. Ao longo da história a autoestima dos produtores por causa de iniciativas frustradas, por acreditar em propostas politiqueras e que não deram resultados, muitos desistiram ou quase que abandonaram o sonho de melhorar a vida a partir de sua propriedade, a partir do pedaço de terra. Quando as pessoas nos diziam que a cooperativa não ia dar certo, nós víamos a carência de autoestima dos produtores e que estamos resgatando e dizendo que é possível ter uma renda de R\$1.500,00 aqui nessa propriedade que para a realidade dele era visto como impossível. A gente via família que sobrevivia com auxílio da bolsa família, ou com menos que isso talvez com R\$100,00 reais por mês, **daí ela tinha uma parte de produção que ela não precisava comprar**, mas hoje a gente mostra que é possível ter uma renda de R\$1.500,00 ou R\$2.000,00. Consegue ter até dois salários mínimos e hoje de repente já temos famílias com dois salários mínimos dentro de sua propriedade, que isso alguns anos atrás, antes da cooperativa partir para esse processo de venda, era praticamente impossível e nem imaginava que ele poderia fazer isso um dia (Entrevista realizada em 24/08/13 – grifo nosso).

Verifica-se, portanto, que não alterou significativamente a dinâmica da produção. Muitos desses produtos, que são vendidos hoje, eles já produziam, só houve pequena melhora e aumento na quantidade. No que diz respeito às frutas, comenta João Wilson: “nós entregamos 30 toneladas de laranja e essa laranja nem foi plantada, estima-se que há uma produção acima de 100 toneladas por ano. Com ela, as famílias fazem o suco e o excedente é comercializado e gera renda” (Entrevista realizada em 24/08/13). E todo esse volume de produção não é *medido pelos índices oficiais*.<sup>9</sup> Isso porque o modelo

<sup>9</sup> Essa discussão se encontra de forma mais aprofundada em Paulo Renato Dias (2009).

desenvolvimentista se funda na incapacidade interna de algumas regiões ditas “pobres” e desconsidera o autoconsumo e as trocas não formais, exigindo que, para contar, a produção precise necessariamente passar pelo mercado capitalista.

Santos (2012) analisa o ensaio de Ghandi que questionou a noção de “igualdade de direitos” entre um gigante e um anão: “Antes de se poder pensar em igualdade entre desiguais, o anão tem de ser elevado à altura de um gigante” (2012: 134). Pensar um processo em que determinados grupos tachados de “pobres” – os anões – possam construir seus espaços de alteridade, e não sejam arrastados a um único caminho possível, o “desenvolvimento” – o gigante.

Julgo aqui pertinente debruçar-me, muito rapidamente, sobre uma questão que se refere à ideia de existência de *modelos únicos*. Implica necessariamente um retorno às fontes do pensamento grego antigo para indagar suas concepções, que exercem, até hoje, considerável influência, e se constituíram nos fundamentos do pensamento filosófico e científico das sociedades ocidentais. Não cabe aqui aprofundar, mas pensar de onde parte o “sentido da verdade” e como é assimilado, e o que acontece com aqueles que tentam rebatê-lo.

Para isso vejamos como Emanuele Severino (1984), ao comentar o nascimento da filosofia, diz que ela se encontra na base de todo o desenvolvimento da civilização ocidental e que a forma desta civilização impera hoje sobre todo o planeta e determina até mesmo os aspectos mais íntimos da nossa existência individual:

A filosofia grega abre o espaço aonde se virão a movimentar e a articular não apenas as formas de cultura ocidental, como também as instituições sociais em que tais formas encarnam e até o próprio comportamento das massas. Arte, religião, matemáticas e ciências naturais, moral, educação, ação política e econômica, e ordenamento jurídico acabam por ser integrados neste espaço originário (...) em geral, pensa-se que na determinação de uma grande época histórica não se possa encontrar a filosofia (que é o trabalho de uma elite restrita, que vive sempre fora dos lugares onde se decidem os destinos do mundo). A filosofia grega *abre o espaço* onde jogam as forças dominantes da nossa civilização (1984: 17).

Severino observa que a civilização ocidental apresenta-se hoje como civilização da técnica, ou seja, como organização da aplicação da ciência moderna. Para ele é desta organização que os povos privilegiados – isto é, aqueles que a construíram – recebem tudo aquilo de que necessitam para viver “e talvez que, no futuro, tal possa acontecer com todos os povos do planeta” (1984: 18).

É o nascimento de um modelo único que, como diz Severino, pode ser assimilado a todos os povos. Segundo o autor, os primeiros pensadores gregos abandonam a existência dominada pelo mito e olham-na de frente. Surge assim, diz ele, a ideia de um *saber que seja irrefutável*, isto é, *evidente*, e *incontestável*. E que “seja irrefutável não porque a sociedade e os indivíduos nele tenham fé ou vivam sem dele duvidar, mas porque *ele próprio* é capaz de rebater *todos* os seus adversários”. É um saber que não pode ser negado, acrescenta, “nem por deuses, nem por mudanças dos tempos ou dos costumes. Um saber absoluto, definitivo, incontroverso, necessário, indubitável”. Esse saber é a Filosofia (cf. Severino, 1984: 19).

Segundo o autor, a palavra grega que serve de base ao termo abstrato *sophia* é o adjetivo *saphés*, que quer dizer “claro, manifesto, evidente, verdadeiro” (1984: 20). Portanto, a palavra filosofia é o interesse por aquilo que se coloca sob a luz, fora da obscuridade em que se encontram as coisas escondidas. E o sentido de *alétheia* – verdade – é o não estar escondido.

No entanto, se pode compreender a razão pela qual a filosofia chama-se a si mesma *epistême*. “Se nós traduzirmos esta palavra por *ciência*, esquecemos que ela significa, à letra, o **estar stême** que se impõe **sobre epí** tudo aquilo que pretende negar” (1984: 25). Dinâmica própria do saber, graças a sua inegabilidade: vai se impondo sobre todo adversário que o pretenda negar ou colocar em dúvida. E o *Todo* é a *razão* com base na qual se podia, acreditavam os gregos, excluir qualquer resíduo que se encontrasse em seu exterior.

O olhar para a extremidade, então, não possibilita dar um fundamento à imensa riqueza dos povos. A presença desta ideia permite tomar distância e, afinal, negar toda forma de saber, conhecimento, vida, na medida em que se supõe que possa ser desmentida, ultrapassada, corrigida. Acreditamos que o nascimento da filosofia vem por em evidência o caráter infundado, isto é, susceptível de negar *todo* saber que até então havia conduzido a vida do homem. E a palavra Filosofia reunirá o sentido de “*verdade*” e “*epistême*” do pensamento eurocêntrico que colocará *todas as coisas particulares* perante essa “verdade”. Levando-as à dissolução ou assimilação.

Podemos verificar que a filosofia grega procurou o sentido unitário do *Todo* para *contemplar*. Já a ciência moderna, por sua vez, procura as *partes* isoladas para dominá-las e, portanto, para transformar o mundo através da capacidade de predizer o futuro e, através de tal predição, controlá-lo. Com a ciência moderna, a verdade da *epistême* científica é demonstrada através de um conjunto de *operações práticas*. Isso se dará pelo isolamento do caráter quantitativo da realidade: o verdadeiro conhecimento desta é a quantidade. Portanto, o verdadeiro conhecimento da realidade é constituído pela *matemática*. Segundo Emanuele, (1984b) ao se referir a Galileu, para esse: “as relações matemático-quantitativas constituem a verdadeira realidade” (1984b:

30). Mas as quantidades implicam em critérios de medição, que ao incluir certos aspectos, excluem outros.

Trazer essas discussões da área da filosofia nada mais é que uma tentativa de buscar entender como os discursos sobre “*verdade absoluta e irrefutável*”, “*epistême*” e “*totalidade*” tornaram-se uma tendência recorrente para se pensar os contextos brasileiro e latino-americano, que foram se ideologizando a partir da perspectiva colonialista dominadora. Se *epistême* significa **estar sobre**, isto é, impor-se, negar, aplinar toda e qualquer forma de pensamento ou verdade que se destaca exatamente por se distinguir do modelo dominante de produção. Fica evidente por que a produção dos faxinalenses e posseiros não é visibilizada: há uma tentativa, segundo o presidente da cooperativa, de fazer crer que se não fossem os campos (as fazendas, o agronegócio – e no passado o extrativismo da madeireira Zattar) a população de Pinhão estaria padecendo de fome. Aplica-se aqui a *epistême* grega **estar sobre**, isto é, uma tentativa de eliminar toda forma autônoma de vida, e hoje, com uma nova roupagem, o **estar sobre** é o “desenvolvimento econômico”. Conjuga-se a ele o discurso que vê a diversidade sempre sob o risco do desaparecimento, pois que irremediavelmente condenada pela expansão inevitável e valorizada do “progresso”. Toda e qualquer diversidade é negada, pensamento herdado da ontologia clássica, que busca fazer com que tudo aconteça na totalidade porque o que é diferente, diverso, isto é, não idêntico à totalidade, deve ser eliminado, refutado, submetido ou arrastado para o mesmo. Um dos mecanismos utilizado pelo discurso homogeneizador desenvolvimentista, quando não reconhece a produção dessas comunidades, é a elaboração das noções de “pobreza” e “carência”, utilizadas de maneira corrente. O uso destas noções abarca em um mesmo conjunto populações distintas – não somente comunidades tradicionais, mas também grupos rurais e, principalmente, urbanos que não dispõem de meios próprios e autonomia relativa em seu processo de reprodução, sendo dependentes exclusivamente da inserção no mercado capitalista. Como foi a tentativa do governo municipal de impor aos pequenos produtores a adoção da semente Syngenta – medida que traria, como vimos acima, a perda da autonomia, pois a semente crioula é a garantia de acesso a todos os elementos necessários à continuidade da produção. O outro exemplo, também citado, foi o caso da entrevistada que vendia seus produtos hortigranjeiros no interior da Zattarlândia: ela estava **inserida**, mas não **assimilada**, porque tinha seu pedaço de terra, o que possibilitava a sua família um grau de autonomia e independência.

Não que essa tenha sido uma escolha do grupo: as condições de enfrentamento são definidas por um contexto de forças externas. Mas, frente a elas, novamente a comunidade vai responder, como já descrito em capítulos anteriores, por meio de opções possíveis. E, com sua flexibilidade, tentar resistir



à passagem da *bola de neve desenvolvimentista* que cotidianamente os ameaça. Portanto, a garantia de direitos territoriais se coloca como uma conquista necessária à manutenção da diversidade como estratégia de resistência aos modelos únicos de desenvolvimento.

## Referências bibliográficas

- CAMARGO, José Silvério de. s.d. **Por que Nosso Município Chama-se Pinhão?**, Pinhão: Edição do Autor.
- CANCIÁN, Nadir Aparecida. 1974. **Conjuntura Econômica da Madeira no Norte do Paraná**. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR.
- CHAUI, Marilena. 2000. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- DIAS, Genebaldo Freire. 2001. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia.
- DIAS, Paulo Renato Araújo. 2010. **Instrumentos, Técnicas e Visões de Mundo na Comunidade Quilombola de João Surá: Alteridade como Reserva de Possibilidades**. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da UTFPR. Disponível: [http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2009/ppgte\\_dissertacao\\_301\\_2009.pdf](http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2009/ppgte_dissertacao_301_2009.pdf).
- DUSSEL, Enrique. 1986. **Ética comunitária**. Petrópolis: Vozes.
- ESCOBAR, Arturo. 2007. **La invención del Tercer Mundo – Construcción y Deconstrucción del Desarrollo**, Norma, Santafé de Bogotá. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/66190844/La-Invencion-Del-Tercer-Mundo>. Acesso em 12 de abril 2013.
- FRESSATO, Soleni Biscouto. 2008. **O Caipira Jeca Tatu: Uma Negação da Sociedade Capitalista? Reapresentações no Cinema de Mazzaropi**. In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.
- FURTADO, Celso. 1972. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Civilização Brasileira.
- GONZALEZ, Horácio. 1985. **O que é subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense.
- LUTZEMBERGER, José Antônio. 1978. **Os Processos Tecnológicos atuais**. Simpósio Nacional de Ecologia 1, Curitiba.
- MACIEL, Laura Antunes. 1997. **A Nação por um fio – Caminhos, Práticas e Imagens da “Comissão Rondon”**. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC/SP.
- MARX, Karl. 1978. **Sobre o Colonialismo**. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. I.
- MONTEIRO, Nilson. 2008. **Madeira de Lei: Uma Crônica da vida e obra de Miguel Zattar**. Curitiba: Edição do autor.

- MUÑOZ, Sonia. 2011. Salud y desarrollo en el contexto Latinoamericano in **Revista Cubana de Salud Pública**, La Habana, v. 37, n. 2, Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rcsp/v37n2/spu12211.pdf>.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. 2008. Carteira Assinada: "Tradicionalismo do desespero"? In: NEVES, Delma P., MORAES, Maria Aparecida (org.). **Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil**. São Paulo: UNESP.
- PASSOS, Renato Ferreira. s.d.. **O Pinhão que eu Conheci**. Pinhão: Edição do autor.
- ROUANET, Sérgio Paulo. 1993. **O Elogio do Incesto. Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SALLES, Jeferson de Oliveira. 2004. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do grupo Lupion In: OLIVEIRA, R. C. (org.). **A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI.
- SANTOS, B. de S. (org.). 2012. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Milton. 2000. **Território e sociedade**. São Paulo: Ed Perseu Abramo.
- SANTOS, Patrícia dos. 2009. **A Cobertura Florestal no Município de Guarapuava-PR no Espaço e no Tempo**. Trabalho apresentado no XII Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideu, 2009. Disponível em [http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/doc\\_a\\_tempo\\_14395.pdf](http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/doc_a_tempo_14395.pdf). acessado em 18.04.2013.
- SCHWARZ, Roberto. 1992. As Idéias Fora do Lugar. In: **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Duas Cidades.
- SEVERINO, Emanuele. 1984a. **A Filosofia Antiga**. Lisboa: Edições 70.
- SEVERINO, Emanuele. 1984b. **A Filosofia Moderna**. Lisboa: Edições 70.
- SPIVAK, Gayatri C. 2010. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SPRANDEL, Márcia Anita. 2004. **A Pobreza no Paraíso Tropical: Interpretação e Discurso sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- SUNKEL, Osvaldo. 1977. **El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo**, México: Ed. Siglo Veintiuno.

## Parte IV

# Perspectivas dos sujeitos de suas próprias histórias

### **11. Reflexões sobre vida, política e religião**

*Maria Izabel da Silva*

### **12. Faxinal dos Ribeiros**

*Equipe da Escola Rural Municipal Norberto Serápio*

### **13. Agenda**

*João Oliverto de Campos*



## Capítulo 11

### Reflexões sobre vida, política e religião<sup>1</sup>

Maria Izabel da Silva



#### Minha História de Vida

**E**u, Maria Izabel, nascida em 26 de novembro de 1934 na cidade de Pinhão, em uma pequena página da minha história vou contar... No dia 27 de novembro<sup>2</sup> encontrei um grande amigo de luta, Frei Domingos, tive uma surpresa, pois tivemos um trabalho honesto e cheio de resultados e surpresas

---

<sup>1</sup> Os textos a seguir foram fornecidos por D. Maria Izabel para publicação neste livro. O último deles é a conclusão da apostila do encontro **Terra, Bíblia e Ecologia**, realizado em Guarapuava entre 18 e 21 de novembro de 1996, e no qual D. Maria Izabel é citada. O título geral foi atribuído pela equipe do projeto Memórias dos Povos do Campo no Paraná.

<sup>2</sup> A autora se refere ao II Seminário Memória dos Povos do Campo no Paraná, realizado em Faxinal dos Ribeiros – Pinhão/PR em 27 de novembro de 2012.

em Pinhão. E com isso aprendi que muita das vezes não entendemos a vida, não entendemos a necessidade de uma religião, uma crença na vida de um líder, para que tudo que fizermos possa ser de uma forma inteligente. E quando amamos a sabedoria caminhamos na estrada das horas fazendo do coração o relógio da vida.

Podemos sim ajudar as pessoas conforme suas necessidades, Jesus nos deixou um exemplo a ser seguido, ele foi o maior líder e na bíblia ele nos deixou vários exemplos de compaixão pelo próximo, isso é dever de todo cristão. *“Amai-vos uns aos outros como eu vos amei”* João 15:12.

## **A Política e a Religião**

A política e a religião podem sim caminharem juntas, com honestidade e respeito. A política ela vem desde a antiguidade, anos antes de Cristo.

A bíblia relata historias de reinados, por exemplo, Davi era rei de Israel, José foi governador do Egito. Com isso podemos ver que é possível sim a política andar junto com a religião, no mundo onde nós vivemos tudo que fazemos é política. Podemos ainda revolucionar a nossa política quando os irmãos pensarem juntos através da força cristã. Acredito nas entidades, na força do povo na igreja.

O que é política? O que é Religião?

A política, como forma de atividade, está estreitamente ligada ao poder. O poder político é o poder do homem sobre outro homem, descartados outros exercícios de poder, sobre a natureza ou os animais. E a religião é muitas vezes usada como sinônimo de *fé* ou *sistema de crença*, mas a religião difere da crença privada na medida em que tem um aspecto público, assim estabelece os símbolos que relacionam a humanidade com a espiritualidade e seus próprios valores morais.

Acho tão engraçado ver pessoas cristãs dizendo que são contra política no meio cristão. Talvez não leram algumas partes da bíblia e ainda não descobriram que os grandes homens de Deus foram líderes políticos: Reis, Juízes, Governadores... Servos de Deus que administraram reinos e estruturaram cidades. Acredito que se todos os cristãos entendessem isso, falariam menos, e orariam mais pelas autoridades que serão escolhidas.

Ressalto aqui o conselho de Paulo: *“Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões, e ações de graças, por todos os homens; Pelos reis, e por todos os que estão em eminência, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade; Porque isto é bom e agradável diante de Deus nosso Salvador”* Timóteo 2:1-3

## O Sabor de Viver

Acredito sim que a vida é bonita, que a casa, comida não há nada como um sonho para criar o futuro, quanto maiores somos em humildade mais perto estamos dos sonhos se tornarem realidades. A cada dia pode ser um grito de vitória, na vida da gente passa tudo muito rápido, temos que aproveitar cada momento, isto é, plantar, colher e desfrutar das mais belas riquezas de Deus para nós. A alegria de ouvir o cantar dos passarinhos, é muito precioso cuidar de si mesmo, isso nos mostra que para sermos felizes não existe idade.

## Conclusão

(retirada da apostila do encontro **Terra, Bíblia e Cidadania**, realizado em Guarapuava entre 18 e 21 de novembro de 1996)

A parte da manhã foi dedicada a fazer uma síntese do que já vimos, dentro dos objetivos propostos.

A Palavra de Deus ilumina a partir da realidade (Lc 24, 13-35), por isso, primeiro vimos a realidade para depois fomos buscar a fundamentação bíblica para o nosso trabalho com a terra.

Sobre a questão política, temos que olhar com mais cuidado para o nosso trabalho de base: **“O revolucionário é aquele que sabe escutar a grama crescer”**. Devemos saber descobrir onde está o povo, o que está sentindo; os sonhos e as utopias que o povo tem; saber escutar a comunidade.

Por que, com tantos assentamentos na região, não conseguimos eleger trabalhadores sem-terra?

**Sobre a compra de votos.** Isso haverá sempre. É a prática dos grandes, dos covardes e corruptos. Não podemos justificar que não temos dinheiro como eles. Não podemos entrar neste jogo sujo. Temos que apostar em outros recursos. Temos propostas melhores; temos militância, pessoas... É nisso que temos que apostar para vencer a prática dos grandes.

**O medo.** O medo só tem quem não acredita em si e quem não acredita em Deus. A fé sempre é um ato de coragem, de esperança. Quem tem fé, espera. O medo sempre vem da falta de fé.

**Clareza do projeto político.** Temos que conhecer, aprofundar, discutir e conhecer melhor nossas propostas, para podemos discuti-las e passá-las ao povo.

**Mística.** É a ligação com o povo e com Deus, alimentada pela espiritualidade. Não basta a luta. Temos que alimentá-la. Mística e espiritualidade exigem tempo, espaço, prática. Temos que ter momentos de oração, de contemplação, de leitura bíblica... Foi o que fizemos nestes dias: vimos a realidade, refletimos sobre ela, lemos a Bíblia, partilhamos, escutamos, celebramos...

D<sup>a</sup> Maria Izabel nos deu um bonito testemunho: ***Cada rosto do irmão que olhamos enriquece a gente. Tem gente que olhamos e nos encantam, enriquecem a gente. Outras pessoas a gente olha e não querem nada conosco.***

**Luta da terra.** Terra é vida, benção, dom, presente, luta, conquista, Mãe... Por isso, a terra deve ser conquistada para ser repartida e partilhada, e daí brotar a nova sociedade. A terra é fonte geradora de vida. Foram as mulheres que descobriram que a terra fazia germinar as sementes. Enquanto os homens caçavam e pescavam, as mulheres contemplavam o que acontecia com a natureza, colocavam as sementes no chão, e viam quando nasciam e cresciam; floresciam e davam frutos.

**Valores Éticos.** Para nós hoje é muito importante recuperar valores éticos na luta da terra e pela terra, nos acampamentos, nos assentamentos, nas comunidades, no trabalho político. São valores éticos hoje: fidelidade, ser fiel, ser corajoso(a), ter firmeza, perseverança, competência, manifestar solidariedade (porque tudo está interligado, porque Deus é relação, ligação, é solidariedade), respeito e ternura com a natureza.

Recebemos a visita fraterna do Pe. Ari Marcos (Coordenador Diocesano de Pastoral) e do Bispo D. Giovanni, a quem muito agradecemos.



## Capítulo 12

### História de Faxinal dos Ribeiros<sup>1</sup>

Equipe da Escola Rural Municipal Norberto Serápio

**F**axinal dos Ribeiros recebeu esse nome devido à chegada dos primeiros moradores, sendo a família Ribeiros, entre elas a Sr<sup>a</sup> Silvana Ribeiro. Era um sertão de mata fechada, onde existiam onças e outros animais. Construíram ranchos feitos de varas e cobertos com taquaras para morarem. Mais tarde, chegaram as famílias Nanguara, em que a mãe Maria era uma escrava que havia sido liberta. Também a família Prestes, Mariano Borges, Serilho e Silvério povoaram a região. As pessoas que vinham para morar traziam nos cargueiros alimentos, roupas, camas e ferramentas. Viajavam a cavalo e a pé.

#### **A comunidade**

Antigamente, em Faxinal dos Ribeiros ninguém dava importância para terras, onde quisesse morar era só fazer uma casa e todos respeitavam, então ali era chamada de frente um bom pedaço de terreno.

Existiam muitos pinheiros gigantes, alguns eram derrubados para tirar os galhos e fazer lavoura, o restante não era aproveitado.

Nesse tempo, criavam-se muitos porcos soltos, pois havia frutas em grande quantidade, principalmente pinhões. Quando matavam os porcos, eram enxugados os panos de toucinhos na fumaça, depois colocados em cestos uma camada de toucinho e outra de palha, até encher o cesto.

A carne era frita e enlatada junto com a banha.

---

<sup>1</sup> Este texto foi elaborado pela equipe de professores e funcionários da Escola Municipal Rural Norberto Serápio, tendo participado de sua produção, segundo informação fornecida pela escola, as seguintes pessoas: Odete Líber, Neuza Mazur, Sofia Mazur, Noeli Santos Alves, Janete do Belém Siepmann, Nilsa Ap<sup>a</sup>. F. Oliveira, Neuza Ferreira Antunes, Claudemara Serápio Ferreira, Pedro de Oliveira, Terezinha França, Ilsa Dutra, Zélia de França, Linei Nogueira da Silva, Sirllei Domingues, Neiva Liber, Luci Maria da Silva, Elizete de Fátima Ramos, Neuza de Lima, Deroni Kinceler. Agradecemos a todos a possibilidade de publicá-lo neste livro.

A alimentação era à base de quirera, carne e feijão. Arroz e açúcar apareciam somente quando uma pessoa ficava doente e esses produtos eram comprados em Cruz Machado. Comprava-se açúcar amarelo para mascar. A farinha de milho era feita em monjolos e torrada em fornos. O sabão também era feito em casa com uma sopa de cinza e água que chamavam de “adequada” e era misturada às gorduras.

As pessoas andavam sempre descalças, alguns compravam o primeiro par de calçados aos dezoito anos. Os pais tinham autoridade para com os filhos, mesmo depois que estes se tornassem adultos.

As festas eram feitas em casas e igrejas, a comida típica era café e broa de fubá e centeio. Todos se divertiam e quase não existia violência. Eram comuns bailes, danças de São Gonçalo, festas para homenagear santos e novenas realizadas em casas de famílias. Nessas ocasiões, eram convidados vizinhos, parentes e compadres.

## **Os casamentos**

Os casamentos eram feitos em Cruz Machado, mais tarde, em Vila Nova ou Pinhão. Os noivos iam a cavalo, os quais eram enfeitados com laços e flores. Muita gente os acompanhava até as igrejas ou cartórios. Os casamentos sempre eram arranjados pelos pais. Os noivos se conheciam na hora do casamento. Existe uma história ocorrida em Faxinal dos Ribeiros:

“Então o noivo chegou na casa da noiva e a futura sogra foi recebê-lo. E ele, ansioso para saber qual era a sua noiva, perguntou:

– Você é a minha noiva?

E a velha respondeu:

– Não, é a minha filha.

Então, conheceram-se e casaram-se”.

## **Economia**

O transporte era feito somente a cavalo, as pessoas tinham tropas de animais para transportar cargas. No trabalho da agricultura, plantavam milho, feijão, abóbora, fumo, mandioca, centeio, batata-doce e couve. Plantavam pouco e colhiam somente para o sustento da família. Plantavam, por exemplo, um prato de feijão e já era o suficiente, pois não tinha comércio, assim todos plantavam.

## **Meios de comunicação**

Não havia meios de comunicação, mas quando o Sr. Cipriano de Paulo Santos comprou um rádio, todos os vizinhos iam até sua casa para ouvirem as

programações, pernoitavam acordados escutando músicas, pois era novidade para todos.

## **Saúde**

Na área da saúde pode-se dizer que não existiam médicos pela região, muitas pessoas morreram por falta de atendimento, somente havia alguns curandeiros, como os Srs. Pedro Nanguara e João Hilário, que ensinavam remédios caseiros e óleos homeopáticos, chamados de laxantes.

Esses curandeiros diziam ter um bom poder de cura através dos benzimentos. Eram pessoas respeitadas pela comunidade. Até diziam que Pedro Nanguara fazia profecias, como a do gafanhoto de aço que iria passar no céu e matar muita gente. Ele se referia ao avião. Falava de tramas de fios como teias de aranhas, que trariam muitos males. Hoje são os fios de luz.

## **Comércio**

Com o passar dos tempos, foi aumentando a população e surgiram as primeiras bodegas que eram de Nhô Tô, João Gonçalves, Abinel Nogueira e Norberto Serápio, onde vendiam cereais, tecidos para roupas, ferramentas e bebidas. Compravam das pessoas erva-mate feita em furnas, em troca de produtos.

Na época antiga, não havia estradas, somente picadas que ligavam Pinhão a Cruz Machado e a Guarapuava.

## **Escola**

A primeira escola que surgiu era particular, o Sr. Manoel Líber contratou o Prof. Cipriano para dar aulas aos seus filhos. Mais tarde, a pedido da comunidade, esse professor lecionou na antiga Igreja de Nossa Senhora.

A escola que até hoje permanece em Faxinal dos Ribeiros, apesar de ampliada, teve seu funcionamento inicial no barracão da Igreja São Sebastião, onde trabalhou o Prof. Aníbal Chico, aproximadamente nos anos de 1940 a 1945.

Venceslau Líber e Nhô Tô que eram pessoas interessadas pela educação, fizeram um pedido a alguns líderes de Guarapuava para que fosse construída uma escola. Assim, seria nomeado o Sr. Cipriano de Paula Santos o professor da escola.

A escola foi construída, e como Cipriano não era morador da região, até que ele organizou para vir, as Sr<sup>as</sup> Olivia Rodrigues e Sebastiana Silvério Caldas deram início às aulas. Essa escola recebeu o nome de “Escola Isolada de Faxinalzinho”.

O prefeito ou o líder dessa época era o Sr. Juvenal Machado e o Governador do Estado era Moisés Lupion. O povo não estava satisfeito com as aulas, pois queriam que Prof. Cipriano ministrasse aulas.

Então, Olívia morreu e o Sr. Cipriano veio trabalhar três ou quatro anos e foi embora, ficando somente a Profª Sebastiana.

Depois de alguns anos, Cipriano voltou a trabalhar, onde havia de 30 a 40 alunos, com idade entre 7 a 18 anos, que vinham a cavalo até a escola, pois moravam longe dali.

O professor mais uma vez deixou a escola e a Profª Sebastiana continuou trabalhando por alguns tempos.

Em seguida trabalhou durante uns meses a Profª Terezinha da Silveira Belo.

Elvira Vier da Silveira, Dúlcia Enê Ferreira e Maria Kusner Oliveira que iniciaram no ano de 1966 trabalhando como professoras, também passaram um curto espaço de tempo na escola, o mesmo ocorreu com os professores Paulina Verbanek, Áureo Silvério Caldas, Eugênio Alexandrino Alves, Ernerstina Boeira Machado e Izaltino Rodrigues Bastos.

Em 1982, a professora Nilza Ferreira Antunes começou a trabalhar.

Por falta de reforma, essa escola ficou muito velha e foi construída outra de alvenaria, já com o nome de Escola Rural Municipal Norberto Serápio Ferreira. Isso aconteceu no ano de 1986, na época em que o Prefeito Municipal era o Sr. Rubens Spengler.

A escola recebeu tal nome devido à construção ter sido feita onde morava o Sr. Norberto Serápio Ferreira. Então, o seu filho Hilário Serápio doou o terreno e exigiu que a escola recebesse esse nome.

No ano de 1987, a Profª Neuza Mazur de Oliveira passou a ser professora dessa escola.

Em 1990, a Profª Dúlcia aposentou-se por tempo de serviço como professora, deixando de trabalhar nessa função. Então, a Profª Sofia Mazur de Oliveira Camargo ocupou essa vaga, iniciando o seu trabalho como professora.

Em 1996, a Profª Deroni Kinceler começou a trabalhar como professora na mesma escola. As três últimas citadas continuaram trabalhando até 1998.

Nesse ano de 1998, a Escola Norberto Serápio Ferreira foi nuclearizada, reunindo nove escolas, dando início a essas atividades no ano de 1999.

Então, hoje trabalham nessa escola uma diretora, uma supervisora, doze professores, três serventes, três estagiários, um guardião e dois motoristas.

A escola realiza suas atividades em dois turnos: manhã e tarde, com dez (10) turmas de 1ª a 4ª séries.

Aos sábados, professores do CEAD ministram aulas para jovens e adultos, nos níveis de Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino médio.

A escola conta com um terreno de bom tamanho, sendo dois prédios utilizados, numa área de 273,26 m<sup>2</sup>, com cinco (5) salas de aula, sala para

direção e supervisão, uma (1) cozinha, dois (2) banheiros e outras salas.

As escolas e os professores que integram o Núcleo Escolar Norberto Serápio Ferreira são:

- Divino Espírito Santo – Prof<sup>a</sup> Zélia
- Olavo Bilac – Prof<sup>a</sup> Noeli e Janete
- Presidente Costa e Silva – Prof<sup>a</sup> Odete e Claudemara
- Taquaras – Prof<sup>a</sup> Ilza
- Davi Brolini – Prof<sup>a</sup> Terezinha
- Dorvalina Brolini – Prof<sup>a</sup> Neusa de Lima
- Professora Izaíra – Prof<sup>a</sup> Nilza e Neuza Antunes
- Castro Alves – Prof<sup>a</sup> Sirlei

### **Caracterização da clientela**

A população da comunidade de Faxinal dos Ribeiros procede dos mais variados níveis socioeconômicos e culturas diversificadas.

A maioria da clientela não tem salário fixo, com uma pequena porcentagem de autônomos, tendo também diversas profissões como: agricultor, extrativista vegetal, carpinteiro, pedreiro, motorista, diarista, funcionário público, bóia fria, operador de moto-serra.

Os funcionários públicos são professores, serventes, agentes de saúde e telefonistas.

A comunidade conta com um posto de saúde, permanecendo diariamente um agente de saúde, e recebendo a visita do médico Dr. João Maria uma vez por semana, e a cada quinze dias, a visita de um dentista.

No mesmo prédio funciona um posto telefônico – 777-1195.

As comunidades que fazem limite com Faxinal dos Ribeiros são, além da Sede: Faxinal dos Silvérios, Santa Terezinha e Lageado Feio.

### **Moradores antigos**

Em Faxinal dos Ribeiros não residem somente pessoas nascidas na localidade, mas também, algumas que vieram de outros estados, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como uma família vinda do Paraguai, que terá sua história relatada a seguir:

Teófilo Alves Cerenz veio do Paraguai com 8 anos de idade, juntamente com seu pai, sua irmã e um tio, na época em que começou a guerra. No caminho, perderam sua mãe que estava grávida, ficando extraviada no mato.

Diz ele que viajaram a pé alguns meses, ficando vários dias escondidos em Clevelândia para depois chegarem aqui enfrentando perigos, pois andavam pelo mato.

Chegando aqui, com muito sofrimento, começaram a construir suas vidas.

Hoje ele está com 84 anos, vive bem com sua família, ao lado da esposa Ciniria, com 75 anos de idade. Tiveram 12 filhos.

Teófilo ainda trabalha na roça e luta com a criação de gado, porco, cabrito, cavalo e carneiro. O casal Teófilo e Cinira faz farinha de milho no monjolo, torrado em forno. Eles moem milho para fazer quirera em jorna e ainda utilizam o cargueiro de cesto e bruaca para transportar milho, feijão, arroz e outros produtos da roça para o paiol ou para a casa onde moram.

Eles conservam ainda alguns objetos antigos como gamelas para lavar os pés e outra para farinha. Utilizam a sururuca para passar farinha e ainda tem o ferro para cortar arroz e trigo, limpam as plantações a enxada.

Maria Trindade de Oliveira Tibes veio de Santa Catarina com 32 anos, juntamente com o esposo e dois filhos. Vieram até Palmas de ônibus e de lá até aqui vieram a cavalo, trazendo a mudança em cargueiros.

Ela diz que não se acostumava com as pessoas estranhas, pois deixou seus parentes em Santa Catarina. Não tinha o hábito de guardar dias santos, não sabia tomar chimarrão, tinha dificuldades na comunicação.

A cada seis meses voltava a Santa Catarina para visitar os parentes. Fazia todos os trabalhos domésticos, e ainda fazia tricô, crochê, costuras, broalha, crivo, farinha torrada em forno.

Seu esposo Domingos trabalhava na roça, fabricava cestos de taquara, serrava tábuas com serra a mão.

Certa época, ficou viúva com seus dois filhos e hoje mora com a família: uma filha, o genro e dois netos. Ela faz comida e ainda pratica as mesmas atividades do passado.

Tem boas amizades e vive bem, hoje com 71 anos.

### **Os sobrenomes existentes em Faxinal dos Ribeiros**

Ribeiros	Ferreira	Oliveira	Prestes
Gonçalves	Dutra	Kinceler	Serápio
Alexandrino	Líber	Antunes	Domingues
Alves	Mazur	França	Ovitski
Silvério	Dias	Marçal	Siepmann
Nunes	Borges	Santos	Silva
Macedo	Nascimento	Galinski	Iarochinski
Caldas	Tibes	Cerenz	Bastos
Cardozo	Ramos	Correa	Camargo
Machado	Lima	Rodrigues	Nogueira
Moraes	Mendes		

## **A comunidade de hoje**

O clima da comunidade é subtropical úmido, tendo uma vegetação com pouca mata, principalmente poucos pinheiros, com um relevo um pouco ondulado.

A agricultura é mecanizada, com plantação de milho e feijão.

Também estão sendo desenvolvidas a apicultura e criação de alevinos. Ainda existem criadores de gado e outros animais.

As estradas são cascalhadas, tendo uma linha de ônibus que vem do Pinhalzinho, passando por Ribeiros; isso auxilia no transporte dos moradores da localidade até a Sede do Município.

O comércio é feito através de venda de palanques, carvão, xaxim, erva-mate, lenha e alguns produtos agrícolas. Ainda existem pequenos armazéns e bares, onde as pessoas fazem compras de alimentos e bebidas.

Os meios de transporte mais utilizados são carro, cavalo e bicicleta. Os meios de comunicação são telefone, rádio, televisão.

As comidas típicas em festas de igrejas, casamentos e aniversários são: bolos, carne assada, salada, maionese.

As pessoas usam roupas simples, alguns acompanham a moda e as mulheres idosas usam vestidos bem compridos.

## **Política**

Em nossa comunidade foi eleito o primeiro vereador, o Sr. Domingos Silvério dos Santos, com uma votação de 501 votos, no mandato de 1993 e 1996.

Na próxima disputa eleitoral, foram eleitos vereadores o morador Manoel Neri Líber, com 621 votos e Amilton José da Silva, com 160 votos, tendo seus mandatos de 1997 a 2000

No ano de 2000 foi eleito o Sr. Sebastião Rodrigues Bastos. E no ano de 2004 foi reeleito pela 2ª vez.

## Famílias descendentes que vieram de outros países e estados

Família	País/Estado de Origem	Quem veio
Siepmann	Alemanha	Erick e Ville
Lube	Europa	Maria
Cerenz	Paraguai	Teófilo
Nanguara	África	Maria (escrava)
Dutra	Rio Grande do Sul	José e Flaubiana
Líber	Santa Catarina	Manoel e Maria
Tibes	Santa Catarina	Maria Trindade
Meira	Santa Catarina	Valdovino
França	Santa Catarina	Francisco
Santos	Rio Grande do Sul	Pedro
Neri	Guaraniaçu (município)	Saturnina
Silveira	Indígena	Laura

### POEMA

Faxinal terra amada  
 Da família Ribeiro foi morada  
 Os mais antigos moradores  
 Corajosos desbravadores

Faxinais, matas ou sertão  
 Um pedacinho do Pinhão  
 Que aceita todos com carinho  
 Não importa a nação

Faxinal dos Ribeiros  
 Tudo que se planta dá  
 É um solo abençoado  
 Que precisa ser preservado

Erva-mate e pinhão  
 Da madeira à construção  
 Somos orgulhosos  
 Por sermos filhos do Pinhão.

Autora Prof<sup>a</sup> Noeli Aparecida Santos Alves, 22/03/2000



## Uma história engraçada da dança de São Gonçalo

O povo da comunidade de Faxinal dos Ribeiros sempre foi muito religioso e devoto dos santos. Como era de costume, realizavam a “Dança de São Gonçalo”.

Em uma determinada noite, quando as pessoas rezavam e dançavam, com muito louvor, os donos da casa resolveram fazer um churrasco apetitoso para os visitantes se alimentarem.

E, as pessoas como já estavam com muita fome, iam até o local onde o churrasco estado sendo feito, serviam-se de carne e voltavam para a dança. Foi assim que o São Gonçalo ficou meio gorduroso e com cheiro de churrasco, pois os devotos beijavam e pegavam no santo com as mãos e a boca impregnadas do gosto da carne.

Certa altura, alguém beijou o santo com muito fervor, que a imagem caiu no chão e, para a surpresa e correria de todos, havia vários cachorros participando da festa, que, prontamente, ao sentirem o cheiro de carne no santo, abocanharam o coitadinho e saíram em disparada para fora do salão, formando imediatamente um alvoroço. Nesse momento, os cães disputavam ardentemente o santo, que voava de boca em boca.

Depois de muita luta, os devotos conseguiram reaver o São Gonçalo, que voltou todo molhado de saliva dos cachorros, fazendo desaparecer totalmente o gosto de churrasco.

Os convidados acalmaram-se e continuaram com a devoção até o raiar do dia.

### Documento anexado I<sup>2</sup>

*Bom Retiro, 11-11-58.*

*Estimada amiga e colega D. Sebastiana*

*Saudações*

*Que a paz do Senhor esteja sôbre êsse lar é o que desejo.*

*Nós vamos bons, graças a Deus.*

*Pela presente venho avisá-la que o meu casamento foi marcado para realizar-se dia 27 de dezembro e a espero assim como todos da família. O ato religioso realizar-se-á na Vila Nova e o (relig) civil e hospedagem em casa do Sr. Joaquim Afonso, casa-se também nesse dia 2 filhas do mesmo, uma com o meu mano.*

*Solicito-lhe o obséquio de convidar D. Angelina e Ex<sup>ma</sup> família, desejava visitar os tios e chegava até ai, mais estou*

---

<sup>2</sup> Há um documento anterior, mas ilegível.

*apuradíssima com provas, exames e meu enxoval que ainda não está pronto.*

*A senhora queira desculpar os borrões e letra péssima e com saudade despede-se a colega que a estima.*

*Sebastiana Lumi*

## **Documento anexado II**

*6 de julho de 1966*

*Ilmo. Snr.*

*Antonio R. Carda*

*otorizo V. S. para Policial um baile do Snr. Sebastião Lechandrino sendade um Puxirão.*

*peço Dezarmar E coregir bem a fim de core bem o baile*

*Pesso V. S. atender por minha ordem desde este momento fico obrigado de sua boa ordem.*

*Sem mais*

*Atenciozamente*

*Saudação*

*Joaquim Ferreira Nunes*

*Inspetor Policial em Faxinal dos Ribeiros*

## Capítulo 13

### AGENDA

João Oliverto de Campos



*João Oliverto de Campos com 86 anos de idade morador no Poço Grande Bom Retiro Pinhão pr – nasceu em Guarapuava pr – Rezido no Pinhão hoje comarca*

*Rezido a 80 anos*

*Naci em 6 de Maio 1926 Guarapuava pr*

*Vim para o Pinhão 4 de Maio 1932 com 6 anos de idade*

*Filho de Francisco Assis de Campos e Graciolina Alves de Campos*

## Uma Genda de Anotações Diversas João Oliverto de Campos 2.004

### A RENÚNCIA

Jânio Quadros foi o presidente que, eleito pelo voto popular, menos tempo governou na chamada República Nova, de 1930 em diante. Sua renúncia, em 25 de agosto de 1961, com menos de oito meses de governo, surpreendeu a Nação. A data foi escolhida pela proximidade com o suicídio de Getúlio Vargas, sete anos antes. Jânio tinha uma personalidade política controvertida. Era personalista e autoritário, desprezando os partidos. Não conseguiu, ao contrário de Vargas, ter o apoio da classe trabalhadora. O gesto político da renúncia foi feito para obter mais poder, pois apostou que seus ministros e o Congresso Nacional não a aceitariam. Não foi o que aconteceu, e seu vice, João Goulart, mesmo enfrentando resistências dos setores mais conservadores, o substituiu. A renúncia de Jânio foi um tiro pela culatra.

Chico Alencar

Autor de *Educar na Esperança*, VOZES.

### SUICÍDIO HISTÓRICO

Getúlio Vargas, que voltara à presidência em 1951 “nos braços do povo”, como prometera, governava preocupado com o que considerava soberania nacional e interesses do povo trabalhador. Para tanto, tinha criado a Petrobrás, em 1953 e, em maio de 1954, decretara um aumento de 100% no salário mínimo. As pressões de setores conservadores, por isso mesmo, cresceram bastante, com acusações de corrupção – o “mar de lama” sob o Palácio do Catete, antiga sede do governo. Acuado até pelos chefes militares, Getúlio respondeu de forma dramática e definitiva, provocando imensa comoção popular: suicidou-se com um tiro, em seus aposentos. Deixou um documento político, a Carta Testamento, em que acusava grupos nacionais e internacionais de “não quererem que o trabalhador seja livre nem que o povo seja independente”.

Chico Alencar, autor de

*BR-500 – Um guia para a redescoberta do Brasil*, VOZES.

Sr. João Oliverto.

Ofereço-lhe este livro para que o senhor registre fatos e relatos importantes que só o senhor sabe e lembra porque sua vida é uma enciclopédia, um inventário de objetos e deve ser preservado e visto por outras pessoas.

Da professora

Sandra Mara Dellê

Poço Grande, 5 de junho de 2004.

Existem amizades abençoadas por Deus, com certeza a nossa ligação é divina por ser tão especial e sincera. Conte comigo hoje e sempre. Com saudades...

Sandra Dellê

Pinhão, 04/07/2008.

*Multiplicidade:*

*Cada identidade, uma constelação...*

*“Quem somos nós, quem é cada um de nós, senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginações?”*

*Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.”*

*Ítalo Calvino*

*(Reflexões sobre a educação no próximo milênio).”*

*Esta Genda prezente da professora de portugues Dna Sandra Mara Delle  
5 de junho de 2.004 Sábado*

### **A NOVA CAPITAL**

Concebida pela arte dos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e erguida com o suor dos operários, chamados de “candangos”, Brasília tornou-se capital em 21 de abril de 1960, sucedendo Salvador e Rio de Janeiro nesta função. Inaugurada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, ela era um símbolo da modernização do país e da realização de uma proposta já feita por José Bonifácio, no início do século XIX: a transferência da capital para o interior do país. Estocadores de terrenos no Planalto Central e empresas que investiram na região obtiveram grandes lucros, e houve também muitas denúncias de corrupção na realização de grandes obras imobiliárias. Mas o novo Distrito Federal, sem dúvida, tornou-se um pólo de crescimento econômico e de ocupação humana no Centro-Oeste do Brasil.

Chico Alencar, autor de *Educar na Esperança em tempos de desencanto*, VOZES.

### **A COLUNA PRESTES**

Tudo começou há 80 anos, em 5 de julho de 1924. Repetindo a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrida dois anos antes, jovens oficiais do Exército se rebelaram em São Paulo, condenando os governos das oligarquias e exigindo reformas políticas, com a convocação de uma Assembléia Constituinte. No ano seguinte, os rebeldes juntaram-se a outros revoltosos, que vinham do Sul. Sob o comando do General Miguel Costa e do Capitão Luiz Carlos Prestes (denominado “O Cavaleiro da Esperança”), eles percorreram cerca de 24 mil km durante quase dois anos, sem perder nenhum dos 53 combates travados contra as forças governamentais e os jagunços dos coronéis. Com o fim do governo de Artur Bernardes e o crescimento dos desentendimentos entre seus líderes, a Coluna Invicta se dispersou.

Chico Alencar, autor de *BR-500 – Um guia para a redescoberta do Brasil*, VOZES.

### **O REI DO CANGAÇO**

Durante vinte anos, de 1918 a 1938, um bando, liderado pelo auto-intitulado capitão Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, agitou o Nordeste. Os cangaceiros tentaram fazer justiça com as próprias mãos naquele Brasil rural. Lampião chegou a liderar cem pessoas, entre elas várias mulheres. Exigia dinheiro, comida e às vezes proteção dos fazendeiros, que estimulavam seus jagunços a perseguirem o cangaço. Lampião gostava de distribuir bens para os pobres das cidades do sertão. Apesar de agir com muita violência e crueldade, esse aspecto de justiceiro ficou. Até hoje, especialmente no Nordeste, as opiniões se dividem: uns o vêem como um líder que lutou contra as injustiças, outros como um bandido que apenas semeou maldades, para vingar a morte do pai.

Chico Alencar

Autor de *BR-500, Um guia para a redescoberta do Brasil*, VOZES.

### **DIREITOS MAIS HUMANOS**

Em 1948, após a devastação da 2ª Grande Guerra, os chefes das nações pareceram tomar juízo: assinaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seus 30 artigos constituem uma espécie de estatuto da Humanidade, ao afirmar o que é fundamental para que um ser humano tenha sua dignidade respeitada e, com isso, seja possibilitado como pessoa. Passados 56 anos do lançamento da Carta Magna da ONU, entretanto, muito do que ali está escrito não saiu do papel. Continua a existir exploração, dominação, discriminação e desigualdade. A humanidade já produz, todo dia, alimento suficiente para se alimentar, e no entanto milhões vão dormir com fome. Não basta conhecer os Direitos Humanos: é necessária muita ação, na medida de nossas forças, para que eles se tornem mais do que mera declaração.

Chico Alencar, autor de *Educar na esperança em tempos de desencanto*, VOZES.

## ORAÇÃO A NOSSA SENHORA DE GUADALUPE

Perfeita, sempre Virgem Santa Maria. Mãe do verdadeiro Deus, por quem se vive. A vós que na verdade sois nossa piedosa Mãe, vos procuramos e rogamos. Escutai com piedade nosso pranto, nossas tristezas. Curai nossas penas, nossas misérias e dores. Vós que sois nossa doce e amantíssima Mãe, acolhei-nos sob vosso manto e na cruz de vossos braços. Que não nos aflija nem perturbe nosso coração coisa nenhuma. Mostrai-nos e manifestai-nos a vosso amantíssimo Filho, para que com Ele e nele encontremos nossa salvação e a salvação do mundo. Santíssima virgem Maria de Guadalupe, faz-nos teus mensageiros, mensageiros da palavra e da vontade de Deus. Amém.

Seleção de Geralcino Marques.  
Araçatuba/SP.

*A vida oferece coisas boas de forma tão simples que as pessoas nem se dão conta que as possuem.*  
CEEBJA- PINHÃO- PR  
Prof<sup>a</sup> Sandra

Março 2004.

## TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO

- Jornais: 2 a 6 semanas
- Embalagens de Papel: 1 a 4 meses
- Casca de Frutas: 3 meses
- Guardanapos: 3 meses
- Pontas de Cigarro: 2 anos
- Fósforo: 2 anos
- Chicletes: 2 anos
- Náilon: 30 a 40 anos
- Latas de Alumínio: 100 a 500 anos
- Tampas de Garrafa: 100 a 500 anos
- Pilhas: 100 a 500 anos
- Sacos e Copos Plásticos: 200 a 450 anos.
- Garrafas e Frascos de Vidro/Plástico: Tempo indeterminado

“ Mais importante que desejar um futuro melhor, é a consciência de que estamos ajudando a construí-lo!”  
Carinhosamente  
Sandra

### *Primeira anotação / João Oliverto de Campos*

*Naceu em Combrão Guarapuava est. paraná dia 6 de maio de 1926 Seu pai Francisco Assis de Campos de origem Paraguaí Sua mãe Graciolina Alves de Campos origem alemã // vieram morar no pinhão aquele tempo destrito de Guarapuava vieram morar na Campina do Balaio Bom Retiro poço Grande dia 4 de maio de 1932 seu filio unico João Oliverto de Campos comessou a estudar nua escóla particular pagado por seus pai cinco mil Reis por meis comessado A estudar no dia 2 de janeiro de 1939 Não tinha feriado era de segunda a Sábado ate o meio dia um Sábado ate o meio dia era aula de Religião outro sábado ate o meio dia era aula de dezenho / de segunda a sexta das 7 hs da manhã ate as 16 hs da tarde as 12 hs nos fazia um lanche que nós levava da caza as 13 hs retornava a estudar o nosso professor, José pedro Jesuíno foi trazido por Juvenal de Assis Machado (Machadinho) mais tarde prefeito de Guarapuava, ele trouce o professor para dar aula dos filios dele Valdomiro a Begacir a alair e Vanir ele feis um cenço no lugar foi 62 criança estudar onde tinha moça e Rapais e tudo aprendeu omenos um pouco Terminou nossa Escola dia 31 de dezembro de 1940 Estudemos 2 anos por certo eu aprendi ler escrever e contar. E daí voltei a estudar de novamente em 10 de março de 2.000 mil professora de ciência Édina dos Rei professora de matemática Eliza professora de geografia Luciane o ultimo dia de Aula 24 de novembro*

2.000 eu estava com 74 Anos Escola pelo CAD. Quando dia 28 de fevereiro de 2.004 comessamos A Estudar de novamente no barracão da capela de poço Grande pinhão plo CEEBJA professora de portugues, **Sandra Mara Delle** eu já com 78 Anos 10 de junho de 2.004 João oliverto de Campos. Poço Grande pinhão pr aula 1 Sábado por semana

### **ANOTAÇÕES** não munto satisfatoria

Eu João oliverto de Campos me casei com Dna Rozilma jesus de Campos no dia 29 de junho 1957 Tivemos 2 filias e 1 filio que nasceu morto Dna rozilma munto doentia e 1985 sofreu uma grave sirurgia mais foi feliz e daí sofreu cance de pele feis 31 viagens a Curitiba hospital HERASTO-GUEDES, e a Guarapuava e pinhão estando bem boa ainda sofreu uma sirurgia no abedome mas grassas a Deus tudo foi bem quando chegou o meis de junho de 2.004 aí que veio o pior deu uma doença chamada **penfigo**, e chamada **fogo servaje** foi ligado para afilia ABEGACIR e no dia 27 de junho 2.004 **domingo** dia 28 de junho eu vizitei êla ela para na caza da Abegacir e na caza da Delair filia Também juntas as filias genros netas e biznetas e voltei dia 30 de julho de 2.004 Hoje fais um meis e meio que estou sozinho até quando não sei 11/08/2.004 João oliverto de Campos.

Em dia 3 de setembro 2.004 sexsta feira fomos com o compadre Nerci e eu João oliverto buscar na rodoviária de pinhão pr a minha espoza Dna Rozilma e a abegacir que ficou com noss 8 dias foi dia 10/09 sexsta feira de novo e é para vir a delair dia 10/09, volta dia 17/9 o cauzo de minha espoza é grave só por deus como Deus é Deus pode ser rezorvido peço a Deus Ajuda eu vencer ficou 67 dias fora de caza e vai ter que voltar.

Eu João oliverto de Campos para mim o poço Grande é poço negro a tempo não poço ir num divertimento festas e outros divirtimentos que tudo o povo vai eu não poço ir nem no vizinho eu sou o cazeiro de todo o tempo e eu não sei se um dia vai raiar um novo sol na minha vida vai certo ponto que agente dezacorssoa, todo o mundo do lugar participam todos os domingos festa Sarau cazamentos Rodeio na política não perdem comissio, Agóra eu esto Ezolado do Mundo só trabalhar criar as coisas fazer o bem para os outros ser feliz, e e isso nada mais.

Agora vem o pior † Dona Rozilma Jesus de Campos veio a falecer na caza da ABegacir e do Jorge em Guarapuava dia 28 de outubro de 2004 sexsta feira 11 hs da noite ou seja 23 hs deixando viuwo Sr João oliverto de Campos e 2 filias Delair e Abegacir e 4 netas Rozidete e Noíza e Ellem e Tumara e 2 bisnetas Gesica e Bruna a funerária de Guarapuava trouce ate a capela de poço Grande foi velado na capela mais foi importante a quantia de gente compadres comadres afiliadas afiliados No total êla deixou 194 afiliadas uns 35 já eram mortos 159 vivos Dna Rozilma filia de Domingo Ramos

de Moraes e Dna francelina Maria de Moraes todos de saudóza memoria cazouce com João oliverto de Campos 26/6/1957 vivemos 47 anos e 4 meis daí ela foi e eu fiquei João oliverto de Campos filio de francisco Assis de Campos e Dna Graciolina alves de Campos Dna Rozilma foi sepultada as 17 hs do dia 29 de outubro 2.004 sexsta feira cemiterio de poço Grande pinhão pr junto a capela de Francisco Assis Campos e Dna Graciolina Alves de Campos / Motivo da doença que cauzou a morte de Dna Rozilma foi o cancer que cuidou dela no hospital Sta Tereza foi o Dr Federico e Dr Cloves e dr Federico neto e Dra Renata fizeram todo o que podia ser feito nada adianta Dna Rozilma ainda votou nas eleição de 3 de outubro 2.004 agôra só ficou a saudade de minha querida espoza que munto me ajudou na vida ela era apozentada eu e Dna Rozilma fizemos bodas de prata 25 anos de cazados Cazemos de novo 29/6/1982 celebrante frei Domingo delmane e Dna Rozilma feis a ultima confição e comunhão na capela de poço Grande 5 de setembro 2004 e se reconciliou com a comadre Marilene de paula se perdoaram de uma malquerencia de 7 anos se perdoaram em 11/9/2004 assino João oliverto de Campos 1-11-2.004 † amem

O ano de 2.004 Neste ano faleceu 5 pessoas da nossa comunidade alguns já não moravam mais aqui no passado eram daqui **em dia 1 de março 2.004 faleceu comadre Maria de lima Moraes** velado na capela poço grande morava na comunidade de poço grande **em dia 12 de março 2.004 faleceu no pinhão comadre Maria cochusk** no passado morava em poço grande **em dia 2 de maio de 2.004 faleceu em Guarapuava comadre Ana Kresk Correia** moradora da qui de poço grande pinhão **em 25 de junho de 2.004 faleceu em Guarapuava Antonio Mendes de campo** no passado morava em poço grande ai agora morava no pinhão **em dia 28 de outubro de 2.004 faleceu Dna Rozilma Jesus de campos faleceu em Guarapuava na casa da filia veio ser velada na capela de poço Grande em sua propriedade seputouce no cemitério de poço grande dia 29 de outubro de 2.004** Deixou viuvo Sr João oliverto de Campos

**DONA ROZILMA FALECEU DIA de são Judas Tadeu 20.10.2004**

Dia 28 de novembro 2.004 1º domingo do Advento foi celebrado a santa missa do primeiro meis de falecimento de Dna Rozilma Jezus de campos capela de S. Sebastião e Sto Antonio de poço grande pinhão pr capela que ela ajudou fundar também teve 1ª comunhão de 8 criança 6 menina e 2 pia celebrante padre Jair Rocha assino João oliverto de Campos 28-11-2.004



A luz verdadeira, aquela que ilumina todo o Homem, estava chegando ao mundo.

*ESTE ANO 2004 LEVOU minha esposa Dna Rozilma.*

**NATAL DO SENHOR:** solenidade, br., três missas prs Gl., Cr., Pfs. do N. Leituras: *Noite:* Is 9, 1-6/SI 95/Tt 2,11-14/Lc 2,1-14. *Aurora:* Is 62,11-12/SI 96/Tt 3,4-7/Lc 2,15-20. *Dia:* Is 52,7-10/SI 97/Hb 1,1-6/Jo 1,1-18. **Santos:** Mártires de Nicomédia/ Jacó de Tódi/Anastácia.

*Fiquei eu viuvo João Oliverto de Campos*

**2004. DEZ. SAB**

**25**

-360/ + 6

Feriado Nacional

*Resta a saudade  
para mim não tem Natal  
Tudo já terminou.*

### **AME!**

A inteligência sem amor, te faz perverso.  
A justiça sem amor, te faz implacável.  
A diplomacia sem amor, te faz hipócrita.  
O êxito sem amor, te faz arrogante.  
A riqueza sem amor, te faz avaro.  
A docilidade sem amor, te faz servil.  
A pobreza sem amor, te faz orgulhoso.  
A beleza sem amor, te faz ridículo.  
A autoridade sem amor, te faz tirano.  
O trabalho sem amor, te faz escravo.  
A simplicidade sem amor, te faz introvertido.  
A lei sem amor, te escraviza.  
A política sem amor, te deixa egoísta.  
A fê sem amor, te deixa fanático.  
A cruz sem amor se converte em tortura.  
A vida sem amor.... não tem sentido.

Seleção de Lucília Barenco  
Petrópolis/RJ

*FOI ESTALADO AGUA na caza por motor no dia 29 e 30 de dezembro de 2.004 por sio Olivair sio Liva motorista da lotação das crianças ajudante Hemerson da crus e João Oliverto de campos dono da propriedade sitio S. Sebastião consagrado ao S.C. de Jesus em 4 de agosto do ano 2.000 a água vem da gruta Na sa da penha e Na sa de fatima / poço grande 30-12-04 pinhão pr.*

*Para. João Oliverto de Campos*

### **Nosso Pais**

Claito dos Santos  
Vanilda Matias Santos  
(in memorian)

Silvio Moraes  
Maria de Lima Moraes  
(in memorian)

### **Janete e Edensilson**

Convidam para a cerimônia religiosa de casamento, a realizar-se no dia 22 de Janeiro de 2005, às 10:00 horas, na Igreja Matriz Divino Espírito Santo.

A enorme alegria desta data será ainda maior com sua presença.

*ESTE AFILIADO EDENILSON Moraes que se cazou com a Janete dos Santos este rapais morou com noss 2 anos 1999 e o ano 2000 cazou dia 22 de janeiro de 2005 eu fui com o meu fusca motorista o Jozé Nerci e Dna Dulcia foi também e o Lucas e a Delair que veio de Guarapuava do pinhão pra cá veio com nós e Neruza veio com Dna Ana Xusk assistimos o*

cazamento na matris e no cartório e viemos adiante na recepeção almoço e viemos adiante para abrir o barracão da capela de poço Grande para o conjunto **Lobo Bravo** estalar os aparelhos de som o baile comessou as 16 hs e foi ate as 2 da madrugada munto povo mas não teve nem uma alteração tudo correu bem mais pra mim não prestou a festa por mas boa que estava motivo eu estar de luto de 90 dias que minha espoza ter falecido em 28.10.2.004 Ela também era madrinha do Edenilson e ela na vida queria munto bem e o Edenilson e pra mim tudo a alegria foi água a baixo assino João oliverto de Campos 23.01.2005

O afiliado Jozé Antonio de Moraes e Lucimar da Crus Moraes ela sobrinha por parte da falecida minha espoza Dna Rozilma Eles vieram morar na nossa cozinha antiga em 4 de fevereiro do ano de 2.005 sexsta feira / João oliverto de Campos.

E pararam apenas só 15 dias motivo que ele foi despachado do serviço que trabalhava mudouce dia 19/02/2.005 la pro Luiz Belem

Retornou nossa escola do CEEBJA dia 19 de fevereiro de 2.005 Sábado no barracão da capela de poço grande prof. Nelson, de matemática deu só uma aula 1º sábado e daí 2º e 3º sábado foi a professora de INGLES Rozangila Amaral de Guarapuava ela irmã do famoso Gilson Amaral

Tudo ficou na saudade

Tantos rapais e pia que trabalharam com migo no passado compadre Jorge **1** Moraes cunhado em solteiro morou 5 anos com noss compadre João **2** morais cunhado em solteiro trabalhou com migo Jozé **3** Ramos de Moraes trabalhou e morou com noss **4** Jozé Nerci morou 13 anos com nos e trabalhou para noss ele cazado Leandro lima **5** morou com nos 1 ano trabalhou Nelson Jozé **6** de Moraes afiliado e sobrinho de Dna Rozilma morou 3 anos e trabalhou para nos Celson **7** luís de paula afiliado em 2 vezes solteiro morou 2 anos e 6 meis cazado morou 2 anos e 1 mes e hoje compadre 3 vezes e daí as ermã dele Carlos **8** Jozé **9** Pedro **10** e o compadre Bento **11** Narcizo de paula pai desses rapais trabalhou munto para noss e daí o Dirceu Jozé **12** dos santos morou no total 8 anos trabalhou com noss e o compadre João Rodrigues Sobrinho trabalhou com a família no meu terreno de cultura por 12 anos nos juntos **13** trabalhou pra mim e o Airton **14** filio dele e o Nerci **15** filio dele e daí o Adenilson **16** de Lara morou 17 meis com noss trabalhou e o Adenir da costa meu afiliado trabalhou pra mim **17** / E daí o Edenilson **18** Moraes afiliado que morou com noss 2 anos 1999 e 2.000 mil E trabalhou munto com migo João oliverto de Campos e outros antes Jorge de Nha Balbina **19** e o Sebastiazinho Sutaco **20** pessoas esses foram mais antes depois do compadre Jorge e o compadre João e o Meu Sogra Domingos Ramos de Moraes e a Sogra Dna francelina Maria de

Morais moraram 5 anos com noss de 1979 a 1984 já são falecidos eram pai da Minha Mulher Dna Rozilma já falecida/ Ficou gravado na minha genda e na minha memória João oliverto de Campos

Anotação triste † eu João oliverto de Campos com tristeza eu faço esta anotação / O meu querido compadre e parente João Rodrigues Sobrinho faleceu no hospital São Vicente em Guarapuava dia 18 de abril de 2005 viuvo de Doraci penteado Rodrigues ele deixou filios e netos filio Maria AIRTO Nerci netos Alan ELLEN ana eduarda e um do Nerci não sei o nome João Rodrigues nasceu aqui em poço Grande em 1945 e estudou aqui mezmoo 4ª serie cazouce com Doraci 12/02/1968 ele ajudou construir a igreja de madeira aqui em poço Grande em 1976 Doraci e a filia Maria trabalharam na igreja dezde 1976 até 1987 daí eles mudaram para a cidade do pinhão Mais antes deles mudaram o compadre João e a comadre Doraci e os filios trabalharam em meu terreno de cultura 12 anos enfrentemos a vida junto eramos compadres padrinho do AIRTON 3 vezes e padrinho dos filios do Airton compadre Airton comadre Doraci faleceu em 30-11-1998 Minha velha Dna Rozilma faleceu em 28/10/2.004 e o compadre João faleceu dia 18 de Abril 2.005 Bem o dia que foi eleito o novo papa Bento XVI eleito dia 18 de Abril de 2.005 Que o papa anterior João paulo II que faleceu dia 2 de abril de 2.005 tudo esta mudando em nossos dias.

### 23/04: SÃO JORGE

No final da Idade Média, a historia de São Jorge era muito conhecida em toda Europa conforme relata uma Legenda do Beato Tiago de Voragine. Mas há muitos escritos sobre o santo principalmente em relação a sua batalha com um dragão que aterrorizava a província da Líbia. Com sua vitória sobre o dragão mais de 15 mil homens se fizeram batizar, sem contar as mulher e as crianças. Mas há uma série de motivos para se acreditar que São Jorge foi um verdadeiro mártir e que realmente sofreu a morte em Dióspolis, na Palestina, provavelmente em época anterior ao Imperador Constantino. Durante os séculos XVII e XVIII, sua festa era dia santo de guarda para a Igreja Católica, e o Papa Bento XIV reconheceu-o como padroeiro do Reino da Inglaterra.

Frei Marcos Antônio de Andrade, OFM  
Agudos/SP.

### RECORDES METEOROLÓGICOS

**Chuva:** Os recordes de precipitações: índice pluviométrico de 5.700mm em 10 dias (Ciclone tropical Hyacinthe); 3.200mm em 3 dias (Ciclone tropical Hyacinthe); 1.800mm em 1 dia (Ciclone tropical Denize) e 1.100mm em 12 horas (Ciclone tropical Denize).

**Granizo:** O maior granizo do mundo, com uma massa de 1,02kg, caiu em 1986, em Bangladesh, na Índia. A saraiva provocou a morte de 92 pessoas.

**Tufão:** em 1992, o tufão Andrew, ao tocar a Flórida e a Lousiana, causou um prejuízo de 25 milhões de dólares; em 1970, o tufão de Bangladesh causou a maior taxa de mortalidade: pelo menos 300.000 pessoas foram submersas por ondas gigantes; em 1899, o tufão da Baía de Bathurst causou ondas de 13 metros de altura.

Ronaldo Rogério de Freitas Mourão  
Autor de *Da Terra às Galáxias*, VOZES.

O ultimo dia que o compadre João Rodrigues Sobrinho ESTEVE aqui em minha caza foi no baile do casamento de Edenilson 22 de janeiro de 2005 dali 2 dias ja foi para o hospital Sta crus e por ai terminou

O tumulo de Dna Rozilma foi feito dia 18 de abril de 2.005 que fizemos foi eu João Oliverto de Campos e Deoraldo de Jezus Sobrinho Bem o dia que foi eleito o novo papa Bento XVI e bem o dia que faleceu João Rodrigues Sobrinho tumulo de pre montado ficou otimo. †

**Do dia de semana:** br., missa pr., Pf. da Ascensão. Ou Nossa Senhora de Fátima.  
**Leituras:** At 25,13b-2 / Sl 102 / Jo 21,15-19. **Santos:** Nossa Senhora de Fátima / Júlia Billiart / Glicéria.

### Neste dia

Dia da Fraternidade Brasileira, dia da Abolição da Escravatura, dia do Automóvel, dia da Estrada de Rodagem e dia do Zootecnista

### faleceu Dna

Pela terceira vez Jesus perguntou: "Simão filho de João, tu me amas?" Jo 21,17ª

### Maria Mendes Correia

O irmão é um amigo dado pela natureza.

G. M. Legouvé

### Dna Marica

2005. MAI. SEX

-133/+232

7ª Semana da Páscoa

# 13

### Nha Marica

Lua Nova

### Nota de falecimento †

Faleceu em pinhão pr Dna Maria Mendes Correia dia 13 de Maio de 2.005 10 HS sexta feira ela filia de Lucidorio Correia e Etervina Maria Jurdina de Sandoza Memória ela naceu aqui em poço Grande e criouce aqui e cazouce com Jozepedro Sobrinho em 1946 ele já falecido 14/04/72 ela ficou viuwa 32 anos silás Dinivar Denilda Tereza (João Maria já falecido a 30 anos) e Sebastiao e Deoraldo e Delair em 2.001 ela foi pro pinhão onde ela tinha caza motivo doença para fazer tratamento ela foi velada na capela mortuaria veio ser sepultada no cemiterio de poço

grande junto seu espoz Comadre Maria conhecida por Dna Marica criou um filio adotivo Jozepedro Mendes ela deixou netos e bisnetos faleceu com 82 anos de idade era uma pessoa munto querida na comunidade ela também criou um sobrinho e afiliado e feis cazar Antonio Mendes de Campos já falecido ela sepultouce dia 14 de Maio de 2.005 11 HS assino João Oliverto de campos.

O tempo passa e a lembrança fica e em cêrtas pessoas não eziste lembranças por mais que diga eu quêro bem mais é amor falço e só quando perciza que tem amor passou dali você não eziste na minha memória. O querido afiliado que eu queria bem de mais engano meu em meis de maio de 2.005 ele mudouce para Curitiba com a mulher e nem se quer me avizou sendo que morou com noss no tempo que minha espoz ERA viva 1999 e 2.000 todo quem sabe se um dia ele alembrará Deus que ajude o ultimo dia que ele pozou aqui em caza foi 2 para 3 de setembro de 2.004 e foi com migo ate o pinhão que fomos de fusca buscar a minha velha Dna Rozilma

e a Begacir na rodoviária do pinhão motorista meu José Nerci Mendes dono do fusca eu João Oliverto de Campos.

CEEBJA

Nosso professor de ciência professor Claudio última aula foi dia 21 de Maio 2.005 Sábado / assino aluno João Oliverto de Campos.

Fizemos ingles com a professora Sandra de junho a agosto de 2.005

### Uma história do morro da crus

Contada pelos 5 Homens Antigos que contavam pro meu pai e eles proziando e eu anotando no caderno

Contado por 1 Jeronimo Leonardo de Ramos / fazendeiro

Contado por 2 Diulindro Elauterio de Ramos / fazendeiro

Contado por 3 Pedro Cavalheiro de Lima / fazendeiro

Contado por 4 Antonio Benizio de Ramos / lavrador

Contado por 5 Manoel Fagundes ..... / lavrador

Diziam eles

Que no ano de 1894 nas 3 lagoas abaixo do morro a beira da estrada tropeira na lagoa do meio foi encontrado um dragão igual a quele que São Jorge esta lanceando só que o dragão estava morto os homens que voltavam a mata o acharam o fenômeno, e se assustaram muito e a vizaram os vizinhos da Época Reunice o povo como não sabiam o que fazer montaram no burro e puxaram outro e lá se foram para a cidade de Guarapuava, buscar o Francisco Clève (**Chico Clève**) que hoje tem só a praça Clève e o homem veio ver o fenômeno e disse não é do meu conhecimento esse fenômeno Vocês amontoem bastante lenha e queime só não tomem a fumaça. assim a fizeram

Dali a poucos dias chegou o profeta **João Maria de Jesus** o povo assustado contaram o cauzo ao profeta ele nada dice só dice vocês estão vendo aquele morro lá em nossa frente estamos sim tudo bem no dia 3 de Maio vocês plantem uma crus de sedro lá e rezem e façam suas oração quando eu de novo voltar por aqui vocês tem cauzo a me contar e o povo fez o pedido do profeta colocaram o cruzeiro no morro e fizeram as oração.

Diziam eles quando chegou o ano de 1.900 escureceu o lugar e sobre veio uma grande tempestade vendaval que uma árvore alcançou a outra mesmo no pinhal gigante foi grande o estrago mais não matou ninguém não levou o rancho de ninguém que para um compadre ir ver o outro se não tinha morrido percizava de ferramentas machado foice facão e serra de trazar mais os compadres estavam tudo bem grassas a Deus eles pensaram temos que contar o profeta sobre a tormenta,

Mais não foi só isso não

Quando chegou o ano de 1902 escureceu o lugar parecia vir outra tormenta comessaram a rezar e fazer suas peces pedir auxilio a Deus e lembrar de S. João Maria caiu a chuva e logo clariou de novo o sol volto a brilhar não foi nada grassas a Deus e S. João Maria

saiu de novamente os peão a voltiar a mata a passar pela estrada tropeira deram com a lagoa do meio cheia de cobras de todas as espécies ate de aza todas mortas saíram de novamente avizar os vizinho que a lagoa do Monstro estava cheia de cóbras só que estavam mórtas se reuniram de novamente os vizinhos da época ate de longe vieram ver o fenomeno lembraram da recomendação do Clêve vamos amontoar e queimar assim o fizeram.

Na queles dias veio o profeta João Maria e elles tiveram coiza para contar a elle e elle dice se voceis tivessem ABuzado atormenta mataria munta gente e criação destruiria muntos ranchos e as cóbras cairiam vivas e terminaria o resto sobrava munto pouco mais como voceis não ABuzaram nada aconteceu e nunca deixem de fazer as oração lá no morro dia 3 de maio de cada ano por que no futuro se ficará ABandonado cair ais crus e não mais colocarem os fenomenos vão se repetir.

Versão

Os terrenos tróca de donos na quele tempo era terreno dos Candidos daí passou a ser de Jeronimo Leonardo de Ramos e outros e nos dias de hoje novo milenio e todo de Amauri Lamisk (Mauro) No passado era pinhar gigante Hoje e planta e pasto O maior fazendeiro de nosso lugar diziam que elle era ateu mais não É o que o povo dis elle arrumou um escultor de madeira e mandou fazer a imagem de João Maria lá no serro e vai mandar fazer uma capelinha lá no serro da crus que com o passar dos tempo passa chamar se Morro de João Maria do morro avista a manção do Grande fazendeiro Amauri Lamisk.

**Eu tenho fé em Nso Sr Jezus Cristo e em São João Maria e nossa Mãe Santicima e no pai filio espírito santo e em toda a igreja que não vão se repetir os fenomenos vai ser um ponto turístico o morro da crus + morro de João Maria.** eu escrevi esta historia para ficar de lembrança

João oliverto de Campos poço Grande pinhão pr estou quazi com 80 anos naci em Guarapuava Quando meus pais vieram para o pinhão 4 de Maio de 1932 eu completava 6 anos no dia 6 de maio naci em 1926 Rezido no pinhão a 73 anos.

2.005 HOJE DIA 27 DE AGOSTO 2.005

1932 (Sábado)

0073

É uma lembrança uma saudade sem fim hoje 1 de outubro de 2.005 hoje feis 1 ano que eu fui pro pinhão e a minha vèlha Dna Rozilma ficou se aqueitando na cozinha de xão pela ultima veis 1 de outubro 2.004

hoje 1 de outubro 2.005 28 de outubro fais 1 ano que faleceu 28-10-2.004  
Rêsta só a saudade para mim João oliverto de Campos na grande solidão  
longe de minha família só no meio dos estranhos mas no mezmo lugar  
poço grande pinhão

Em 23 de outubro de 2.005 **domingo**, tivemos a Eleição do Referendo em todo o Brasil o 1 não ganhou em todo o território nacional e 2 sim perdeu em todo o território nacional o não defendeu os direitos podemos comprar armas e munição o sim era a favor o dezarmamento a lei que os (?) ezistia no Brazil nem na ditadura do Jetulio varga e na ditadura militar no prezidente lula que criou essa lei comunista Mais grassas a Deus não aprovou foi derrotada

CAPELA DE POÇO grande pinhão pr.

São Sebastião e Sto Antonio fundada por João oliverto de Campos e sua espôza Dna Rozilma Jesus de Campos em agosto de 1976 ela era a 1ª de madeira e em 1998 foi debolido e feito de material por Sio Antonio ferreira de oliveira e Dna Marcemília Maria de oliveira e seus filhos pedro ivo e Leninha (Antonio Diogo) que trabalhou 9 anos na comunidade e munto combinado com Sio João oliverto e **como tudo passa entrou nova diretoria mulheres munto sabidas e energicas e por motivo de uma neta de João oliverto essa sendo Adeventista do 7º dia vir dar lição biblica na casa do Sio João oliverto dia 4 de setembro de 2.005 num domingo de culto João oliverto sofreu reprezalia foi atacado e destrutado publicamente por os dirigentes e pelos padres de pinhão / João oliverto ficou calado e não falou só ouviu só ouviu bastante / 4 de setembro do ano 2.005 ele viuvo**

### Uma historia de saudade

Um não sabia do outro se existiam

Sio Jozê Atilio de oliveira e Dna Cirema Santos oliveira vieram da fazenda Taqua perto de Guarapuava dia 5 de janeiro de 2.005 vieram ser gerente da fazenda de Sio Gilmar Bonanza no poço Grande do pinhão pra ficamos conhecidos eu já era viuvo e como a fazenda não tinha lus Sio Atilio me alugou a cozinha antiga em abril de 2.005 e eles falaram com migo para batizar na igreja católica o **Marcos felipe dos santos Olivera com 12 anos** eu João oliverto de campos e a comadre Ana Maria Ap. Moraes batizemos o Marcos felipe **no dia 11 de janeiro de 2.005** ficamos compadres com Sio Jozê Atilio e comadre Cirema Santos oliveira e eles paravam 2 dias na fazenda pozavam 2 noite na fazenda e 3 noite a qui na minha cozinha antiga Truciram cama sofa meza cadeira fogão a gais a lenha já tinha na cozinha televisão a parabólica geladeira batedeira ferro elétrico e tanque de lavar roupa pararam 6 meis junto com migo e se mudaram no dia 10 de novembro de 2.005 nua fazenda de um alemão no fundo Grande Reserva do Iguacu ficou so a saudade dos compadre e do afiliado **Assino João oliverto de Campos 10.11.2.005**

## CARTA DA TERRA

O debate ambiental ganhou impulso com a realização, em 1992, da conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. O evento, que ficou conhecido como ECO-92 ou Rio-92, fez novo balanço dos progressos realizados e elaborou documentos importantes, que continuam a ser referência para as discussões atuais. (...) Grande número de ONGs participou dessa conferência, realizando de forma paralela o Fórum Global, que aprovou a Declaração do Rio (ou Carta da Terra). De acordo com esse documento, os países ricos têm maior responsabilidade na conservação de planeta. E, se os avanços tecnológicos em curso não forem suficientes para assegurar a integridade da biosfera, será necessário diminuir o padrão de produção e consumo, especialmente nessas nações.

*Almanaque Abril 2003. Ed. Abril.*

*Comessemos a estudar dia 19 de fevereiro do ano 2.005 ate o dia 10 de dezembro do ano 2.005*

*Inglês astronomia professor Nelson  
professora Sandra inglês Física  
professora Janeta Matemática  
professor Nelson ciência professor  
Cláudio*

*Nôta de falecimento † faleceu em  
pinhão pr dia 20 de dezembro 2.005  
as 3 HS da manha Bento Narcizo de  
paula Compadre Bento Narcizo de  
paula morou em nossa comunidade  
de poço grande 14 anos de 1982 a  
2.002 ele natural de S. Domingo  
morou no pinhão munto tempo e  
voltou morar no pinhão em 2.002  
deixando viuva Dna Maria Olinda*

*de paula deixou filios Amilton João Carlos e Cêlson e pedro e a Marilene e Maria aparecida e 13 nêtos e uma Biznêta e no poço grande festejou Na S<sup>a</sup> Aparecida por 10 anos e noss eramos compadres por 3 vezes assina João Oliverto de Campos.*

*A NOVA cozinha foi comessado no dia 27 de dezembro de 2.005 foi terminado no dia 7 de janeiro de 2.006 sábado ficou R\$ 653,00 Quem serrou a madeira e feis foi Neuri Duarte de Macedo ajudante Airton de Moraes proprietário João Oliverto de Campos viuvo com 80 anos Local poço grande*

*Nôta de falecimento †*

*Faleceu em Guarapuava paraná a Senhõra Dna Marcilia Alves Moreira dia 2 de fevereiro do ano 2.006 as 8 HS da manhã Era espoza do antigo oficial de justiça Agenor Moreira ja a anos falecido êla era erma de minha mãe e tia minha e madrinha Era a ultima da familia Amadre que restava faleceu com 94 anos deixando muntos filios e nêtos bis nêtos e tataranetos para clareza Assino João Oliverto de Campos 2/2/06*

*Nota de falecimento faleceu no hospital São Vicente em † Guarapuava pr A professora e minha comadre Duas vezes IRENE aparecida Brazilio dia 13 de fevereiro do ano 2.006 foi velada na capêla mortuaria de pinhão pr Teve 2 culto a noite 1 evangelico e outro catolico foi trazido ate a capela de poço grande por 20 minutos foi celebrado duas dezenas do terço Deixo um casal de filios Jian com 14 anos e Joice com 10 anos Êram separado com Ari Jozé Caldas foi professora por 20 anos eu padrinho dos 2 filios*



dela Jean e Joice Seputouce no cemitério de poço Grande dia 14 de fevereiro do ano 2.006 Assino João Oliverto de Campos  
14/02/2.006 ficou a saudade †

Anotação

No dia 27 de abril de 2.006 quinta feira tive uma ENTREVISTA com as professoras de Zatarlandia e os alunos de 2 a 2ª seire e 2 a 4ª a 5ª serie entrevista para eu contar a história do Morro da Crus fui fotografado e filmado viemos ate as 3 lagoas das cobras / professora Cirdinei professora Alice

2ª serie A

- 1- Professora Lourdes Severino
- 2- Jaqueline Padilha
- 3- Vanessa machado
- 4- Niclia M. Fonseca de Oliveira
- 5- Andressa de Camargo
- 6- Fabiana da Cruz de Oliveira
- 7- João Maria Soares Neto
- 8- Josnei francisco Cortes
- 9- Josmar Albino
- 10- Denilson de Lima Soares
- 11- Edivaldo festes
- 12- Juliano Nascimento
- 13- Samuel Nunes albino
- 14- Valmir da Luz Rodrigues
- 15- Dacir Ferreira Prestes
- 16- 4ª série Prof.<sup>a</sup> Vera Moraes
- 17- Tiago de Jesus de Lima Pires
- 18- Joelma Aparecida Albino
- 19- Valmir machado
- 20- Evaldo passos correira
- 21- Rafaela Emmanuelle de Lima
- 22- Edivane do Belém Correia Kriguer
- 23- Emerson dos Santos Lima
- 24- Maikon Ferreira
- 25- José Lucas Meira Stler
- 26- Luciane Fátima de Camargo
- 27- Maria Loriane Santos
- 28- Jaine Kauane Lima
- 29- Jocelene do Nascimento Almeida
- 30 Christian carvalho Boeiro dos santos .
- 31 Eliane Aparecida Nascimento.
- 32 Renato Zanata de Macedo.
- 33 Cristiane de Fatima da Cruz Oliveira .

Professora Lourdes professora Neuza professora Ilce  
Entrevistado o velho artigo  
João Oliverto de Campos  
Com 80 anos de idade  
Os Alunos assinaram a minha gerada 27/04/2.006

Os professores assinaram  
A gerida  
Eiquei Murto Emocionado por o Acontecido  
Assino João oliverto de Campos 27/04/2006  
Poço Grande Bom Retiro pinhão PR

- 34 Mauricio José Nascimento .
- 35 Damaris dos Santos Nascimento .
- 36 Yara Mendes Correia .
- 37 Flávia Correia de Almeida .
- 38 Maikon Marcelo camargo .
- 39 Delris Capelete De Ramos .
- 40 Anderson de Camargo .
- 41 Andrei Luiz Macedo .
- 42 Daniel F Macedo
- 43 Isabele Ramos Melo
- 44 Nilda Carmem dos Santos .
- 45 Vince S. De Souza .
- 46 Odacir de Camargo .
- 47 Silmara Meira Maçedo .
- 48 Esequiel de Jesus Lima .
- 49 Leandro Augusto Mendes .

“2ª Série B” Profª Neuza M. Camargo

- 50 Silvane
- 51 Jocilma de F. Lima Pires
- 52 Wesley Gabaél correia Klilguer
- 53 Jefersom alves
- 54 gabriel m. machado
- 55 José Luciano maçedo
- 56 Revison José de Macedo
- 57 - Alice Cléia Streski de Oliveira – Supervisora
- 58- Cerdinei Maria Alves Laviuske Silva. Diretora

Lista de Alunos e Professores 03/05/06  
Que vistaram o Cerro da Cruz no dia 3 de maio de 2006

Pré	3ª Série		
Canaina	Anita	Karoline	Sabrina aparecida
Kathryn	Jonas	Josiane	Natalha
Hellen	Valdecir	Caroline	Lediane
Robert	Israel	Adjane	
Jeam	Jailson	Robeson	
Luca	Jhonatan	João Paulo	
Nicolli	Marcos	Fernanda	
Iranydo	Geovan	Valdir	
Emily	Catiele	Aguinaldo	
Katiane	Valdemar	Liziane PK da L	
Ailson	Linei	Leandro	
Graciele	Rosiane S	3ª série	
Marli T. Padilha	Ana Tereza	Joelma	

1ª Série	Anderson
Jaize	Cristiano
Luciane	Felipe
Érica	Cleverson
Vagmer	Eduardo
Sheila	William
Valdirene	
Reinaldo	e terminado tudo em 24 de julho de 2006
Carlos Eduardo	Assino João aliverto de Campos 24/07/2.006.

Categoricamente mais uma vez fui entrevistado pelo professorado das escolas de Zattarlandia dia 3 de Maio de 2.006 lá no morro da crus com os alunos que não estavam na entrevista do dia 27/04 passado e eles queriam me conhecer e ouvir a história do Morro da crus o qual denovo eu contei a eles ficaram emocionados e fui fotografado e filmado de novamente ao encerrar convidei as crianças a rezar o pai nosso e uma Ave maria a São João Maria de Jezus e daí para encerrar uma salva de palmas vamos em pas e o Senhor nós acompanhe Amem  
João olivêto de Campos 3/05/2.006

**Um sonho realizado** eu João olivêto de Campos tinha um sonho de revestir a capelinha de meus pai francisco Assis de Campos **Chico de Campos que nasceu em Guarapuava pr 25 de Agosto de 1899 e faleceu em 25 de dezembro de 1965 sepultado no cemiterio de poço Grande pinhão pr** e Minha Mãe Graciolina Alves de Campos natural de Sta Catarina nasceu em 9 de outubro de 1905 e faleceu em 9 de dezembro de 1988 sepultado junto de Meu pai embaixo da capelinha em cemiterio de Poço grande pinhão Hoje a capelinha de madeira revestida de pré boldado o Tumulo de minha Esposa Dna Rozilma Jesus de Campos faleceu em 28/10/2.004 sepultado cemiterio de poço grande tumulo de pré boldado o do Genro João Maria Sobrinho e de pré Boldado **Quem trabalhou foi eu João olivêto de Campos e o Afiliado Cêlson Luis de paula e o Afiliado Jozê Antonio de Moraes** comessado em 8 de julho de 2.006 e terminado tudo em 24 de julho de 2.006  
Assino João olivêto de Campos 24/07/2.006.

A HISTÓRIA da vida de Juvenal de Assis Machado (Machadinho) consta se que ele foi tenente de EZÉRCITO e em 1930 foi Revolucionario vendeu 40 homem escolido pro Jeneral pain e para poder Apanhar os homem ele feis um grande baile e a Meia noite chegou o jeneral com o povo dele e Aprenderam os homem e o levaram para A Revolução mais como não foi percizo eles foram liberados contado por o Senhor Jaime Medina junhor que tambem foi prezo na Mezma veis e outros contavam A Mezma história e dai o Machadinho teve que Se Auzentar do lugar

por algum tempo e em 1936 ele voltou para o poço grande pinhão distrito de Guarapuava na quele tempo dai ele veio trabalhar comprar gado animal pórcos e Mulas Burros ele proprietario em poço grande feis uma caza munto boa que hoje A pouco tempo foi quimado por vandalos o Machadinho trouce em poço grande a 1ª Escola particular ele feis um cenço nos vizinhos pegou 62 alunos crianças rapais e Moças e pia em 1939 e 1940 Aonde os filios dele aprenderam as primeiras letras Valdomiro ABegacir Alair e Evanir Machadinho era cazado com Dna Balbina Mendes Machado filia de Nho Nêco Mendes e o Machadinho filio de Joaquim Machado foi A onde eu Aprendi A ler escrever e contar em 1939 e 1940 O professor contratado era Jozê pedro Jezuíno os pai das crianças pagavam 5000 mil Reis por Meis a cada crianças se tivesse 2 eram 10.000 mil Reis por meis Comessava A aula 7 HS da manhã as 12 HS fazia se um lanxe que trazia da caza as 13 HS retornava e parava A aula as 16 Hs de segunda a Sábado ate o meio dia não tinha feriados era Só o domingo um sábado ate o meio dia dezenhava outro sábado ate o meio dia aula de Religião atraveis da Bibia// cada bimêstre o Machadinho e Dna Balbina e outros faziam uma Avaliação chamavam de izame// o Machadinho êra homem bom amigo de Meu pai francisco Assis de campos em 1942 o Machadinho tornouce comprador de pinheiros gigantes foi ele que trouce a firma Zattar no boi carreiro bom retiro mais tarde o Machadinho mudouce para Vila Nôva hoje cidade de pinhão pr e em 1950 o Machadinho foi eleito prefeito de Guarapuava pelo P.T.B Apois tudo isso ele foi para Curitiba se tornou fazendeiro de café no nôrte do Paraná Dna Balbina faleceu antes dele e ele faleceu em Curitiba em 25 de janeiro de 1995 contase com 95 anos o filio dele Valdomir fazendeiro em Rondonia e as filias são Advogadas e o que agente soube todas em Curitiba Capital do Estado do paraná e aí terminou a Historia do Juvenal de Assis Machado (Machadinho)

Assino João olivêrto de Campos 6-11-2.006

### **MÊS DE DESGOSTO?**

Há uma lenda que diz que agosto é um mês que atrai desgraças e problemas políticos. Esta crendice, que é particularmente forte no Brasil, começou no início do século passado, em função da Primeira Guerra Mundial, deflagrada em 1º de agosto de 1914 e que deixou um rastro de destruição e morte jamais vistos. O fato dos presidentes Getúlio Vargas e Jânio Quadros terem, respectivamente, se suicidado e renunciado em agosto – um em 1954, outro em 1961 –, causando comoção, reforçou esta falsa tese. Quem inventou a divisão do tempo em dias, meses e anos foi o ser humano, e nem ele nem Deus definiram um período determinado para azares. Cada um de nós vai, entre erros e acertos, compondo sua própria história. Os fatos negativos podem acontecer em qualquer época, assim como os positivos.

Chico Alencar

Autor de *Educar na Esperança em Tempos de Desencanto*, VOZES

## ANIMAIS NO ALTAR (128)

O cavalo aparece muitas vezes nas pinturas da morte de Jesus no Calvário. Ou é o centurião que está a cavalo ou é o soldado que perfura o lado de Jesus com lança (e que a tradição chamou de Longino). Na suposição de que o cavalo simbolize a soberba, a prepotência, a luxúria desenfreada, o orgulho (como significava nos textos proféticos), o centurião, sentado num cavalo, proclama: "Verdadeiramente este era o Filho de Deus" (Mt 27,54), ou seja, proclama a vitória de Jesus sobre a soberba e o orgulho dos que o crucificaram. Ou, se pensamos em Longino, montado na soberba, na prepotência, no pecado, a humanidade rasga o lado de Cristo, de onde brota a bondade, o perdão, a criatura renovada na pureza e na santidade.

Frei Clarêncio Neotti, OFM  
Rio de Janeiro/RJ

*2007 o nôsso lugar não E mais o lugar que ERA no passado Está cheio de Bandido e nada Ê feito para combater o Banditismo Ao Amanhecer do dia 4 para 5 de agosto de 2007 (domingo) foi Queimado A Antiga caza da falecida Dna Maria Mendes Correia e seu Espôzo Jozê pedro sobrinho falecido antes Dêla caza feita em 1946 51 anos Jozê pedro faleceu em 14/04/1972 Maria Mendes faleceu em 13 de Maio 2.005 a família uns moram no pinhão outros em Guarapuava pr uns no poço Grande A caza estava abandonada a 6 anos cheio de obegetos antigos guardados A caza ERA Boa não encomodava ninguem propiedade em poço Grande pinhão PR. João oliverto Campos*

## RECORDANDO-O PASSADO

*Ê sofrer duas vezes os jovem não conhecem o passado por que eles estão comessando a vida ainda tenham munto a sofrer para mais tarde recordar momentos bom e momentos ruim*

### *A Gente que*

*Que tem longa idade já sofreu munto tive momentos bom e momentos ruim e difíceis mais com a ajuda de Deus eu Estou vensendo e vou venser lembrando do meu tempo de criança momento de escola 1939 e 1940 Momentos de jovem rapais grandes divertimentos bastantes colêgas que já não existem mais já foram para o Alem Me casei com 31 anos fui bem com a Esposa tivemos duas filias e um piazinho que não viveu perdi meu pai em 1965 perdi o genrró 1975 perdi o sogro 1987 perdi a mãe em 1988 perdi a sogra 1995 e o pior perdi a esposa em 28-10-2.004 vivemos 47 anos cazados só Deus separou no passado em nossa caza morou com nôss muntos rapais afiliados hoje tudo terminou resta só a saudade do lado de meu pai eles eram 11 pessoas não tem ninguem mais do lado de minha Mãe eles eram 9 pessoas não tem ninguem mais resta algum primo e prima mais algum eu não conheço tenho saudade 1950 e outras horas tenho duas filias e um genro e nêtas e Biznetas todos moram em Guarapuava pr Moro só eu em poço grande Bom Retiro A 75 anos estou com 81 anos João oliverto de Campos sou natural de Guarapuava meus pai vieram pro pinhão em*

1932 hoje môro sozinho em minha caza, só que Deus me deu um cazar de compadre que moram 20 metros longe de mim e eles tenham um cazar de filios um rapaizinho e uma mocinha são meus afiliados poço grande pinhão 2 de setembro de 2.007

João Olivêrto de Campos.

### 28/09: SÃO LOURENÇO RUIZ E COMPS.

No século XVII, entre os anos de 1633 e 1637, dezesseis mártires, Lourenço Ruiz e seus Companheiros, derramaram seu sangue por amor de Cristo, em Nagasaki, no Japão. Todos pertenciam à Ordem de São Domingos ou a ela estavam ligados. Dentre esses mártires, nove eram presbíteros, dois religiosos, duas virgens e três leigos, sendo um deles Lourenço Ruiz, pai de família, natural das Ilhas Filipinas. Em época e condições diversas, pregaram a fé cristã nas Ilhas Filipinas, em Formosa e no Japão. Manifestaram de modo admirável a universalidade do cristianismo e, como infatigáveis missionários, espalharam copiosamente, pelo exemplo da vida e pela morte, a semente da futura cristandade.

Extraído da *Liturgia das Horas*

### CATASTROS

em 1 de novembro de 2007 Quinta-feira eu João Olivêrto de Campos eu estava na cidade de pinhão pr eu estava no laboratório de fotos maxicólor pegando umas fotografias que mandei revelar por volta das 13 hs da tarde horário de verão veio um Enorme Vendaval de 80 por hora só se via chapa e telhas de barro voando de uma caza na outra ficamos por espaço de uma hõra quando carmour eu fui pra caza da comadre Maria p Rodrigues aonde deixemo estacionado meu fusca e eu dice pro compadre Nerci meu motorista vamo embora ver a minha propiedade em poço grande 36 klmtro do pinhão ate aqui mais como a minha propiedade e consagrada ao Sagrado Coração de N.

Sr Jezus Cristo nada aconteceu e nem nos vizinho o fenomeno foi no mato o vegetal minha propiedade o imovel e tudo foi entregue ao S.C.J. em 4 de agosto do ano 2.000 eu e minha finada espoza João Oliverto de Campos e Dna Rozilma Jezus de Campos de saudoza memoria

VIVA O S.C. de Jezus tudo é dele perpetuamente †  
(Amem)

### ANOTAÇÃO HISTÓRIAS DO PASSADO

Francisco Assis de Campos e Dna Graciolina Alves de Campos sua Esposa vieram de Guarapuava onde moravam vieram para o pinhão aquele tempo distrito de Guarapuava vieram em 4 de Maio de 1932 com seu filio unico de 6 anos João Olivêrto de Campos moraram de agregado de Italo Carli que o Senhor Amaro da Silva Machado cuidava de 540 alqueires de terreno entre faxinal e culturas

Francisco e Graciolina moraram 14 anos na campina do balaio em 19 de janeiro de 1938 comessaram a festejar São Sebastião em 4 de Maio de 1942 Francisco Campos comprou 10 alqueires de terreno de pastagem de João Pedro Nunes e sua Mulher Dna Dalvina Ramos Nunes e foi escriturado e registrado no nome do menor João Oliverto de Campos e fizeram nova

propriedade e se mudaram em 3 de junho 1943 e continuaram fazendo a festa de São Sebastião com mastro e espeto para o povo que vinham comemorar São Sebastião festejaram com grande festa Até 19 de janeiro de 1961 Daí em diante ficou só com novena Francisco festejou 27 anos e faleceu em 25 de dezembro de 1965 ficou Dna Graciolina e o filho João Olivêrto e a nora Dna Rozilma esposa de João Olivêrto Dna Graciolina festejou 50 anos e faleceu em 9 de dezembro de 1988 ficou João Olivêrto com Dna Rozilma festejando com novena e a capêla de São Sabastião e Sto Antonio foi fundada por João Olivêrto de Campos e Dna Rozilma Jezus de Campo em Agosto de 1976 em poço Grande pinhão pr – e João e Rozilma contuinaram festejando festejaram junto mais 15 anos e Dna Rozilma faleceu em 28 de outubro de 2.004 ficou sô João Olivêrto sozinho festejou 2.005 2.006 2.007 e 2.008 foi a ultima completou 70 anos hoje os novos não dão valor algum para as rezas do passado só dão valores a festas lucrativas vou contar as pessoas que festejavam São Sebastião Francisco Assis Campos Esposa Dna Graciolina / Domingo ferreira da crus Dna Maria Teodora da crus / João Brazílio da Silva Dna Maria da lus Manoel Candido e Dna Francisca Candido vou contar os que festejavam outros santos Jeronimo Leonardo de Ramos e Dna Maria Luiza festejavam N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do pilar Assunção de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> 15 de agosto Domingo Candido dos Santos e Dna Maria Roza de Jezus festejavam Senhor menino 25 de dezembro Belarmino Rodrigues Calda Belair e Dna Antunina festejavam São João 24 de junho pedro Cavalheiro de lima festejavam São Rôque 16 de agosto Francisco Soar Batista festejavam e Dna Etervina festejavam São Pedro 29 de junho

Hogenio Joze de Almeida e Dna Zeferina festejavam São Roque 16 de agosto

Antonio Belo dos Anjos festejavam e Dna Francisca festejavam Senhor Bom Jezus 6 de agosto

Manoel Ricardo e Dna Graciolina festejavam São João Batista 24 de junho Manoel Severino da crus e Dna Francisca festejavam N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Conseqião 8 de dezembro

Ernesto Bórba e Ludilima festejavam N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conseqião 8 de dezembro Antonio pereira dos Santos e Dna Ana festejavam Sto Antonio 13 de junho / Jozé Alves Machado e Dna Nercinda festejavam São Jozê 19 de março Bento Narcizo de paula e Dna Maria olinda festejavam N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> Aparecida 12 de outubro

Emílio pires de lima e Dna Emília festejavam São João Batista 24 de junho

Antonio Boeira festejavam e Dna Severina festejavam Senhor Bom Jezus 6 de agosto

Ataliba Cavalheiro de Lima e Dna América festejavam N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo  
16 de julho

ERNêsto Marcelo da Crus e Dna Maria festejavam Senhor Bom Jezus 6 de  
agosto

No total no passado eram 21 moradores que festejavam a santidade de  
Deus // Alem que na Carezma uzavam Recomendar as almas nas cazas  
nos Cruzeiros e nos semiterios

Hoje não existe mais aquele tempo alegre e bom  
Já passou ficou só a saudade

### A Solidão

eu João Olivêrto de Campos com 82 anos de idade A 4 anos viuvo vivo  
sozinho em minha caza que é consagrada ao S. Co de Jezus tudo E dele  
perpetuamente A minha família moram em Guarapuava só tenho um  
cazal de compadre que moram com migo a 20 metros longe de minha  
caza não passeio so vou no pinhão 2 veis por meis em Guarapuava 3 vezes  
no ano não e bom morar sozinho Mais Deus quis assim o que vou fazer  
Deus sabe tudo o que eu percizo e nada me falta

14/06/2.008

### (Tudo fica na Saudade)

Meu avo amaro de Silva Machado morava de agregado do fazendeiro  
Ourico Lustôza Dno da fazenda Sambuia Hoje a Colonia Sambuia o lugar  
que meu avo morava chamava se os Couxo hoje terras da Maderita meu avo  
Amaro comprava no armazem do Ítalo Carli e eles entrando em conversa o  
ítalo falou pro meu avo Amaro olha Amaro voce não quer ir morar e criar  
e plantar nos meus terrenos no pinhão distrito de Guarapuava eu tenho lá  
40 alqueire de faxinal de pastagem esta abandonado ninguem cuida para  
mim Tenho meu cunhado Angelo pra cá do Rio Jeronimo mais ele cuida em  
250 alqueires de cultura e eu tenho mais 250 alqueires que divide com a  
família Brais pra dentro do Rio Jeronimo vá pra lá criar plantar e cuidar dos  
meus terrenos e eu vou te mostrar os terrenos e troce meu avo Amaro entregou  
todos os terrenos pro meu avo criar plantar e nada te cobro só para atender as  
terras em 1930 Meu avo veio com os filios e meu pai fazer Rôssa de mato em  
1931 28 de novembro de 1931 meu avo veio com a família toda meu avo era  
viuvo de Dna francisca Buffer veio com os genros Alcide cavalheiro e meu pai  
francisco Assis de Campos genro do meu avo veio com minha mãe Graciolina  
em 4 de Maio de 1932 Mulher do Alcide Dna lixandrinha e solteira filia de  
meu avo Antônia e os homens Joze Luis lucidario Januario e Joaquim e Dna  
Marcília ficou lá no escoxo com o espozo Agenor Moreira genro do meu avo  
Amaro Mais tarde vieram tambem e logo voltaram para Guarapuava Meu  
avo morou 33 anos e faleceu em 20 de fevereiro de 1963 e o rêsto da família  
alguns morreram e outros se mudaram

ficou só a saudade



A família do lado do meu pai Francisco Assis de Campos O Afonso pères e sua esposa Dna Luzia vieram morar em pinhão distrito de Guarapuava terreno dos Candidos por ordem do Advogado João do Prado em 1933 area de 250 alqueires era fazendeiro ficou mais fazendeiro filios Elias Alice Angêlica e o minha Darluzia faleceu em 1953 e ele tinha comprado outra propriedade e daí mais tarde em 1961 vendeu tudo e mudou pro Guará e lá faleceu e outro moraram no Gois Artiga minha avó Ortencia já viuva veio morar de agregado do Afonso que era genro dela ela veio com os dois filios Paulo e Oliveira e a filha solteira Dna Odília e a neta Senira eles vieram em agosto de 1936 Moraram 21 anos voltaram em dezembro de 1957 Dna Maria Joana e Nho Vergilio vieram morar por ordem de meu avó Amaro em 1944 Moram 15 anos no lugar so trocaram de lugar 2 vezes e voltaram para o Inacio Martins com a filha Ortencia e o genro Sebastião nono versilio Morreu em Guarapuava Dna Joana Morreu em Guará  
**ficou só a recordação** João Olivêrto de Campos

### **Uma historia do passado tudo é lembrança**

A minha filha Abegacir Maria ap. Correia que mora em Guarapuava estando aqui a passeio nas férias de julho rezorvemos vizitar a tapêra do Manoel Candido e de Dna Chica Candido todos de saudóza memória tem nome de tapêra do alho a qual tem uma fornalha de pèdra mais o menos uns 80 anos e eu comi bolinho assado nessa fornalha eu era pia de 7 anos ali por 1934 mais o menos Levemos o compadre Neuri Macedo foi de vaquiano mais o menos légua e meia no meio do matão vimos aves uru veado e o rasto do leão só que encontremos a fornalha em ruína e eu levei a minha maquina de fotografia tirei foto da fornalha e foto da Abegacir sentada nas ruínas da fornalha e daí Abegacir tirou foto de mim João Olivêrto com o compadre Neuri sentado em cima da fornalha e daí improvisamos com as pedras uma fornalha e puzemos fogo na fornalha improvisada e eu tirei uma foto Sio Manoel Candido e Dna Chica Cândida festejavam São Sebastião dia 20 de janeiro

**E nos fizemos esta vizita dia 19 de julho do ano 2.008 sábado**

Assino João Olivêrto de Campos 19/07/2.008

### **Mais – uma historia**

O meu terreno uma área de 10 alqueires de terreno na gleba nº8 em poço Grande Bom Retiro meu pai Francisco Assis de Campos e minha mãe Graciolina Alves de Campos compraram para mim João Olivêrto de Campos eu era menor compraram de João Pedro Nunes e sua mulher Dna Dalvina Ramos Nunes em 4 de Maio de 1942 escriturado registrado 2º officio em Guarapuava paraná como eu era filio unico fizeram escritura dirêta em meu nome foi medido em janeiro de 1944 mais tarde medido de novo em 1963 tirado memorial descritivo nós com papai e um camarada fexamos com 3 fios de arame falpado em janeiro de 1964

Aturou a cerca 44 anos em 2.008 fexamos de novo com 6 fios de arame falpado vedavel de ovelha a cerca completa com palanque de serne e mestre de serne e portão 3 portão e feitio ficou por treis mil e trinta 3.030,00 reais quem tirou palanque e feis tudo complêto foi o compadre **Neuri Duarte de Macedo** que mora com migo João olivêrto de Campos ele pegou um companheiro para ajudar fazer a cerca compadre Amilton de Moraes fizeram no ano de 2.008 Assino João oliverto de Campos // com 82 anos.

As minhas filias Delair fatima Campos Sobrinho e Abegacir Maria Aparecida Correia ajudaram no pagamento dais cercas elas estão plantando Eucalipto provavel mente a terra é delas 17/08/2008 Elas moram em Guarapuava pr 17 de agosto de 2.008

Nota de falecimento †

em dia 26 de outubro de 2008 **domingo** faleceu a pessoa mais importante da comunidade de poço grande pinhão pr Dna Marcimilia Camargo de oliveira com 64 anos espoza do senhor Antonio ferreira de oliveira (Diogo) deixou filios pedro ivo e Eleninha genro ivã nêtos fabiane e igor faleceu no hospital de Colonia Vitoria entre Rios as 22 HS do dia 26/10/2008 foi velada na caza dêla as 16 HS do dia 27-10-008 ela veio para a capêla de S. Sebastião e Sto Antonio em poço grande para o culto de corpo prezente capela onde por 9 anos eles trabalhavam ais 17 HS do dia 27/10/2008 ela foi sepultada no semiterio de poço grande juntos seus irmão e parentes Sio Antonio e Dna Mila fizeram Barracão e Deboliram a capêla de madeira fizeram (?) 1990 ate 1998 e mais ate 1999 ficou só a saudade de Dna Mila quem trabalha para Deus recebe a recompença Amem †

Em dia 8 de novembro de 2.008 sábadó tivemos um encontro no barracão da capêla de poço Grande pinhão pr com o povo da unicentro de Guarapuava e Curitiba tinha professores e professoras e 2 adevogados e um do iap e do meio ambiente das 11 HS ate as 15 HS por ver o que a comunidade de poço Grande mais perciza estradas saude 2º grau e outros assuntos

Rodolfo Stanemi é de Curitiba e trabalha na Quem TV Produções

Anderson Leandro é da Lapa e trabalha na Quem TV Produções

Gilmar da Silva – Pinhão PR

Carlinhos Favero – Pinhão-PR

Bruno de Oliveira é de Lapa-PR

João olivêrto de Campos fui entrevistado por todas essas pessoas que acima esta escritos os nomes e cidades aonde moram 16 de dezembro 2.008

## O Homem Sôzinho e a Mulher Sozinha

Nos dias de hoje como sempre e É acham que o homem pode viver sozinho está cêrto pode sim viver sozinho mais é puro engano, mezmo a mulher a mulher é mais face arrumar um parceiro o homem é mais custozo principalmente se for velho nos dias de hoje pôde cerrumar pra cabessa de si prôpio nem todas as mulheres de hoje só quêrem a grana aconsêlho quem tiver sua mulher onêsta zêle por que terminou aquêla as vezes terminou tudo o hêmem fica sozinho quazi abandonado longe de filhos ou filhas esse velho ou velha que seivre se puder nos não estamos nem nai outros dizem não queremos que o pai caze de novo ou a mãe caze de novo se isso acontecer nos vamos dar um jeito eu acho que o homem e a mulher tem direito de se cazar de novo **por esse motivo Deus criou o homem e a mulher vegam em Genesis capitulo 1 a verciculo 26 e 27** Deus feis o Adão do pó da terra e tomou uma parte do Adão e fes a companheira EVA e Deus dice crecei e multipricai enxei a face da Terra, se foce pro homem viver sozinho Deus não fazeria a EVA Adão estaria ate hoje sozinho Muntas famílias dizem o pai viuvou aquente os pontos não deixamos ele cazar de novo ou a mãe cazar de novo mais as vezes as famílias moram bem distante e o fulano viuvo ou a fulana viuva tem que morar sôzinho ou sozinha no meio de gente estranha e sempre na solidão no meio do abandono apozentado ou apozentada tem que trabalhar pra sobreviver Até o fim da vida quando morre os estranhos vão darlhe uma sepultura e a família estão nua boa se deixou alguns bens vamos dividir o homem sem mulher chega do serviço ou da viagem tem que fazer tudo na caza não tem os quem faça felis da quele que tem um vizinho proximo. Findou a história. poço Grande 14 de março de 2.009

**Guardem o sábado que Deus descansou / e prezervem o domingo que o Senhor ressucitou †**

## A Juventude e a Drôga

No passado não existia essa dezgracia que hoje eziste no meu passado da minha adoleciencia e juventude a vida dos jovem era um cêu na terra estou vêlho com 82 anos hoje estou vendo o Demonio na terra atraveis da drôga nais escôlas nos colegios nais igrejas nais ruas nos bairros nais periferias e favêlas dais cidades grandes e pequenas e mezmo ate nos interiores dais xacras e fazendas e menôr matando menôr adulto matando adulto secuestros roubos assassinatos até de crianças a violência sem tamanho no Brazil e no mundo prostituição de menores pia e menina se prostituindo A Lei eziste mais nunca vai controlar pai chorando a morte do filio a mãe chorando a prostituição da filia A juventude não religião não tem Deus nem nas escôlas não tem Deus a igreja catolica poco fais contra as drogas os Evangelicos fazem mais mais não vencem

Os prôpios pai e mãe não encinam os seu filios a rezar ir na sua igreja católica ou evangelica Tudo esses castigos que nos estamos vendo no Brazil e no mundo o que é falta de Deus na humanidade sô vai mudar quando

Cristo voltar apartará os cabritos dais ovelhas e o trigo do joio o bom ficará a sua direita vinde bendito para meu pai / os da esquerda apartai vós de mim malditos para o fogo do infêrno

† tudo esta consumado †  
poço Grande 14 de março 2.009

### Uma história

Como era o passadiu no passado que já foi e não mais volta

as pessoas as mulheres do passado faziam farinha de milho moido no monjolo de agua pindocavam o milho abanavam tiravam o farêlo servia para alimentar os caxorros ponhavam o milho de molho dentro de um saco e o saco dentro de um sesto ficavam o milho de molho por 10 dias daí êlas tiravam o milho esfregavam no balaio ate sair toda a goma do milho enxugavam com um paño seco esfregando dentro do balaio depois de seco o milho ponhavam no pilão do monjolo para o monjolo moer o milho quando já moido elas peneravam noutro balaio com a peneira fina aonde saia a maça ou fubá da massa levavam ao forno redondo e com ais Mao faziam o biju com fogo brando em baixo do forno passando um pincel de palha molhado para não queimar o biju o biju ia levantando do forno por si próprio elas ponhavam os biju na sururuca especie de peneira grossa feita de taquara dentro do balaio e iam moendo ficava uma farinha bem fininha e se quizesse tiravam tambem a quirera para cozinhar com suan de porco ou a carne de porco guardada na lata coberta com banha para não arruinar a carne ficaria de um ano para outro por que não avia geladeira nesse tempo se quizesse tirava o fubá secava no forno para guardar para fazer bolo de fubá ou broa de fubá e se quizesse tirava a cangica para cozinhar e comer com leite de vaca Os homem plantavam a rossa de toco como se dizia na época rossavam a capoeira se era capoeira grossa rosava em meis de maio junho e os pau grosso derrubavam com o maxado para queimar da quadra da prima vêra em meis de setembro e a capoeira era fina se rosavam queimar em meis de outubro plantar milho e feijão se plantava com o saxo ou sengo As mulheres cuidavam da caza dais hõrtas de mandioca e batata e outras ortalicias cuidavam das vacas pôrcos cavalos êguas burros carneiro cabritos e havas galinha e outros nessa epõca o pobre era rico e não sabia que era rico tinha de tudo crioulo so comprava o sal e o assucar e a pinga que eles gostavam tomar um gõle na hõra do almoço comer carne de gado cozinhado com feijão preto comer quirera com suan de porco mandioca cozida tomar um bom ximarão erva crioula um xaruto de palha fumo que eles mezmo faziam As mulheres custuravam as roupas para êlas os homem e ais crianças Nessa epoca não tinha radio nem televisão nem lus elétrica nem agua encanada só se trazia da fonte com o barde se alumiam com lampião a quirozene ou vela candiêro de banha de porco Nos dançava o baile com esses lumes e a gaitinha 8 soco ali por 1940 como era gostoso viver nessas epoca

Mais tudo mudou hoje os jovens não se trajam como rapais carção para o garrão brinco na orelha fuma se droga pinse na boca correntão no pescoço só bertece a violencia o roubo estelhonato secuestro estupro quêrem sempre estar longe de Deus não gostam dais igrejas catolicas e outras evangelicas só Deus sabe como vai terminar

### **Aguarde em Brêve Jezus Cristo virá**

Em 20 de julho de 2.009 o jornal Hoje registra a 40 anos chegada do homem a **Lua** em 20 de julho de **1969**

### **falta de FÉ e confiança Em Deus**

Contado pelos antigos que após Guerra 1ª Guerra Mundial de 1914 a 1917 aperaceu Nª Sª em fatima aos 3 vidente **lucia francisco e Jacinta** em fatima na cova de iria em portugal de 13 de maio a 13 de outubro de 1917 mandando rezar o terço pra guerra acabar // e contavam que em 1918 chegou a gripe espanhola matou centenas de povos no Brazil e em 1924 estorou a Revolução federalista S. Paulo paranã e Rio Grande do Sul e em 1929 a crise mundial e em 1930 a Revolução Getulista o Getulio Varga ganhou o poder ditadura getulista por 15 anos em 1935 A Tentona Cumunista no Rio de Janeiro não vigorou em 1 de setembro de 1939 estorou a 2ª Guerra Mundial terminou e em 8 de maio de 1945 milhões de môrtos em 1941 a Ratada no Paraná em 1946 a 1947 gafanhoto no paranã 1947 a peste suína terminou com os porcos 1948 a febre afetoza no gado caprino e ouvinos e os porcos que sobrou em 1964 em 31 de março estorou a Revolução contra o presidente João Gular e Brizôla a ditadura militar por 20 anos até 1984 e por fim chegou o 3º Milenio Ceculo 21 ano 2.000 ai foi só mudando torneado ciclones no exterior e no Brazil e no mundo atual violencias assaltos sequestros drôgas prostituição ao AR livre 2.005 gripe do frango 2.009 a gripe suína no povo brasileiro veio do Mexico em 7 de setembro de 2.008 para 8 de setembro de 2.009 a enorme tempestade que atingiu todo o parana 46 municipio e Santa Catarina 6º municipio Sta Catarina já tinha sofrido catastro em 2.008 Rio Grande do Sul e São Paulo sofreram agora nesta de setembro milhões de dezabrigados e muntas môrtes e só Deus pode valer por que está se comprindo as professias bílbicas o final esta se aprocimando na sua igreja catolicos ou evangelicos joelhos no chão terços e biblia na mão sera a tua salvação †

**poço Grande Bom Retiro pinhão pr 10 de setembro 2.009**

João olivêrto de Campos.

Em meus dias com 83 anos de idade eu João olivêrto de Campos na vida eu sofri bastante na minha mocidade foi munto pouco o meu bom tempo sofri munto com o meu pai era munto doentio minha mãe era mais sadia me casei minha mulher representava ser sadia a 5 anos depois de cazado comessou o sofrimento com a mulher doenças um tempo estava boa outro

tempo estava doente 42 anos de doença até que chegou a môrte vivemos casados 47 anos e 4 meis // o pai faleceu em 25 de dezembro de 1965 faleceu com 66 anos Francisco Assis de Campos A mãe faleceu em 9 de dezembro de 1988 faleceu com 83 anos Graciolina Alves de Campos // A esposa faleceu em 28 de outubro de 2.004 Rozilma Jesus de Campos com 66 anos e 11 meis e meio // Apenas criamos 2 filias que moram em Guarapuava pr Delair e viuva tem a família dela a outra e Abegacir cazada esposo dela e Jorge (?) família e eu vivo sôzinho na minha chacra em poço grande pinhão pr só tenho um casal de compadres que a tempos moraram com migo são meu tudo **Neuri** e **Tereza** não tenho mais parente nem um nem tio nem tia tanto paterno como materno sogro sogra tudo já foram e agora enfrentando os castigos de Deus e as fúrias da natureza // e nos mais é só Deus criador rezerve todos os problemas e semos livres Amem assino João olivêrto de campos **22 de outubro de 2.009**

### O VOTO REPUBLICANO

Há 20 anos, nosso povo reconquistou um direito que, não praticado, tornava a nossa República uma fantasia: o de votar diretamente para presidente da nação. Aquele 15 de novembro de 1989 foi o resultado de muita luta, iniciada com a bonita campanha pelas "Diretas Já!", em 1984. Os comícios do movimento reuniram as maiores multidões da nossa História. Desse povo consciente, mobilizado e vestido de amarelo nasceu a Constituição-cidadã de 1988 e as eleições para presidente da República, no ano seguinte, cujo segundo turno foi disputado por dois jovens: Collor, o vitorioso, do extinto PRN, e Lula, do PT, que ganhou a presidência 13 anos depois. Até então, nenhum brasileiro com menos de 55 tinha votado para escolher o ocupante do mais alto cargo do país.

Chico Alencar, autor de *Educar na esperança em tempos de desencanto*, VOZES.

### PÍLULAS DE FREI GALVÃO (1)

As "Pílulas de Frei Galvão" não são remédios de farmácia, mas pílulas devocionais. Tomadas com fé e com conversão de coração, podem servir como um sinal sacramental. O sacramental sempre se relaciona com Cristo, Maria ou com os Santos, como medalhas, imagens ou terços, por exemplo. As "pílulas" nasceram do grande amor, zelo e caridade que Frei Galvão tinha para com os doentes. Um dia, não podendo visitar um jovem que estava com dores tremendas, escreveu em um pedacinho de papel uma invocação à virgem imaculada e disse ao portador: "Leve ao enfermo e diga-lhe para tomar isso como fé e devoção a Maria". Daí aconteceu a cura. Mais tarde, fez a mesma coisa para uma senhora em perigo de vida no parto. Ela e o filho se salvaram. Desse pedacinho de papel se originaram as "Pílulas" (continua em 22/12).

Frei Paulo Back, OFM  
São Paulo/SP

Senhor

*Se fêxe as pôrtas de eu fazer o mal = e se abra as pôrtas de eu fazer o bem*  
João oliverto de Campos

Na data de 04/11/09 a equipe do jornal *Fatos do Iguazu* compareceu na casa do seu João para entrevista-lo Nara Coelho Edineia e o guia senhor Juvenal Silveira Ramos.

fiquei munto satisfeito com a Vizita da Redação do jornal fatos do Iguazu 4.12.2009 João olivêrto de Campos poço Grande pinhão pr.

## DOZE DICAS PARA SER FELIZ

Elogie três pessoas por dia;  
Cumprimente as pessoas que encontrar pelo caminho;  
Sorria. Não custa nada e não tem preço;  
Saiba perdoar a si e aos outros;  
Trate a todos como gostaria de ser tratado;  
Pratique a caridade;  
Faça novos amigos;  
Reconheça seus erros e valorize seus acertos;  
Dê às pessoas uma segunda chance;  
Respeite a vida;  
Dê sempre o melhor de si em todos os momentos;  
Reze não só para pedir coisas, mas principalmente para agradecer.

*Instituto Brasileiro de Comunicação  
Cristã, Dezembro/2003*

Seleção de Maria Regina Neves Ramos,  
Caetité/BA

*em FICO*

## COMO É PARA O BEM DE TODOS...

A frase é famosa: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, digam ao povo que fico”. Palavras do jovem príncipe D. Pedro, em 9 de janeiro de 1822, atendendo a um apelo de oito mil brasileiros que, em abaixo-assinado, exigiam a sua permanência entre nós. D. Pedro desobedeceu às ordens do governo de Portugal e de seu pai, D. João VI, que queriam a recolonização do Brasil. Atendendo aos anseios de fazendeiros do Rio, São Paulo e Minas, e de muitos funcionários do Estado nascente, D. Pedro produziu o conhecido “Dia do Fico”. Oito meses depois aconteceu o “Grito do Ipiranga”, da independência, marcando a separação político-administrativa do Brasil com Portugal.

Chico Alencar, autor de *BR-500, Um guia para a redescoberta do Brasil*, VOZES

## OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Vivemos num contexto sempre mais pluralista. Convivemos sempre mais com “estranhos morais”. Diante desta realidade teremos de conviver com legislações que na sua essência serão contra os valores evangélicos da promoção e defesa da vida. Por exemplo, um profissional, pesquisador ou cientista cristão, poderá dizer não ao aborto, à eutanásia, à pesquisa com embriões que os destroem, mesmo que a lei civil venha a permitir estas práticas, valendo-se de um direito fundamental, o da “objeção de consciência”. O Documento de Aparecida (nº459) assinala que, para promovermos uma cultura da vida, devemos “assegurar que a objeção de consciência se incorpore nas legislações e cuidar que seja respeitada pelas administrações públicas”.

PE. Leo Pessini, Camiliano  
pessini@scamillo.edu.br

## 14/03: DIA DA POESIA

Deus me deu um talento  
para fazer poesia,  
ao fazê-la sinto prazer,  
também sinto alegria.

Quando na escola estudava  
na cartilha sempre lia.  
Tinha mais prazer em ler  
quando lá encontrava poesia.

A poesia se torna bela  
e nos enche de emoção  
quando é inspirada por Deus  
e nasce do coração.

Adelinda Coan Bendo  
Baixada Urussanga/SC

*Dibe Salua Ayoub – mestranda em Antropologia, UFPR, Curitiba*

*Carlos Cavalheiro de Ramos- Pinhão – PR*

*Juarez (?) Pinhão – PR - Evangélico*

*Liliana Porto – Curitiba/PR – UFPR – Católica*

*No Dia 18 de fevereiro de 2.010 fui visitado por estas pessoas da universidade de Curitiba estão acima acinado os nomes deles 2 senhora e 2 senhores elas de Curitiba eles do pinhão pr Assina*

*João olivêrto de Campos*

## A VIOLÊNCIA

O século 21 o mundo mudou não para o bem mais para o mal não sabemos decifrar o que está acontecendo filho contra o pai pai contra o filho irmão contra irmão em fim um contra outro como falou **João Maria de Jesus** a 100 anos passados violência nas escolas por toda a parte drogas e prostituição falta Deus nas escolas nos alunos e professores e professoras Na escola São Jozê em Zattarlandia Bom Retiro ensino fundamental e até o 2º grau aconteceu no dia 12 de março de 2.010 sexta-feira duas mocinhas uma de 16 anos e outra de 14 anos (...) 14 anos cortou a canivete a (...) de 16 anos motivo não se sabe chamaram a patrulha escolar para fazer o que tem que ser feito (...) filha de (...) e (...) (...) filha de (...) e (...) No momento nada feito poço Grande pinhão 19 de março 2.010

### ADESÃO À VONTADE DE DEUS

Senhor, ignoro o que me poderá acontecer hoje. Mas sei que nada me acontecerá sem que o tenhais previsto e permitido para o meu bem. E isso me basta! Adoro os vossos designios eternos e impenetráveis. Aceito-os de todo o coração, por vosso amor. Ofereço-vos todo o meu ser, unindo-me ao sacrifício de Jesus. Em seu nome, e pelos seus méritos, peço-vos a graça de assumir com amor as horas difíceis, aceitando a vossa vontade, a fim de que tudo resulte para o meu bem e para vossa glória. Amém.

*Liturgia diária*, Ed. Paulus  
Seleção de Rodrigo Soares Cordeiro,  
Tabira/PE

João Olivêrto de Campos eu caí **com a cruz** † nesta carezma do ano 2.010 eu participei da minha capela de N° SR Jesus Cristo no título de S. Sebastião e Sto Antonio em poço grande pinhão fundei eu e minha finada esposa Dna Rozilma Jesus de Campos fundemos em agosto de 1976 // e neste ano 2.010 eu só participei da quarta-feira de cinza 17/02/2.010 Até o dia 28/03/2.010 **domingo** de Ramos no culto eu estando muito doente minhas filhas Abegacir e a Delair e o Fabio genro da begacir e a Ellem

mulher do Fabio vieram me buscar para levar no médico em Guarapuava onde todas elas moram não pude participar do Lava Pê só voltei dia 2 de abril sexta-feira Santa eles me trouceram e participei do culto da sexta-feira Santa e a via-sacra até o morro da cruz que eu comessei essa porção na sexta-feira Santa do ano 1977 – já 33 anos em 2.010 e voltei para o médico com a família mesmo que me trouxe. **e na capela tudo foi cordenado por Dna Dulcília Camargo e a afiliada Joslaine Moraes e comadre Cirlene de Góis ministra e o afiliado João Francisco de Góis coordenador do Lava Pê** Que eu encinei a tempos passados hoje eles estão fazendo a minha veis Obrigado Senhor

Dulcília de Camargo / Dna Dulce / natural de palmital município de pitanga pai Antonio Pedro da silveira mãe Olinda Martins da silveira nascida em 24 de setembro 1961 casou com 16 anos com Siro de Camargo rezidiram em Guarapuava por 10 anos atividade trabalhava no Hospital São Lucas em Guarapuava em 1997 vieram pro município de pinhão pr



Local faxinal de Todos os Santos / elle trabalhava de carpinteiro e pedreiro e êla domestica Tiveram 4 filios dois pia e 2 meninas hoje todos cazados religiãõ catolica foi catequista por 16 anos em Todos os Santos em 1998 êla viuou ficou criando a família sozinho criou e enducou todos os filios Daí em Abril de 2.004 se encontraram com Jozê Nerci Mendes que ficou abandonado da mulher Marlene de paula em 6/12/2.003 ficou com uma mocinha Marelis e dois pia Nielsem Miguel Mendes e Leandro Augusto Mendes Dna Dulce assumiu o compromisso de 2ª mãe adotiva Marelis cazou e o 2 pia hoje são adolescente forte quazi rapais no comando de Dna Dulce ajudou dar estudo a todos eles e só da bom conseho aos adolescentes e eles obedecem as ordem de Dna Dulce e chamam de mãe para o Joze Nerci foi uma benção Dna Dulcilia ela fais as vezes de mãe biologica sendo mãe adotiva o Joze Nerci e meu afiliado e sou padrinho de toda a família dele assino João Olivêrto de Campos chegou ao fim da história de Dna Dulcilia poço Grande pinhão pr – 19 de julho de 2.010

### Os Tempos Mudam

#### Os jôvem do passado // os jôvem de hoje

Os jôvem do passado ficavam moço na companhia dos pai e mãe trabalhando com os pai conforme a atividade dos pai Alguns estudavam um pouco escôla particular mezmo que saicem trabalhava fora mais sempre estavam com os pai As moças na companhia da mãe só se cazavam com 20 anos a mais os rapais primeiro faziam um pê de meia para pensarem cazamento quando se cazavam com 21 anos a mais e tinham de tudo o conforto mezmo que focem pobre mais não faltava o necessario para sobre viver o pobre êra rico e não sabia que êra rico viviam ate o fim de um ou de outro criavam a família como conforme foram criado êra outra vida.

#### Os jôvem de hoje

para comessar só estudam do o zêro até o 2º grau rapais e moças ai vem a drôga 90% não trabalha com nada o pai e a mãe vão trabalhar e eles ficam dormindo se estuda a tarde dorme até o meio dia levanta se Toma um banho almoça e vai pra a aula e lá gazeia a aula a tarde vólta para a caza quando volta estuda de manhã ate o meio dia vem pra caza almoça fica assistindo a TV ou vai dormir rapais e moça é assim o que eu vejo o rapais e a moça dis pro pai e a mãe eu quêro um tene de marca e uma calça de marca e voçeis se virem eu quêro o pai dis eu não poço comprar o de marca vou comprar o mais barato já comprei o material pra voçeis estudar eles dizem pro pai e pra mãe eu não sei de nada eu quêro porque me fizêram se acarquem e ai vem os namoradinho e ais namoradinhas derrepente muntas meninas que não se atendem vai crescendo a barriguinha quem é o pai é fulano fulano eu não assumo você andava com todo o mundo vamos pro DNA e os jôvem de hoje quando se cazam ou ficam junto é pra pouco tempo Tudo hoje ê descartavem vem do paraguai mais as vezes algum

sofre bastante e no fim se arruma para uma vida melhor // que Deus abençoe os jovem de hoje

## XX-VII-MMX

### Deus o Homem - e a Natureza -

Deus criou a natureza criou o homem e ao passar os século o homem destruiu a natureza e a natureza se revoltou contra o homem Ai vem o aquecimento global que os cientistas falam vem as fortes tempestades que destroem cidades e mais cidades ventos de 160 por hora pedreiras enormes que mõe tudo chuvas fortes demais no passado não era assim para nos velhos de 80 a 90 anos vimos o passado hoje está tudo diferente a natureza não se sabe quando e inverno ou verão está certo como dice **João Maria de Jezus** que hoje o homem Abuza de tudo e alguns dizem que Deus não existe muntas escola ensinam assim que Deus e uma história

E ai como fica os jovem do futuro como fica a sua fe ai vai vindo castigo de Deus sobre a humanidade como nós fala a santa Bibia no antigo testamento Sodoma e Gomorra samaria e jeruzalem Sodoma e Gomorra ainda EZ.Iste mais foram sofridos // e hoje o preconceito está em tudo que é igreja seja catolica evangelica o Juda sempre está lá Amando o preconceito e assim vai ate o fim

XIX-XII-MMX João olivêrto de Campos.

## SOLIDÃO

Eu João olivêrto de Campos passei o dia 1 de janeiro de 2.011 na minha caza ou melhor meu Ranxo bem sozinho que a um tanto da minha familia que moram em Guarapuava já vieram no natal 25-12-2.010 Obrigado pela vizita e tambem muntos afiliados que vieram de longe Santa Catarina e outro de Bituruna pr Almoçamos munto felizes mais o 1 do ano 2.011 já fui só eu e Deus e Santos e Santas e a milice celestial O culto do dia 1 de janeiro na capêla fui só eu e mais ninguem como eu sou ministro extraordinario da eucaristia eu não podia deixar de fazer o culto e comungar tive convite para 2 almoço eu não fui em neum motivo que eu sou velho não me sinto bem ao meio de pessoas de **Alta clace** eu sou inimigo do preconceito a pessoa velho sempre é regeitado pela juventude o que esse gato velho vem fazer aqui no meio de nós **João olivêrto de Campos**

### Anos passam e Anos vem

e o castigo vem tambem terminou 2.010 – vem 2.011 janeiro de 2.011 vem a chuva no Rio de Janeiro A chuva mata dezenas e mais dezenas de pessoas tambem em São Paulo e minas Gerais no Brazil e no mundo a chuva mata vento mata assaltante mata violencia e mais violencia sequestro e mais sequestro até aqui no nosso lugar que era um paraizo agora já tá sendo um grande problema

*Esteve quadrilhas de bandidos e ladrões assaltantes que matam sem piedade para roubar A quadrilha formada por o individuo (...) e outras como a o policiamento de pinhão e munto fraco foi chamado a trôpa de xôque de Guarapuava estava a quadrilha acampada no caxueirão de Rio Jeronimo de Bom Retiro poço Grande pinhão entraram em confronto com os bandidos e os bandidos escaparam foi prezo a mulher do (...) (...) vulgo (...) e o resto da quadrilha foi prezo no pinhão dia 19 de janeiro 2.011 eu moro em poço grande a 79 anos nunca aconteceu isso temos munto pouca gente boa em nosso lugar os antigos que eram bom já foram todos para a eternidade resta seus familiares e está poucas gentes que vem de outros lugares não conhecidos em outra comunidade proximo a nossa existe jôvem interessado a formar guangue e o que a gente soube só Deus pode rezolver tais problemas 30/01/2.011*

### **1ª SEXTA-FEIRA DO MÊS**

#### **Coração Semelhante ao de Jesus.**

Há corações que exaltam e outros que humilham; corações que bendizem e alguns que maldizem. Existem corações que pedem, e outros que negam; corações que abençoam e alguns que amaldiçoam. Há corações que acolhem e outros que rejeitam; corações que curam e há outros que ferem. Existem corações que libertam e alguns que oprimem; corações que perdoam e outros que se vingam. Há corações que socorrem, outros que abandonam; corações que unem, outros que desunem. Existem corações que dão vida e outros que matam. Alguns aproximam, outros repelem. Coração de Jesus, que meu coração seja semelhante ao vosso.

Pe. Antônio Francisco Bohn

Lúis Alves/SC

### **SOLIDARIEDADE AOS ENFERMOS**

É preciso ser agradecido a Deus! Sim! Agradecer é a melhor maneira de merecer. Louve a Deus pela sua saúde e pela alegria de não ser só. Mas, convido você a pensar sempre um pouco nos milhões de seres humanos, irmãos seus, que passam pelo peso da dor e do sofrimento. É nossa obrigação levar uma palavra amiga, de conforto e esperança a um irmão machucado pela enfermidade. Que tal dividir a sua felicidade e o dom da sua saúde com aqueles que, em seu leito de dor, experimentam a limitação e a doença? Seja solidário! Partilhe com alguém, em forma de presença, a graça de não ser só e o dom de ser saudável e feliz.

Rosa Garcia  
Itararé/SP

### **11/02: NOSSA SENHORA DE LOURDES**

Quando saiu naquela fria manhã de 11 de fevereiro de 1858 para buscar lenha, a jovem Bernadete Soubirous, então com 14 anos, não imaginava o que estava para acontecer. Enquanto descansava à entrada de uma gruta, uma luz suave vinda de dentro lhe chamou a atenção. Iniciava-se ali uma série de encontros com aquela que, depois, se revelou como sendo a “Imaculada Conceição”. O encontro da pobre Bernadete com aquela mulher “vestida de branco” iria transformar aquele local num dos mais importantes centros de peregrinação mariana do mundo. O apelo à oração e à conversão, e os inúmeros testemunhos de cura, continuam atraindo a Lourdes, na França, todos aqueles que esperam na intercessão bondosa da Mãe junto a Deus

Frei Sandro Roberto da Costa, OFM  
Petrópolis/RJ

## IDADE - LONGA

João Olivêrto de Campos nasceu em Combrão município e comarca de Guarapuava pr em 6 de maio 1926 pai Francisco Assis de Campos e Dna Graciolina Alves de Campos semudaram para o pinhão em 4 de maio de 1932 sendo filho unico do casal estudou primeiro em escola particular em poço Grande pinhão em 1939 e 1940 Apois anos e mais anos cazouce com Dna Rozilma da família Brais e Ramos ela filia de Domingo Ramos de Moraes e Dna francelina Maria de Moraes cazouce com 37 anos tiveram 2 filias Delair e Abegacir viveu 47 anos e 4 meis cazado com Dna Rozilma ela veio falecer em 28 de outubro de 2.004 da Delair teve 2 filias Rozidete e Neiza 2 neta de João Oliverto da Rozide teve uma filia Gecica Neruza uma bis neta de João Olivêrto da Neruza cazouce teve uma filia Izadora tataraneta de João Oliverto de Campos 85 anos da Abegacir 2 filias Hellem e Tamara 2 neta de João Olivêrto da Hellem uma filia Bruna Bis neta de João Olivêrto 2 filias 4 nêtas 2 bis nêtas e uma tataraneta Agradeço a o meu querido Deus por êsta longa vida.

Obrigado **Senhor**

João Olivêrto de Campos  
Poço grande pinhão Paraná  
12 de março 2.011 sábado

Amar a Deus e o proximo

### Anotação

Os fundadores da capêla São Sebastião e Sto Antonio em poço Grande pinhão pr.

**João Oliverto de Campos e sua espoza Dna. Rozilma Jezus de Campos  
1ª Capela madeira em agosto de 1976**

Após 22 anos foi construída de alvenaria por Sio **Antonio Ferreira de Oliveira e Sua espoza Dna. Marcimilia Maria de Oliveira Dna Mila em 1998**

Veja a fôto na proxima pagina

As duas senhõra já são falecidas ++  
ficou a saudade  
31 de março de 2.011

João Olivêrto de Campos 84 anos

Os primeiros fundadores da capêla de poço grande João Olivêrto de Campos e Dna Rozilma Jezus de Campos Agosto 1976 Na **madeira** de alvenaria por Antonio ferreira de oliveira e Dna Marcemilia Maria de Oliveira Dna Mila em **1998**



Dentro da capêla a direita ao canto esta um quadro com esta fotografia e uma placa com esses dizeres que você está vendo

Dna. Rozilma faleceu 28 de outubro de 2.004 † e Dna Marcimilia faleceu em 26 de outubro de 2.008

**Ficou a saudade das grandes senhoras**

João Oliverto de Campos

O tempo está mudando dias após dias está se realizando as profecias do livro Epcalipse escrito por João Evangelista na ilha de patam // cidades estão desaparecendo no planeta Terra / a violencia é inacabavel a drôga é a fonte da violencia // o inimigo achou que foi a porta mais aberta que pra ele deu mais certo foi a droga no Brazil e no mundo levando o Brazil e o mundo para o cau No dia 7 de abril de 2.011 um atirador drogado enndemonhado entrou num colegio no Rio de Janeiro entrou atirando matou 12 crianças a policia atirou no pê dele mais o povo dis que ele se matou o quanto ele iria padecer mais dizem que foi a policia que o mato o bandido que na manhã do dia 7 de abril de 2.011 aconteceu a tragedia esta se comprindo todas as profecias bilbicas isto apenas o comesso das dores 90% por sento não tem Deus as próprias igrejas estão mudando suas doutrinas ninguem mais guarda o sábadô que o antigo testamento nos fala Deus criou o mundo e todo o quanto nele existe em 6 dias e o 7º descansou Jezus Cristo resucitou no 1º dia trais o nome de domingo ao que na Bibia não se encontra o domingo // mais só Deus sabe tudo 19-4-2.011

### **ANIVERSÁRIOS DE CASAMENTO**

Ano(s)- Bodas de...

- 1 - Algodão
- 2 - Papel
- 3 - Trigo ou Couro
- 4 - Flores e Frutas ou Cera
- 5 - Madeira ou Ferro
- 10 - Estante ou Zinco
- 15 - Cristal
- 20 - Porcelana
- 25 - Prata
- 30 - Pérola
- 35 - Coral
- 40 - Rubi ou Esmeralda
- 45 - Platina ou Safira
- 50 - Ouro
- 55 - Ametista
- 60 - Diamante ou Jade
- 65 - Ferro ou Safira
- 70 - Vinho
- 75 - Brilhante ou Alasbatro
- 80 - Nogueira ou Carvalho

Seleção de Luciana Helena Lopes  
Ouro Preto/MG

### **15/06: BV. ALBERTINA BERKENBROCK**

Albertina Berkenbrock nasceu a 11 de abril de 1919, na comunidade de São Luis, município de Imaruí, SC. Cresceu num ambiente simples, belo e cristão de sua família. Ajudava os pais nos trabalhos da roça e em casa. Confessava-se com frequência, ia regularmente à missa. Preparou-se com muita dedicação para a 1ª Comunhão e dizia que fora o dia mais belo de sua vida. Falava muitas vezes da Eucaristia e sempre comungava com fervor. No dia 14 de junho de 1931, aos 12 anos de idade, foi atacada por um empregado do sítio de seu pai. Morreu mártir ao lutar para preservar sua pureza e virgindade, defendendo a dignidade de mulher. Foi beatificada no dia 20 de outubro de 2007, em Tubarão, SC. Albertina Berkenbrock é a primeira bem-aventurada leiga, mulher e jovem genuinamente brasileira. É modelo para os jovens de que não se pode ter medo de ser santo.

Adaptado de *Zenit*, 19/10/2007

### **SÃO PAULO CONTRA VARGAS**

O que não é lembrado deixa de existir. O passado só vive se recuperado no presente, atualizado pela nossa memória. Isso vale para os indivíduos e para os acontecimentos históricos. “Nove de Julho” é nome de rua em todos os municípios do Estado de São Paulo e feriado naquela unidade da Federação: relembra a Revolução Constitucionalista de 1932, quando grande parte da população paulista, dos grandes fazendeiros de café ao operariado das indústrias que se instalavam, incluindo parte da juventude estudantil, rebelou-se contra o governo central, exigindo que o país tivesse uma nova Constituição e eleições. Getúlio Vargas, o Presidente provisório, usou força e habilidade política: reprimiu os revoltosos, mas convocou uma Assembléia Constituinte.

Chico Alencar(RJ), autor de *BR-500, Um Guia para a Redescoberta do Brasil*, VOZES

### *População do mundo veja*

#### **2050: PAÍSES MAIS POPULOSOS**

A população total estimada para 2050 chegará a 9,15 bilhões de pessoas no mundo. Segundo previsão, os países que terão o maior crescimento populacional são:

- 1º - Índia: 1,6 bilhão.
- 2º - China: 1,4 bilhão.
- 3º - EUA: 404 milhões.
- 4º - Paquistão: 335 milhões.
- 5º - Nigéria: 289 milhões.
- 6º - Indonésia: 288 milhões.
- 7º - Bangladesh: 222 milhões.
- 8º - Brasil: 219 milhões.
- 9º - Etiópia: 174 milhões.
- 10º - Rep. Dem. Do Congo: 148 milhões.

Outros países: 4 bilhões.

Revista *Veja*, 16/09/2009 baseada na ONU

Pesquisas de historico das capelas 25/05/2011

Senhoras

Elaine Aparecida Sheski

Maria Inês Ferreira Mendes Meira

Verônica Maria Ferreira

Ailton Jose Ferreira

Aparecida J. Proença



1ª Capela de poço grande em madeira  
fundada por João Olivêto de Campos e Dna Rozilma Jezus de Campos  
em 1976

Vizita da santinha 7 dias em cada capêla em poço grande de 28/02 a  
6/03/1998 Tudo fica só a lembrança a saudade destas pessoas uma parte  
não eziste mais

de 17 de outubro de 2.011 uma segunda feira O pedreiro compadre  
Amarildo de Lara comessou a fazer a minha gaveta no cemiterio de  
poço Grande ao lado do tumulo de minha espoza Dna Rozilma Jezus de  
Campos e proximo a capelinha de meus pai francscisco Assis de Campos e  
Graciolina Alves de Campos saudoza memória † e no dia 21 de outubro  
2.011 ele terminou assino João Olivêto de Campos **R\$ 600,00**

## UM TIRO PELA CULATRA

Há exatos 50 anos a política brasileira viveu um grande abalo. O presidente da República até então eleito com o maior número de votos, depois de apenas nove meses de governo, renunciou às suas funções. Jânio Quadros escolheu o dia, seguinte ao do trágico suicídio de Vargas, em 1954, no mesmo mês de agosto, para marcar o tom dramático de seu gesto. Na verdade, pensava em ver seu pedido de deixar o governo recusado pelo Congresso Nacional, permanecendo assim como presidente com maiores poderes, para ter mais força para enfrentar as “forças terríveis” que, segundo sua carta de renúncia, atrapalhavam sua administração. Mas o tiro saiu pela culatra, seu pedido foi aceito e o vice, João Goulart, depois de alguma resistência das forças mais conservadoras, assumiu como presidente da República.

Chico Alencar(RJ), autor de *BR-500*,

*Um guia para a Redescoberta do Brasil*, VOZES.

*em dia 4 de novembro de 2.011 sexta feira esteve aqui em nossa capêla 1ª primeira veis o Dr Edisson Crema trazido por o gerente do posto mêmico do pinhão sio paulo prêste Atendeu 1ª consulta pela 1ª veis um medico em nossa comunidade poço grandence em 1999 esteve dentista por 6 mezes uma veis por meis // de fevereiro 2.004 ESTEVE O Encino fundamental CEEBJA ATE 24 de 12 de 2.004 no dia de sábadno Assino João oliverto de Campos 5-11-2011*

## O QUE SERIA UMA BOA MORTE?

Ninguém de nós deseja morrer. No entanto, mais cedo ou mais tarde na vida seremos tocados pela morte. Ela faz parte da nossa vida. Estudos demonstram que para nos despedirmos da vida com elegância e dignidade precisamos cuidar: 1) Alívio da dor e sintomas (sofrimento); 2) Evitar o prolongamento do morrer; 3) Manter um senso de controle (autonomia), em contexto de crescente vulnerabilidade; 4) Não se sentir um peso físico e emocional para os outros entes queridos; 5) Oportunidade de fortalecer e aprofundar o afeto com os familiares e amigos; 6) Necessidade de concluir coisas pendentes e inacabadas; 7) Confiança e confiança nos cuidadores; 8) Comunicação honesta; 10) Cuidado com a espiritualidade.

Leo Pessini, Camiliano  
pessini@saocamillo-sp.br

## Deveres do casal

### DIREITOS E DEVERES...

...do matrimônio. Muita gente não sabe, mas depois do casamento alguns direitos e deveres surgem com a nova união. No Direito Civil, o casal, após o casamento, deve ser fiel e habitar sob o mesmo teto, ter respeito e consideração mútua. Deve ainda, se um dos dois está sob dificuldades financeiras, ampará-lo e sustentá-lo até cessar a dificuldade. Tem que sustentar, guardar e educar os filhos resultantes da união entre os dois. Para nós católicos, além destes deveres e direitos civis, o Direito Canônico reza que o casal tem que estar a serviço da vida – procriar – e deve educar os filhos na fé cristã com ênfase nas virtudes teológicas: fé, amor e caridade. Ensinar os filhos a rezarem, estarem a serviço do próximo e ter reverencia para com as Coisas do Senhor.

Ana Vitória Wernke  
Advogada especialista em Direito Público  
anavitoriawernke@hotmail.com

**JOC**

## 7 MODOS DE ENFRENTAR AS DIFICULDADES DA VIDA

1. Tenha a convicção de que Deus está no controle de tudo.
2. Não tenha medo de situações novas.
3. Tire proveito das dificuldades.
4. Não escute palavras de desânimo e dúvida.
5. Lembre-se de que você próprio é uma solução.
6. Esteja se fortalecendo interiormente cada manhã.
7. Agradeça a Deus pela oportunidade de lutar e vencer.

Seleção de Regina Maria Munch  
Petrópolis/RJ



As coizas vão mudando em nosso lugar poço Grande no passado ERA bom de viver agora já não mais // Hoje já estão asartando cazas robando criação queimando cazas e daí por diante A policia de pinhão não liga nessa parte pode robar que nada acontece Muntos moradores bons já estão saindo vendendo suas propiedades indo para as cidades mais lá ainda é pior neste fim de ano 2.011 já foi robado em muntas cazas e nada foi feito pelas autoridades // 25-12-2.011 João Olivêrto Campos

### **Dizem que o mundo mudou**

até que pôde o mundo mudar o planeta terra mais se mudou é por cauza da distruição da natureza o próprio homem destruiu a natureza e poluiu e a natureza cobra.

#### Isso ai

Na vida moderna juventude moderna sem religião alguma não mais cream em **Deus †** cream só na teblologia Aumana quando a pessoa sai do sitio do mato vai pra cidade grande ou pequena já mudou a pessoa Já não conhece mais os conhecidos se alguma veis te vi não te conheço O pai não é bem vindo pelos filios os conhecidos munto pior ainda chamam de grosso jacu mal trapilho não comem qualquer comida os afiliados não dão lovado para os padrinhos como era dantes eu tenho muntos afiliados mais é alguns que me da lovado Aqui no mato mezmo já aconteceu o mezmo os vizinhos não mais se vizitam como era no passado o preconceito está em todo o lugar até nais igrejas seja a igreja que for é só o nome de religião voce vale o que você tem si tem munto vale munto si tem um pouco vale um pouco si nada tem não vale nada a pessoa idoza não vale nada só e visto quando eu percizo fora disso nada eu sou regeitado perante a sociedade fazer o que um dia alguém vem nós **julgar** ponto final.

11/2/2012

JOC

### **A CARTEIRA DE TRABALHO**

Em março de 1932, o novo governo do Brasil, chefiado por Getúlio Vargas, criou um pequeno documento que mudou a vida de muita gente das cidades: a carteira de trabalho. Até então, em um país saído da escravidão há menos de cinco décadas, a desconsideração pelos operários era imensa, e pelos camponeses ainda maior. A carteira de trabalho, a ser obrigatoriamente assinada pelos patrões, tornou-se um registro importante para que a massa trabalhadora urbana, tão explorada, pudesse reivindicar seus diretos. Há 80 anos, portanto, depois de muita luta, começava no Brasil o lento reconhecimento da dignidade de quem trabalha. Afinal, são os trabalhadores que verdadeiramente produzem as riquezas, ainda tão mal distribuídas entre nós.

Chico Alencar, autor de *BR-500 – Um guia para a redescoberta do Brasil*, Ed. Vozes

### **PROGRAMA DE ÍNDIO?**

Você sabia que no século XXI ainda são faladas 188 línguas de origem indígena? Isso pode parecer muito, mas quando da conquista portuguesa, no século XVI, elas eram mais de mil. A população dos povos nativos, dizimada, expulsa de suas terras e agredida em suas culturas, hoje voltou a crescer, embora ainda haja muito preconceito. A expressão “programa de índio”, para designar algo negativo, é um exemplo. Mas a Constituição Cidadã de 1988 garante, em seu artigo 231, o respeito à terra e à cultura dos indígenas. É preciso fazer esse principio descer do papel para a vida, garantindo áreas onde os índios possam se reproduzir não apenas fisicamente, mantendo suas tradições e sua identidade.

Chico Alencar, autor de *BR-500 – Um guia para a redescoberta do Brasil*, Ed. Vozes.

## 25/08: DIA DO SOLDADO

O soldado é o cidadão fardado precursor na defesa da sua pátria e das instituições. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a Polícia Militar são forças devotadas à defesa da pátria, da ordem e das instituições. O Dia do soldado foi instituído em homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, patrono do exército brasileiro, nascido em 25 de agosto de 1803 na cidade de Estrela, RJ. Com pouco mais de 20 anos tornou-se capitão e, aos 40, marechal de campo. Entrou para a história como “o pacificador” por ter sufocado muitas rebeliões contra o Império. Comandou as forças brasileiras na Guerra do Paraguai em janeiro de 1869. Depois da guerra, Lima e Silva foi elevado à condição de Duque de Caxias – o mais alto título de nobreza concedido pelo imperador. Caxias morreu em 1880.

## PESSOAS DE IDADE...

...são as que se encontram no alto da montanha da vida. Na vida só há duas possibilidades: morrer cedo ou envelhecer. Infelizmente para muitos só este verbo já causa arrepios. Acontece que há outra maneira de compreender o envelhecimento. Este é um processo que pode conduzir a uma etapa privilegiada da vida. Quem chega lá, chega ao topo da montanha. E quem chega ao topo é porque soube caminhar. A recompensa não se faz esperar: é lá do alto da montanha da vida que se descortinam as mais belas paisagens. Montanhas e vales, nascer e pôr do sol, nuvens escuras e céu estrelado, silêncio e os mais diferentes ruídos noturnos vão se alternando para comporem uma sinfonia de beleza incomparável. Basta manter os olhos e ouvidos abertos.

Frei Antônio Moser, OFM  
moser@vozes.com.br

## INDEPENDÊNCIA A CONQUISTAR

Há 190 anos o Brasil constituiu-se como nação independente, livre de Portugal. O “Sete de Setembro” é o Dia da Pátria. Deve ser também um momento de reflexão sobre a consolidação da nossa independência definitiva. Devemos nos indagar se todos os brasileiros já têm oportunidades iguais para uma vida cidadã. Devemos perguntar se o abismo entre os muito ricos e os mais pobres diminuiu. Devemos questionar o individualismo, que nos leva a desconhecer os nossos patricios. Devemos nos interrogar sobre o porquê de algumas rádios e tevês desvalorizarem nossa própria criação artística. Devemos, por fim, superar o que o escritor Nelson Rodrigues chamava de “complexo de vira-latas”, sem vergonha de sermos brasileiros!

Chico Alencar, autor de *BR-500 – Um guia para a redescoberta do Brasil*, Ed. Vozes

## A AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS

O que é uma República Federativa? É a união de pessoas jurídicas de Direito Público em uma só, coletiva, mas cada um dos associados conserva sua autonomia quando os assuntos são de interesse local. Foi esta a forma de associação eleita quando passamos do Império à República. Parabéns à Constituição de 1988 que retirou do ensaio a autonomia municipal e colocou os municípios na condição de “associado” federado. O município não pode e não deve manter-se no ranço deixado pelo poder imperial ou, na história mais recente como ocorreu no período militar, de plena obediência ao poder central e único, valendo-se apenas das leis federais e estaduais para regularem assuntos que dizem respeito ao seu domínio de interesse.

Ana Vitória Wernke, advogada  
anavitoriawernke@hotmail.com

*Voce ve esses os quadrinhos de folhinhas nêsta genda aonde estiver um quadrinho não de ler ali ESTÁ um HISTORIA eu gôsto munto de historia No ano de 1989 apedido do Senhor Antonio Correia da Silva e sua espoza professora Dna Cirdinei levisk da Silva eu ESCrevi um livro História do poço Grande pedi a eles que me RZgatace documentos antigos o qual resgataram o que puderam e eu entrevístei muntas pessoas*

antigas da Época que hoje não mais existem o qual fiz o Livro História do poço Grande pinhão pr. Me disse eles que tem copia em varias escolas do municipio e na biblioteca municipal de pinhão o rascunho original está com elles Sio Antonio e Dna Cirdinei Temos que escrever o passado para ficar no futuro Muntas pessoas de pouca curiosidade não gostam de história e muntos gostam // João Oliverto de Campos 6/05/2012

### IMPEACHMENT

A palavra, difícil, entrou no nosso vocabulário comum há exatos 20 anos. Ela significa impedimento, afastamento. Foi o que aconteceu com o primeiro presidente eleito pelo voto popular depois do período militar iniciado em 1964. Fernando Collor, acusado de corrupção, sofreu processo de cassação do seu mandato pelo Congresso Nacional, apoiado por forte mobilização da população, em especial da juventude: os chamados "cara-pintadas". Poucos acreditavam ser possível destituir um presidente da República pelos meios legais e democráticos, sem gerar aguda crise. Mas aconteceu assim: Collor saiu e seu vice, Itamar Franco, assumiu, concluindo o mandato presidencial para o qual também tinha sido eleito. O Brasil, de fato, estava mudando.

Chico Alencar  
www.chicoalencar.com.br

### 03/10: Bv. MÁRTIRES DE CUNHAÚ E URUAÇU

Em 16 de julho de 1645, o Padre André de Soveral e outros 70 fiéis foram cruelmente mortos por mais de 200 soldados holandeses e índios potiguares quando participavam da missa dominical na Capela de Nossa Senhora das Candeias, no Engenho Cunhaú, município de Canguaretama, Rio Grande do Norte. Pagaram com a própria vida o preço pela crença, por causa da intolerância calvinista dos invasores. Três meses depois aconteceu outro martírio: 80 pessoas foram mortas por holandeses, entre elas, o camponês Mateus Moreira, que teve o coração arrancado pelas costas, enquanto repetia a frase "Louvado seja o Santíssimo Sacramento". Este massacre aconteceu na Comunidade Uruaçu, em São Gonçalo do Amarante, a 18km de Natal, litoral do RN. Os Protomártires foram beatificados no dia 5 de março de 2000.

Adaptado da *Tribuna do Norte*, RN, 01/10/2009

Veja cada quadrinho que voce ve aqui Leia é uma historia que ele tem se voce ler voce sabe o que ele dis

### O Brazil e seus

Encantos No ano de 1647 foi encontrado na praia da Jurema os índios da Época encontraram a famóza image do Senhor **Bom Jezus** que deram o titulo Bom Jezus de ignape foi trazido pelas onda do mar voce sabe quem feis essa image eu não sei ais igreja protestante dizem que um barco que navegava e afundou que trazia a image e como êla saiu do barco voce viu porque eu não vi // No dia 7 de maio de 1717 os 3 pescadores que pescavam no Rio paraíba são paulo para recepcionar o conde de Assumar diz a historia encontraram a image de Na Sa Aparecida lansando a rede pescaram a image sem cabeça pela 2ª veis lansaram a rede pescaram a cabeça pela 3ª. lansaram a rede a pêsca foi formidavel felipe pedrozo e o filio e o vizinho voce viu quem feis essa image por que eu não vi /// em uma ocazião eu li um Mapa Militar da Norte America traduzido em portugueis que conta que no ceano tem uma imagem de No Sr Jezus Cristo no mar não é seguro em nada e não afunda tem altura de um homem

o mar cresce e baixa a mare e ele esta no mesmo lugar mergulador não viram pilar algum deram o título **Senhor do Ceano** foi voce que feis essa imagem por que eu não fui /// Sim ais igreja protestante que se dizem igrejas evangelicas negam a virgem Maria negam a crus de Cristo /// **Na verdade o sábado e santificado em Genes**

Deus criador criou o mundo feis tudo em 6 dias e no 7º descansou contemplando ais maravilhas que feis /// Na verdade no antigo testamento os homens faziam um boi de ouro e diziam esse é o noso Deus faziam um homem de ouro ou prata ou qualquer outro material e diziam esse é o nosso Deus deixavam de adorar o nosso Deus verdadeiro para adorar e prestar culto e oferecer Holucausto a essa imagem o que aconteceu veio o diluvio e tudo acabou só se salvou Noê com a familia por que temia a Deus criador e por ordem de Deus construiu a arca salvou as especie por orde de Deus Deus mandou seu filio nacido da virgem Maria mais os homem não quizeram e mataram crucificado + mais se enganaram por que no 3º dia ele **ressucitou** no primeiro dia de serviço do pai foi dado o nome **domingo dia do Senhor** o domingo e santo pela Ressureição de Cristo Jezus Jezus Cristo não deu placa de igreja alguma ele dise para o apóstolo pedro sobre ésta pedra eu edificarei a minha igreja as pórtas do inferno não prevalecerão contra éla todo o que ligar sobre a terra sera ligado tambem no ceu todo o que dezligar sobre a terra sera dezligado tambem no ceu /// ele não falou em igreja catolica ou evangelica alguma /// os homem que deram o nome mais si eu perguntar para um pástor da Asembleia qual é a melho igreja ele dis é a minha mais se eu perguntar para um pastor da igreja Quadrogular qual é a melhor ele dis é a minha /// Ai eu pergunto onde esta a melhor aí esta a duvida dais igrejas protestante outro sim a muntas igreja mentindo que sabem que dia o mundo vai acabar /// se Cristo dice a pedro pergunto quando era a volta ele dice nem os anjos do ceu não sabem So o pai sim ele deu a parabola da figueira sim esta acontecendo **Amigo Leia a Biblia e confira o que eu escrevi** poço Grande pinhão pr 6 de novembro de 2.012

João Olivêrto de Campos

### **Veja o passado**

#### **ESTADO NOVO, VELHO AUTORITARISMO**

Na noite de 10 de novembro de 1937 – há 75 anos, portanto – foi instaurada no Brasil uma ditadura constitucional: o Estado Novo. O Presidente Vargas cancelou as eleições previstas para o ano seguinte. E chamou um jurista, Francisco Campos, para outorgar ao país uma nova Constituição, inspirada nas leis fascistas da Itália, da Alemanha, de Portugal e da Polónia. Ela dava plenos poderes ao Executivo, que controlou todos os estados, instituiu a pena de morte e a censura prévia, a ser feita por um órgão especial, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O Estado Novo durou 8 anos. Mas o autoritarismo se enfraqueceu quando Hitler e Mussolini começaram a perder a guerra. Novos ventos de liberdade sopravam no mundo.

Chico Alencar  
[www.chicoalencar.com.br](http://www.chicoalencar.com.br)

A vêlice quantos anos passam em nôssa vida quantos relembramos o passado como eu ja com 86 anos viuvo a 8 anos vivendo sózinho em meu ranxo mais sozinho não estou ao meu lado está alguém junto de mim que sô eu sei o **S. C. J.** com sua Mãe Maria eu gôsto munto fazer o bem o mal não para mim se **fêxe ais pôrtas de eu fazer o mal e se abra ais pôrta** de eu fazer o bem. Os anos passam as pessoas se vão só resta a saudade de quem já foi para o alem + hoje tudo mudou **EZISTE** munto preconceito discriminação principalmente entre a juventude e a velice Antigamente eu saia em festas bailes aproveitei meu tempo hoje não saio mais não poço montar a cavalo não poço andar de bicicleta se eu tenho que sair tenho que fretar uma condução moro sozinho não tenho quem me acompanhe para ir no banco arreceber Minha familia moram loge de mim tenho apenas 2 filias moram em Guarapuava eu moro aqui Bom Retiro poço Grande pinhão pr – Tenho um casal de compadre que moram com migo já 9 anos eu pago o salario pra eles fazerem alguma coisa para mim Azar meu se não fosse eles ainda trabalho um pouco cuidoo dais minhas criação morar sozinho ele não é munto bom como alguns pençam não tem quem de um côpo de agua em sérta ocasião peço a Deus que ao final da minha vida tenha alguém ao meu lado a familia sempre não gosta de gente vêlho so serve para icomodar // Mais mezmoo eu gôsto da minha familia Grassas a Deus todos são bem de vida eu confio em Deus e não fico iludido eu estou ao lado dele e ele esta ao meu lado em todo os tempos Amem poço Grande pinhão paraná 2 de dezembro de 2.012 **Domingo do Advento** João olivêrto de Campos

### **Deus criou céu e terra e tudo o que nele EZISTE**

Como vemo em Gens capítulo **26 vs 29** da Sagrada Escritura Deus criou o homem e mulher como todos nôss sabemos mais hoge o homem qer dominar a Deus – **já mais domina** os homem previam o fim do mundo no ano **2.000 / Nada aconteceu** / muntas igrejas evangelicas ou protestantes diziam que no ano 2000 Jezus vinha buscar eles e o diabo via buscar os católicos // sendo que só **Jezus Cristo** pôde julgar não julgueis para não ser julgado // Lógico os monarcas os governantes e os juizes da terra eles julgam e por o dinheiro eles condenam o inocente e abessórvem o bandido / Nem todos fazem isso mais munto fazem

Aí vem os cientistas referindo aos maias e nostradamos afirmando positivamente que no dia 21 de dezembro de **2.012** acabaria o mundo acabou por acauzo até mezmoo muntas pessoas sabido que não leiam **A Biblia** acreditavam / Sim é verdade Jezus falou do fim dos tempos a parabola da folha da figueira que lemos na Biblia é vêrdade o que está acontecendo no Brazil e no Mundo podera está pêrto o ponto final mais quando o Apóstolo pedro perguntou para Jezus quando êra a vólta o que ele disse a pedro nem os anjo do ceu não sabem só meu **pai** vigiai e orai por que não sabeis o dia e nem **A HÔRA.**

*Na verdade o que esta acontecendo calamidades nais cidades // Sódoma E Gomorra atraíram o fogo do céu nais cidades anda tão saturado da impureza que é quazi um milagre escapar do envenenamento secuéstro violencia drôga morticinio latroucinho todos os dias // e outras coizas o dizmatamentos no planeta mudou munto o clima do mundo // Vamos Rezar por o joelho no chão fazer o Bem e não o Mal nossa Alma sera salva Amem // 24 de janeiro 2.013 poço grande pinhão João olivêrto de Campos*

Da fêria, roxo, missa pr, Pf da Q (comemoração facultativa de S. Pedro Damião, bispo e doutor da Igreja, or pr), / Leituras: Lv 19,1-2.11-18; Mt 25,31-46. / Santos: Pedro Damião, Sérvulo, Severina.

1431 – Foi aberto, em Rouen, França, o processo que condenou Santa Joana D’Arc à fogueira.

A Quaresma é tempo de reencontro com o Pai. É tempo em que o filho pródigo volta de sua louca caminhada pelas estradas da vida para o Pai.

Só podemos estar com os pobres se somos contra a pobreza. P. Ricoeur

**FEVEREIRO . SEGUNDA**

**21**

1983

LUA CHEIA A 27

## **GANDHI EM NÓS**

Nós, do Ocidente, costumamos ficar bem distantes das culturas e da história da Ásia. Mas aquela parcela mais populosa da humanidade tem muito a nos ensinar. Há 65 anos, em um já longínquo 30 de janeiro de 1948, era assassinado o líder da Independência da Índia e defensor da não violência ativa, Mahatma Gandhi. Ele, com sua luta política coletiva exemplar, elaborou também uma atualíssima versão do que chamava de “Sete Pecados Sociais”: riqueza sem trabalho, conhecimento sem sabedoria, prazer sem escrúpulo, comércio sem moral, ciência sem humanismo, política sem idealismo e religião sem austeridade e sacrifício. Se cada um de nós, em todos os momentos de nossas vidas, combater essas distorções, o Brasil, sem dúvida, vai melhorar.

Chico Alencar, autor de *Cântico das criaturas: ecologia e juventude do mundo*, Ed. Vozes

*Sempre*

*É bom voce ler estes quadrinhos tem munta coiza importante que voce fica sabendo de muntas histórias do passado que ficou em escrito para recordar*

## **gRhande Catastro**

*Na noite do dia 26 para 27 de janeiro de 2.013 **domingo** no Rio Grande do Sul em Santa Maria uma boate caza no turno boate Qiss aonde se divertiam centenas de jôvem de varios Estado do Brazil só estudantes de varias facultade do Brazil ali se divertiam alêgrememente a um momento de segundos a boate pegou **fôgo** sem saída de emergencia o que dis os jornais no momento morreu 234 pessoas jovem de todos os cantos do Brazil centenas foram hospitalizadas em vario hospital do Brazil ate este momento algus se recuperaram e centenas em estado grave motivo a fumaça toxicas que levou **AHÓBITO** esta quantidade de pessoa Todas as igrejas de todas as religião fizeram oração hecumenica aos fieis não impórta qual seja a religião de cada um ou sem batizmo ou sem religião todos são criatura de **Deus** eles já passaram para o pulgatório Deus ve tudo Deus ama a todos Jezus salva*

a todos centenas de pai mãe irmãos derramando suas lagrimas não é pra menos o cauzo é horível no comesso de 2.013 A lei proibiu em todo o Brazil a caza no turno que não estiver regularizado dentro da lei É FEXADO.

**Vamos rezar por eles e seus familiares e por noss todos**

31/01/2.013 João Olivêrto de Campos.

### Vou contar

#### **Minha vida / João Olivêrto de Campos /**

Naci em Guarapuava pr 6 de Maio 1926 Meu pai francisco Assis de Campos natural de Guarapuava origem paraguai Minha mãe Graciolina Alves de Campos natural de Sta Catarina Jovile origem alemão vieram para o pinhão em 4 de maio de 1932 filios era só eu filio único eu estudei em escola particular em 1939 e 1940 me casei com 31 anos de idade com Dna Rozilma Jezus de Moraes da familia Brais ela nacida em 11-11-1937 ela com 20 anos pai dela Domingo Ramos de Moraes mãe francelina Maria de Moraes cazemos em 29 de junho de 1957 nossa atividade pecuaria e lavoura Tivemos 2 filias Adelair e Abegacir uma É VIUVA Adelair Abegacir e cazada Adelair naceu em 10/08/1953 Abegacir naceu em 8/06/1961 Grassas a Deus são todos bem de vida moram todos em Guarapuava pr e eu retornei a estudar de novo no ano 2.000 a 2.005 fis a 8ª cérie vivemos cazado com Dna Rozilma que passou acinar Rozilma Jezus de Campos vivemos 47 anos e 4 mezes Dna Rozilma faleceu em 28 de outubro de 2.004 eu fiquei viuvo com 78 anos de idade meu pai faleceu em 25-12-1965 Minha mãe faleceu em 9-12-1988 Hoje estou com 86 anos vivo sôzinho no meio dos estranhos só tenho um cazar de compadre que môram com migo a 20 Mtros do meu rancho eu pago o salario para eles para eu não ficar sozinho eu sou deficiente de nacimiento tenho o Labio lepurino soffro munto preconceito mais não peço nada a ninguem sou católico fundei a capêla de São Sebastião e Sto Antonio em poço Grande Na minha propiedade em 1976 sou ministro extraordinario da Sagrada Eucaristia no passado tinhamos 50 vizinhos a minha parentesca do lado materno morava todo aqui o lado paterno um pouco moravam aqui em poço Grande e outros em Guarapuava Hoje não existe mais ninguem da quele povo só a lembrança hoje existe apenas 10 vizinhos ainda longe um do outro ninguem se vizita mais só se reune na igreja para o culto nos **domingos** eu vivo só

Ninguem me vizita eu não vou em caza de ninguem motivo ser longe não tenho condução por eu não saber dirigir vendi minha condução aqui tudo tem carros mais ninguem me oferêce uma carona qando eu vou pro pinhão vou de onibos passa na frente da minha propiedade 3 VZ a semana ais vezes eu frêto algum carro quando da cêrto mais mezmo pagando ainda é difice hoje tudo mudou eu vivo semiabandonado Mais não estou abandonado de **Deus** Amem.

João Olivêrto de Campos poço Grande pinhão **17/03/2.013**

### A Thellogia mudou a vida da humanidade

Antigamente os jôvem trabalhavam com os pai e mãe na rôssa na tropiada na agricultura na pecuaria mais hoje ja mudou os jovem ais jovem tem que estudar munto fazer faculdade fazer varios estudo e formação para poder achar um emprego para trabalhar para sobre viver os jovens tenha que sair do interior para vir para a cidade e os pai mãe e apozentam e vendem a chacra ou o sitio e vem para a cidade **existe um dizer não venham para as periferias da cidade por que pôde ser pior para voceis** O interior esta sem gente e ais cidades crecendo horrível mente cidades e roubo drôgas assaltos homicidios estupros secuestros vandalizmos e é por aí eu vejo na televisão estudo não tenho mais acompanhado todos os noticiarios do radio e da televisão sempre estou por dentro dos assuntos que ocôrre ao dia a dia no Brazil e no mundo em que vivemos vi o pãssado estou vendo o prezente só não sei do futuro como vai ser só **Deus sabe** pouco ate o momento do lado bom 50% ao lado ruim 70% mais o menos não sei estou com 86 anos lembro munto bem do passado 1940 1950 1960 1970 aí já foi mudando desculpe se eu ofendi

IV-IV-MMXIII João Olivêrto de Campos

#### **21/04: DIA DE TIRADENTES**

Joaquim José da Silva Xavier lutou pela Independência do Brasil num período em que o país sofria o domínio e a exploração de Portugal. O Brasil não tinha uma Constituição, o direito de desenvolver indústrias em seu território e o povo sofria com os altos impostos cobrados. O movimento da Inconfidência Mineira pretendia transformar o Brasil numa república livre de Portugal. Para conquistar tal êxito Tiradentes e vários componentes da aristocracia mineira integraram-se a esta mobilização. Em 1789, o movimento foi denunciado e interrompido pelas tropas oficiais. Os inconfidentes foram julgados, e alguns filhos da aristocracia ganharam penas brandas, como o açoite em praça pública; outros, porém, a forca. Tiradentes foi condenado à morte, mas o sonho que o impulsionou a lutar frutificou e transformou o Brasil em uma nação independente.

Tudo tem um sentido Leia Tiradentes

#### Os Grandes Fenômenos que

A história conta a 1ª Guerra Mundial de 1914 a 1917 O que dizem que o autor foi Napoleão Bonaparte 3 anos de Guerra // **de 13 de maio 1917 a 17 de outubro 1917 Apareceu Nº 5ª a 3 pastorinho na cova de iria em portugal Lucia francisco e jacinta Nossa Senhora de fatima a ermã Lucia faleceu em 11 de fevereiro 2.005**

Dizem que em 1918 a fêbre espanhôla matou centenas de gente no Brazil contado pelos antigos // A 2ª Guerra Mundial de 1939 a 1945. 6 anos de Guerra O autor foi o ditador alemão **Adolfo Histler** / dis o Almanaco pensamento 2.011 O HISTLER 3º Anticristo.



### Outros Fenômenos

Que eu vi na minha vida em fevereiro de 1941 a Grande Ratada que assolou o Paraná em outubro de 1946 A março e abril de 1947 A Grande gafanhotada que assolou o Paraná foi imenso os prejuízos no mantimento e no vegetal em outubro de 1947 A peste suína não deixou porcos nas comunidades maio de 1947 o ECLIPSE Solar escureceu o Brasil 1948 a FÊbre AFETOZA atacou os rebanhos bovinos caprinos e ovinos e alguns poucos de suínos na quela Épocas não avia vacina alguma era curado as criação com Ruirolin ou Livrolina em 1954 Grande Tempestade em 13 de maio 1965 deu 3 tempestade dentro da noite 13 para 14 de maio 1965 tudo isto eu vi João Olivêrto de Campos estou com quazi 87 anos // nasci em 6/05/1926 // Hoje 24 abril 2.013 JOC

Continuo me alembrei em 1963 não choveu mais de abril maio junho julho em agosto incendiou o Paraná ate setembro choveu em 27 de setembro aí choveu uma semana Grassas a Deus apagou as fogueiras em abril de 1983 comessou a chover choveu maio junho julho comessou a desmoronar as serras não ficou ponte nem pinguela em agosto voltou o bom tempo melhorou a situação consertado as estradas e ponte bueiros e pinguelas e por enquanto cheguei ao fim dais historias reais que vi

### Minas-Gerais - Brazil -

Assistido pela televisão escutado pelo radio uma **Historia Real** 4 de maio de 2.013 sábado em Minas Gerais foi Beatificado pela igreja católica o corpo de Nhá (**Chica**) Francisca de Paula conhecida por Nhá Chica descendente de escravo morreu com 84 anos no século passado solteira nunca casou analfabeto não sabia ler nem escrever era Benzedeira Curadeira tinha uma imagem Na Sa da Conceição que era de sua mãe mandou fazer uma capela ao lado da sua simple casa e ali que ela fazia suas curas quazi milagrosa aonde ela estava sentia se um suave perfume de rosas encontravam Nha Chica Já sentia o suave perfumes de rosas moços e rapais perguntavam a ela onde a senhora compra esse perfume de rosa Nha Chica ela dizia eu nunca uzei perfume na vida já chamavam de santa pelo bem que fazia a todos ela era munto simples e ela pediu que quando ela morreça sepultaram dentro da capelinha e assim foi e continuou os milagres na vida só dava bom conselho a todos e no dia 4 de maio de 2.013 foi exumado e beatificado o corpo de Nha Chica os cardeais e bispos e padres // e o povo 4000 mil pessoa assistiram a **Beatificação** †

### 03:02: SÃO BRÁS DE SEBASTE

Sobre São Brás existem vários relatos, alguns deles baseados em lendas, sem base histórica. Segundo a tradição mais verossímil, Brás, antes de ser bispo de Sebaste, na Armênia, era médico cristão. Preso durante a perseguição do imperador Licínio, após sofrer as torturas mais cruéis, foi decapitado, no ano de 316. Sua veneração iniciou-se tardiamente no Ocidente, depois do século IX, mas foi um dos santos mais populares na Idade Média. Narra a tradição que, sendo levado para o martírio, no caminho realizou um milagre, curando um menino que havia se engasgado com uma espinha de peixe. Por isso é invocado como o protetor dos males da garganta. No dia dedicado a ele, 3 de fevereiro, em muitas igrejas se mantém o costume de dar a bênção da garganta.

Frei Sandro Roberto da Costa, OFM  
Petropolis/RJ

### FAÇAMOS A REVOLUÇÃO, antes que o povo a faça!

Há exatos 80 anos aconteceu a Revolução de 30: os grandes fazendeiros, donos de gado e gente, que dominavam a República Velha, começaram a perder força. Formava-se uma opinião pública a partir das cidades que não aceitavam aquela “República do Café com Leite”, com seu voto de cabresto e seus currais eleitorais. Artistas se revelavam na Semana de Arte Moderna, tenentes se rebelavam nos 18 do Forte e na Coluna Prestes, e operários faziam as primeiras greves. Parte das próprias oligarquias aliou-se a setores urbanos para remodelar o sistema político. Com Getúlio Vargas à frente, abria-se o caminho para acelerar a industrialização e fortalecer o Poder Público. O presidente (governador) de Minas deu o alerta: “Façamos a revolução, antes que o povo a faça!”

Chico Alencar, autor de *BR-500, Um guia para a redescoberta do Brasil*, VOZES

*Neste dia 2 de fevereiro de 2.009  
segunda feira dia de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do  
Belém apresentação do menino  
Jesus no templo eu expulsei  
em nome de nosso senhor Jesus  
Cristo (um demonio) que estava  
no corpo de uma afiliada minha  
João Olivêrto de Campos Ministro  
Extraordinario da S<sup>ta</sup> eucaristia  
2/02/2.009*

### ENVELHECIMENTO FELIZ

Está se sentido envelhecido? Ótimo! Agradeça a Deus por esta dádiva. Nada de preocupação, porque o envelhecimento é um processo biológico considerado natural, pois a cada minuto estamos mais envelhecidos e com a chance de atingirmos a maturidade. Muitos fatos importantes para o destino da humanidade, seus autores são pessoas “maturas”, pois estas sacrificaram suas horas de repouso, sua saúde, renunciando a si mesmas, somente por amor à humanidade. Neste processo de envelhecer verificamos *perdas* e igualmente *ganhos*: perde-se gradativamente no aspecto físico, porém se ganha no aspecto psicossocial. Assim, o valor do que se ganha supera em muito aquilo que é perdido.

Luiz Jarbas Godoy.  
Florianópolis/SC

- *Direitos autorais*
- *Patente do livro*
- *Registro em nome do autor.*

### DIGNIDADE HUMANA

O conceito da dignidade humana foi o centro inspirador da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU – 1948). Foi também central na elaboração de muitas das Constituições Nacionais. Continua inspirando leis e resoluções em todo o mundo. A pessoa humana é digna de respeito pelo fato de ser pessoa e ponto final! A dignidade, não é um atributo externo, mas é inerente a todo ser humano: não depende de seu estado de desenvolvimento, de sua saúde, de suas qualidades e capacidades, nem sequer de seus comportamentos. Todo ser humano em qualquer estado e condição é uma unidade de corpo e espírito, aberto a um horizonte transcendente, capaz de interrogar-se sobre o sentido último de sua existência, de ir para além de si mesmo e de se abrir a Deus. A dignidade da pessoa “não se atribui, se reconhece; não se outorga, se respeita”.

Leo Pessini, Camiliano, pessini@scamillo.edu.br

10/07/2.012 Terça feira  
Paulo e Liliana – Curitiba  
R. (...), (...) – ap. (...)  
Bacacheri  
Curitiba/PR – 82510-180  
(XX) XXXX-XXXX

Este artigo foi escrito por os jornalistas que estiveram aqui me entrevistando e firmando a minha jenda e o Livro de João Maria de Jezus e prometeram fazer um livro das minhas historias a ser publicado com minha autorização para o fim do ano 2013  
João Olivêrto de Campos

### *O casal leia e refrita esta*

#### **OS DEZ MANDAMENTOS DO CASAL**

Nunca irritar-se ao mesmo tempo.  
Nunca gritar um com o outro.  
Tomar as decisões de comum acordo.  
Se for inevitável repreender, fazê-lo com amor.  
Nunca jogar no rosto do outro os erros do passado.  
Evitar e displicência e a indiferença com o cônjuge.  
Nunca ir dormir sem ter chegado, mediante o diálogo e o perdão, a um acordo.  
Pelo menos uma vez ao dia, dizer um ao outro uma palavra carinhosa.  
Cometendo um erro, saber admiti-lo e pedir desculpas.  
Viver a vida a dois como eternos namorados.

Revista *O Mensageiro de Santo Antônio*  
Junho/2004

#### **MEDICINA E SABEDORIA POPULAR**

##### **Remédio para Sinusite**

**Ingredientes:** 100ml de água filtrada e fervida, 1 colher de chá de sal marinho, 1 pitada de bicarbonato.

**Modo de fazer e usar:** Misturar tudo. Colocar em vidro de conta-gotas e colocar uma gota em cada narina, 4 vezes ao dia.

##### **(...)heiro**

(...) a inflamação das pontas dos dedos geralmente formando pus.

**Como tratar:** - Mergulhe os dedos em 1 xícara de água fervente com 5 gotas de hipoclorito (...) duas vezes ao dia, durante 7 dias.

(...)locar os dedos envolvidos numa espessa (...)ada de barro (argila) e enrole. Remo-(...) frequentemente o barro até conseguir (...) hora.

(...)cina de Ervas Mediciniais do Colégio Santa Catarina

Petrópolis/RJ – Tel: (24)2243-1606

#### **RECEBE, SENHOR**

Recebe, Senhor, os meus medos e transforme-os em confiança.  
Recebe, Senhor, meus sofrimentos e transforme-os em crescimento.  
Recebe as minhas crises e transforme-as em maturidade.  
Recebe as minhas lágrimas e transforme-as em intimidade.  
Recebe a minha raiva e transforme em oração  
Recebe o meu desânimo e transforme-o em fé.  
Recebe a minha solidão e transforme-a em contemplação.  
Recebe minhas amarguras e transforme-as em calma interior.  
Recebe minhas esperas e transforme-as em esperança.  
Recebe minhas perdas e transforme-as em Ressurreição.

Pastoral da Saúde

### *prêce pela familia*

#### **PRECE PELA FAMÍLIA**

Olha, Senhor, uma vez mais, sobre nossa família. Tu conheces nossas alegrias e esperanças, nossos temores e medos, nossos dramas e inquietudes. Queremos viver profundamente unidos, acolhendo cada um com suas diferenças. Nossa casa precisa ser espaço de acolhida da tua vontade, lugar de encontro de partilha, asilo para todos os que sofrem e que precisam de conforto. Prepara nossos corações para viver o dom e o amor, a solidariedade e a justiça, para acolher teus desígnios e apelos. Olha todas as famílias da terra: as bem constituídas e aquelas que vivem na instabilidade; as famílias sem pai e sem mãe e aquelas que vivem dramas e dores. Queremos ser o sal da terra, a luz do mundo e o fermento da massa. Que a família de Nazaré nos inspire e nos ajude. Amém.

## LAMPIÃO, BANDOLEIRO OU JUSTICEIRO?

28 de julho de 1938: na fazenda Angico, no interior de Sergipe, termina, aos 40 anos a vida de Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião. A Polícia Militar alagoana matou Lampião e todo o grupo de dez cangaceiros que estava com ele, inclusive sua companheira, Maria Bonita. Decapitados, suas cabeças foram levadas para Maceió e Salvador, como prova de sua eliminação, após duas décadas de confrontos com o bando – que chegou a reunir mais de cem rebeldes. A epopéia do cangaço no sertão do Nordeste brasileiro até hoje gera polêmicas. Seria ele uma mera ação violenta e sanguinária de quem buscava sobreviver “sem lei nem rei” ou uma reação à marginalização e injustiças que o povo pobre sofria constantemente, numa região dominada pelo coronelismo?

Chico Alencar, Autor de *BR-500 – Um guia para a redescoberta do Brasil*, VOZES

*2.009 / 800 anos*

## ORDEM FRANCISCANA, 800 ANOS

Neste ano de 2009 completam-se os 800 anos da fundação da Ordem Franciscana. Em 1209, Francisco de Assis vai a Roma, com nove companheiros, pedir a aprovação da sua Forma de Vida. Leva um manuscrito que são fragmentos escolhidos do Evangelho, valores vindos da vida e pregação de Jesus que determinam a iluminação da vida e prática de Francisco e seus primeiros seguidores. É recebido pelo Papa Inocêncio III. O que é apresentado para o Papa não é uma Regra de Vida segundo os padrões da normalidade e da canonicidade, falta o dedo de um redator qualificado. Mas está ali a essência do Evangelho. O Papa abençoa e permite que aquele Projeto de Vida Evangélico tome seu caminho. A Bênção é sua verdadeira aprovação.

Frei Vítório Mazzuco, OFM  
São Paulo/SP

## SANTOS PADROEIROS

São Paulo nasceu em Tarso, na atual Turquia. De família judaica, converteu-se ao cristianismo e tornou-se um de seus principais divulgadores. Sebastião, mito da religiosidade popular e com história cheia de lendas, era um soldado romano que se recusou a perseguir os cristãos. Ambos sofreram martírio, e, no século XVI, os dois tornaram-se padroeiros de importantes vilas coloniais do Brasil: São Paulo foi fundada em 25 de janeiro de 1554, data da conversão do apóstolo, e os portugueses do Rio de Janeiro conseguem, em 20 de janeiro, dia da morte de São Sebastião, grande vitória sobre os franceses. São Paulo e São Sebastião tinham compromisso com a justiça e com a paz: que as cidades que carregam seus nomes também busquem esses caminhos.

Chico Alencar, Autor de *BR-500 – Um guia para a redescoberta do Brasil*, VOZES

## *Direitos Humanos*

### DIRETOS PARA TODOS

Há 60 anos, em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seus trinta artigos são considerados um ideal a ser atingido por todos os povos do planeta, e afirmam que os seres humanos, sem exceção, têm direito à vida digna, moradia, alimentação, estudo, oportunidades e respeito à liberdade de opinião política, usos e costumes. Nascida nos escombros da Segunda Guerra Mundial, com seus 50 milhões de mortos, e como reação à opressão, a Declaração reitera que as pessoas “nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, e devem agir sempre com espírito de fraternidade. Conhecer a Declaração é o primeiro passo para sermos, em nossa vida cotidiana, cidadãos ativos, conscientes dos nossos direitos e deveres.

Chico Alencar, Autor de *Educar na esperança em tempos de desencanto*, VOZES

*Leia*

## EPITÁFIO

Devia ter amado mais, ter chorado mais  
Ter visto o sol nascer  
Devia ter arriscado mais e até errado mais  
Ter feito o que eu queria fazer  
Queria ter aceitado as pessoas como elas são  
Cada um sabe a alegria e a dor que traz no coração

**O acaso vai me proteger**  
**Enquanto eu andar distraído**  
**O acaso vai me proteger**  
**Enquanto eu andar**

Devia ter complicado menos, trabalhado menos  
Ter visto o sol se pôr  
Devia ter me importado menos com problemas pequenos  
Ter morrido de amor  
Queria ter aceitado a vida como ela é  
A cada um cabe alegrias e a tristeza que vier

O acaso vai me proteger  
Enquanto eu andar distraído  
**O acaso vai me proteger**  
**Enquanto eu andar**

“Só existem dois dias no ano em que nada pode ser feito. Um se chama “ontem” e o outro se chama “amanhã”, portanto, hoje é o dia certo para amar, acreditar, fazer e principalmente viver.”

(Dalai Lama)

## REFORMAS DE BASE

O início dos anos 60 do século passado no Brasil foi marcado pelas chamadas “reformas de base”. O curto governo João Goulart (1961-1964) tentou realizar uma reforma agrária, para distribuir terras e acabar com o latifúndio improdutivo. Uma reforma educacional, para aumentar as vagas nas Universidades Públicas e lançar um grande movimento de alfabetização de adultos. Uma reforma urbana, para garantir o direito à moradia para mais gente. Uma reforma política, para assegurar voto aos analfabetos e diminuir a influência do poder econômico nos pleitos. Foi feita uma lei para impedir remessa de lucros para o exterior. Mas houve forte reação de setores contrariados, o presidente Jango foi derrubado e muitas dessas questões continuam atuais.

Chico Alencar, Autor  
de *BR-500 – Um guia para a  
redescoberta do Brasil*, VOZES

**D**iz o mestre:  
Viva todas as graças que Deus te deu hoje. A graça não pode ser economizada. Não existe um banco onde depositamos as graças recebidas, para utilizá-las de acordo com nossa vontade. Se você não usufruir estas bênçãos, irá perdê-las irremediavelmente.

Deus sabe que somos artistas da vida. Um dia nos dá formas para esculturas, outro dia nos dá pincéis e tela, ou uma pena para escrever. Mas jamais conseguiremos usar fôrmas em telas ou penas em esculturas. A cada dia o seu milagre. Aceite as bênçãos, trabalhe, e crie suas pequenas obras de arte hoje. Amanhã você receberá mais.

**C**omo posso saber a melhor maneira de agir na vida? perguntou o discípulo ao mestre. O mestre pediu que construísse uma mesa. Quando a mesa estava pronta – bastando apenas cravar os pregos na parte de cima –, o mestre aproximou-se. O discípulo cravava os pregos com três golpes precisos. Um prego, porém, estava mais difícil e o discípulo precisou dar mais um golpe. O quarto golpe enterrou o prego fundo demais, e a madeira foi atingida. – Sua mão estava acostumada com três marteladas – disse o mestre. Quando qualquer ação passa a ser governada pelo hábito, perde o sentido; e pode terminar causando danos. “Cada ação é uma ação, e só existe um segredo: jamais deixe que o hábito comande seus movimentos.”

### **ANTONIO CONSELHEIRO**

Uma das experiências comunitárias mais impressionantes de nossa História foi o Arraial de Canudos. A “cidade divina” foi erguida no sertão da Bahia, no final do século XIX. Seu líder, o “beato” Antonio Conselheiro, rejeitava a República e conquistava, com seu discurso apaixonado, adeptos para aquela vida despojada e igualitária, anunciando esperanças: “o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”. Quem vivia no abandono ou na opressão do latifúndio ficava fascinado. O povoado produzia muitos dos seus alimentos e tecidos. O governo republicano não aceitou aquela rebeldia. Depois de várias tentativas, mobilizando muitas tropas, o Arraial foi destruído, em 5 de outubro de 1897, quando a defendê-lo só restavam três adultos e uma criança.

Chico Alencar, autor de *BR-500, Um guia para a redescoberta do Brasil*, VOZES

### **A BELEZA DA VELHICE**

Todo aquele que se rebela contra a velhice, não conseguindo ver a beleza que os anos trazem, não está em sintonia com o Criador. Sendo seus filhos diletos, recebemos tudo na mesma proporção por Ele decidido. Se nos compenetrarmos desta verdade, temos, na velhice, o momento de liberdade e sabedoria que os anos trazem. Renegar o tempo vivido é não ter sido digno dele. A cada marca deixada pelo tempo está o sinal de vivências às quais nos foi dada a oportunidade de realizações. Devemos nos reverenciar diante desta bênção que nos colocou neste planeta com o objetivo de servir ao nosso próximo, servindo, portanto, ao nosso Criador. Fazer de nossa velhice bela e feliz só nós o podemos fazer.

Maria Augusta Christo de Gouvêa  
Ipatinga/MG

### **13/05: DIA DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA**

Depois de muitas lutas pela libertação dos escravos dos negros no Brasil, a Lei Áurea foi finalmente assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Mas a escravidão foi abolida, de fato, muito antes da assinatura da lei. Em 1810, Dom João VI promete à Grã-Bretanha acabar com o comércio de escravos. Em 1850, o tráfico negreiro foi extinto pela Lei Eusébio de Queirós. Alguns anos depois são promulgadas a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários. Entretanto, a abolição não significou grande mudança para os escravos. Isso porque não foram criadas condições para a integração do negro à sociedade após a assinatura da lei. A verdadeira conquista da liberdade tem sido um processo lento e ainda atual, pois os negros continuam excluídos da sociedade e de seus direitos.

### **AS PÍLULAS DE FREI GALVÃO**

Frei Galvão, pelo seu belo testemunho de vida, fazia tudo para ajudar o próximo. A devoção a este santo brasileiro foi difundida e propagada pelas Irmãs do Mosteiro da Luz, em São Paulo, sobretudo pela distribuição e divulgação das famosas “pílulas” de Frei Galvão. Fervoroso devoto da Mãe Imaculada e ao ser procurado pelos doentes, Frei Galvão escrevia num papel a frase: “Virgem Maria, que após o parto permaneceste intacta, Mãe de Deus, intercede por nós”. Enrolava em forma de uma pílula e dava para o doente tomar e o milagre acontecia. Importante saber: as pílulas de Frei Galvão não são remédio de farmácia! São devocionais. O que a Mãe pede a Jesus, a graça é alcançada. Frei Paulo Back, OFM – Caixa postal 50470 – CEP 0329-970 – São Paulo – SP

#### **21/04: DIA DE TIRADENTES**

Joaquim José Da Silva Xavier nasceu em 1746, na fazenda Pombal perto de São João Del Rei, MG, e iniciara-se na profissão de dentista, em que chegara ser hábil, de onde lhe vinha o apelido de Tiradentes. A Inconfidência, porém, não passou dos planos. Mas só Tiradentes morreu enforcado por ter chamado a si toda a responsabilidade de Conjuração Mineira, e por ser um “bode expiatório” e, pobre, teve sua condenação com requintes de crueldade, sendo sacrificado em praça pública. E a 21 de abril de 1792, Joaquim José da Silva Xavier subia ao patíbulo. Com o mesmo ânimo varonil com que recebera a sentença, vestiu a alva dos condenados. E ainda teve um gesto de humildade, beijando as mãos do carrasco que o mataria, o negro Capitania. Suas últimas palavras passaram à história: “Morto pela liberdade”.

*O Jornal de Pinhal, 20/04/2002*

#### **CELAM: A V Conferência**

Celebra-se, em Aparecida, SP, entre fins de abril e início de maio deste ano, a V Conferência Geral do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano). O tema do encontro é: “Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida”. Assim como ocorreu nas conferências anteriores do CELAM: Rio (1955), Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), esta assembléia vai estudar os problemas que afligem nossos povos – violência institucionalizada, corrupção política, pobreza crescente, a crise da família – e buscará aplicar-lhes os remédios do Evangelho. Cada discípulo(a) de Cristo tem a missão de espalhar as sementes do Evangelho para transformar as estruturas de pecado e que todos tenham vida em Cristo, vida em abundância.

Ephraim F. Alves  
Petrópolis/RJ

#### **09/07: DIA DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA**

A Revolução Constitucionalista estourou em São Paulo no dia 9 de julho de 1932. Formou-se um grande exército de voluntários, composto de pessoas da classe média e da aristocracia, que contava com o apoio do povo e dos empresários. Os homens se alistaram para lutar nos campos de batalha, as mulheres costuravam o fardamento, cozinhavam e se preparavam para atender os feridos. Até crianças participaram, arrecadando dinheiro, alimentos e cobertores e entregando correspondências. A *Estrada de Ferro Sorocabana* construiu um trem blindado e a fábrica de aço da Fazenda Ipanema foi reativada para a produção de munição. Durou três meses, terminando em outubro, com a vitória do governo. No entanto, seu ideal concretizou-se em 1934, com a eleição de uma Assembléia Constituinte e a promulgação de uma Constituição.

#### **ESTADO NOVO, VELHO PODER**

Há exatos 70 anos o mundo assistia, preocupado, a escalada do nazi-fascismo: uma Segunda Grande Guerra já era previsível. Em nossa terra, os integralistas se animavam e socialistas e comunistas eram perseguidos. Getúlio Vargas, que liderara a Revolução de 30, cancelou as eleições previstas para 1938, promulgou uma nova Constituição – apelidada de “Polaca”, por se inspirar na Carta autoritária da Polônia – e determinou que ele mesmo continuaria na presidência da República. O autodenominado “Estado Novo” durou até 1945, e nesse período, ao lado de medidas positivas como a Consolidação das Leis do Trabalho, e a criação do SENAI e do SENAC, Vargas controlou o país com mão de ferro, perseguindo opositores, censurando a imprensa e cultivando a idéia de que só com um regime de força o país progrediria.

Chico Alencar  
Rio de Janeiro/RJ

*eu João Oliverto de Campos toda vida fui fã do presidente Getulio Coronelís Vargas a quem eu dei meu 1º voto 1947 estou com 81 anos de idade e votando só desistirei quando morrer fui presidente de Mezas eleitoral trabalhei entudo o que a meza receptora de votos por 30 anos*

O Senhor Juvenal de Assis Machado (Machadinho) foi morador de Poço Grande. Era proprietário, era criador e agricultor. Foi o homem que trouxe a 1ª escola no Poço Grande em 1939 e 1940 era pago pelos pais cinco mil reis por criança. Os filhos dele comessaram a estudar: Valdomiro, Abegacir, Alair, Evanir / sua esposa Dna. Balbina Mendes Machado. Machadinho era comprador de porcos, gados, cavalos, mulas e outros. Se mudou para o Pinhão Vila Nova na época e se mudou para Guarapuava / foi tenente do Exército e revolucionário em 1930 e em 1950 foi prefeito de Guarapuava. Mais tarde mudou-se para Curitiba com sua família. Lá faleceu Dna. Balbina, sua esposa, e as filhas, duas que são advogadas e o Valdomiro, fazendeiro em Mato Grosso e Rondonia e aí eu sube. Machadinho faleceu em 25 de janeiro de 1995, calcula-se 95 anos de idade. Faleceu em Curitiba, a casa grande que queimaram em um Poço Grande era dele.

### Fotos Morro da Cruz





Fotos da propriedade de João Oliverto de Campos



Este livro foi composto em fontes ITC Officina  
Sans e títulos em ITC Officina Serif, textos 9 a  
22 e impresso para o ITCG-PR em 2013.



Fotos, cartas, documentos, memória local e objetos antigos revelaram a contribuição de comunidades quilombolas e posseiros na formação do estado do Paraná. Contamos algumas novas e muitas velhas histórias a partir do olhar daqueles que delas fizeram parte. "Memórias dos Povos do Campo no Paraná – Centro-Sul" faz o relato desses grupos sociais e das suas organizações na luta pela terra.

A partir da pluralidade de organizações sociais do campo, estudos antropológicos, históricos e sociológicos foram realizados para analisar o processo de ocupação territorial e conhecer a realidade social e cultural dos moradores do interior paranaense.

Durante as pesquisas também foi imprescindível a busca por soluções permanentes de problemas de comunidades tradicionais, em especial quando se referem aos direitos de uso de terra, sendo a regularização fundiária de territórios uma via indispensável de acesso ao desenvolvimento para essas famílias.

Este livro é resultado de muito trabalho e dedicação do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências através de parceria com o Ministério da Cultura – Minc e a participação de pesquisadores de diversas universidades e instituições públicas.

Agradecemos a todos os moradores que nos receberam muito bem e nos auxiliaram neste trabalho. Podemos, por meio desta publicação, conhecer e preservar o patrimônio cultural imaterial no Estado do Paraná.

Amilcar Cavalcante Cabral

Diretor-Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências



Ministério da  
Cultura



ISBN: 978-85-641-760-41

